

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSÉ THOMAZ MENDES FILHO

DIMENSÕES HUMANAS, ÉTICAS E CULTURAIS
PARA UMA SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO:
CONTRIBUIÇÕES E INDAGAÇÕES ÀS TEORIAS ECONÔMICAS

CURITIBA
2012

JOSÉ THOMAZ MENDES FILHO

DIMENSÕES HUMANAS, ÉTICAS E CULTURAIS
PARA UMA SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO:
CONTRIBUIÇÕES E INDAGAÇÕES ÀS TEORIAS ECONÔMICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Meio Ambiente e Desenvolvimento
da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Comitê de Orientação:
Prof. Titular Dr. Dimas Floriani
Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima
Prof. Dr. Uwe Spanger
Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

CURITIBA
2012

Mendes Filho, José Thomaz

Dimensões humanas, éticas e culturais para uma sustentabilidade ecológica do desenvolvimento: contribuições e indagações às teorias econômicas / José Thomaz Mendes Filho. – Curitiba, 2012.

372 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Dimas Floriani

Coorientadores: José Edmilson de Souza Lima, Uwe Spanger, Valdir Frigo Denardin.

1. Desenvolvimento econômico – Aspectos ambientais. 2. Desenvolvimento sustentável. I. Floriani, Dimas. II. Souza-Lima, José Edmilson de. III. Spanger, Uwe. IV. Denardin, Valdir Frigo. V. Título.

CDD 338.927

FOLHA DE APROVAÇÃO

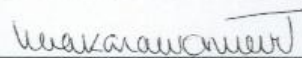


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento nº 115. Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e doze, às 09:00 na Sede do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos professores doutores: Dimas Floriani (orientador UFPR), Vera Karam de Chueiri (UFPR), Amália Maria Goldberg Godoy (UEM) Sergio Ferraz de Lima (UNIBRASIL), Jose Edmilson de Souza Lima (FAE) para arguição da tese de Doutorado apresentada pelo candidato **Jose Thomaz Mendes Filho** intitulada "*Dimensões humanas, éticas e culturais para uma sustentabilidade ecológica do desenvolvimento: contribuições e indagações às teoria econômicas*". A sessão foi presidida pelo Professor Dimas Floriani. Foi concedida a palavra ao doutorando conferindo-lhe 60 minutos para exposição de seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se a arguição sendo concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições tendo o doutorando tempo para suas respostas. Na sequência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação do candidato. Com menção: (☒) Distinção (☐) Louvor. Em seguida, a senhora Presidente declara aprovado o doutorando, que recebeu o título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 28 de março de 2012.

Prof. Dr. Dimas Floriani 

Profa. Dra. Vera Karam de Chueiri 

Profa. Dra. Amália Maria Goldberg Godoy 

Prof. Dr. Sergio Ferraz de Lima 

Prof. Dr. Jose Edmilson de Souza Lima 

A Deus Pai, que é Amor e é Bom;
a Jesus Cristo, Verdadeiro Mestre;
e ao Espírito de Sabedoria e de Ciência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

Aos integrantes do Comitê de Orientação: Prof. Titular Dr. Dimas Floriani, Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima, Prof. Dr. Uwe Spanger e Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin, pela excelente e valiosa orientação acadêmica, que me possibilitou aprimorar de modo decisivo o encaminhamento de muitas das questões substantivas tratadas na tese, e conhecer consideravelmente mais sobre Economia e sobre as possibilidades de diálogo entre esta e outras ciências, especialmente as Ciências Humanas e Sociais.

Aos professores (neles incluídos os integrantes do Comitê de Orientação) do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR (MADE), pelos benefícios agregados à minha formação acadêmica. Não os nomino aqui para não correr risco de esquecer algum nome, especialmente ao considerar que todos contribuíram com o processo educativo e que, no primeiro ano do curso, foram vários os professores que atuaram, alguns inclusive externos ao MADE, aos quais também agradeço. Entretanto, segue um agradecimento ao grupo de professoras que avaliaram a primeira versão de texto, por ocasião do Módulo 3, cuja versão definitiva deu origem a considerável parte do Capítulo 2: Prof^a Dr^a Cristina Frutuoso Teixeira, Prof^a Dr^a Lucia Helena de Oliveira Cunha, Prof^a Dr^a Myrian Regina Del Vecchio de Lima, Prof^a Dr^a Náina Pierri Estades e Prof^a Dr^a Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski.

Às secretárias do MADE, Cassia Regina Furtado e Iolanda Santos de Paula e Carvalho, pela qualidade do atendimento a questões referentes ao serviço de secretaria.

Aos colegas da Turma VIII do MADE: Francelise, Georgeana, Juliana, Katya, Natália, Regiane, Chico, Fred, Julian, Luciano, Sidemar e Thiago, e também Filó (do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR) que, para efeitos práticos, passou a integrar a referida Turma VIII; colegas com os quais, durante o período de realização do doutorado, pude dialogar, de maneira construtiva e, com algumas pessoas desse grupo, produzir textos para divulgação em eventos científicos.

Ao Prof. Dr. Vítor Afonso Hoeflich, do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, por haver-se disposto a participar do Comitê de Orientação.

Aos colegas do Departamento de Transportes, Setor de Tecnologia da UFPR que compreenderam a necessidade de, durante os aproximadamente quatro anos de realização da tese, as minhas atividades acadêmicas para além da docência estarem fortemente comprometidas com o desenvolvimento do presente trabalho; e também aos que incentivaram minha participação em eventos científicos.

Às bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da UFPR, pela presteza com que se dispuseram a providenciar empréstimos interinstitucionais de livros, sem os quais não seria possível reunir todas as referências bibliográficas utilizadas neste trabalho, e a elaborar a ficha catalográfica.

À minha família: meu pai José, minha mãe Luiza, minha irmã Joséli, meu cunhado e “irmão” Eduardo e meus sobrinhos Rafael e Gabriel, pelo indispensável e sempre presente convívio e apoio familiar.

E a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram, com bom intento, para a realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho, expresso de modo sintético, é aprimorar a caracterização de benefícios e de custos no escopo da relação entre Economia e meio ambiente, e fazê-lo com base em uma concepção de desenvolvimento sustentável (inspirada na obra de Ignacy Sachs) que mantém compromisso, para além de com viabilidade econômica, também com sustentabilidade ecológica, com justiça social e com aceitação cultural. Trata-se de uma investigação teórica cujo método compreende leitura e reflexão sobre a possibilidade de considerar esses atributos, de modo a um tempo objetivo e consequente, no contexto da avaliação econômica. Da leitura e da reflexão empreendidas resultou uma caracterização (a) de sustentabilidade ecológica por meio dos atributos conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana, e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis; (b) de justiça social por meio da observação dos preceitos da dignidade da pessoa humana, do bem viver, da bondade, da ética ambiental e da obrigação perante a justiça, no modo como caracterizados no presente trabalho; e (c) de aceitação cultural pautada por respeito genuíno ao outro (inspirado na teoria e na prática da diplomacia) e por efetivo compromisso com a ideia de não dominação (inspirada na concepção de republicanismo (cívico) apresentada por Philip Pettit). Como conclusão, defende-se a tese de que – desde que se reconheça como suficientemente válidos, no modo como neste trabalho se faz, o conjunto de supostos e o conjunto de valores admitidos no processo de reflexão empreendido nesta pesquisa, e também o conjunto de considerações que, por assim dizer, servem de subsídio à tese – no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, a avaliação econômica pode e deve pautar-se, objetiva e significativamente, pela valorização de comportamentos admitidos como ecologicamente sustentáveis e pelos valores de justiça social substantiva e de aceitação cultural, presididos pelo valor essencial da dignidade da pessoa humana, *de modo que a condição de viabilidade econômica passe a depender, também, do atendimento suficiente a esses três elementos na condição de critérios de viabilidade econômica*, no modo como eles são objetivados no trabalho.

Palavras-chave: Avaliação econômica: sustentabilidade ecológica. Avaliação econômica: justiça social. Avaliação econômica: aceitação cultural. Economia e meio ambiente. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The aim of this work, expressed in a synthetic way, is to improve the characterization of benefits and of costs within the scope of the relation between Economics and the environment, and do that based on a conception of sustainable development (inspired by the work of Ignacy Sachs) which keeps commitment, beyond to economic viability, also to ecological sustainability, to social justice, and to cultural acceptance. This work is a theoretical investigation whose method comprises reading and reflexion on the possibilities of considering these attributes, in a way simultaneously objective and consequent, in the context of economic evaluation. From the reading and the reflexion undertaken resulted a characterization (a) of ecological sustainability through the attributes conservation of biological diversity, preservation of ecosystems whose degree of anthropy can be considered as only indirect, human health care, and renewable and environmentally sustainable production and consumption; (b) of social justice through observation of the precepts of the dignity of the human person, of well living, of goodness, of environmental ethics, and of the obligation before justice, in the way as characterized in the present work; and (c) of cultural acceptance ruled itself by genuine respect to the other (inspired in the theory and in the practice of diplomacy) and by effective commitment to the idea of non domination (inspired in the conception of (civic) republicanism presented by Philip Pettit). Concluding, one defends the thesis that – provided that one recognizes as sufficiently valid, as in this work it is done, the set of suppositions and the set of values admitted in the process of reflection in this research undertaken, and also the set of considerations which, say, serve as subside to the thesis –, in the context of the relationship between Economics and the environment, economic evaluation can and must rule itself, objectively and significantly, by the valorization of behaviors admitted as ecologically sustainable and by the values of substantive social justice and of cultural acceptance, *so that the condition of economic viability becomes dependent, also, on the sufficient compliance with those three elements in the condition of criteria of economic viability.*

Keywords: Economic evaluation: ecological sustainability. Economic evaluation: social justice. Economic evaluation: cultural acceptance. Economics and the environment. Sustainable development.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette étude, formulé de façon brève, est de perfectionner la caractérisation de bénéfices et de coûts dans la portée du rapport entre Économie et environnement, et le faire basé sur une conception de développement durable (inspirée par l'œuvre d'Ignacy Sachs) qui maintient l'engagement, en plus de pour la viabilité économique, aussi pour la durabilité écologique, pour la justice sociale et pour l'acceptation culturelle. Il s'agit d'une investigation théorique dont la méthode comprend la lecture et la réflexion sur la possibilité d'y considérer ces attributs d'une façon au même temps objective et conséquente, dans le contexte de l'évaluation économique. De la lecture et de la réflexion prises il a résulté une caractérisation (a) de durabilité écologique, à travers les attributs conservation de la diversité biologique, préservation des écosystèmes dont le degré d'anthropie ne puisse être considéré qu'indirect, des soins de la santé humaine, et production et consommation renouvelables et environnementalement durables ; (b) de justice sociale à travers l'observation des préceptes de la dignité de la personne humaine, du bien vivre, de la bonté, de l'éthique environnementale et de l'obligation à la justice, conforme ils sont caractérisés dans la présente étude ; et (c) d'acceptation culturelle réglée par un vrai respect à l'autre (inspiré par la théorie et par la pratique de la diplomatie) et par un effectif engagement à l'idée de non domination (inspirée par la conception de républicanisme (civique) présentée par Philip Pettit). En concluant, on défend la thèse de que – pourvu que l'on reconnaisse comme suffisamment valides, comme on le fait dans cette étude, l'ensemble de suppositions et l'ensemble de valeurs admis dans le processus de réflexion entrepris dans cette recherche, et aussi l'ensemble de considérations qui servent comme subvention à la thèse –, dans le contexte du rapport entre Économie et environnement, l'évaluation économique peut et doit se régler, objectivement et significativement, par la valorisation de comportements considérés comme écologiquement durables et par les valeurs de justice sociale substantive et d'acceptation culturelle, *de façon que la condition de viabilité économique passe à dépendre, aussi, de la satisfaction suffisante à ces trois éléments dans la condition de critères de viabilité économique.*

Mots-clés : Évaluation économique : durabilité écologique. Évaluation économique : justice sociale. Évaluation économique : acceptation culturelle. Économie et environnement. Développement durable.

Porque onde estiver o vosso tesouro,
aí estará também o vosso coração.

Jesus Cristo
(Mateus, 6: 21)

SUMÁRIO

1 A ECONOMIA DIANTE DE UMA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO CONCEBIDA A PARTIR DE DIMENSÕES HUMANAS, ÉTICAS E CULTURAIS	15
1.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO COLETIVO	16
1.1.1 Pesquisa interdisciplinar: um tema, diferentes visões	17
1.1.2 Ignacy Sachs, os “cinco pilares do desenvolvimento sustentável” e a proposta do ecodesenvolvimento	18
1.1.3 A concepção de desenvolvimento sustentável admitida neste trabalho	22
1.2 ESTRUTURAÇÃO DO PRESENTE TRABALHO DE PESQUISA	24
1.2.1 Motivação	24
1.2.2 Supostos	27
1.2.3 Problema de pesquisa	27
1.2.4 Objetivos	28
1.2.5 Hipóteses	29
1.2.6 Metodologia	30
1.3 DUAS IMPORTANTES EXPLICAÇÕES	33
1.3.1 Sobre o tratamento teórico de problemas de interesse coletivo sem fazer menção ao papel do Estado em cada um deles em particular	33
1.3.2 Sobre o encaminhamento de compromisso efetivo com o bem comum a partir de enfoque nos indivíduos	35
1.4 UMA VISÃO GERAL DOS CAPÍTULOS SEGUINTES	36
2 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO	40
2.1 RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: TRÊS CORRENTES DISTINTAS	40
2.1.1 As duas primeiras correntes: dois enfoques diferentes para a relação entre atividades econômicas e suas consequências sobre o meio ambiente natural	40
2.1.1.1 Sobre a primeira corrente: considerações sobre a utilização de fundamentos da economia ambiental e de recursos naturais	42
2.1.1.2 Sobre a segunda corrente: considerações sobre a utilização de fundamentos da economia ecológica.....	50
2.1.2 A terceira corrente: consideração de consequências sociais no contexto da economia ecológica	53
2.1.3 Considerações acerca das três correntes diante das concepções de <i>sustentabilidade fraca</i> e de <i>sustentabilidade forte</i>	57
2.2 POSSIBILIDADES DE APRIMORAR A CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	60
2.2.1 Possibilidades identificadas com referência à economia ambiental e de recursos naturais e à economia ecológica	61
2.2.2 Sobre a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da Economia por meio de pesquisa em ambiente interdisciplinar	66
2.2.2.1 Interdisciplinaridade e o estatuto da Economia	67
2.2.2.2 Algumas abordagens interdisciplinares já existentes na Economia	78

2.2.3 Indagações à economia ambiental e de recursos naturais e à economia ecológica diante da concepção de desenvolvimento sustentável admitida neste trabalho	81
2.2.3.1 Indagações à economia ambiental e de recursos naturais	83
2.2.3.2 Indagações à economia ecológica	85
2.2.4 Sobre a possibilidade de consideração objetiva de benefícios e de custos	86
2.2.5 As concepções de Economia e de benefícios e custos econômicos admitidas neste trabalho	88
2.2.6 O enunciado da tese de doutorado	91
2.2.7 O mundo do das ideias e o mundo da ação: considerações a respeito de propostas normativas	92
2.3 CONCLUSÃO	94
3 ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E COMPROMISSO COM COMPORTAMENTO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL	95
3.1 UMA ÉTICA SOCIOAMBIENTAL COMO CRITÉRIO PARA COMPORTAMENTO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL	95
3.1.1 Consequencialismo e deontologia	96
3.1.2 Antropocentrismo, biocentrismo, ecocentrismo	98
3.1.3 Ética, responsabilidade e motivação	103
3.1.4 Uma concepção de ética ambiental a orientar comportamento ecologicamente sustentável	110
3.1.5 Alguns esclarecimentos sobre a concepção de ética ambiental admitida neste trabalho	120
3.2 COMPORTAMENTO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL A PARTIR DE QUATRO CRITÉRIOS	123
3.2.1 Comportamento ecologicamente sustentável e conservação da diversidade biológica	126
3.2.2 Comportamento ecologicamente sustentável e preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto	131
3.2.3 Comportamento ecologicamente sustentável e cuidado com a saúde humana	139
3.2.4 Comportamento ecologicamente sustentável e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis	141
3.2.4.1 Enfoque na óptica da produção	145
3.2.4.2 Enfoque na óptica do consumo	149
3.2.4.3 As ópticas da produção e do consumo atuando em conjunto: breve síntese	154
3.2.5 Sobre mútua compatibilidade entre conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis	156
3.3 CONCLUSÃO	158
4 ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E COMPROMISSO COM JUSTIÇA SOCIAL	161
4.1 SOBRE A IDEIA DE JUSTIÇA SOCIAL	161
4.2 TEORIAS DA JUSTIÇA	163
4.2.1 John Rawls e a justiça como equidade	165

4.2.2 Robert Nozick e a justiça em propriedades	172
4.2.3 Ronald Dworkin e a igualdade de recursos	177
4.2.4 Amartya Sen e a ênfase nas liberdades substantivas reais	185
4.2.5 Enrique Dussel e a ideia de justiça libertadora	191
4.2.6 Enrique Leff e a defesa do direito ao dissenso	194
4.2.7 Em direção a uma síntese das contribuições teóricas de justiça	197
4.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O PROBLEMA DA JUSTIÇA	198
4.3.1 Justiça e vida em comunidade	198
4.3.2 Justiça e as ideias de vida boa	200
4.3.3 Justiça, bondade e perdão	206
4.3.4 Em direção a uma síntese das três considerações adicionais sobre o problema da justiça	211
4.4 JUSTIÇA SOCIAL E AVALIAÇÕES ECONÔMICAS NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: IDENTIFICAÇÃO DE PRECEITOS	213
4.4.1 O preceito da dignidade da pessoa humana	213
4.4.2 O preceito do bem viver	218
4.4.3 O preceito da bondade	222
4.4.4 O preceito da ética ambiental	228
4.4.5 O preceito da obrigação perante a justiça	233
4.5 CONCLUSÃO	235
5 ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E COMPROMISSO COM ACEITAÇÃO CULTURAL	241
5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E ECONOMIA	241
5.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE PROCESSOS DE ESCOLHA COLETIVA	250
5.2.1 Escolhas coletivas e compromisso com o bem comum: Alain Touraine e o problema da liberdade de antigos e de modernos	252
5.2.2 A importância das crenças em processos de escolha: acreditar, decidir, agir	256
5.2.3 Algumas considerações sobre processos de escolha coletiva por meio do voto	259
5.3 A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E ACEITAÇÃO CULTURAL VISTA A PARTIR DE CONTRIBUIÇÕES DE OSTROM, HONNETH E NORGAARD	262
5.3.1 A contribuição de Elinor Ostrom à análise dos bens comuns	262
5.3.1.1 Princípios de projeto elucidados por instituições de REC de longa duração	267
5.3.1.2 Governança de recursos naturais e confiança	273
5.3.1.3 Governança de recursos explorados em comum: diálogo permanente entre teoria e realidades locais	276
5.3.2 A concepção de Axel Honneth sobre o problema do reconhecimento	277
5.3.2.1 O problema do reconhecimento: contribuições de Hegel e de Mead	278
5.3.2.2 A ideia de luta por reconhecimento conforme a construção teórica de Honneth	282

5.3.3 A teoria da coevolução dos sistemas socioambientais desenvolvida por Richard Norgaard	292
5.3.4 Ostrom, Honneth, Norgaard e o problema da objetivação da aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente	299
5.4 ACEITAÇÃO CULTURAL E O RECONHECIMENTO DE DIFERENÇAS: IDENTIDADES, TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS E FRONTEIRAS	302
5.4.1 Valores definem identidades	302
5.4.2 Identidades definem territórios simbólicos	306
5.4.3 Territórios simbólicos definem fronteiras	309
5.4.4 Identidades, territórios simbólicos, fronteiras e o problema da aceitação cultural	311
5.5 UM MODELO TEÓRICO PARA CONSIDERAÇÃO DE ACEITAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	312
5.5.1 Diplomacia: possibilidade para autodeterminação com respeito genuíno às diferenças	312
5.5.2 Respeito genuíno ao outro: o republicanismo (cívico) segundo Philip Pettit	317
5.5.3 O modelo diplomático-republicano	326
5.6 CONCLUSÃO	334
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	338
6.1 SOBRE A TESE DE DOUTORADO	338
6.2 A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE DIANTE DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ADMITIDA NESTE TRABALHO	343
6.3 SOBRE AS INDAGAÇÕES FEITAS ÀS TEORIAS ECONÔMICAS	344
6.4 UMA CONSIDERAÇÃO FINAL INDISPENSÁVEL	345
6.5 CONCLUSÃO	348
REFERÊNCIAS	353

1 A ECONOMIA DIANTE DE UMA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO CONCEBIDA A PARTIR DE DIMENSÕES HUMANAS, ÉTICAS E CULTURAIS

A concepção de uma teoria é decisivamente influenciada pelo modo como os objetos de conhecimento com os quais ela se relaciona são percebidos por quem, animado de espírito de investigação filosófica, científica, literária e ou artística, deles se aproxima. O modo como as saudáveis inquietações intelectuais se manifestam aos pesquisadores influencia, de maneira importante, a construção teórica: a escolha do tema ou assunto a ser investigado, os aspectos nele considerados especialmente importantes, a caracterização do problema de pesquisa, a formulação das hipóteses, o método a ser utilizado, e a relação entre a pesquisa que se desenvolve e outras construções teóricas anteriormente desenvolvidas são elementos dos quais depende, em medida importante, o resultado do trabalho de investigação; de modo que as construções teóricas, decididamente, não são neutras em relação a valores.

A construção teórica empreendida no presente trabalho é feita a partir de uma concepção de desenvolvimento sustentável: a ideia, em síntese, consiste em investigar se e, em caso afirmativo, de que modo valores que orientam uma concepção de desenvolvimento assim qualificada podem ser levados em conta, de modo a um tempo relevante e objetivo, no contexto das avaliações econômicas. Em razão da complexidade que caracteriza o mundo das relações sociais, bem como aquelas que se estabelecem entre os seres humanos e a natureza não humana, concepções teóricas a partir das quais se busca expressar, por meio de conceito, a ideia de desenvolvimento sustentável podem variar significativamente umas em relação às outras; e cada uma delas, por certo, não apenas acentua determinados atributos como privilegia racionalidades específicas, as quais, na proporção em que as teorias passam a ser socialmente aceitas, influenciam em medida importante, se não mesmo decisiva, o modo como pessoas – especialistas e leigos – pensam sobre o problema, e orientam suas ações.

Neste trabalho, reflete-se sobre a necessidade e a possibilidade de uma concepção de desenvolvimento sustentável observar compromisso com

sustentabilidade ecológica, e de fazê-lo levando-se em conta dimensões humanas, éticas e culturais a ele referentes. Neste Capítulo apresentam-se, por primeiro, considerações sobre desenvolvimento sustentável, com destaque para dois atributos que foram importantes no processo de reflexão empreendido: a realização de pesquisa em ambiente interdisciplinar e a contribuição de Ignacy Sachs ao problema do desenvolvimento. Apresenta-se, em seguida, uma estruturação do presente trabalho, em termos de motivação, supostos, problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e metodologia, e, por último, uma breve notícia sobre o que trata cada um dos Capítulos seguintes.

1.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO COLETIVO¹

Desenvolvimento sustentável foi tema central na realização do trabalho coletivo, em cuja realização pôde-se estudar diferentes concepções de desenvolvimento e diferentes critérios de sustentabilidade, e perceber o compromisso qualitativo que caracteriza a concepção de desenvolvimento, visto que o compromisso que essa concepção tem é decisivamente com qualidade de vida, e com que essa seja observada no conjunto da população, conforme o expressa Celso Monteiro Furtado, membro da Academia Brasileira de Letras e um dos maiores teóricos do desenvolvimento: “o desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada” (FURTADO, 2002, p. 21). Diante da motivação de pesquisa e dos objetivos do presente trabalho, chamou especial

¹ Alguns dos conteúdos deste Capítulo fundamentam-se em trabalho de pesquisa interdisciplinar – que caracteriza o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR – levado a efeito, de modo conjunto, por Frederico Monteiro Neves, Georgeana Barbosa de França, Regiane Borsato e pelo autor da presente tese de doutorado, sob a orientação do Prof. Titular Dr. Dimas Floriani, do Prof. Titular Dr. Francisco de Assis Mendonça, do Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima, da Prof^a Dr^a Maria do Rosário Knechtel e do Prof. Dr. Uwe Spanger. O trabalho coletivo teve como objetivo geral analisar como os mecanismos de gestão ambiental que são formulados sob a lógica do desenvolvimento orientado pelo mercado contribuem para a sustentabilidade. E um dos desdobramentos específicos do trabalho coletivo – aquele que se relaciona diretamente com o presente trabalho – teve por objetivo investigar, em termos filosóficos e de possibilidades de implementação efetiva, de que maneira uma racionalidade fundamentada, do lado natureza, no estímulo ao desenvolvimento de tecnologias menos poluidoras e com menor potencial de degradação ambiental, e na preservação ou conservação da biodiversidade, e do lado sociedade em determinados supostos de ética e de justiça ambientais, a serem discutidos em tese, pode contribuir para o aprimoramento da caracterização de benefícios e de custos no escopo da relação entre Economia, meio ambiente e desenvolvimento.

atenção uma concepção de desenvolvimento sustentável apresentada por Ignacy Sachs. Nesta Seção apresenta-se, primeiro, notícia sobre pesquisa interdisciplinar – em que se apresentam informações sucintas sobre a experiência do trabalho coletivo – seguidas de considerações sobre a contribuição de Sachs ao problema do desenvolvimento sustentável e do enunciado da concepção de desenvolvimento sustentável admitida no presente trabalho.

1.1.1 Pesquisa interdisciplinar: um tema, diferentes visões

O ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho foi o tema geral da turma VIII do então denominado Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, hoje Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da UFPR, que é “Natureza, Sociedade e Mudanças Globais: riscos, vulnerabilidades, conflitos e estratégias locais e globais”.

Para a turma VIII, iniciada em 2008, partindo da análise de três grandes crises da atualidade (crise alimentar, crise da biodiversidade e crise da governança), ao final de 2009 estavam constituídos três grupos de pesquisas de projetos coletivos, aglutinando os projetos (MADE, 2011).

Nesta fase, a contribuição mais forte, para o presente trabalho, proveio da análise da crise da governança. Em um segundo momento, definiram-se uma nova composição de três grupos, e o grupo – formado por cinco professores e por quatro alunos – no qual se desenvolveu boa parte das ideias apresentadas neste Capítulo teve como tema “Instrumentos de Gestão: impactos do e para o desenvolvimento”.

Considera-se que um importante diferencial da proposta de doutorado na qual o presente trabalho é desenvolvido é a oportunidade de, nele, realizar-se pesquisa interdisciplinar, que requer a participação de professores e de colegas discentes que, diante de um tema comum, passam a contribuir, especialmente no sentido das diferentes visões de mundo, influenciadas, em medida importante, pela formação acadêmico-profissional de cada um. Participar da experiência possibilita, a um tempo, conhecer diferentes perspectivas, inclusive epistemológicas, a partir das quais aquilo que é considerado como um tema único pode ser percebido, compreendido. Uma síntese da prática de pesquisa interdisciplinar é apresentada no texto seguinte:

experiências evidenciam o fato que uma interdisciplinaridade efetiva entre cientistas oriundos de campos diferentes do saber só pode ser alcançada através de um processo metódico de construção. Isto implica em primeiro lugar, se não o estabelecimento de uma linguagem comum, aos menos uma compreensão mútua dos conteúdos diferentes atribuídos por vários especialistas a conceitos aparentemente idênticos por eles utilizados por conta própria. Em segundo lugar, exige a elaboração de um quadro problemático central, em torno do qual cada pesquisador vai construir sua própria problemática disciplinar. A partir deste trabalho prévio, torna-se possível organizar um plano de trabalho coletivo, precisando-se quais são as operações de pesquisa comuns a serem realizadas, quais são as operações disciplinares assim como o cronograma destas operações. Neste processo, uma condição essencial para possibilitar uma articulação final dos resultados obtidos em diferentes campos disciplinares é uma definição consensual dos objetos de estudo e das escalas da observação. Estas são as condições essenciais para o sucesso de um programa de pesquisa interdisciplinar. Este processo de construção de um saber científico não pretende soltar-se do recorte disciplinar, mas sim valer-se das competências de cada especialista atuando no seu próprio campo e organizando-as de maneira sistemática (RAYNAUT *et al.*, 2000, p. 77).

No caso específico do grupo de cujo trabalho coletivo resultou a definição do problema de pesquisa e dos objetivos geral e específicos do presente trabalho, o tema como que emergiu do concurso de um conjunto de fatores que, em síntese, compreendem os interesses ou motivações de pesquisa e a formação acadêmico-profissional dos participantes. É particularmente interessante perceber que, no contexto da experiência de pesquisa interdisciplinar levada a efeito, as idiossincrasias contribuíram sobremodo não apenas no importante sentido de manifestações de diferentes pontos de vista, mas, especialmente, no refinamento das concepções que cada participante tem de sua própria motivação de pesquisa.

1.1.2 Ignacy Sachs, os “cinco pilares do desenvolvimento sustentável” e a proposta do ecodesenvolvimento

Acredita-se que a concepção de desenvolvimento sustentável consegue significativa substância quando se admite, com Ignacy Sachs, que, para ser sustentável, um empreendimento humano deverá ser ecologicamente sustentável, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito. Com efeito, a ideia de reconhecer dimensões ecológica, econômica, social e cultural no contexto da sustentabilidade encontra-se presente na obra de Sachs, que identifica “cinco pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 1997 [1989], p. 473-475): sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica,

sustentabilidade geográfica e sustentabilidade cultural². Com Sachs ganhou projeção o conceito de ecodesenvolvimento.

Em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, era claro o impasse entre os países pobres que defendiam o crescimento a qualquer custo e os países ricos que propunham crescimento zero. [...] Em junho de 1973, em reunião do Conselho Administrativo do PNUMA [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente], em Genebra, surgiu a proposta de uma via intermediária, com o nome de ecodesenvolvimento, formulada pelo canadense Maurice Strong (Diretor Executivo do PNUMA). Apesar de surgido com Strong, o conceito de ecodesenvolvimento foi ampliado por Ignacy Sachs, agregando, além das questões ambientais, as sociais, as de gestão participativa, a ética e a cultura (GODOY, 2007).

Ao considerar diferentes perspectivas a partir das quais pode-se buscar melhor compreender o problema do desenvolvimento, a proposta do ecodesenvolvimento, para ser levada a efeito, precisou estabelecer-se para além dos limites de um enfoque disciplinar clássico: “propõe elevar a questão da sustentabilidade e, portanto, a ambiental à categoria de estudo e prática interdisciplinar, para uma formulação mais geral da interação entre os sistemas socioeconômicos e os ecossistemas” (LIMA, 2003, p. 134). Diferente da abordagem multidisciplinar, em que a colaboração de pessoas com diferentes formações disciplinares mantém-se no estrito limite de suas disciplinas, no trabalho interdisciplinar existe uma abertura de cada especialista ao conhecimento originalmente desenvolvido em outras disciplinas, e mesmo àquele que, para além dos muros da Academia, comporta saberes tradicionais, desenvolvidos e mantidos em comunidades com identidades culturais próprias.

Em suma, o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas

² O autor considera “a. *Sustentabilidade social*, isto é, o estabelecimento de um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa da renda e dos ativos, assegurando uma melhoria substancial dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais [1989] diferenças entre os níveis de vida daqueles que têm e daqueles que não têm. / b. *Sustentabilidade econômica*, tornada possível graças ao fluxo constante de inversões públicas e privadas, além da alocação e do manejo eficientes dos recursos naturais. [...] / c. *Sustentabilidade ecológica*, implicando a expansão da capacidade de transporte da 'nave espacial terrestre', mediante a intensificação dos usos do potencial de recursos existentes nos diversos ecossistemas, intensificação esta tornada compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial. [...] / d. *Sustentabilidade geográfica*: os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. [...] / e. *Sustentabilidade cultural*, que, talvez, constitua a dimensão mais difícil de ser concretizada, na medida em que implica que o processo de modernização deveria ter raízes endógenas, buscando a mudança em sintonia com a comunidade cultural vigente em contextos específicos” (SACHS, 1997 [1989], p. 473-475; grifos do autor).

também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso específico, desempenhando aí um papel importante a adaptação ao meio postulada pelos antropólogos. Sem negar a importância dos intercâmbios [...], o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas aplicáveis a qualquer situação. Em vez de atribuir uma importância excessiva à ajuda externa, confia na capacidade das sociedades humanas de identificar seus próprios problemas e apresentar soluções originais para os mesmos, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de imitação, enaltece a autoconfiança³. Sem resvalar no sentido de um ecologismo exagerado, ele sugere, ao contrário, que é sempre possível canalizar um esforço criador visando aproveitar a margem de liberdade oferecida pelo ambiente, por maiores que sejam as restrições climáticas e ambientais. A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloquentes desta possibilidade. Mas o êxito de sua aplicação pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza. Os fracassos e os desastres que sofreram algumas sociedades oferecem um testemunho não menos eloquente do preço elevado que se paga pela incapacidade de gerir as relações entre o homem e a natureza (SACHS, 2007 [1974], p. 64-65).

Percebe-se, na concepção do ecodesenvolvimento, valorização das características locais, as quais compreendem, de modo importante, referências culturais; equilibrada, não exclui de antemão, enquanto conceito, práticas específicas, mas adverte para a necessidade de evitar exageros, especialmente aqueles de motivação simplificadora, no sentido das soluções universalistas. E, em comparação com a ideia mais geral de desenvolvimento sustentável, assume posição mais diretamente comprometida, em termos substantivos, não apenas com cuidado eficaz com tal meio ambiente, mas também com aspectos culturais, definidores, por assim dizer, do modo de ser de cada povo, de cada comunidade. Entretanto, não obstante possam ser identificadas diferenças importantes entre as distintas realidades locais, é razoável – necessário até – que o problema do desenvolvimento também contemple, de modo adequado, aspectos por assim dizer universais, porquanto inerentes à condição humana: no contexto da relação entre seres biologicamente vivos, os seres humanos devem agir em relação aos não humanos de modo responsável, sensíveis à sorte dos ecossistemas que reúnem as condições biológicas para a permanência da vida na Terra; e a relação entre seres humanos uns com os outros não pode prescindir de acontecer de modo digno, devendo-se

³ Sachs, nesta parte do texto, apresenta a seguinte nota de rodapé: “Este termo inglês, consagrado por Emerson, retomado, no contexto que nos interessa, por Gandhi e, mais recentemente ainda, por Nyerere (*Ujamaa: Essays on socialism*. Dar Es Salaam, 1968) apresenta um conteúdo que a tradução habitual – desenvolvimento autocentrado – explica muito imperfeitamente”.

reconhecer, com Bernard Edelman – cujo desenvolvimento teórico referente à dignidade da pessoa humana é contemplado no Capítulo 3 (Seção 3.1.4) –, que a dignidade é a “essência da Humanidade”. E se é assim – e uma análise substantiva revela que o é –, o problema do desenvolvimento precisa considerar, e de modo efetivo, tanto a dignidade da pessoa humana como a sustentabilidade ecológica; e fazê-lo em termos, por assim dizer, universais, no sentido de que precisam ser observados em todo e qualquer contexto em que se esteja a tratar de desenvolvimento sustentável.

Dignidade é atributo a que, por certo, e em particular quando considerado em contextos mais específicos, pode corresponder uma plêiade de significados: especialmente diante da pluralidade de manifestações culturais, pode haver diferenças importantes no modo como cada sociedade – e, mesmo dentro de uma mesma sociedade, como cada subdivisão dela – compreende o que corresponde ao tratamento digno. No presente trabalho, diante da necessidade de tornar (mais) objetivo um conjunto de atributos a partir dos quais se considera uma ideia de comportamento digno comprometida com valores, por assim dizer, mais gerais, próprios da própria condição humana, a dignidade da pessoa humana é concebida nos termos seguintes.

Concepção de dignidade da pessoa humana admitida no presente trabalho: valor substantivo inerente à condição humana, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório, que compreende os valores da vida e da liberdade responsável (que inclui a liberdade de pensamento e de consciência) e, em todos os assuntos referentes à vida não privada, o direito de tratamento com igual consideração e igual e genuíno respeito⁴.

⁴ Certamente esta concepção não contempla – nem pretende fazê-lo – todos os atributos que caracterizam a dignidade do ser humano. O que se faz, ao enunciá-la, é deixar (mais) claro o que se está considerando como especialmente importante quando, neste trabalho, se faz menção a essa dignidade. Considerações adicionais a respeito dessa concepção de dignidade são apresentadas, em especial, no Capítulo 4 (Seção 4.4.1), razão pela qual, no texto, é preferencialmente à Seção 4.4.1 que se faz referência quando se está a considerar a concepção de dignidade da pessoa humana admitida neste trabalho.

1.1.3 A concepção de desenvolvimento sustentável admitida neste trabalho

É certo que na estruturação de problemas reconhecidamente complexos – como o são aqueles com que se ocupa a avaliação econômica levada a efeito quando se observa uma concepção de desenvolvimento sustentável efetivamente comprometida com a dignidade da pessoa humana e com o cuidado com a natureza não humana – normalmente não se consegue contemplar, simultaneamente, um número considerável de atributos. Entretanto, em situações assim é possível selecionar alguns deles, com base em um ou em mais de um critério – que, por sua vez, se fundamenta(m) em determinados valores – e, com base neles, estruturar uma proposta que, não obstante reconhecidamente limitada, pode contribuir, de modo relevante, se não para a proposição de uma solução a tais problemas, pelo menos para dar-lhes um encaminhamento importante, em termos de alguns dos principais elementos que o caracterizam: é isto que se pretende fazer, neste trabalho, no que se refere à consideração de determinados atributos na avaliação econômica, em especial naquela que considera, de modo mais direto, a relação entre Economia e meio ambiente. É certo que essa relação é altamente complexa: afinal, tanto as relações econômicas como as interações ambientais podem acontecer, e amiúde o fazem, em contextos de grande complexidade. Assim, diante da complexidade que a caracteriza, o que neste trabalho se faz é considerar essa relação – de modo a um tempo restrito e adequado aos objetivos da pesquisa aqui desenvolvida – em termos da possibilidade de representação de impactos ambientais no contexto da avaliação econômica, conforme expresso no parágrafo imediatamente a seguir.

Consideração de relação entre Economia e meio ambiente admitida neste trabalho: neste trabalho, compreende-se por relação entre Economia e meio ambiente a consideração econômica de impactos ambientais quando estes podem ser representados de modo suficientemente objetivo⁵ na qualidade de benefícios ou na de custos.

Acredita-se que uma cultura de desenvolvimento sustentável substantivamente fundamentada precisa observar que os recursos naturais sejam utilizados com parcimônia, isto é, evitando-se desperdícios; que as diferenças

⁵ A possibilidade de consideração objetiva de benefícios e de custos é tratada na Seção 2.2.4.

culturais eticamente amparadas⁶ sejam igualmente respeitadas; e que as necessidades humanas de cujo atendimento depende a garantia de que cada homem e cada mulher possa, efetiva e permanentemente, viver de modo digno – o que, em medida importante, se relaciona com aspectos econômicos – sejam adequadamente atendidas. E é no contexto dessa cultura que se estabelece a concepção de desenvolvimento sustentável que serve de base para este trabalho, a saber, aquela proposta por Ignacy Sachs, se bem que não levando em conta de modo explícito, aqui, a sustentabilidade geográfica que a integra⁷, conforme expresso a seguir.

Concepção de desenvolvimento sustentável admitida neste trabalho: desenvolvimento que contempla, simultaneamente, viabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural.

É importante observar que essa concepção de desenvolvimento sustentável, para poder ser efetivamente implementada no contexto da avaliação econômica – aquele com o qual se ocupa o presente trabalho –, precisa basear-se em atributos que, a um tempo, se mostrem suficientemente gerais, para atenderem a características próprias da condição humana, e objetivos o bastante para poderem ser levados em conta em contextos de avaliação econômica: e busca fazê-lo ao

⁶ No presente trabalho, o respeito às diferenças culturais é sempre compreendido à luz de uma ética que se fundamenta, primeiro, na dignidade da pessoa humana. A observação é importante para deixar claro que as diferenças culturais são merecedoras de respeito e de consideração *contanto que* observem, adequadamente, o preceito da dignidade da pessoa humana.

⁷ Sustentabilidade geográfica tem evidente importância na proporção em que as regiões (geográficas), em termos de dotação de recursos naturais e também de elementos histórico-culturais, normalmente diferem entre si. Entretanto, acredita-se que, *para efeito de avaliação econômica* – e é este o contexto em que se desenvolve o presente trabalho – os efeitos mais significativos de reconhecer-se que “os problemas ambientais são ocasionados, muitas vezes, por uma distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas” (SACHS, 1997 [1989], p. 475), ficam suficientemente contemplados quando, para além de observar o compromisso com sustentabilidade ecológica, se expande o alcance do compromisso com sustentabilidade social, ao se estabelecer, como no presente trabalho se faz, que esta deve pautar-se por compromisso efetivo com uma concepção de justiça social, ou socioambiental, substantiva que não apenas dá encaminhamento ao problema da justiça distributiva mas – conforme expresso no Capítulo 4 (Seção 4.4) – vai consideravelmente além dele. Ademais, o problema da distribuição espacial, para ser adequadamente considerado, não pode evitar o problema de definir critério para distâncias e ou para a caracterização dos conjuntos dentro dos quais a manifestação de determinado elemento ocorre ou não. De um ponto de vista teórico, tem-se que (a) no que se refere às distâncias tem-se um problema de definição do limite a ela aceitável, cujo encaminhamento de solução não pode prescindir de adequada fundamentação não meramente convencional, mas substantiva; e (b) no que diz respeito à caracterização dos conjuntos, a dificuldade reside especialmente na definição de seus elementos, muito em razão da heterogeneidade que caracteriza tanto o meio ambiente natural como o mundo das relações socioculturais.

definir que a caracterização de sustentabilidade ecológica, de justiça social e de aceitação cultural levada a efeito no presente trabalho precisa pautar-se, primeiro, na dignidade da pessoa humana, admitida como valor substantivo inerente à condição humana, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório; e, depois, pela busca de fazê-lo de modo, em alguma medida importante, objetivo. Esclarece-se, também, que, neste trabalho, a relação entre Economia e desenvolvimento é considerada *em sentido restrito*, isto é, por meio da consideração, no contexto da avaliação econômica, dos atributos que caracterizam a concepção de desenvolvimento sustentável admitida na presente investigação. Isto não significa, é claro, que sejam esses os únicos atributos por meio dos quais se possa conceber aquela relação: tal restrição é estabelecida com o intuito de orientar a objetivação da consideração deles no contexto da avaliação econômica.

1.2 ESTRUTURAÇÃO DO PRESENTE TRABALHO DE PESQUISA

Nesta Seção, apresentam-se a motivação, os supostos, o problema de pesquisa, os objetivos, as hipóteses e a metodologia definidos para o presente trabalho.

1.2.1 Motivação

Conforme anteriormente mencionado, o presente trabalho, de natureza interdisciplinar, tem seu objeto de pesquisa específico localizado na relação entre Economia e meio ambiente, no modo como caracterizada na Seção 1.1.3. A idéia é, partindo da qualificação de desenvolvimento sustentável como ecologicamente sustentável, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito, apresentada por Ignacy Sachs, investigar possibilidade de incorporar esses elementos na avaliação econômica, especialmente no âmbito daquela relação, em conformidade com a ideia de que “devemos fazer um esforço para declarar os princípios gerais que deveriam conduzir nossas decisões e aplicá-los a questões econômicas” (DALY, 1993 [1992], p. 359; tradução nossa)⁸. Diante da necessidade

⁸ Reconhece-se que a concepção de Sachs, seja em termos de cada uma de tais qualidades, seja quanto ao conjunto por elas formado, é seguramente mais ampla que aquilo que, no presente

de, em alguma medida, objetivar o que se venha a considerar dentro de cada uma dessas qualidades, de modo que seja possível incorporá-las na avaliação econômica, o que aqui se faz é caracterizar, para efeito dessa objetivação, o que, no presente trabalho, é levado em conta em cada uma delas.

Por ecologicamente sustentável compreende-se, no presente trabalho, um comportamento proativo em relação aos impactos que as atividades humanas exercem sobre o meio ambiente natural e sobre a saúde humana. Diante do adjetivo que o caracteriza, é importante, se não mesmo necessário, que tal comportamento seja fundamentado por alguma concepção de ética ambiental: por essa razão, apresenta-se, neste trabalho, uma concepção de ética assim qualificada, bem como os critérios ou atributos que, com base nela, são, nele, propostos. Por economicamente viável, entende-se aqui o que esse conceito de fato significa: o empreendimento deve apresentar benefícios maiores que custos. A questão essencial, em toda avaliação econômica, é a definição do que deve ser considerado como benefício e do que deve sê-lo como custo, bem como do modo de objetivar ambos de maneira que possam ser comparáveis. A necessidade de comparação com supremacia de um em relação ao outro parece haver sido o motivo principal de a avaliação econômica haver utilizado, predominantemente, quantificação monetária de benefícios e de custos. Mas seria essa a única maneira, ou ao menos a mais adequada, para objetivar benefícios e custos? No presente trabalho, defende-se que essa pergunta deve ser respondida de modo negativo. A questão da determinação do que seja socialmente justo convida a refletir sobre algumas das teorias da justiça, bem como sobre outras considerações sobre o problema da justiça, com particular interesse em possíveis consequências filosóficas delas derivadas. E a questão da aceitação cultural reveste-se, aqui, de importância decisiva: para que um empreendimento alcance real sustentabilidade ele precisa contar com aceitação por parte das pessoas. E como promover tal aceitação? Como proceder quando as diferenças entre (grupos de) pessoas é tão acentuada que, ao menos no curto prazo, não se vislumbra possibilidade de convergência entre pontos de vista? Assim,

trabalho, é considerado em cada uma delas; de modo que, em respeito ao trabalho de Sachs, parece mais adequado dizer, para evitar possíveis equívocos, que as considerações que aqui se fazem, apesar de serem expressas com a mesma designação – visto que derivam da identificação apresentada por esse autor –, foram apenas inspiradas na ideia expressa por Sachs: não contemplam senão alguns poucos aspectos de uma ideia que ele apresenta de modo consideravelmente mais amplo.

a questão da investigação de procedimentos viáveis, diante da necessidade de preservar, no limite do razoável, a liberdade de as pessoas aderirem ou não a uma proposta, ganha importância neste trabalho.

Uma vez que se pretende que os atributos sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural sejam considerados, no contexto da avaliação econômica, com suficientes relevância e objetividade, é importante, necessário até, que sua caracterização encontre fundamento para além dos limites tradicionalmente reconhecidos para o domínio da Economia. Assim, diante da necessidade de caracterizar concepções de ética e de justiça buscam-se referências, conforme expresso nos Capítulos 3 e ou 4, em contribuições teóricas que expressam as ideias de dignidade como “essência da Humanidade” (Bernard Edelman), de tratamento com igual consideração e igual respeito (Ronald Dworkin), de justiça como equidade (John Rawls), de capacidades substantivas reais (Amartya Sen) e de direito ao dissenso (Enrique Leff); e o problema da aceitação cultural encontra apoio em teorias que sustentam as ideias de governança de recursos explorados em comum (Elinor Ostrom), de necessidade de reconhecimento (Axel Honneth), de coevolução dos sistemas socioambientais (Richard Norgaard) e de liberdade como não dominação (Philip Pettit).

É possível que, em síntese, a maior motivação seja mesmo a de contribuir para que avaliações econômicas possam ser realizadas a partir de uma racionalidade significativamente comprometida com uma concepção de desenvolvimento sustentável que reconheça a necessidade de, especialmente naquilo que diz respeito ao interesse coletivo – e a relação entre Economia e meio ambiente é dessa natureza –, observar-se, em medida importante, se não mesmo em primeiro plano, compromisso com alguma concepção eticamente válida e culturalmente aceita de bem comum. Isto é importante especialmente diante de uma racionalidade econômica neoclássica fortemente fundamentada no interesse individual, herdeira de uma interpretação aparentemente exagerada ou, talvez, equivocada de duas metáforas – a da “mão invisível”, de Adam Smith, e a do *Homo oeconomicus*, por vezes referenciada a John Stuart Mill – e de uma concepção de escolha racional que, em certos casos, se não mesmo na maioria deles, exacerba a natureza do interesse próprio. A proposta que aqui se desenvolve busca contribuir

para resgatar ao menos um pouco mais do compromisso coletivo que, segundo Benjamin Constant e Alain Touraine, caracterizava uma concepção de liberdade dos antigos, em comparação com a dos modernos, marcadamente individualista.

1.2.2 Supostos

Este projeto de pesquisa parte dos supostos que a avaliação econômica do meio ambiente deve (a) considerar a dignidade da pessoa humana na qualidade de valor substantivo inerente à humana condição, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório⁹; (b) privilegiar, ao invés de fluxos energéticos e internalização do custo dos impactos sobre ecossistemas, conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis; e (c) na condição de instrumento de escolha coletiva, manter compromisso com (ou privilegiar) escolhas fundamentadas em ética ambiental e em justiça social, com destaque para o respeito genuíno às diferenças culturais eticamente amparadas.

1.2.3 Problema de pesquisa

Uma reflexão sobre a relação entre o conceito de desenvolvimento sustentável – caso especial do conceito mais amplo de desenvolvimento, objeto de investigação no trabalho coletivo – e o modo como se realizam, normalmente, avaliações econômicas, especialmente no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, permitiu identificar o problema de pesquisa que motiva o desenvolvimento deste trabalho, problema este que é enunciado a seguir.

⁹ Esse suposto, por assim dizer, constitui-se no valor substantivo maior com base no qual são feitas todas as considerações que animam a presente tese de doutorado. Por essa razão, ele é recuperado, no texto, várias vezes. É certo que, do ponto de vista de estilo, bastaria enunciá-lo uma única vez e afirmar que, ao longo do texto, é com essas qualidade e importância que ele deve ser considerado. Todavia, julgou-se acertado recuperá-lo textualmente, acompanhado dos atributos que o caracterizam, em (quase) toda menção que se faz, ao longo do texto, à dignidade da pessoa humana: acertado na medida em que traz, para a reflexão empreendida em cada um dos diferentes momentos do texto em que esse valor é considerado, as características – substância, irrenunciabilidade, reconhecimento social e individual compulsório – que, necessariamente, devem nele ser observadas.

Problema de pesquisa: como incorporar com maior objetividade na relação entre Economia e meio ambiente os atributos conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis, mantendo compromisso efetivo com escolhas coletivas ambientalmente (mais) éticas, socialmente (mais) justas e culturalmente aceitas, observando, sempre e em primeiro lugar, a dignidade da pessoa humana?

1.2.4. Objetivos

Identificado o problema de pesquisa, definiu-se um objetivo geral, que se faz acompanhar de três objetivos específicos.

Objetivo geral: Aprimorar a caracterização de benefícios e de custos no escopo da relação entre Economia e meio ambiente, considerando como critérios complementares desta avaliação a conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis, e um efetivo compromisso com que escolhas coletivas sejam fundamentadas em ética ambiental e justiça social, e orientadas sempre e em primeiro lugar pela dignidade da pessoa humana.

Objetivo específico 1: Caracterizar, em termos suficientemente objetivos para poder ser levada em contextos de avaliação econômica, uma concepção de ética ambiental compatível com a racionalidade expressa no objetivo geral.

Objetivo específico 2: Caracterizar, em termos suficientemente objetivos para poder ser levada em contextos de avaliação econômica, uma concepção de justiça social na qual esteja presente uma caracterização da dignidade da pessoa humana na qualidade de valor substantivo inerente à humana condição, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório.

Objetivo específico 3: Conceber um modelo de escolha coletiva que observe a necessidade de respeito genuíno à diversidade cultural eticamente respaldada.

Porquanto derivam do objetivo principal, os objetivos específicos também são considerados em termos filosóficos e de possibilidades de implementação

efetiva. Todos os três objetivos específicos são objetos de reflexão teórica e guardam relação de necessidade com o objetivo geral, vez que as caracterizações e a concepção a que fazem referência não são admitidas como supostos: emergem da própria pesquisa.

1.2.5. Hipóteses

Com o intuito de tornar mais operacional e definido o trabalho em direção ao atingimento dos objetivos, enuncia-se um conjunto de hipóteses. E, do mesmo modo como são estabelecidos objetivos específicos, cada qual destinado ao trabalho com um ou mais elementos específicos que compõem o objetivo geral, também se apresenta uma hipótese geral seguida de hipóteses específicas.

Hipótese geral: Benefícios e custos no contexto da relação entre Economia e meio ambiente podem e devem ser determinados levando em conta, simultaneamente e na condição de atributos principais, conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana, produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis, e compromisso efetivo com escolhas coletivas fundamentadas em ética ambiental e justiça social e orientadas, sempre e em primeiro lugar, pela dignidade da pessoa humana.

Hipótese específica 1: Os atributos conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis são mutuamente compatíveis, no sentido de ser possível promover a coexistência simultânea de todos eles.

Hipótese específica 2: Um comportamento ambientalmente ético não apenas é compatível com um comportamento socialmente justo como pode ser concebido na condição de princípio para a concepção deste último.

Hipótese específica 3: É possível conceber um modelo de escolha coletiva que tem como característica principal o respeito às diferentes visões das pessoas diante de um mesmo problema em toda situação em que não há necessidade de o efeito de uma decisão (majoritária) ser estendido a todos os membros da

coletividade e em que a matéria em questão não oferece risco evidente¹⁰ a valores fundantes da vida em coletividade no território em que se está inserido.

1.2.6 Metodologia

Toda esta pesquisa fundamenta-se em reflexão teórica: não há, nela, realização de trabalho empírico. Uma vez enunciados os objetivos geral e específicos, e elaboradas as hipóteses geral e específicas, entendeu-se que os métodos escolhidos deviam apresentar duas propriedades. Primeira: deviam mostrar-se excelentes para a reflexão teórica alimentada por conteúdo não meramente formal, mas, principalmente, substantivo, proveniente de documentos que tratam dos aspectos relevantes para que se possa decidir de modo adequado quanto à aceitação ou não das hipóteses e orientar de modo adequado o atingimento dos objetivos. Segunda: deviam assegurar que as descobertas provenientes da reflexão teórica possam ser efetivamente implementados na caracterização de benefícios e de custos no escopo da relação entre Economia e meio ambiente.

Levando-se em conta essas duas propriedades, adotou-se o seguinte procedimento metodológico: leitura de referências que tratam dos temas definidos nos objetivos específicos, acompanhada de reflexão sobre o conteúdo – conforme anteriormente mencionado, não meramente formal, mas, principalmente, substantivo – que se pode extrair dos respectivos textos em termos de sua relação com o problema de pesquisa, com os próprios objetivos geral e específicos e com as hipóteses geral e específicas enunciados. A adoção de tal procedimento metodológico decorre de acreditar-se que o elemento responsável pela sustentação ou não, no todo ou em parte, das hipóteses, de que depende o encaminhamento adequado no sentido do atingimento dos objetivos, seja a coerência do argumento à luz de um raciocínio lógico clássico corretamente empregado e alimentado por considerações substantivas relevantes para o tratamento do problema de pesquisa.

¹⁰ A evidência aqui é decisiva, vez que, no domínio do argumento aplicado à defesa de interesses, diante de um mesmo objeto sobre o qual se dialoga uma pessoa pode identificar risco (por exemplo, risco de seu interesse não prosperar) quando outra não o faz.

No que se refere mais diretamente ao ponto de vista a partir do qual a reflexão é empreendida, adota-se, no presente trabalho, a perspectiva do chamado individualismo metodológico. Segundo Boudon e Bourricaud,

uma explicação é chamada *individualista* (no sentido metodológico) quando se considera explicitamente [um fenômeno social] P consequência do comportamento dos indivíduos pertencentes ao sistema social em que P é observado. [...] De modo geral, dir-se-á que se trata de uma metodologia individualista quando a existência ou a orientação de um fenômeno P, ou a relação entre um fenômeno P e um fenômeno P' é explicitamente analisada como uma consequência da lógica do comportamento dos indivíduos implicados por esse ou esses fenômenos (BOUDON; BOURRICAUD, 1993 [1982], p. 289; grifo dos autores).

Trata-se, por certo, de uma escolha metodológica; uma entre outras, a qual é empreendida – conforme explicado na Seção 1.3.2 – porquanto a linha de argumentação que se desenvolve neste trabalho admite que o comportamento individual exerce influência significativa, se não mesmo decisiva, para a consecução de resultados de interesse coletivo, especialmente quando é possível promover a adoção de práticas ecologicamente sustentáveis sem que, para tanto, seja necessário recorrer-se ao expediente da compulsoriedade legal. No que se refere à relação entre ação individual e coerções sociais, Boudon e Bourricaud apresentam a seguinte consideração.

É verdade que a ação individual está sujeita a coerções sociais: raramente se pode agir conforme a própria fantasia. Entretanto isto não significa que as coerções sociais determinam a ação individual. Essas coerções delimitam o campo do possível, não o campo do real. Mais precisamente, a noção de coerção social só tem sentido em relação às noções correlatas de *ação* e de *intenção*: um indivíduo que não tem intenção de compra não está exposto a nenhuma restrição orçamentária [...]. / Portanto o princípio do individualismo metodológico deve ser visto como um princípio fundamental não só da economia, mas também de todas as ciências sociais: da história, da sociologia, assim como da ciência política e da demografia. Sua importância é reconhecida – e isso não é difícil mostrar [...] – pela maior parte dos sociólogos clássicos, como Weber, Marx e Tocqueville. Contudo, é preciso acrescentar, nem sempre é fácil fundamentá-lo. Deixemos de lado o caso das diferentes variantes do holismo, que rejeitam esse princípio por razões metafísicas ou ideológicas. Ocorre muitas vezes que o pesquisador não tem condições, por não dispor de informações suficientes, de encontrar a lógica dos microcomportamentos [*sic*] responsáveis por um fenômeno [social] agregado P (BOUDON; BOURRICAUD, 1993 [1982], p. 290).

Conforme anteriormente mencionado, desenvolver um trabalho a partir da perspectiva do individualismo metodológico é algo que resulta de uma escolha; escolha que consegue reconhecimento, a um tempo substantivo e lexical – visto que as manifestações de Boudon e Bourricaud são apresentadas no *Dicionário Crítico*

de Sociologia (São Paulo: Ática, 1993), de autoria de ambos –, na qualidade de “princípio fundamental” de “todas as ciências sociais”, com menção expressa à Economia. Com base nas manifestações desses dois autores, pode-se concluir que com a escolha em favor do individualismo metodológico em nenhum de dois erros se incorre: nem no erro de negligenciar a importância que a influência externa ao indivíduo manifestada pela coerção social exerce sobre ele, nem no de compreender a ação deste como condicionada àquela influência coercitiva.

Por um lado, é importante ter em conta que uma decisão, e a correspondente ação, individuais, conquanto motivadas por uma perspectiva que o indivíduo avalia como favorável – ou como menos desfavorável –, uma vez levada a efeito pode sofrer influência significativa de fatores inicialmente não percebidos ou cujo efeito haja sido subestimado; fatores entre os quais (alguns d)os mecanismos sociais coercitivos podem desempenhar papel importante. E que, em algumas situações, efeitos que se apresentam benéficos aos indivíduos que, por meio da ação, os buscam podem resultar em prejuízos importantes à coletividade se uma parcela muito grande dos indivíduos decidirem agir de um mesmo modo. De maneira que a ideia de escolha racional ótima – que, mesmo no plano teórico, só consegue essa segunda qualidade diante dos elementos considerados relevantes para orientar a escolha, e não necessariamente diante de outros que, não obstante ausentes nesse processo de orientação, podem revelar-se, posteriormente, significativos ao problema em análise –, quando aplicada ao estudo do comportamento dos indivíduos, não pode deixar de ser compreendida como limitada ao modo como as variáveis contempladas na questão são nela relacionadas.

Por outro, é também importante considerar que, observando-se adequadamente as explicações apresentadas no parágrafo imediatamente anterior – não as observar pode conduzir a equívocos graves quando se adota uma perspectiva, por assim dizer, metodologicamente individualista –, a adoção da perspectiva do individualismo metodológico mostra-se vantajosa, se não mesmo necessária, nos contextos em que se pretende estimular a adoção de comportamentos de preferência a partir da livre adesão dos indivíduos a eles. Uma explicação para que, no presente trabalho, o encaminhamento de compromisso efetivo com o bem comum aconteça a partir de enfoque nos indivíduos é

apresentada na Seção 1.3.2.

1.3 DUAS IMPORTANTES EXPLICAÇÕES

Antes de dar seguimento à reflexão que neste trabalho se empreende, é importante, se não mesmo necessário, apresentar duas explicações. Isto é feito nas duas Seções imediatamente a seguir.

1.3.1 Sobre o tratamento teórico de problemas de interesse coletivo sem fazer menção ao papel do Estado em cada um deles em particular

O presente trabalho, ao contemplar objeto de interesse coletivo – a relação entre Economia e meio ambiente diante de uma concepção de desenvolvimento sustentável –, tem por objeto elementos que têm forte impacto na vida das sociedades; de modo que, em alguma medida importante, cabe ao Estado regulamentar as condições de uso dos mesmos, bem como zelar para que estas sejam adequadamente observadas. Entretanto, é fundamental considerar que, sobretudo em determinadas concepções de sociedades democráticas, as decisões e ações do Estado dependem, em medida importante, se não mesmo decisiva, do modo como os cidadãos, normalmente por meio de representantes, manifestam, por maioria de votos, sua vontade política em relação a questões de que se esteja a tratar politicamente.

Em um cenário típico de democracia representativa, ao menos duas dificuldades teóricas costumam estar presentes. Uma delas diz respeito a em que medida os representantes efetivamente conseguem manifestar a vontade dos representados: porque pode acontecer, por exemplo, que a um representante corresponda um número excessivamente grande de representados, de modo que se torna bastante difícil, se possível o for, estabelecer entre estes e aquele um canal de comunicação eficiente. A outra refere-se a que, em procedimentos de tomada de decisão empreendidos por meio do voto majoritário simples, a(s) minoria(s) pode(m), ao menos em teoria, ter que se conformar com uma decisão contrária a sua vontade, que pode ser bem legítima: afinal, o endosso ao voto majoritário pura e

simplesmente serve, e bem, como salvaguarda contra pretensões ditatoriais minoritárias, mas não necessariamente assegura que, por meio dele, se chegue a uma condição de atendimento suficiente aos legítimos – no sentido de eticamente amparados – interesses tanto da maioria como da(s) minoria(s); ou, em outras palavras, a uma efetiva realização do bem comum.

A análise empreendida no parágrafo imediatamente anterior vale, em medida importante, no contexto dos incentivos econômicos empreendidos pelo Estado, que tem nos instrumentos de política econômica um poderoso meio para incentivar a adoção de determinados comportamentos e para desestimular a de outros. De um ponto de vista teórico, para o problema da relação entre Economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável conhece-se, em um primeiro plano, solução trivial: deve-se incentivar, por meio de políticas econômicas, a adoção de processos produtivos e padrões de consumo comprometidos, a um tempo, com o atendimento das necessidades humanas eticamente amparadas – entre elas, em lugar de destaque, o compromisso efetivo com que todo e qualquer ser humano tenha, de fato, condições de viver com dignidade – e com a manutenção da boa qualidade do meio ambiente natural. É simples assim: não há, no plano normativo, muito mais que isso a fazer.

Consequentemente, a efetiva implementação das considerações defendidas no presente trabalho não pode prescindir de competente atuação estatal, que inicia com a promulgação de uma Carta Magna a qual torna objetivas as condições essenciais da vida em sociedade, e prossegue com o desenvolvimento e com a adequada implementação de programas estatais que visem a assegurar, de direito e de fato, a universalidade das condições de vida digna, e também um uso responsável dos recursos naturais. O que não exclui, por certo, iniciativas locais que, partindo das próprias comunidades e mesmo dos indivíduos, visam a promover, em medida importante, a dignidade humana e a boa qualidade do meio ambiente natural.

No presente trabalho, ao tratar-se de problemas de interesse coletivo, para além das considerações gerais aqui apresentadas não se faz menção específica ao papel do Estado em cada um deles: e isto por duas razões. A primeira, porque um adequado encaminhamento a essa qualidade de problemas – que costuma ser

marcada por uma considerável complexidade sociopolítica e ambiental – não pode prescindir de considerar o conjunto de particularidades culturais eticamente amparadas que são típicas das comunidades e mesmo das sociedades em que eles se apresentam. A segunda, porque a linha de argumentação adotada neste trabalho procura respeitar genuinamente as diferenças de valores que as pessoas e os grupos preferem manter, contanto que encontrem, todas elas, amparo suficiente diante de alguma concepção autêntica de ética substantiva, decidida e consequentemente comprometida com a dignidade da pessoa humana. Não obstante, no Capítulo 6, com o qual conclui-se este trabalho – mais especificamente na Seção 6.5 –, apresentam-se exemplos de como o Estado pode atuar de modo proativo, no sentido de promover, por meio do exercício de política econômica, em especial das políticas fiscal e monetária, a dignidade humana e a boa qualidade do meio ambiente natural.

1.3.2 Sobre o encaminhamento de compromisso efetivo com o bem comum a partir de enfoque nos indivíduos

Conforme visto na Seção 1.3.1, em assuntos de interesse coletivo a presença estatal é imprescindível. Iniciativas individuais têm, é claro, valor, mas o efeito conjunto delas decorrente pode precisar – e isso tanto mais quanto maior for o número de pessoas que integram uma coletividade – de adequada e objetiva coordenação formal, que, no plano da vida em sociedade, é empreendida pelo Estado.

No presente trabalho, o problema da sustentabilidade ecológica do desenvolvimento é orientado com base em uma concepção de ética ambiental substantiva: a partir dessa concepção, identificam-se atributos que caracterizam o que aqui se considera comportamento ecologicamente sustentável. De modo semelhante, a concepção de justiça socioambiental substantiva fundamenta-se em um conjunto de preceitos, e o problema da aceitação cultural é encaminhado a partir de um compromisso com respeito genuíno ao outro e com uma ideia de não dominação. Cada um desses atributos, cada um desses preceitos e cada um desses compromissos se fundamenta em um conjunto de supostos, de modo que o

reconhecimento, não formal, mas substantivo, de cada um deles acontece unicamente na medida em que cada pessoa, individualmente e ou em grupo, identifica-se com eles. Estabelecem-se, ou não, relações de identidade entre pessoas e tais atributos, preceitos e compromissos, os quais, no contexto do presente trabalho, têm emprego bem definido: orientar avaliações econômicas.

A característica essencial da avaliação econômica é a definição do que, a partir de determinado ponto de vista, deva nela ser considerado como benefício, do que nela deva ser considerado como custo, e do modo como objetivar ambos de maneira que possam ser comparáveis em termos de magnitude, a ver se, nela, os benefícios superam (ou não) em valor os custos e, conseqüentemente, se nela existe (ou não) viabilidade econômica. O modo mais conhecido e utilizado para realizar tal qualidade de avaliação consiste em atribuir valores monetários a benefícios e a custos, em comparar a magnitude de tais valores. A proposta que no presente trabalho se desenvolve apresenta-se como uma alternativa – uma entre várias possíveis – para avaliar economicamente projetos, a qual se mostra decididamente comprometida com sustentabilidade ecológica, com justiça social e com aceitação cultural. E é razoável considerar que ela venha a ser usada na medida em que os supostos que lhe dão sustentação sejam aceitos pelos potenciais usuários; ou, em outras palavras, por quem com eles se identifique. A racionalidade que aqui se estabelece é consideravelmente diversa daquela que orienta a ação compulsória; e é muito por isso que a presente proposta, que se mostra decididamente comprometida com o bem comum e com sustentabilidade ecológica, dedica atenção especial ao indivíduo: ao indivíduo interessado em contemplar, no contexto da avaliação econômica, sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural, na proporção em que concorde com os atributos, preceitos e compromissos que dão sustentação à proposta neste trabalho desenvolvida.

1.4 UMA VISÃO GERAL DOS CAPÍTULOS SEGUINTE

Conforme expressa na Seção 1.1.3, a concepção de desenvolvimento sustentável que orienta a reflexão empreendida no presente trabalho mantém compromisso com sustentabilidade ecológica, com viabilidade econômica, com

justiça social e com aceitação cultural. Assim, os quatro capítulos imediatamente seguintes dedicam atenção, cada um deles, a um dos atributos que caracterizam tal concepção.

É importante notar que – conforme expresso na Seção 1.1.3 – a consideração da relação entre Economia e desenvolvimento, no limite do presente trabalho, dá-se de modo restrito, isto é, a partir da consideração, no contexto da avaliação econômica, de atributos que caracterizam a concepção de desenvolvimento nele admitida. E que três desses atributos – sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural –, pela natureza dos conteúdos que encerram, precisam encontrar fundamento teórico em valores relevantes no contexto de cada um dos três. Sustentabilidade ecológica não prescindirá de estar orientada por uma concepção de ética socioambiental; justiça social por uma concepção de justiça substantiva assim qualificada; e aceitação cultural por elementos relevantes no contexto das diferenças eticamente respaldadas. Por essa razão, a reflexão sobre cada um desses três atributos, no Capítulo em que é desenvolvida, privilegia conteúdos referentes ao próprio atributo; o modo como este é levado em conta nos contextos da relação entre Economia e meio ambiente e dessa relação com o problema do desenvolvimento é externado de modo mais direto no Capítulo 6.

No Capítulo 2, cujo título é “Economia e meio ambiente: possibilidades de contribuição”, considera-se, primeiro, a relação entre Economia e meio ambiente a partir de três correntes distintas, com destaque para como elas se apresentam diante do problema da sustentabilidade. Em seguida, reflete-se sobre possibilidades de aprimorar a caracterização da relação entre Economia, meio ambiente e desenvolvimento, de contribuir para o desenvolvimento da Economia por meio de pesquisa em ambiente interdisciplinar, e de caracterizar objetivamente benefícios e custos econômicos. Em um terceiro momento, apresentam-se as concepções de Economia e de benefícios e custos econômicos admitidas neste trabalho, enuncia-se a tese de doutorado, e apresentam-se algumas considerações a respeito de propostas normativas.

O Capítulo 3, intitulado “Economia, meio ambiente e compromisso com comportamento ecologicamente sustentável”, inicia-se com a busca por caracterizar uma ética ambiental com base na qual se possa caracterizar comportamento

ecologicamente sustentável: as reflexões lá empreendidas conduzem ao enunciado de uma concepção ética designada como *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*. Com base nesta concepção ética, definem-se quatro atributos que, no presente trabalho, caracterizam comportamento assim qualificado.

No Capítulo 4, cujo título é “Economia, meio ambiente e compromisso com justiça social”, apresentam-se, inicialmente, algumas considerações sobre a ideia de justiça social, às quais segue uma reflexão a respeito de quatro teorias da justiça, surgidas nas três últimas décadas do século XX, às quais se somam duas contribuições desenvolvidas em países não anglófonos. Posteriormente, algumas considerações adicionais sobre o problema da justiça são apresentadas, a partir de ideias de outros autores acerca de determinados atributos que, adequadamente contemplados, contribuem para uma melhor compreensão do que possa, substantivamente, ser considerado como justo. Com base nas considerações a respeito daquelas teorias da justiça e destes atributos, passa-se à identificação de preceitos que, em conjunto, caracterizam a concepção de justiça social – que, por suas características, pode ser qualificada, apropriadamente, como socioambiental¹¹ – considerada no presente trabalho, que é expressa, de modo sintético, na conclusão do Capítulo.

O Capítulo 5, intitulado “Economia, meio ambiente e compromisso com aceitação cultural”, inicia-se com algumas considerações sobre a relação entre Economia e cultura, às quais seguem outras, a respeito de processos de escolha coletiva. Em seguida, a relação entre Economia, meio ambiente e aceitação cultural é considerada sobretudo a partir de três contribuições teóricas. Na sequência, passa-se a percorrer a respeito das identidades culturais, que definem territórios simbólicos que, por sua vez, são delimitados por fronteiras. Diante do reconhecimento de tais territórios e fronteiras, e com inspiração nas ideias de diplomacia e de uma concepção específica de republicanismo, concebe-se um modelo teórico¹² com base no qual, observadas suas características, entre elas suas

¹¹ A palavra *socioambiental*, assim como as palavras *coevolução* e *emergia*, que aparecem já no Capítulo 2, e *biocentrismo*, que se apresenta no Capítulo 3, não são encontradas no Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras. Entretanto, mesmo reconhecendo o cuidado que se deve ter com o uso do vernáculo, decidiu-se utilizá-las, e também algumas palavras delas derivadas, na ausência de outras que possam expressar, de maneira a um tempo concisa e precisa, as ideias que, por sua composição, elas expressam.

¹² O modelo é caracterizado como teórico porquanto resulta de reflexão teórica, e não, por exemplo, de realização de pesquisa empírica.

limitações – evidenciadas em especial na Seção 5.5.3 –, é possível levar em conta, com alguma objetividade não negligenciável, aceitação cultural no contexto da avaliação econômica.

E no Capítulo 6, intitulado “Considerações finais e conclusões”, diante das considerações que resultam das reflexões levadas a efeito nos Capítulos anteriores, sustenta-se a tese de doutorado, enunciada no Capítulo 2 (Seção 2.2.6).

2 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO

Neste Capítulo, a relação entre Economia e meio ambiente é considerada a partir de três correntes distintas, com destaque para como elas se apresentam diante do problema da sustentabilidade. Em seguida, reflete-se sobre possibilidades (a) de aprimorar a caracterização da relação entre Economia, meio ambiente e desenvolvimento, (b) de contribuir para o desenvolvimento da Economia por meio de pesquisa em ambiente interdisciplinar, e (c) de caracterizar objetivamente benefícios e custos econômicos. Em um terceiro momento, apresentam-se as concepções de Economia e de benefícios e custos econômicos admitidas neste trabalho, e enuncia-se a tese de doutorado. Em razão da natureza normativa que, em medida importante, caracteriza a proposta desenvolvida neste trabalho, apresentam-se, também, algumas considerações a respeito de propostas normativas.

2.1 RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE: TRÊS CORRENTES DISTINTAS

Estudar a relação entre Economia e meio ambiente em termos de sustentabilidade implica, de início, considerar a existência de três correntes distintas. Embora todas elas se ocupem, em alguma medida importante, com a necessidade de as atividades econômicas serem sustentáveis ao longo do tempo, existem diferenças significativas no modo como cada uma concebe o problema da sustentabilidade; e, em função delas, as respectivas racionalidades características apresentam, elas também, diferenças expressivas.

2.1.1 As duas primeiras correntes: dois enfoques diferentes para a relação entre atividades econômicas e suas consequências sobre o meio ambiente natural

Uma primeira distinção é aquela entre a chamada economia neoclássica aplicada ao problema da relação entre Economia e meio ambiente e a denominada economia ecológica.

Economistas neoclássicos, como Milton Friedman e Robert Samuelson, consideram os recursos naturais importantes, mas não vitais, por causa de nossa capacidade de encontrar substitutos para os escassos recursos e serviços do ecossistema. Eles também concordam que o crescimento econômico contínuo é necessário, desejável e ilimitado. / *Economistas ecológicos*, como Herman Daly e Robert Costanza, veem os sistemas econômicos como subsistemas do meio ambiente que dependem muito dos recursos naturais insubstituíveis da Terra [...]. Eles apontam que não há substitutos para muitos recursos naturais, como ar, água, solo fértil e biodiversidade. Eles também acreditam que o crescimento econômico convencional se tornará insustentável, pois pode esgotar ou degradar muitos dos recursos naturais dos quais dependem os sistemas econômicos (MILLER JR., 2007 [2006], p. 476; grifos do autor).

Percebe-se, entre essas duas correntes, diferenças significativas, se não mesmo fundamentais. A primeira delas – a economia neoclássica aplicada ao contexto do meio ambiente, em cujo contexto inclui-se, também, a contribuição de David William Pearce e de Robert Kerry Turner – interessa-se especialmente pela modelagem das relações entre atividades econômicas e sistemas ecológicos e pela avaliação de serviços ecossistêmicos. A segunda – a economia ecológica – representa um compromisso entre pesquisadores de ciências naturais e sociais, que se faz acompanhar de ações práticas, para desenvolver uma nova compreensão de como os diferentes sistemas vivos interagem uns com os outros, com o intuito de se extrair dessa compreensão, lições adequadas tanto para análise de contextos como para proposição de políticas. Vê-se, nessa caracterização da economia neoclássica aplicada ao contexto do meio ambiente, que, em termos de racionalidade, interessa fundamentalmente descobrir meios de internalizar efeitos ambientais no custo e, conseqüentemente, no preço de bens e de serviços; uma racionalidade assim estabelecida parece resumir a questão de modo relativamente simples, se não mesmo simplista: a internalização de ao menos alguns custos ambientais e de ao menos alguns benefícios ambientais, ou seja, a expressão deles em unidades monetárias, a ser repassada ao preço dos bens e dos serviços a eles relacionados. Já no que se refere à economia ecológica, no modo como aqui ela é caracterizada, observa-se como que um pragmatismo na condução de pesquisas por parte de cientistas naturais (principalmente de ecologistas) e de cientistas sociais (principalmente de economistas); compreender a economia ecológica nestes termos implica em reconhecer na Ecologia uma aliada privilegiada para que a Economia possa melhor identificar os efeitos das atividades econômicas sobre o meio

ambiente natural, dentro de uma racionalidade segundo a qual os problemas econômicos relacionados ao meio ambiente natural podem ser (mais) adequadamente encaminhados na proporção em que se lhes identifiquem as consequências ecológicas.

2.1.1.1 Sobre a primeira corrente: considerações sobre a utilização de fundamentos da economia ambiental e de recursos naturais

A Economia, representada pela escola do pensamento econômico conhecida como economia neoclássica, buscou dar encaminhamento ao problema da relação entre Economia e meio ambiente, e a fazê-lo com referência tanto aos estoques de recursos naturais como a impactos ambientais decorrentes de atividades de exploração econômica:

[...] nos primeiros anos da década de 70 do século XX, a economia neoclássica começava a mostrar renovado interesse pelo meio ambiente natural e agora [2005] inclui as duas importantes especialidades, ou subdisciplinas, da *economia ambiental* e da *economia de recursos naturais* (algumas vezes somente economia de recursos). [...] a economia ambiental interessa-se (principalmente) pelas inserções da economia no meio ambiente, e por problemas de poluição ambiental. A economia de recursos naturais interessa-se (principalmente) pelas extrações econômicas do meio ambiente, e com problemas associados ao uso de 'recursos naturais' (COMMON; STAGL, 2005, p. 4; tradução nossa; grifos dos autores).

Certamente o problema maior a que cada uma dessas especialidades – economia ambiental e economia de recursos naturais – se dedica é diferente: a primeira mostra-se interessada no problema da disponibilidade de recursos naturais, e a segunda no dos impactos exercidos sobre o meio ambiente em decorrência de atividades econômicas. Entretanto, é possível pensar ambas em termos de uma construção teórica – uma disciplina econômica – mais ampla, capaz de compreender uma e outra. Da junção dos enfoques da economia ambiental e da economia de recursos naturais surgiu uma disciplina econômica (neoclássica) denominada economia ambiental e de recursos (naturais), que se ocupa do problema dos impactos ambientais ocasionados por atividades de produção, distribuição e consumo de bens e de serviços econômicos e também do problema do provimento de recursos naturais.

O núcleo da EAR [economia ambiental e de recursos] é a teoria de externalidades negativas ou custos externos. Esta considera a degradação

ambiental e o uso de recursos naturais não precificados como um efeito negativo externo ao mercado [exercido] por um agente econômico sobre outro, sem qualquer forma de compensação se realizando. Isto implica que o problema ambiental é lançado em termos de uma interação entre pessoas (agentes econômicos), isto é, a natureza e o meio ambiente estão apenas implicitamente descritos (BERGH, 2001, p. 15; tradução nossa).

Ao admitir-se o conceito de economia ambiental e de recursos nesses termos, fica clara a necessidade de, dentro dessa abordagem, procurar-se atribuir preço a tudo quanto se apresente necessário ou conveniente de ser levado em conta em uma avaliação econômica; de modo que não seria exagero qualificá-la de uma economia de preços, em conformidade com uma ideia de que

em economia o meio ambiente é visto como um ativo composto que fornece uma variedade de serviços. É um ativo muito especial, a estar-se certo, desde que fornece os sistemas de suporte de vida que sustentam nossa própria existência, mas é um ativo não obstante (TIETENBERG, 1988, p. 17; tradução nossa).

Uma vez que a teoria neoclássica, na qual se baseia a economia ambiental e de recursos naturais, define o problema ambiental em termos das externalidades que ocorrem fora do projeto ou atividade, sob a óptica da economia ambiental e de recursos naturais com a incorporação das externalidades como custos tal problema estaria resolvido: a dificuldade, porém, reside no cálculo destes custos. Faz-se necessário, portanto, investigar possíveis consequências, ao menos teóricas, de levar-se a efeito o expediente de atribuir procedimentos de fixação de preços com vistas a promover um uso mais responsável de tais recursos, e de estabelecer compensações financeiras a impactos ambientais. E, no caso da utilização de recursos naturais, é necessário também considerar se, para efeito de sua utilização prática, o recurso que se esteja a levar em conta é admitido como renovável – isto é, se, mediante adequado processo de gestão, pode-se dispor dele de modo permanente ao longo do tempo, independentemente de se tal disponibilidade apresenta-se de modo contínuo ou intermitente com ciclos razoavelmente regulares – ou como não renovável – isto é, se o recurso é tal que sua dotação, para efeitos práticos relacionados a sua utilização, é admitida como limitada e não passível de reposição ao longo do tempo.

O problema do tratamento econômico de recursos naturais não renováveis encontra contribuição significativa à seguinte afirmação – creditada ao estatístico e economista teórico norte-americano Harold Hotelling – que ficou conhecida como

regra de Hotelling: “assumiremos sempre que o proprietário de um estoque exaurível deseja fazer o valor presente de todos os seus rendimentos futuros um máximo” (HOTELLING, 1931, p. 140; tradução nossa). Conforme ensina a matemática financeira, valor presente é o valor de um evento – recebimento ou desembolso – quando este é convertido de um instante de tempo no passado ou no futuro para um instante de tempo de referência admitido como sendo o tempo presente; e a conversão de valores monetários entre dois instantes de tempo diferentes precisa observar uma taxa de juros ou de desconto. Consequentemente, a regra de Hotelling estabelece que a proporção em que se deve extrair um recurso natural não renovável deve observar o ritmo de exploração que se acredita venha a resultar no maior ganho possível. Naturalmente, não há como saber, ao certo, qual é esse ritmo, porque ele depende do preço que o recurso não renovável provavelmente alcançará em diferentes épocas futuras. E esse preço é significativamente incerto, porquanto suscetível à influência que outros recursos podem exercer no atendimento da demanda que, no tempo presente, é atendida pelo recurso não renovável em questão. Isto porque não se sabe, ao certo, se nas diversas épocas vindouras o recurso ainda será demandado para atendimento às necessidades que, no tempo presente, justificam com ele se ocupar em termos econômicos; nem se, em determinado momento no tempo, mais de um recurso a ele alternativo passará a atender porção considerável da demanda que, no momento presente, é por ele atendida; nem, ainda, se esse recurso no futuro encontrará novas possibilidades de emprego econômico sem que se lhe apresente substituto satisfatório, de modo a que sua demanda aumente e, em consequência, seu preço se eleve substancialmente. Não obstante, o raciocínio que se desenvolve a partir da regra de Hotelling orienta a ação com vistas a que se possa conseguir o maior ganho – isto é, o maior valor presente – com a exploração do recurso não renovável em questão, admitindo como referência aquilo que, no momento considerado como “presente” para efeito de aplicação da regra, se considera que, provavelmente, venha a acontecer no futuro. No caso de mudanças significativas em termos de provável utilização futura do recurso em questão, deve-se, por certo, refazer a análise, considerando o efeito mais provável de acontecer a partir de tais mudanças.

Já o problema do tratamento econômico dos recursos naturais renováveis orienta-se, basicamente, por uma ideia de autoria do economista canadense Howard Scott Gordon que, não obstante haja sido produzida no contexto da atividade pesqueira, pode ser aplicada no panorama mais amplo dos recursos naturais renováveis em geral: “podemos definir o grau ótimo de utilização de qualquer propriedade pesqueira particular como aquela que maximiza o lucro econômico líquido, a diferença entre custo total, por um lado, e receitas totais (ou produção de valor total), por outro” (GORDON, 1954, p. 129; tradução nossa). Conforme pode-se observar, a ideia, de um ponto de vista teórico, é relativamente simples: maximização de lucro; a dificuldade reside fundamentalmente em determinar, nos casos reais específicos, as condições em que se consegue essa maximização. Em um contexto econômico real, deve-se, portanto, apurar empiricamente valores de receitas e de custos correspondentes e, com base em alguns resultados empíricos, delinear um comportamento teórico provável, cuja validade precisa, é claro, ser corroborada ou não diante da experiência manifestada em tal contexto; e deve-se observar ainda que, diante da natureza empírica a partir da qual se obtêm os dados para a caracterização da relação entre receitas e custos – a qual pode, a partir de determinado instante no tempo, passar a estar sujeita a condições significativamente diversas daquelas inicialmente observadas –, identifica-se ser bom procedimento verificar, de tempos em tempos – em especial quando existe perspectiva de exploração do recurso por tempo considerável –, se a condição inicialmente identificada como maximizadora de lucros continua ou não a produzir o maior lucro e, no caso de não o fazer, buscar determinar a nova condição de lucro máximo.

O problema do estabelecimento de compensações financeiras a impactos sobre o meio ambiente natural requer atenção especial, em particular porque “a ideia de fixar um valor em dinheiro sobre dano feito ao meio ambiente impressiona a muitos como ilícita, até imoral” (PEARCE; TURNER, 1990, p. 121; tradução nossa). Com efeito, o valor moral do procedimento está diretamente associado à exegese que se faz da atribuição de valor monetário a impactos ambientais negativos: porque uma coisa é compreender que o valor financeiro estipulado serve para restaurar, mesmo que parcialmente¹³, o dano feito; outra bem diferente é imaginar que o

¹³ Uma obrigação de reparação efetivamente comprometida com justiça social substantiva não pode pretender que alguém pague por um dano ocasionado mais do que esteja em condições de

pagamento de tal valor possa *equivaler* a tal dano, no sentido de ser possível a alguém escolher entre (a) agir sem produzir o dano e (b) agir deliberadamente produzindo-o e pagando o correspondente valor monetário de reparação. Talvez alguém pretenda argumentar que, mesmo nesse último caso, a pessoa que assim prefere agir não merece censura ética uma vez que age dentro das possibilidades de ação que lhe estão disponíveis. Entretanto, tal argumento, se consegue alguma sustentação no plano formal, seguramente não o faz no ético substantivo: admiti-lo como válido seria ignorar, primeiro, o fundamento moral que preside as ações de reparação; e depois, que parte significativa da ação reparatória – talvez mesmo a mais importante delas – consiste na manifestação de consideração e respeito por quem haja sofrido o dano a reparar¹⁴. A atribuição de valores monetários a danos ocasionados ao meio ambiente mostra-se adequada na proporção em que seja possível, por meio da utilização de recursos financeiros disponíveis, levar a efeito intervenções no meio ambiente natural com vistas a restabelecer-lhe uma condição qualitativa tão próxima daquela que se verificava antes da ocorrência do dano quanto o seja razoável¹⁵ admitir. Esse expediente, desde que administrado de maneira correta – ou seja, desde que, nele, se considerem os elementos

fazê-lo: não pode a indenização, portanto, representar a tal pessoa ônus que a impossibilite de viver a vida boa e digna a que toda pessoa tem direito. Considerações sobre vidas boas e dignas, em um contexto de justiça social substantiva, são apresentadas no Capítulo 4, mais especificamente na Seção 4.3.2.

¹⁴ De um ponto de vista teórico formal, seria possível argumentar, tautologicamente (ou quase), que um valor substantivo só existe de fato quando de fato existe; e que, portanto, não faz sentido esperar que quem não tem consideração e respeito por alguém aja como se tivesse-os. E esse argumento poderia ainda buscar robustecer-se com a consideração de que é importante que as pessoas sejam livres para manifestarem seus pensamentos e sentimentos, e que o sejam ao ponto de poderem dizer, por exemplo, que não sentem consideração e respeito algum por quem haja sofrido o dano. Pois bem: primeiramente é preciso ter em conta que o problema em questão – o da necessidade de indenizar pelo dano sofrido, na proporção em que tal indenização não represente, para a pessoa que indeniza, ônus que a impossibilite de viver a vida boa e digna a que toda pessoa tem direito – é de natureza ética, e deve ser analisado no contexto dessa natureza. Adotando-se uma concepção ética consequencialista, permitir, simplesmente, que uma pessoa possa causar um dano ambiental contanto que pague o valor monetário a ele correspondente seria equivalente a tornar facultativa a produção do dano a todos quantos possam pagar tal valor e estejam dispostos a fazê-lo, o que, por assim dizer, esvaziaria a ação ética dessa sua qualidade; diante de uma concepção ética deontológica, ao considerar-se que a ação ética é sempre substantiva, também não se vê alternativa a reconhecer que não se pode facultar a alguém, com amparo da ética, a escolha entre produzir ou não um dano. Vê-se, assim, e por mais de uma concepção ética, que a ideia de uma suposta equivalência entre um dano, no caso um dano ambiental, e sua compensação financeira não consegue prosperar.

¹⁵ A razoabilidade, também aqui, é essencial: evitam-se, com sua consideração, exageros que, por vezes, podem ocorrer quando, em contextos de alta complexidade – como a que, normalmente, caracteriza o meio ambiente natural –, se exige que a restituição de uma condição anterior aconteça para além de um nível de detalhe, por assim dizer, razoável.

ambientalmente relevantes, e que a estes sejam atribuídos valores monetários compatíveis com as necessidades de intervenção reparadora –, pode ser muito útil no processo de buscar restituir a qualidade ambiental comprometida em razão da ocorrência de um dano; porém, é imperioso considerar que tal atribuição valorativa insere-se em um contexto mais amplo, a saber, o das relações humanas, as quais devem pautar-se, sempre, pela observação de uma justiça socioambiental substantiva¹⁶, que, entre outros, tem o dever de observar o limite – substantivamente justo – do impacto que um dano involuntariamente causado pode exercer na vida de todas as pessoas envolvidas – entre elas, naturalmente, quem o haja, sem o querer, ocasionado.

Quando uma pessoa física ou jurídica, para conseguir os resultados de alguma atividade produtiva, polui o meio ambiente sem que haja consequência restritiva alguma decorrente desse comportamento, é razoável admitir que, a menos que essa pessoa seja dotada de alguma espécie de consciência ambiental, ela continue a reproduzir tal comportamento e, assim, a comprometer cada vez mais a qualidade do meio ambiente. No sentido de reduzir os impactos ambientais indesejáveis ou negativos, surgiu o *princípio do poluidor pagador*, cuja ideia básica, segundo Turner *et al.* (1993, p. 145; tradução nossa; grifos dos autores), “é que o *preço* de uma mercadoria ou serviço deve refletir completamente seu *custo total de produção*, incluindo o custo de *todos* os recursos usados”; a ênfase em todos supõe, também, custos relativos ao uso dos recursos naturais e seu impacto sobre o meio ambiente, na proporção em que esses custos podem ser objetivados.

Em Economia, fala-se de *externalidade* quando algum efeito relevante, favorável ou desfavorável, acontece sem que seja objetivado como benefício monetário ou custo monetário. Vê-se assim necessidade de dedicar atenção especial às chamadas externalidades ambientais negativas – impactos prejudiciais ao meio ambiente gerados em razão dos processos produtivos.

Já na década de 20 do século XX, Pigou (1948)¹⁷ sustentava a necessidade de que essas externalidades negativas fossem contempladas pelo Estado, impondo aos seus responsáveis uma taxa. Essa taxa deveria ser a diferença entre o custo social e o custo privado. Essa diferença (custo externo) corresponde aos custos dos mecanismos necessários para

¹⁶ Uma caracterização de justiça socioambiental substantiva é apresentada no Capítulo 4 (Seção 4.5).

¹⁷ PIGOU, Arthur Cecil. **The economics of welfare**. 4.ed. London: McMillan, 1948. A primeira edição data de 1920 (Londres: McMillan & Co.).

purificar o ar até o nível anterior à sua poluição, ou indenizar os afetados. Dessa maneira, o Estado corrigiria as falhas do mercado; todavia este continuaria sendo o mecanismo alocador de recursos (FOLADORI, 2001 [1999], p. 144).

A ideia em si de o Estado estabelecer a existência e o valor das taxas tem sua virtude: contribui no sentido de desestimular a degradação ambiental, visto que associa a esse comportamento um custo objetivo. Dependendo do que disponham os diplomas legais, o Estado pode cobrar uma taxa proporcional ao dano ou volume da poluição, obrigar o poluidor a instalar equipamentos de controle de poluição, e até mesmo interditar o empreendimento. Mas tais medidas conhecem limitações: em uma sociedade democrática representativa, essas iniciativas precisam contar com apoio dos legisladores e, mais amplamente, dos partidos políticos que dão sustentação ao governo; e, para além deste problema, de natureza política, com sua aplicação pode acontecer de apenas parte do dano ambiental ser reduzido ou compensado, além de que, em casos em que existem fontes poluidoras difusas ou vários poluidores, amiúde é difícil identificar o(s) poluidor(es).

Uma alternativa a essa proposta de atuação estatal foi oferecida por Ronald Coase, e fundamenta-se na ideia de negociação entre partes interessadas em um problema ambiental.

Modernamente, Coase (1960)¹⁸ defende que o problema se localiza mais em termos jurídicos que econômicos. Se os direitos de propriedade abrangem o ar que respiramos, cada um de nós pode exigir uma indenização à fábrica poluente. No entanto, como não existe tal alcance jurídico, a proposta de Coase consiste em que a negociação seja feita diretamente entre poluentes [sic] e afetados, de maneira que eles resolvam o problema, descartando a participação estatal. Ainda que com diferente proposta de resolução, o mercado seguirá sendo o mecanismo alocador dos recursos (FOLADORI, 2001 [1999], p. 144).

A ideia de negociação, em si, apresenta-se mais simpática que a de imposição, mas pode trazer algumas dificuldades, das quais destacam-se, aqui, duas. A primeira é a necessidade de todas as partes envolvidas estarem interessadas em negociar: ora, na inexistência de previsão objetiva de penalidades, excetuando o caso em que o poluidor não tenha percebido que a atividade por ele desenvolvida estava a poluir o meio ambiente, é pouco provável que quem polui esteja disposto, por livre iniciativa, a negociar uma solução que implique em mudança de comportamento perante o meio ambiente, em especial quando tal

¹⁸ COASE, Ronald Harry. The problem of social cost. **Journal of Law and Economics**, Chicago: The University of Chicago Press, v. 3, p. 1-44, October 1960.

mudança acarretar custos adicionais em relação à magnitude dos custos praticados antes de sua implementação. A segunda é que, mesmo quando há disposição para negociação de todas as partes envolvidas, não há garantia de que o acordo efetivamente seja firmado em condições de assegurar eficácia à reparação do dano ambiental.

É compreensível que o procedimento de atribuir valor monetário na valoração do meio ambiente possa ser defendido com o argumento de que, na falta de melhores condições de valoração, ele se apresente como mais interessante do que a alternativa de, simplesmente, nada se fazer a respeito. E o argumento, que reconhece suas limitações, tem poder de convencimento, mas não pode deixar de expor à reflexão, com detalhes, os fundamentos dos modelos utilizados.

Em teoria, quando o que se compreende por custos ambientais são custos monetários, o limitante para a degradação ambiental, do ponto de vista de alguém que não manifeste sensibilidade diante da utilização dos recursos naturais – no sentido, por exemplo, da preservação ou conservação de ecossistemas –, é a magnitude dos custos financeiros (como, por exemplo, preço final do produto, taxas, multas); também não se percebe, no processo de valoração monetária do meio ambiente, evidente preocupação com o respeito às diferentes culturas. A ideia de sustentabilidade, sob essa óptica, compreende fundamentalmente assegurar a disponibilidade de insumos para dar continuidade à produção de bens e de serviços, observados pelo menos os padrões de qualidade do tempo presente.

Os simpatizantes da economia ambiental defendem que é possível internalizar no preço (valor monetário) de bens e de serviços ao menos alguns dos impactos sobre o meio ambiente decorrentes de sua produção. O mecanismo de preços característico da teoria econômica neoclássica poderia – argumentam –, em considerável parte dos casos, servir para compensar financeiramente esses impactos. Se por compensação financeira compreende-se que no preço do produto está incluída uma parcela suficiente para, com sua utilização, manter a boa qualidade do meio ambiente natural, a prática encontra respaldo ético, contanto que, nos casos de bens e de serviços admitidos como essenciais a que as pessoas da coletividade em questão possam, todas elas, viver dignamente, essa inclusão não represente a elas ônus excessivo, que inviabilize o compromisso efetivo com a vida

digna¹⁹. E quando se considera que, normalmente, a expressiva maioria das atividades produtivas são planejadas para acontecerem durante prazo indeterminado, vê-se que uma atitude efetivamente comprometida com aquela boa qualidade não pode, observado o limite tecnológico disponível e também a efetiva possibilidade de acesso às tecnologias em contextos locais específicos, admitir menos do que a adoção de processos produtivos capazes de assegurá-la. Ademais, a internalização de custos ambientais, mantidos constantes todos os demais componentes de custo, contribui para a elevação do preço do bem ou serviço, estimulando, por medida de economia, seu uso de modo mais equilibrado, e a redução de desperdícios; o problema da escassez, clássico na Economia, está aqui presente, e recebe da proposta da economia ambiental e de recursos naturais, assim, um encaminhamento de gestão teoricamente compatível na medida em que se considere que a desperdícios não correspondem benefícios econômicos.

2.1.1.2 Sobre a segunda corrente: considerações sobre a utilização de fundamentos da economia ecológica

Ao procurar aproximar, decididamente, elementos da Economia e da Ecologia, com vistas a tratar o problema da utilização econômica dos recursos naturais também à luz dos conhecimentos sobre ecossistemas, a economia ecológica, mesmo consciente de suas limitações, acena como uma contribuição interessante.

Economia ecológica é um novo campo *transdisciplinar* de estudo que se dedica às relações entre ecossistemas e sistemas econômicos no sentido mais amplo. [...] Por *transdisciplinar* queremos dizer que a *economia ecológica* vai além de nossas concepções normais de disciplinas científicas e tenta integrar e sintetizar muitas perspectivas disciplinares diferentes (COSTANZA *et al.*, 1991, p. 3; tradução nossa; grifos dos autores).

Ao concluir a partir dessa conceituação, pode-se dizer que a economia ecológica apresenta como fundamentos as ideias de que os sistemas econômicos devem ser estudados no contexto de sua relação com os sistemas ecológicos; e que este não deve limitar-se ao domínio disciplinar, mas transcendê-lo. Na busca de fundamentos teóricos que deem conta de considerar os diferentes impactos sobre o meio

¹⁹ Considerações a respeito da ideia de vida boa e digna são apresentadas no Capítulo 4, mais especificamente nas Seções 4.3.2, 4.4.1 e 4.4.2.

ambiente, não raro os pesquisadores da área valem-se da aplicação de conhecimentos de Física, com destaque para seu ramo conhecido como termodinâmica, ao levar em conta fluxos de energia; o que contribui para acentuar o caráter interdisciplinar da economia ecológica. Muitos desses fluxos ocorrem entre seres vivos, e entre estes e o meio abiótico, de modo a fazer sentido incluir no contexto, ao lado de elementos de natureza física, também o componente biológico. Enrique Leff, ao reportar-se ao trabalho de Nicholas Georgescu-Roegen²⁰, faz menção ao termo *bioeconomia*.

A bioeconomia se apresenta como uma teoria heurística que vincula a economia às leis da termodinâmica. Seu maior desafio é o de integrar o funcionamento da entropia como lei limite aos processos neguentrópicos geradores de ordem, vida, criatividade e produtividade da natureza. As imprecisões que surgem daí remetem ao problema de se definir e concretizar as leis da entropia no campo da economia, estabelecendo uma relação entrópica-neguentrópica entre a organização ecossistêmica do planeta Terra, o processo econômico e o universo que as contém (LEFF, 2006 [2004], p. 181).

Conforme se percebe nesta citação, de um ponto de vista biológico identifica-se uma dinâmica na qual processos geradores de desordem (entrópicos) agem simultaneamente a outros, responsáveis pelo estabelecimento de ordem (neguentrópicos), da qual depende a manifestação da vida. Na produção de bens e de serviços econômicos o ser humano interage com o meio ambiente natural, interferindo, em medida importante, em alguns desses processos, de modo que o impacto sobre eles exercido pode ser relevante e necessitar ser considerado na categoria de custos – eventualmente de benefícios – econômicos, não necessariamente financeiros²¹.

A economia ecológica traz em sua estrutura central a identificação da necessidade de maior harmonia entre a produção de bens e serviços econômicos e a manutenção de um meio ambiente ecologicamente saudável. Uma de suas

²⁰ O autor considera “a *bioeconomia* proposta por Georgescu-Roegen” (LEFF, 2006 [2004], p. 181; grifo do autor). No contexto da economia ecológica, ganha destaque a contribuição do matemático e economista romeno Nicholas Georgescu-Roegen. “Nicholas Georgescu-Roegen (1906-94) foi um dos primeiros economistas a investigar rigorosamente a interação entre atividade econômica e meio ambiente natural à luz da termodinâmica. Suas realizações fizeram-no [...] o pai de uma nova e rapidamente crescente escola do pensamento econômico, a *economia ecológica*. [...] / O auge do desenvolvimento teórico de Georgescu-Roegen pode bem ser sua tentativa ambiciosa de reformular o processo econômico como 'bioeconomia', um novo estilo de pensamento econômico dialético” (MAYUMI, 2001, p. 1; tradução nossa; grifo do autor).

²¹ O problema da possibilidade de consideração de benefícios e de custos econômicos não financeiros é analisado na Seção 2.2.4, diante da concepção de Economia proposta por Robbins.

manifestas virtudes provém de aliar uma disposição de objetividade no tratamento das informações – que servem de subsídios para tomada de decisão – a uma abertura à contribuição de diferentes conhecimentos, em um cenário em que há lugar tanto para ciências humanas como para ciências da natureza. A preocupação com a preservação ou conservação dos recursos naturais fica evidente: observado um mesmo padrão de qualidade para os produtos, processos produtivos que provocam menor interferência nos ecossistemas são estimulados.

O *princípio de precaução*, que, segundo Perrings (1991, p. 160; tradução nossa), “envolve um julgamento altamente normativo sobre a responsabilidade assumida por gerações presentes para com gerações futuras” e “requer o compromisso de recursos agora para salvaguardar contra os efeitos futuros potencialmente catastróficos da atividade atual”, é valorizado na economia ecológica: a filosofia de compromisso para com a qualidade do meio ambiente é coerente com que se envidem esforços razoáveis para a observação desse princípio. A questão da razoabilidade, aqui, é fundamental: é certamente possível que, no futuro, novos conhecimentos venham a revelar que determinada prática não deva mais ser levada a efeito, em razão de consequências só então identificadas; entretanto, o que se exige, ao observar-se o princípio, é que se considere o conhecimento científico até então disponível e, com base nesse conhecimento, aliado à efetiva possibilidade de ação local, decida-se pela adoção ou não de determinada prática, observando, em primeiro plano – assim argumenta-se nesta tese –, a dignidade da pessoa humana, conforme caracterizada no Capítulo 4 (Seção 4.4.1)²².

É importante observar, ainda, que a marcante presença de conteúdos ecológicos não impede o tratamento das questões sob o ponto de vista econômico; o que pode acontecer é que as questões econômicas passem a contar com novos

²² Naturalmente, no que diz respeito a situações do mundo real, nas quais estão envolvidas as vidas das pessoas, não basta existir conhecimento científico adequado para remediar um mal no caso de ele acontecer; a existência desse conhecimento precisa fazer-se acompanhar da disponibilidade de recursos bastantes a que ele possa ser posto em prática de modo a que seja produzida, de modo suficientemente efetivo, a necessária remediação. Ademais, é importante considerar, também, que mesmo que, em um determinado contexto real, existam recursos suficientes para a realização dos procedimentos de remediação de um dano, em todas as suas dimensões significativas, caso haja possibilidade de prever que, em ele ocorrendo, pessoas estarão suscetíveis a algum desconforto físico ou psicológico significativo, este fato, por si só, é suficiente para vetar a adoção do procedimento que apresenta tal risco: questão (substantiva) de dignidade da pessoa humana; imperativo ético.

pontos de vista: continua-se a trabalhar com valores monetários, mas esses valores são combinados com outras grandezas, que têm por objetivo considerar, cada qual com seus próprios enfoque e método, aspectos da realidade natural, particularmente ecológica ou ecossistêmica.

2.1.2 A terceira corrente: consideração de consequências sociais no contexto da economia ecológica

Além das duas correntes mencionadas na Seção 2.1.1, é possível reconhecer uma terceira – identificada como economia (social) ecológica –, em cujo contexto encontram-se contribuições de Joan Martínez Alier e de Clive L. Spash. Em um trabalho em coautoria, Martínez Alier considera que “os conceitos, metodologias e preocupações separam de forma *radical* a economia ecológica da economia convencional” (MARTÍNEZ ALIER; ROCA JUSMET, 2000, p. 475; tradução nossa; grifo dos autores). E apresenta considerações a respeito da economia ecológica nos termos seguintes.

O que é a economia ecológica? É uma economia que usa os recursos renováveis (água, pesca, lenha e madeira, produção agrícola) com um ritmo que não exceda sua taxa de renovação, e que usa os recursos esgotáveis (petróleo, por exemplo) com um ritmo não superior ao de sua substituição por recursos renováveis (energia fotovoltaica, por exemplo). Uma economia ecológica conserva, assim, a diversidade biológica, tanto silvestre quanto agrícola. / Uma economia ecológica é também uma economia que gera resíduos apenas na quantidade que o ecossistema pode assimilar ou reciclar (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 268).

Percebe-se na conceituação do autor comprometimento com uma gestão responsável dos recursos naturais, tanto renováveis como não renováveis, e também com uma adequada destinação de resíduos; neste particular, ela se aproxima tanto das concepções da economia neoclássica aplicada ao contexto do meio ambiente como da economia ecológica fundamentada fortemente na aproximação entre Ecologia e Economia. Entretanto, o autor considera também que “a economia ecológica estuda diferentes modos de processos de tomada de decisão na presença de conflitos distribucionais, valores incomensuráveis e incertezas insolúveis” (MARTÍNEZ ALIER, 2002, p. 27; tradução nossa), e ao fazê-lo amplia-lhe consideravelmente o escopo em relação ao das duas outras correntes: problemas distributivos, incomensurabilidade e incerteza passam a ocupar lugar de destaque

na economia ecológica. Particularmente o problema da incomensurabilidade ganha destaque na concepção de Martínez Alier; o autor explica que

incomensurabilidade significa que não há uma unidade comum de medida, porém *não* significa que não possamos comparar decisões alternativas sobre uma base racional, sobre *diferentes* escalas de valores, como se faz na avaliação multicriterial (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 225; grifos do autor).

A observação é importante. Por um lado, reconhece que não se pode pretender reduzir os diversos elementos relevantes a uma única unidade de conta, como acontece, em medida importante, nos procedimentos que se fundamentam única ou essencialmente em atribuir valor de mercado a bens e a serviços, e também naqueles que se estruturam fortemente na contabilidade de fluxos energéticos; os quais caracterizam, respectivamente, a economia neoclássica e, em medida considerável, a concepção de economia ecológica que se ocupa fortemente com a relação entre Economia e Ecologia. Por outro, deixa claro que essa impossibilidade de redução não deve comprometer a possibilidade de avaliarem-se alternativas com escalas de valores distintas, o que é relevante porque afasta, logo de início, a possibilidade de instalar-se um discurso de descompromisso fundamentado no falacioso argumento de que não se pode fazer muito quando os valores em questão são incomensuráveis. Ademais, e conforme o revela o texto da citação imediatamente a seguir, a partir mesmo da incomensurabilidade um alargamento do escopo da economia ecológica torna-se possível, ou mesmo necessário.

Quando o estudo de um conflito de distribuição ecológica revela uma oposição de valores incomensuráveis, então podemos dizer também que a ecologia política está contribuindo para o desenvolvimento de uma economia ecológica que se move além da obsessão de 'levar a natureza em conta' em termos de dinheiro, e que é capaz portanto de competir em condições de igualdade com pluralismo de valor (MARTÍNEZ ALIER, 2002, p. 271; tradução nossa).

Estabelece-se, assim, uma racionalidade substantivamente mais sofisticada que aquela que se restringe à redução dos elementos relevantes a uma única unidade de conta²³, capaz de melhor apreender a natureza dos elementos que caracterizam fenômenos com significativo grau de complexidade, como o são os de natureza

²³ O problema de reduzir elementos a uma única unidade de conta não é criticável por princípio, mas na proporção em que, por sua natureza, tais elementos não encontrem condições de serem representados por meio dessa única unidade sem que, em assim fazendo, haja comprometimento de uma adequada compreensão de suas características que se mostrem relevantes ao problema em análise.

econômica em geral e os que se ocupam da relação entre Economia e meio ambiente em particular.

Spash, por sua vez, adiciona mais um adjetivo à proposta inicial da economia ecológica, ao ocupar-se com uma concepção econômica intitulada economia social ecológica. Percebe-se, já a partir dessa designação, a importância que, em tal concepção, elementos sociais passam a ter no contexto das relações entre Economia e meio ambiente.

Para economistas sociais ecológicos interação com a ecologia e a biologia têm levantado o perfil da evolução em relação à economia. Como compreendemos o mundo é enormemente diferente se tratamo-no como um sistema mecânico determinístico ou um sistema biológico caótico a evoluir. O futuro torna-se incerto em um sentido forte que nega nossa capacidade de predizer. Isto descreve a grande divisão entre a realidade e o sonho ideológico do tecnocentrismo, e esperança macroeconômica, de que capital suficiente poderia ser acumulado, via interesse composto, para possibilitar uma sociedade de lazer. Uma realidade politicamente insustentável é então que economias ocidentais realmente atingiram satisfação de necessidades básicas muito tempo atrás, mas têm persistido com expandir a escala de consumo material e de energia que degrada o meio ambiente enquanto fracassa ao tratar declínios no bem-estar humano social e psicológico ou aumentos na distribuição de recursos injusta. / A economia social ecológica então descreve melhor o assunto como um campo de pesquisa com uma visão ideológica distinta e agenda metodológica específica. Ideologicamente há um compromisso com: problemas ambientais que requerem mudança comportamental e sistêmica, crescimento econômico continuado através de consumo material e de energia sendo insustentáveis e politicamente divisores, pobreza e distribuição como assuntos econômicos importantes, uma necessidade por equilibrar poder (por exemplo, indivíduo, grupo, governo e referente a corporação) como escalas espaciais diferentes (da local à internacional), um papel central para o debate ético, prevendo mercados como construtos sociais com numerosas falhas, economia política, projeto de instituições alternativas, empoderamento da participação pública e engajamento como necessários para encaminhar a interface ciência-política, reconhecendo a importância de 'outros', tanto humanos como não humanos. Metodologicamente características distintas incluem: pluralismo de valores, reconhecer incomensurabilidade, interdisciplinaridade, empirismo usando métodos quantitativos e qualitativos, rejeição de abordagens reducionistas mecanicistas, rejeição do formalismo matemático e de seu reivindicado rigor, aceitação de incerteza forte (isto é, indeterminação e ignorância social) (SPASH, 2009, p. 22-23; tradução nossa).

Percebe-se na proposta da economia social ecológica uma clara disposição política, representada pela atitude de propor alternativas capazes de modificar, sobretudo no plano social, as (prováveis) consequências da relação entre os seres humanos e o meio ambiente, nas quais não se evita a reflexão sobre problemas de justiça distributiva; e, coerente com essa postura, a proposta apresenta-se interessada também em reflexão metodológica.

Pesquisa futura em Economia Social Ecológica requer abrir uma série de caixas fechadas no porão ortodoxo e sacudir o pó dos conteúdos – o que contribui para o bem-estar, é o bem-estar uma meta apropriada, quais são as aspirações da sociedade humana, quem é para ser levado em conta, como deveria a sociedade humana conduzir seus afazeres de comportamento individual para projeto institucional? (SPASH, 2011, p. 360; tradução nossa).

Pode-se dizer que essa terceira corrente – aqui ilustrada a partir de contribuições de Martínez Alier e de Spash – manifesta-se, assim, como o local de cristalização de várias correntes econômicas heterodoxas para fazer emergir uma real alternativa para a abordagem econômica convencional. Sua proposta não se limita unicamente a elementos monetários ou energéticos, nem se atém unicamente a, e nem mesmo privilegia, contribuições que a Ecologia, enquanto conhecimento disciplinar, tenha a oferecer à relação entre Economia e meio ambiente: nela, elementos sociopolíticos passam a assumir papel relevante, resgatando, em medida importante, a natureza própria da economia política, cuja manifestação deve observar preceitos éticos autênticos. Nesse sentido – o de dotar a economia ecológica de adequado conteúdo político –, à concepção dessa terceira corrente vêm somar-se as seguintes considerações que Franck-Dominique Vivien faz a respeito da economia ecológica.

Os que estão engajados dentro desta corrente de pensamento [a “economia ecológica”] não devem somente “articular” as categorias lógicas que são propostas pelas disciplinas que já estão constituídas, devem também interrogar-se sobre a formação dessas categorias e sobre seu conteúdo normativo implícito. Mais amplamente, não se deve perder de vista que o “meio ambiente” é também uma construção social – e não somente através da única determinação de sua “utilidade” (é questão de legitimidade, de identidade, de “sentimentos”). Pode-se mesmo dizer que sua definição nutre-se da construção social da sociedade e da construção social da natureza; a sociedade definindo-se dentro de sua relação à natureza e esta “natureza” estando ela mesma definida com relação à sociedade. Desde então, se “questão natural” há, esta não pode entender-se senão dentro de suas ligações com a questão do político e a “questão social” (ao sentido de “justiça social”). Aí desenham-se os contornos das interrogações da economia e da ecologia políticas (VIVIEN, 1994, p. 112; tradução nossa).

Decididamente, faz muita diferença conceber o problema da relação entre Economia e meio ambiente integrando nele elementos de natureza política, isto é, sensíveis às legítimas – porquanto respaldadas por uma ética genuína – aspirações de pessoas e ou de grupos, ou fazê-lo, por exemplo, unicamente em termos de variáveis monetárias e ou energéticas. E faz diferença significativa também compreender um problema a partir de elementos que se mantêm isentos de modificações relevantes ao longo do tempo e fazê-lo de modo crítico, questionando a validade dos

procedimentos quando se está diante de situações que, por suas próprias características, se apresentam perceptivelmente diversas de outras anteriormente examinadas. E, no caso específico da relação entre o ser humano e o meio ambiente, é importante considerar também a natureza de bem de interesse coletivo que caracteriza este último.

Por numerosos aspectos, o meio ambiente entra na categoria dita dos “bens coletivos”: é não apropriável, não exclusivo, frequentemente gratuito, e fornece imediatamente um bem-estar à coletividade, quer dizer inclusive no caso em que certos indivíduos da comunidade não o consomem (VIVIEN, 1994, p. 46; tradução nossa).

A ideia apresentada por Vivien de que o meio ambiente é também construção social requer que se dedique suficiente atenção ao modo como este meio é percebido pelas diferentes culturas: não é suficiente prestar atenção apenas aos aspectos físicos e biológicos; o significado que estes assumem no contexto das sociedades humanas é de primeira importância para uma adequada compreensão do objeto de estudo da economia ecológica.

2.1.3 Considerações acerca das três correntes diante das concepções de *sustentabilidade fraca* e de *sustentabilidade forte*

No que se refere ao paradigma de sustentabilidade no qual se assentam as racionalidades características de cada corrente, percebe-se que a primeira se identifica mais com a chamada *sustentabilidade fraca*, e as duas outras com a chamada *sustentabilidade forte*, no modo como cada um desses paradigmas é apresentado imediatamente a seguir.

'Sustentabilidade fraca' (doravante Sf) [...] pode ser interpretada como uma extensão à economia do bem-estar neoclássica. É baseada na crença de que o que importa para as gerações futuras é unicamente o estoque agregado total de capital 'artificial' [*'man-made'*], humano e 'natural' (e possivelmente outras formas de capital também), mas não capital natural como tal. Falando livremente, de acordo com a Sf, não importa se a geração atual esgota recursos renováveis ou descarrega em massa CO₂ na atmosfera contanto que maquinarias, estradas e portos suficientes bem como escolas e portos sejam construídos em compensação. Desde que o capital natural é considerado como sendo essencialmente substituível na produção de bens de consumo e como um provedor direto de utilidade, chamo a Sf de o 'paradigma da substitutibilidade'. / Em oposição à Sf encontra-se a 'sustentabilidade forte' (doravante SF). Enquanto a Sf é um paradigma relativamente claro no que se baseia em um bem estabelecido núcleo da economia do bem-estar neoclássica, a SF não o é. É mais difícil de definir SF e de definir suas implicações, visto que muitos estudiosos

diferentes têm contribuído com seus próprios pontos de vista sobre o que a SF deveria ser. Entretanto, a essência da SF é que o capital natural é considerado como não-substituível, na produção de bens de consumo (lado 'fonte' da economia), em sua capacidade de absorver poluição (lado 'escoadouro' da economia) e como um provedor direto de utilidade na forma de amenidades ambientais. Por isso, chamo a SF de 'o paradigma da não-substitutibilidade' (NEUMAYER, 2010, p. 1-2; tradução nossa).

Com efeito, os dois paradigmas diferem significativamente no modo como orientam o posicionamento das sociedades economicamente organizadas diante da responsabilidade que precisam ter em relação às prováveis necessidades das gerações futuras.

A *sustentabilidade fraca* dissemina a convicção de que é possível compensar a perda de capital natural com outros tipos de capital, de modo que mesmo o esgotamento de determinados recursos naturais não representa, a seu ver, motivo de preocupação. Naturalmente esse posicionamento, no limite do que pode ser considerado razoável, conhece alguns importantes limites. Primeiro, há recursos que, por sua natureza essencial, provavelmente não conseguirão substitutos em qualidade e ou em quantidade suficiente para um adequado atendimento à demanda. É o caso daqueles que se mostram indispensáveis à vida humana, como ar, água e alimento, todos com boa qualidade. Reconhece-se, por certo, que o avanço da tecnologia possibilita produzir alimento, tornar potável a água e reduzir níveis de poluição do ar; entretanto, o argumento de que, graças ao desenvolvimento tecnológico, as condições de atendimento adequado das prováveis necessidades futuras dispensam atenção especial à conservação dos recursos naturais parece pouco convincente, em especial quando se considera o conjunto das diferentes necessidades humanas, e não apenas uma ou outra delas. Seguramente algumas necessidades podem ser atendidas com um conjunto considerável de insumos mutuamente substituíveis; entretanto, isso não autoriza, por certo, estender a validade do argumento da substitutibilidade a todo o conjunto de necessidades humanas, tanto atuais como, no que é razoável admitir, futuras.

Já a *sustentabilidade forte* argumenta justamente em sentido contrário. Segundo esse paradigma, não obstante os valiosos avanços da tecnologia, existe necessidade de adotar-se, por assim dizer, um regime responsável de utilização de recursos naturais. De fato, mesmo diante do desenvolvimento tecnológico – e dos benefícios em termos de alternativas de produção dele decorrentes –, é preciso

considerar que muitos dos recursos naturais (ainda) não encontram substitutos, naturais ou sintéticos, com cujo uso seja possível assegurar adequado atendimento, sem risco significativo, às necessidades humanas atuais e àquelas que, provavelmente, se manifestarão em um futuro mais ou menos próximo.

Uma análise dos fundamentos das três correntes mostra que a primeira delas – a economia neoclássica aplicada ao contexto do meio ambiente – aproxima-se em medida importante do paradigma definido pela *sustentabilidade fraca*, muito em razão de sua convicção quanto a que, na proporção em que se internalizam impactos ambientais, estes passam a contar com valor econômico objetivo e, assim, a exercer influência no conjunto das decisões econômicas. E que as duas outras – a economia ecológica e a economia social ecológica – identificam-se significativamente com o paradigma correspondente à *sustentabilidade forte*, visto que ambas defendem a necessidade de conservarem-se os recursos naturais, adotando-se, de modo inequívoco, atitude precautória no que se refere ao atendimento das necessidades humanas. A identificação entre os dois paradigmas e as três correntes que aqui é expressa leva em conta fundamentalmente a postura de cada corrente diante daquilo que se estabelece como a diferença maior entre os dois paradigmas: a ideia de não-substitutibilidade, no caso da *sustentabilidade forte*, e a de substitutibilidade, no da *sustentabilidade fraca*, aplicadas aos recursos naturais, e, conseqüente e respectivamente, a observação e a não observação de cuidado especial com a conservação desses recursos.

Quando se comparam as três correntes em termos de possibilidade de levar-se em conta de modo objetivo, em contextos de avaliação econômica, o essencial de seus fundamentos, percebe-se que, enquanto as duas primeiras dispõem de construções teóricas relativamente bem consolidadas e, no limite dos supostos que as fundamentam, com condições razoáveis de serem aplicados na prática de tais contextos – representadas, conforme visto nas Seções 2.1.1.1 e 2.1.1.2, a primeira pela economia ambiental e de recursos naturais e a segunda pela economia ecológica –, a terceira – conquanto, do ponto de vista de conteúdo, se apresente mais rica que as outras, visto que leva em conta, em algum modo relevante, o que as outras duas fazem-no e, além disso, algumas das muito

importantes consequências sociais decorrentes da interação entre Economia e meio ambiente, de modo a fazer sentido, nessa terceira corrente, falar-se de sustentabilidade não apenas ambiental, mas socioambiental – não conta com métodos objetivos específicos, que se tenham desenvolvido já há algum tempo, em decorrência de cuja utilização pudesse-se falar, por assim dizer, de uma cultura de utilização deles em contextos de avaliação econômica. Por esse motivo, a consideração de elementos de natureza social, que caracterizam a terceira corrente, é levada a efeito a partir das reflexões empreendidas principalmente no Capítulo 4, que faz referência a justiça social, mas também daquelas apresentadas no Capítulo 5, que contempla aceitação cultural.

2.2 POSSIBILIDADES DE APRIMORAR A CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Conforme informado no Capítulo 1 (Seção 1.1.3), neste trabalho compreende-se por relação entre Economia e meio ambiente a consideração econômica de impactos ambientais quando estes podem ser representados de modo suficientemente objetivo²⁴ na qualidade de benefícios ou na de custos. Não obstante – conforme visto na Seção 2.1 – essa consideração tenha sido levada a efeito por meio de duas correntes – economia ambiental e economia de recursos naturais – baseadas na escola do pensamento da economia neoclássica, as quais podem unir-se e, assim, constituir uma única – a economia ambiental e de recursos naturais –, a relação entre Economia e meio ambiente não se limita, por certo, aos procedimentos praticados no contexto dessas duas correntes, nem ao da união entre elas: é mais ampla, porquanto compreende, enquanto conceito, todas as possibilidades de benefícios e de custos que mantenham relação significativa com problemas ambientais serem levados em conta em problemas econômicos, com a única condição de serem, cada um deles, expressos com suficiente objetividade.

²⁴ A possibilidade de consideração objetiva de benefícios e de custos é tratada na Seção 2.2.4.

2.2.1 Possibilidades identificadas com referência à economia ambiental e de recursos naturais e à economia ecológica

Quando se consideram a economia ambiental e de recursos naturais e a economia ecológica em termos de seus fundamentos e do paradigma de sustentabilidade com que mais se identificam, percebe-se que elas divergem significativamente, uma em relação à outra, em pontos importantes. A economia ambiental e de recursos naturais encontra seus fundamentos na teoria neoclássica, e estabelece-se mais em conformidade com o paradigma da *sustentabilidade fraca*, de extração antropocêntrica (no sentido de que as relações entre ser humano e meio ambiente fundamentam-se essencialmente na utilidade que este tem ou pode ter àquele). A economia ecológica fundamenta-se em uma construção pelo menos interdisciplinar (aproximando Economia e Ecologia, com ênfase importante em conhecimentos advindos do ramo da Física conhecido como termodinâmica), e estabelece-se mais em conformidade com o paradigma da *sustentabilidade forte*, de extração ecocentrista (no sentido de que defende a necessidade de dedicar atenção especial à conservação ou à preservação do meio ambiente natural). Ademais, em termos de posicionamento quanto ao sistema de produção, observa-se que, enquanto a economia ambiental e de recursos naturais aproxima-se significativamente da concepção de ecoeficiência²⁵, a economia ecológica o faz em relação à de efetividade ecológica²⁶.

Vê-se, portanto, que as duas propostas diferem, e de modo significativo, entre si. Não obstante, percebe-se que, ao menos em teoria, apesar dessas importantes diferenças ambas as práticas podem coexistir, por exemplo, em uma

²⁵ O WBCSD [World Business Council for Sustainable Development] define ecoeficiência como segue: / “Ecoeficiência é conseguida pela entrega de mercadorias e serviços competitivamente precificados que satisfazem necessidades humanas e trazem qualidade de vida, reduzindo progressivamente impactos ecológicos e intensidade de recursos do começo ao fim do ciclo de vida para um nível pelo menos de acordo com a capacidade de carga estimada da Terra” (VERFAILLIE; BIDWELL, 2000, p. 7; tradução nossa; grifos dos autores).

²⁶ “O conceito de *efetividade ecológica* [eco-effectiveness] propõe a transformação de produtos e seus fluxos de material de modo que formem uma relação de apoio com sistemas ecológicos e crescimento econômico futuro. A meta não é minimizar o fluxo de materiais do berço à cova [cradle-to-grave], mas gerar “metabolismos” do *berço ao berço* [cradle-to-cradle] que possibilita aos materiais manterem seu *status* como recursos e acumular inteligência ao longo do tempo (*upcycling*). Isto inerentemente gera uma *relação sinérgica* entre os sistemas econômico e ecológico – uma *religação* [recoupling] da relação entre economia e ecologia” (BRAUNGART *et al.*, 2007, p. 1.338; tradução nossa; grifos dos autores).

mesma praça, sem que, necessariamente, a existência de uma represente empecilho à existência da outra; e que, também em teoria, práticas que caracterizam uma das propostas podem ser adotadas, mesmo que parcialmente, por quem esteja a observar práticas que caracterizam a outra. O que encoraja a pensar no desenvolvimento de propostas que se beneficiem, em alguma medida importante, das racionalidades que caracterizam a economia ambiental e de recursos naturais e a economia ecológica. Um exemplo da possibilidade de reunir atributos de ambas as propostas é apresentado por Lima (2003), que, em sua tese de doutorado, apresenta a ideia de economia da sustentabilidade como síntese das economias ambiental e ecológica.

Pode-se afirmar que a economia da sustentabilidade é a síntese da economia neoclássica, também denominada economia ambiental, e da economia ecológica, porque busca conciliar a questão ambiental com a questão econômica incorporando o princípio básico da sustentabilidade, que é a *continuidade*; nada pode ser sustentável se não for contínuo (LIMA, 2003, p. 47; grifo do autor).

É consideravelmente difícil, se possível o for, dizer que a afirmação de determinado autor é de fato a primeira a estabelecer tal ou qual ideia²⁷. Mas é interessante registrar que a contribuição de Lima (2003), na medida em que estabelece a economia da sustentabilidade como síntese das economias ambiental e ecológica, antecipa-se significativamente a um diálogo, empreendido em artigos do periódico *Ecological Economics* (Amsterdam: Elsevier), mais intensamente a partir do ano de 2010, que se iniciou com um artigo de autoria de Stefan Baumgärtner e

²⁷ Em 2001, Pezzey e Toman fizeram uso da expressão “economia da sustentabilidade”, contemplando o contexto econômico inclusive em sentido restrito. “O termo ‘economia da sustentabilidade’ é considerado aqui para incluir qualquer trabalho com algum interesse por equidade ou imparcialidade intergeracional na tomada de decisão de uma sociedade inteira ao longo de muitas gerações; algum reconhecimento do papel nisto de recursos ambientais finitos; e algum reconhecível, se talvez não convencional, uso de conceitos econômicos tais como custo, produção, utilidade momentânea (instantânea) ou algum tipo de agregação de utilidade ao longo do tempo em bem-estar (intertemporal)” (PEZZEY; TOMAN, 2001, p. 4; tradução nossa). Entretanto, nesse uso não se percebe expressa referência à economia ambiental e de recursos naturais nem à economia ecológica. Em 2002, Walter empregou a expressão nos termos seguintes: “economia da sustentabilidade é o estudo do uso de recursos para a realização de uma contínua alta qualidade de vida, individual e social, em um contexto de coadministração de comunidades naturais e humanas” (WALTER, 2002, p. 84; tradução nossa), e, no mesmo trabalho, considerou que “economia ambiental, economia de recursos naturais, e bioeconomia são três disciplinas da economia ortodoxa que são particularmente relevantes para uma economia da sustentabilidade. É conveniente qualificar estas três subdisciplinas de ‘economia relevante para a sustentabilidade’” (Idem, p. 82; tradução nossa). Mesmo Walter fazendo referência às economias ambiental, de recursos naturais e bioeconomia (que, estranhamente, ele qualifica como ortodoxa), não se identifica, em nenhum desses dois pronunciamentos, a ideia de economia da sustentabilidade como *síntese* dessas economias.

Martin Quaas, intitulado *What is Sustainability Economics?*²⁸.

É importante considerar também que construções teóricas, especialmente aquelas que se ocupam com elementos humanos e sociais, podem experimentar mudanças significativas ao longo do tempo. No que se refere à economia ambiental – que, no modo como considerada na Seção 2.1.1.1, está compreendida na da economia ambiental e de recursos naturais –, parece haver uma tendência a ampliar suas possibilidades de tratamento de problemas econômico-ambientais.

Além de fazer conexões com muitas outras subdisciplinas na economia, a economia ambiental tem gradualmente alargado seu foco fazendo conexões com as ciências sociais, políticas, naturais e físicas, assim atraindo um grupo muito maior de contribuidores (SINISCALCO, 2002 [1999], p. 1.210; tradução nossa).

Na proporção em que o trabalho de pesquisadores oriundos de diferentes áreas de formação encontrar acolhida na abordagem da economia ambiental e de recursos naturais, acentuar-se-á nela a qualidade de (sub-)área interdisciplinar, com os benefícios que esta qualificação proporciona a abordagens cujo objeto de estudo é significativamente complexo, como o é o da interação entre Economia e meio ambiente. Já a economia ecológica, reconhecidamente transdisciplinar, pode – e, na proporção em que pretender contemplar de modo (mais) adequado questões mais diretamente relacionadas ao comportamento das pessoas, deve – buscar incluir, de modo (mais) efetivo, elementos a partir de uma óptica mais próxima da realidade humana, no que se refere aos reais motivos que levam homens e mulheres a interessarem-se por problemas ambientais.

No futuro, a economia ecológica também precisará formular estruturas de discussão ambiental mais participativas, fundamentadas por modelagem ecológico-econômica integrada. Tais estruturas terão que ser capazes de competir com problemas de escala ótima, justiça e equidade distributiva e problemas de incerteza e ignorância. Para serem legitimados precisarão construir confiança entre partes interessados através de participação real e negociação. Julgamentos de valor e diferenças éticas devem ser realçados e debatidos, ao invés de serem encobertos em análise excessivamente

²⁸ BAUMGÄRTNER, Stefan; QUAAS, Martin. What is sustainability economics? **Ecological Economics**, Amsterdam: Elsevier, v. 69, issue 3, p. 445-450, 15 January 2010. Available online 1 December 2009. A este artigo seguiram-se: BERGH, Jeroen C. J. M. van den. Commentary: externality or sustainability economics? **Ecological Economics**, Amsterdam: Elsevier, v. 69, issue 11, p. 2.047-2.052, 15 September 2010; BARTELMUS, Peter. Use and usefulness of sustainability economics. **Ecological Economics**, Amsterdam: Elsevier, v. 69, issue 11, p. 2.053-2.055, 15 September 2010; BAUMGÄRTNER, Stefan; QUAAS, Martin. Sustainability economics – general versus specific and conceptual versus practical. **Ecological Economics**, Amsterdam: Elsevier, v. 69, issue 11, p. 2.056-2.059, 15 September 2010; e SÖDERBAUM, Peter. Commentary: sustainability economics as a contested concept. **Ecological Economics**, Amsterdam: Elsevier, v. 70, issue 6, p. 1.019-1.020, 15 April 2011.

técnica (TURNER, 2002 [1999], p. 1.029; tradução nossa).

E parece que o principal complemento de que a economia ecológica necessite, no caso de pretender ocupar-se do problema do impacto ambiental exercido pelos seres humanos, seja mesmo a adoção de uma perspectiva que, para além da consideração de fluxos energéticos – que, em boa medida, se mantém ligada a essa abordagem –, possa, no modo como anteriormente dito, contemplar adequadamente elementos mais próximos da realidade motivacional humana. Na medida em que esses elementos podem ser adequadamente levados em conta no contexto da economia ecológica, esta aproxima-se significativamente mais da abordagem que caracteriza a terceira das correntes por meio das quais – conforme visto na Seção 2.1.2 – a relação entre economia, meio ambiente e sustentabilidade pode ser considerada: corrente que comporta a concepção de economia social ecológica. Não se quer dizer com isso que a abordagem fundamentada em energia deva ser abandonada; o que se endossa é a ideia de que

[...] o homem não pode ser resumido a uma troca de calorías. Nesse sentido, valorizar sobremaneira a energia pode levar a um risco denominado materialismo energético, dado que as alternativas para a solução dos problemas passariam, necessariamente, pelas alternativas energéticas (LIMA, 2003, p. 42).

A vida humana comporta, reconhecidamente, toda uma dimensão imaterial. E é com base em estruturas dessa dimensão que são formados valores, esperanças, motivações, enfim, a essência dos elementos que contribuem para a ação e a realização²⁹ de homens e de mulheres. Certamente as dimensões biológica

²⁹ No que diz respeito à realização dos seres humanos, ganha destaque a ideia de Felicidade Nacional Bruta, que encontra referência no Reino do Butão, conforme o expressa Burns (2011; traduções livres). “A Felicidade Nacional Bruta é mais importante que o Produto Nacional Bruto”. Estas palavras agora famosas pelo quarto rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, formaram a base para a filosofia política do país, foram escritas em sua constituição democrática, são medidas por uma série de indicadores estabelecidos, e têm atraído o interesse de cientistas multidisciplinares” (p. 73). “A Felicidade Nacional Bruta foi desenvolvida sob a premissa de que a meta principal da sociedade deveria ser a consecução de progresso material em união [*hand-in-glove*] com desenvolvimento psicológico, cultural e espiritual enquanto ainda mantendo harmonia com o meio ambiente natural”. / [...] / “A Felicidade Nacional Bruta foi baseada na ideologia de que a aquisição da felicidade é encontrada em todas as pessoas e é a maior força [*the strongest force*] dos desejos” (p. 75). “Em seu núcleo, a FNB [Felicidade Nacional Bruta] sustenta a crença em que o desenvolvimento deve promover felicidade como seu valor primário. Importância igual deve ser depositada sobre o desenvolvimento socioeconômico, junto com as necessidades espirituais, culturais e emocionais das pessoas” (p. 76). O citado autor faz menção, à p. 76, “à definição dos quatro pilares da FNB referidos pelo Primeiro-Ministro Thinley: / Desenvolvimento socioeconômico sustentável e equitativo / Conservação ambiental / Promoção da cultura / Boa governança”. “Os nove indicadores de FNB do Butão incluem / Saúde / Educação / Padrões de vida / Uso do tempo / Qualidade ambiental / Cultura / Vitalidade da comunidade / Governança / Bem-estar psicológico” (p. 80). “Deste minúsculo reino budista do

e física – que comportam, naturalmente, fluxos de energia – são rigorosamente indispensáveis à existência da vida (biológica) humana em tudo quanto ela tem de significativamente semelhante à vida de outras espécies, em particular daquelas que, taxonomicamente, mais se aproximam do *Homo sapiens*; contudo, não parece acertado concluir, diante do atual estágio de conhecimento humano, que as estruturas humanas imateriais possam ser suficientemente explicadas, em termos substantivos, por meio de tais fluxos.

Tal como nos sistemas biológicos em geral, a manutenção física da vida, manutenção da ordem física portanto, constitui sim um expressivo determinante das ações humanas. Contudo, à diferença dos sistemas biológicos, as ações humanas são conduzidas fortemente também por critérios outros que não apenas a manutenção física da vida. As ações humanas determinam-se por *inúmeros critérios socialmente estabelecidos*, os quais determinam o curso dos acontecimentos sociais, e que de forma alguma podem ser compreendidos como processos que se resumam em última instância à manutenção física da vida. Com isso, a “ordem”³⁰ do ponto de vista social não pode ser reduzida à “ordem física”, embora esta última seja importante componente da primeira (AMAZONAS, 2001, p. 177; grifo do autor).

Percebe-se, assim, a necessidade de, em processos de avaliação econômica, observar-se um equilíbrio entre motivações humanas dotadas de respaldo ético e manutenção de uma adequada qualidade do meio ambiente natural. Sempre que um método ou uma abordagem, por melhor que seja a intenção que o ou a motive, caracteriza-se por um enfoque nitidamente concentrado em um desses lados, de modo que os problemas típicos do outro deles não encontrem tratamento adequado, tem-se uma situação indicativa da necessidade de maior desenvolvimento de pesquisas, com vistas a um aprimoramento que, mais que interessante ou conveniente, se apresenta como necessário.

Himalaia, [...] o conceito de Felicidade Nacional Bruta difundiu-se. [...] Até o momento em que se escreve este texto, houve cinco conferências sobre a FNB: duas no Butão, uma na Nova Escócia, Canadá, uma na Tailândia e uma no Brasil” (p. 85). O exemplo da concepção e da aceitação da ideia de Felicidade Nacional Bruta ilustra a compreensão que algumas pessoas têm de que os indicadores econômicos precisam considerar, para além de elementos monetários, outros; e que o compromisso mais importante deve ser com valores mais capazes de promover a realização das pessoas do que o têm sido os valores monetários.

³⁰ Nas considerações finais de sua tese de doutorado, o autor entende ser uma determinada “ideia de Ordem, com suas diferentes esferas de percepção e de estruturação hierárquica destas, o elemento definidor do que seja o valor econômico em última instância” (AMAZONAS, 2001, p. 251; grifo do autor).

2.2.2 Sobre a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da Economia por meio de pesquisa em ambiente interdisciplinar

Este trabalho desenvolve-se em programa de pós-graduação interdisciplinar em meio ambiente e desenvolvimento. Graças à qualidade do processo de formação e do tema de pesquisa, é possível desenvolver trabalhos que, conquanto contribuam de modo mais específico para com uma determinada área do conhecimento, se beneficiam do diálogo com outras áreas do saber. A tese que no presente trabalho se apresenta pretende contribuir para o desenvolvimento da Economia, no contexto de sua relação com o meio ambiente. Especialmente porque – no modo como informado na Seção 2.2.6 – essa tese faz referência a comportamento ecologicamente sustentável, justiça social e aceitação cultural, entende-se ser necessário investigar a possibilidade de a proposta contribuir com a Economia, dentro de uma compreensão de que as diferentes áreas do conhecimento, conquanto possam e – assim se acredita – devam estar abertas a contribuições de outras, precisam manter sua identidade; não podem ser, por dizer assim, confundidas com outras. Logo, faz-se necessário verificar se a contribuição que ora se propõe pode ser acolhida quando se observa, por assim dizer, o estatuto da Economia. Para tanto, reúnem-se, na Seção 2.2.2.1, quatro diferentes conceitos de Economia, sendo o primeiro um conceito lexical, enquanto os três outros foram extraídos, cada um deles, da obra de um teórico desta ciência; e a Seção 2.2.2.2 ocupa-se com algumas abordagens interdisciplinares já existentes na Economia. Diante da constatação de existência dessas abordagens, talvez pareça estranha a reflexão empreendida na Seção 2.2.2.1; entretanto, julga-se ser ela importante no sentido de resguardar o compromisso original – vale dizer, estatutário – que cada ciência tem. Ao agir assim, não se está, de modo algum, deixando de reconhecer o valor que contribuições interdisciplinares manifestamente têm: mas acredita-se ser importante que estas, quando portadoras de conteúdos que transcendem, por assim dizer, o compromisso típico de cada disciplina, se estabeleçam como conhecimento interdisciplinar, e não como parte de uma disciplina que, fiel a sua constituição, não pode comportá-la.

2.2.2.1 Interdisciplinariedade e o estatuto da Economia

No *Novo Dicionário de Economia* (São Paulo: Círculo do Livro, 1994), a uma definição relativamente concisa do verbete *economia* segue um conjunto de considerações, entre elas a que se reproduz na citação a seguir.

Ciência que estuda a atividade produtiva. [...] o estudo da economia abrange inúmeras escolas que se apoiam em proposições metodológicas comumente conflitantes entre si. Isso porque, ao contrário das ciências exatas, a economia não é desligada da concepção de mundo do investigador, cujos interesses e valores interferem, conscientemente ou não, em seu trabalho científico. Em decorrência disso, a economia não apresenta unidade nem mesmo quanto a seu objeto de trabalho, pois este depende da visão que o economista tem do processo produtivo (NOVO DICIONÁRIO de Economia, 1994, p. 107-108).

Ao considerar o conteúdo desta citação, percebe-se, inicialmente, que a definição inicial, conquanto faça referência específica a um objeto de estudo – a atividade produtiva –, não entra em maior detalhe a respeito dele. Não define, por exemplo, critérios com base nos quais esse estudo deva ser conduzido para que possa receber a qualidade de econômico. E mesmo a própria ideia de atividade produtiva, conquanto, é claro, se refira, na grande maioria das vezes, à produção de bens e de serviços que visam a atender a necessidades e anseios humanos, não exclui, do ponto de vista teórico, a possibilidade de vir a ser utilizada em outros contextos. Entretanto, é ao reconhecer que o objeto de trabalho da Economia depende da visão que aquele que se ocupa de estudos econômicos tem do processo de produção que o conceito revela-se decididamente aberto a contribuições as mais amplas; e na medida em que não faz restrição explícita a algum tipo de elemento valorativo – como, por exemplo, o monetário – mostra-se em condição de contemplar, nos limites de sua constituição formal e substantiva, praticamente todo e qualquer elemento que, à luz de um raciocínio correto – isto é, cujas premissas sejam não apenas formal, mas também substancialmente válidas, havendo condições de serem relacionadas umas com as outras observando-se procedimentos válidos de lógica –, se apresente como relevante em pelo menos um dos possíveis contextos de atividade produtiva. Consequentemente, a consideração de comportamento ecologicamente sustentável, de justiça socioambiental e de aceitação cultural – os elementos que, para além da clássica viabilidade econômica, são considerados na proposta desenvolvida no presente trabalho –, contanto que relacionados a pelo

menos um desse contextos, diante deste primeiro e léxico conceito de Economia aqui analisado consegue validade dentro dos limites da ciência econômica.

Para além das importantes considerações lexicais, apresentam-se, também, nesta Seção, três conceitos de Economia desenvolvidos por três personalidades de destaque no contexto econômico moderno: Adam Smith, Alfred Marshall e Lionel Robbins³¹. Smith em razão do razoável consenso quanto a que a chamada economia moderna tem seu marco fundador com a publicação de um de seus livros; Marshall pela importância de seu trabalho no sentido de dotar a Economia de suficiente autonomia não apenas no conjunto das ciências como também no das profissões³²; e Robbins em função da amplitude que caracteriza seu conceito, que eleva o problema econômico, por assim dizer, à categoria de racionalidade possível de ser aplicada a contextos consideravelmente mais amplos que aqueles que costumam caracterizar o problema econômico no sentido mais estrito de produção, distribuição e consumo de bens e de serviços.

Em sua obra clássica, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Londres: William Strahan and Thomas Cadell, 1776), o economista e filósofo escocês Adam Smith discorre sobre as finalidades da economia política nos termos seguintes.

A economia política, considerada como um ramo da ciência dos estadistas ou legisladores, propõe-se duas finalidades: primeiro, fornecer ao povo um rendimento ou subsistência abundante, ou, melhor dizendo, permitir-lhe³³ que obtenha por si mesmo tal rendimento ou subsistência abundante; segundo, fornecer ao Estado ou à república³⁴ uma receita suficiente para o serviço público. Assim, a economia política propõe-se, a um só tempo, enriquecer o povo e o soberano (SMITH, 2003 [1776], p. 531).

³¹ É importante considerar que, nesta Seção, o que se faz é reunir os conceitos de Economia expressos pelos autores. No presente trabalho, tais conceitos valem pelo conteúdo que encerram em seus enunciados, independentemente das posições político-filosóficas de seus proponentes.

³² “Antes de Marshall, em Cambridge a Economia era ensinada apenas como parte das ciências históricas e morais, e não era objeto de trabalhos mais avançados. Marshall fez da Economia uma profissão. Durante muitos anos ele lutou, nem sempre com sucesso, para ampliar o âmbito da Economia, e só em 1903 inaugurou-se um novo curso especializado em Economia, o primeiro curso exclusivamente dedicado à formação do profissional nesse campo de que se tem notícia. Com ele, tal ciência adquire o *status* de saber autônomo cientificamente qualificado, uma área técnica repleta de conceitos não acessíveis ao não iniciado” (FEIJÓ, 2001, p. 315). Em nota de rodapé, à mesma página, o autor esclarece tratar-se o mencionado curso “de especialização também em Ciências Políticas” (idem, ibidem).

³³ No texto em língua inglesa, a expressão é *to enable them* (SMITH, 2005 [1776], p. 341), que pode ser traduzida como *habilitá-lo*.

³⁴ No texto em língua inglesa, a palavra é *commonwealth* (SMITH, 2005 [1776], p. 341), que pode ser traduzida como *comunidade*.

Certamente uma obra – e especialmente uma em que se almeja discorrer sobre temas relacionados ao comportamento humano – recebe influência do meio social em que é produzida. Entretanto, não obstante essa característica, é possível identificar, nas ideias que expressam, elementos cuja validade se estende para além do contexto espaçotemporal em que são concebidos. No que se refere ao citado texto smithiano, percebe-se, inicialmente, a observação restritiva que dá o tom do que se afirma em seguida: o autor considera a Economia no contexto da ciência que se ocupa, por assim dizer, de assuntos do estado; bem em conformidade com o que se pode esperar de uma investigação sobre a riqueza das nações. Deste ponto de vista, reconhece-lhe um compromisso com que o povo esteja habilitado a obter, por si próprio, seu rendimento ou subsistência, e a fazê-lo de modo abundante; e outro com a necessidade de provimento suficiente de receita aos serviços públicos. Ao fazer menção ao povo – e não, por exemplo, aos indivíduos ou às famílias –, dá a entender que o compromisso econômico precisa ocupar-se com o bem-estar da coletividade, e não apenas com o dos indivíduos; e, conforme vê-se na parte final da citação, um dos propósitos da economia política, no modo como o autor a contextualiza, é o enriquecimento do povo. Ademais, a segunda finalidade reforça o compromisso comunitário, conforme o revela o termo original vertido em língua portuguesa como *república*.

Em seus *Principles of Economics* (Londres(?): Prometheus Books, 1890), o economista inglês Alfred Marshall apresenta um conceito de Economia nos termos seguintes.

ECONOMIA é um estudo dos homens tal como vivem, agem e pensam nos³⁵ assuntos ordinários da vida. Mas diz respeito, principalmente, aos motivos que afetam, de um modo mais intenso e constante, a conduta do homem na parte comercial de sua vida (MARSHALL, 1985 [1920³⁶], p. 33; grifo do autor).

³⁵ É importante compreender que, em uma edição em língua inglesa (MARSHALL, 2006 [1890?], p. 14), a parte conclusiva da primeira oração gramatical apresenta-se nos termos seguintes: “*think in the ordinary [...]*”, e não, por exemplo, *think about the ordinary [...]*; logo, a ideia contida no texto não é a de que a Economia está interessada em como os homens pensam *sobre* os assuntos comuns da vida, mas sim a de que o está em como eles pensam *diante* de tais assuntos.

³⁶ A tradução faz referência à oitava edição de *Principles of Economics: an introductory volume*, (Londres, The McMillan Press Ltd., 1920). Entretanto, segundo pode-se ler em uma das páginas iniciais (na qual não se encontra numeração expressa) do texto de Marshall (2006 [1890?]; tradução nossa), “*Principles of Economics* foi publicada originalmente por Prometheus Books em 1890”. Na realização do presente trabalho, não se conseguiu acesso ao texto original de 1890: consequentemente, não se pode, aqui, afirmar a respeito de o conceito de Economia proposto por Marshall haver ou não sido originalmente publicado em 1890.

O conceito é apresentado, por assim dizer, em dois momentos. No primeiro, atém-se à relação do ser humano com os assuntos comuns de sua vida; na segunda, identifica uma parte dessa relação, qualificada de comercial, a qual reconhece como principal, e concentra-se nos motivos que influenciam o modo de agir humano no que se refere a essa parte. Na parte mais específica, o interesse é nos *motivos* da conduta humana: importa saber que motivações, que razões ou, mais amplamente, que atributos permitem compreender o comportamento do ser humano diante de questões que, de modo bastante objetivo, se relacionam a aspectos comerciais. É certo que o comércio³⁷ pode, a um tempo, ser visto sob a óptica financeira, que em considerável medida o caracteriza, e sob o ponto de vista das relações entre pessoas: no mundo profissional e dos negócios, certamente os (prováveis) efeitos financeiros assumem papel importantíssimo, a ponto de constituírem-se em elemento decisivo quanto à realização ou não de um projeto ou de um investimento; mas, juntamente com eles, há outros tipos de valores – entre os quais a imagem ou reputação que uma pessoa física ou jurídica, ou mesmo uma marca, tem no mercado³⁸ – cuja relevância faz-se sentir especialmente na construção de elementos como a autoimagem e a autoestima, enfim, a auto-referência necessária a um adequada convivência em sociedade e em comunidade. E quando o que importa são os motivos da ação no mundo econômico, fica evidente a necessidade de investigarem-se adequadamente elementos os mais diversos, contanto que se perceba uma clara relação, mesmo que no plano de uma hipótese bem fundamentada, entre tais elementos e tais motivos, ainda que esses motivos, em um contexto mais amplo, sejam objeto de estudo de outras disciplinas. Ademais, é importante considerar que, em termos mais gerais, em conformidade com a primeira parte do conceito em análise a Economia é compreendida como um estudo de como os seres humanos vivem, agem e pensam diante de assuntos comuns da vida: *um* estudo, não o (único) estudo a ocupar-se desse, por assim dizer, objeto composto; diante de objeto de estudo tão complexo, precisa, é claro, lançar mão do melhor

³⁷ No texto de uma edição em língua inglesa a palavra é *business* (MARSHALL, 2006 [1890?], p. 14), que pode ser traduzida como *ocupação*, ou como *negócio*, palavras com significado mais amplo do que o que normalmente se reconhece na palavra *comércio*.

³⁸ É importante observar que, em um sentido mais abstrato, mercado, em Economia, é qualquer ambiente em que um conjunto (e aqui um pouquinho de rigor matemático: conjunto obviamente não vazio!) de pessoas estejam interessadas em, e em condições de, ofertar determinado produto, e outro conjunto (também não vazio) de pessoas estejam interessadas em, e em condições de, adquiri-lo.

conhecimento disponível, mesmo que originalmente formado em outras áreas do conhecimento. Mas se assim é; se é possível, ou mesmo necessário, em certos casos, que o conhecimento econômico, para avançar, venha a valer-se de contribuições previamente desenvolvidas em outras áreas do conhecimento, de que modo pode-se concluir que trabalhos resultantes dessa prática de pesquisa interdisciplinar têm legitimidade para postular contribuir com o desenvolvimento da Economia, e não de outra dessas ciências que concorrem no trabalho de investigação? Ou ainda: uma vez que se reconhece a natureza interdisciplinar de um trabalho – a qual supõe, naturalmente, interação maior entre conteúdos de diferentes formações disciplinares do que a que se observa no contexto da multidisciplinaridade –, não seria melhor procedimento declarar que a contribuição que dele resulta deve permanecer na qualidade de contribuição interdisciplinar propriamente dita, não aspirando a contribuir com uma área apenas daquelas que hajam interagido no desenvolvimento da pesquisa? Essas questões são decisivas no momento em que se pretende contribuir para o desenvolvimento de determinada ciência. E a resposta que se acredita ser a mais adequada, e que consegue responder, simultaneamente, a essas duas perguntas, é a de que, desde que a investigação, conquanto se utilize de conhecimentos oriundos de diferentes formações acadêmicas, anuncie-se manifestamente comprometida com determinada ciência em particular, e que a contribuição dela derivada possa ser admitida como original e relevante no contexto dessa ciência, não há inadequação em que, para o desenvolvimento da investigação, se haja valido de pesquisa interdisciplinar: o que importa, neste caso, é o resultado a que se chega por meio do desenvolvimento da pesquisa, em termos de ser ele original e relevante no contexto de tal ciência. Essa conclusão é especialmente importante quando se considera o compromisso que a Economia, em conformidade com o conceito apresentado por Marshall, tem com o ser humano, com seu modo de viver, de agir e de pensar, diante dos assuntos comuns da vida.

Em sua obra intitulada *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (Londres: McMillan & Co., 1932), o economista e barão inglês Lionel Charles Robbins afirma que “a Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos³⁹ que têm usos alternativos”

³⁹ “Esse aspecto de comportamento que é a matéria da Economia é, como temos visto, condicionada

(ROBBINS, 2007 [1932], p. 15, tradução nossa). Neste conceito, a Economia ocupa-se com o comportamento humano, e o faz de modo bem definido: por meio de uma racionalidade motivada pela consecução de fins e consciente de que esta depende da utilização de meios; e vai além ao reconhecer que esses meios não são abundantes, mas sim escassos, na medida em que não estão disponíveis na quantidade suficiente para atender a toda a demanda que para eles se pode conceber; e ainda mais adiante ao reconhecer que um mesmo meio pode ser utilizado para mais de um fim. Essas duas características dos meios – escassez e possibilidade de usos alternativos – implicam em que um problema típico da Economia é o de definir, entre destinações possíveis, aquela em que uma determinada quantidade de meios deve ser aplicada: o conceito de Robbins apresenta, por assim dizer, uma economia das escolhas⁴⁰. E quando se considera (a) que escolher é ação passível de julgamento qualitativo posterior, fundamentado nas consequências da escolha; (b) que uma economia das escolhas é também uma economia da incerteza na precisa proporção em que os efeitos das escolhas se apresentam como incertos, ou como erroneamente avaliados; (c) que, não obstante a maior ou menor incerteza que caracteriza cada escolha, existem métodos, procedimentos, diagnósticos que podem, em algum sentido importante, minimizar essa incerteza; e (d) que há escolhas que a um custo aceitável são reversíveis, e outras que não o são, não se pode evitar a conclusão de que, em termos substantivos, uma economia das escolhas que possa ser qualificada como substantivamente⁴¹ responsável, em sua tarefa essencial de identificar e comparar benefícios e custos, pode – e talvez seja melhor dizer que deve – incorporar em seus métodos, no limite do razoável, recursos teóricos os mais diversos,

pela escassez de *dados* meios para a obtenção de *dados* fins. Está claro, portanto, que a qualidade de escassez em bens não é uma qualidade 'absoluta'. Escassez não significa mera raridade de ocorrência. Significa limitação em relação à demanda” (ROBBINS, 2007 [1932], p. 45; tradução nossa; grifos do autor).

⁴⁰ A importância da consideração da escassez no contexto da Economia já era manifestada por Adam Smith. O filósofo e economista escocês faz menção a ela, por exemplo, nos termos seguintes. “Nada é mais útil que a água, mas [com] ela [se] adquirirá muito pouco de qualquer coisa [*scarce any thing*]; muito pouco de qualquer coisa [*scarce any thing*] pode ser tido em troca por ela. Um diamante, ao contrário, tem escasso qualquer valor de uso; mas uma mui grande quantidade de outros bens pode frequentemente ser tida em troca por ele” (SMITH, 2005 [1776], p. 30; tradução nossa). Robbins, entretanto, associa a ideia de escassez ao contexto das escolhas.

⁴¹ A questão da substância é essencial: faz muita diferença considerar o problema da responsabilidade em termos de conteúdo ou unicamente em termos dos compromissos formalmente aceitos.

independentemente de em que disciplina hajam eles sido originalmente concebidos⁴², contanto que se apresentem como capazes de contribuir, de modo objetivo, para que as escolhas econômicas sejam levadas a efeito de modo, por assim dizer, mais rico, porquanto mais completo, com melhores condições de tratar, de maneira adequada, o maior número de elementos economicamente relevantes. E é muito importante perceber que esse conceito estende, de modo inequívoco, o campo de atuação da Economia a toda ação humana caracterizada pelos elementos que considera: comportamento humano em termos específicos, a saber, enquanto relação entre fins e meios, admitindo estes últimos como escassos e com usos alternativos; naturalmente que se está aqui a falar de fins lícitos e de meios lícitos, a licitude de ambos estando necessariamente amparada – para além de na objetivação formal que, em certos casos, também existe – por uma ética decididamente comprometida com uma adequada ideia de justiça socioambiental substantiva.

Conforme visto, o conceito de Economia proposto por Robbins fundamenta-se, entre outras, na ideia de escassez. E é importante, se não mesmo necessário, refletir um pouco sobre essa ideia no contexto em que ela é empregada pelo autor, especialmente quando se considera que as ideias de escassez e de abundância, ao menos em um primeiro momento, apresentam-se mutuamente opostas; ainda mais quando a ideia de riqueza, que ocupa papel de destaque no ambiente econômico, aproxima-se consideravelmente da de abundância. No texto que precede a exposição de seu conceito de Economia, Robbins apresenta as considerações seguintes.

Do ponto de vista do economista, as condições da existência humana exibem três características fundamentais. Os fins são vários. O tempo e os meios para alcançar este fins são, ao mesmo tempo, limitados e suscetíveis de utilização alternativa. [...] / Nessas circunstâncias *por si mesma* a multiplicidade de fins não tem interesse necessário ao economista. [...] / Nem é a mera limitação de meios *por si mesma* suficiente para ocasionar o problema econômico. [...] / Mas quando o tempo e os meios para alcançar fins são limitados e suscetíveis de aplicação alternativa, então o comportamento necessariamente assume a forma de escolha. Cada ato que envolve tempo e meios escassos para a realização de um fim envolve a

⁴² A ideia de evolução – que, havendo surgido primeiro, na qualidade de teoria científica, na Biologia, encontrou aplicação econômica na chamada economia evolucionária –, e também a concepção da econometria – que, ao ocupar-se com problemas econômicos, utiliza de conhecimentos originalmente desenvolvidos na Matemática e na Estatística –, servem como exemplos de construções teóricas originalmente desenvolvidas em outras ciências e que encontraram aplicação na Economia.

renúncia [*relinquishment*] de seu uso para a realização de um outro. Tem um aspecto econômico (ROBBINS, 2007 [1932], p. 12-14; tradução nossa; grifos do autor).

No modo como Robbins considera a questão, um problema recebe a qualidade de econômico visto que se está diante de um contexto de tomada de decisão genuína, isto é, um em que existem diferentes possibilidades de escolha. É importante observar que o autor, no texto, emprega o termo *renúncia*, que, por certo, é diferente de *privação*. Renúncia genuína – e é com essa qualidade que se está aqui a considerar esse atributo – é ato a um tempo consciente e espontâneo: alguém renuncia a algo sabendo que o faz e porque assim prefere fazê-lo. Conforme observa-se no trecho a seguir transcrito, é no contexto de renúncia, que caracteriza as escolhas, que a ideia de escassez é empregada por Robbins.

Em toda parte, se escolhemos uma coisa devemos renunciar a outras às quais, em circunstâncias diferentes, desejaríamos não haver renunciado. A escassez de meios para satisfazer dados fins é uma condição quase ubíqua do comportamento humano. / Aqui, então, está a unidade de objeto da Ciência Econômica, as formas assumidas pelo comportamento humano na disposição de meios escassos. [...] O economista estuda a disposição de meios escassos. Está interessado no modo como diferentes graus de escassez de diferentes bens ocasionam diferentes índices de avaliação entre eles, e está interessado no modo em que as mudanças nas condições de escassez quer provenientes de mudanças em fins, quer de mudanças em meios – do lado da demanda ou do lado da oferta – afeta estes índices (ROBBINS, 2007 [1932], p. 15; tradução nossa).

É realmente muito importante compreender que uma coisa é referir-se à ideia de escassez como o faz Robbins, isto é, considerando que os bens são escassos porquanto as escolhas humanas amiúde implicam em renúncia a outras possibilidades de uso para eles; e outra, bem diversa, é fazê-lo interpretando a ideia de escassez como insuficiência de bens para atender às necessidades de todos. Com efeito, Robbins afirma que os bens econômicos são escassos, mas o faz no sentido de ser necessário decidir que uso deve ser dado a determinado bem que, em princípio, poderia servir também a outros usos. Ora, a necessidade de decidir, entre diferentes possibilidades de uso – e, portanto, de renunciar a um conjunto delas – não implica, por certo, que a economia em que isto se verifica deva ser compreendida como economia de escassez no sentido de em tal economia não existirem recursos para todos, seja em termos absolutos, seja em relativos; nem que tal economia deva ser compreendida, por assim dizer, como uma economia egoísta, como parece sugerir a citação imediatamente a seguir.

O conceito básico de uma economia de escassez é que bens e recursos são escassos e portanto deve-se juntar mais e mais deles para si mesmo. O conceito básico de uma economia de abundância é que bens e recursos são abundantes e portanto deve-se considerar tanto como distribuí-los mais igualmente e considerar se deveriam ser produzidos sob qualquer condição. Se adiciona-se a isto uma economia do cuidado, também se consideraria a ética da produção (ALLINSON, 2011, p. 71; tradução nossa).

É certo que, em um sentido específico, a proposta de Robbins pauta-se pela ideia de escassez. Mas daí a interpretar sua proposta como praticamente equivalente à de uma economia egoísta não parece adequado. Ademais, o conceito de Economia proposto pelo autor pode muito bem ser utilizado em um contexto em que as decisões sejam pautadas por um efetivo compromisso com o bem comum, como acontece com a contribuição desenvolvida na presente tese, que tem na dignidade da pessoa humana – caracterizada no Capítulo 4, mais especificamente na Seção 4.4.1 – o primeiro elemento de observação efetiva, e que adota o conceito de Economia de Robbins justamente porquanto esse conceito considera como objeto da Economia uma relação entre fins e meios em um contexto caracterizado por determinadas condições: os recursos apresentam-se em quantidade limitada e há normalmente vários usos que a eles se pode dar, o que requer, por certo, que as decisões econômicas observem, em medida importante e razoável, preceitos éticos.

Já no que se refere à ideia de economia da abundância, esta já se encontrava definida entre um e três anos depois que Robbins publicou seu ensaio, conforme percebe-se na seguinte manifestação de Stuart Chase. “A Economia da Abundância é autodefinida. Significa uma condição econômica em que uma abundância de bens materiais pode ser produzida para a população inteira de uma dada comunidade” (CHASE, 2005 [1934], p. 10; tradução nossa). Chase é explícito: trata-se, a economia da abundância, de uma condição econômica que guarda compromisso com o conjunto da população. O que importa para caracterizá-la, nos termos utilizados pelo autor, é que um estado de coisas – uma condição – esteja estabelecido; de modo que faz sentido falar de se determinada concepção de Economia mostra-se ou não compatível com a ideia de economia da abundância. E, no caso da proposta de Robbins, percebe-se que, apesar de esta fazer menção à ideia de escassez, não há – por paradoxal que isto possa, em um primeiro momento, parecer – incompatibilidade entre ela e a condição de economia da abundância, no modo como esta é caracterizada por Chase, desde que a orientação das escolhas

sobre quais necessidades devem ser prioritariamente atendidas observe compromisso efetivo com que todas as pessoas da coletividade em questão possam ter condições reais de atendimento ao menos a um conjunto de necessidades admitido como essencial a uma vida digna. A ideia de que os recursos são escassos, no modo como esta é percebida na concepção de Economia de Robbins, não se faz acompanhar da ideia de egoísmo; ela adverte para a responsabilidade de que determinada porção de recurso econômico, ao ser empregada para atender a uma necessidade específica, normalmente não pode atender também a outras. Desse modo, tem-se que é válido, se não mesmo necessário, admitir que a ideia de escassez contida na proposta de Robbins, ao invés de apresentar-se como obstáculo à uma economia de abundância caracterizada nos termos apresentados por Chase, antes pode contribuir, de modo significativo, para que as escolhas sobre como utilizar os recursos mostrem-se solidárias, em medida importante, ao compromisso coletivo expresso nessa última. Se, em cada caso real específico, vai ou não fazê-lo depende, por certo, do conjunto de valores que, de maneira mais ou menos consciente, nele orientam a tomada de decisão econômica. Todavia, do ponto de vista teórico, a proposta de Robbins, por um lado, não se apresenta necessariamente comprometida, e por outro, não se mostra incompatível, com que, nos contextos da avaliação econômica e das decisões que ela orienta, se privilegie de modo efetivo alguma concepção – substantiva, é claro! – de bem comum.

Vistos quatro conceitos de Economia – um de natureza lexical, a que seguiram os de Smith, Marshall e Robbins –, apresentam-se algumas conclusões referentes à possibilidade ou não de uma pesquisa que, como consequência de um trabalho teórico desenvolvido no rico ambiente da interdisciplinaridade, contém elementos substantivos provenientes de outras ciências, aspirar a contribuir para o desenvolvimento da Economia. Conforme visto, nenhum deles oferece óbice, formal e ou substantivo, a que construções empreendidas em outras disciplinas possam fazer-se presentes na qualidade de valiosas contribuições ao desenvolvimento da ciência econômica. O conceito de natureza lexical possibilita essa presença na medida em que reconhece, expressamente, a importância da visão de mundo do pesquisador na definição de seu objeto de trabalho: o importante – assim se percebe – é que o trabalho guarde compromisso com uma concepção de atividade produtiva,

que não apenas *pode ser*, como invariavelmente é, influenciada por valores próprios daquele que realiza a pesquisa. O conceito de Smith reconhece como uma das finalidades da Economia habilitar o povo a conseguir, por si próprio, seu rendimento ou subsistência, que deve acontecer de modo abundante: na medida em que não faz menção restritiva aos meios considerados válidos à consecução desse fim, reconhece-se validade no emprego de contribuições desenvolvidas originalmente em outras ciências, contanto que se mostrem adequados à finalidade econômica; e isso tanto mais quanto o próprio Smith reconhece, ao adjetivar a Economia, sua natureza política, que é manifestamente complexa, caracterizada por diferentes interesses e motivações, individuais e coletivos, que – especialmente em contextos de conhecimento aplicado, como o é o da Economia – precisam de competente encaminhamento que, a partir de uma necessária perspectiva substantiva, não pode prescindir da consideração de elementos como ética e justiça socioambientais e aceitação cultural. O conceito de Marshall reconhece como objeto de estudo da Economia os seres humanos, tal como vivem, agem e pensam diante de assuntos comuns da vida: e ao fazê-lo, autoriza – se não mesmo requer – que para tanto seja empregado o melhor do conhecimento disponível, de modo que mesmo conhecimentos inicialmente desenvolvidos em outras disciplinas podem ou devem ser empregados em Economia na medida em que contribuem para o desenvolvimento de construções, a um tempo teóricas e aplicadas, mais adequadas ao encaminhamento dos problemas econômicos; mesmo em sua parte mais específica, o conceito mostra-se interessado na *conduta* humana referente à parte profissional e dos negócios, para cuja compreensão interessam também elementos de natureza psicológica não estritamente associados a resultados financeiros, mas também à imagem e mesmo à aceitação em grupos. E o conceito de Robbins estende, definitivamente, o objeto de estudo da Economia – que identifica, expressamente, como sendo o comportamento humano – para além das relações financeiras: estabelece-o como uma racionalidade aplicável a toda e a qualquer situação da vida humana em que se apresenta o problema da relação entre fins e meios, estes últimos considerados como escassos – isto é, insuficientes para atender, com qualidade adequada, a todos os fins, o que implica na necessidade de fazerem-se escolhas – e com usos alternativos; a Economia não apenas recupera,

ao menos a partir desse conceito, o caráter político que caracterizou o início de seu estabelecimento enquanto disciplina autônoma⁴³, como também mostra-se em condições de tratar, economicamente, de toda e qualquer situação da vida humana em que a relação entre fins e meios assim caracterizada apresenta-se; de modo que a interdisciplinaridade passa a ser reconhecida como essencial na proporção em que os problemas reais a serem economicamente avaliados manifestem característica de conhecimento interdisciplinar. É importante, contudo, deixar bem claro que, ao reconhecer que a Economia pode, se não mesmo deve, observar conhecimentos originalmente desenvolvidos em outras disciplinas, não se está, de modo algum, descaracterizando-a enquanto disciplina autônoma; seu compromisso, por assim dizer, estatutário é bem claro e definido: identificar benefícios econômicos e custos econômicos, dentro de uma racionalidade que reconhece como benefícios resultados ou consequências admitidas como boas, interessantes no sentido de benéficas para a consecução ou a manutenção de determinada condição, e como custos o emprego de meios, idealmente necessários e suficientes, para tal consecução. Naturalmente, a caracterização do que seja bom implica em juízo valorativo que, conquanto possa orientar-se, em alguma medida, segundo as diferentes percepções que indivíduos e grupos têm ou possam ter, não pode deixar de observar, previamente a essas percepções, em toda e qualquer sociedade efetivamente comprometida com uma ideia de justiça social substantiva, compromisso efetivo com valores essenciais definidores da vida em sociedade, entre os quais – assim se argumenta nesta tese, mais detalhadamente no Capítulo 4 (Seção 4.4.1) – a dignidade da pessoa humana ocupa qualidade de valor substantivo inerente à condição humana, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório.

2.2.2.2 Algumas abordagens interdisciplinares já existentes na Economia

Existem, em Economia, ao menos duas contribuições que se estabeleceram a partir de pesquisa interdisciplinar: a economia dos custos de transação e a

⁴³ Esse caráter político pode ser percebido, por exemplo, nos títulos de três contribuições clássicas do século XIX: *Principles of Political Economy and Taxation* (1817), de David Ricardo, *Principles of Political Economy* (1820), de Thomas Robert Malthus, e *Principles of Political Economy* (1848), de John Stuart Mill.

chamada nova economia institucional. Nesta Seção, apresentam-se breves considerações acerca de cada uma delas.

A economia dos custos de transação encontra referências no trabalho de Ronald Harry Coase, que, ainda na primeira metade do século XX, reconheceu a importância das transações no contexto das trocas econômicas⁴⁴.

Até agora [1937] tem sido assumido que transações de troca que acontecem através do mecanismo de mercado são homogêneas. De fato, nada poderia ser mais diverso que as transações reais que acontecem em nosso mundo moderno. Isto pareceria implicar que os custos de conduzir transações de troca através do mecanismo de preço variarão consideravelmente como o farão também os custos de organizar estas transações dentro da firma (COASE, 1937, p. 396; tradução nossa).

Ou seja: para além dos custos de produção, existem outros – chamados de custos de transação – que, por interferirem de modo importante no contexto econômico, nele não podem ser negligenciados. A consideração desses custos no contexto das trocas econômicas conduziu à concepção da chamada economia dos custos de transação. Algumas das características dessa concepção são mencionadas por Oliver Eaton Williamson, economista norte-americano cujo trabalho encontrou expressivo reconhecimento⁴⁵.

Como aqui descrito, a economia dos custos de transação (1) é um ligador [*joiner*] interdisciplinar de direito, economia e organização em que a economia é a primeira entre iguais, (2) é um exercício institucional comparativo em que economizar é a questão principal e a ação reside nos detalhes de transação e governança, (3) gera numerosas relações refutáveis em relação às quais os dados são amplamente corroborativos e (4) tem muitas ramificações de política pública. Muito da economia dos custos de transação pode ser digerido pela ortodoxia, e isso vem ocorrendo (WILLIAMSON, 1998, p. 53; tradução nossa).

Percebe-se assim a natureza interdisciplinar que caracteriza a economia dos custos de transação. Em contextos econômicos reais, é necessário dedicar atenção aos custos em que se incorre em razão da natureza das interações econômicas, e não apenas naqueles mais diretamente relacionados ao processo produtivo em sentido mais estrito.

⁴⁴ No ano de 1991, a Real Academia de Ciências da Suécia decidiu conceder a Ronald Harry Coase o Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, “por sua descoberta e esclarecimento do significado dos custos de transação e dos direitos de propriedade para a estrutura institucional e o funcionamento da economia” (THE NOBEL Foundation, 2011a; tradução nossa).

⁴⁵ No ano de 2009, a Real Academia de Ciências da Suécia decidiu conceder a Oliver Eaton Williamson, em conjunto com Elinor Ostrom, o Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, “por sua análise da governança econômica, especialmente dos limites da firma” (THE NOBEL Foundation, 2010; tradução nossa).

Uma outra abordagem econômica que se estabeleceu com o concurso de conhecimentos interdisciplinares foi a chamada nova economia institucional.

A NIE [nova economia institucional] adiciona à estrutura neoclássica visões e conceitos de uma variedade de ciências sociais bem como de organização de negócios, história e direito. Diferentemente de incursões interdisciplinares passadas por economistas em outras disciplinas, os proponentes da NIE têm sido menos imperialistas e em vez disso têm sido importadores de vários conceitos. [...]. A NIE consiste de raios analíticos de uma variedade de disciplinas: antropologia, organização de negócios, economia, história, direito, ciência política, psicologia e sociologia (ALSTON, 2008, p. 32; tradução nossa).

A referência é clara ao mencionar a importação de conceitos originários de outras disciplinas. Sugere uma saudável e necessária abertura da Economia a conhecimentos que ajudem a melhor explicar os fenômenos econômicos, independentemente da procedência disciplinar daqueles. Em sua visão, instituições importam, e muito, para uma adequada ou melhor compreensão de tais fenômenos.

Instituições são as restrições humanamente delineadas que estruturam a interação política, econômica e social. Consistem tanto de restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições, e códigos de conduta) como de regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade) (NORTH, 1991, p. 97; tradução nossa).

Percebe-se que considerar a Economia a partir das referências teóricas que dão sustentação à nova economia institucional possibilita expandir-lhe significativamente as possibilidades de atuação. Elementos culturais em sentido amplo passam não apenas a ser considerados, mas a desempenhar papel fundamental, na compreensão do comportamento econômico; o que requer, por certo, o desenvolvimento de meios adequados – teorias – a que esses elementos possam ser nela levados em conta. A questão foi considerada pelo economista norte-americano Douglass Cecil North, cujo trabalho referente a mudança institucional em Economia ganhou considerável destaque⁴⁶.

O paradigma econômico – teoria neoclássica – não foi criado para explicar o processo de mudança econômica. Vivemos em um mundo incerto e sempre em mudança que está continuamente evoluindo de maneiras novas e inovadoras. Teorias padrão são de pouca ajuda neste contexto. Tentar entender mudança econômica, política e social (e não se pode compreender mudança em apenas uma sem as outras) requer uma reforma fundamental do modo como pensamos (NORTH, 2010, p. vii; tradução nossa).

⁴⁶ No ano de 1993, a Real Academia de Ciências da Suécia decidiu conceder a Douglas Cecil North, em conjunto com Robert William Fogel, o Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, “por terem renovado a pesquisa em história econômica aplicando teoria econômica e métodos quantitativos para explicar mudança econômica e institucional” (THE NOBEL Foundation, 2012; tradução nossa).

E a questão da mudança econômica, e do impacto que ela exerce em termos das estruturas de pensamento, não é novidade: ainda no final do século XIX, o economista e sociólogo norte-americano Thorstein Bunde Veblen, em um texto em que apresenta considerações a respeito da ideia de economia evolucionária⁴⁷, considerava que

toda mudança econômica é uma mudança na comunidade econômica – uma mudança nos métodos da comunidade de transformar as coisas materiais a considerar. A mudança é sempre em última instância uma mudança em hábitos de pensamento (VEBLEN, 2007 [1898], p. 75; tradução nossa).

Uma vez reconhecida a importância de elementos culturais em sentido amplo para uma compreensão mais adequada dos fenômenos econômicos, é necessário procurar desenvolver concepções teóricas com cuja utilização seja possível não apenas explicá-los, mas orientar as decisões levadas a efeito no domínio da Economia. Conforme expresso no Capítulo 1, o presente trabalho almeja contribuir nesse sentido, com a proposição de um modo para consideração de sustentabilidade ecológica, de justiça social e de aceitação cultural no contexto da avaliação econômica.

2.2.3 Indagações à economia ambiental e de recursos naturais e à economia ecológica diante da concepção de desenvolvimento sustentável admitida neste trabalho

Uma vez identificando como sustentável – como, neste trabalho se faz – o desenvolvimento que contempla, simultaneamente, viabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural, é importante empreender um questionamento a cada uma das teorias econômicas anteriormente consideradas – economia ambiental e de recursos naturais e economia ecológica –,

⁴⁷ O autor considera que, “do que tem sido dito [ao longo do texto], parece que uma economia evolucionária precisa ser a teoria de um processo de crescimento cultural como determinado pelo interesse econômico, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições estabelecidas em termos do próprio processo” (VEBLEN, 2007 [1898], p. 77; tradução nossa). Geoffrey Hodgson considera que “a ideia de que o desenvolvimento econômico é em algum sentido evolucionário tem uma linhagem de longo alcance” (HODGSON, 2004, p. 218; tradução nossa), e faz referência, logo após essa consideração, a Karl Marx, a Alfred Marshall, a Thorstein Veblen e a Joseph Alois Schumpeter. Hodgson considera ainda que, “em resumo, um paradigma evolucionário fornece uma alternativa à ideia do 'núcleo duro' neoclássico de maximização mecanística sob restrições estáticas. É uma maneira um tanto diferente de perceber e analisar fenômenos econômicos, que emana da ciência da vida ao invés da ciência da matéria inerte” (Idem, p. 223; tradução nossa).

a ver (a) se seus fundamentos, bem como a(s) racionalidade(s) que as orienta(m), conseguem atender de maneira satisfatória a esses atributos e, naquilo que não o conseguem, (b) propor considerações alternativas a essas abordagens, ou mesmo complementares a elas, conforme for o caso.

Antes, porém, de empreender-se tal questionamento, é importante considerar que teorias – como o são as duas propostas de encaminhamento do problema da consideração de impactos ambientais no contexto dos problemas econômicos –, e em especial aquelas desenvolvidas no contexto das ciências aplicadas, como o é a Economia, não são construções neutras: nascem a partir de motivações de pessoas e de grupos, animadas por interesses específicos. No caso particular das construções teóricas desenvolvidas com o intuito de, a partir delas, orientarem-se decisões que interferem significativamente sobre interesses da coletividade – e a relação entre Economia e meio ambiente é dessa qualidade –, é essencial buscar descobrir (a) se tais construções levam em conta atributos que, por sua importância no contexto das consequências das decisões tomadas, não podem deixar de ser levados em conta, (b) caso eles sejam considerados, se o são de modo adequado, isto é, em razoável conformidade com o que se observa em termos tanto de expectativas como de resultados, e (c) caso não o sejam, de que modo pode-se buscar contribuir para que possam sê-lo. Nesse particular, é interessante dar destaque à emergência de teorias que, em alguma medida, contribuem para, no contexto econômico, internalizar elementos e ou enfatizar atributos que nele não têm merecido, por assim dizer, a atenção devida⁴⁸.

Ademais, é essencial considerar também que teorias em geral, e teorias econômicas em particular, especialmente na proporção em que ganham aceitação teórica e prática, contribuem para que os especialistas que com elas trabalham – e mesmo os leigos, em razão de como o produto do resultado das mesmas passa a ser veiculado nos meios de comunicação social – passem a compreender os problemas com que se ocupam as teorias a partir da racionalidade que as

⁴⁸ Propostas como as de economia do decrescimento (Serge Latouche), economia de estado estável (Herman Edward Daly), economia da sobrevivência (Charles Curt Mueller), etnoeconomia (Clóvis Cavalcanti), economia gandhiana (Joseph Cornelius Kumarappa), economia da permanência (Ernst Friedrich Schumacher) e economia de comunhão (Chiara Lubich) testemunham a existência de concepções econômicas que se fundamentam em supostos que, por diferirem significativamente da orientação neoclássica, por vezes são qualificadas como alternativas. Os nomes entre parênteses referem-se ou ao proponente ou a alguém que, mesmo não estando nessa qualidade, ajudou a propagar a proposta.

caracteriza. Assim, não é de surpreender que, em razão da considerável disseminação da visão econômica neoclássica, um número expressivo de economistas e de pessoas leigas em Economia passem a raciocinar sobre, e a compreender, o mundo dos problemas econômicos (quase que) unicamente a partir do modo como a economia neoclássica o apresenta. Ou que alguns economistas ecológicos, por assim dizer, mais radicais, sintam-se propensos a compreender os sistemas naturais como pouco mais que um contínuo fluxo de energia que precisa manter-se em condições adequadas para que esteja assegurada sua permanência no tempo e no espaço. Mas, se por um lado, essa constatação não causa surpresa, por outro revela a necessidade de, diante de uma teoria, questionarem-se os supostos, os atributos mais importantes, a racionalidade mesma que a orienta; e buscar aprimorá-la, especialmente quando se percebe a inadequação de uma ou de mais de uma de suas importantes características.

2.2.3.1 Indagações à economia ambiental e de recursos naturais

Em termos de racionalidade, a economia ambiental e de recursos naturais, de extração neoclássica, adota, em medida considerável, algumas das principais características dessa vertente. Uma primeira observação é a adoção forte de uma racionalidade centrada muito mais no particular do que no coletivo. Com efeito: no que se refere à consideração dos impactos ambientais, sejam eles decorrentes de poluição, sejam-no do uso de recursos naturais, do ponto de vista da produção é o ente particular – normalmente uma empresa – que orienta suas ações com vistas a não incorrer em perdas decorrentes da inobservância de preceitos legais e ou de regras de exploração de recursos. Certamente os regulamentos de observação compulsória visam, ao menos em tese, a defesa dos interesses coletivos (no caso em questão, a uma adequada qualidade ambiental); mas, mesmo assim, a racionalidade – isto é, a motivação e a decisão de agir – é manifestada pelas empresas, que, normalmente, se orientam a partir do que em Economia se costumou chamar de escolha racional⁴⁹. Ora, mesmo em contextos em que o Estado

⁴⁹ A escolha racional é ilustrada por meio da metáfora do *Homo oeconomicus*, que concebe o indivíduo como um ser dotado da capacidade de escolher, racionalmente, diante de diferentes situações, aquilo que se lhe apresenta como preferível.

interfere no sentido de estimular determinados comportamentos e de coibir outros, é razoável compreender que, do ponto de vista do indivíduo, a observação de preceitos de comportamento ecologicamente sustentável, de justiça social e de aceitação cultural muito provavelmente estará limitada a manifestar-se de modo indireto, não intencional, mas como resposta a dificuldades criadas pela obrigatoriedade de atendimento a determinados preceitos, para não incorrer em alguma penalidade, geralmente de natureza pecuniária.

Em termos teórico-filosóficos, fica difícil concordar com esse procedimento na proporção em que, ao fazê-lo, se passa a endossar um comportamento que incentiva que benefícios de interesse coletivo – a qualidade do meio ambiente – dependa muito do resultado de ações motivadas muito mais, se não (quase) sempre, pelos interesses individuais. Adotar, em assuntos de interesse coletivo, uma racionalidade que estimula a ação unicamente, ou quase, partir de motivações individuais não se mostra coerente quando o compromisso que se tem é com o bem comum – e é esse o caso quando se considera a concepção de desenvolvimento sustentável admitida no presente trabalho. Nesse particular, cabe muito bem a análise – mencionada no Capítulo 5 (Seção 5.2.1) – empreendida por Alain Touraine, a partir de uma ideia antes apresentada por Benjamin Constant, a respeito da diferença entre duas concepções de liberdade, identificada como liberdade dos antigos e liberdade dos modernos.

Diante dessas considerações, e da concepção de desenvolvimento sustentável admitida no presente trabalho, apresentam-se, à economia ambiental e de recursos naturais, as seguintes duas indagações: (a) pode ela, sem abandonar radicalmente a racionalidade quantitativa, fortemente vinculada a valores monetários, que a orienta, aproximar-se de modo significativo de uma concepção de *sustentabilidade forte*, incorporando, com suficiente objetividade, atributos como comportamento ecologicamente sustentável, justiça social e aceitação cultural, sem que, para tanto, se venha a descaracterizar, por assim dizer, a essência desses atributos? E (b) é possível que, em seu escopo, ela passe a considerar os problemas econômicos com enfoque significativamente voltado ao interesse coletivo, e não quase que exclusivamente centrado nos interesses individuais?

2.2.3.2 Indagações à economia ecológica

Em termos de racionalidade, a economia ecológica mostra-se comprometida com a consideração de impactos que as atividades econômicas exercem sobre o meio ambiente natural, e ao fazê-lo privilegia o uso de medidas objetivas, com destaque, entre elas, para a consideração de fluxos energéticos. Em termos do binômio indivíduo-coletividade, apresenta-se especialmente preocupada com efeitos que se fazem sentir para além do contexto dos indivíduos. De fato, mostra-se significativamente identificada com uma visão de *sustentabilidade forte*, na qual importa o impacto das ações humanas sobre os ecossistemas, inclusive quanto à capacidade de estes continuarem a desempenhar adequadamente suas funções ecológicas: de modo que o atributo sustentabilidade ecológica nela se encontra significativamente contemplado. Já os atributos justiça social e aceitação cultural nela não recebem atenção especial, em que pese ser possível argumentar que agir em favor da sustentabilidade ecológica contribui também, mesmo que de modo claramente colateral, para a promoção de justiça social, com referência tanto à geração presente como às futuras.

Em termos teórico-filosóficos, identifica-se, em um primeiro momento, um desequilíbrio no sentido de que, no escopo da economia ecológica, identifica-se uma ênfase forte sobre os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente natural, ênfase essa que não se faz acompanhar de atenção equivalente, nem mesmo próxima, dispensada ao meio ambiente social. Impactos sociais, no contexto da economia ecológica, normalmente são considerados na proporção em que resultam de impactos exercidos sobre o meio ambiente natural. Mesmo reconhecendo que de um adequado equilíbrio ecossistêmico depende, em medida importante, a manutenção da vida, humana e de outras espécies, na Terra, é difícil conceber que uma racionalidade econômica deva priorizar a consideração de impactos sobre o meio ambiente natural e não dedicar atenção equivalente, ou ao menos próxima disso, a questões referentes ao contexto social.

Diante dessas considerações, e da concepção de desenvolvimento sustentável admitida no presente trabalho, apresentam-se, à economia ecológica, as seguintes duas indagações: (a) pode ela, mantendo seu compromisso com o

paradigma de *sustentabilidade forte*, aproximar-se significativamente mais da proposta de economia social ecológica, dedicando atenção maior a aspectos de natureza social, em especial a justiça social e a aceitação cultural, de modo que características importantes desses dois atributos sejam nela adequadamente levados em conta? E (b) é possível que a objetivação das considerações teóricas nelas desenvolvidas, para além de acontecer por meio de elementos quantitativos – notadamente fluxos energéticos – que, por sua natureza, mantêm relação consideravelmente indireta em relação aos problemas socioambientais, possa fundamentar-se, de maneira consideravelmente objetiva, em atributos mais diretamente relacionados às reais motivações pelas quais os seres humanos têm dedicado atenção a tais problemas, em especial no contexto da relação entre Economia e meio ambiente?

2.2.4. Sobre a possibilidade de consideração objetiva de benefícios e de custos

Conforme o revela o conteúdo da Seção 2.2.2, existe possibilidade de, e mesmo motivação para, a Economia contemplar, na qualidade de seu objeto de estudo, elementos, ou melhor, valores, que, por sua natureza, não ficam adequadamente expressos se pretende-se reduzi-los a uma ou mais de uma expressão monetária. Esses elementos têm importância na avaliação econômica a partir de quando se admite que esta, em sua tarefa clássica de determinar valores de benefícios e de custos, e compará-los adequadamente, a ver se aqueles são ou não são maiores que estes e, assim, respectivamente, se existe ou não viabilidade econômica no objeto – projeto, alternativa de investimento, ou outro – que se esteja a considerar, pode, se não mesmo deve, levar em conta não apenas benefícios e custos exprimíveis em termos quantitativos mas também aqueles que, não obstante sua natureza não quantitativa, podem ser adequadamente expressos de modo objetivo e, assim, integrar o processo de determinação de benefícios e de custos econômicos.

Com efeito, um elemento é reconhecido na qualidade econômica de benefício ou na de custo dependendo de como uma ou mais de uma pessoa, individualmente ou em grupo, percebe(m)-(n)o no contexto maior dos interesses e

das motivações que caracterizam a vida humana: quando se lhe atribui valor em unidades monetárias, o que se está a fazer é representar, objetiva e quantitativamente, um valor que, em essência, é subjetivo e qualitativo⁵⁰. Entretanto, não é toda espécie de benefício, nem toda espécie de custo, que pode ser adequadamente representada em termos monetários, e mesmo quantitativamente, conforme o atestam atributos como justiça social e aceitação cultural, contemplados no presente trabalho: a observação desses atributos representa valioso benefício – e sua inobservância, inaceitável custo – que, pela importância que tem no contexto da vida humana, não pode prescindir de estar adequadamente contemplado no contexto econômico, em que benefícios e custos ganham particular evidência; e como, por sua natureza, não podem ser adequadamente representados em termos quantitativos, precisam sê-lo de outro modo, ele também objetivo. Porque o resultado da avaliação econômica precisa, por certo, indicar não apenas se, mas também por que, em determinado caso específico, existe ou não existe viabilidade econômica. Naturalmente pode-se aceitar ou não ao menos alguns dos supostos com base nos quais se estabelece a definição dos benefícios e dos custos, e a comparação entre eles; e a pluralidade de concepções alternativas de Economia contribui para que se possa considerar e ou privilegiar um conjunto de tais supostos ao invés de outro, dependendo do enfoque com que cada uma delas trata problemas de natureza econômica. Contudo, uma vez aceita a consideração de determinado conjunto de critérios, eles precisam ser expressos com objetividade suficiente para não haver dúvida quanto a eles estarem ou não presentes no contexto de determinada avaliação econômica e, no caso de eles serem de natureza quantitativa, com que quantidade cada um deles aí se manifesta. Em síntese: acredita-se ser importante expandir o escopo das considerações de benefícios e de custos no contexto da Economia, e considera-se que, na proporção em que se pretende empregar as construções teóricas desenvolvidas nas propostas no contexto da avaliação econômica de objetos reais – tais como projetos e alternativas de investimento –, elas precisam ser expressas de modo suficientemente objetivo.

⁵⁰ Mesmo em exemplos fortemente marcados por procedimentos monetários, como o do pagamento de taxas, é importante considerar que elas, não obstante assumam a forma objetiva de pagamentos em unidades monetárias, se fundamentam no benefício que se pretende conseguir com a aplicação dos recursos financeiros delas decorrentes; benefício que, em instância última, atende a alguma noção qualitativa de benefício, concebida a partir de motivações que são subjetivas.

2.2.5 As concepções de Economia e de benefícios e custos econômicos admitidas neste trabalho

As reflexões empreendidas nas Seções 2.2.2 e 2.2.4 permitem concluir ser possível levar em conta, no contexto das avaliações econômicas, não apenas valores expressos em unidades monetárias, mas também outros, contanto que atendam a duas condições: que apresentem, no plano substantivo, qualidade de benefício ou de custo, e que possam ser representados, no contexto avaliativo, de modo suficientemente objetivo. Naturalmente, a representação de benefícios e de custos em valores monetários atende a ambas as condições: mas apresenta como limitação que alguns benefícios e alguns custos, importantes no contexto da avaliação econômica, conquanto possam ser expressos de modo objetivo, podem não o ser de modo adequado quando se tenta atribuir-lhes valor monetário; daí a necessidade de, em tal contexto, serem levados em conta também benefícios e custos que, importantes para a caracterização do objeto que se avalia economicamente, não conseguem, por sua natureza, representação adequada quando se lhes pretende atribuir tal qualidade de valor, não obstante o consigam quando sua existência e qualidade são expressos por outros elementos objetivos⁵¹.

No presente trabalho, admite-se que a Economia não apenas pode, mas, principalmente, deve, levar em conta, em suas avaliações, ao lado dos benefícios e custos que, por sua natureza, podem ser adequadamente expressos em valores monetários, benefícios e custos outros que, também por sua natureza, precisam ser expressos de modo qualitativo. Não o fazer, quando se reconhece que tais atributos contribuem substancialmente para a objetivação de concepções eticamente respaldadas de bem-estar, ou, por outro lado, que lhe representam impedimento ou dificuldade significativo(a), seria, em medida importante, condescender com a ideia de que se deva limitar o escopo econômico das escolhas humanas àquelas que, por sua natureza, podem ser adequadamente expressas por meio de quantidades.

Neste trabalho, concebe-se a Economia como uma ciência efetivamente comprometida com o problema do bem-estar humano eticamente amparado, o qual,

⁵¹ No presente trabalho, o modo como se propõe considerar elementos de natureza não monetária na avaliação econômica é apresentado no Capítulo 6, mais especificamente na Seção 6.1.

assim se admite, não pode, por imperativo ético, prescindir de manter compromisso efetivo com a dignidade da pessoa humana. Importa, nessa concepção, que se considere na categoria de benefícios ou de custos cada um dos elementos que, passíveis de suficiente objetivação, se mostrem relevantes no contexto da definição do conjunto dos benefícios e do conjunto dos custos, independentemente de se essa objetivação é ou não manifesta de modo quantitativo. O que importa mais, nessa concepção de Economia, é que os elementos cujos efeitos, por algum motivo, se mostram importantes no contexto do objeto cuja avaliação (econômica) esteja sendo realizada nela sejam, de fato e adequadamente, levados em conta. Daí a importância de contemplar, no contexto da avaliação econômica, elementos como sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural, com os quais se ocupam, respectivamente, os Capítulos 3, 4 e 5 deste trabalho. E é porquanto se valoriza, na presente tese, na qualidade de elementos não meramente acessórios mas essenciais, sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural no contexto da avaliação econômica que, aqui, se admite ser a Economia ciência social aplicada: social, visto que assim se qualifica a justiça a ela associada; aplicada porque, naturalmente, mantém o compromisso da Economia com a orientação objetiva das decisões, no sentido do problema fundamental da avaliação econômica, a saber, a definição de se o valor dos benefícios, em uma situação particular, é ou não é maior que o valor dos custos. E a concepção de Economia que neste trabalho admite-se, coerente com a concepção de desenvolvimento sustentável que a inspira – que foi apresentada na Seção 1.1.3 –, pode ser expressa nos termos seguintes.

Concepção de Economia admitida neste trabalho: ciência social aplicada que se ocupa com o problema de determinação objetiva de, e comparação entre, benefícios e custos, com vistas a decidir quanto à existência ou não de viabilidade econômica, a qual depende também de que, em tal problema, se observe, de algum modo a um tempo significativo e suficientemente⁵² objetivo, compromisso com sustentabilidade ecológica, com justiça social e com aceitação cultural⁵³.

⁵² A referência que aqui se faz a suficiência decorre de que, no contexto da atribuição de valores, familiar à Economia, é necessário reconhecer que, embora estes possam ser – e, de fato, sejam – expressos de modo objetivo, os elementos que, por assim dizer, orientam essa atribuição de valores objetivos, em alguma instância, recebe influência de – se é que não é mesmo determinada por – elementos subjetivos, próprios da natureza e ou do contexto histórico de vida dos sujeitos que valoram.

⁵³ Conforme pode-se ver na Seção 2.2.2.1, uma concepção de Economia assim estruturada consegue amparo diante de ao menos um entre quatro conceitos de Economia: um de natureza

No contexto em que aqui se caracteriza a Economia, pode-se dizer que, por um lado, ela *não necessariamente* se apresenta contrária a procedimentos considerados ortodoxos, como, por exemplo, a atribuição de valores monetários a impactos ambientais; contudo, mostra-se crítica quanto à possibilidade ou não de expressarem-se em valor monetário os impactos sobre o meio ambiente e também sobre a sociedade, no sentido de admitir essa representação quando, pela natureza do impacto em questão, for possível, ao amparo da razoabilidade, fazê-lo sem que, para tanto, se venha, por assim dizer, a descaracterizar a representação do conjunto de elementos por cuja razão se admite que determinado impacto deve ser considerado como benefício ou como custo. Por outro, a proposta – receptiva à consideração de diferentes elementos que, independentemente de atribuir-se-lhes ou não valor em unidades monetárias, podem ser adequadamente objetivados na qualidade de benefício ou de custo, porquanto interferem significativamente na percepção de bem-estar eticamente amparado que, na presente tese, orienta a ideia de avaliação econômica – situa-se confortavelmente no contexto das concepções consideradas não ortodoxas, ou heterodoxas, da Economia. Acredita-se aqui em uma concepção de Economia que, claramente, transcende aquelas que, usualmente, se convencionou classificar como ortodoxas; não obstante, e conforme anteriormente expresso, não se rejeitam as concepções econômicas assim qualificadas quando podem elas contribuir para uma adequada consideração objetiva de benefícios e de custos econômicos, caracterizados conforme a concepção expressa imediatamente a seguir.

Concepção de benefícios e custos econômicos admitida neste trabalho: atributos que, relevantes no contexto da caracterização do valor, seja em termos formais, seja em termos substantivos, de um objeto – projeto, alternativa de investimento ou outro – sujeito à avaliação econômica, podem ser expressos de modo significativamente objetivo, sem perda de características que, em tal contexto, sejam consideradas importantes.

Tal caracterização de benefícios e custos mostra-se compatível com a representação de benefícios e de custos em valores monetários, no modo como estes costumam aparecer em fluxos de caixa, que caracteriza a *análise*

lexical e três que, pelas razões expostas na referida Seção, podem ser considerados como clássicos.

custo-benefício, desde que se estabeleça algum modo significativamente objetivo por meio do qual características consideradas importantes possam exercer influência significativa no valor desses benefícios e desses custos. E mostra-se compatível também com a representação deles em termos não necessariamente monetários, como acontece no caso da *análise do valor do benefício*⁵⁴ que não usa valores monetários e possibilita, assim, realizar avaliações partindo da definição de objetivos e avaliando o alcance do objeto avaliado – projeto, alternativa de investimento – em relação a esses objetivos, expresso por meio de pontos que podem ser representados, à maneira de resultado, em um gráfico tipo radar, de fácil interpretação. Diante da significativa aceitação da *análise custo-benefício* no contexto das avaliações econômicas, apresentam-se, no Capítulo 6 (Seção 6.1), informações sobre de que modo as considerações desenvolvidas no presente trabalho podem ser levadas em conta em contextos de avaliação econômica que se fundamentam na estrutura típica dessa referida análise, acompanhadas de informações sobre como elas, com alguma adaptação, podem ser consideradas também em outros contextos de avaliação econômica.

2.2.6 O enunciado da tese de doutorado

No presente trabalho, defende-se a tese a seguir enunciada.

Tese de doutorado: No contexto da relação entre Economia e meio ambiente, a avaliação econômica pode e deve pautar-se, objetiva e significativamente, pela valorização de comportamentos admitidos como ecologicamente sustentáveis e pelos valores de justiça social substantiva e de aceitação cultural, presididos pelo valor essencial da dignidade da pessoa humana.

Uma caracterização objetiva de como, nesta tese, se consideram os atributos comportamento ecologicamente sustentável, justiça social substantiva e aceitação cultural – que, conforme visto, foram considerados antes por Sachs – é desenvolvida nos Capítulos 3, 4 e 5, respectivamente; uma justificativa para o destaque que a dignidade da pessoa humana⁵⁵ recebe na tese encontra-se no

⁵⁴ A(s) chamada(s) *análise custo-utilidade* e ou *análise custo-efetividade* exemplifica(m) esse caso.

⁵⁵ A importância, se não mesmo a necessidade, de levar-se em conta, de modo consequente, a dignidade da pessoa humana no contexto da Economia encontra manifestação na literatura. “Mesmo considerando a atenção dada a ela por economistas sociais, dignidade é um conceito

Capítulo 4, mais especialmente na Seção 4.4.1; e, no Capítulo 6, apresenta-se um modo como, em contextos de avaliação econômica, tanto pode-se como deve-se levar em conta, de modo significativamente objetivo, esses três atributos.

2.2.7 O mundo das ideias e o mundo da ação: considerações a respeito de propostas normativas

Conforme visto na Seção 2.2.6, o enunciado da tese, ao pronunciar-se a respeito de como deve pautar-se a relação entre Economia e meio ambiente, comporta uma afirmação normativa. Por essa razão, apresentam-se, nesta Seção, algumas considerações sobre a validade do desenvolvimento de contribuições teóricas que manifestam, em medida importante, essa qualidade, especialmente quando esta não se estabelece no plano dos regulamentos legais de observação compulsória.

O compromisso de uma proposição normativa, diferente do de uma que seja qualificada como descritiva ou mesmo como positiva, é especialmente condicional: dizer que tal comportamento deve ser adotado, e mostrar as razões para isso, de modo algum garante que as pessoas, as instituições, ou mesmo a coletividade irá ou irão adotá-lo. Naturalmente, ao pronunciar-se normativamente, é importante que se esclareçam (a) o contexto no qual a afirmação se estabelece, (b) as razões pelas quais se deve, ou o benefício de, agir em conformidade com aquilo que se propõe, e (c) o modo como, uma vez observada a proposição, se alcança o tal benefício.

Não raro proposições normativas guardam estreito vínculo com valores morais, cuja adequada observação, especialmente quando não é socialmente obrigatória por força de disposição legal, precisa contar com aceitação por parte das pessoas. É certo que, nesse caso, quem não a aceita mui provavelmente não irá observá-la: mas isso não invalida, de modo algum, o benefício que tal proposição pode render a quem, motivado pelos benefícios da ação proposta, e conhecedor das

grandemente ignorado na literatura econômica. Dada a natureza impessoal do utilitarismo clássico, esta omissão é certamente compreensível, mas inescusável apesar disso. Economistas de todas as escolas e abordagens deveriam refletir sobre como representam pessoas em seu trabalho, tanto teórico como empírico, e perguntar-se (1) se essas pessoas têm as escolhas e ações livres que são necessárias para verdadeira dignidade humana e (2) se sua dignidade intrínseca é levada em conta em análise de política e economia do bem-estar. Estas considerações são essenciais para respeitar a dignidade inerente daqueles cujas decisões nós como economistas estudamos em nosso trabalho” (WHITE, 2009, p. 88; tradução nossa).

limitações que a caracterizam – entre elas, é claro, sua natureza normativa –, aceita, por livre vontade e responsabilidade própria, agir em conformidade com o que, normativamente, se propõe. Ademais, proposições normativas não podem prescindir de encontrar fundamento em alguma concepção autêntica de ética: neste trabalho, considera-se que essa autenticidade deriva, em medida essencial, de um compromisso com a dignidade da pessoa humana, no modo como caracterizada no Capítulo 4 (Seção 4.4.1).

A natureza da proposição normativa, quando adequadamente amparada por uma ética genuína, é incompatível, a um tempo, tanto com a pretensão de aceitação incondicional por parte das pessoas quanto com a dependência dessa aceitação para ter seu valor reconhecido. Essa qualidade de proposição serve para orientar a ação de quem, por reconhecer valor nos atributos que ela procura promover, decide observar as prescrições que ela apresenta: não pode fazer concessões que comprometam a consecução do benefício que a justifica. No plano da ação não compulsória – e é este o que, no contexto do presente trabalho, é considerado – a elas cabe, com honestidade, enunciar os compromissos que mantêm, e as relações de necessidade e ou de conveniência que advogam.

Reconhece-se, por certo, a necessidade de observação individual e ou social compulsória de determinados preceitos para que, em situações em que determinado resultado depende do concurso de várias pessoas, se possa consegui-lo. Bens de uso comum, como o é o meio ambiente natural, não podem prescindir de ter seu uso regulamentado pelo Estado na proporção em que as consequências da utilização desses bens interferem de modo importante no bem-estar da coletividade. Entretanto, quando se passa ao âmbito dos regulamentos de observação compulsória – e, manifestamente, *não* é este o que se considera no presente trabalho –, o problema precisa ser compreendido também à luz de suas características no plano da ação prática: porque pouco, se é que algo, adiantaria estabelecer a compulsoriedade de determinado comportamento e saber que ele, apesar de obrigatório, não é observado. Nesse caso, questões sobre a justiça substantiva de requerer-se que alguém que não haja internalizado o conjunto de valores que constituem a essência de determinado preceito compulsório, e também sobre como proceder com quem decide não observá-lo, demandam

encaminhamento que precisa, por certo, apresentar-se como substantivamente justo.

2.3 CONCLUSÃO

Diante do problema de pesquisa e dos objetivos geral e específicos expressos neste trabalho, empreenderam-se, neste Capítulo, duas investigações. A primeira revelou que a relação entre Economia, meio ambiente e sustentabilidade tem sido conduzida a partir de três correntes, entre as quais ganham destaque as abordagens da economia ambiental e de recursos naturais e a economia ecológica. A segunda mostrou ser possível contribuir com o desenvolvimento da Economia por meio de realização de pesquisa interdisciplinar. Uma vez que a concepção de desenvolvimento sustentável admitida neste trabalho guarda compromisso com sustentabilidade ecológica, com justiça social e com aceitação cultural, enunciou-se a tese de doutorado nos termos seguintes.

Tese de doutorado: No contexto da relação entre Economia e meio ambiente, a avaliação econômica pode e deve pautar-se, objetiva e significativamente, pela valorização de comportamentos admitidos como ecologicamente sustentáveis e pelos valores de justiça social substantiva e de aceitação cultural, presididos pelo valor essencial da dignidade da pessoa humana.

A ideia essencial, na proposta que aqui se desenvolve, é a de que a avaliação econômica precisa encontrar um equilíbrio entre o compromisso que ela precisa ter com objetividade e a necessidade de, nela, estarem contemplados elementos que, por sua natureza, não ficam adequadamente representados pela simples atribuição, a eles de algum valor monetário. Conforme expresso na Seção 2.2.6, sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural são temas contemplados, respectivamente, nos Capítulos 3, 4 e 5. No Capítulo 6, em que se reúnem as contribuições desenvolvidas nos Capítulos anteriores, estrutura-se um modo pelo qual é possível considerar cada um dos atributos, de modo objetivo, no contexto da avaliação econômica.

3 ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E COMPROMISSO COM COMPORTAMENTO ECOLÓGICAMENTE SUSTENTÁVEL

O segundo compromisso da proposta de relação entre Economia e meio ambiente apresentada nesta tese é com comportamento ecologicamente sustentável. Neste Capítulo, apresenta-se, inicialmente, uma reflexão a respeito de ética ambiental, a que segue uma concepção de comportamento daquela maneira qualificado, que se fundamenta em compromisso com quatro atributos, a saber: conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde de seres humanos, e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis. É importante ter em conta que, no presente Capítulo, o que se faz é desenvolver a proposta em termos teóricos substantivos: o modo como ela pode e – assim se argumenta neste trabalho – deve ser levada a efeito em termos da prática da avaliação econômica é apresentado no Capítulo 6.

3.1 UMA ÉTICA SOCIOAMBIENTAL COMO CRITÉRIO PARA COMPORTAMENTO ECOLÓGICAMENTE SUSTENTÁVEL

O problema de definir o que se pode admitir como comportamento ecologicamente sustentável precisa ser encaminhado a partir de fundamentos éticos; e, por referir-se a aspectos ecológicos, pode sê-lo por meio dos conhecimentos e dos valores que constituem a chamada ética ambiental. “Ética ambiental é filosofia moral que diz respeito à natureza não humana” (KELLER, ed., 2010, p. 1; tradução nossa). Especialidade da ética, ao ocupar-se com seu objeto ela guarda compromisso com o problema, decididamente substantivo, de identificar o que possa ser reconhecido como bom, de que decorre a noção de comportamento adequado. E, nessa mesma condição, encontra razão de ser na proporção em que, diante de situações reais, consegue oferecer orientação adequada para a ação.

3.1.1 Consequencialismo e deontologia

Existe um problema clássico em ética, cuja importância faz-se sentir, também, em sua especialidade conhecida como ética ambiental: decidir sobre se o comportamento adequado deve ser reconhecido em termos dos resultados que com ele se conseguem ou da observação de determinados procedimentos admitidos, por assim dizer, como adequados. E, em decorrência desse problema, surgiram e estabeleceram-se duas doutrinas, conhecidas como *consequencialismo* e *deontologia*. Uma compreensão da ideia central em cada uma delas, aplicada a estruturas de política, é apresentada na citação imediatamente a seguir.

No nível menos refinado [*most coarse*], estruturas de política podem ser vistas como extraindo seus fundamentos éticos de duas doutrinas éticas contrastantes, *consequencialismo* e *deontologia*. Uma estrutura de política consequencialista julga a 'bondade' ou 'retidão' somente com base nos efeitos que são esperados fluírem (ou de fato fluem) das políticas propostas. Uma estrutura de política consequencialista leva em conta o uso de meios questionáveis para realizar fins recomendáveis. [...] / Uma estrutura de política deontológica, por outro lado, valendo-se do significado da raiz grega *deon*, enfatiza *obrigações* ou *deveres*. Julga a retidão de políticas em termos de aderência a regras ou restrições que estão além de, ou apesar de, quaisquer consequências esperadas. Neste caso certos compromissos podem ser invioláveis. Para uma estrutura de política deontológica motivações e compromisso importam, como o fazem os processos e procedimentos para chegar a decisões (GLASSER, 1999, p. 982; tradução nossa; grifos do autor).

E parece que o problema de decidir a respeito da validade ética de cada uma dessas doutrinas pode ser adequadamente encaminhado quando se considera a questão de se o comportamento ético deve ser avaliado em termos de resultados ou em termos de intenções, que motivam ações. Um argumento consequencialista típico defende que o bem pode – ou talvez mesmo deve – prescindir de prescrições à maneira de fórmulas mais ou menos rígidas para acontecer ou manifestar-se, em conformidade com uma ideia de que a ação a partir de prescrições remete o valor moral delas ao cumprimento de normas, que são meios, ao invés de aos fins que, por meio delas, se almejam. Um argumento deontológico típico sustenta que as consequências em si, conquanto possam ser benéficas, podem acontecer, por exemplo, como que por acaso, sem que se observe, por parte do agente, intenção de, e ou compromisso com, realizar um ato bom. E um procedimento adequado à reflexão sobre consequencialismo e deontologia, ao que parece, precisa considerar ao menos dois elementos. Um deles é a natureza de alteridade relacional que

caracteriza a ação humana: normalmente evoca-se o estatuto da ética para, à luz de seus preceitos, compreender como se estabelece a relação entre pessoas e entre grupos diante de determinada (possibilidade de) ação, especialmente em termos de como, provavelmente, um agente será considerado no meio relacional em que vive se suas ações, e – muito importante – os motivos que a hajam incentivado, forem de pleno conhecimento das pessoas que integram esse meio. O outro é a imprevisibilidade que, em alguma medida importante, caracteriza as consequências derivadas da ação humana: porque de uma ação realizada com vistas a produzir determinado efeito pode resultar consequência bem diversa daquela pretendida. Esses dois elementos parecem depor em favor da necessidade de observar-se, como orientação, o que preconiza a doutrina deontológica: agir em conformidade com o que se admite, de antemão – ou seja, previamente à ação – como válido, aceitável, no contexto das relações interpessoais. Porque é preciso reconhecer que o posicionamento em favor de uma ou de outra de tais doutrinas, conquanto, no plano individual, deve orientar toda ação consciente, no plano da inter-relação pessoal ganha importância maior diante das consequências que resultam das ações, especialmente das consequências consideradas indesejáveis; é relativamente frequente falar-se de ética quando se acredita que, pela não observância de seus preceitos, alguém acha-se em situação de prejuízo significativo, material e ou moral. Assim, uma orientação deontológica em assuntos de ética encontra pelo menos dois fundamentos: o primeiro deles em que, uma vez que os resultados das ações não necessariamente correspondem àquilo que as haja motivado, julgar a partir das consequências parece não ser justo; o segundo, em que é confortador, diante de eventuais consequências indesejáveis decorrentes da inter-relação humana, tanto para quem haja agido como para quem haja sofrido o efeito da ação saber haverem sido observados, de modo não meramente formal, mas substantivo, preceitos de uma ética que orienta a ação com base em princípios que, à luz da experiência, se tenham mostrado (os mais) adequados. Um comportamento com essas qualidades éticas – é preciso reconhecê-lo – mostra-se muito mais em conformidade com a concepção deontológica do que com a consequencialista.

É sempre importante considerar que os preceitos deontológicos precisam estar consubstanciados em termos de suas prováveis consequências, não apenas

quanto aos resultados pretendidos com as ações mas, de modo muito especial, quanto a como as pessoas, em termos substantivos, devem pautar as relações umas em relação às outras. No que se refere à primeira dessas consequências, é importante que os preceitos éticos, que orientam a ação deontológica, consigam legitimidade no sentido de ser compreendida a necessidade de agir-se em conformidade com eles em termos do bem que agir assim produz⁵⁶; e, no que diz respeito à segunda, que seja estabelecido um sistema de tratamento – substantivo, não formal – a ser observado entre as pessoas, com vistas a procurar manter a salvo a boa relação entre elas independentemente das (não tão) boas consequências que, para além dessa relação, possam manifestar-se em cada caso específico. Percebe-se, assim, que, em termos substantivos, ambas as doutrinas – a consequencialista e a deontológica – assemelham-se entre si porquanto mantêm compromisso com que as consequências das ações sejam boas; e em termos procedimentais valorativos, diferem uma em relação à outra em quanto ao elemento com base no qual se pode avaliar a ação⁵⁷.

3.1.2 Antropocentrismo, biocentrismo, ecocentrismo

Uma questão essencial no contexto da ética ambiental é a que diz respeito a como os seres humanos devem referenciar-se diante dos seres não humanos que, em conjunto com os primeiros, compõem a Natureza. A vida humana, em seus aspectos físico-biológico, psicossocial e espiritual, estabelece-se por meio de

⁵⁶ Essa necessidade não pode ser explicada unicamente com o argumento de que normas admitidas como éticas devem, sem questionamento algum, ser observadas, especialmente diante da necessidade de dar-se bom exemplo. Proceder assim seria, em medida importante, comprometer o fim que justifica toda ação ética, que é a produção de algum bem substantivo. Em caso de identificar-se necessidade de revisão, ou mesmo de abolição, de determinado preceito mais específico, pode-se e deve-se propor inovação referente a como, ou mesmo a se, ele deve continuar a ser observado. Isto de propor a inovação – e não simplesmente, em contextos que não demandam decisão imediata, agir de modo novo, sem observar o preceito – é essencial para a vivência de uma ética deontológica genuína.

⁵⁷ É importante considerar que as diferenças que apresentam, uma em relação à outra, as concepções de ética consequencialista e deontológica não impedem que ambas, em alguma medida relevante, possam ser levadas em conta quando se está a considerar o problema de aplicar-se a ética a determinado contexto específico; no da Economia, isto pode ser percebido, por exemplo, na concepção de ética econômica apresentada a seguir: *“A ética econômica aborda como podemos avaliar, no sentido de ser bom ou mal, correto ou incorreto, justo ou injusto, vários ordenamentos econômicos alternativos (status quo). Ela envolve a valoração e o ordenamento dos meios (instituições formais e informais) e a valoração e o ordenamento dos fins (resultados das ações dos agentes que se deparam com incentivos criados pelas instituições) em termos de eficiência e justiça”* (SILVA, 2007, p. 24; grifo do autor).

relações: e, conquanto desde a Antiguidade a ética haja-se ocupado com a adequada relação entre seres humanos e, em consequência, tenha reconhecido a *inquestionável* – eis, em termos substantivos, o termo! – igualdade de cada ser humano em relação a cada um dos demais em termos de dignidade (humana), a relação que se estabelece entre seres humanos e seres não humanos ainda hoje conhece perspectivas consideravelmente distintas.

No presente trabalho, consideram-se três sistemas referenciais valorativos com base nos quais pode-se compreender a relação entre seres humanos e natureza não humana, que são o antropocentrismo, o biocentrismo e o ecocentrismo. Todavia, antes de dedicar atenção a características específicas de cada um deles, é importante considerar que quem concebe cada um, naturalmente, é o ser humano, que o faz – não poderia ser diferente – dentro de sua própria condição (humana); ademais, a ética, e a Filosofia, que a abriga, são, é claro, também elas, produtos do espírito humano.

Toda ética tem caráter antropomórfico, mesmo que em seu centro estejam indivíduos não-humanos. Suas necessidades e desejos são interpretados através de um ponto de vista humano. Quem valora é o ser humano e este certamente o faz dentro de uma perspectiva antropocêntrica. Podemos até mesmo aceitar que seres não-humanos tenham valor moral, mas a consciência humana continua sendo a fonte de valor. Isso não significa que o único centro de valor é o ser humano, mas é necessário reconhecer que é apenas o antropocentrismo que torna a ética possível (COSTA, 2007, p. 169).

É importante esclarecer que, em termos substantivos, não há inadequação alguma no fato em si de a ética em geral, e mesmo a ética ambiental, em particular, serem – como de fato o são –, produtos humanos. Esse esclarecimento pode parecer óbvio, e talvez mesmo o seja; mas ele é importante, se não mesmo necessário, porquanto, ao menos em teoria, se pode questionar a validade de seus preceitos uma vez que eles se destinam à relação de seres humanos – que os concebem, é claro, em conformidade com sua perspectiva humana – com seres não humanos, cuja perspectiva, a rigor, é desconhecida dos primeiros. De fato, a rigor, não há como saber exatamente como é ser um ser que não se é: mas isso de modo algum serve de justificativa para que seres humanos não possam, ou mesmo não devam, pautar suas relações com seres não humanos em conformidade com preceitos éticos, mesmo que elaborados, como precisa ser, a partir da perspectiva humana.

Os fundamentos éticos da proteção ambiental repercutem em um agir responsável e solidário dos homens perante a natureza e cujos efeitos são sentidos pelos próprios homens, na garantia da sua sadia qualidade de vida. Os valores da ética ambiental são atribuídos exclusivamente à perspectiva humana em relação à dimensão das suas intervenções negativas no meio ambiente (KÄSSMAYER, 2009, p. 228).

E essa perspectiva, conforme anteriormente mencionado, comporta ao menos três visões distintas. É importante perceber que essas concepções – antropocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo⁵⁸ – devem ser compreendidas como aquilo que, de fato, são: construções referenciais teóricas que servem para orientar a ação prática em termos da relação entre seres humanos e seres não humanos; de modo que o comportamento das pessoas e dos grupos pode ser comparado a eles e, assim, ser identificado como mais próximo de uma entre as três referências. A seguir, passa-se a uma análise de cada uma delas, fundamentada estritamente no conteúdo que se pode identificar nos limites dos textos que aqui as apresentam, iniciando com uma comparação entre antropocentrismo e biocentrismo, a que, depois, se une a perspectiva do ecocentrismo⁵⁹.

⁵⁸ Essas três, por certo, não são as únicas. Preston, por exemplo, menciona ainda as chamadas abordagens de extensão [*extensionist*]. “Abordagens de extensão [*extensionist*] estendem direitos morais para além dos seres humanos a outras entidades individuais não humanas, mesmo a formas não-animais em alguns casos. Entretanto, a forma mais proeminente desta visão é conhecida como *abordagem da senciência* [*sencientism*]. A abordagem da senciência [*sencientism*] estende a comunidade de consideração moral para incluir todos os seres que têm a qualidade de senciência ou sentimento. Nesta abordagem os interesses de seres sencientes determinam nossas obrigações em relação ao meio ambiente. Os interesses dos seres humanos claramente recaem nesta categoria, mas a abordagem de extensão [*extensionism*] modifica o antropocentrismo pela necessidade de considerar os interesses de outros animais. Obviamente esta abordagem faz aparecer o *status* de direitos dos animais dentro da ética ambiental e sugere que, às vezes, os interesses de seres humanos não precisam determinar uma questão ambiental. Em um argumento da abordagem de extensão [*extensionist*], poderíamos manter que os interesses de humanos construiriam uma estrada através de um habitat de coala raro não ignora [*over-ride*] os interesses dos coalas, em que é improvável que os coalas possam coexistir com a estrada já que muitos coalas individuais morrerão mortes cruéis [*will die cruel deaths*], e a própria espécie será posta sob tensão adicional e ameaça” (PRESTON, 2007, p. 183; tradução nossa; grifo do autor).

⁵⁹ Diante da possibilidade de um mesmo conceito vir a ser interpretado de modos diferentes, optou-se aqui por trazê-los a partir de um texto relativamente recente – coerente, ao que se pôde ver, com o que se encontra naquilo que poderia eventualmente ser chamado de classificação mais frequentemente encontrada na literatura especializada –, e, diante da necessidade de rigor que caracteriza, em especial, os trabalhos teóricos, por considerá-lo unicamente em termos do conteúdo nele percebido. Entretanto, cumpre esclarecer que esta, por certo, não é a única forma de considerá-los. Norton, por exemplo, reconhece diferença entre antropocentrismo forte e antropocentrismo fraco, nos termos seguintes: “antropocentrismo forte, como aqui definido, considera preferências percebidas de indivíduos humanos não questionadas como valor determinante. Consequentemente, se humanos têm um sistema de valor fortemente consumista, então seus ‘interesses’ (que são considerados meramente serem suas preferências percebidas) ditam que a natureza será usada de uma maneira exploradora. Uma vez que não há verificação sobre as preferências percebidas de indivíduos no sistema de valor do antropocentrismo forte, aí

Antropocentrismo é uma perspectiva que considera humanos como a entidade mais importante no planeta. Uma abordagem antropocêntrica – literalmente “centrada no humano” – para conservação ambiental traduz-se em uma convicção de que o bem-estar humano é a consideração central. Em contraste, o biocentrismo considera serem os humanos meramente uma das muitas espécies biológicas, atribuindo valor inerente a organismos não humanos também. Com esta perspectiva em mente, o biocentrismo defende que a conservação ambiental não deveria focar somente (ou mesmo em grande parte) nos humanos, mas antes considerar todas as coisas vivas igualmente valiosas [*equally valuable*] (ROWE, 2011, p. 29; tradução nossa).

A ideia de igualdade de valor entre todas as formas de vida encontra dificuldades consideráveis, a iniciar pela dieta alimentar humana: a observá-la de um ponto de vista radical, os humanos precisariam alimentar-se sem que, para tanto, viessem a prejudicar outras formas de vida. Pode-se pensar, por exemplo, em ingestão regular de água, de leite, de frutas, de legumes e de outros alimentos de origem vegetal que podem ser conseguidos sem que, para tanto, se venha a interromper o processo de vida do ser de que eles derivam. Um comportamento diferente desse provavelmente estaria fazendo algum tipo de concessão, e no plano da fatalidade, ao princípio da igualdade de consideração entre “todas as coisas vivas”. E uma importante, e bem pragmática, questão referente ao problema da alimentação humana que se apresenta diante de tal cenário diz respeito, é claro, à segurança alimentar: seria possível alimentar a todos os seres humanos observando, na qualidade de imperativo ético, um comportamento biocêntrico radical em termos de atribuição igualitária de valor entre todos os seres vivos? E a dificuldade amplia-se consideravelmente quando a reflexão se estende ao universo dos microorganismos patogênicos, de alguns animais peçonhentos, e mesmo dos insetos que causam

não existem meios para criticar o comportamento de indivíduos que usam a natureza meramente como um depósito de materiais em estado natural a serem extraídos e usados para produtos que servem a preferências humanas. / Antropocentrismo fraco, por outro lado, reconhece que preferências percebidas podem ou não ser racionais (no sentido de que podem ser julgadas não consoantes com uma visão de mundo racional). Consequentemente, o antropocentrismo fraco provê uma base para crítica de sistemas de valor que são puramente exploradores da natureza” (NORTON, 2003, p. 165; tradução nossa). E MacKinnon aproxima as ideias de ecocentrismo e de biocentrismo uma da outra e sugere serem ambas as palavras (quase) sinônimas: “de acordo com a perspectiva antropocêntrica, interesses ambientais devem ser direcionados ao aperfeiçoamento das pessoas, que sozinhas têm valor intrínseco. Em contraste com esta visão há uma que é geralmente chamada de uma perspectiva *ecocêntrica* (ou *biocêntrica* [*biocentric*]). Ela defende que não é apenas os humanos que defendem que têm valor intrínseco ou importância. Há variações dentro desta perspectiva, com alguns teóricos defendendo que formas de vida individuais têm tal valor intrínseco e outros acentuando que são sistemas inteiros ou ecossistemas que têm tal valor. As questões éticas tornam-se então assuntos de determinar o que está nos melhores interesses destas formas de vida ou o que promove ou contribui para, ou é uma adaptação satisfatória a, algum ecossistema” (MacKINNON, 2011, p. 192; tradução nossa; grifos da autora).

prejuízo a lavouras. Diante dessas considerações, parece muito acertado que a ideia de valorizar igualmente todas as formas de vida não pode, em absoluto, ser levada a efeito em termos radicais: como consequência, ela precisa ser interpretada necessariamente em termos relativos.

De modo semelhante, também a proposição antropocêntrica, a rigor, não pode, com amparo ético, ser considerada em termos radicais: precisa, ela também, de adequada relativização. Dotados de razão, os seres humanos têm condições bem razoáveis para, e o correspondente dever moral de, encontrar algo significativamente próximo de um equilíbrio entre o atendimento das necessidades humanas eticamente amparadas⁶⁰ e uma adequada qualidade ambiental, que comporta, em alguma medida importante, o respeito também a formas de vida não humanas. Um comportamento assim aproxima o antropocentrismo do ecocentrismo, no modo como este é expresso na citação imediatamente a seguir.

Um outro termo que é frequentemente discutido em relação ao biocentrismo é *ecocentrismo*, mas ele não é necessariamente sinônimo de biocentrismo, e portanto os termos não são intercambiáveis. O ecocentrismo incorpora uma abordagem biocêntrica [*biocentric*] mas leva a perspectiva um passo mais longe, atribuindo valor inerente a sistemas e processos não vivos da Terra também. Esta é uma abordagem mais holística que enfatiza a natureza interdependente e interconectada da Terra, enfatizando que os humanos são dependentes de seu ecossistema inteiro para sustentarem-se (ROWE, 2011, p. 31; tradução nossa; grifo do autor).

Certamente a biosfera, seus diversos biomas e também os ecossistemas que os compõem devem ser preservados ou conservados, ao menos na proporção em que se percebe sua necessidade ao equilíbrio ecológico; e é relativamente bem conhecido que a ação humana, especialmente aquela exercida coletivamente, influencia de modo significativo na qualidade do meio ambiente natural. Consequentemente, identifica-se uma responsabilidade humana perante o meio ambiente, a qual precisa ser adequadamente compreendida: isto para evitar incorrer na irresponsável atitude de, ao simplificar indevidamente as coisas, atribuir-se aos

⁶⁰ Reconhece-se, no presente trabalho, que as necessidades humanas, especialmente quando seu atendimento demanda utilização de recursos naturais, devem estar amparadas por suficiente preceito ético, o qual, conquanto possa conhecer alguma variação, por assim dizer, secundária, entre uma e outra concepção de ética, não pode renunciar ao compromisso que toda ética tem com a ideia substantiva de bom, ou de bem. Neste trabalho, em razão da ideia de ética que, aqui, se admite como válida, considera-se que tais necessidades não podem, de modo algum, atentar contra a dignidade da pessoa humana, no modo como este valor é caracterizado tanto na Seção 3.1.4 como, no Capítulo 4, na Seção 4.4.1. Em razão da importância que se identifica nesse amparo ético, decidiu-se expressar essa condição nas referências que, neste Capítulo, são feitas a essas necessidades.

seres humanos – principalmente ao ser humano individual – responsabilidade que não é, por assim dizer, bem sua. E como é costume acontecer em assuntos de natureza normativa – como o é, evidentemente, a ética –, é fundamental que as pessoas estejam adequadamente motivadas para agir em conformidade com o que se compreende como dever. E é por essa razão que, na Seção 3.1.3, se apresentam considerações a respeito da relação entre ética, responsabilidade e motivação.

3.1.3 Ética, responsabilidade e motivação⁶¹

Agir eticamente é, em medida importante, agir com responsabilidade. É muito porque reconhece o (provável) efeito de suas ações que o agente ético compreende a necessidade de agir eticamente. Entretanto, o problema da responsabilidade, para ser corretamente compreendido, precisa sempre encontrar a justa medida para sua manifestação: por um lado, precisa coibir a má intenção; por outro, não pode inibir a ação bem intencionada. E é preciso considerar, também, que não é só de responsabilidade que a ética é constituída: ela encerra também, por exemplo, a atitude de mútua consideração e de mútuo respeito que deve presidir a relação entre todos os seres humanos.

O problema da responsabilidade mereceu atenção, ainda no primeiro quartel do século XX, de Max Weber, que, fazendo referência ao “problema do *ethos* da política, enquanto 'causa' a defender” (WEBER, 2004 [1919], p. 110), apresenta considerações a respeito do que, no contexto em que desenvolve suas reflexões, identifica como ética da responsabilidade e ética da convicção nos termos seguintes.

De forma cristalina, impõe-se que nos demos conta do seguinte fato: qualquer atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diferentes e irredutivelmente opostas. A orientação pode ser segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção. Não quer dizer isso que a ética da convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, a ausência de convicção. Não é nada disso, evidentemente. Sem embargo, oposição profunda há entre a atitude de quem se resigna às máximas da ética da

⁶¹ Alguns conteúdos apresentados nesta Seção – especialmente as considerações acerca da natureza antropocêntrica da ética ambiental e das relações entre ética ambiental e responsabilidade e entre ética ambiental e motivação – fundamentam-se essencialmente em ideias apresentadas em trabalho de Isaguirre e Mendes Filho (2010) ao “5º Seminário sobre Sustentabilidade”, promovido pelo Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da FAE, em Curitiba, de 10 a 12 de novembro de 2010. Agradece-se à organização do evento, por disponibilizar ambiente propício ao diálogo sobre o tema, e às pessoas que dele participaram, pelas valiosas contribuições que deram ao trabalho.

convicção – diríamos, em linguagem religiosa, “O cristão cumpre o seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus” – e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: “Devemos responder pelas previsíveis consequências de nossos atos” (WEBER, 2004 [1919], p. 114).

Observa-se, no que se refere à ética da convicção, que não se trata meramente de uma pessoa desempenhar algo que se haja convencido de dever estar a seu encargo fazê-lo. Em seu contexto existe, por certo, a convicção de que é seu dever fazê-lo. Ou seja, estabelece-se um contexto de exercício da ética da convicção quando quem age eticamente, segundo essa variante ética, está convencido do dever (ético, portanto substantivo) de assim agir, e não meramente de ter que cumprir algo porque, por exemplo, uma mera convenção, com a qual ele ou ela não concorda, haja definido tal necessidade. Não fosse assim e não faria sentido falar de convicção no contexto dessa ética⁶². Já no que diz respeito à ética da responsabilidade, percebe-se que esta apresenta-se limitada à capacidade de conjecturar a respeito de consequências dos atos; deve, a um tempo, fundamentar-se naquilo que, no limite do razoável, possa ser admitido como provável de acontecer ou não no futuro e – ainda mais importante – na possibilidade de neutralizar experiências traumáticas – ou de reduzi-las a intensidades evidentemente não prejudiciais – caso o conjunto de elementos que pode produzi-las venha a manifestar-se.

Hans Jonas, para quem o problema da responsabilidade assume condição de princípio, considera que

um imperativo adequado ao novo tipo do agir humano e voltado para o novo tipo de sujeito atuante deveria ser mais ou menos assim: “Age de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (JONAS, 2006 [1979], p. 47).

O imperativo de Jonas encerra a ideia central de uma responsabilidade na ação com vistas a que a vida humana continue a existir ao longo do tempo e a fazê-lo com boa qualidade, e é apresentado com vistas a propor uma ética válida em um contexto

⁶² No caso em que alguém precisa decidir entre cumprir ou não um dever que lhe haja sido confiado, com relação ao qual não apresente objeção de consciência, em razão unicamente de que alguém haja depositado nele ou nela sua confiança quanto ao assunto, tem-se, também, um exemplo de aplicação da ética da convicção na proporção em que a pessoa se mostre convicta da necessidade, ou mesmo da conveniência, de desempenhar aquilo que, não lhe causando incômodo de consciência, esteja, portanto, a seu encargo realizar. Houvesse objeção de consciência, nesse caso, e, de um modo substantivo, não se poderia concluir que a pessoa estaria em condição de agir em conformidade com a ética da convicção, visto que uma convicção autêntica não conhece objeção de consciência.

civilizatório marcado pela tecnologia. Especialmente porquanto importantes problemas socioambientais decorrem ou recebem influência significativa do uso de determinadas tecnologias, percebe-se como benéfica, se não mesmo necessária, a adoção de um imperativo ético que se pronuncie acerca da ação correta em termos do uso delas; ou, ao menos, de um que – como o indica a contribuição de Jonas – haja sido produzido em um contexto em que consequências do avanço tecnológico recebam importância especial. A ideia de uma vida humana autêntica, embora não explicitada no texto em que o autor enuncia seu imperativo ético, sugere, por certo, uma vida humana boa, isto é, uma em que os seres humanos tenham, pelo menos, atendidas de modo satisfatório as condições de vida digna a todos eles; e, para além disso, que possam também, na medida do possível, realizar suas legítimas – porquanto eticamente amparadas – aspirações.

O imperativo ético enunciado por Jonas é antropocêntrico, no sentido de que faz referência expressa à vida humana. Contudo, em trabalho publicado posteriormente, o autor revê, ao menos em parte, essa postura:

[...] em um ponto de vista meu livro introduz um novo elemento dentro da filosofia política: deixa de lado a questão quanto a qual das várias ideologias e programas políticos é inerentemente melhor para os seres humanos e seu futuro. Ao contrário afirmo que essa questão não é significativa: a questão chave é agora qual oferece a maior probabilidade de fazer frente com êxito ao desafio completamente novo que confronta a sociedade: como podemos viver com a natureza – ou como a natureza pode sobreviver junto conosco. O ponto focal de meu livro não é mais relações principalmente entre seres humanos mas este novo horizonte para reflexão ética (JONAS, 2008 [1998], p. 210; tradução nossa).

Neste segundo momento, Jonas identifica a necessidade de o ser humano agir eticamente não apenas diante dos riscos que sua própria ação – com destaque para o uso de determinadas tecnologias – pode gerar para si mesmo, mas também em termos dos impactos que a ação humana pode exercer sobre o meio ambiente, sobre seres não humanos. Independentemente de se os motivos que levam as pessoas a dedicar atenção aos impactos que exercem sobre o mundo não humano fundamentam-se mais na utilidade que recursos naturais têm para a vida humana ou em alguma consideração, de caráter não utilitário, pela vida de algumas espécies não humanas, percebe-se que, em alguma medida importante, o modo como os seres humanos interagem com o mundo não humano deve ser pautado por preceitos éticos: não o fazer conduziria, no mínimo, a uma irresponsabilidade para

com que as futuras gerações de seres humanos possam dispor, elas também, de recursos naturais em quantidade e em qualidade suficientes para atendimento a suas necessidades, no modo como estas podem ser razoavelmente estimadas no tempo presente.

Isaguirre e Mendes Filho, discorrendo, a partir de ideias de Hans Jonas e de Max Weber, acerca do problema da responsabilidade no contexto da ética ambiental, expressam, à maneira de síntese, as considerações seguintes:

[...] diante das expressivas e crescentes possibilidades de intervenção humana no mundo natural – para algumas das quais talvez não se disponha ainda de conhecimento suficiente para poder afirmar que, nos limites de determinado e relevante nível de significância estatística, sua utilização não oferece riscos, ao menos à saúde e ao bem-estar humanos –, é imperioso que estas aconteçam de modo organizado, com vistas a assegurar, no limite do razoável, que não se esteja colocando em risco nem a saúde nem o bem-estar das pessoas, seja no tempo presente, seja, com base em expectativas mais prováveis, no futuro. Entretanto, o reconhecimento da responsabilidade que se precisa ter não deve ocasionar diminuição da autoestima das pessoas que vivem na sociedade atual, também por serem bem conhecidos alguns dos efeitos do sentimento de culpa, em especial aqueles que inibem o saudável potencial criativo, pelo medo de continuar “errando”. Necessita-se, assim, de que a responsabilidade ética que a espécie humana, a um tempo racional e emocional, tem diante de suas possibilidades de interação com o meio ambiente natural, considere que, em certo sentido, “os novos poderes que a ciência deu ao homem só podem ser manejados com segurança e proveito por aqueles que (...) adquiriram uma atitude reverente para com os sentimentos humanos e também ternura para as emoções que dão colorido à existência” (RUSSELL⁶³ *apud* HEEMANN, 1998, p. 203), e seja efetivamente observada tendo por pano de fundo a construção de um presente e de um futuro a um tempo bons de serem vividos (sem culpa) para a espécie humana, inclusive por saber que seu dever de interagir com o meio ambiente natural está sendo adequadamente cumprido (ISAGUIRRE; MENDES FILHO, 2010, p. 8-9).

Compreende-se que efeitos traumáticos – dos quais é possível, se não mesmo provável, que, na Idade Contemporânea, a Segunda Guerra Mundial haja sido o maior – representem motivo bastante para que filósofos pronunciem-se de modo pessimista acerca da ação humana. Entretanto, é preciso considerar que, não obstante manifeste-se – como aqui se faz – o devido respeito à memória das vítimas, às suas famílias e às nações que hajam sofrido de modo mais intenso tais efeitos, não se pode pretender imprimir na Humanidade como um todo a culpa por tais ações: seria como pretender que cada ser humano se sentisse devedor de algo que não haja, ele próprio, realizado, e nem sequer contribuído com a objetividade

⁶³ RUSSELL, Bertrand. **A perspectiva científica**. São Paulo: Nacional, 1956. p. 240. Citado em: HEEMANN, Ademar. **Natureza e ética**. 2.ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. 224 p. (Série Didática, n. 19.).

necessária para que se possa estabelecer ligação entre tais efeitos e cada um dos seres humanos. Faz sentido falar de responsabilidade quando alguém assume-a de modo consciente e proativo, seja por ação, seja por omissão; e isso pressupõe, por questão de justiça, que a ação em questão não dependa de fatores cuja manifestação é incerta – como ocorre, por exemplo, na realização de atividades de pesquisa científica original e de composição artística, que, para serem adequadamente levadas a efeito, requerem que a pessoa esteja inspirada. Ademais, o problema da responsabilidade não pode prescindir de observar um elemento muito, muito importante, a saber: o efetivo acompanhamento periódico dos processos, por meio da função administrativa denominada de controle, a ser executada por pelo menos duas instâncias diferentes que tenham interesse nos resultados deles⁶⁴. Por efetivo compreende-se, aqui, um que possibilite corrigir tempestivamente diferenças entre o que haja sido planejado e o que haja até então sido realizado; e a periodicidade deve ser tal que, em função das características específicas de cada projeto, atenda com suficiência – em termos de qualidade e de prazo – a provável necessidade de intervenção, em caso de esta se manifestar. Tal acompanhamento periódico é indispensável porque entre aquilo que é planejado e o que é conseguido, por vezes há diferenças significativas – normalmente atribuídas a que, no momento do planejamento, não se consegue prever de modo suficiente o comportamento de todos os elementos relevantes no processo em questão –, e é fundamental que as pessoas, para poderem agir de modo a um tempo livre e responsável, tenham encerrada sua responsabilidade com referência a uma etapa para dedicarem-se adequadamente à etapa seguinte. Assim, de um ponto de vista ético, só faz sentido falar de responsabilidade na justa proporção em que (a) a ação em questão independe de fatores cuja manifestação é incerta, no modo como neste parágrafo essa incerteza é caracterizada, e (b) existe um eficiente acompanhamento periódico das ações, que possibilite, em tempo, a adoção de medidas corretivas razoáveis tão logo a necessidade destas haja sido identificada.

Para além do adequado encaminhamento da importante questão da responsabilidade, é necessário considerar que “um comportamento ético, para ser consequente e permanente, precisa ser internalizado e ou contar com pelo menos

⁶⁴ No mínimo duas instâncias, que são aquele que realiza ou desenvolve o processo e aquele a quem interessa, mais diretamente, o resultado do processo.

um elemento de motivação⁶⁵ (ISAGUIRRE; MENDES FILHO, 2010, p. 12). Com efeito, o valor da ação ética é reconhecido, necessariamente, em termos substantivos: mais do que o resultado objetivo de uma ação, no contexto da ética importa muito a motivação, ou seja, a intenção, aquilo em razão de quê o agente haja agido, bem como a adequação dos meios por ele empregados, em termos dos valores que, com cuja utilização, estejam assegurados ou comprometidos. Percebe-se que a ação ética, quando se considera seu valor nessa qualidade, precisa acontecer de modo não apenas consciente mas, principalmente, motivado: age-se eticamente, em termos substantivos, porque se observam, conscientemente, preceitos de ética; e isso acontece quando existe motivação, por parte do agente, para agir desse modo. Conforme bem expresso por Smith (2005, p. 153; tradução nossa), “para uma circunstância se comunicar a nós de um modo que seja eticamente significativo tem que ‘ressoar’ com estruturas de sentimento já existentes e com nossa sensibilidade moral”: ou seja, é necessário estabelecer-se, entre o agente e a ação, uma relação motivada, que precisa encontrar referência interna no agente. Mas se é mesmo assim – e parece que é –, uma questão fundamental para o agir ético é a que se refere a como estabelecem-se tais “estruturas de sentimento” nos seres humanos: e, independentemente de contribuições específicas que, seguramente, a Psicologia pode oferecer a essa questão – para cuja consideração seria necessário conhecimento específico desta ciência, de que não se dispõe ao realizar o presente trabalho –, é razoável admitir, com base em experiência empírica, que muito desse processo pode ser desenvolvido por meio do expediente da Educação; sim, porque o ato de educar, quando levado a efeito de modo responsável, à altura da nobreza que de fato o caracteriza, consegue mostrar às pessoas que aceitem tal processo motivos, razões, benefícios de agir-se de modo ético. E a partir de quando se compreende por que razão substantiva deve-se, no plano moral, agir de determinado modo, as pessoas passam a perceber não apenas a necessidade, mas a conveniência, a vantagem de agir eticamente, e a ética

⁶⁵ Mais especificamente sobre a relação entre ética e motivação, os autores citam as referências seguintes: ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **A ética de Hans Jonas**: alcances e limites sobre uma perspectiva pluralista. 165 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 123; BOOTH, Carol. A motivational turn for environmental ethics. **Ethics and the Environment**, Bloomington: Indiana University Press, v. 14, issue 1, p. 53-78, Spring 2009, p. 55; e CROWLEY, Thomas. From “natural” to “ecosocial flourishing”: evaluate evaluative frameworks. **Ethics and the Environment**, Bloomington: Indiana University Press, v. 15, issue 1, p. 69-100, Spring 2010, p. 89.

consegue estabelecer-se no modo como deve fazê-lo: não por dever externo, alheio ao agente; mas interno, em conformidade com sua vontade.

Ademais, é importante considerar também que a relação entre ética, responsabilidade e motivação é, em medida importante, se não condicionada ao menos fortemente influenciada pelas relações que se estabelecem entre grupos de pessoas. “A ética diz respeito a um padrão de conduta que deriva da inserção em um grupo. Quando pertencemos a uma comunidade, comportamo-nos de acordo com ela” (CAPRA, 2005 [2002], p. 223). É muito em razão dos efeitos que as ações exercem sobre os outros que o comportamento ético se faz necessário: estabelece-se, assim, um contexto relacional, em que a alteridade importa, e de modo decisivo. E essa característica contribui no sentido de, por assim dizer, uma necessária depuração que, de tempos em tempos, as referências éticas precisam receber. Porque um problema permanente da ação ética, em especial daquela de orientação deontológica, é bem esse de refletir a respeito das consequências, necessariamente substantivas, que dela resultam, especialmente em termos de sua capacidade para promover resultados que possam ser reconhecidos não como aparentes benefícios efêmeros e ou de manifestação intermitente, e sim como genuinamente bons. As pessoas vivem em sociedade e, nessa condição, utilizam códigos por meio dos quais transmitem mensagens que, por sua vez, portam conteúdos, significados: uma vez que esses códigos podem apresentar diferenças significativas de uma a outra sociedade, ou mesmo de uma a outra comunidade, é comum que a manifestação da ética possa acontecer de modos diferentes em diferentes grupos humanos. Nesse sentido, desde que observado o compromisso maior de toda ética genuína, que é com concepções de bom e de bem compreendidas como substantivas mas não relativas, visto que referenciadas – estas a que aqui se faz referência – à condição de ser humano, deve-se considerar, também, que “a ética é uma ótica e isto significa que existem múltiplas morais, historicamente fundamentadas, e que há 'éticas' no plural que se desdobram em várias abordagens” (PONCHIROLLI; SOUZA-LIMA, 2002, p. 68). Consequentemente, a ação ética, a um tempo responsável e motivada, precisa atender, simultaneamente, a duas condições: em função de seu compromisso maior com concepções de bem e de bom, não pode deixar de atender, de modo adequado,

aos valores, por assim dizer, universais, que devem ser necessariamente observados em toda relação humana, por serem reconhecidos como necessários em razão dessa condição; e, uma vez que precisa ser comunicada, expressa entre pessoas, que vivem em grupos, deve observar, também, os valores que, compatíveis com aqueles valores identificados como universais, encontram vigência nas sociedades, nas comunidades, nos grupos.

3.1.4 Uma concepção de ética ambiental a orientar comportamento ecologicamente sustentável

Feitas as considerações anteriores – a respeito as concepções antropocêntrica, biocêntrica e ecocentrística, e também da importância de uma responsabilidade adequadamente orientada e do fator motivacional para o estabelecimento de uma ética em geral, válidas, naturalmente, no contexto da ética ambiental –, cumpre delinear uma concepção de ética ambiental com base na qual se possa orientar a ação em conformidade com um comportamento considerado ecologicamente sustentável, objeto de reflexão neste Capítulo. Diretrizes éticas fundamentam-se em elementos substantivos, os quais são definidos normativamente, por meio de juízo de valor. Assim, é necessário expressar em termos relativamente objetivos em que valor(es) se fundamenta a concepção de ética que se propõe: uma vez externado(s) esse(s) valor(es), cabe, por certo, mostrar de que modo se chega, a partir dele(s), à concepção de bom e ou de bem que dá suporte substantivo a tal concepção.

No presente trabalho, admite-se – normativamente, é claro! – que a concepção de ética ambiental a ser aqui considerada deve fundamentar-se, primeiro, na dignidade da pessoa humana, na qual admite-se estarem compreendidos os valores da vida e da liberdade responsável⁶⁶, liberdade esta que inclui a liberdade de pensamento e de consciência, e, em todos os assuntos referentes à vida não privada, o direito de cada pessoa receber de cada uma das demais tratamento com igual consideração e igual e genuíno respeito⁶⁷. E o

⁶⁶ A adjetivação da liberdade, que aqui se faz, lembra seu compromisso com os outros valores maiores da existência, entre eles, por certo, a dignidade da pessoa humana.

⁶⁷ No Capítulo 4, mais especificamente na Seção 4.4.1, discorre-se sobre essa concepção no contexto da ideia de justiça socioambiental.

fundamento para tal escolha fica estabelecido a partir de quando se considera a dignidade na qualidade de “essência da Humanidade”, como o faz Edelman.

Enquanto que o homem dos direitos do homem representa, juridicamente, o indivíduo universal dentro de sua liberdade⁶⁸ e põe portanto em cena um processo de *identificação*, a humanidade não permite um tal modo de representação. Ela se apresenta como a reunião simbólica de todos os homens dentro do que eles têm de comum, a saber sua qualidade de seres humanos. Em outros termos, ela é o que permite o reconhecimento de um pertencimento a um mesmo “gênero”: o gênero humano. / Quanto à *dignidade*, ela não é outra senão a qualidade desse pertencimento. Se todos os seres humanos compõem a humanidade, é que eles têm todos essa mesma qualidade de dignidade no “plano” da humanidade; dizemos que são todos humanos e dignos de sê-lo. / Posta ao centro de uma ordem jurídica, longe de comandar uma identificação, a humanidade instrui um reconhecimento. Em duas palavras, se a liberdade é a essência dos direitos do homem, a dignidade é a essência da humanidade (EDELMAN, 1999 [1997], p. 508-509; tradução nossa; grifos do autor).

Se a relação entre humanidade e dignidade, ao estilo proposto por Edelman, estivesse expressa à maneira de um silogismo, poderia ter como premissa maior a afirmação de que a dignidade é condição essencial a todo ser humano, como premissa menor a de que cada homem e cada mulher é um ser humano, e como conclusão a de que a dignidade é condição essencial a cada homem e cada mulher. E essa essencialidade, é preciso dizê-lo, assume a dupla qualidade de valor substantivo de observação compulsória – de cada ser humano em relação a todos os demais seres humanos – e irrenunciável – de cada ser humano em relação a si mesmo. Com efeito: na proporção em que se reconhece a dignidade como essência da condição de ser humano, e que se atribui a ela qualidade de *valor* – que diferencia homens e mulheres de todos os outros seres biologicamente vivos, e também da natureza inanimada –, esse valor precisa, por certo, *valer* de fato, o que exige observação compulsória de cada ser humano em relação a todos os, e a cada um dos, outros seres humanos; e é preciso considerar também que “[...] um indivíduo não pode excluir-se, de si mesmo, da humanidade; seu consentimento está de uma certa maneira subordinado a sua qualidade de ser humano” (EDELMAN, 1999 [1997], p. 512; tradução nossa), o que explica a impossibilidade de um ser humano renunciar a sua condição de ser digno. Consequência, tão maravilhosa quão verdadeira: ser humano é ser digno; ser indiferente à dignidade da pessoa humana é ser indiferente à própria condição humana.

⁶⁸ Edelman, nesta parte do texto, apresenta a seguinte nota de rodapé: “B. Edelman, L'enemi dans les déclarations sur les droits de l'homme, *Droits*, n° 16-1992, p. 120 s. ; du même, Université et droits de l'homme, in *Procès pénal et droits de l'homme*, PUF, 1992.”.

Todavia, ao afirmar essa relação, cumpre explicar de que maneira o ser humano consegue agir de modo indigno, seja em relação a si mesmo, seja em relação a outro(s) ser(es) humano(s). E a explicação reside em que a condição humana é tal que admite – no sentido de ser possível, não obstante sem qualquer autorização ética –, no plano da possibilidade amoral, agir em desacordo com o elevado preceito da dignidade. E isto acontece justamente porque a vida moral, que, ao menos no limite do que se conhece hoje em dia, diferencia nitidamente o *Homo sapiens* em relação a todas as demais espécies vivas, requer, por sua natureza, que cada homem e cada mulher realizem-na no exercício de sua liberdade; ela encontra sentido e valor, na qualidade moral, justamente por resultar de um ato de escolha, que requer observação – em termos substantivos, não meramente formais – de determinados preceitos morais porque se compreende serem eles, a um tempo, bons e necessários a uma vida plenamente realizadora da condição humana. Trata-se de experiência, não de convenção; de vivência, não de mera teoria, apesar de a Filosofia, dentro de sua especialidade conhecida como ética, teorizar a respeito. E é especialmente diante de sua natureza moral, que requer que, por experiência, cada homem e cada mulher perceba a necessidade de agir-se de modo digno, que a Educação recebe não apenas licença, mas genuína investidura, para mostrar, a cada ser humano, que o sentido maior de sua realização na condição humana, condição que pode ser expressa, em todo seu potencial de virtudes, pela palavra grega *άνθρωπος*, que pode ser transliterada como *anthropos*, consiste em viver em conformidade com uma lei moral, fundamentada inapelavelmente em princípios éticos.

E é nesse sentido que, em busca de uma concepção de ética ambiental com base na qual se possa orientar a ação em conformidade com um comportamento considerado ecologicamente sustentável, cabe dizer que a ética que aqui se apresenta, fundamentada na dignidade da pessoa humana – no modo como este atributo é, nesta Seção, qualificado –, é uma ética antropocêntrica à qual se atribui a qualidade de responsável. Seu centro é, de fato, o ser humano, o qual, em termos morais, não está, ao que se conhece, de modo algum no mesmo nível de consideração de qualquer outra espécie biológica, e nem, por certo, na de qualquer ser inanimado. Dotado a um tempo de razão e de sentimento, o ser humano precisa

manter compromisso irrenunciável com o uso responsável da natureza não humana, o qual inclui, por certo, as observações seguintes: (a) não atentar, conscientemente e sem necessidade, contra a vida de seres vivos não humanos, nem, de modo evidente, contra o equilíbrio natural dos ecossistemas; (b) evitar, na medida do razoável, desperdício de recursos naturais; e (c) cuidar, também na medida do razoável, para que as necessidades eticamente amparadas a que o uso dos recursos naturais atendem possam continuar a ser atendidas, com boa qualidade, tanto com relação às gerações presentes como, em termos de estimativas plausíveis, das futuras.

Por ação consciente compreende-se, aqui, aquela levada a efeito de modo deliberado. A observação é importante porque exclui da responsabilidade ética situações como aquela que acontece quando, ao caminhar, uma pessoa pisa sobre um inseto e, ao fazê-lo, extingue-lhe a vida, sem que essa ação tenha sido intencional. Já a questão da necessidade, recém-mencionada, comporta, por certo, dois níveis de análise. O primeiro deles, mais genérico, rege-se pelo princípio ético ambiental de que, quando há mais de uma alternativa disponível para levar a efeito determinada ação humana em relação a seres vivos não humanos, considerados individualmente, ou em termos de espécie, ou mesmo em sua inserção em ecossistemas, é necessário empreendê-la pelo modo que pareça ser o menos agressivo a tais seres vivos. Por exemplo: quando se identifica necessidade de abater um animal – isto é, quando o adequado atendimento a uma necessidade humana eticamente amparada não pode ser levado a efeito sem que seja necessário sacrificá-lo –, a ação letal escolhida, de acordo com esse princípio, deve ser aquela que, diante de uma avaliação seriamente comprometida com o bem-estar das espécies não vivas, no modo como, sob a perspectiva humana – não pode ser diferente! – esse bem-estar não humano pode ser suposto, ou mesmo percebido, se presente como a mais adequada. Nesse primeiro nível situam-se considerações a respeito do tratamento adequado a seres não humanos sencientes, no sentido de não os expor a maus tratos, nem a processos de abate que lhes causem desconforto significativo quando existe tecnologia disponível com cujo uso pode-se diminuir sensivelmente tal desconforto; e também uma regra segundo a qual (a) deve-se priorizar, ao utilizarem-se seres vivos não humanos para atendimento de

necessidades humanas eticamente amparadas, o recurso a culturas estabelecidas artificialmente, isto é, por iniciativa do próprio ser humano, ao invés de extraí-los diretamente da natureza; e (b) nos casos em que se faz uso de tal extração direta, deve-se dispor, necessariamente, de estudos de impacto ambiental capazes de informar, com adequada orientação técnico-científica, níveis seguros de utilização dos recursos, capazes, a um tempo, de não interferir prejudicialmente no equilíbrio ecossistêmico em questão, e de assegurar a permanência da disponibilidade do recurso natural ao longo do tempo; e, naturalmente, observar as recomendações desses estudos. O segundo nível, mais específico, compreende o conjunto de valores que são observados por determinadas pessoas ou comunidades e que não o são por outras. Por exemplo: pessoas que, por convicção pessoal, entendem que não se deve incluir carne vermelha na dieta alimentar provavelmente argumentarão em favor da não necessidade de abaterem-se reses bovinas; e, conseqüentemente, que tal procedimento não encontra fundamento, diante de sua concepção pessoal, em uma ética antropocêntrica ambientalmente responsável; e tal argumento vale, sem dúvida, no contexto das comunidades que assim pensam e, no limite de suas possibilidades razoáveis, agem. Entretanto, especialmente porquanto o valor da ação genuinamente ética depende da compreensão que o agente tem da necessidade (substantiva) de agir eticamente, em razão do benefício dela resultante, tanto para ele mesmo como para os demais, não faz sentido, no que se refere a fins, quando não há comprometimento do(s) valor(es) maior(es) em que se fundamenta determinada concepção de ética – que, no caso do presente trabalho, é a dignidade da pessoa humana, no modo com este valor é, nesta Seção, qualificado –, nem dos regulamentos de observação compulsória vigentes na sociedade em questão – desde que, naturalmente, sua observação não implique em comprometimento daquele(s) valor(es) maior(es) –, exigir que os outros adotem um comportamento quando de sua inobservância não decorre prejuízo⁶⁹ claro a outros seres humanos⁷⁰.

⁶⁹ Na condição de prejuízo aqui mencionado não pode contar, por certo, a insatisfação que uma ou mais de uma pessoa possa(m) ter ao ver(em) que outrem, conquanto observe a regra ética vigente em termos do(s) valor(es) maior(es) que a estabelece(m), não compartilha de um ou de mais de um valor que essa(s) pessoa(s) reconhece(m) como importante(s).

⁷⁰ A rigor, o reconhecimento de um comportamento como ético depende, primeiro, da conformidade deste com o(s) valor(es) ético(s) maior(es), de natureza normativa, reconhecido(s) como eticamente válido(s); e também dos regulamentos em vigência na sociedade ou na comunidade em questão, desde que estes não colidam com aqueles. Atendidas estas duas condicionantes, comportamentos específicos no contexto das pessoas e das comunidades que os reconhecem como tal alcançam validade ética, desde que, naturalmente, observem o direito de outras pessoas

Já no que se refere a meios, uma ética antropocêntrica ambientalmente responsável não apenas pode como, de fato, deve pronunciar-se, ainda mais quando há mais de um deles com os quais se pode chegar aos mesmos fins: ora, meios, enquanto tais, interessam unicamente em razão dos fins que, com sua utilização, se busca alcançar; e, na proporção em que, na qualidade de meios, exercem efeitos – primeiro sobre a vida das pessoas, depois sobre o meio ambiente, considerado como um todo, ou mesmo em termos de alguns de seus componentes –, não podem, é claro, ser negligenciados por uma ética assim triplamente qualificada, de modo que, também em relação aos meios, permanece a exigência ética de atendimento aos referidos valor(es) maior(es) e regulamentos de observação compulsória, na proporção em que estes não colidam com aquele(s).

No que se refere ao uso dos recursos naturais, é importante que estes sejam utilizados de modo eficiente, isto é, evitando-se desperdícios: e isto não apenas porque desperdício é contraproducente, mas, especialmente, porque a consecução de tais recursos, via de regra, exerce impacto sobre o meio ambiente natural. No caso – relativamente comum – de esse impacto ser considerado como negativo, no sentido de que a alteração ambiental promovida acontece com redução na qualidade de tal meio ambiente, pode-se dizer que existe um custo gerado por uma ou mais de uma atividade levada(s) a efeito para tal consecução; e isto independentemente de tal custo estar ou não expresso em unidades monetárias⁷¹. Ora, uma ética antropocêntrica ambientalmente responsável, na mesma proporção em que, por ser antropocêntrica, admite a intervenção dos seres humanos no meio ambiente com vistas a atendimento a necessidades humanas eticamente amparadas, por ser responsável não pode concordar que essa intervenção, que altera a condição, e mesmo a possibilidade, de vida de seres não humanos, venha a acontecer sem que o produto dela – o recurso ambiental – encontre, no limite do razoável, a utilização que haja motivado sua obtenção. Em contextos éticos ambientais reconhecidamente antropocêntricos – como o da ética antropocêntrica ambientalmente responsável

e de outras comunidades manterem, elas também, suas convicções específicas, e agirem em conformidade com elas, sempre que atendidas aquelas duas condicionantes de observação geral.

⁷¹ Em Economia, usa-se a expressão *custo generalizado* para fazer referência a custos que, por sua natureza, não são, por assim dizer, naturalmente exprimíveis em termos monetários. Um exemplo clássico de custo generalizado é o tempo empregado para a realização de determinada ação, quando se admite que esse tempo é relevante no caso em estudo e, portanto, nele deve ser levado em conta.

aqui proposta –, existe a ideia de que seres não humanos são sacrificados – e, consequentemente, “dignificados”, se é que essa expressão pode, mesmo com o cuidado das aspas, ser aplicada a seres inanimados e a seres biologicamente vivos não pertencentes à espécie humana – na proporção em que servem a finalidades humanas nobres, ou ao menos não indignas: e o termo *sacrifício*, como se sabe, tem origem na ideia de ofício sagrado, a qual, por si só, quando adequadamente considerada em termos substantivos, revela que a disposição que os humanos estão eticamente autorizados a fazer dos seres biologicamente vivos não humanos, e mesmo daqueles inanimados, precisa, para ser de fato responsável, não ser levada a efeito em vão, quer no todo, quer em qualquer de suas partes que se apresente relevante; de um ponto de vista ético ambiental antropocêntrico, é possível identificar como que um desrespeito aos seres das espécies biologicamente vivas não humanas, e mesmo àqueles não vivos, na proporção em que contribuem para o equilíbrio ecossistêmico, quando um (ou mais de um) ser dessas espécies é (ou são), por assim dizer, sacrificado(s) para servir(em) a alguma finalidade humana e, posteriormente, por não encontrar(em) uso, é (ou são) descartado(s). Percebe-se, assim, que, sem exageros – daí dizer-se, sempre, no limite do razoável –, parte considerável da responsabilidade de uma ética antropocêntrica ambientalmente responsável consista justamente na determinação efetiva de evitarem-se desperdícios. Isto, conforme aqui se argumenta, por motivo ético, independentemente das consequências que esse motivo possa ou não manifestar no contexto econômico-financeiro.

E, ainda no que diz respeito ao uso adequado de recursos naturais, uma ética antropocêntrica ambientalmente responsável deve atentar para que estes estejam disponíveis, em qualidade adequada e em quantidade suficiente, para atendimento das necessidades humanas eticamente amparadas referentes tanto às gerações presentes como, em termos de estimativas plausíveis, às futuras. Com efeito, de uma concepção de ética que reconhece na dignidade da pessoa humana, no modo como este valor é caracterizado tanto nesta Seção como, no Capítulo 4, na Seção 4.4.1, seu valor fundamental, não se pode esperar menos que uma atitude efetivamente responsável diante das necessidades assim qualificadas, no que se refere tanto às pessoas que vivem atualmente quanto àquelas que, provavelmente,

viverão no futuro. Em termos éticos, é necessário compreender que cada vida humana nasce porque um homem e uma mulher agem no sentido de torná-la possível: decorre, portanto, de um ato que encerra grande responsabilidade, cujos efeitos se farão sentir, mesmo que de maneira indireta, por toda a descendência gerada a partir de tal vida. Essa linha de argumentação torna clara a responsabilidade que as gerações anteriores têm para com as que lhes sucedem por linha direta, na qualidade de descendentes. Mas, e no caso daquelas pessoas que decidem não ter filhos: têm elas dever ético para com as futuras gerações, ao ponto de ser necessário, a elas também, zelar pela adequada qualidade do meio ambiente no que se refere às futuras gerações? Quando se observa uma ética antropocêntrica ambientalmente responsável, no modo como aqui se faz – isto é, que reconhece a dignidade da pessoa humana, no modo como esta é qualificada neste trabalho, na qualidade de valor ético maior –, percebe-se claramente que sim, que tal responsabilidade existe mesmo para quem não haja gerado descendência. E isto porque o compromisso ético maior não se limita à dignidade dos descendentes, ou das pessoas próximas, mas sim da pessoa humana, considerada em termos gerais.

Percebe-se, assim, claramente que as ações que as pessoas levam a efeito no seu viver cotidiano, quando adequadamente consideradas, isto é, sem exageros, devem estar ao amparo de uma ética ambiental: o cuidado com a qualidade do meio ambiente deve fazer parte das vidas das pessoas sem que represente a elas preocupação; deve, sim, resultar da adoção consciente de hábitos ecologicamente sustentáveis, que precisam estar em suficiente harmonia com as ações, os pensamentos e os sentimentos que se fazem presentes na experiência de viver. E, diante dessas considerações, cumpre enunciar a concepção de ética ambiental admitida no presente trabalho, denominada, para facilidade de referência objetiva a ela ao longo do texto, de *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, o que se faz nos termos seguintes.

Concepção de ética ambiental admitida neste trabalho: Uma ética antropocêntrica ambientalmente responsável deve fundamentar-se, primeiro, na dignidade da pessoa humana, na qual admite-se estarem compreendidos os valores da vida e da liberdade responsável⁷², liberdade esta que inclui a liberdade de

⁷² A adjetivação da liberdade, que aqui se faz, lembra seu compromisso com os outros valores

pensamento e de consciência, e, em todos os assuntos referentes à vida não privada, o direito de cada pessoa receber de cada uma das demais tratamento com igual consideração e igual e genuíno respeito⁷³; e depois, no compromisso ético que a pessoa humana, digna e dotada a um tempo de razão e de sentimento, tem, individual e coletivamente, para com a natureza não humana, o qual consiste em não atentar, *conscientemente* – isto é, de modo deliberado – e *sem necessidade* – isto é, quando não há fundamento, seja em termos de fins⁷⁴, seja em termos de meios⁷⁵, para fazê-lo – contra a vida de seres vivos não humanos, nem, de modo evidente, contra o equilíbrio natural dos ecossistemas, evitando, na medida do razoável, desperdício de recursos naturais, e cuidando, também na medida do razoável, para que as necessidades eticamente amparadas a que atendem possam continuar a ser atendidas, com boa qualidade, tanto com relação às gerações presentes como, em termos de estimativas plausíveis, daquelas de um futuro mais ou menos próximo.

Acredita-se que a ideia de bom e ou de bem que caracteriza essa concepção de ética antropocêntrica ambientalmente responsável consiste (a) no respeito genuíno ao ser humano nessa sua qualidade, visto que elege a dignidade da pessoa humana como valor ético maior; (b) no respeito genuíno às diferentes visões de bem que pessoas e que grupos possam manifestar, desde que cada uma delas não colida com o valor maior com base no qual tal ideia é estruturada, a saber, a dignidade da pessoa humana, no modo como esta, na presente Seção, é expressa, nem com os regulamentos sociais e ou comunitários de observação

maiores da existência, entre eles, por certo, a dignidade da pessoa humana.

⁷³ No Capítulo 4, mais especificamente na Seção 4.4.1, discorre-se sobre essa concepção no contexto da ideia de justiça socioambiental.

⁷⁴ No que se refere a fins, consideram-se, em termos gerais, fins lícitos aqueles que, a um tempo, não atentam contra a dignidade da pessoa humana nem são reconhecidos como vedados formalmente na sociedade e ou na comunidade em questão; e que, conforme anteriormente visto, no atendimento a esses fins (a) deve-se priorizar, diante da necessidade de utilização de seres vivos não humanos para atendimento de necessidades humanas eticamente amparadas, o recurso a culturas estabelecidas artificialmente, isto é, por iniciativa do próprio ser humano, ao invés de extraí-los diretamente da natureza; e (b) nos casos em que se faz uso de tal extração, deve-se dispor, necessariamente, de estudos de impacto ambiental capazes de informar, com adequada orientação técnico-científica, níveis seguros de utilização dos recursos, capazes, a um tempo, de não interferir prejudicialmente no equilíbrio ecossistêmico em questão, e de assegurar a permanência da disponibilidade do recurso natural ao longo do tempo.

⁷⁵ No que se refere aos meios, deve-se observar tratamento adequado a seres não humanos sencientes, no sentido de não os expor a maus tratos, nem a processos de abate que lhes causem desconforto significativo quando existe tecnologia disponível com cujo uso se pode diminuir sensivelmente tal desconforto.

compulsória, na proporção em que estes não colidem com aquele; (c) em que os seres humanos, no atendimento de suas necessidades (humanas) eticamente amparadas, somente podem dispor de seres vivos não humanos quando não houver possibilidade de atendimento a elas sem que, para tanto, seja preciso deles dispor, devendo-se, nesse caso, priorizar o recurso a culturas estabelecidas artificialmente, isto é, por iniciativa do próprio ser humano, ao invés de extraí-los diretamente da natureza; (d) em que os seres humanos, ao fazerem uso de seres vivos não humanos, devem observar tratamento adequado a seres não humanos sencientes, no sentido de não os expor a maus tratos, nem a processos de abate que lhes causem desconforto significativo quando existe tecnologia disponível com cujo uso se pode diminuir sensivelmente tal desconforto; (e) em que, nos casos em que se faz uso de extração direta de recursos da natureza, deve-se dispor, necessariamente, de estudos de impacto ambiental que informem, com adequada orientação técnico-científica, sobre níveis seguros de utilização dos recursos, capazes, a um tempo, de não interferir prejudicialmente no equilíbrio ecossistêmico em questão, e de assegurar a permanência da disponibilidade do recurso natural ao longo do tempo; (f) no compromisso, quando possível e razoável, com a manutenção e, eventualmente, com a promoção da boa qualidade dos ecossistemas; e (g) no compromisso com uso eficiente de recursos naturais, levando em conta necessidades eticamente amparadas das gerações presentes e também, em termos de estimativas plausíveis, das futuras. A concepção é ética porque se compromete com as ideias de bom e de bem decorrentes da observação de cada um desses sete itens; é ambiental porque diz respeito a regras a serem observadas na relação entre seres humanos e natureza não humana, com vistas a evitar extinção de espécies e a manter e ou a promover boa qualidade dos ecossistemas; é antropocêntrica porque, claramente, está comprometida com atendimento a necessidades humanas eticamente amparadas; e é responsável porque, ao autorizar o ser humano a dispor de recursos naturais, entre eles seres vivos não humanos, faz isso observando, conforme visto, tratamento adequado a seres não humanos sencientes e, a um tempo, a boa qualidade do meio ambiente e sua capacidade de dar provimento a recursos naturais, tanto no tempo presente como, em termos de expectativas prováveis, em um futuro mais ou menos próximo.

3.1.5 Alguns esclarecimentos sobre a concepção de ética ambiental admitida neste trabalho

Uma vez enunciada a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, acredita-se ser importante, especialmente quando se considera que concepções de ética mantêm compromisso com aplicação prática, apresentar, na presente Seção, alguns esclarecimentos acerca de suas características.

Esclarece-se, primeiramente, que a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* assemelha-se consideravelmente à concepção de *ética da sustentabilidade*, apresentada em um documento intitulado *Manifesto por la Vida: por uma Ética de la Sustentabilidad* (MANIFESTO por la Vida, 2002).

Esta ética [a ética da sustentabilidade] promove a construção de uma racionalidade ambiental fundada em uma nova economia – moral, ecológica e cultural – como condição para estabelecer um novo modo de produção que faça viáveis estilos de vida ecologicamente sustentáveis e socialmente justos (MANIFESTO por la Vida, 2002, p. 3; tradução nossa).

Entretanto, julgou-se mais adequado, diante dos objetivos do presente trabalho, estruturar uma concepção de ética ambiental na qual (a) a concepção de dignidade da pessoa humana estivesse claramente relacionada ao conjunto específico de valores que, na *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, a caracteriza, e (b) os atributos consciência e necessidade estivessem presentes, no modo como nela caracterizados, na condição de elementos importantes para a avaliação da ação ética.

Esclarece-se, também, que a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* é, em essência, de natureza francamente substantiva. Diante da necessidade de comunicar as idéias, os sentimentos, os valores, enfim, a substância que a caracteriza, recorreu-se à concepção de um enunciado que, por uma necessidade de linguagem, assume, por assim dizer, a materialidade da redação formal. E, ao fazê-lo, caracteriza uma racionalidade a partir da qual é possível compreender, de modo suficientemente objetivo, o conteúdo substantivo que tal concepção de ética comporta. Não obstante, o enunciado em questão vale pelo conteúdo – substantivo, é claro! – que encerra: o que importa mais, diante da concepção de ética neste trabalho desenvolvida, é a admissibilidade dos valores que

ela defende serem importantes para orientar um comportamento que possa ser considerado, sempre em termos substantivos, como ecologicamente sustentável.

Esclarece-se, outrossim, que, ao enunciar-se a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, partiu-se do suposto de que, em assuntos de ética – observando, por certo, aquilo que possa ser considerado não excessivamente ideal mas razoável ao comportamento humano⁷⁶ –, deve-se priorizar o que se apresente como virtuoso, bom, eticamente importante, mesmo que, eventualmente, ao menos em um primeiro momento, perceba-se diferença considerável entre os preceitos éticos enunciados e o comportamento manifestado pela maior parte das pessoas. Acredita-se que a função essencial de um enunciado ético é o de mostrar às pessoas de que maneira elas podem e devem agir com vistas à consecução de determinado bem⁷⁷: ora, em matéria de ética, desde que possa ser considerado razoável que um ser humano aja em conformidade com o que ela preceitua, não se pode, no que diz respeito aos valores que lhe conferem essência, condicionar o modo como se deve agir ao modo como se age. No eventual caso de existir diferença importante entre esses dois modos, o papel da ética, por excelência, é bem esse de advertir para a necessidade, por assim dizer, de as pessoas empreenderem um crescimento moral que se apresenta a um tempo possível e necessário. É claro que a possibilidade em questão requer renúncia a comportamentos incompatíveis com o que a ética preceitua: mas, em termos substantivos – que, por natureza, são os adequados ao tratamento das questões éticas –, o incentivo à adoção e à manutenção de comportamentos (mais) em conformidade com uma concepção substantiva de virtude é mesmo a razão pela qual se enunciam preceitos éticos genuínos. É certo que concepções éticas podem, eventualmente, ser revistas: mas é certo também que, observada a necessária razoabilidade, tal revisão pode eventualmente acontecer motivada pelo aprimoramento do bem moral que essas concepções tutelam, e não em razão de as pessoas não estarem dispostas a agirem em conformidade com os preceitos éticos que dão fundamento a tais concepções.

⁷⁶ Admite-se como razoável o valor ético que encontra condição de ser implementado em contextos práticos sem comprometimento da relativa harmonia que deve presidir as relações humanas.

⁷⁷ Bem, aqui, é compreendido não no sentido de mercadoria, mas de virtude.

Esclarece-se, ainda, que ao menos alguns dos valores tutelados pela *ética antropocêntrica ambientalmente sustentável*, por sua consecução depender do concurso de um número expressivo de pessoas, não podem prescindir, ao menos em certos casos, de um adequado apoio institucional. É o que acontece quando as pessoas agem na qualidade de membros de um grupo maior – de uma coletividade – de modo que o benefício resultante da ação individual é percebido coletivamente. Nessas ocasiões, é fundamental que as pessoas percebam que ao agirem coletivamente estão contribuindo *de fato* para a consecução do benefício coletivamente almejado: ora, uma contribuição de fato, em um contexto em que esta depende do concurso de outras pessoas, somente se realiza na proporção em que um número significativo delas passa a agir no sentido de conseguir-se o benefício que justifica a ação coletiva; e é por essa razão que, nesses casos, não se pode dispensar o apoio institucional. Apoio este que, dependendo da importância que a coletividade reconhece em tal benefício, pode variar desde campanhas locais de incentivo à adoção voluntária de comportamentos até o estabelecimento de observação compulsória legalmente prevista; e, dependendo da amplitude dessas campanhas, não pode prescindir de adequada divulgação em veículos de comunicação social. De todo modo, nos casos em que o benefício da ação ética depende da ação coletiva, somente com o efetivo concurso de um número significativo de pessoas e ou de grupos chega-se a sua consecução; e isso não se mostra em desacordo com a concepção de uma ética genuína na proporção em que se decide que os valores mais importantes, no sentido de serem eles reconhecidos como indispensáveis a uma adequada vida em sociedade – como o são, por exemplo, aqueles por meio dos quais se pretende evitar algum tipo de prejuízo ou colapso ecológico que, ao amparo do conhecimento científico até então disponível, se apresenta como consideravelmente provável de acontecer e possível de evitar por meio da adoção de determinados comportamentos eticamente amparados –, precisam, todos eles, contar com adequada previsão legal compulsória: não se providenciar tal previsão, nesses casos, seria agir de modo claramente inadequado. No mais – isto é, em matéria que, por sua natureza, não se apresenta como essencial, no sentido de precisar ser, compulsoriamente, observada –, a função de uma ética ambiental é mesmo essa de mostrar às pessoas e aos grupos as razões

pelas quais, do ponto de vista ético – ou seja, daquele de um efetivo compromisso com alguma concepção importante de bem, a um tempo individual e coletivo –, deve-se agir no modo como preceitua uma concepção de ética ambiental genuína: e é isso o que se espera com a concepção de ética proposta neste trabalho.

3.2 COMPORTAMENTO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL A PARTIR DE QUATRO CRITÉRIOS

Toda ética é concebida com objetivo de ser posta em prática. No que se refere à *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, esta foi concebida com o intuito de orientar uma compreensão de comportamento ecologicamente sustentável a ser considerado em avaliação econômica levada a efeito em contextos típicos da relação entre Economia e meio ambiente, no modo como esta foi caracterizada no Capítulo 1, mais especificamente na Seção 1.1.3. Quando se reconhece, como aqui se faz, que tal ideia de ética assim qualificada é consideravelmente complexa, parece adequado eleger dela alguns critérios ou atributos, cuja importância se mostre significativa ao problema em questão, e elaborar uma concepção de comportamento ecologicamente sustentável a partir deles. Diante da necessidade de defini-los, a concepção de comportamento ecologicamente sustentável admitida nesta tese pode ser expressa nos termos apresentados imediatamente a seguir.

Concepção de comportamento ecologicamente sustentável defendida neste trabalho: comportamento que observa compromisso significativo com conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana, e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis.

Reconhece-se, claramente, que, diante da necessidade de caracterizar comportamento ecologicamente sustentável, o que aqui se faz é eleger quatro entre um número possivelmente indeterminado de atributos deriváveis da concepção de *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*. Não se pode, por certo, afirmar – e nem se pretende fazê-lo – serem eles os mais adequados a serem levados em conta em contextos de avaliação econômica, em especial naqueles que se ocupam com situações mais diretamente relacionadas a impactos sobre o meio ambiente

natural: o que se pode fazer, e aqui se faz, é considerá-los em razão do benefício, a um tempo teórico e prático, que resulta de levá-los em conta na avaliação econômica, aliado à possibilidade de identificar se cada componente de benefício e cada componente de custo de um objeto – projeto, alternativa de investimento – exerce impacto benéfico ou prejudicial quanto ao que expressa cada um desses atributos, seja em termos de impactos diretos, seja em termos de impactos indiretos, e isto com referência tanto à produção como ao consumo do bem e ou do serviço resultante da implementação de tal objeto⁷⁸.

Uma concepção de comportamento ecologicamente sustentável com base nos quatro atributos que caracterizam a que, nesta Seção, é enunciada, mostra-se claramente em conformidade com os valores que, em medida importante, orientam a concepção da economia ecológica. Com efeito, conforme visto no Capítulo 2 – mais especificamente na Seção 2.1 –, uma concepção de comportamento assim caracterizada mostra-se decididamente comprometida com consequências da ação humana sobre o meio ambiente natural, nela parcialmente incluído o cuidado com a saúde humana⁷⁹. Ademais, a caracterização de tal comportamento a partir daqueles quatro atributos aproxima-se também, em certo sentido, de alguns dos elementos presentes na expressão “credo da ecoeficiência”, apresentada por Joan Martínez Alier nos termos seguintes.

Este “credo (ou evangelho) da ecoeficiência” – assim o defini – dirige a atenção em direção aos impactos ambientais e [a]os riscos para a saúde das atividades industriais, [d]a urbanização e [d]a agricultura moderna, ocupando-se da economia em sua totalidade. Muitas vezes defende o crescimento econômico, se bem que não a qualquer custo. Crê no “desenvolvimento sustentável” e na “modernização ecológica”, no “bom uso” dos recursos. Preocupa-se com o impacto da produção de bens e com a gestão sustentável dos recursos naturais, e não tanto pela perda de atrativos ou de valores naturais intrínsecos. Os expoentes desta [...] corrente usam a duras penas o termo “natureza”, mas falando antes dos “recursos naturais”, dos “capitais naturais” ou ainda dos “serviços ambientais”. A perda de pássaros, rãs ou borboletas é um “bioindicador” de algum problema, [...] mas não se reconhece a tais espécies um direito indiscutível à vida. Este é hoje um movimento de engenheiros e de economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica, privada de uma noção do sagrado (MARTÍNEZ ALIER, 2009 [2004], p. 15; tradução nossa).

⁷⁸ O modo como a consideração desses impactos pode ser feita no contexto da avaliação econômica é apresentado no Capítulo 6 (Seção 6.1).

⁷⁹ Admite-se inclusão parcial porquanto a saúde humana depende não apenas de fatores relacionados ao meio ambiente natural, mas também, e em medida importante, daqueles de natureza psicossocial.

De fato, existem pontos em comum entre as duas concepções. Ambas dedicam atenção a impactos ambientais e à saúde humana – se bem que, no caso do comportamento ecologicamente sustentável aqui caracterizado, ela não se limita ao contexto das atividades industriais. O “credo da ecoeficiência” menciona em particular a urbanização e a agricultura moderna; o comportamento ecologicamente sustentável não o faz, visto que vislumbra possibilidade de aplicação em um contexto mais geral de avaliação econômica, que, naturalmente, contempla a realidade de ambas. E as duas propostas contemplam a Economia em sua totalidade, seja no sentido de poderem ser aplicadas no contexto de projetos de praticamente todas as atividades econômicas, seja porque se mostram interessadas em impactos ambientais e econômicos que se manifestam no contexto do meio ambiente, o amplo cenário em que toda a ação econômica desenvolve-se. A ideia de crescimento econômico não a qualquer custo também é comum a ambas, se bem que, no caso do comportamento ecologicamente sustentável, tal crescimento é visto unicamente na medida de sua necessidade para promover ou manter o desenvolvimento econômico em patamares considerados aceitáveis. “Desenvolvimento sustentável”, “modernização ecológica” e “bom uso” dos recursos são termos que podem ser admitidos como comuns a ambas: todavia é necessário ter bem claro, em ambos os casos, o que se compreende por cada uma dessas expressões. Já quanto ao cuidado com atrativos e com valores naturais intrínsecos, uma vez que estes sejam reconhecidos ou objetivados na sociedade e ou na comunidade em questão, passam a ser levados em conta no contexto do comportamento ecologicamente sustentável, que tem em conservação da diversidade biológica e em preservação de ecossistemas cuja antropia possa ser considerada apenas indireta dois de seus critérios de objetivação. E quanto à vida não humana, o comportamento ecologicamente sustentável mostra-se-lhe sensível na medida em que observa a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*.

Mas é preciso reconhecer que existe uma diferença essencial entre ambas as propostas: não obstante as duas considerem contribuições da Economia e da Engenharia, não cabe, no contexto do comportamento ecologicamente sustentável no modo como este é caracterizado neste trabalho, a ideia de “religião da utilidade e da eficiência técnica, privada da noção do sagrado”. Esta ideia, exposta por Martínez

Alier, assim como a concepção da ecoeficiência na qualidade de credo – e, mais ainda, de evangelho –, é deveras forte: expressar a ideia de crença ou credo no contexto religioso, enfatizando-a com a ideia de evangelho, é dizer que a proposta se pauta por elementos que estão em plano que transcende a simples compreensão racional, e mesmo filosófica, das coisas. Invocar o aspecto religioso, no modo como os termos apresentados por Martínez Alier o fazem, é, realmente, pretender colocá-los, ou admiti-los, além das possibilidades que se pautam pela reflexão ponderada, pelo argumento razoável. E é precisamente por causa desse elemento forte da proposta de Martínez Alier que se pode afirmar, sem equívoco, que a ideia de comportamento ecologicamente sustentável, embora contemple, *a seu modo* – isto é, pautando-se pela *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* – muitos dos elementos presentes no “credo da ecoeficiência”, decididamente difere deste.

Uma análise de cada um dos atributos com base nos quais se caracteriza, no contexto do presente trabalho, o que se compreende por comportamento ecologicamente sustentável é levada a efeito nas Seções imediatamente a seguir. Uma vez caracterizado cada um de tais atributos, discorre-se sobre a possibilidade teórica de mútua compatibilidade entre eles.

3.2.1 Comportamento ecologicamente sustentável e conservação da diversidade biológica

A diversidade biológica⁸⁰, também chamada de biodiversidade, diz respeito à pluralidade de manifestações de seres vivos, seja em termos e espécies, de genes, de ecossistemas ou de função. Em termos gerais, a designação compreende todas essas quatro possibilidades, mas é também possível falar de diversidades específicas a cada um deles. Como consequência, pode-se dizer que, em termos conceituais, biodiversidade compreende:

variedade de espécies diferentes (diversidade das espécies), variabilidade genética entre os indivíduos (diversidade genética), variedade de ecossistemas (diversidade ecológica) e de funções, como o fluxo de energia e ciclagem de matéria, necessárias para a sobrevivência das espécies e

⁸⁰ A Convenção sobre Diversidade Biológica, em seu artigo 2º, conceitua: “‘Diversidade biológica’ significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (BRASIL, 2000 [1992], p. 9).

comunidades biológicas (diversidade funcional) (MILLER JR., 2007 [2006], p. G3).

A complexidade do tema resta evidente ao menos por dois pontos de vista distintos. Por um, quando ele é considerado dentro de uma dessas quatro categorias: se a categoria escolhida for espécies, conhecem-se, no sentido de haverem sido identificadas, milhões delas, enquanto “muitas espécies permanecem a serem descritas, e somente alguns grupos, como pássaros, mamíferos e borboletas, estão nominados e bem descritos” (KREBS, 2008, p. 271; tradução nossa); se for genes, também aqui se observa uma multiplicidade de combinações portadoras de informação herdada, mantida e transmitida ao longo do tempo; se for ecossistemas, uma consulta a algumas variantes de mapas da Terra revela a variabilidade de configurações ecossistêmicas, cada qual habituada a sua própria região, mas que pode sofrer os efeitos de agentes emanados de fontes por vezes bem distantes; e se for funcional, a complexidade das relações entre seres vivos de mesma espécie, entre espécies diferentes e entre espécies e o meio inanimado é evidente. Por outro, quando se observa a questão sob a óptica da escala: do gene à espécie, da espécie ao ecossistema, as funções perpassando diferentes escalas. Particularmente quando a escala atinge dimensões maiores que a da espécie, a diversidade biológica pode ser determinada com base em diferentes aspectos, sendo necessário, portanto, esclarecer a quais deles, em determinada situação específica, se faz referência.

A diversidade em um habitat ou tipo de comunidade não pode ser confundida com a diversidade em uma paisagem ou região contendo uma mistura de habitats e manchas de paisagens⁸¹. Whittaker (1960)⁸² sugeriu os

⁸¹ “*Paisagem*: área heterogênea composta por um grupo de ecossistemas em interação que se repetem de modo similar por toda a área; formas de terra de uma região em sua totalidade; um nível regional de organização entre o ecossistema e o bioma” (ODUM; BARRETT, 2008 [2005], p. 530; grifo dos autores).

⁸² Whittaker expressa “[...] a necessidade de distinguir três aspectos ou níveis de diversidade de espécies em comunidades naturais: (1) A riqueza em espécies de um lugar particular ou comunidade, ou um dado estrato ou grupo de organismos em um lugar. O índice *alfa* de Fisher (1943) é um meio de medir isto, que pode ser designado diversidade primária ou “alfa”. (2) A extensão de mudança de composição da comunidade, ou grau de diferenciação da comunidade, em relação a um gradiente complexo do meio ambiente, ou um modelo de ambientes, que pode ser designada diversidade secundária ou “beta”. (3) A diversidade de espécies de um número de amostras da comunidade, para alguma extensão de ambientes, que tenham sido combinadas, de forma que o valor da diversidade seja um resultante de ambas as diversidades “alfa” e “beta” destas amostras [...] [, ou seja, um] tipo de diversidade terciária ou “gama” [...] (WHITTAKER, 1960, p. 302; tradução nossa). A referência citada neste texto é: FISHER, R. A.; CORBET, A. Steven; WILLIAMS, C. B. The relation between the number of species and the number of individuals in a random sample of an animal population. **Journal of Animal Ecology**, Hoboken:

seguintes termos: (1) *diversidade alpha* [sic], para a diversidade dentro do habitat ou da comunidade; (2) *diversidade beta*, para a diversidade entre habitat; e (3) *diversidade gama*, para a diversidade de áreas em escala de paisagem (ODUM; BARRETT, 2008 [2005], p. 321; grifos dos autores).

Em situações em que, em uma mesma paisagem, se consideram os três conceitos específicos de diversidade, percebe-se que a extensão territorial em que eles são individualmente aplicados é maior no caso da *diversidade gama*, intermediária no da *diversidade beta*, e menor no da *diversidade alfa*, desde que, naturalmente, as informações sobre *diversidade alfa* sejam utilizadas para a produção de informações sobre *diversidade beta*, e que as informações sobre *diversidade gama* se fundamentem, direta ou indiretamente, nas informações sobre as outras duas⁸³; dependendo do problema específico que se esteja a analisar, um ou outro desses conceitos mostra-se mais adequado.

Quando se considera a biodiversidade à luz da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, compreende-se que ela encerra valor porquanto abriga seres vivos não humanos que, a menos que se identifique necessidade eticamente amparada de deles fazer-se uso, devem permanecer na qualidade de integrantes dos ecossistemas em que naturalmente vivem. Entretanto, para além dessas importantes considerações éticas, o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico permite reconhecer valor na biodiversidade também em função dos usos que, em atendimento a necessidades humanas, dela pode-se fazer. Vê-se, assim, que a diversidade de seres vivos é importante pelo menos por duas razões distintas; e, portanto, merece cuidado específico no sentido de sua manutenção.

Pesquisadores da biodiversidade argumentam que deveríamos agir para preservar a diversidade da Terra na sua totalidade porque seus genes, espécies, ecossistemas e processos ecológicos apresentam dois tipos de valor. *Primeiro*, eles têm um *valor intrínseco*, pois esses componentes de biodiversidade existem independentemente de sua utilidade para nós. *Segundo*, eles têm um *valor instrumental*, em razão de sua utilidade para nós (MILLER JR., 2007 [2006], p. 172; grifos do autor).

Wiley-Blackwell, v. 12, n. 1, p. 42-58, May 1943.

⁸³ Esta observação é importante para evitar a possibilidade teórica de a *diversidade gama* vir a ser determinada, por exemplo, a partir da *diversidade beta* que, por sua vez, se tenha fundamentado apenas em algumas, não em todas, as informações disponíveis referentes a *diversidade alfa*: nesse caso, pode acontecer, teoricamente, de a extensão territorial referente a uma comunidade ou habitat cuja *diversidade alfa* não haja sido contemplada, direta ou indiretamente, na definição da *diversidade gama* ser maior que a soma das extensões territoriais daquelas comunidades ou daqueles habitats cujas informações de *diversidade alfa* hajam sido consideradas em tal definição.

Todavia, o reconhecimento do valor da biodiversidade por vezes não tem sido suficiente para evitar o comprometimento da mesma, em especial aquele devido à ação humana. Em um primeiro momento, pode haver conflito entre a necessidade de utilização de espaços geográficos para produção de bens e de serviços admitidos, com amparo ético, como necessários ou convenientes por considerável parte das pessoas e a manutenção de ecossistemas em condições adequadas à manutenção da diversidade de espécies. “A causa básica da decomposição da diversidade orgânica não é a exploração ou a maldade humana, mas a destruição de habitats que resulta da expansão das populações humanas e de suas atividades” (ELRICH, 1997 [1988], p. 27). Entre essas atividades por vezes encontram-se aquelas de fundamental importância para a manutenção da vida humana, seja do ponto de vista biológico, seja do cultural: “a perda de biodiversidade é, em grande escala, o resultado indireto de outras atividades, tais como a produção de alimentos e o uso de energia” (BROWN, 1997 [1988], p. 570). Quando o atendimento a necessidades humanas eticamente amparadas conflita, em medida importante, com a manutenção da diversidade biológica, é importante, do ponto de vista ético antropocêntrico ambientalmente responsável, investigar se existe possibilidade alternativa, factível em termos da realidade regional em que o problema se apresenta, de atender adequadamente a tais necessidades, com cuja realização não haja tal espécie de conflito; já no que se refere a atuação prática, a questão costuma ser tratada em termos de atendimento ou não a determinadas condições de aceitabilidade, definido em função da qualidade e da magnitude dos correspondentes impactos ambientais.

A questão da manutenção da diversidade biológica não pode prescindir, também, de reflexão sob o ponto de vista ético. “O argumento ético é simplesmente posto: temos uma responsabilidade de passar adiante para futuras gerações um planeta tão rico em maravilhas naturais quanto o que herdamos” (MAY, 2007, p. 213; tradução nossa). Pode-se argumentar, seguramente, que a humanidade do tempo presente não conhece, e nem tem como conhecer com segurança, as necessidades das futuras gerações, em especial porque o avanço científico e tecnológico pode revelar novas possibilidades de atendimento a necessidades humanas eticamente amparadas; ou ainda porque algumas dessas necessidades atualmente

identificadas, com a natural evolução cultural das civilizações, deixem de existir como atualmente são conhecidas. Tal argumento pode ser defensável, ao menos do ponto de vista teórico; mas, diante da concepção de *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, tal defesa não dispensa a geração atual de observar cuidado ético para com as gerações futuras, imaginando, na ausência de forte evidência em contrário, suas necessidades eticamente amparadas como semelhantes às do tempo presente⁸⁴.

Diante das considerações nesta Seção apresentadas, percebe-se que buscar assegurar a diversidade biológica é elemento de capital relevância neste ainda início do século XXI. Trata-se de questão cujos impactos fazem-se – ou podem fazer-se – sentir sobre diferentes aspectos da vida humana⁸⁵. Conforme anteriormente mencionado, no caso específico das atividades econômicas de produção de bens e de serviços, observa-se que elas dependem, direta e ou indiretamente, da disponibilidade de recursos naturais, para cuja consecução, em certos casos, levam-se a efeito atividades que, dependendo das condições como são executadas, podem conflitar com a manutenção da biodiversidade. E é

⁸⁴ Essa questão foi primeiramente tratada por membros do grupo que realizou o trabalho coletivo. Das reflexões desenvolvidas à época resultou um artigo, no qual se considera que “não poder antever de modo preciso como será o futuro não desobriga a geração atual de levar em conta as *prováveis* necessidades das vindouras gerações. É possível, por exemplo, que o desenvolvimento tecnológico conduza a um cenário futuro em que não haja necessidade de utilização de determinado recurso natural não renovável, mas não se sabe, no tempo presente, se o futuro realmente dispensará o uso de tal recurso. Por outro lado, é bem provável que as pessoas continuem necessitando de consumir alimentos de origem vegetal, em cuja produção, atualmente, são empregadas consideráveis porções da superfície dos continentes. Pode acontecer de o avanço tecnológico levar à descoberta de processos de produção de alimentos saudáveis, em quantidade suficiente para todos, utilizando uma área total destinada à agricultura significativamente menor do que a que exigem as tecnologias atualmente conhecidas e empregadas: mas pode ser que tal avanço não consiga reduzir significativamente a área da superfície continental necessária para que se possam produzir esses alimentos. Não se sabe, hoje, o que realmente reserva o futuro em termos de avanços tecnológicos; também não se pode prever, com isenção de erros significativos, mudanças culturais que implicam em alterações nas necessidades humanas: consequentemente, não se pode afirmar, livre de pelo menos alguma incerteza, quanto às reais necessidades das gerações futuras. Contudo, o bom senso indica ser razoável supor que, na falta de forte evidência em contrário, as necessidades atuais tendem a ser reproduzidas no futuro em níveis pelo menos aproximadamente iguais, em termos qualitativos, aos verificados atualmente. Daí fazer sentido ocupar-se de modo (mais) objetivo com necessidades das gerações futuras, e com a disponibilidade de recursos em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento das mesmas” (MENDES FILHO; BORSATO, 2009, p. 10; grifo dos autores).

⁸⁵ Entre eles, pode-se mencionar, por exemplo, possibilidades de descoberta de princípios ativos para medicamentos, e de desenvolvimento de processos biotecnológicos de interesse industrial; isto além da contribuição que as espécies dão ao equilíbrio ecológico, de que a relação predador-presa é exemplo clássico, cujo desequilíbrio pode, em certos casos, ocasionar prejuízos significativos a culturas agrícolas.

especialmente por essa razão que, no presente trabalho, se advoga em favor da necessidade de na avaliação econômica, e de modo especial, naquela empreendida no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, a manutenção da diversidade biológica ser considerada na qualidade de atributo relevante para a concepção de um comportamento a ser considerado como ecologicamente sustentável.

3.2.2 Comportamento ecologicamente sustentável e preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto⁸⁶

Conforme visto na Seção 3.2.1, diversidade biológica compreende, inclusive, diversidade de ecossistemas, por meio da chamada diversidade ecológica. Entretanto, a importância dos ecossistemas, também chamados de sistemas ecológicos, não se limita, por certo, unicamente a sua variabilidade, ou seja, a existirem diferentes ecossistemas que, por suas características particulares, compõem biomas específicos. Sua manifestação de modo variado, em diferentes partes do mundo, é sem dúvida relevante: entretanto, é importante considerar que, não obstante sua relevância, não consegue, ela apenas, contemplar questões como, por exemplo, a degradação parcial, mas significativa, de sistemas ecológicos. Isto porque, especialmente quando se está a considerar um ecossistema, ou mesmo um bioma, de proporções geográficas consideráveis, pode acontecer que a degradação de parte considerável dele venha a acontecer sem que ela represente perda de diversidade ecossistêmica, visto que a porção remanescente do sistema ecológico permanece com as mesmas características nela verificadas, independentemente da degradação que haja comprometido a outra parte⁸⁷.

⁸⁶ É importante esclarecer, logo no início desta Seção, para evitar eventual mal-entendido, que propor que a preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto deva ser considerado como um dos atributos para a caracterização de um comportamento que possa ser considerado como ecologicamente sustentável nada tem de misantropia: tal proposição fundamenta-se, unicamente, na evidência de que a ação humana exerce impactos sobre a natureza não humana, os quais alteram, significativamente, as condições de continuidade – e, algumas vezes, até mesmo de possibilidade – de existência de determinados ecossistemas.

⁸⁷ O argumento aqui apresentado é importante, por exemplo, quando se considera um bioma como a floresta amazônica. Quando se contempla a dimensão da maior floresta equatorial da Terra, percebe-se que, a menos de quando se esteja diante de alguma porção dele com características claramente específicas, que se manifestam unicamente em uma região relativamente pequena, desmatar algumas centenas de hectares não chega a comprometer a existência qualitativa do bioma.

A *diversidade do ecossistema* pode ser definida como diversidade genética, diversidade de espécies, diversidade do habitat e diversidade dos processos funcionais que mantêm os sistemas complexos. É interessante que se reconheçam dois componentes da diversidade: (1) o componente *riqueza* ou *variedade*, que pode ser expresso como o número de “tipos” de componentes (espécies, variedades genéticas, categorias de uso da terra e processos bioquímicos) por unidade de espaço; e (2) a *abundância relativa* ou *componente de repartição* das unidades individuais entre os diferentes tipos. A manutenção da diversidade de moderada a alta é importante não somente para assegurar que todos os nichos-chave funcionais estejam operando, mas, especialmente, para manter a redundância e a resiliência no ecossistema – em outras palavras, para precaver-se contra momentos estressantes (como temporais, incêndios, doenças ou mudanças de temperatura) que ocorrerão mais cedo ou mais tarde (ODUM; BARRET, 2008 [2005], p. 37-38; grifos dos autores).

Percebe-se que nem o componente *riqueza*, nem o componente *abundância relativa*, nem o concurso de ambos consegue indicar, de modo seguro – no sentido de que, havendo degradação parcial de um ecossistema, a utilização de um, de outro, ou de ambos, indique, necessariamente, a existência dessa degradação –, que a degradação de um ecossistema, quando levada a efeito apenas em parte dele, deixando a porção remanescente livre de impacto ambiental significativo, representa algum tipo de prejuízo a tal ecossistema. Ambos os componentes são relativos: o primeiro, à unidade de área; o segundo, à disponibilidade dos outros “tipos”. Consequentemente, quando a degradação do ecossistema não ocasionar modificação significativa em termos de tais “tipos” de componentes – mesmo que venha a ocasionar perda expressiva em sua abundância –, não haverá alteração relevante no componente *riqueza*; e quando de tal degradação não resultar alteração importante na composição relativa desses “tipos” – o que pode acontecer, por exemplo, quando todos esses tipos experimentam perdas significativas, porém todas na mesma ordem de grandeza percentual –, não haverá modificação relevante no componente *abundância relativa*. O efeito acumulado da degradação ambiental experimentada por um ecossistema, do ponto de vista restrito unicamente à diversidade ecológica, somente se mostra relevante quando existe risco expressivo de, em razão de tal degradação, não restar mais uma porção de ecossistema com características admitidas como originais, ou não alteradas, em termos significativos, pela ação humana.

Uma solução, relativamente simples do ponto de vista conceitual, que se pode adotar com vistas à preservação de ecossistemas cujo efeito antrópico possa ser considerado apenas indireto é a criação de *áreas protegidas*.

Uma área protegida é: '*um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e administrado através de meios legais ou de outros meios eficazes, para realizar a conservação de longo prazo da natureza com serviços de ecossistema associados e valores culturais*' (DUDLEY, Ed., 2008, p. 6; tradução nossa; grifo do autor)⁸⁸.

Observa-se, inicialmente, que o conceito de área protegida faz referência a conservação, não a preservação. Os termos têm significado distinto, ligados a duas correntes distintas do pensamento ambientalista: o conservacionismo e o preservacionismo.

Conservacionismo e preservacionismo foram duas correntes iniciais do pensamento ambientalista que deram origem à primeira onda de grupos de pressão 'ambientais' no século dezanove e no início do século vinte. 'Conservacionismo de recursos' refere-se às ideias da moderna administração de terras popularizadas por Gifford Pinchot antecipadamente no início do século vinte. Pinchot elogiava o uso de técnicas de administração científica em terras em desenvolvimento para o benefício mais amplo da sociedade ao invés de para uns poucos privilegiados. / 'Preservacionismo' representa uma atitude de reverência em direção à natureza, especialmente para os lugares ou regiões despovoadas dos Estados Unidos e da Austrália. Seu expoente condutor foi John Muir do Sierra Club, cujos escritos tiveram uma ênfase maior sobre a inter-relação entre humanidade e natureza. / Ambas as abordagens eram claramente antropocêntricas, embora no preservacionismo os humanos não fossem a única fonte de valor. Conservação envolve administrar um recurso para consumo futuro enquanto que preservação protegerá um recurso de qualquer interferência (CARTER, 2007, p. 27; tradução nossa).

Percebe-se a diferença: no caso do conservacionismo, há ênfase na ideia de disponibilidade de recursos, enquanto o preservacionismo revela compromisso livre de interferência. Na presente Seção, trata-se da preservação (e não da conservação) de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, precisamente porque o fundamento ético que o inspira – o da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* – mantém compromisso com não se atentar, conscientemente e sem necessidade, contra o equilíbrio natural dos ecossistemas. A palavra natural, aqui, traz a ideia de não interferência, salvo quando esta, no modo como considerado na Seção 3.1.4, mostra-se necessária⁸⁹. Reconhece-se, por certo, a grande importância das áreas protegidas, especialmente

⁸⁸ Uma outra definição de *área protegida* é apresentada no texto da Convenção sobre Diversidade Biológica: "*área protegida* significa uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação" (BRASIL, 2000 [1992], p. 9; grifo do autor). Neste trabalho, dá-se preferência à definição apresentada por Dudley (Ed.) (2008, p. 6), porquanto considera, inclusive, valores culturais.

⁸⁹ Naturalmente, não se está, aqui, a desmerecer a importância que práticas conservacionistas reconhecidamente têm: entretanto, diante da concepção ética que orienta o presente trabalho, é a abordagem do preservacionismo que, no que se refere a ecossistemas com grau de antropia que possa ser considerado apenas indireto, entre ambas, se mostra mais adequada.

porquanto conservam porções de ecossistemas que, de outro modo, poderiam, eventualmente, sofrer degradação ambiental severa ao ponto de comprometer-lhes o equilíbrio ecossistêmico existente antes dela. Entretanto, existe um problema teórico que pode apresentar-se a partir de quando se decide que algumas áreas são destinadas a conservação ambiental: a possibilidade de pessoas, grupos, coletividades, sociedades, enfim, compreenderem que a porção da biosfera que não esteja formalmente na condição de área protegida não requer atenção em termos de preservação, ou mesmo de conservação, ambiental. É certo que existem leis, regulamentos de observação compulsória, que disciplinam uma série de procedimentos referentes à relação entre ser humano e natureza: mas, para além das disposições expressas nesses diplomas legais, pode-se estabelecer uma perigosa compreensão, à maneira de senso comum, de que os espaços que não estão na condição de área protegida, por assim dizer, não precisam ser ambientalmente protegidos e, conseqüentemente, não se precisa ter cuidado ambiental em relação a eles. É muito por essa razão, também, que se define a necessidade de atentar para a preservação dos ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado como apenas indireto: estabelecer que um comportamento que se possa considerar como ecologicamente sustentável deve observar essa necessidade na qualidade de um de seus atributos tem por objetivo preservar esses ecossistemas, quando, nos termos expressos na Seção 3.1.4, não há necessidade de intervir neles, independentemente de estarem ou não eles na qualidade de área protegida. Ademais, o compromisso com preservar ecossistemas cujo grau de interferência humana possa ser considerado apenas indireto é importante também em função de sua natureza preventiva, especialmente quando se considera que, por vezes, a definição de uma área protegida ocorre somente depois que se identifica dano severo ao meio ambiente natural de uma região, ou mesmo por causa de tal dano.

Quando um ecossistema, em decorrência da ação humana, sofre fragmentação – isto é, quando se estabelece descontinuidade entre porções que, originalmente, compunham um sistema ecológico contínuo –, dependendo da distância entre as porções menores de ecossistema remanescentes e a porção maior dele, podem ocorrer impactos negativos consideráveis, perceptíveis logo após

a descontinuidade ser estabelecida ou depois de algum tempo.

A distância entre os fragmentos⁹⁰, e o isolamento entre estes, são responsáveis pelo grau de conectividade entre os fragmentos e o habitat contínuo. Populações de plantas e animais em fragmentos isolados têm menores taxas de migração e dispersão e, em geral, com o tempo sofrem problemas de troca gênica e declínio populacional (CERQUEIRA *et al.*, 2003, p. 36).

Aqui também se observa que, não obstante, no curto prazo, a riqueza e a abundância relativa, quer do ecossistema como um todo – isto é, quando se considera, em conjunto, sua porção principal e seus fragmentos –, quer quando se considera cada uma de suas partes individualmente, poderem, eventualmente, manifestar-se com aproximadamente os mesmos valores de antes da fragmentação – visto serem, conforme anteriormente observado, grandezas relativas –, pode haver perdas significativas, reais ou potenciais, em termos de qualidade do ecossistema como um todo, as quais devem ser adequadamente levadas em conta; o que encoraja a consideração de impactos sobre ecossistemas não apenas no que se refere a diversidade biológica, mas em termos de ação direta, em especial a ação humana, sobre os sistemas biológicos. É por essa razão que, no presente Capítulo, se admite como atributo para a concepção de um comportamento a ser considerado na qualidade de ecologicamente sustentável não apenas conservação da biodiversidade, mas, de modo à parte, a preservação de ecossistemas.

Impactos negativos sobre sistemas ecológicos podem, em alguma medida, ser revertidos, seja por meio da resiliência própria de cada um desses sistemas, seja com aplicação de conhecimento científico e tecnológico, por meio do ramo da Ecologia denominada ecologia da restauração.

Em razão de grande parte do ambiente ter sido danificado além da capacidade da natureza de reparar, a restauração de ecossistemas danificados se tornou um grande negócio. A *ecologia da restauração*⁹¹ concentra-se em restaurar a heterogeneidade e os padrões da paisagem alterados pela perturbação humana (ODUM; BARRETT, 2008 [2005], p. 471; grifo dos autores).

⁹⁰ “No contexto deste livro, considera-se fragmentação como sendo a divisão em partes de uma dada unidade do ambiente, partes estas que passam a ter condições ambientais diferentes em seu entorno” (CERQUEIRA *et al.* 2003, p. 32).

⁹¹ “*Ecologia da restauração*: o ramo da ecologia que trata da restauração de um local onde havia uma comunidade ou ecossistema que foi perturbado, para condições existentes antes da perturbação; o ramo da ecologia que enfoca a aplicação da teoria ecológica na restauração de locais, ecossistemas e paisagens altamente perturbados” (ODUM; BARRETT, 2008 [2005], p. 519; grifo dos autores).

A notícia de que existem meios de restaurar ou de recuperar ecossistemas é bem recebida, especialmente na comunidade acadêmica. Significa que, ao menos em certos casos, há como restabelecer ao meio ambiente uma qualidade significativamente próxima daquela que lhe era própria antes que determinada intervenção, antrópica ou não⁹², haja-lhe causado prejuízo. Entretanto, é importante considerar a questão da possibilidade de restauração sob dois prismas: o econômico-financeiro e – aquele que mais diretamente interessa na reflexão levada a efeito no presente Capítulo – o ético ambiental. Do ponto de vista econômico-financeiro, tem-se uma situação em que, conquanto se saiba ser possível restaurar determinado ecossistema, sabe-se também que essa recuperação exige aporte de recursos econômicos: o trabalho das pessoas, o uso de capital e de tecnologia, que – em conformidade com a lei econômica da oferta e da procura – tendem a ser mais caros na proporção em que sua oferta, adequadamente qualificada, seja mais escassa no mercado de fatores⁹³; e, para além disso, o fato de que, depois da restauração, as características do ambiente recuperado geralmente são bastante distintas daquelas observadas antes dela, de modo que as atividades que, antes, eram ali desenvolvidas somente poderão continuar a sê-lo se estiverem em conformidade com a preservação da adequada qualidade do ecossistema. Do ponto de vista ético, especialmente em termos da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, percebe-se que a possibilidade de recuperação do meio ambiente, conquanto técnica e financeiramente possível e mesmo viável, não pode servir de justificativa para que se degrade o meio ambiente natural quando existe possibilidade razoável de atender às necessidades humanas eticamente amparadas sem que para tanto seja preciso degradá-lo: recuperar é ação necessária quando um dano haja ocorrido previamente; existindo aquela possibilidade razoável, não é possível, ao amparo de tal ética, proceder à degradação do meio ambiente. Vê-se, portanto, que, conquanto a restauração de ecossistemas seja procedimento válido e útil quando um dano tenha ocorrido, não

⁹² Não é só em decorrência da ação humana que ecossistemas são alterados de modo drástico. Fenômenos naturais como erupções vulcânicas, terremotos e maremotos podem ocasionar-lhes alterações severas. E, enquanto alguns desses fenômenos podem ser influenciados pelo efeito conjunto de diferentes atividades humanas, outros, ao que parece, resultam da própria natureza do planeta Terra: ocorrem independentemente da ação humana.

⁹³ Em Economia, chama-se de *mercado de fatores* ao ambiente, ou mercado, em que os recursos econômicos ou fatores de produção – terra, trabalho, capital, capacidade tecnológica e capacidade empresarial – são ofertados e podem ser adquiridos a determinado preço.

vale, em termos substantivos, argumentar em favor da possibilidade de recuperação deles quando, antes de proceder-se à degradação ambiental, se percebe não ser ela necessária. Eis porque, de tal ponto de vista ético, a preservação dos ecossistemas, por motivo outro que o da biodiversidade, mostra-se interessante, se não mesmo necessária. Ademais, é preciso considerar também que as tecnologias por vezes se aplicam melhor em determinados contextos – normalmente naqueles para os quais elas são desenvolvidas – do que em outros: conseqüentemente, o êxito de determinado procedimento de restauração de ecossistema em um caso específico, ou mesmo em mais de um deles, não assegura, de antemão, que em outro contexto, em alguma medida semelhante ao primeiro, e em alguma medida dele diferente, será possível conseguir resultado que se possa considerar ao menos tão bom quanto o conseguido naquele caso.

Independentemente de visão de mundo, há concordância geral de que ativos ambientais são importantes e que seu uso por humanos precisa ser administrado. Dados a incerteza e o tamanho das apostas, é mais racional procurar, ao menos provisionalmente, uma estratégia que presume uma visão de mundo tecnologicamente cética como esboçada aqui⁹⁴ mas não desencorajar mudança técnica ecológica e socialmente positiva (COSTANZA *et al.*, 2000, p. 154; tradução nossa).

Com referência a essas duas visões de mundo – a cética e a otimista –, observa Krebs (2009, p. 560; tradução nossa; grifo do autor): “o ponto importante é que o ponto de vista cético não significa que devemos abafar tecnologia nova, mas antes que devemos adotar o *princípio de precaução*”. Com efeito, se existe possibilidade de atender às necessidades humanas eticamente amparadas sem que para tanto se tenha que degradar ecossistemas, é bom procedimento, inclusive diante das incertezas que há em relação ao futuro – e especialmente diante de sistemas relativamente complexos como o são, normalmente, os ecossistemas –, preservá-los de impacto negativo desnecessário.

⁹⁴ Os autores fazem menção a duas visões de mundo: a otimista tecnológica e a cética tecnológica. “A visão de mundo otimista tecnológica é uma da expansão continuada dos humanos e seu domínio sobre a natureza. Através de mudança tecnológica, os humanos tornam-se independentes da natureza. A visão de mundo otimista assume, além disso, que o progresso técnico pode lidar com qualquer desafio futuro, que o futuro será uma extrapolação regular do passado, e que o mercado é um bom princípio guia. [...] / A visão cética tecnológica reconhece a importância da mudança tecnológica mas depende muito menos dela e mais de desenvolvimento social e de comunidade. Esta visão de mundo assume que o progresso técnico é em última análise restringido pela capacidade de carga ecológica dinâmica da Terra; que o futuro (como o passado) será cheio de surpresas imprevisíveis; que os humanos têm que trabalhar em parceria com a natureza; e que o mercado é um bom servo mas um pobre mestre” (COSTANZA *et al.*, 2000, p. 150; tradução nossa).

Vê-se, assim, que ao menos por duas razões diferentes – a de que, conforme visto, a conservação da biodiversidade, enquanto tal, em certos casos pode não revelar danos importantes aos ecossistemas, e, principalmente, a observação da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* –, é importante que um comportamento considerado como ecologicamente sustentável admita, na qualidade de um de seus atributos, a preservação de ecossistemas. Em que pese todos os sistemas ecológicos terem sua importância, quer em termos de contribuição para a qualidade do meio ambiente, quer em razão de comportarem seres vivos que, à luz de uma ética ambiental responsável, devem, em alguma medida importante, ser levados em conta, decide-se, no presente trabalho, especificar que a preservação dos ecossistemas a ser considerada na qualidade de atributo para o comportamento assim qualificado deve-se restringir a ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado como apenas indireto. É importante esclarecer que com esta restrição não se está a dizer, de modo algum, que os ecossistemas que hajam experimentado significativa ação direta dos seres humanos não mereçam atenção, ou não sejam importantes: a restrição aqui estabelecida tem por base a consideração de que, diante da possibilidade de as necessidades humanas virem a ser atendidas com recursos disponíveis em regiões já consideravelmente alteradas pela ação antrópica, em condições que possam ser admitidas as mesmas em termos de conservação da biodiversidade, parece melhor procedimento fazê-lo em regiões que já hajam experimentado ação humana no modo como qualificada – ação direta – do que naquelas que ainda não hajam recebido impacto antrópico direto significativo. A condição de o grau de antropia poder ser considerado apenas indireto, que se faz ao ocupar-se de preservação de ecossistemas no contexto da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, é importante porque, especialmente em razão dos fluxos de ar e de água, é difícil, se possível o for, considerar que determinado ecossistema ainda não haja sofrido, ainda que indiretamente, impacto decorrente da ação humana na Terra.

3.2.3 Comportamento ecologicamente sustentável e cuidado com a saúde humana

A justificativa para a consideração do cuidado com a saúde humana na qualidade de atributo a ser observado na concepção de comportamento ecologicamente sustentável orientado pela *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* pode ser evidente. Não obstante, ela pode ser apresentada à maneira de dois silogismos, de modo que a conclusão do primeiro sirva como premissa maior do segundo. Admitindo, para o primeiro, como premissa maior, que “toda e qualquer variante de ética antropocêntrica não pode, por sua natureza, descuidar daquilo que seja essencialmente importante ao ser humano”, e, como premissa menor, que “saúde humana é essencialmente importante a cada homem e a cada mulher”, tem-se, como conclusão necessária, que “toda e qualquer variante de ética antropocêntrica não pode, por sua natureza, descuidar da saúde humana”. E admitindo, para o segundo, como premissa maior, que “toda e qualquer variante de ética antropocêntrica não pode, por sua natureza, descuidar da saúde humana”, e, como premissa menor, que, obviamente, “a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* é caso especial de ética antropocêntrica”, chega-se à conclusão necessária de que “a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável* não pode, por sua natureza, descuidar da saúde humana”.

É importante considerar que, de acordo com o expresso no artigo 1º da Constituição da Organização Mundial da Saúde, “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste somente em uma ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946, p. 1; tradução nossa). Considerada nesses termos, pode parecer um tanto difícil atribuir-lhe a objetividade necessária para ser levada em conta, de modo objetivo, na concepção de comportamento ecologicamente sustentável que se está a construir neste Capítulo. Entretanto, essa dificuldade pode ser reduzida consideravelmente, ou – para efeito da consideração objetiva de saúde humana no contexto do comportamento ecologicamente sustentável caracterizado neste Capítulo – até mesmo superada, ao recorrer-se a conhecimento técnico especializado na área da saúde, e ou aos produtos dele decorrentes. No caso das atividades laborais, existem normas técnicas que

estabelecem condições de salubridade para sua execução; no caso de produtos, existem informações técnicas sobre sua toxicidade, real ou potencial. Seguramente essas informações estão longe de alcançar a amplitude do conceito de saúde aqui contemplado; mas representam contribuições significativas para que se possa levar em conta, em alguma medida importante e objetiva, o cuidado com a saúde humana, naquela concepção de comportamento qualificado.

Desde a Antiguidade já se reconhece que a saúde depende, em medida importante, de fatores ambientais. “A saúde, de acordo com os escritos hipocráticos, requer um estado de equilíbrio entre influências ambientais, modos de vida e os vários componentes da natureza humana” (CAPRA, 2007 [1982], p. 305). Entretanto, por uma questão de coerência teórica, cumpre identificar se o conceito de saúde encontra amparo, para além de no contexto ambiental, também no ecológico, de modo a fazer sentido incorporá-la, na qualidade de atributo, na concepção de comportamento ecologicamente sustentável que, ao longo deste Capítulo, se está a conceber. E percebe-se que sim, que faz sentido falar de saúde humana em um contexto ecológico. “Saúde de uma perspectiva ecológica é multidimensional, estendendo-se do indivíduo à comunidade adjacente e incluindo o contexto dentro do qual a pessoa atua” (EDELMAN; MANDLE, 2005, p. 6; tradução nossa): essa concepção revela, como se vê, que o contexto de atuação da pessoa é importante; mas existe ainda outro conceito, o de ecologia da saúde, que, nos termos a seguir reproduzidos, reconhece a ligação entre Ecologia, saúde e meio ambiente.

O termo 'ecologia da saúde' representa uma abordagem ecológica humana para saúde e bem-estar. A ecologia da saúde ocupa-se com uma descrição abrangente da saúde humana nos níveis individual, no que observa grandes grupos sociais [*societa*] e global. É usado para ilustrar modelos de saúde humana em relação ao meio ambiente; físico e social, micro e macro, cultural e técnico, individual e universal (HONARI, 1999, p. 22; tradução nossa).

Diante dessas considerações, a um tempo substanciais – em razão da importância inegável que a saúde humana tem para o bem-estar de cada ser humano – e formais – visto que existe, na literatura, reconhecimento de que saúde pode ser integrada em contextos ecológicos –, reconhece-se, por necessário, o cuidado para com a saúde humana na qualidade de atributo a ser observado na caracterização de um comportamento que, observando-se a concepção de *ética antropocêntrica ambientalmente sustentável*, se possa considerar como ecologicamente sustentável.

Em razão da necessidade de caracterizar, em termos objetivos, saúde humana na qualidade de atributo relevante para a caracterização de comportamento ecologicamente sustentável, admite-se que, no contexto dessa caracterização, se deva limitar a consideração impactos positivos e negativos sobre a saúde humana àqueles que são possíveis de serem objetivamente comprovados por meio de procedimentos reconhecidos no domínio das ciências da saúde.

3.2.4 Comportamento ecologicamente sustentável e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis

Para além das considerações anteriormente feitas – referentes a conservação da diversidade biológica, da preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, e do cuidado para com a saúde humana –, a concepção de comportamento ecologicamente sustentável, fundamentada no conceito de *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, deve fundamentar-se, também, na produção e no consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis. Produção e consumo significam, aqui, produção e consumo de bens e de serviços em uma economia, os quais devem acontecer de modo a um tempo responsável e ambientalmente sustentável.

Com essa dupla qualificação está-se aqui a considerar a necessidade de sua produção comportar, em conjunto, as características de continuidade no tempo e de coexistência suficientemente harmônica com o meio ambiente natural no qual se insere; isso tanto quando se consideram os estudos prévios à implantação do aparato necessário a sua produção como no próprio processo produtivo, ao longo do tempo (FRANÇA; MENDES FILHO, 2010, p. 4-5)⁹⁵.

Ao refletirem sobre a utilização de energias renováveis ambientalmente sustentáveis, França e Mendes Filho (2010, p. 8) consideram que a utilização de energias renováveis (a) apresenta-se como definitiva; (b) exerce impactos sobre o meio ambiente natural decorrentes de sua produção, os quais precisam ser levados em conta para que faça sentido atribuir-lhe também a necessária qualidade de ambientalmente sustentável; (c) insere-se em um contexto que compreende não

⁹⁵ O conceito resulta de uma especificação maior da ideia de Energia Renovável Sustentável, apresentada, nos termos seguintes, por Simioni (2006, p. 93; grifo do autor): “utilizamos a expressão *Energia Renovável Sustentável (ERS)*, procurando enfatizar que são dois critérios essenciais e possíveis de serem conseguidos, ou seja, a produção que se renova naturalmente e o ideal mais amplo de sustentabilidade”.

apenas produção, mas também armazenamento, distribuição e consumo de energia, de modo que a sustentabilidade ambiental precisa observar todas essas etapas; e (d) é uma discussão que perpassa e interessa a toda sociedade. Essas considerações, conquanto derivadas a partir de um contexto mais específico – o de produção e consumo energéticos –, permanecem válidas quando aplicadas à produção e ao consumo de bens e de serviços econômicos em geral. Com efeito: quando se pensa que a produção e o consumo deles devem ser planejados de modo a atenderem, continuamente, ao conjunto de necessidades humanas eticamente amparadas, percebe-se que deve estar assegurada, de modo razoável, sua disponibilidade no tempo, em quantidade suficiente e com qualidade que se possa considerar adequada; é a compreensão de que tais necessidades existem, precisam ser atendidas, e, provavelmente, continuarão a existir e a precisar serem atendidas no futuro que requer, de modo inapelável, compromisso em definitivo com a utilização de insumos renováveis.

Ainda no que se refere à caracterização das necessidades humanas que têm amparo ético, é importante considerar o efeito que diferentes posturas individuais e coletivas costumam sobre ela exercer. Em uma sociedade em que o consumo de bens supérfluos é interpretado como elemento de prestígio social, é razoável admitir que um número significativo de pessoas irão buscar consumir pelo simples fato de quererem ser vistas como pessoas, por assim dizer, socialmente bem sucedidas. A afirmação de Polanyi (2000 [1944], p. 65) de que “a descoberta mais importante nas recentes [1944] pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” encontra validade também na atualidade, no sentido particular de que tanto uma sociedade que incentiva o consumo supérfluo como uma que encoraja a adoção de práticas social e ambientalmente sustentáveis não deixam de estabelecer uma referência social dentro da qual se delineia um comportamento admitido como valioso, digno de reconhecimento; e a importância de orientar-se eticamente esse comportamento resta evidente. Quando se dissocia do consumo a ideia – equivocada – de que dele depende o reconhecimento de êxito social de indivíduos e de famílias, recuperam-se condições para que as pessoas possam dedicar-se a viverem bem e dignamente suas vidas.

Cada indivíduo deseja viver plenamente, sentir-se bem e realizado. Não quer, na essência de sua busca íntima, uma existência sobrecarregada de responsabilidades, obrigações e bugigangas. As necessidades não têm que ser multiplicadas, principalmente se isto é feito por manipulação artificial. A tarefa que o homem enfrenta é aprimorar o caráter humano, e o que importa para isso é o fato de que bens e serviços são um meio na direção da satisfação de necessidades, o que, por sua vez, é um meio para a realização do bem supremo (o nirvana dos hindus, o *summum bonum* de S. Tomás de Aquino) (CAVALCANTI, 1998, p. 168).

Em sentido semelhante manifesta-se Kumarappa, que, ao discorrer sobre o que pode ser identificado como uma economia de inspiração gandhiana, apresenta uma consideração referente a como deve ser o padrão de vida das pessoas.

Nosso padrão de vida deve ser um que nos dá a oportunidade para expressar o mais elevado em nós, e não deveria ser o resultado de uma multiplicidade de desejos que estão sendo criados artificialmente. Este último não prepara para [*does not make for*] um padrão de vida mais elevado. É uma designação incorreta chamar multiplicidade de desejos um elevado padrão de vida (KUMARAPPA, 1951, p. 59).

Cavalcanti e Kumarappa convergem quanto à inadequação de se atender a “necessidades” de consumo artificialmente produzidas: bens e serviços são meios e, nessa condição, importam na proporção em que conduzem aos fins que os justificam; de acordo com esse ponto de vista, pode-se identificar a atividade de consumo como meio para a aquisição de outros meios. Congruente com essa linha de raciocínio, Schumacher (1979 [1966], p. 49) pondera que, “como consumo é simplesmente um meio para o bem-estar humano, a meta deveria ser obter o máximo de bem-estar com o mínimo de consumo”. Muito mais importante do que a ação de consumir em si é – mais uma vez – as pessoas viverem bem e dignamente. É certo que para viver assim é necessário dispor de determinados bens e serviços: mas muita diferença existe entre consumir com o intuito de atender às necessidades de uma vida boa e digna e fazê-lo porque se está dentro de um ou de mais de um grupo social que reconhece na própria atitude de consumo excessivo, em especial de bens supérfluos, algo a ser especialmente valorizado. Com essa observação – que, como visto, faz referência a atitudes de consumo em excesso, ou consumistas – não se deixa de reconhecer que o consumo de bens não se destina apenas a atender às necessidades mais diretamente relacionadas a cada um deles, em conformidade com as quais, por exemplo, um alimento serve para saciar a fome: com efeito, o consumo de bens atua também como importante mediador de relações

sociais.

Primeiro, a ideia mesma do consumo tem de ser trazida de volta para o processo social, deixando de ser vista apenas como um resultado ou um objetivo do trabalho. O consumo tem de ser reconhecido como parte integrante do mesmo sistema social que explica a disposição para o trabalho, ele próprio parte integrante da necessidade social de relacionar-se com outras pessoas, e de ter materiais mediadores para essas relações. Esses materiais mediadores são: comida, bebida e hospitalidade da casa para oferecer, flores e roupas para sinalizar o júbilo compartilhado, ou vestes de luto para compartilhar a tristeza (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006 [1996], p. 26).

Perceba-se que renúncia não ao consumo, mas ao consumismo, não se mostra necessariamente incongruente com o atendimento às necessidades de relação social: ambos podem convergir desde que os valores sociais vigentes baseiem-se em atitudes não de consumo excessivo e ou supérfluo, mas responsáveis tanto em termos sociais – no sentido de a sociedade comprometer-se, efetivamente, com que todas e cada uma das pessoas que nela vivem tenham reais condições de viver ao menos de modo digno – como ambientais – na proporção em que incentivem a adoção de práticas produtivas caracterizadas por (maior) compromisso com a boa qualidade do meio ambiente natural.

Uma vez que se reconhece – como, de fato, se deve fazer – que a produção e o consumo de bens e de serviços exercem impactos sobre o meio ambiente, é necessário que esses impactos sejam considerados, de modo que a atribuição da qualidade de ambientalmente sustentável esteja condicionada a que não exerçam impacto(s) negativo(s) relevantes sobre o meio ambiente; ou, ao menos, no caso de esse(s) impacto(s) não poder(em) ser evitado(s), que ele(s) se faça(m) acompanhar, necessariamente, de eficaz(es) medida(s) neutralizadora(s). É importante, também, observar que a produção e o consumo de bens e de serviços inserem-se em cadeias logísticas que, normalmente, compreendem transporte e armazenamento de insumos e de produtos, com destaque para produção e descarte de embalagens, além de atividades, por assim dizer, de transação, como reuniões, serviços de secretaria, de seguros e de publicidade comercial; de modo que uma adequada caracterização da produção e do consumo como ambientalmente sustentáveis deve, a rigor, atentar, de modo consequente, para cada uma dessas operações. E, em termos mais gerais, cumpre observar que impactos da produção e do consumo de bens e de serviços se fazem sentir não apenas por quem os produz e ou consome

diretamente; existem consequências dessas atividades que são sentidas pela coletividade, de modo que faz sentido admitir que a adoção de procedimentos de produção e de hábitos de consumo a um tempo renováveis e ambientalmente sustentáveis é, também, de interesse da sociedade como um todo, e considerar comportamento ecologicamente sustentável a partir dos enfoques nas ópticas da produção e do consumo.

3.2.4.1 Enfoque na óptica da produção

Existe um conceito que pode contribuir no sentido de aproximar as atividades de produção de padrões renováveis e ambientalmente sustentáveis: o de *engenharia ecológica*⁹⁶. “Em uma palavra, engenharia ecológica envolve criação e restauração de ecossistemas sustentáveis que têm valor tanto para humanos como para a natureza” (MITSCH; JØRGENSEN, 2004, p. 23; tradução nossa). A um tempo mitigadora e proativa, a ideia revela claro compromisso com éticas ambientais de extração antropocêntrica.

A mais usada definição de engenharia ecológica emprega a seguinte formulação: engenharia ecológica é definida como o projeto de ecossistemas sustentáveis naturais e artificiais que integram a sociedade humana com seu meio ambiente natural para o benefício de ambos. Requer, por um lado, que compreendamos a natureza e asseguremos um desenvolvimento sustentável de recursos naturais e ecossistemas e, por outro, que façamos uso (mas não abuso) de recursos naturais para o benefício da sociedade humana. Assim, nossas inevitáveis interações com a natureza devem ser feitas sob a abrangente consideração da sustentabilidade e equilíbrio da natureza (JØRGENSEN, 2009 [2008], p. 5; tradução nossa).

Engenharia, busca intervir teleologicamente na realidade, ou no modo como esta é percebida por indivíduos e ou por grupos; ecológica, observa compromisso com adequada qualidade ambiental. É particularmente interessante observar que a proposta ocupa-se com ecossistemas, não apenas com determinados sistemas – obras convencionais de engenharia, por exemplo – neles inseridos: importa, portanto, e de modo decisivo, o modo como cada sistema, projetado em conformidade com preceitos de engenharia ecológica, interage com o(s)

⁹⁶ Segundo Mitsch e Jørgensen (2004, p. 25; tradução nossa), “o termo engenharia ecológica foi cunhado por Howard T. Odum nos anos da década de 1960”. Os autores, à mesma página, fazem menção a Odum (1962), referência em que se pode ler: “reconhecendo as fontes de energia compartilhadas da natureza e de energia extraída da civilização, sugerimos o termo engenharia ecológica para aqueles casos em que a energia fornecida pelo homem é pequena em relação às fontes naturais, mas suficiente para produzir grandes efeitos nos padrões e processos resultantes” (ODUM, 1962, p. 67; tradução nossa).

ecossistema(s) em que se situa, o que requer adequada solução para os diferentes fluxos – de pessoas, de informação, de energia, de massa – previstos para nele acontecerem. No caso de fluxo de pessoas, é especialmente importante que elas possam receber atendimento digno; no de informação, que estas sejam verdadeiras, relevantes, suficientemente completas (e, portanto, confiáveis) e gratuitas; no de energia – aqui considerada no sentido estrito do consumo de energias convencionais comercialmente utilizadas, como a elétrica e a química por meio de combustíveis automotivos, diretamente necessário ao desenvolvimento das atividades do sistema –, que se utilizem soluções energéticas que, a um tempo, não comprometam a boa qualidade do meio ambiente e estejam disponíveis, em qualidade e quantidade suficientes, de modo que se possa garantir a continuidade do funcionamento do sistema⁹⁷; e no de massa, que se dê destinação adequada aos resíduos produzidos no sistema, com incentivo à reciclagem⁹⁸, coerente com o compromisso de evitarem-se desperdícios, importante em propostas de sustentabilidade ambiental.

Ecotécnica é outra palavra frequentemente utilizada. Ela inclui além da ecotecnologia ou engenharia ecológica⁹⁹, também o desenvolvimento de

⁹⁷ No caso de uso inicial de energia produzida a partir de fonte não renovável, é importante observar duas coisas: a primeira, que seu uso não exerça impacto ambiental negativo que não venha a ser adequada e suficientemente mitigado; a segunda, que exista clara possibilidade de substituição da fonte, em caso de esgotamento, por outra fonte, preferencialmente renovável. Segundo Chhetri (2008, p. 33; tradução nossa), “uma abordagem holística em desenvolvimento de energia que conduz a viver com desperdício zero deveria ser a base para qualquer desenvolvimento de tecnologia. Como isso pode não ser realizado a partir dos modelos de desenvolvimento de tecnologia atuais, uma mudança de paradigma em direção do desenvolvimento de tecnologia baseado em conhecimento e administração de energia é essencial para alcançar a verdadeira sustentabilidade em energia e administração ambiental. Um uso integrado de fontes de energia tais como solar, hidro, biomassa, vento, geotermal e hidrogênio poderia conduzir à solução de energia global”. Talvez não seja possível viver uma vida boa e digna com desperdício zero: evitar desperdício é, sem dúvida, compromisso decisivo em propostas de sustentabilidade ambiental; entretanto, não pode, de modo algum, passar de compromisso a preocupação, no sentido de que não pode comprometer a possibilidade de as pessoas viverem bem as vidas boas que podem, e dignas que devem, viver.

⁹⁸ No que se refere a processos de reciclagem, é importante, para além de serem eles sustentáveis do ponto de vista econômico – ou seja, que, neles, os benefícios econômicos sejam maiores que os custos econômicos, nesta nota específica compreendidos no sentido estrito de benefícios e de custos expressos, ambos, em unidades monetárias –, que os sistemas de reaproveitamento de materiais guardem, eles também, compromisso efetivo com processos ambientalmente sustentáveis, o qual consiste em adotarem, dentro das opções tecnologicamente possíveis, uma que não exerça, ela própria, impacto ambiental negativo *direto* importante que não seja adequadamente neutralizado. Refere-se aqui a impacto *direto*, porquanto dedicar atenção, na fase de reciclagem, também aos processos tecnológicos levados a efeito na produção dos insumos usados nos processos de reaproveitamento de materiais, pode, por vezes, ser operacionalmente não factível ou inviável.

⁹⁹ “Engenharia ecológica e ecotecnologia podem ser consideradas sinônimas” (JØRGENSEN, 2000, p. 399; tradução nossa).

tecnologia aplicada na sociedade, baseada em princípios ecológicos, por exemplo todos os tipos de tecnologia mais limpa, particularmente se são aplicadas para resolver um problema ambiental (JØRGENSEN, 2000, p. 399; tradução nossa).

Com efeito, na proporção em que se pode atender uma necessidade humana eticamente amparada com emprego de tecnologias diferentes, é importante, do ponto de vista da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, priorizar, em princípio, aquelas que se mostram (mais) compatíveis com a manutenção de uma adequada qualidade do meio ambiente. É importante ressaltar, entretanto, que o uso dessas tecnologias, para consolidar-se, pode precisar de incentivo social, que pode ser efetivado por meio de instrumentos de política econômica. Em termos de política monetária, pode-se estudar a implementação de linhas de crédito especiais: isto pode ser particularmente importante quando, para tornar disponíveis tais tecnologias, é necessário realizar investimentos iniciais que demandam considerável quantidade de recursos financeiros; nesse caso, bancos de desenvolvimento – e também bancos comerciais que, eventualmente, se mostrem interessados pela ideia –, podem oferecer linhas de financiamento que, por suas vantagens em comparação com outras disponíveis no mercado, incentivem os empreendedores a investirem em favor daquelas tecnologias. Em termos de política fiscal, pode-se pensar em redução de alíquotas, ou mesmo em isenção de incidência, de determinados tributos sobre atividades econômicas levadas a efeito com uso de tais tecnologias (mais) compatíveis com a manutenção de uma adequada qualidade do meio ambiente; tecnologias que precisam atender a um conjunto de critérios adequadamente concebidos e previamente enunciados, os quais caracterizam essa qualidade ambiental adequada¹⁰⁰. Ademais, no contexto especificamente tecnológico, um conceito importante, diante da concepção de *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, é o de tecnologia sustentável.

¹⁰⁰ Capra faz referência a esse assunto a partir de uma reforma fiscal diferente, chamada de remanejamento fiscal, segundo a qual, “em vez de taxar a renda e os salários, precisamos taxar os recursos não renováveis, especialmente os energéticos, e a emissão de gás carbônico” (CAPRA, 2005 [2002], p. 265). Neste trecho o autor menciona DALY, Herman Edward. Ecological tax reform. In: CAPRA, Fritjof; PAULI, Gunter (Eds.). **Steering business toward sustainability**. Chapter 8. Tokyo: United Nations University Press, 1995. p. 108-124. Capra considera ainda que “para dar certo, o remanejamento fiscal precisa ser um processo lento, de longo prazo, a fim de que as pessoas se adaptem às novas tecnologias e hábitos de consumo; e precisa ser implementado de modo previsível a fim de encorajar a inovação industrial. Essa mudança gradual vai eliminar aos poucos do mercado as tecnologias e hábitos de consumo marcados pela nocividade e pelo desperdício” (CAPRA, 2005 [2002], p. 265-266).

Tecnologia sustentável é aqui definida como tecnologia que tem o objetivo de desenvolver, projetar, aplicar, avaliar e melhorar soluções que são intencionadas a satisfazer necessidades elementares na base de recursos naturais, em seu contexto local e regional. É caracterizada por um uso muito seletivo, mínimo e total de recursos preferivelmente renováveis, com integração sociocultural, em harmonia com a natureza, enquanto dando conta de relações globais, uma distribuição satisfatória e esforçando-se por 'codesenvolvimento' com países em desenvolvimento e focando no futuro (WEENEN, 2002, p. 4; tradução nossa).

Percebe-se que o conceito, pela qualidade e pela extensão dos atributos que reúne, extrapola a concepção de comportamento ecologicamente sustentável desenvolvida no presente Capítulo e passa a ocupar-se, também, com questões de justiça distributiva e de integração sociocultural, contempladas, respectivamente, nos Capítulos 4 (em especial nas Seções 4.2.2, 4.2.3 e 4.4.2) e 5 (na proporção em que integração cultural relaciona-se com o problema da aceitação cultural). No que se refere mais especificamente àquela concepção de comportamento qualificado, percebe-se em tal conceito de tecnologia sustentável compromisso com uso adequado de recursos naturais, em termos de impactos locais e também regionais. O conceito é, por assim dizer, fundamentado em equilíbrio e em comprometimento. Em equilíbrio, visto (a) que indica, expressamente, que as ações são levadas a efeito com a intenção de satisfazer determinadas necessidades, o que sugere que nele vale mais o propósito sério, o compromisso efetivo com a adoção de práticas adequadas, do que o resultado que, por uma ou outra circunstância extraordinária, pode não corresponder a tal intenção (um comportamento assim apresenta-se especialmente benéfico, visto que, por assim dizer, liberta as pessoas para a ação responsável, independente de se, de fato, chegarão a atingir, em todos os casos, os resultados inicialmente previstos); e (b) que se fundamenta em utilização rigorosa, mas não exclusiva, de recursos renováveis, o que não veda o uso de determinado recurso simplesmente por não ser ele considerado, para efeito de sua utilização prática, como renovável: esta característica é importante quando, simultaneamente, o estoque disponível de tal recurso apresenta-se consideravelmente longe do esgotamento, e nem sua exploração nem seu uso causam impactos ambientais negativos importantes. E fundamenta-se também em comprometimento com uso adequado dos recursos, que se manifesta por meio de acompanhamento (ao contemplar avaliação e melhoria das soluções), e em termos a um tempo qualitativos (conforme revela-o o acentuado cuidado com seletividade) e

quantitativos (a referência a uso mínimo e total dos recursos sugere atenção a que deles não se utilize mais do que o realmente necessário, e a que os que forem destinados a uso rendam o benefício integral que, ao amparo da razoabilidade, deles se pode esperar).

Neste ainda início de século XXI, a Engenharia, em suas diferentes especialidades, dispõe de recursos importantes para que o atendimento a necessidades humanas eticamente amparadas possa ser feito observando-se adequado cuidado com a qualidade do meio ambiente, de modo que um considerável número de bens e de serviços podem ser produzidos com emprego de tecnologias que utilizam recursos renováveis e ambientalmente sustentáveis. O uso de tais tecnologias nos processos produtivos de bens e de serviços evidencia a necessidade de Engenharia e Economia atuarem em conjunto, em benefício dos seres humanos e do meio ambiente. E é importante observar que, no que diz respeito a processos econômicos de produção, se está a falar, fundamentalmente, de meios: isto implica em que, nas situações em que a qualidade do produto não fica comprometida quer se utilize de um ou de outro deles, existe forte razão para adotarem-se aqueles que se apresentem mais coerentes com a manutenção de uma adequada qualidade ambiental¹⁰¹.

3.2.4.2 Enfoque na óptica do consumo

No que se refere ao consumo, percebe-se que a decisão de consumir bens e serviços disponibilizados a partir de tecnologias sustentáveis depende, decisivamente, de os consumidores perceberem vantagens em fazê-lo. E essas vantagens podem ser de naturezas diversas, como, por exemplo, de consciência, de saúde e financeira¹⁰². Dependendo de como o efeito conjunto desses diferentes

¹⁰¹ Uma adequada solução a eventuais problemas de ordem financeira, referentes à adoção de tecnologias que utilizam insumos renováveis e ambientalmente sustentáveis, pode precisar, conforme anteriormente mencionado, de incentivos sociais específicos, que encontram justificativa na proporção em que os benefícios resultantes dessa adoção fazem-se sentir não apenas por quem se beneficia diretamente do consumo de determinado bem ou da utilização de determinado serviço, mas também, indiretamente, à coletividade. Ademais a própria decisão coletiva – materializada por meio da elaboração de legislação específica, e, no caso de comunidades cujo número de pessoas é relativamente pequeno, por meio do compromisso que as pessoas, reunidas, decidem assumir – de priorizar processos produtivos que contemplam tais tecnologias já se apresenta, por si só, como ganho cultural às comunidades que assim decidem.

¹⁰² Com referência a esse assunto, Martínez Alier considera que, “em alguns casos, uma mudança

fatores se apresenta, a pessoa encontra, ou não, razões e ou motivações suficientes para adotar um comportamento de consumo (mais) consequente em termos de sustentabilidade ambiental.

Um dos caminhos para que os consumidores se tornem mais responsáveis em relação ao meio ambiente seria fornecer informações sobre as conexões entre suas atitudes, as opções como consumidores e a degradação ambiental. Geralmente os consumidores são mal informados sobre as consequências, para o meio ambiente, de suas escolhas de consumo e de estilos de vida. Entretanto, a fim de alcançar o consumo sustentável, também denominado “consumo responsável”, os consumidores precisarão mais do que informações. Será preciso, igualmente, uma mudança nas atitudes sociais e culturais, de modo que a liberdade pessoal de desfrutar de benefícios materiais aqui e agora seja contrabalançada por um sentimento de responsabilidade compartilhado, a fim de promover o bem-estar de toda a humanidade, incluindo o das gerações futuras (CORTEZ; ORTIGOZA, 2007; p. 12).

Informações corretas são importantes, sem dúvida: mas elas encontram aplicação na proporção em que se integram adequadamente em estruturas de sentido. Pode-se dizer que, nos tempos atuais, existe considerável quantidade de informação a respeito da necessidade de as pessoas, na qualidade de consumidores, priorizarem ações, por assim dizer, ecologicamente corretas. Entretanto, entre receber uma informação correta, dar-lhe alguma importância e, no caso de concordar-se com ela, decidir, por livre vontade, agir (também) em conformidade com o que sugere ou recomenda o conteúdo informado, existe um caminho que, por vezes, não chega a ser percorrido integralmente. Pode acontecer, é claro, de o receptor da informação, por qualquer motivo, não se importar com ela; e, nos casos em que lhe dedica alguma importância, percebe-se que esta passa a coexistir com um conjunto numeroso de outros elementos reconhecidos, eles também, como importantes; de modo que as consequências que aquela importância produz no plano comportamental depende muito de como ela se acomoda junto a esses outros elementos. E é necessário considerar, também, que o comportamento de uma pessoa é fortemente influenciado pelo comportamento dos grupos de que ela participa, de modo que é razoável reconhecer a necessidade de, no contexto do consumo sustentável, esse valor ser aceito, ou ao menos respeitosamente tolerado, nesses grupos.

cultural nos costumes dos consumidores (como no caso do consumo de cigarro) é um caminho mais efetivo para se chegar aos objetivos ambientais que as medidas fiscais ou outras orientadas ao mercado. Esta consideração aplica-se à demanda de produtos agrícolas 'orgânicos', como também à demanda de alternativas ao automóvel privado” (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 174).

E existe ainda um outro elemento que pode influir, decisivamente, no problema de adotar ou não determinado comportamento de consumo em favor da qualidade do meio ambiente, a saber: o efeito, por assim dizer, de composição, que se observa quando o resultado prático de uma ação individual depende, para alcançar relevância, do concurso da ação de um número expressivo de indivíduos.

Trata-se do que se tem denominado o “paradoxo do isolamento” ou “a tirania das pequenas decisões”, que se refere ao problema de que as decisões individuais no mercado só afetam marginalmente os resultados ambientais globais e que, portanto, todo o mundo estará tentado a evitar os custos individuais de reduzir (em uma quantia quiçá inapreciável) os problemas ambientais. Ainda que os indivíduos não se movam unicamente por um cálculo egoísta de benefícios e custos individuais (digam o que digam os modelos do *homo economicus*), e ainda que a única possibilidade de reorientar a economia em um sentido mais “sustentável” seja, precisamente, que os indivíduos se movam em maior medida por outro tipo de valores, o problema é mui real e seria totalmente falaz pensar que os problemas ambientais são os que os próprios cidadãos hajam decidido livremente aceitar: é falaz e inclusive sê-lo-ia em um mundo em que todos os consumidores tivessem um poder aquisitivo igual, informação perfeita sobre as consequências globais de suas decisões de consumo, e no que cada demanda encontra sua oferta adequada. Os problemas ambientais derivados das opções de consumo afetam [...], em sua maioria, o que os economistas chamam *bens públicos*; assim, por exemplo, pode-se confiar muito mais em que os indivíduos deixarão de consumir um produto cujo consumo se demonstra cancerígeno, que um cujo processo de fabricação gera resíduos tóxicos, porque neste segundo caso os efeitos são *externos* (ou em sua maior parte externos) ao consumidor (MARTÍNEZ ALIER; ROCA JUSMET, 2000, p. 277-279; tradução nossa; grifos dos autores).

Conforme visto na Seção 3.1.1, uma característica importante da ação ética deontológica é que os preceitos éticos que a orientam precisam conseguir legitimidade no sentido de compreender-se a necessidade causal de, ao agir, observá-los. Em situações assim, torna-se indispensável que as ações façam-se acompanhar de adequado sistema de comunicação coletiva, compreendendo-se por adequado aquele que consiga, a um tempo, apresentar às pessoas razões pelas quais devam adotar determinados comportamentos – o que compreende, em alguma medida, explicação de relação causal e exposição de benefícios advindos da adoção – e, também, motivá-las para assim agir. E é interessante observar que, enquanto no plano das razões o apelo é, logicamente, racional, e manifesta-se normalmente em termos de relações de causa e efeito acompanhadas de respectivas e razoáveis expectativas quanto a sua efetiva manifestação, no plano das motivações importam muito as emoções¹⁰³, a identificação sentimental com a

¹⁰³ Conforme observa Maximiano (2004, p. 267; grifo do autor), “a palavra *motivação* deriva do latim *motivus*, *movere*, que significa mover. Em seu sentido original, a palavra indica o processo pelo

causa que se apresenta: sentimento de pertença a determinados grupos e identificação com causas específicas contam significativamente no processo de decidir se, e em caso positivo, com que grau de comprometimento, uma pessoa aceita dela participar ativamente¹⁰⁴. Tanto em um como em outro destes planos o agir ético é imperioso: não se pode comprometer a verdade das informações¹⁰⁵, sejam elas declaradas de modo objetivo, ou racional, sejam sugeridas de maneira implícita, ou emocional.

Em assuntos de interesse coletivo – entre eles os de natureza ambiental – que dependem do concurso de um número expressivo de pessoas, deve-se, por necessário, promover a adoção de comportamentos compreendidos como ambientalmente importantes. No caso do consumo sustentável, é importante que os consumidores recebam informações corretas sobre produtos e sobre os processos por meio dos quais eles são produzidos¹⁰⁶: informações sobre benefícios de determinadas práticas produtivas, sobre benefícios da adequada utilização dos produtos, sobre o modo adequado de utilizá-los – quando este não for evidente – e, no caso de o consumo produzir resíduos, sobre o adequado destino a ser dado a estes; mas também sobre as consequências de seu uso, esporádico e ou contínuo, quando dele resultar algum tipo de prejuízo, seja a quem o consome diretamente, seja a outros¹⁰⁷. É importante, também, no caso do consumo assim qualificado, a coletividade, politicamente organizada, prover meios adequados a que as ações ética e ambientalmente recomendáveis possam acontecer: no caso, por exemplo, da disposição de resíduos sólidos, deve haver locais próprios, com fácil acesso, para a correta e segura deposição deles; e resíduos recicláveis, uma vez sendo coletados

qual o comportamento humano é incentivado, estimulado ou energizado por algum tipo de motivo ou razão. Motivo, motor e emoção são outras palavras que têm a mesma raiz”.

¹⁰⁴ Neste aspecto, a aceitação cultural, assunto do Capítulo 5, é decisiva.

¹⁰⁵ No que se refere à verdade das informações científicas, é importante ter em conta a possibilidade de existirem estudos sobre um mesmo objeto cujas conclusões se apresentem, ao menos em certo instante no tempo, mutuamente inconciliáveis. Neste caso, estabelece-se um momento de tensão em que se precisa desenvolver pesquisas adicionais, e ou efetuar um estudo cuidadoso de tais conclusões, com o intuito de chegar-se, por assim dizer, a uma conclusão suficientemente livre de contradições, fundamentada no melhor do conhecimento até então disponível, que possa ser apresentada, ao menos no momento em questão, e por assim dizer, como a melhor verdade científica disponível.

¹⁰⁶ Um expediente por meio do qual essa comunicação pode ser levada a efeito é o uso de selos de certificação ambiental ou socioambiental, não obstante esse expediente poder, em certos contextos, apresentar-se como um diferencial de mercado relativamente caro para ser conseguido.

¹⁰⁷ Especialmente as informações sobre essas mencionadas consequências de uso parecem demandar iniciativa legislativa, fundamentada por competentes estudos técnicos.

em processos de coleta seletiva, devem ser de fato encaminhados a indústrias de reciclagem nas quais sejam convertidos, total ou parcialmente, em novos insumos. Nas ações coordenadas coletivamente, talvez o elemento mais importante, do ponto de vista ético, seja a confiança que se tem de que, ao participar delas, se está contribuindo para que, com o concurso de várias pessoas da coletividade, se alcancem os resultados pretendidos: em tais ações – como, aliás, em todas as ações humanas que se fundamentam em confiança, e nas quais expectativas são geradas – não se pode, por imperativo ético, negligenciar a importância de levá-las a efeito; ou, em caso de perceber-se impossibilidade de realizá-las, de, uma vez reconhecida essa impossibilidade, informá-la, coletivamente, com a urgência possível e razoável, às pessoas que dela participam, com justificativa para a não realização.

Entretanto, a maior contribuição para a adoção de hábitos de consumo sustentáveis provém, mui provavelmente, de algum exercício, formal ou informal, de educação ambiental. Comportamento ecologicamente sustentável é aprendido, ou adquirido. Pode sê-lo por meio de observação, de percepção, e pode ser transmitido por meio de processos educacionais que valorizem a participação, as motivações, a ação de quem a ele se sujeita. A educação ambiental encerra recursos a um tempo diversificados e substantivamente estruturados, conforme o revela a reflexão acerca de um marco teórico integrador que lhe seja apropriado, expressa por Floriani e Knechtel nos termos seguintes.

Ao pensarmos num marco teórico integrador apropriado para a Educação Ambiental temos em conta a crítica e as transformações das realidades contemporâneas. Porém, o referido referencial não deve ser percebido como um modelo e, sim como uma proposta de busca de sentido, de consistência e de relevância do conhecimento das relações entre homem, sociedade e natureza na construção do conhecimento baseada na reflexão epistemológica, ética, estética e sócio-educativa. Esta reflexão suscita um olhar epistemológico que nasce a partir da defesa e do respeito à vida, como uma complexidade sistêmica e autocriativa. O OIKOS é ser vivo complexo na sua uno-diversidade de seres e elementos vitais que o compõe. / Diante disso, conhecer remete para uma atitude de competência ética e estética. Ética por se tratar do respeito e da solidariedade à vida como razão de ser – no – mundo e estética por remeter ao saber cuidar do planeta, do ser vivo com a amorosidade e com o cultivo do belo. Só há verdadeiramente vivências de aprendizagens para elevação do ser vivo no seu lócus devido, quando a ética e a estética estiverem encarnadas no processo vital cognitivo do humano, enquanto consciência agente e construtora do seu espaço ambiental, cultural de vida. / O conhecer não se conforma com a cognição acerca do mundo não fosse o sentido que esse processo implica. O conhecimento é uma forma de reconhecimento do

modo obtido pela inter-comunicação humana, pela rede de conhecimentos sentidos, construídos e negociados socialmente (FLORIANI; KNECHTEL, 2003, p. 50-51).

Sentido, consistência e relevância; respeito e solidariedade à vida; saber com cuidado, com amor e com beleza; consciência que age e constrói “seu espaço ambiental de vida”; (re)conhecimento motivado por sentido. Em um contexto assim constituído, têm-se condições realmente primorosas para tratar a questão do comportamento humano à altura da dignidade com que os seres humanos, quando adequadamente educados, podem e devem tratar-se uns em relação aos outros. É consideravelmente improvável que, quando se utiliza de modo adequado dos valiosos recursos de que dispõe uma educação ambiental assim caracterizada, não se consiga, como bom resultado, chegar a uma situação em que as pessoas – não apenas por compreenderem a importância de viverem em maior harmonia com a natureza, mas, principalmente, por perceberem os benefícios que uma vida assim a elas proporciona – decidam livremente por agirem, em alguma medida importante, mais em conformidade com práticas ambientalmente sustentáveis. Uma educação ambiental assim concebida pode, seguramente, contribuir de modo privilegiado, independentemente de particularidades culturais eticamente amparadas – ou melhor, justamente por conseguir percebê-las e respeitá-las –, para uma efetiva, respeitosa e consequente promoção de atitudes de consumo que, nesse contexto, consegue ser duplamente sustentável, seja pelas consequências benéficas que exerce sobre o meio ambiente natural, seja porque, na proporção em que fazem sentido na vida das pessoas, tais atitudes conseguem sustentar-se enquanto práticas incorporadas no agir cotidiano das pessoas, dos grupos, das comunidades e oxalá, também, em medida importante, nas sociedades.

3.2.4.3 As ópticas da produção e do consumo atuando em conjunto: breve síntese

A reflexão empreendida nesta Seção 3.2.4 mostra que bens e serviços podem ser produzidos e consumidos em conformidade com preceitos que lhes asseguram a dupla qualidade de renováveis e ambientalmente sustentáveis; e que a observação desses preceitos revela responsabilidade tanto para com a manutenção de adequada qualidade do meio ambiente natural como em termos de

provisionamento de recursos naturais para atendimento a necessidades eticamente amparadas das gerações presentes e, no modo como é razoável admitir, também das futuras. No contexto do presente trabalho, considera-se que os seres humanos orientam-se economicamente em conformidade com o conjunto de valores que reconhecem como válidos, os quais decididamente não se limitam a valores financeiros: nesse conjunto de valores, a quantidade de dinheiro disponível e aquela que se acredita ser licitamente possível de conseguir são certamente importantes, mas se fazem acompanhar de valores outros – entre eles, por exemplo, o genuíno compromisso com ações em favor de uma boa qualidade do meio ambiente, a boa qualidade das relações entre as pessoas, e mesmo a identificação pessoal com a observação de certos preceitos éticos, por assim dizer, pelo prazer de saber-se cumpridor de um dever moral substantivo – que, por serem de natureza diferente daquela dos valores financeiros, com estes não podem ser quantitativamente comparados; e, em termos de uma comparação qualitativa, não raro assumem importância maior do que estes, na proporção em que as pessoas renunciam a ganhos financeiros em situações em que a obtenção de tais ganhos aconteceria com comprometimento de um ou de mais de um de tais valores não financeiros. Seja na qualidade de produtor, seja na de consumidor, cada pessoa e cada empresa pode, ao agir, adotar procedimentos comprometidos com sustentabilidade ambiental. Esses procedimentos, para além do resultado prático que proporcionam, encerram valioso potencial ético: são comportamentos adotados conscientemente, com vistas a colaborar com a manutenção de uma boa qualidade do meio ambiente. E, uma vez que esse potencial ético identifica-se significativamente com o conteúdo que caracteriza a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, que, neste trabalho, orienta a definição de atributos que caracterizam a concepção de comportamento ecologicamente sustentável, objeto do presente Capítulo, reconhecem-se produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis, no modo como nesta Seção 3.2.4 caracterizados, na qualidade de um de tais atributos.

3.2.5 Sobre mútua compatibilidade entre conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis

Uma vez concebida a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, com base nela identificaram-se os quatro atributos ou critérios com base nos quais, no presente trabalho, caracteriza-se comportamento ecologicamente sustentável: conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis. Conforme anteriormente visto, cada um desses atributos mostra-se, a um tempo, compatível com aquela concepção de ética em termos tanto de valores como da ação prática. É importante destacar, também, que todos eles estão contemplados, em medida significativa, na abordagem da economia ecológica, enquanto que na da economia ambiental e de recursos naturais, a julgar pela racionalidade que a caracteriza, eles passam a ser importantes – em proporção significativamente menor que aquela verificada com relação à economia ecológica – basicamente na proporção em que decorrerem da necessidade de compensar danos ambientais e ou de dispor-se de recursos naturais para uso ao longo do tempo, sem prejuízo do desenvolvimento, também, de ações no sentido de associar a determinado bem ou serviço a imagem de cuidado com o meio ambiente. Passa-se, a seguir, a refletir sobre se cada um dos quatro se mostra mutuamente compatível com os outros três¹⁰⁸.

Admitindo-se cada um dos quatro atributos no modo como anteriormente caracterizado, considera-se que existe mútua compatibilidade entre dois dos atributos quando, em uma mesma praça, a observação de um deles não representa

¹⁰⁸ Naturalmente, a análise de compatibilidade que aqui se faz considera o que poderia ser chamado de situação típica, normal, não extraordinária, que corresponde ao que, *em termos gerais*, se admite caracterizar cada um dos quatro atributos. Não se levam em conta, aqui, aspectos específicos de cada situação real: não é, por certo, que estes não sejam importantes; é que teorias – e especialmente aquelas cujo objeto com que se ocupam é consideravelmente complexo, como o são, reconhecidamente, as relações entre seres humanos entre si e entre estes e a natureza não humana, importantes no contexto da relação entre Economia e meio ambiente –, a menos que se destinem a serem aplicadas em um número consideravelmente limitado de casos, devem priorizar os aspectos gerais, comuns à maioria das situações, cientes da necessidade de que, em identificando-se casos específicos em que não se pode aplicar a teoria sem ressalva(s), esta(s), nestes casos, deve(m), naturalmente, ser feita(s).

empecilho à observação do outro. Observando o que dispõe o enunciado da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, especialmente no que se refere a *necessidades* (humanas), e as explicações que, na Seção 3.1.4, acompanham esse enunciado, têm-se as considerações seguintes. Conservação da diversidade biológica (a) mostra-se mutuamente compatível com preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto: aliás, ambos os atributos, por assim dizer, somam esforços em considerável número de vezes; (b) mostra-se mutuamente compatível com cuidado com a saúde humana: esta não interfere significativamente com aquela, e aquela pode até contribuir para com esta, na proporção em que fármacos venham a ser descobertos a partir de substâncias presentes em espécies não humanas¹⁰⁹; e (c) mostra-se mutuamente compatível com produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis: seja em razão da renovabilidade, seja em razão da sustentabilidade ambiental, a produção e o consumo assim caracterizados contribuem para a conservação da biodiversidade, e esta, dependendo do tamanho das populações¹¹⁰, pode, em regime de sustentabilidade ambiental, contribuir com tais produção e consumo duplamente qualificados. Preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto (a) mostra-se mutuamente compatível com cuidado com a saúde humana: valem aqui, em boa medida, as observações feitas a respeito da relação entre conservação da biodiversidade e cuidado com a saúde humana; e (b) mostra-se mutuamente compatível com produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis: o critério de sustentabilidade ambiental, que caracteriza produção e consumo assim qualificados, revela compromisso com preservação de tais ecossistemas e, na medida em que os preserva, não apenas tais produção e consumo não sofrem impacto negativo decorrente dessa preservação como com ela podem contribuir, inclusive, no sentido de diminuir impactos das atividades humanas indiretamente exercidos sobre tais ecossistemas. E cuidado com a saúde humana mostra-se mutuamente compatível com produção e

¹⁰⁹ O caso das doenças causadas por agentes biológicos não representa comprometimento dessa mútua compatibilidade uma vez que a análise, conforme dito no início do parágrafo, deve observar o que dispõe o enunciado da *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, especialmente no que se refere a *necessidades* (humanas), e as explicações que, na Seção 3.1.4, acompanham esse enunciado.

¹¹⁰ O termo, aqui, é considerado com a conotação ecológica. “*População*: grupo de indivíduos da mesma espécie vivendo em uma dada área ou habitat em um dado tempo” (ODUM; BARRETT, 2008 [2005], p. 531; grifo dos autores).

consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis: ao reconhecer que uma ética orientada de modo antropocêntrico não pode descuidar da saúde humana, e que a produção e o consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis são concebidos ao amparo de uma ética concebida a partir dessa orientação, percebem-se tais produção e consumo como necessariamente compatíveis com o cuidado com a saúde humana – podendo, inclusive, contribuir de modo proativo com ela, por meio do desenvolvimento de medicamentos –, e o cuidado com esta não interfere de modo importante em tais produção e consumo.

3.3 CONCLUSÃO

Reconhecer a necessidade de a relação entre Economia e meio ambiente manter compromisso com comportamento ecologicamente sustentável traz, imediatamente, a necessidade de caracterizar o comportamento assim qualificado, de modo que se possa compreender, de modo mais objetivo, em que ele consiste. Com o intuito de orientar a concepção desse comportamento, empreendeu-se uma reflexão sobre ética ambiental, da qual resultou a referência ética que, no presente trabalho, orienta tal concepção: a *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, que – conforme visto na Seção 3.1.4, e atentando-se para as considerações que, naquela Seção, são apresentadas, as quais incluem as observações, destacadas à maneira de notas apostas ao enunciado, a respeito das ideias de liberdade responsável e de tratamento com igual consideração e genuíno respeito e também a respeito de fins e de meios – deve fundamentar-se, primeiro, na dignidade da pessoa humana, na qual admite-se estarem compreendidos os valores da vida e da liberdade responsável, liberdade esta que inclui a liberdade de pensamento e de consciência, e, em todos os assuntos referentes à vida não privada, o direito de cada pessoa receber de cada uma das demais tratamento com igual consideração e igual e genuíno respeito; e depois, no compromisso ético que a pessoa humana, digna e dotada a um tempo de razão e de sentimento, tem, individual e coletivamente, para com a natureza não humana, o qual consiste em não atentar, conscientemente – isto é, de modo deliberado – e sem necessidade – isto é, quando não há fundamento, seja em termos de fins, seja em termos de meios, para fazê-lo –

contra a vida de seres vivos não humanos, nem, de modo evidente, contra o equilíbrio natural dos ecossistemas, evitando, na medida do razoável, desperdício de recursos naturais, e cuidando, também na medida do razoável, para que as necessidades eticamente amparadas a que atendem possam continuar a ser atendidas, com boa qualidade, tanto com relação às gerações presentes como, em termos de estimativas plausíveis, àquelas de um futuro mais ou menos próximo.

Diante desta concepção de ética, reconhecendo-se, a um tempo, a significativa complexidade que caracteriza as relações entre seres humanos e meio ambiente não humano, e a necessidade de tornar essa concepção mais operacional em termos de sua utilização, definiram-se quatro critérios ou atributos com base nos quais, no presente trabalho, caracteriza-se comportamento ecologicamente sustentável: conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana, e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis; os quais, conforme visto na Seção 3.2, aproximam-se, em medida importante, da economia ecológica. Conforme argumentou-se na Seção 3.2, cada um deles consegue sustentação tanto em termos axiológicos, diante dos valores que dão embasamento à *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, como em termos da ação prática efetivamente comprometida com aqueles valores; e uma análise de compatibilidade entre cada um deles e os demais revelou serem todos, no contexto das considerações levadas a efeito na Seção 3.2.5, mutuamente compatíveis, com possibilidade, inclusive, de, em alguns casos, o compromisso representado por um deles interferir benéficamente no compromisso representado pelo outro. Consequentemente, admitem-se serem estes – conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana, e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis – os critérios com base nos quais se expressa, no presente trabalho, compromisso com comportamento ecologicamente sustentável fundamentado na *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*. Conforme informação apresentada no início da Seção 3.2 – e aqui reproduzida, com intuito de enfatizá-la –, reconhece-se, claramente, que o que na referida Seção se faz, diante da necessidade de caracterizar comportamento ecologicamente

sustentável, é eleger quatro entre um número possivelmente indeterminado de atributos deriváveis da concepção de *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*. Não se pode, por certo, afirmar – e nem se pretende fazê-lo – serem eles os mais adequados a serem levados em conta em contextos de avaliação econômica, em especial naqueles que se ocupam com situações mais diretamente relacionadas a impactos sobre o meio ambiente natural: o que se pode fazer, e aqui se faz, é considerá-los em razão do benefício, a um tempo teórico e prático, que resulta de levá-los em conta no contexto de uma avaliação econômica que, para além de considerações a respeito de benefícios e de custos monetários, se importa, no plano qualitativo, com o modo como as atividades econômicas são levadas a efeito. Porque a partir de quando se advoga, como neste Capítulo se faz, que a relação entre Economia e meio ambiente deve pautar-se por compromisso efetivo com sustentabilidade ecológica, é importante, se não mesmo necessário, empreender iniciativas no sentido de tornar operacional, no domínio da avaliação econômica, práticas que se mostrem consequentes em termos de promover uma concepção de desenvolvimento sustentável decididamente comprometida com sustentabilidade ecológica. Conforme dito no início deste Capítulo, o modo como se propõe levar efeito tal operacionalidade é apresentado no Capítulo 6, no qual reúnem-se as contribuições teóricas desenvolvidas nos Capítulos a ele anteriores – em especial nos Capítulos 3, 4 e 5 – com vistas a conceber, à maneira de um modelo teórico, uma proposta com cujo uso pode-se levar a efeito uma avaliação econômica significativamente comprometida com sustentabilidade ecológica, com justiça social e com aceitação cultural.

4 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE E COMPROMISSO COM JUSTIÇA SOCIAL

O terceiro compromisso da proposta de relação entre Economia e meio ambiente apresentada nesta tese é com justiça social. Neste Capítulo, apresenta-se uma reflexão sobre a possibilidade de esse enfoque especial de justiça ser levado em conta em avaliações econômicas efetuadas no contexto da relação entre Economia e meio ambiente. Considera-se, inicialmente, um conceito de justiça social, para depois passar-se a uma reflexão da ideia mais fundamental de justiça, com base em uma teoria da justiça que ganhou notoriedade nos anos setenta do século XX, em três outras teorias da justiça que a ela se seguiram e em duas contribuições latino-americanas à reflexão sobre o problema da justiça. Em seguida, a essa reflexão busca-se adicionar alguns atributos que, pelas razões então apresentadas, parece serem especialmente importantes quando se pretende, a um tempo, que a ideia de justiça social seja adequadamente concebida em termos substantivos e encontre condições razoáveis de aplicabilidade em contextos de avaliação econômica, em especial diante da relação desta com o meio ambiente. E finaliza-se o Capítulo com a apresentação da ideia de justiça social que é admitida na presente proposta.

4.1 SOBRE A IDEIA DE JUSTIÇA SOCIAL

Justiça social é uma ideia complexa. Aproxima duas outras ideias – as de justiça e de sociedade – fortemente ligadas à essência do pensar, do sentir e do agir. Na ideia de justiça, vê-se a permanente necessidade de os seres humanos avaliarem o modo como se relacionam perante si mesmos e perante os outros, neles incluídos seres de diferentes naturezas, desde o mundo vivo não humano, passando pelos seres humanos e, para as pessoas que não se identificam com o ateísmo, encontrando a expressão maior diante da ideia de Deus. Na ideia de sociedade encontra-se uma multiplicidade de relações entre indivíduos e uma coletividade que, longe de ser homogênea, se caracteriza pela coexistência de diferentes relações: um mesmo indivíduo, que desempenha diferentes papéis sociais e precisa

encontrar, no seu mundo interno, sentido para cada um deles, não pode prescindir também de genuínos aceitação e reconhecimento por parte de alguns outros – de algumas pessoas com quem compartilha, mais proximamente, os resultados de suas ações.

O significado de justiça social pode variar de acordo com diferentes definições, perspectivas e teorias sociais. A maioria das concepções de justiça social referem-se a uma sociedade igualitária que seja baseada nos princípios de equidade e solidariedade, que compreende e valoriza os direitos humanos, e que reconhece a dignidade de cada ser humano (ZAJDA *et al.*, 2006, p. 1; tradução nossa).

Compreender a ideia de justiça social a partir de algumas de suas principais características apresenta-se muito adequado para o propósito desta Seção. Não se objetiva aqui delimitar o conceito, mas sim identificar alguns de seus atributos mais significativos, que possam servir de referência para caracterizar, de modo suficientemente objetivo, o modo como se pretende levar em conta essa ideia, com consequências práticas significativas, no contexto econômico específico anunciado¹¹¹. Acredita-se, assim, que a referência a algumas das qualidades mencionadas na citação que compreende o parágrafo imediatamente anterior – especialmente por serem identificadas como referentes à maioria das concepções de justiça social – é adequada a tal caracterização, razão pela qual passa-se a uma análise delas.

Uma sociedade igualitária manifesta compromisso com que seus cidadãos sejam, de fato, reconhecidos como iguais no sentido de a eles ser assegurado um mesmo tipo de tratamento diante de uma mesma situação. A ideia de equidade remete à de imparcialidade, ou à de direitos iguais a todos, à maneira do que se poderia dizer um corolário da condição de uma sociedade igualitária. Já a ideia de

¹¹¹ É importante observar que a ideia de justiça social é consideravelmente mais ampla – e, diante do compromisso que este trabalho tem com a dignidade da pessoa humana, mais adequada a ser aqui levada em conta – que a ideia de justiça ambiental. Saunier e Meganck, citando McGraw-Hill Online Learning Center (http://highered.mcgraw-hill.com/sites/0070294267/student_view0/glossary), apresentam o conceito de justiça ambiental como “reconhecimento de que o acesso a um meio ambiente limpo, saudável é um direito fundamental de todos os seres humanos” (SAUNIER; MEGANCK, 2009, p. 130; tradução nossa). Também Pffafin e outros consideram justiça ambiental como “o princípio de que todas as pessoas têm o direito a serem protegidas contra poluição ambiental e a receberem uma repartição equitativa de benefícios ambientais” (PFAFFLIN *et al.*, 2008, p. 54; tradução nossa). Por essa razão, fala-se, neste trabalho, de justiça social, e não de justiça ambiental; mesmo que, em um sentido mais amplo, se possa nele utilizar, também, o conceito de justiça socioambiental, para enfatizar que elementos de natureza ambiental recebem destaque no contexto da justiça social. De toda maneira, é a ideia mais ampla de justiça social que, no contexto do presente trabalho, dá a tônica à expressão justiça socioambiental.

solidariedade sugere que pessoas se identificam com outras em razão de compartilharem características comuns, e que, portanto, se importam, em alguma medida relevante, com o bem-estar dessas outras. A identificação com direitos humanos implica o reconhecimento de que determinados valores estão tão fortemente ligados à dignidade das pessoas que devem ser sempre observados: a pluralidade de manifestações culturais não pode impedir, de modo algum, a observância de tais direitos. E a ideia de dignidade, marca por excelência do ser humano, vem confirmar, em definitivo, que os seres humanos, todos eles, merecem sempre como tais serem reconhecidos; e que isso implica a rigorosa observação de um conjunto de direitos humanos, o que faz, por assim dizer, estes assumirem como que condição de corolário daquela. É interessante observar que as quatro ideias guardam afinidades expressivas entre si, o que garante suficiente harmonia à ideia de justiça social que com elas se relaciona.

4.2 TEORIAS DA JUSTIÇA

Nesta Seção, empreende-se uma reflexão acerca de ideias centrais de algumas teorias da justiça, com vistas a identificar de que modo essas ideias podem contribuir para a construção de um conceito de justiça social capaz de realçar o compromisso de levar-se em conta esse atributo no contexto da relação entre Economia e meio ambiente. É importante considerar, inicialmente, que, a rigor, existem diferentes teorias da justiça, cujos enfoques, por vezes, podem ser bastante diferenciados.

Algumas concepções de justiça consideram central o conceito de mérito, enquanto outras não lhe atribuem relevância alguma. Algumas concepções apelam para os direitos humanos inalienáveis, outras para alguma noção de contrato social, e ainda outras para algum padrão de utilidade. Além disso, as teorias conflitantes de justiça que expressam estas concepções opostas também externam discordâncias quanto à relação entre a justiça e outros bens humanos, o tipo de igualdade que a justiça exige, a variedade de transações e de pessoas para as quais as considerações de justiça são relevantes e quanto à possibilidade de um conhecimento sobre a justiça sem um conhecimento da lei de Deus (MacINTYRE, 2001 [1988], p. 11).

A reflexão aqui elaborada adota como ponto de partida a obra *A Theory of Justice*, de John Rawls, publicada originalmente em 1971. Esta obra conseguiu expressivo reconhecimento acadêmico, de modo que mesmo alguns daqueles que, depois de

sua publicação, propuseram novas compreensões do problema da justiça, não deixaram de fazer-lhe referência. Robert Nozick, que alguns anos depois apresentou sua própria versão de teoria da justiça, reconhece a mencionada obra de Rawls na condição de marco histórico, como se pode ver na citação a seguir.

O *A Theory of Justice*¹¹² é um trabalho vigoroso, profundo, sutil, amplo, sistemático sobre filosofia política e moral como nunca se viu igual desde as obras de John Stuart Mill. É uma fonte de ideias esclarecedoras integradas em um belo conjunto. Os filósofos políticos têm agora ou de trabalhar com a teoria de Rawls ou explicar por que não o fazem (NOZICK, 1991 [1974], p. 201-2).

Nesta citação, observa-se o poder de influência que Nozick reconhece na teoria proposta por Rawls, influência que foi percebida também pelo autor de outra versão de teoria de justiça posterior à de Rawls, Amartya K. Sen, cujo trabalho em Economia alcançou expressivo reconhecimento¹¹³. Sen considera que, “[n]a verdade, seria difícil tentar construir hoje [1992] uma teoria da justiça que não fosse fortemente influenciada pela iluminação que a análise profunda e penetrante de Rawls permite” (SEN, 2001 [1992], p. 141).

Nesta Seção, faz-se um estudo das ideias centrais de quatro teorias de justiça: as de John Rawls, de Robert Nozick, de Ronald Dworkin, de Amartya Sen; e também de contribuições de Enrique Dussel e de Enrique Leff ao problema da justiça. A definição destas seis contribuições deve-se ao impacto positivo da mencionada obra de Rawls, e do reconhecimento que as contribuições de Nozick, Sen e Dworkin alcançaram na literatura referente a teorias de justiça¹¹⁴, e também à importância de, no contexto de teorias de justiça, contemplar ao menos duas vertentes que hajam sido propostas em ambiente cultural diverso daquele que caracteriza o mundo anglófono. É certo que o trabalho de propor uma teoria, ou uma alteração em uma teoria já existente, não pode prescindir de uma adequada contextualização: definições rigorosas, delimitações de validade do que se propõe, e justificativa da necessidade ou da conveniência de se observá-la são algumas das

¹¹² Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971 (NOZICK, 1991 [1974], p. 374).

¹¹³ No ano de 1998, a Real Academia de Ciências da Suécia decidiu conceder a Amartya Sen o Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, “por suas contribuições à economia do bem-estar” (THE NOBEL Foundation, 2011b; tradução nossa).

¹¹⁴ Gargarella (2008 [1999]), ao tratar de teorias da justiça surgidas depois da contribuição de Rawls, menciona, entre outras, as contribuições de Nozick, de Sen e de Dworkin (podem ser consultados os capítulos 2, p. 33-62, e 3, p. 63-101, para referências feitas por esse autor ao trabalho de Nozick, e de Dworkin e Sen, respectivamente). Ao ocupar-se do estudo da ética em Economia, Silva (2007, p. 156-77) ao discorrer sobre teorias de justiça, menciona, entre outras, contribuições de Nozick, de Dworkin e de Sen, além da de Rawls.

importantes elaborações que acompanham o enunciado das idéias-chave que sintetizam a contribuição. E uma consulta às obras em que cada um desses seis autores – Rawls, Nozick, Dworkin, Sen, Dussel e Leff – apresentam suas contribuições à teoria da justiça revela que cada uma das propostas se fundamenta em determinado contexto, em que não raro um ou outro elemento ganha maior destaque, ou prioridade, em relação a outros; de modo que qualquer avaliação da validade ou da aplicabilidade de cada uma delas, na condição de teoria da justiça, não pode prescindir de levar em conta essas suas características específicas.

Na presente tese não se objetiva, de modo algum, avaliar mérito de qualquer dessas teorias de justiça nem de contribuições à compreensão do problema da justiça enquanto tais. O que se faz aqui limita-se a considerar ideias de justiça extraídas de obras de autores que teorizaram sobre justiça, com o intuito de verificar se, e, em caso positivo, de que modo, algumas ideias nelas contidas podem contribuir para a caracterização de uma ideia de justiça social substantiva possível de ser aplicada, com razoável objetividade, no contexto da avaliação econômica, em especial quando se considera a relação desta com o meio ambiente. Essas ideias, na análise aqui levada a efeito, valem pelo conteúdo que se pode identificar nos limites dos textos que as apresentam, sem qualquer referência às reais intenções ou motivações que, no contexto próprio de desenvolvimento de cada uma dessas teorias, tenham ou possam ter conduzido cada uma delas à configuração que assumiu, e independentemente das posições político-filosóficas que seus autores, para além do conteúdo das ideias de justiça que apresentam, possam defender.

4.2.1 John Rawls e a justiça como equidade

Em *A Theory of Justice* (Cambridge: Harvard University Press, 1971), o filósofo norte-americano John Bordley Rawls apresenta “a ideia de justiça como equidade, uma teoria da justiça que generaliza e leva a um nível mais alto de abstração o conceito tradicional do contrato social” (RAWLS, 1997 [1971], p. 3). Conquanto sua obra não explicita no título qualificação alguma para a teoria de justiça que apresenta, a ideia de justiça como equidade passou a ser-lhe associada, e a figurar no título de uma reformulação que o autor elaborou e que chegou ao

público no início do século XXI, originalmente em 2002, e que ganhou tradução intitulada *Justiça como Equidade: uma reformulação* (São Paulo: Martins Fontes, 2003).

“Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima – devem ser distribuídos igualitariamente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos” (RAWLS, 1997 [1971], p. 66). Essa afirmação representa uma concepção mais geral de justiça, apresentada por Rawls por ocasião do desenvolvimento de sua teoria da justiça em sua variante original, da qual dois princípios de justiça são casos, por assim dizer, mais específicos¹¹⁵. Conforme anteriormente mencionado, a obra desse autor repercutiu significativamente no meio acadêmico, e Rawls elaborou uma reformulação da proposta de justiça como equidade. Nessa reformulação, o autor revê os dois mencionados princípios de justiça:

[...] façamos uma revisão dos dois princípios de justiça [...]. Eis como os explico agora: / (a) cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais¹¹⁶ que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos; e / (b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades¹¹⁷; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos¹¹⁸ da sociedade (o princípio de diferença). / [...] o primeiro princípio tem precedência sobre o segundo; no mesmo sentido, no segundo princípio, a igualdade equitativa de oportunidades tem precedência sobre o princípio de diferença (RAWLS, 2003 [2002], p. 59-60).

Considerando que a teoria da justiça de Rawls recebeu reformulação, elaborada por seu próprio autor, é sobre a versão atualizada que se fundamenta a análise que dela aqui se faz.

¹¹⁵ Uma vez que, na tradução em português *Uma Teoria da Justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 1997), Rawls apresenta, além dos dois princípios de justiça, essa concepção mais geral, preferiu-se, nesta tese, mencionar esta última àqueles.

¹¹⁶ “[...] as liberdades básicas iguais são, nesse princípio, especificadas pela seguinte lista: liberdade de pensamento e de consciência; liberdades políticas (por exemplo, o direito de votar e de participar da política) e liberdade de associação, bem como os direitos e liberdades especificados pela liberdade e integridade (física e psicológica) da pessoa; e, finalmente, os direitos e liberdades abarcados pelo estado de direito” (RAWLS, 2003 [2002], p. 62).

¹¹⁷ “[...] diz-se que a igualdade equitativa de oportunidades exige não só que cargos públicos e posições sociais estejam abertos no sentido formal, mas que todos tenham uma chance equitativa de ter acesso a eles” (RAWLS, 2003 [2002], p. 61).

¹¹⁸ “Numa sociedade bem ordenada, em que todos os direitos e liberdades básicos iguais dos cidadãos e suas oportunidades equitativas estão garantidos, os menos favorecidos são os que pertencem à classe de renda com expectativas mais baixas” (RAWLS, 2003 [2002], p. 83).

O primeiro princípio, enunciado no item (a), traz como tônica a ideia de igualdade de liberdades básicas entre todas as pessoas, entre as quais chama especial atenção a liberdade de pensamento: ora, ser livre pensador implica, é certo, poder manifestar, livremente, o que se pensa. O problema que surge, aqui, é o de saber se, de fato e de modo consequente, as pessoas podem ser livres para expressar seu pensamento. Para que isso seja possível, é preciso assegurar a cada cidadã e a cada cidadão o mesmo direito à inviolabilidade de palavra que, hoje, é assegurado aos membros do Poder Legislativo brasileiro, em suas respectivas jurisdições. Isto, e apenas isto, atende, verdadeiramente, ao imperativo da liberdade de pensamento; porque, naturalmente, ao falar-se de liberdade de pensamento, não se está querendo dizer que as pessoas sejam livres unicamente para pensarem, em seu mundo interno, sobre o que e como bem entenderem, mas sim que sejam livres também para comunicarem seu pensamento a outras pessoas. O problema – que precisa ser adequadamente solucionado a partir do momento em que a liberdade de pensamento deva ser, de fato, consequente – é que a cultura atual, em certo sentido, inibe a manifestação genuína do pensamento, mesmo quando o que se esteja a considerar seja de interesse público, na medida em que permite que alguém que não esteja de acordo com o que outrem diga possa processar judicialmente este último, alegando, por exemplo, danos morais decorrentes de opiniões que essa pessoa haja expressado. Porque, naturalmente, não se pode ser ingênuo: é evidente que quando alguém vê que outro tem razão no que diz, e que o que por ele é dito colide com seus modos injustos (ou, se for possível dizê-lo, menos justos) de agir em sociedade, isso, em um primeiro momento, pode denunciar publicamente a qualidade de suas intenções, bem como daqueles que, possivelmente vislumbrando algum benefício próprio ao associarem-se a tais intenções, esta pessoa, seguindo um costume que não pode ser chamado de ético, provavelmente não hesitará em lançar mão dos expedientes formais que lhe possibilitem (formalmente) continuar a agir como vem fazendo. Pode ser que recorrer à justiça para resolver divergências seja visto por algumas pessoas como expediente natural. Entretanto é importante considerar, quanto a esta questão, que o ato de ir às portas da justiça formal para resolver uma questão indica, ao menos tacitamente, que as pessoas nela envolvidas não foram capazes de encontrar-lhe solução satisfatória; e isso pode indicar uma ou

ambas das seguintes incapacidades: ou elas não conseguiram encontrar solução adequada no plano da razão (o que pode indicar, por exemplo, falta de conhecimento, ou falta de habilidade racional para, diante do conhecimento que se tem, encontrar uma justa solução para o caso), ou não conseguiram conceber solução adequada no plano do sentimento (o que pode significar, por exemplo, que as pessoas não se trataram, para utilizar um termo empregado por Ronald Dworkin, com “igual consideração e igual respeito”¹¹⁹). Ora, ambas essas incapacidades, a racional e a sentimental, não combinam com a ideia de seres humanos bem formados, de que dá testemunho o próprio fundador da Academia, ao perguntar: “não julgas uma vergonha e um grande sinal de falta de educação ser-se forçado a recorrer a uma justiça importada de outrem, como se eles fossem amos e juízes, por falta de justiça própria?” (PLATÃO, 2000 [século IV a.C.], p. 98). Ademais, uma cultura que não privilegia nem estimula a formação de cidadãos responsáveis e livres provavelmente terá dificuldades para promover a liberdade e integridade (física e psicológica) da pessoa, outra das liberdades básicas postuladas por Rawls. Porque é bastante razoável, se não necessário, admitir que a integridade psicológica requer autoimagem, autoconceito e autoestima equilibrados, e que esses atributos dependem da boa interação com as demais pessoas, nela incluída a liberdade de dizer – educadamente, é claro! – o que convém ser dito em favor da promoção de uma vida coletiva, por assim dizer, mais justa. E isso não pode acontecer de modo adequado quando, antes de manifestar o pensamento no contexto de deliberação acerca de matéria de interesse público, a pessoa precisa ponderar se o que irá dizer poderá colidir com interesses de outros e, como consequência, resultar em imerecidos inconvenientes. É preciso, pois, ter claro que o que se discute, nesta questão, não é menos que a definição de uma sociedade verdadeiramente livre e comprometida com a efetiva vivência de valores que dignificam a existência humana, ou de uma que, em nome de uma estranha espécie de política de não intervenção, desencoraja, por meios formais, uma defesa consequente de tais valores.

O segundo princípio, enunciado no item (b), menciona a igualdade equitativa de oportunidades como uma que, para além da abertura formal de cargos públicos e

¹¹⁹ Na qualidade de teórico do Direito, Dworkin faz menção ao “direito fundamental dos cidadãos a igual consideração e igual respeito” (DWORKIN, 2007 [1977, 1978], p. 426).

de posições sociais, assegure oportunidade equitativa de acesso a todas as pessoas. O modo como se deve interpretar essa questão da oportunidade equitativa é importantíssimo, porque estabelece toda uma racionalidade social. Aqui basta dizer que em uma sociedade republicana¹²⁰, fundamentada em valores que são de toda ela, todos os cidadãos são iguais em dignidade; e qualquer tentativa de estabelecer diferenças entre pessoas, de dizer que determinados grupos sociais são diferentes dos demais em razão de suas próprias características, de um modo que seja impossível a todos e a cada um dos demais cidadãos que não pertençam a esses grupos experimentarem essa mesma qualidade é, por princípio, decididamente incompatível com qualquer ideia de justiça social republicana¹²¹. E mais que isso: pode disseminar na sociedade o espírito do estabelecimento de acordos, ao estilo de trocas, nos quais o argumento decisivo, ou valor primordial, passa a ser o cumprimento dos acordos ao invés de o mérito das matérias em apreço. É importante, nesse sentido, reconhecer a validade de tratamento

¹²⁰ O adjetivo *republicano*, aqui, faz referência a uma comunidade em que, na vida pública, todos os cidadãos gozam da condição, defendida por Dworkin, de igual consideração e de igual respeito; nessa comunidade, à exceção das diferenças de gênero, de idade e de condições de saúde e de portabilidade de necessidade especial, e de significativo isolamento geográfico e cultural, no modo como explicitado nesta Seção, é vedada a prática de concessão de benefícios unicamente a determinados grupos sociais e não a todos. Isso significa, também, que os cargos públicos, e as correspondentes remunerações, estão à disposição de todos os cidadãos que, no período de inscrição ao preenchimento de vaga, reunirem as condições técnicas necessárias para a ele se candidatarem: a decisão quanto a quais deles devem ocupá-los precisa, necessariamente, observar critérios objetivos, previamente divulgados a todos os interessados, e fundamentar-se em conhecimentos e habilidades (objetivos) inerentes às funções desempenhadas.

¹²¹ No presente trabalho, não se dá tratamento – pela razão explicada ao final desta nota de rodapé – ao *difficil* problema da eventual necessidade de reparação de um ato praticado em um passado relativamente remoto. Esse é o caso, por exemplo, de uma situação, aqui considerada hipotética (independentemente de haver ou não registro histórico nesse sentido), em que, antes da Segunda Guerra Mundial e, portanto, antes do estabelecimento da Organização das Nações Unidas, uma nação militarmente bem equipada declarasse guerra a outra cujas forças armadas fossem nitidamente insuficientes para fazer frente à investida da primeira e, por consequência – em um tempo em que não havia ainda o expediente de uma organização internacional com possibilidade de pronunciar-se e, se assim achasse por bem, de intervir em tal conflito –, a segunda visse-se sem condição de defender-se e, assim, obrigada a ceder à dominação alheia. Nesse caso, pode-se argumentar que a rendição da segunda haja ocorrido de modo fortuito, alheio não apenas a sua vontade mas a sua capacidade de reação. Mas pode-se argumentar também que, naquele tempo, o conjunto de valores até então vigentes era tal que a guerra de conquista era vista como prática aceitável, de modo que as nações precisavam estar cientes da eventualidade de, dependendo das circunstâncias, virem a ser conquistadas por outras. Qualifica-se um problema assim de *difficil* sobretudo porquanto o conjunto de valores admitidos como socialmente válidos pode diferir – e não raro diferem – significativamente entre épocas distintas; e não resta claro que avaliar a justiça ou a injustiça de uma ação que haja ocorrido em tempos remotos com base em um sistema de valores que, não obstante hoje esteja em vigência e seja amplamente reconhecido, até então não era observado, seja, ou não seja, o melhor que, hoje, se tem a fazer: por essa razão, não se dá tratamento a esse problema no presente trabalho.

diferenciado unicamente em função de gênero, de idade, de estado de saúde ou de portabilidade de necessidade especial, e de significativo isolamento geográfico e cultural; mas unicamente na estrita medida em que essas condições requeiram tal diferença em razão de estado que demande tratamento especial. Com referência a gênero, enquanto ocorrer um de dois eventos naturais vivenciados unicamente pelas mulheres: a gravidez (na etapa em que ela demanda atenção especial) e a amamentação; quanto a idade, em atenção a determinados eventos diretamente relacionados ao processo de formação de crianças e de adolescentes, e a limitações características das idades mais avançadas; no que se refere a estado de saúde (temporária ou permanentemente debilitada) ou de portabilidade de necessidade especial, porque, em atenção a tal debilidade ou necessidade, cuidados médicos ou odontológicos podem exigir que seja observado tratamento especial, temporária ou permanentemente, dependendo de se a manifestação da debilidade ou necessidade é temporária ou permanente; e quanto ao significativo isolamento geográfico e cultural, por não ser razoável admitir que grupos que não se relacionam culturalmente entre si e que experimentem, um em relação ao outro, significativo isolamento geográfico, tenham condições de conhecer e de observar as regras de convivência social um do outro. Consequentemente, uma pessoa adulta sadia, que não se encontre em situação de significativo isolamento geográfico e cultural em relação à sociedade em que se avalie a possibilidade ou não de admissão de tratamento especial, não portadora de necessidade especial, que não esteja em período de gestação nem de amamentação, e que não se encontre em idade avançada, não pode receber tratamento diferenciado, na qualidade de cidadão, em uma sociedade pautada por princípios republicanos.

O segundo princípio defende também a ideia de que desigualdades sociais e econômicas têm que beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade, em um contexto em que estes menos favorecidos, quando a totalidade dos cidadãos tem garantidos todos os direitos e liberdades básicos iguais e também oportunidades equitativas, são caracterizados por pertencerem à categoria de renda com expectativas mais baixas. Uma vez que a questão referente à existência ou não dessas liberdades básicas iguais foi considerada, no que pareceu mais relevante, na apreciação do primeiro princípio, e a das oportunidades equitativas o foi no

parágrafo imediatamente anterior, passa-se, agora, a avaliar tão somente a questão de as desigualdades sociais e econômicas terem, ou não, que beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade. Certamente a desigualdade de renda assume importância capital no contexto de uma sociedade economicamente organizada, visto que, observados os dispositivos legais e também os valores maiores que dão sentido à vida das pessoas, recursos financeiros servem ao atendimento de praticamente todo tipo de necessidade material. Destarte, é muito importante que uma sociedade interessada no problema da justiça social encaminhe de modo adequado o problema da distribuição de renda entre seus cidadãos, ou entre suas unidades familiares¹²². A exigência de que as desigualdades econômicas beneficiem ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade, quando estes são caracterizados como aqueles que pertencem à categoria de renda mais baixa, traz consigo a ideia de que, dada uma determinada capacidade de produção de uma economia, as desigualdades encontram aceitação somente quando beneficiam ao máximo esses membros. O problema desse benefício máximo, em um primeiro momento, pode ser pensado, do ponto de vista teórico, como um problema de otimização no sentido de minimizar a diferença entre os que conseguem maior e menor renda, desde que, ou enquanto, em tal processo a aproximação entre esses extremos aconteça sempre com ganhos absolutos para os menos favorecidos: teoricamente, quando é observada a condição descrita, esse problema, levado ao limite, encontra sua solução ótima quando as desigualdades chegarem a um centavo a mais para a renda dos mais favorecidos em comparação com a dos menos favorecidos. Entretanto, a proposta de Rawls contenta-se com a situação em que os ganhos dos mais favorecidos possam aumentar se e somente se esse seu aumento implique, necessariamente, em aumento também para os menos favorecidos:

o princípio de diferença exige que por maiores que sejam as desigualdades em termos de renda e riqueza, e por mais que as pessoas queiram trabalhar para ganhar uma parte maior da produção, as desigualdades existentes devem efetivamente beneficiar os menos favorecidos. Caso contrário, as desigualdades não são permissíveis. O nível geral de riqueza da sociedade, incluído o bem-estar dos menos favorecidos, depende de decisões que as pessoas tomam sobre como conduzir suas vidas. A prioridade da liberdade

¹²² Utiliza-se aqui a expressão *unidades familiares*, ao invés de *famílias*, com vistas a destacar que tais unidades podem ser constituídas por um ou por mais de um indivíduo que vive(m) em determinada residência, sem necessidade de haver, no segundo caso, relação de parentesco entre eles.

significa que não podemos ser forçados a nos envolver em trabalhos que sejam altamente produtivos em termos de bens materiais. Que tipo de trabalho as pessoas fazem, e o quanto se empenham nele, é algo que cabe apenas a elas decidir à luz dos vários incentivos que a sociedade oferece. Portanto o que o princípio de diferença exige é que seja qual for o nível geral de riqueza – seja ele alto ou baixo – as desigualdades existentes têm que satisfazer a condição de beneficiar os outros tanto como a nós mesmos. Essa condição revela que mesmo usando a ideia de maximização das expectativas dos menos favorecidos, o princípio da diferença é essencialmente um princípio de reciprocidade (RAWLS, 2003 [2002], p. 90-1).

Do ponto de vista teórico, a proposta parece interessante porque se mostra permanentemente comprometida com a consecução do benefício máximo para os menos favorecidos. Mas é importante considerar que esse máximo benefício pode, ao menos em teoria, estar significativamente aquém do que se poderia considerar uma situação mínima necessária para viver, naquilo que pode depender da utilização de bens materiais, uma vida em condições dignas. O problema de uma sociedade precisar assegurar a todos os seus cidadãos condições de vida digna, no particular que se refere às necessidades materiais, parece não poder prescindir de um adequado encaminhamento de política econômica, no modo como é apresentado na Seção 4.4.2. Antecipa-se, contudo, que a proposta lá apresentada, pelas razões que lhe dão fundamento, difere significativamente da proposta de Rawls por não vincular desigualdades à necessidade de maximização de benefícios da parcela menos favorecida em termos de renda.

4.2.2 Robert Nozick e a justiça em propriedades

Em 1974, o filósofo político norte-americano Robert Nozick publicou *Anarchy, State and Utopia* (Nova Iorque: Basic Books), que ganhou tradução intitulada *Anarquia, Estado e Utopia* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1991). No capítulo 7 dessa obra, que trata de justiça distributiva, o autor apresenta suas considerações sobre o que em tal texto é denominado de teoria da justiça na propriedade, mas que também pode ser chamada de teoria do direito de posse.

Os lineamentos gerais da teoria da justiça na propriedade dizem que as propriedades de uma pessoa são justas, e ela tem direito a elas, se foram observados os princípios de justiça na aquisição e na transferência ou o de reparação de injustiça (da forma especificada pelos dois primeiros princípios). Se as propriedades de cada pessoa são justas, então o conjunto total (distribuição) das propriedades é justo (NOZICK, 1991 [1974], p. 174).

Percebe-se, nessa apresentação, que a proposta de Nozick ocupa-se fortemente com os procedimentos a serem observados nas três instâncias críticas que a teoria destaca – aquisição, transferência e reparação de injustiça. A proposta sugere a ideia de que se esses princípios acontecem sem falhas (ou, sem exceções), a questão da justiça em propriedades está suficientemente bem encaminhada. Em outro documento, o autor faz referência a que a não observância desses princípios poderia significar injustiça, esta também caracterizada por componente procedimental, mas de um modo diferente, motivada pelo tratamento distinto em situações que admitem, em princípio, um único e mesmo procedimento.

Em *Anarchy, State and Utopia* (New York, Basic Books, 1974), capítulo 7, apresentei uma teoria da justiça, a teoria do direito de posse, que [...] não envolvia comparações entre os títulos de pessoas diferentes. Entretanto, isto não é dizer que a máxima formal¹²³ não se aplicaria às propriedades das pessoas que se originam de acordo com os *mesmos* princípios gerais (de justiça na aquisição, transferência e retificação). Daí, até onde essa teoria cabe, além da injustiça de propriedades de alguém não se originando através desses princípios, poderia haver uma injustiça comparativa adicional se propriedades de um outro houvessem-se originado assim (NOZICK, 1991 [1974], p. 125-6, nota de rodapé nº 11; tradução nossa; grifos do autor).

Compreende-se, é certo, a necessidade de segurança jurídica em assuntos referentes a propriedade. Viver bem uma vida supõe, também, construir uma história pessoal e familiar, a qual precisa, também, de recursos materiais para a concretização dos componentes que, uma vez admitidos como válidos na sociedade em que se vive, e desde que não atentem contra a dignidade da pessoa humana, encontram, em princípio, licitude formal suficiente para poderem acontecer. Seria bem desconfortável, ao que se pode imaginar, a experiência de reunir recursos materiais – propriedades, para utilizar o termo empregado por Nozick – sem a segurança de poder empregá-los, seja a própria pessoa, seja seus descendentes, em um tempo futuro. E a natureza das realizações humanas é tal que algumas delas demandam tempo para serem concretizadas, seja em razão de suas próprias características – ser avô, por exemplo, é algo que, quando ainda não se têm filhos, necessariamente demanda vários anos para acontecer, além de depender, é claro, da vontade de outras pessoas –, seja em razão da necessidade de se reunirem recursos financeiros com os quais se possa adquirir um conjunto de elementos

¹²³ “Tem sido defendido ser uma máxima da justiça (formal) que casos semelhantes devem ser decididos da mesma maneira; esta máxima geral deixa em aberto que semelhanças são as relevantes” (NOZICK, 1991 [1974], p. 125).

materiais suficientes para sua realização. E mais que isso, é importante considerar que, no plano das aquisições materiais, não há como buscar realizar uma delas sem que se dedique consequente atenção a um conjunto de outras, estas também requerendo, pelo menos, um padrão de referência mínimo para que possam acontecer de modo satisfatório ou, no limite inferior admissível, digno. Assim, uma defesa da necessidade de uma pessoa poder utilizar, para fins lícitos, daquilo que tenha acumulado ao longo do tempo, quando se tem em conta as razões que neste parágrafo têm sido expostas, mostra-se bastante razoável.

A questão da destinação de tratamento análogo a situações que, com o amparo de uma razoabilidade sensível aos elementos relevantes nos casos em comparação, possam ser consideradas análogas normalmente encontra acolhida por parte do senso de justiça das pessoas, no componente procedimental desse senso de justiça. E a máxima formal mencionada por Nozick, em princípio, pode contribuir para a construção e para a manutenção de uma sociedade em que todos são tratados da mesma maneira diante de situações que, observada a relevância dos elementos que a compõem, possam ser consideradas análogas. Entretanto, é preciso ter em conta que o problema de invocar tratamento análogo ou idêntico a duas ou mais situações normalmente se faz acompanhar de pelo menos dois problemas, um de natureza procedimental, outro de natureza substantiva. O de natureza procedimental ocorre diante da necessidade de reconhecimento de suficiente semelhança (ou diferença) entre os elementos com base nos quais se efetua a comparação das situações, a qual remete à questão primeira de identificar com base em que elementos devam elas ser comparadas. E o de natureza substantiva ocupa-se com a adequação ou não de, diante de tal situação, continuar-se a adotar o conjunto de procedimentos que têm sido adotados; porque pode acontecer que, em função de experiências anteriores, haja necessidade ou conveniência de rever-se o procedimento a ser adotado em determinado caso. Certamente esse segundo problema pode encontrar solução por meio da revisão dos dispositivos legais que regulem a matéria em questão: mas até que tal mudança venha a ser formalmente implementada, pode existir um intervalo significativo no qual decisões relevantes para as vidas das pessoas estejam sendo tomadas em conformidade com regras que reconhecidamente precisam ser revistas. Esses dois

tipos de problemas podem decorrer da mera adoção de tal máxima formal, o que evidencia que sua adoção não pode prescindir de cuidadosa análise prévia.

Outro questionamento que, no contexto da proposta de Nozick, pode ser apresentado diz respeito à justiça ou não de alguém, que tenha lícitamente amealhado direitos ou propriedades, poder deles usufruir sem objeção de consciência uma vez que outras pessoas, na sociedade em que ele ou ela vive, vivem em condições de severa privação de bens materiais; questionamento este que admite, ao menos, dois enfoques. O primeiro refere-se à necessidade ou não de a sociedade estabelecer critérios de distribuição compulsória de renda, diante do argumento de que algo precisa ser feito em benefício dos menos favorecidos que – pode-se argumentar – de outro modo não encontram condições para, sem auxílio, alcançarem o limiar de uma vida digna. Esse argumento questiona se, de fato, as propriedades e direitos lícitamente conseguidos por uma pessoa são de fato seus, no sentido de ser-lhe assegurado usufruir, no tempo presente ou no futuro, daquilo que tenha assim reunido; ou se, diante da existência, na sociedade em questão, de pessoas vivendo em condições que comprometem a ideia de uma vida digna, é lícito que essa mesma sociedade compulsoriamente se aproprie de parte dos bens daqueles que possuem mais para atender aos que possuem menos. Já o segundo, conquanto semelhante ao anterior, vê a questão não do ponto de vista da atitude distributiva compulsória que se deva ou não adotar, mas a partir do bem ou do mal-estar psicológico que pode ser experimentado pelas pessoas que, em uma sociedade com acentuadas desigualdades referentes a bens materiais, sabem da condição de vida das pessoas materialmente menos favorecidas. Esse segundo argumento questiona a legitimidade, ou mesmo a possibilidade, do uso tranquilo, ou confortável, que uma pessoa possa fazer, no presente ou no futuro, dos direitos ou propriedades que tenha conseguido, lícitamente, durante sua vida até o momento em questão: porque, naturalmente, a não existência de exigência legal de distribuição compulsória não assegura, é certo, que as pessoas que detêm conjuntos de bens expressivamente maiores ou melhores que, por exemplo, uma ideia de patrimônio médio que se possa conceber para tal sociedade estarão isentas da sensação de um significativo mal-estar por saber que outras pessoas estão em condições materiais lamentáveis. Alguém poderia argumentar que, se isso

acontecer, cabe a quem experimenta esse mal-estar decidir de que modo deseja atenuar o efeito indesejável das desigualdades por sua própria iniciativa, sem que, com isso, aqueles que, conquanto possuam um conjunto de bens semelhante, ou mesmo maior ou melhor, que o de tal pessoa, se sintam constrangidos a contribuírem em um eventual processo de distribuição de renda, que poderia resultar motivado pelo incômodo experimentado por quem tenha sentido tal mal-estar. Mas é importante considerar, também, se a atuação individual, em situações como essas, consegue de fato reduzir o problema da desigualdade, ou se a tal pessoa não restará mais que uma tentativa de conformismo diante da impotência para solucionar o problema: é certo que um auxílio material a uma pessoa ou família que dele esteja realmente necessitada tem seu valor; mas parece que esse tipo de iniciativa individual, mesmo que levada a efeito por meio da soma de esforços de alguns poucos interessados, em considerável número de casos reais, se não mesmo na maioria deles, não consegue resolver, efetivamente, o problema motivador da ação, que é a existência das desigualdades que chegam a impedir, naquilo que se refere a condições materiais, que todas as pessoas tenham condições dignas¹²⁴ de vida. Ademais, uma teoria de justiça fundamentada unicamente em que a aquisição e a transferência de bens aconteça de modo formalmente lícito, e que remete a necessidade de reparação de injustiças a esse mesmo mecanismo de licitude formal¹²⁵, não parece muito fértil em termos de promover uma realidade social

¹²⁴ No que se refere a dignidade, é muito importante considerar, aqui, que a ideia de uma vida digna assume ao menos duas conotações distintas. A primeira refere-se ao modo como a pessoa reage diante das diferentes situações da vida; a segunda, às condições materiais em que a pessoa vive. Nas considerações que são feitas neste trabalho a partir da mencionada proposta teórica de Nozick, a ideia de vida digna que está sendo considerada, e de possibilidade de privação dessa vida digna, refere-se única e expressamente à segunda dessas conotações, que é aquela diretamente relacionada às condições materiais, as quais se vinculam fortemente às ideias de propriedade e de direito de posse, que ganham destaque em tal proposta teórica.

¹²⁵ A iniciativa de reparação é também considerada por Nozick. "Idealizando talvez em excesso, vamos supor que a investigação teórica produz um princípio de reparação. Esse princípio utiliza informações históricas a respeito de situações anteriores e de injustiças nelas praticadas (de forma definida pelos dois primeiros princípios de justiça e os direitos contra interferência) e informações sobre o curso real dos fatos que derivaram dessas injustiças até o presente, e produz uma descrição (ou descrições) das propriedades na sociedade. O princípio de reparação presumivelmente fará uso de sua melhor estimativa das informações subjuntivas sobre o que teria ocorrido (ou uma distribuição de probabilidades sobre o que poderia ter ocorrido, usando o valor esperado), se a injustiça não tivesse sido praticada. Se a descrição real das propriedades acabar por não ser uma das descrições produzidas pelo princípio, então uma das descrições produzidas deve ser realizada" (NOZICK, 1991 [1974], p. 173-4). "Se o princípio de reparação de violações dos dois princípios produz mais do que uma descrição das propriedades, então alguma escolha terá que ser feita sobre qual delas deve ser adotada. Talvez o tipo de considerações sobre justiça distributiva e igualdade, contra as quais eu argumento, desempenhe um papel legítimo *nesta*

efetivamente comprometida com a superação das condições de vida que podem ser qualificadas como materialmente degradantes: e é difícil conceber que o problema da justiça social, ou mesmo o da justiça distributiva, possa estar satisfatoriamente encaminhado por meio da adoção de uma proposta teórica quando nela não se percebem elementos que acenem de modo efetivamente promissor no sentido da construção e da manutenção de uma sociedade que haja superado essas indesejáveis desigualdades.

4.2.3 Ronald Dworkin e a igualdade de recursos

As ideias do filósofo norte-americano Ronald Myles Dworkin mais diretamente relacionadas ao problema da justiça, em sua variante distributiva, estão reunidas em uma coletânea de textos do autor, publicada em 2000, intitulada *Sovereign Virtue: the Theory and Practice of Equality* (Cambridge: Harvard University Press), a qual ganhou tradução intitulada *A Virtude Soberana: a teoria e a prática da igualdade* (São Paulo: Martins Fontes, 2005). “Em seus primeiros poucos capítulos teóricos, e em vários dos mais práticos posteriores, o livro [*Sovereign Virtue*] define e defende uma teoria de justiça distributiva que tem vindo a ser chamada de ‘igualdade de recursos’” (DWORKIN, 2000, p. 106; tradução nossa). A ideia de igualdade, em especial de igualdade de recursos, ocupa lugar central na teoria de Dworkin.

A igualdade de recursos¹²⁶ [...] oferece uma definição de igualdade distributiva imediata e obviamente sensível ao caráter especial e à importância da liberdade. Ela faz com que a distribuição igualitária não dependa exclusivamente dos resultados que possam ser avaliados de

escolha subsidiária. Analogamente pode haver algum espaço para essas considerações, quando se decide que aspectos, de outra maneira arbitrários, uma lei incluirá, quando tais aspectos são inevitáveis porque outras considerações não especificam uma linha precisa, linha que, não obstante, deve ser traçada” (Idem, p. 248, nota (b); grifo do autor).

¹²⁶ “Admitirei, para esse fim, que a igualdade de recursos é uma questão de igualdade de quaisquer recursos que os indivíduos possuam privadamente. A igualdade de poder político, inclusive a igualdade de poder sobre recursos públicos ou privados é, portanto, tratada como outra questão, a ser discutida em uma outra ocasião. Essa diferença é, evidentemente, arbitrária por muitos motivos. Do ponto de vista de qualquer teoria econômica avançada, o comando de um indivíduo sobre recursos públicos faz parte de seus recursos privados. Quem tem poder de influência sobre decisões públicas acerca da qualidade do ar que respira, por exemplo, é mais rico do que quem não tem. Assim, uma teoria geral da igualdade deve procurar um meio de integrar recursos privados e poder político” (DWORKIN, 2005 [1981], p. 79). A profissão de uma pessoa integra o conceito de recursos: Dworkin menciona “o pacote de recursos, entre elas a ocupação” (Idem, p. 115).

maneira direta, como preferência-satisfação, mas em¹²⁷ um processo de decisões coordenadas no qual as pessoas que assumem responsabilidade por suas próprias aspirações e projetos, e que aceitam, como parte dessa responsabilidade, que pertencem a uma comunidade de igual consideração¹²⁸, possam identificar o verdadeiro preço de seus planos para as outras pessoas e, assim, elaborar e reelaborar esses planos de modo que utilizem somente sua justa parcela dos recursos em princípio disponíveis para todos. Se uma sociedade real vai aproximar-se da igualdade de recursos depende, então, da adequação do processo de discussão e escolha que oferece para essa finalidade. É necessário um grau substancial de liberdade para que tal processo seja adequado, pois o verdadeiro preço para outrem de uma pessoa ter algum recurso ou oportunidade só pode ser descoberto quando as aspirações e as convicções das pessoas são autênticas e suas opções e decisões bem-adaptadas a essas aspirações e convicções. Nada disso é possível sem ampla liberdade. Portanto, a liberdade é necessária à igualdade, segundo essa concepção de igualdade, não na duvidosa e frágil hipótese de que as pessoas realmente dão mais valor às liberdades importantes do que aos outros recursos, mas porque a liberdade, quer as pessoas lhe deem ou não mais valor do que a todo o resto, é essencial a qualquer processo no qual a igualdade seja definida e garantida. Isso não transforma a liberdade em instrumento da igualdade distributiva mais do que esta em instrumento da liberdade: as duas ideias, pelo contrário, fundem-se em uma tese mais completa sobre quando a lei que governa a distribuição e o uso dos recursos trata a todos com igual consideração (DWORKIN, 2005 [1987], p. 160-1).

¹²⁷ No texto original, em língua inglesa, lê-se: “[...] *It makes an equal distribution depend not on a bare outcome that can be measured directly, like preference-satisfaction, but on a process of coordinated decisions in which people who take responsibility for their own ambitions and projects, and who accept, as part of that responsibility, that they belong to a community of equal concern, are able to identify the true costs of their own plans to other people, and so design and redesign these plans so as to use only their fair share of resources in principle available to all.* [...]” (DWORKIN, 2000, p. 122). A palavra *on* parece melhor traduzida para o português por *de*, em razão da regência do verbo *depend*.

¹²⁸ O conteúdo da citação a seguir autoriza a concluir que Dworkin considera o problema da igual consideração em uma perspectiva relativamente ampla de comunidade. Ele considera que “nenhum governo é legítimo a menos que demonstre igual consideração pelo destino de todos os cidadãos sobre os quais afirma seu domínio e aos quais reivindique fidelidade. A consideração igualitária é a virtude soberana da comunidade política – sem ela o governo não passa de tirania – e quando as riquezas da nação são distribuídas de maneira muito desigual [...], então sua igual consideração é suspeita, pois a distribuição das riquezas é produto de uma ordem jurídica: a riqueza do cidadão depende muito das leis promulgadas em sua comunidade – não só as leis que governam a propriedade, mas suas leis de previdência social, fiscais, de direitos políticos, de regulamentação ambiental e de praticamente tudo o mais” (DWORKIN, 2005 [2000], p. ix-x). O autor esclarece: “[...] devo deixar claro que não acredito (como os utilitaristas e outros filósofos) que temos o dever pessoal de mostrar igual consideração a todos em tudo que fazemos. Eu tenho o direito de favorecer meus filhos em relação aos seus, não porque eles sejam em qualquer sentido mais importantes sob uma perspectiva impessoal, mas porque são os meus filhos. Mas há um limite para o favoritismo que posso mostrar” (DWORKIN, 2007 [2006], p. 240). E considera também que “[...] importamo-nos muito mais com algumas pessoas que com outras, com nós mesmos e nossas famílias e amigos, por exemplo, e algumas vezes com nossa comunidade étnica ou nossos compatriotas, e consideramos sua sorte como de consequência muito maior ao decidir como agir. Isto não é, devo enfatizar, somente como somos. É como queremos ser, a perspectiva pessoal que achamos correta, a ética que admiramos. Não nos arrependemos de nosso compromisso pessoal e parcialidade e engajamento, nem lutamos para superar estes como sinais de fraqueza. Pelo contrário acreditamo-nos humanos e apropriados” (DWORKIN, 1995, p. 201; tradução nossa).

Uma análise da igualdade de recursos desenvolvida por Dworkin, no modo como descrita nesta citação¹²⁹, mostra que ela depende de as pessoas assumirem “responsabilidade por suas próprias aspirações e projetos” e aceitarem “como parte dessa responsabilidade, que pertencem a uma comunidade de igual consideração”. Sua validade, portanto, fica restrita ao território simbólico definido pelas pessoas que voluntariamente aderem a essas duas condições. A proposta encerra uma ética, a um tempo individual e coletiva, que estabelece a disponibilidade dos recursos, em princípio, a todos, de modo que o uso que cada um pode deles fazer precisa encontrar justificação perante tal ética. Admite que as pessoas são responsáveis por buscarem a realização do que lhes seja, a seu ver, importante, mas precisam avaliar os custos que suas decisões individuais exercem sobre outras pessoas, já que uma parte não negligenciável de sua responsabilidade consiste em reconhecerem que pertencem a uma comunidade de pessoas que, em certa maneira consequente, devem ser tratadas com igual consideração. E tudo isso em um ambiente de ampla liberdade, reconhecida como necessária seja para a adequada identificação dos mencionados custos, seja como garantia da igualdade. Da ideia de que os recursos, em princípio, estão disponíveis a todos, decorre outra, a da “justa parcela dos recursos” que cada pessoa pode utilizar. A proposta é complexa: pretende que uma teoria da justiça, em sua especialidade distributiva, seja estabelecida em torno de, ou com base em, ideias como liberdade, igualdade, responsabilidade e consideração. É importante, pois, analisar ao menos algumas das consequências decorrentes da aproximação entre elas.

No que se refere mais diretamente ao binômio responsabilidade e igual consideração, a ideia de decisões coordenadas em um contexto em que as pessoas são responsáveis por seus próprios interesses e aceitam sua condição de partícipes em uma coletividade, podendo identificar os custos de seus planos nos dos demais e, *assim*, elaborando e *reelaborando* seus planos de modo a utilizarem *somente* sua

¹²⁹ Enquanto as teorias da justiça de Rawls e de Nozick são brevemente apresentadas, nas respectivas obras em que são desenvolvidas, em termos relativamente objetivos – a de Rawls no modo como são enunciados os dois princípios de justiça, e a de Nozick por meio das ideias de justiça na aquisição, de justiça na transferência e reparação de injustiças (observando, nesta, os dois primeiros princípios) –, no trabalho de Dworkin é bem mais difícil – se possível o for – encontrar uma síntese textual capaz de representar sua proposta de modo suficientemente completo. Tendo em vista o método de trabalho empregado nesta Seção 4.2, que toma por base ideias definidoras de teorias da justiça no modo como são textualmente apresentadas por seus respectivos autores, julgou-se acertado fazê-lo, no que diz respeito à mencionada proposta da igualdade de recursos, com base nas ideias expressas na referida citação.

parcela justa de recursos que estão, *em princípio*, disponível a todos, não deixa margem para equívoco: a proposta da igualdade de recursos é decididamente comprometida com uma ideia de bem comum que tem primazia em relação aos projetos individuais (no sentido de que estes somente podem ser levados a efeito observando aquela). Não há, em tal teoria, margem suficiente para a partir dela conceber uma interpretação que autorize um comportamento indiferente, ou que não resulte em compromisso frutífero, no que se refere à situação das demais pessoas, mais que merecedoras, titulares de igual consideração: as palavras em destaque no primeiro período deste parágrafo mostram bem isso. É possível elaborar um argumento em contrário, com base na afirmação de que *poder* identificar tais custos não é o mesmo que *dever* identificá-los e que, por essa razão, a substância da proposta autoriza um comprometimento menor, ou mesmo facultativo, das ações das pessoas com a situação das demais, tanto mais quanto esse autor, ao propô-la, defende, de certo modo, uma liberdade ampla. Entretanto, uma consulta ao texto original em língua inglesa revela que, na proposta, a ação de elaborar e reelaborar os planos – em função da capacidade de identificar os custos verdadeiros dos próprios planos para as outras pessoas, do compromisso com utilizar somente a parcela justa dos recursos, e também, pode-se dizer, de que as pessoas aceitam, como parte de sua responsabilidade, que pertencem a uma comunidade de igual consideração – mais do que poder acontecer, *acontece*¹³⁰. Ademais, uma vez que a proposta da igualdade de recursos, conforme vista no início do parágrafo imediatamente anterior, depende de as pessoas aceitarem, como parte de sua responsabilidade, “que pertencem a uma comunidade de igual consideração”, um

¹³⁰ Veja-se a transcrição do texto original feita na nota de rodapé nº 127. A parte que pode auxiliar a decidir sobre a validade ou não do mencionado argumento em contrário admite a tradução livre seguinte: “[...] as pessoas [...] são capazes de identificar os custos verdadeiros de seus próprios planos para outras pessoas, e assim elaboram e reelaboram estes planos de modo a usar somente sua parcela justa de recursos em princípio disponíveis a todos”. A ideia de que as pessoas *elaboram* e *reelaboram* seus planos de modo a usar somente sua parcela justa de recursos em princípio disponíveis a todos, diferentemente da de que elas *possam elaborá-los* e *reelaborá-los*, faz aqui diferença decisiva: esta última admite, ainda que implicitamente, a possibilidade de as pessoas não o fazerem. Talvez alguém prefira defender a posição de tal argumento em contrário, com base no verbo *poder* que figura na citação que, a menos de quando se faz referência expressa ao texto em língua inglesa, vale para as considerações feitas neste trabalho: respeita-se, naturalmente, essa preferência, na proporção em que respeito não exige concordância. Mesmo respeitando tal ponto de vista, e o raciocínio que pode dele derivar, é necessário que, no desenvolvimento de uma tese, seja mantido o compromisso de adotar como válida sempre a melhor interpretação, compreendendo-se como melhor aquela que, amparada por uma lógica corretamente empregada, esteja fundamentada nas premissas substanciais que se acredita serem as mais adequadas ao caso em estudo.

efetivo compromisso com o bem-estar das pessoas que compõem tal comunidade, que deriva dessa consideração igual, não pode prescindir – se não no plano formal, ao menos no substancial – de ações consequentes e coerentes nesse sentido.

Chama especial atenção a ideia de a liberdade ser necessária à igualdade, por ser a primeira “essencial a qualquer processo no qual a igualdade seja definida e garantida”. Com efeito, se por definição dessa igualdade compreende-se não apenas uma delimitação conceitual, mas também o estabelecimento, em contextos da vida real, de comportamentos coerentes com tal conceito; e se reconhece-se – como é razoável fazê-lo – que a igualdade definida deve permanecer – ou, estar garantida – por prazo indeterminado, na vida de determinada comunidade, fica evidente que não se pode prescindir de genuína liberdade no processo que promove tal igualdade. Porque tal valor – a liberdade –, ao lado de outros como a vida, o amor e a dignidade, é seguramente dos mais caros à existência humana, e dispõe, por essa razão, de merecida condição privilegiada no conjunto dos valores. Daí não ser razoável acreditar que um processo que vise a promover efetivo estabelecimento de igualdade venha a ter êxito quando as pessoas que, ao menos inicialmente, dele participam sentem-se privadas de uma liberdade que julguem merecer. Essa é, pois, uma razão suficiente para mostrar que a liberdade é, ao menos nesse importante sentido, condição necessária ao estabelecimento da igualdade, pelo menos de uma igualdade que se queira permanente.

Em outro momento na exposição teórica da igualdade de recursos, Dworkin faz menção a “um programa de tributação criado com tradução prática de um mercado hipotético de seguros, que presume bens iniciais iguais e riscos iguais” (DWORKIN, 2005 [1981], p. 132-133). De fato, uma das etapas do desenvolvimento teórico da igualdade de recursos discorre sobre a concepção de um mercado hipotético de seguros. Essa etapa de elaboração da teoria não seria aqui mencionada – como não o são as demais, visto que o interesse, nesta Seção, é pelas ideias que fundamentam as teorias da justiça no modo como são textualmente apresentadas, e não pelo modo como elas tenham sido teoricamente desenvolvidas – não fosse a implicação teórica e prática decorrente da associação de tal mercado com o referido programa de tributação, uma vez que, por razões ainda a serem apresentadas neste Capítulo, defende-se que, em princípio¹³¹, não se pode

¹³¹ Diz-se em princípio porque, ao menos em teoria, pode-se conceber que uma comunidade cujo

prescindir de uma adequada política fiscal – ou de procedimentos à maneira dessa qualidade de política econômica – capaz de dar suporte ao encaminhamento do problema da justiça social, que se pretende possa ser levado em conta nas avaliações econômicas efetuadas no contexto da relação entre Economia e meio ambiente¹³². Apresentam-se, a seguir, algumas considerações sobre a ideia desse mercado hipotético, especialmente importantes no que se refere a sua conexão com o mencionado programa de tributação.

O argumento do mercado hipotético de seguros [...] contrasta dois mundos entre si. No primeiro, aqueles que estão em posição relativamente desvantajosa devido aos gostos e às ambições de outrem, *vis-à-vis* seus próprios talentos para produzir, são conhecidos antecipadamente e arcam com todas as consequências de tal desvantagem. No segundo, mantém-se o mesmo padrão de desvantagem relativa, mas todos têm, subjetivamente, uma oportunidade antecedente simétrica de sofrê-la e, assim, todos têm as mesmas oportunidades de mitigar a desvantagem fazendo seguro contra ela. O argumento presume que a igualdade prefere o segundo mundo, porque é um mundo no qual os recursos do talento estão, em um sentido importante, mais igualmente divididos (DWORKIN, 2005 [1981], p. 138).

Um mercado hipotético de seguros em um contexto de proposição de uma teoria da justiça precisa, naturalmente, encaminhar de modo adequado a questão do pagamento dos prêmios. Uma vez que existem, no cenário considerado, pessoas que se encontram em situações marcadamente distintas em comparação com outras, não seria razoável – nem justo – que o valor dos prêmios devesse ser igual a todos. Essa necessidade de cobrança diferenciada é levada em conta por Dworkin.

Imaginemos que as companhias de seguros oferecessem, no lugar de um prêmio fixo para determinada cobertura [...] um prêmio definido como percentual crescente da renda que o portador da apólice venha a receber. O prêmio de quem mal consegue atingir a quantia da cobertura média seria inferior ao prêmio que o mercado de seguros teria determinado com base em uma taxa fixa, embora o prêmio àquele que recebesse muito mais fosse bem maior. As companhias de seguro teriam razão para oferecer esse esquema diferente se o total de prêmios pagos fosse maior, e os [...] que comprassem seguro teriam razão para aceitá-lo se a mudança aumentasse seu bem-estar esperado sob as condições de riscos iguais que estipulamos¹³³. Já que presumimos o decréscimo da utilidade marginal do

número de pessoas seja relativamente pequeno e que experimente relações de proximidade e de afinidade de interesses e ou de motivações possa prescindir de tal política, ou de tais procedimentos.

¹³² Na Seção 4.4.2, especialmente no que se refere a comunidades em que as pessoas não mantêm, com todas as demais, relações de proximidade, argumenta-se favoravelmente ao estabelecimento de mecanismos de arrecadação coletiva compulsória, à maneira de tributação, com vistas a assegurar um padrão mínimo de vida em comunidade, a ser disponibilizado, de fato, a *todos* os membros de uma coletividade, por encontrarem fundamento na irrenunciável dignidade da pessoa humana.

¹³³ “Suponhamos que exista um seguro [...], com qualquer nível de cobertura que o segurado resolva comprar. E imaginemos também que duas pessoas [...] corram [...] riscos iguais [...], e saibam

dinheiro na faixa em questão, como parte das hipóteses sobre as quais especulamos que o seguro seria comprado, essas condições serão atendidas (DWORKIN, 2005 [1981], p. 130).

É precisamente nesse particular que a “tradução prática do mercado hipotético de seguros” em um programa de tributação ganha a importância especial que nesta tese nela se reconhece. À medida que se passa da ideia do mercado hipotético para a do programa de tributação, se é admitido – como a ideia de tradução prática autoriza a pensar – que as condições estabelecidas no primeiro e que encontram possibilidade lógica de permanecerem no segundo de fato sejam neste mantidas, pode-se falar de um programa de tributação em que as pessoas contribuem na medida de suas possibilidades e cujo benefício se estende a todos; mas é importante observar que, nessa transposição, existem dois pontos que merecem atenção. O primeiro refere-se a que, em um contexto de mercado hipotético de seguros, a lógica seria expressa por meio de algo como “pago mais para poder receber mais, no caso de precisar do benefício do seguro”, e quando se passa da ideia de seguros livremente contratados para a de um programa de tributação, é razoável, ao menos em um primeiro momento, questionar se, de fato, aqueles que a quem caberia pagar tributo em valor maior estariam de acordo com a proposta de tributação progressiva; e o segundo diz respeito a que existe, de fato, uma diferença muito grande entre decidir, livremente, participar de algo e ser obrigado a fazê-lo. Essas duas diferenças são, por certo, importantes: e talvez o sejam ao ponto de comprometer, ao menos no plano da elegância, o uso da metáfora do mercado hipotético de seguros. Não obstante, o recurso à tributação – no modo como considerado na Seção 4.4.2 – apresenta-se como interessante, se não mesmo como necessário, à objetivação de uma justiça social substantiva efetivamente comprometida com a necessidade de todas as pessoas de uma coletividade viverem de modo digno.

Ainda sobre a proposta da igualdade de recursos, cabe destacar a conexão entre responsabilidade e ética, que seu autor reconhece nos termos seguintes.

As teorias sensíveis à ética (ou “contínuas”) brotam de nossa vida interna porque fundamentam os juízos acerca da justiça ou da injustiça de qualquer

disso” (DWORKIN, 2005 [1981], p. 95). O exemplo apresentado por Dworkin faz referência a uma situação bastante trágica para a experiência humana, razão pela qual omitiram-se, aqui, os trechos que a ela fazem menção específica; o objetivo, nesta nota, é apenas mostrar que, de fato, em trecho anterior da obra é mencionada a condição de que as pessoas, no contexto do seguro, corram riscos iguais.

distribuição de recursos impessoais, nas atribuições de responsabilidades extraídas da ética – atribuições que distinguem entre escolha e circunstância da maneira que acabo de descrever¹³⁴. A teoria da justiça distributiva que defendo neste livro – a igualdade de recursos – é contínua. Almeja tornar os recursos impessoais sensíveis às escolhas, porém insensíveis às circunstâncias (DWORKIN, 2005 [2000], p. 456).

O reconhecimento expresso de que uma pessoa possa ser, em termos éticos, responsável por escolhas e não por circunstâncias – ambas no modo como caracterizadas na proposta – acarreta a necessidade de decidir como deve a coletividade agir diante dos efeitos decorrentes destas últimas. De maneira objetiva, e em um nível mais geral, a comunidade que se mostra sensível a uma ideia de justiça precisa decidir de que modo deve atuar, coletivamente, no sentido de buscar mitigar males decorrentes de fatores – no modo como a igualdade de recursos admite a ideia – circunstanciais. Ademais, é necessário considerar que, em assuntos de ética, não cabe a possibilidade de ação facultativa: não quando se esteja a considerar a questão ao amparo de uma concepção substantiva de justiça que observe a dignidade da pessoa humana como valor essencial.

Em suma: uma análise de conteúdo das citações aqui analisadas referentes à teoria da justiça distributiva da igualdade de recursos proposta por Dworkin permite identificá-la como decididamente comprometida com uma postura coletiva na qual, no contexto da vida não privada, as pessoas se reconhecem, umas em relação às outras, com igual consideração, ao ponto de o uso que uma pessoa possa fazer dos recursos, que em princípio estão à disposição de todos, precisar observar, naquilo que seja razoavelmente exequível de um ponto de vista operacional, o impacto dos projetos e ações individuais sobre as demais. E para que

¹³⁴ Pouco antes, no texto, Dworkin apresenta a consideração seguinte. “O destino das pessoas é decidido por suas escolhas e circunstâncias. As escolhas expressam sua personalidade, que também tem dois ingredientes principais: aspiração e caráter. Falo de aspiração em sentido bem amplo. As aspirações são os gostos, as preferências e as convicções, bem como seu plano geral de vida: as aspirações fornecem os motivos ou as razões para fazer determinada escolha, e não outra. O caráter consiste nas características da personalidade que não oferecem motivações, porém afetam a tentativa de realização das aspirações: entre essas aspirações figuram dedicação, energia, diligência, obstinação e capacidade de trabalhar agora em troca de recompensas em um futuro distante; cada uma dessas qualidades pode ser, para qualquer pessoa, positiva ou negativa. As circunstâncias consistem nos recursos pessoais e impessoais de que a pessoa dispõe. Os recursos pessoais são a saúde e a capacidade física e mental – o estado geral dessas capacidades, inclusive o talento para a riqueza, isto é, a capacidade inata de produzir bens ou serviços pelos quais as pessoas queiram pagar. Os recursos impessoais são os que possam ser transferidos de uma pessoa para outra – a riqueza e outros bens materiais que possua, e as oportunidades que lhe são oferecidas, segundo o sistema jurídico, para o uso de tais bens” (DWORKIN, 2005 [2000], p. 454-5).

tal tratamento igualitário encontre possibilidade real de existência, apresenta elementos que sugerem a instituição de um programa de tributação, destinado a assegurar que eventuais reveses decorrentes de circunstâncias pelas quais a pessoa não seja eticamente responsável sejam, ao menos em alguma medida significativa, efetivamente remediados.

4.2.4 Amartya Sen e a ênfase nas liberdades substantivas reais

Em um artigo intitulado *Justice: means versus freedoms*, publicado em 1990 no periódico *Philosophy and Public Affairs* (Princeton and Woodstock: Wiley), o economista indiano Amartya Kumar Sen apresenta o que poderia ser considerado uma síntese de sua teoria de justiça.

Mais positivamente, argumento que uma teoria de justiça baseada em equidade deve estar profunda e diretamente interessada nas *liberdades substantivas*¹³⁵ *reais* [*actual freedoms*] desfrutadas por diferentes pessoas – pessoas com objetivos possivelmente divergentes – para levarem vidas diferentes que elas possam ter razão para valorizar (SEN, 1990, p. 112; tradução nossa; grifo do autor).

Sen ocupa-se com o problema da justiça fundamentada em equidade, ideia que, conforme anteriormente mencionado, remete à de direitos iguais a todos e à de imparcialidade. A proposta do autor sugere, assim, que a substância desses direitos guarde compromisso com que as pessoas tenham, realmente, capacidade de realizarem aquilo que, no contexto de suas próprias vidas, lhes seja razoável valorizar. A questão da razoabilidade não deve passar aqui desapercibida: Sen se refere a vidas que as pessoas “possam ter razão” para valorizar. Tendo-se em conta que, quando uma ideia ganha forma por meio de um enunciado, é bom procedimento considerar o valor de todos os seus componentes – no sentido de serem, todos eles, necessários à adequada compreensão da ideia –, observa-se que a proposta faz menção às vidas diferentes que as pessoas possam ter razão para valorizar. O problema de apresentarem-se e de reconhecerem-se essas razões

¹³⁵ “Muito simplificadoramente, 'liberdade substantiva' significa ter e fazer escolhas (ter alternativas, meios e capacidades [*abilities*] para realizá-las). 'Liberdade formal' significa não enfrentar nenhuma 'barreira' legal ou interferência (incluindo 'constrangimentos'), nas escolhas que se faz” (nota do tradutor em SEN, 2001 [1992], p. 116); nessa página, *freedom* é traduzido como “liberdade substantiva”, enquanto *liberty* o é como “liberdade formal”. Uma vez que essa tradução acontece em outra obra de Sen, sua adoção aqui traz consigo, por assim dizer, o mesmo tipo de risco que se assume quando se lança mão do recurso à inferência.

admite, ao menos, dois modos de consideração. No primeiro, tem-se a situação em que a coletividade reconhece, de antemão, que todas as pessoas que a integram têm direito a determinadas referências de qualidade de vida, caso em que a razoabilidade é reconhecida com referência a essa decisão coletiva quanto à necessidade de assegurar-se, de fato, tal direito. No segundo, considera-se a situação em que determinadas pessoas ou grupos desejam viver de determinado modo, significativamente distinto, do ponto de vista dos costumes, daquele como vive a maioria das pessoas na comunidade, ou do grupo social em que se inserem, de modo que esse modo alternativo, ao menos quando visto em linhas gerais – isto é, sem uma reflexão mais profunda sobre ele –, parece colidir, ao menos parcialmente, com alguns dos usos e costumes fortemente arraigados na comunidade. No primeiro modo, identifica-se um problema operacional, de responsabilidade objetiva, porque o reconhecimento de um direito, para ser consequente, precisa implicar, no contexto das situações que podem ser admitidas como normais¹³⁶, em sua garantia – imediata ou, no caso de, para sua implementação, ser necessário realizar procedimentos que requerem algum tempo, ao final do tempo que seja razoável para tal realização –; e é preciso que a coletividade disponha de mecanismos ágeis por meio dos quais – uma vez transcorrido, quando houver, tal prazo razoável – seja-lhe, de fato, garantido tal direito. No segundo, percebe-se um problema de diferença entre valores, que, do ponto de vista teórico, quando considerado em uma situação limite, pode requerer, no plano jurídico, a definição de territórios distintos¹³⁷.

Uma teoria da justiça que se fundamenta nas capacidades que as pessoas tenham para realizar suas, por assim dizer, legítimas aspirações – legítimas de um ponto de vista formal, porquanto não colidem com o direito dos demais, e nem com a dignidade da pessoa humana, e de um informal, em razão da importância que tais aspirações têm no contexto da autorrealização das pessoas – mostra-se mais interessada em que as pessoas encontrem realização em suas vidas do que em que elas sejam detentoras de determinados conjuntos de bens. Certamente, para tal realização, precisarão ter assegurados alguns recursos, mas o importante aqui é

¹³⁶ É preciso reconhecer que, às vezes, as situações são extraordinárias, de que catástrofes naturais são exemplos clássicos.

¹³⁷ O problema dos territórios, em sua variante simbólica, é tratado no Capítulo 5, em especial na Seção 5.4.

que o elemento forte de comparação não reside em uma quantidade de bens materiais, mas na própria liberdade substantiva de fazer aquilo que, sendo legítimo – no modo como aqui qualificado –, é também reconhecido pela própria pessoa como importante, por contribuir de modo significativo para viver a vida de um modo que, para ela, tem importante sentido realizador. Ora, conquanto bens materiais sejam, em medida significativa, necessários para que a vida seja vivida desse modo, não existe garantia de que a um mesmo conjunto de bens materiais corresponda um benefício equivalente, em termos de capacidades de realização de algo que seja legítimo e pessoalmente importante, para duas pessoas distintas; aliás o mais provável é que não seja assim, em razão do significativo papel que as diferenças – culturais e, sobretudo, psicológicas – entre as pessoas exercem em seus processos de reconhecimento do que lhes seja (mais) importante em termos de autorrealização. Entretanto, é razoável admitir que ao menos alguns bens econômicos, essenciais que são para que se possa viver de modo digno, devem estar à disposição de todas as pessoas; o que revela que a importante questão econômica da distribuição desses bens precisa observar imperativos éticos. Ao discorrer sobre a proximidade entre ética e Economia, Sen considera “correto afirmar que um contato mais próximo entre ética e economia pode ser benéfico não apenas para a economia mas até mesmo para a ética” (SEN, 1999 [1987], p. 94). Com efeito, independentemente de haverem sido estas ou outras as razões pelas quais o autor tenha reconhecido esse benefício mútuo, percebe-se que tal proximidade para a Economia é indispensável a partir de quando ela reconhece que, ao lado das idiossincrasias que orientam as escolhas econômicas de um ponto de vista individual, existe um conjunto de necessidades comuns a todas as pessoas, derivadas que são da condição humana comum a todos os homens e mulheres; e que ela é, se não necessária, pelo menos interessante para a ética, que precisa ter à disposição meios efetivos para seus preceitos poderem ser observados na prática.

Teorias em geral, e teorias da justiça em particular, precisam encontrar fundamento em um conjunto de informações admitidas como válidas, e o problema da relevância é decisivo na definição não apenas dos elementos que devem nela estar presentes mas também da importância relativa entre esses elementos. Essa necessidade é levada em conta por Sen.

De fato, a verdadeira 'essência' de uma teoria de justiça pode, em grande medida, ser compreendida a partir de sua base informacional: que informações são – ou não são – consideradas diretamente relevantes [...]. A base informacional das teorias normativas em geral, e das teorias de justiça em particular, tem importância decisiva, e pode ser o ponto de enfoque crucial em muitos debates sobre políticas práticas (SEN, 2000 [1999], p. 76).

Teorias da justiça que procuram fundamentar-se em uma ou mais ideias de igualdade precisam encaminhar adequadamente o problema de definir o conjunto de critérios com base em que a condição de igual deve ser observada. Esse problema é crucial, uma vez que dele depende todo o processo de construção da igualdade pretendida e, mais importante que isso, o resultado, ou cenário, que se espera com ele alcançar. E, nesse contexto, não se pode deixar de levar em conta a realidade de que as pessoas diferem umas em relação às outras quanto a um numeroso conjunto de características.

As características da desigualdade em espaços diferentes (tais como renda, riqueza, felicidade etc.) tendem a não convergir devido à heterogeneidade das pessoas. A igualdade em termos de uma variável pode não coincidir com a igualdade na escala de outra. Por exemplo, oportunidades iguais podem resultar em rendas bastante desiguais. Rendas iguais podem associar-se a diferenças significativas na riqueza. Riquezas iguais podem coexistir com graus de felicidade bem diferentes. A igualdade de felicidade pode estar associada a graus bastante diferentes de satisfação de necessidades. Uma igual satisfação de necessidades pode estar associada a diferentes liberdades de escolha. E assim por diante (SEN, 2001 [1992], p. 31).

Fica deveras difícil, se possível o for, encontrar – para além do reconhecimento da irrenunciável dignidade da pessoa humana, que se estende a todas as pessoas – um critério (ou um conjunto relativamente pouco numeroso deles, para que não haja comprometimento operacional para sua implementação efetiva) objetivo com base no qual se deva estabelecer, na categoria de fundamento para uma teoria da justiça, que todas as pessoas de uma coletividade devam igualar-se. Não se quer dizer com isso, é certo, que não se possa eleger um ou mais de um critério que pareça(m) contribuir no sentido da construção de uma sociedade mais justa, e promover a igualdade de condições de todas as pessoas a partir desse(s) critério(s). Entretanto, cabe recuperar, aqui, uma ideia apresentada na Seção 4.2.1: a da importância de reconhecer a validade de tratamento diferenciado unicamente em função de gênero, de idade, de estado de saúde ou de portabilidade de necessidade especial, e de significativo isolamento geográfico e cultural, no modo como apresentado naquela

Seção; mas unicamente na estrita medida em que essas condições requeiram tal diferença em razão de estado que demande tratamento especial.

A proposta teórica de justiça de Sen, na medida em que enfatiza a igualdade em termos de liberdades substantivas, consegue evitar o problema difícil (se é que é solúvel) de definir um ou mais critérios objetivos tais que, uma vez sendo eles observados, fica estabelecida a justiça social; mas, no que se refere a possibilidades efetivas de implementação, precisa enfrentar a dificuldade decorrente da natureza, em boa parte subjetiva, dessas liberdades. No plano da ação prática, Sen defende a necessidade de as teorias influenciarem julgamentos consequentes.

Uma teoria de justiça que pode servir como a base da razão prática deve incluir modos de julgar como reduzir a injustiça e avançar a justiça, ao invés de objetivar somente à caracterização de sociedades perfeitamente justas – um exercício que é uma característica tão dominante de muitas teorias de justiça na filosofia política hoje (SEN, 2009, p. ix; tradução nossa).

Que se deva, por uma questão de princípio, promover a justiça e, idealmente, eliminar a injustiça, é imperativo ético. E que as teorias da justiça precisam contribuir não apenas no sentido de tornar (mais) claro às sociedades o que se pode e deve compreender por um agir justo, mas – e talvez principalmente – no de oferecer modos de pensar, de considerar o conjunto dos valores envolvidos em situações reais, com especial destaque para a hierarquia axiológica que se deva observar, resulta da necessidade de os conteúdos da ética orientarem a ação prática.

O que importa mais é o exame de que racionalidade reclamaria pela aquisição da justiça – permitindo a possibilidade de poderem existir várias posições racionais diferentes. [...] A racionalidade é central para a compreensão da justiça mesmo em um mundo que contém muita 'irracionalidade'; de fato, pode ser particularmente importante em tal mundo (SEN, 2009, p. xix).

E o problema das racionalidades é reconhecidamente complexo. Uma vez que decisões racionais derivam da aplicação correta de procedimentos lógicos a um conjunto de premissas admitidas como válidas, para além da garantia de que esses procedimentos estejam sendo corretamente empregados, o elemento crítico repousa sobre o modo como tais premissas tenham sido estruturadas – em especial sobre os elementos que, por serem considerados relevantes, lhes dão fundamento –, e sobre o ordenamento valorativo existente entre elas – caso este efetivamente exista. No caso da proposta de Sen, observada unicamente nos limites do texto em que ela é caracterizada, nesta Seção, em termos de liberdades substantivas, percebe-se que

a ênfase nessa qualidade de liberdades favorece uma racionalidade comprometida com objetivos consideravelmente defensáveis – aqueles que mantêm compromisso significativo com que as pessoas sejam efetivamente capazes de viver os aspectos de suas vidas que faz cada uma delas, em alguma medida, diferente das dos demais, quando esses aspectos sejam importantes no contexto da realização para suas vidas, não colidam de modo algum com a necessária observação da dignidade da pessoa humana, e encontrem reconhecimento também por parte dos demais. Todavia, esse mesmo privilégio reconhecido a tais liberdades, em razão das características próprias destas, faz que a teoria precise de um considerável exercício de contextualização para que possa ser aplicada em situações práticas reais, uma vez que significativa parte da substância de tais liberdades depende de elementos cuja natureza é mais subjetiva. Isto não invalida a proposta, de modo algum; apenas remete-a a um plano em que se identificam duas possibilidades: ou se definem de antemão um conjunto de atributos a partir dos quais, naquele contexto – ou, mesmo, em termos gerais –, deva-se considerar, então de modo objetivo, o problema de identificar se situações do mundo real aproximam-se mais ou menos de uma referência de justiça social aceitável ou desejável; ou não se procede à definição desse conjunto e, em assim o fazendo, deixa-se a cada comunidade ou grupo manifestar os elementos que lhes sejam mais importantes, com base nos quais a comunidade ou o grupo aceite sejam interpretadas suas situações reais no que se refere ao problema da justiça. Parece que o melhor procedimento seja mesmo o de observar critérios gerais no que diz respeito mais especificamente a assegurar a dignidade da pessoa humana, e deixar os demais para serem circunstancialmente definidos pelas comunidades e grupos. É certo que, em maior ou menor grau, existem divergências quanto ao que deva ser considerado como condicionado à garantia de uma vida digna às pessoas. Mas acredita-se que, ao definir esses elementos, em que pesem essas divergências, cumpre-se ao menos o dever de fazer presentes, no processo de tomada de decisão, alguns dos mais importantes valores que diferentes culturas reconheçam quanto ao que não pode deixar de ser levado em conta no contexto das relações humanas.

4.2.5 Enrique Dussel e a ideia de justiça libertadora

O conceito de justiça libertadora, apresentado pelo filósofo argentino Enrique Dussel, emerge no contexto de uma proposta de filosofia da libertação para a América Latina. Em síntese, o autor considera

[...] a justiça libertadora, que não dá a cada um o que lhe corresponde dentro do direito e da ordem vigente, mas que outorga a cada um o que merece em sua dignidade alterativa (por isso não é justiça legal, destrutiva ou comutativa, mas é justiça real, isto é, subversiva da ordem injusta estabelecida) (DUSSEL, s.d. [1977], p. 71).

A proposta, primeiro, dá a entender que um certo direito e uma certa ordem vigente não conseguem dar a cada um segundo o mérito de sua própria dignidade¹³⁸. O problema do direito e da ordem precisa, por certo, ser avaliado ao menos em duas dimensões. A primeira refere-se a se as manifestações teóricas – isto é, se o ordenamento jurídico, nele compreendidos os elementos responsáveis pela definição, em tese, do que, em determinada sociedade, é admitido como amparado ou assegurado pelo direito e pela ordem social dele decorrente – definidoras da justiça estão ou não concebidas de modo adequado, no sentido de, uma vez sendo elas observadas, poder-se assegurar, no limite do razoável, que a sociedade vive de modo justo. A segunda diz respeito a se tais manifestações teóricas encontram meios adequados para serem postas em prática e, assim, poderem manifestar consequências justas nas vidas das pessoas. A crítica do direito e da ordem vigente pode pretender buscar fundamento em uma ou em ambas as dimensões consideradas, nos casos em que a situação real, experimentada pelos cidadãos – independentemente de diferenças econômico-financeiras ou de outras – não atende a ela(s). Contudo, é importante observar que o não atendimento à segunda dimensão não é motivo para criticar o direito nem a ordem social em si, mas sim os mecanismos por meio dos quais o primeiro é aplicado e a segunda é mantida; criticar o direito e ou a ordem social vigentes faz sentido quando há comprometimento no que se refere à primeira dimensão, responsável pela definição teórica de ambos.

¹³⁸ Não se considera, aqui, a possibilidade teórica de a justiça libertadora, deliberadamente, *jamaís* dar a cada um o que lhe pertence dentro do direito e da ordem vigente, por entender-se não ser esse o sentido em que o autor considera a ideia que desenvolve.

A proposta defende a ideia de que a justiça deve dar a cada um conforme sua dignidade alterativa. Que cada pessoa deva receber o amparo da justiça em razão da dignidade humana é substantivamente justo especialmente quando se considera a natureza de um e de outro desses atributos. Que a dignidade humana possa, em algum sentido, estar sujeita a alterações – o que o adjetivo *alterativo*, denotativamente, significa – não se pode conceber; não quando se compreende que, em termos de dignidade, todos os seres humanos são iguais. Se, em tese, alguma pessoa humana não é reconhecida na qualidade de detentora da dignidade humana, então o que acontece é, seguramente, um erro que, tendo-se em conta o bem que permanece temporariamente prejudicado – a dignidade da pessoa humana –, demanda imediata correção. Um ser humano, por sua condição, jamais fica ao desamparo da dignidade que decorre dessa mesma condição; de modo que se pode falar unicamente de tal dignidade ser ou não *reconhecida* e, conseqüentemente, de a pessoa ser ou não tratada do modo digno com o qual deve ser tratada toda pessoa humana. Por essa razão, é difícil compreender a ideia de uma dignidade alterativa¹³⁹.

Em um terceiro momento, a ideia de justiça libertadora admite a possibilidade – se não mesmo a necessidade – de subversão diante de uma ordem estabelecida que se apresente como injusta. O problema da subversão diante da injustiça conhece algumas dificuldades que, ao menos no plano teórico, precisam de adequado encaminhamento. A primeira delas diz respeito a que, uma vez que justiça é atributo não meramente formal, mas substantivo, pode acontecer de uma ou mais de uma pessoa, e ou de um ou mais de um grupo, perceber como injusta determinada situação, e fazê-lo, por exemplo, porque, a partir de determinado ponto de vista – aquele que, por circunstâncias, se lhe(s) apresenta como o mais importante – identifica(m)-lhe necessidade de intervenção corretiva: certamente a regulamentação da vida social, semelhantemente ao que acontece em (quase) todo ramo de atividade humana, não está livre de precisar de aprimoramento; entretanto, é fundamental que, no caso de tal necessidade ser identificada, ela venha a ser objeto de apreciação em instâncias socialmente estabelecidas para este fim¹⁴⁰. É

¹³⁹ Pode ser que o termo haja sido inspirado em alguma ideia do tipo “ativo em relação ao outro”, valendo-se do vocábulo latino *alter*, que significa *outro*. Entretanto, o significado denotativo do adjetivo *alterativo* não comporta essa ideia.

¹⁴⁰ No que se refere a tais instâncias, estas precisam representar, efetivamente, a pluralidade de

possível argumentar, e com razão, que, em certos casos, não se pode esperar que tal deliberação aconteça para que, só então, se possa agir em desacordo com o que as regras inicialmente estabelecidas definiam: mas mesmo essa situação não está, a rigor, definitivamente em desacordo com o ordenamento jurídico quando neste existe previsão de exclusão de ilicitude, e aplicável no modo como a Lei o estabelece. Nesse particular, percebe-se o cuidado com que as instituições da Lei e do Direito tratam o problema da liberdade humana: não a escravizam, e nem poderiam, com amparo ético, fazê-lo.

É importante esclarecer que a defesa que aqui se faz em favor da ordem e não da subversão é animada pela convicção de que é possível e desejável que as revisões a serem feitas no campo do Direito e da ordem social privilegiem, sempre que possível, as vias institucionais válidas não apenas em termos formais mas – e principalmente – em termos substantivos. Nos regimes de fato democráticos – no sentido não apenas de que observam sufrágio, mas de que neles os cidadãos conseguem, direta ou representativamente, expressar, de modo consequente, suas opiniões às instâncias de deliberação política –, existem, por certo, essas vias, que são tão mais eficazes quão mais democrático, de fato, é o regime¹⁴¹. Não obstante, é preciso considerar que o texto de Dussel foi produzido ainda nos anos setenta do século XX, quando muitos países da América Latina não se constituíam ainda – ao menos não de fato – na condição de democracias. E é razoável admitir que o cenário político latino-americano de então haja influenciado, em alguma medida importante, as conclusões do autor¹⁴².

visões que caracteriza uma coletividade, uma sociedade; e fazê-lo em termos efetivos, não meramente formais. É possível que a falta de representatividade autêntica – não meramente formal – dessa pluralidade de visões, aliada a uma cultura que, também aparentemente, não incentiva muito a busca de soluções capazes de contemplar os diferentes interesses que, ao amparo de uma ética genuína, venham a ser representados, contribua para que não se acredite na possibilidade de, por meio do recurso a tais instâncias, alcançarem-se resultados mais em conformidade com aqueles legítimos – porquanto ao amparo de uma ética genuína – interesses.

¹⁴¹ É importante compreender-se que quando se considera a justiça na qualidade de substantiva – aquela que, em essência, lhe é própria – pode acontecer, teoricamente, de uma ação que não esteja em conformidade com o que estabelece determinado preceito legal vir a ser, em determinada situação específica, claramente necessária à observação da dignidade da pessoa humana: nesse caso – especificamente em razão da necessidade de tutelar um valor essencial à humana condição –, é possível, se não mesmo necessário, argumentar que, ainda que no plano formal tal ação possa ser considerada subversiva, ela seguramente não o é no plano essencial de uma justiça substantiva.

¹⁴² Essa admissão é encorajada por uma consulta às “Palavras Preliminares” de seu livro, entre as quais se pode ler: “[...] este curto trabalho, sem bibliografia alguma, porque os livros de minha biblioteca estão longe, na pátria, escrito na dor do exílio [...]” (DUSSEL, s.d., [1977], p. 7).

Diante destas considerações, percebe-se que a justiça libertadora, no modo como textualmente caracterizada por Dussel, conquanto conheça duas dificuldades – a de caracterizar a dignidade humana como alterativa, e a da inadequação, ou mesmo a não necessidade, da ação subversiva no contexto de um ordenamento jurídico em que esteja prevista exclusão de ilicitude –, tem o grande mérito de mostrar-se claramente comprometida com a dignidade da pessoa humana, e com o caráter substantivo que deve orientar as ações no contexto da justiça. Que a justiça seja, por natureza, substantiva, e que deva pautar-se decididamente pela dignidade da pessoa humana certamente não são novidades: entretanto, a justiça libertadora proposta por Dussel tem o mérito de tornar explícitas essas importantes características da ação justa. Reconhecer que, no contexto das relações humanas, todo ato justo deve ser também ato digno, estabelece um importante referencial substantivo – a dignidade da pessoa humana – com base no qual se pode orientar, em medida relevante, a prática da justiça.

4.2.6 Enrique Leff e a defesa do direito ao dissenso

A prática da justiça deve, por certo, zelar pelo respeito genuíno ao outro. E isto requer que se respeite a liberdade das pessoas em todas as situações em que esta não colide com uma ética autêntica, assegurando-se-lhes o direito de agirem em conformidade com suas convicções assim eticamente amparadas; ou, em outras palavras, o direito ao dissenso: a agirem de modo diverso de como outras pessoas, atendendo a suas próprias motivações, decidem agir.

A ideia de que as pessoas têm direito ao dissenso está presente no pensamento do engenheiro químico mexicano e doutor em economia do desenvolvimento Enrique Leff. O saber ambiental defendido pelo referido autor manifesta-se em um ambiente dialógico em que existe espaço para dissentir.

A construção de um futuro sustentável é um campo aberto ao possível, gerado no encontro de outridades em um diálogo de saberes, capaz de acolher visões e negociar interesses contrapostos na apropriação da natureza. O diálogo de saberes é formulado a partir do reconhecimento dos saberes – autóctones, tradicionais, locais – que apontam suas experiências e se somam ao conhecimento científico e especializado; mas implica por sua vez o dissenso e a ruptura com uma via homogênea para a sustentabilidade; é a abertura para a diversidade que rompe a hegemonia de uma lógica unitária e vai mais além de uma estratégia de inclusão e participação de visões alternativas e racionalidades diversas, cujas

diferenças seriam canalizadas por uma racionalidade comunicativa para fazê-las convergir em um “futuro comum” (LEFF, 2006 [2004], p. 375-376).

No trecho supratranscrito, percebe-se que a ideia de dissenso surge em um contexto marcado por considerável complexidade, em que diferentes elementos inter-relacionam-se. Acreditar em diálogo – no caso, em um diálogo de saberes – requer, necessariamente, verdadeiro respeito ao ponto de vista do outro: isto significa que não se deve insistir em demovê-lo de sua convicção quando esta estiver assentada em bases éticas. No trecho em análise, Leff apresenta a ideia de dissenso no sentido de lembrar que não se deve considerar como válida uma única alternativa – e, por conseguinte, como inválidas todas as demais – quando se está a considerar o problema da sustentabilidade. Daí a necessidade de assegurar-se o direito ao dissenso, isto é, que, para além de algum paradigma e ou de alguma visão que, em determinado contexto, se apresente como preponderante, outras também sejam admissíveis e levadas em consideração, por assim dizer, com a mesma seriedade com que a visão preponderante é admitida.

No conceito de ambiente subjazem uma ontologia e uma ética opostas a todo princípio homogeneizante, a todo conhecimento unitário, a toda globalidade totalizadora. O saber ambiental enfrenta as estratégias de dissolução das diferenças em um campo comum e sob uma lei universal. Dessa maneira, fertiliza o campo de uma política da diferença, de convivência no dissenso (LEFF, 2006 [2004], p. 293-294).

O problema de homogeneizar ou não, para ser adequadamente encaminhado, requer que se leve em conta a natureza daquilo que se pretende ou não homogeneizar. Porque existem comportamentos na Natureza que, observado o atual estágio de conhecimento humano, são de fato universais ou muito próximos dessa qualidade, enquanto outros são marcados mais pela particularidade do que pelo que têm de comum com os demais. O que não se pode fazer é tratar um problema que, por natureza, não se caracteriza pela ideia de homogeneidade como se o fizesse. No plano moral, um encaminhamento adequado a essa questão precisa levar em conta que existem obrigações éticas às quais nenhuma pessoa pode renunciar, e que a diversidade de manifestações, que caracteriza uma convivência no dissenso, deve, definitivamente, observar, primeiro, tais obrigações¹⁴³; e, depois, que deve haver condições para que, observadas adequadamente todas aquelas obrigações éticas, os seres humanos vivam livremente, isto é, exercendo a liberdade que,

¹⁴³ O problema da definição dessas obrigações é tratado mais especificamente nas Seções 4.4 e 4.5.

porquanto ao amparo de uma ética genuína, pode ser qualificada como bem sua.

Ao considerar a relação entre a complexidade ambiental e a política ambiental, Leff menciona, mais uma vez, a ideia de convivência no dissenso.

A complexidade ambiental gera o inédito no encontro com o Outro, entrelaçamento de seres diferentes e diversificação de identidades. No ambiente subjaz uma antologia e uma ética opostas a todo princípio de homogeneidade, a todo conhecimento unitário, a todo pensamento global totalizador. Abre uma política que vai além das estratégias de dissolução de diferenças antagônicas num campo comum conduzido por uma racionalidade comunicativa, regida por um saber de fundo e sob uma lei universal. A política ambiental é convivência no dissenso, na diferença e na outridade (LEFF, 2004, p. 77-78).

Com efeito: na proporção em que a atividade política encerra compromisso com a manifestação de vontades – em particular de vontades coletivas –, é necessário que cada uma dos diferentes interesses e visões possam ser manifestados. Especialmente em contextos em que deliberações políticas são levadas a efeito, é muito importante que se perceba e reconheça-se que, para muito além de formalidades, precisa haver uma atitude de abertura a ouvir, a compreender o ponto de vista do outro, sem a qual é mui provável – se não mesmo certo – que não se poderá empreender política genuinamente democrática, compreendida esta como a que, sensível aos interesses eticamente respaldados das pessoas, não se contenta apenas com realizar aquilo que esteja em conformidade com a vontade majoritária, mas mostra-se sensível também à vontade das minorias, no sentido de não as obrigar, sem efetiva necessidade, a agir em conformidade com o que a maioria haja decidido¹⁴⁴.

Em síntese, a ideia defendida por Enrique Leff de que se deve assegurar o direito ao dissenso, de modo a que não apenas um, mas múltiplos saberes, e que não apenas uma, mas múltiplas manifestações políticas, contanto que esteja, cada uma delas, amparada por uma ética autêntica, mostra-se essencial ao

¹⁴⁴ “A justificativa clássica do princípio majoritário, encontrada, por exemplo, no segundo tratado de Locke, partia do princípio de que a comunidade nacional não só existia em termos objetivos e funcionais, mas que também era vivida e realizada pelos cidadãos, com base em *tradições culturais compartilhadas*. Os cidadãos precisam estar convencidos de que vale a pena submeter-se ao voto majoritário e aceitar a derrota eleitoral sem reagir com resistência armada ou manifestações separatistas, em nome de certos valores da identidade coletiva, que se sobrepõem aos próprios interesses. Esta convicção, por sua vez, precisa estar apoiada na confiança de que a maioria exercerá o poder com pleno respeito pela minoria, a fim de não destruir o fundamento dessa base cultural comum. A concepção de uma identidade nacional coletiva, que a maioria costuma invocar quando procura justificar a obrigação da obediência da minoria, tornou-se, hoje em dia [1982], bastante precária” (OFFE, 1984 [1982], p. 339; grifo do autor).

encaminhamento do problema da justiça social. Não a observar implica em limitar, de modo significativo e indevido, o direito de as pessoas e os grupos viverem em conformidade com aquilo que, ao amparo de tal ética qualificada, lhes é, por direito – substantivo, claro! –, assegurado.

4.2.7 Em direção a uma síntese das contribuições teóricas de justiça

Diante das considerações até aqui levadas a efeito nesta Seção 4.2, e tendo em vista o objetivo com que cada contribuição teórica de justiça é neste trabalho considerada, é possível sustentar as ideias seguintes. Defende-se que a proposta de Rawls contribui na medida em que sugere que se deva assegurar às pessoas um esquema de liberdades básicas, compatível com os esquemas dos demais, com destaque, entre essas liberdades, para a liberdade de pensamento e para a liberdade de consciência. Defende-se que a proposta de Nozick contribui porquanto adverte para a necessidade de levar-se em conta, em alguma medida consequente, o direito de as pessoas decidirem por utilizar, no tempo presente ou futuro, o fruto daquilo que tenha sido adquirido em conformidade com o que uma sociedade, no tempo da aquisição, admitia como correto ou válido. Defende-se que a proposta de Dworkin contribui na medida em que, reconhecendo o direito de as pessoas buscarem a realização de seus projetos, adverte para a necessidade de serem levados em conta, de modo consequente e de um modo operacionalmente exequível, o impacto, em termos de custos, que tais ações exercem ou podem exercer sobre os projetos de outras pessoas, e também a ideia de um programa de tributação, sensível à magnitude da renda das pessoas, com vistas a minimizar (idealmente a neutralizar) o efeito de reveses circunstanciais, ou, em outras palavras, que independem das escolhas das pessoas. Defende-se que a proposta de Sen contribui conquanto mantém compromisso, mais que com a distribuição de um conjunto de bens econômicos materiais, com liberdades substantivas de que as pessoas, por assim dizer, mereçam usufruir diante da necessidade de viverem bem as vidas que lhes seja razoável viver, sendo que por razoável, aqui – independentemente de coincidência ou não com a filosofia de Sen – admite-se, pelo menos, a exigência de conformidade com a irrenunciável dignidade da pessoa

humana. Defende-se que a proposta de Dussel contribui especialmente porquanto reconhece a dignidade da pessoa humana como compromisso essencial a ser observado pela ação justa. E defende-se que a proposta de Leff, quando aplicada em contextos em que se observa, adequadamente, uma ética autêntica, contribui em particular porquanto ressalta a necessidade de as pessoas dissentirem a respeito de algo com que não concordam quando de tal dissensão não resulta comprometimento daquela observação ética. O modo como essas ideias podem-se aproximar para a construção de uma proposta de justiça social possível de ser levada em conta no contexto da relação entre Economia e meio ambiente é objeto da Seção 4.4.

4.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O PROBLEMA DA JUSTIÇA

Nesta Seção, busca-se adicionar à reflexão neste Capítulo até aqui empreendida alguns atributos que, pelas razões que aqui se apresentam, parece serem especialmente importantes para o desenvolvimento de uma ideia de justiça social que encontre condições razoáveis de aplicabilidade em contextos de avaliação econômica, em particular quando se considera a relação entre Economia e meio ambiente. Inicialmente, tecem-se considerações mais especificamente centradas na relação entre justiça e vida em comunidade; em um segundo momento, dedica-se atenção particular ao binômio definido pelas ideias de justiça e de vida boa; e em um terceiro, discorre-se sobre o trinômio composto pelas ideias de justiça, de bondade e de perdão. Em um quarto momento, busca-se construir como que uma síntese de cada uma das contribuições provenientes dos três primeiros.

4.3.1 Justiça e vida em comunidade

Ideias de justiça exercem forte influência no contexto das relações sociais, e o fazem de modo mais acentuado no que se refere às relações nas quais as pessoas mantêm proximidade umas em relação às outras o suficiente para que sejam conhecidas pelo nome: essas relações mais próximas caracterizam aquilo

que, nesta Seção, se considera como vida comunitária. De um pronunciamento do que seja considerado justo, desde que este seja reconhecido como válido em uma comunidade, decorre a necessidade de observar-se um conjunto de procedimentos, que repercutem no contexto das relações interpessoais. Pessoas que reconhecem a necessidade de manter uma adequada reputação moral almejam que seus atos alcancem a qualidade de justos; ou, ao menos, que não venham a ser referenciados como injustos. E o peso de ter uma ação pessoal identificada como injusta produz nas pessoas moralmente sensíveis como que uma dor moral de significativa intensidade: de modo que a reflexão filosófica que se pode empreender no campo da justiça social precisa ser empreendida à luz de suas prováveis consequências – razoavelmente admissíveis quando se toma como referência a ideia abstrata do indivíduo representativo – tanto na esfera pessoal como na comunitária.

O problema de como uma ideia de justiça pode, no contexto da vida comunitária, relacionar-se com alguma noção de mérito também merece atenção. No plano formal, observa-se que a ideia de justiça encontra-se, em boa medida, relacionada com a ideia de mérito quando se evoca a fórmula que ficou conhecida pela expressão latina *suum cuique*, que estabelece que a cada pessoa deve ser dado o que seja seu, visto que tal fórmula comporta a ideia de que cada pessoa merece o que lhe seja, por direito e ou por justiça, seu. No plano substancial, o reconhecimento de mérito comunitário precisa buscar, para usar um termo aristotélico, um justo meio entre o estímulo a e o reconhecimento de práticas e de ações que promovem o bem dos indivíduos e da coletividade, e também o cuidado para não se estabelecer nessa mesma comunidade o espírito do individualismo competitivo naquilo que Axel Honneth e Michael Walzer, seguindo um dos caminhos da filosofia hegeliana, chamam de luta por reconhecimento¹⁴⁵: porque tal comportamento pode enfraquecer a sinergia que resulta de processos cooperativos; e também porque o espírito de competição entre membros de uma mesma comunidade, quando motivado principalmente pelo reconhecimento que se espera individualmente conseguir, encontra, ou pode encontrar, significativa dificuldade para ser admitido na qualidade de exemplo ou manifestação genuína de virtude.

¹⁴⁵ Considerações sobre como Honneth (2003 [1992]) trabalha com a ideia de uma luta por reconhecimento são apresentadas no Capítulo 5, mais especialmente na Seção 5.3.2; Walzer (2003 [1983], p. 341-355) discorre sobre ela por meio do que chama “uma sociologia dos títulos”.

4.3.2 Justiça e as ideias de vida boa

É certo que, no modo como visto na Seção 4.3.1, o problema da justiça se insere no contexto da vida em comunidade. Todavia, é importante considerar, ao lado desse inarredável compromisso coletivo, que uma sociedade que se queira, em termos práticos, razoavelmente próxima de uma referência aceitável de justiça – se é que se pode falar de razoabilidade, com conotação de suficiência, em assuntos de justiça – precisa zelar para que as pessoas que a integram vivam uma vida boa. E uma razão prática para esse cuidado – que de modo algum é a principal razão para ele – é que um genuíno comprometimento com justiça social é muito pouco provável de acontecer – se é que acontece – quando as pessoas não estão razoavelmente satisfeitas com o modo como estão vivendo suas vidas. Mas a principal razão é outra: viver bem é algo que tem valor intrínseco. As pessoas precisam viver bem porque, na condição de seres humanos, merecem isso. De todo modo, a admissão dessa necessidade no plano individual implica, por imperativo ético, em respeitar o direito de todas as outras pessoas viverem bem suas próprias vidas: e uma Economia em boa medida comprometida com valores¹⁴⁶ éticos, que considera com apreço seu lado normativo, não pode deixar de ocupar-se, em alguma medida significativa, com o problema do bem viver.

Em suas reflexões sobre a justiça, Agnes Heller apresenta um conceito complexo, no qual a ideia de vida boa é levada em conta em uma perspectiva pluralista.

¹⁴⁶ É interessante considerar que a Economia, em especial na primeira metade do século XX, passou por um processo de forte valorização do emprego de ferramentas matemáticas e, em termos comparativos com o momento histórico de sua instituição formal (o quarto final do século XVIII), de pouca atenção ao problema moral. Esta ciência, que nasceu com a denominação inglesa (*political*) *economy*, passou então a ser designada quase que exclusivamente pelo termo *economics*, que, em certo sentido, reflete a ênfase dada a formulações matemáticas e estatísticas, e um comparativamente menor compromisso com valores normativos. Argumenta-se que uma Economia que pretenda resgatar tal compromisso não pode abster-se de dedicar suficiente atenção, no plano normativo, também ao problema do bem viver, especialmente no contexto das decisões que afetam coletividades, como é o caso de considerável parte das situações analisadas no contexto da relação entre Economia e meio ambiente.

Meu conceito ético-político¹⁴⁷ incompleto¹⁴⁸ de justiça segue os passos de uma tendência do Iluminismo. Ele se reflete na específica condição humana de modernidade, estando consciente das possibilidades e limites da condição humana em geral. Ele é normativamente baseado na generalização da “regra de ouro”¹⁴⁹, pela máxima universal de justiça dinâmica¹⁵⁰, e pelos valores universais da vida e liberdade. A base normativa da teoria é a base normativa do melhor mundo sociopolítico possível de um universo pluralístico, onde cada cultura é ligada a outra cultura pelos laços de reciprocidade simétrica¹⁵¹ (HELLER, 1998 [1987], p. 433).

O problema que poderia ser chamado de injustiça de segunda ordem, decorrente “do caráter duplo da negação da negação” que, segundo a autora, autoriza a falar de conceito ético-político de justiça, demanda inequívoca atenção social. Para bem além da deselegância que resulta da contradição lógico-formal, existe toda uma racionalidade socialmente aceita, ou tolerada, segundo a qual os valores da justiça não conseguem realização efetiva. Crianças e adolescentes aprendem uma noção do que é justo e, dependendo do ambiente moral e intelectual em que vivem, têm

¹⁴⁷ “Esse conceito [o conceito ético-político de justiça] é formulado inicialmente não como uma afirmação, mas como uma negação de negação – além do mais, como uma dupla negação de negação. O mundo é visto como *injusto*, como a verdadeira negação de justiça, e essa negação de justiça, ela própria, precisa ser negada. A justiça existente é considerada como tendo dois lados: os homens são injustos porque são corruptos e fracos, ao invés de certos, e a sociedade (ou o corpo político) é injusta porque dá um prêmio à fraqueza e permite que o certo seja enganado e pereça. A negação precisa, portanto, ter dois lados também: um novo homem certo e uma nova cidade de justiça deveriam ser posicionados. A realidade de fraqueza e injustiça tem de ser desmascarada como simples aparição, como tolice, como não real, enquanto o mundo imaginado de certeza e justiça deveria brilhar à luz da essência, sabedoria e verdade. E é devido ao caráter duplo da negação de negação que podemos falar de conceito *ético-político* de justiça. Condenação é pedida e direcionada não apenas aos ofensores em particular, mas também à sociedade que os promove. Entretanto, a injustiça da sociedade, ou o corpo político, não absolvem ofensores individuais” (HELLER, 1998 [1987], p. 86; grifos da autora).

¹⁴⁸ “Nosso conceito ético-político de justiça é incompleto não porque deixamos de delinear um modo de vida melhor para nós (onde ‘nós’ são as pessoas partilhando uma tradição histórico-cultural em particular), mas porque estamos conscientes de que o que é melhor para ‘nós’ pode não ser a [utopia] melhor para todo mundo, aquela utopia em particular pode ser a melhor para um grupo específico de pessoas, ainda que não seja a melhor para ‘nós’” (HELLER, 1998 [1987], p. 302).

¹⁴⁹ “A regra dourada pode ser interpretada do seguinte modo: ‘Eu faço para você o *mesmo* que espero que você faça para mim’” (HELLER, 1998 [1987], p. 41; grifo da autora). “Ela me diz o que ‘devo fazer para você, que espero que você faça para mim’, mas deixa aberta a questão *do que* exatamente devo fazer” (idem, ibidem; grifos da autora).

¹⁵⁰ “O procedimento de justiça dinâmica – invalidação ou revalidação de normas e regras aceitas – pode ser realizado a qualquer tempo, quando as pessoas têm recurso a qualquer valor, norma, virtude, regra, princípio ou máxima, que já tenha sido aceita (validada), pelo menos em algum lugar e de algum modo e, sob o ponto de vantagem onde a declaração ‘norma ou regra X é injusta’, ou, ao contrário, ‘norma X é justa mesmo se ela é rejeitada ou infringida’, podendo racionalmente ser apoiada como uma declaração verdadeira. Os valores não podem ser ‘inventados’ por qualquer objeto, mas objetos podem oferecer novas interpretações de valores preexistentes, ou podem formular princípios para esclarecê-los” (HELLER, 1998 [1987], p. 178).

¹⁵¹ “No âmago de um grupo, expectativa e ação (inclusive as manifestações do discurso) são simétricas [quando] ‘em relação a você, eu faço exatamente o que espero que você faça em relação a mim, pela simples razão de que nós dois deveríamos observar as mesmas normas e regras’” (HELLER, 1998 [1987], p. 16).

muito boas condições de concluir pela correção de tal noção. Entretanto, não demoram a perceber, muitas vezes por recomendação de seus preceptores, que o mundo é em considerável medida injusto, e que não é sempre que se pode agir em conformidade com o que exige uma consciência adequadamente formada em assuntos de justiça. Não poder agir justamente produz no ser humano sensível à justiça uma sensação de impotência: é como se estivesse em um império regido pela mediocridade, que não concede salvo-conduto a quem mantenha um apreço genuíno por viver em conformidade com a justiça. Nesse ambiente, não há lugar, não há reconhecimento para a verdadeira aristocracia, aquela que mantém, serenamente, seu compromisso com as virtudes, porque sabe, por experiência, que são elas que conduzem a uma realização duradoura e genuína. Para além das injustiças próprias dos diversos atos injustos, existe, em tal estado de coisas, a injusta restrição de liberdade ou de poder experimentada por quem, nele, almeje viver de modo justo.

No compromisso com a pluralidade de vidas boas reside a incompletude do conceito, o qual se fundamenta na regra da reciprocidade, na possibilidade, admitida na categoria de máxima universal, de revisão de normas – invalidando-as ou revalidando-as – quando se puder apresentar referência alternativa que tenha encontrado validação algures e que encontre apoio racional diante do argumento de que a norma até então observada seja ou injusta (em alguma medida ou em algum modo) ou desnecessária à produção da justiça almejada com sua instituição, e nas valores da vida e da liberdade, reconhecidos na qualidade de valores universais. Que as pessoas possam viver suas vidas em conformidade com suas compreensões de vida boa é razoável contanto que, para além dos reconhecidos valores universais da vida e da liberdade, esteja assegurada também, e de modo consequente, a dignidade da pessoa humana, no sentido de estar plenamente atendido um conjunto mínimo de condições objetivas que visam a assegurar, em termos práticos, a realização do conceito. Que deva ser observado o tratamento recíproco é também razoável dentro dos limites em que este não colide com o reconhecimento de que as pessoas, em contextos específicos, têm direitos específicos que precisam ser observados, os quais, para além das exceções consideradas, porquanto necessárias, justas, precisam estar acessíveis a todos os

cidadãos. Que normas possam ser revistas diante de comprovada injustiça que, colateralmente, venham a produzir, e diante de sua inocuidade para a finalidade a que se destina é algo com que, do ponto de vista formal, deve-se concordar, sem dúvida; mas é necessário que processo de reconhecimento de ambas as condições aconteça de modo equilibrado, com efetiva possibilidade de exposição não apenas das motivações inicialmente apresentadas para requerer revisão da norma, mas, especialmente, de possíveis consequências da revisão pretendida; naturalmente um processo assim requer, na qualidade de condição necessária, que todas as pessoas que dele participam estejam efetivamente comprometidas com a busca da melhor solução, entendendo-se por ela a que, observando as exigências derivadas do compromisso consequente com a irrenunciável dignidade da pessoa humana, melhor consegue atender, a um tempo, às aspirações das pessoas que propõem a modificação e aos valores reconhecidos como importantes para as demais pessoas da comunidade; ademais, observadas estas condicionantes, talvez a necessidade de identificar algures testemunho de aplicação exitosa da novidade possa, em alguns casos, ser dispensada, seja em razão das acentuadas diferenças que pode haver entre a situação tomada como de referência e a situação da comunidade em cujo sistema de normas se pretende inovar, seja porque é razoável, em situações comparativamente menos complexas, admitir que a própria comunidade, ou que um ou mais de seus membros, possa conceber uma proposta de novidade normativa que reúna condição suficiente para merecer aprovação, mesmo que não se tenha encontrado previamente algum exemplo de sua eficácia em outro lugar. E que os valores da vida e da liberdade sejam reconhecidos como valores universais, para além de razoável, é mesmo necessário, compreendendo-se, aqui, vida no contexto de vida humana, e liberdade no contexto em que esta não prescinde de adequado compromisso com responsabilidade e com a exigência de se tratar – utilizando, por adequada, mais uma vez a expressão empregada por Dworkin, e reconhecendo, como ele o faz, a possibilidade de dedicar-se algum tratamento diferenciado aos familiares e amigos, no contexto da vida privada, no limite em que tal tratamento não compromete o necessário tratamento igualitário que deve presidir a vida comunitária mais ampla – as pessoas, todas elas, com “igual consideração e igual respeito”.

O conceito de Heller adota ainda “a base normativa do melhor mundo sociopolítico possível de um universo pluralístico”, cujas culturas se ligam “pelos laços de reciprocidade simétrica”. Desde que por melhor possível se compreenda um resultado, em certo sentido, naturalmente decorrente das ações anteriormente levadas a efeito, no modo como consideradas, é possível identificar na proposta a saudável atitude de quem quer ver o melhor acontecer mas, sabiamente, não faz disso uma obsessão; e, por outro lado, é preciso evitar, no limite do razoável, a atitude de aceitar – alegando-se que o compromisso com o “possível” impede resultado melhor – bem menos do que seria razoável fazê-lo quanto à qualidade desse mundo sociopolítico.

Também Dworkin interessa-se pela relação entre vida boa e justiça. Ele se pergunta: “É possível levar uma vida melhor devido à injustiça?” (DWORKIN, 2005 [2000], p. 367-378), e busca responder à questão com base em dois modelos de valor: o modelo do impacto e o modelo do desafio¹⁵². O autor identifica uma conexão entre vida boa e justiça ao discorrer sobre este último.

Quem aceita esse modelo [o modelo do desafio], e admite, assim, que alguns aspectos de nossas circunstâncias devem ser consideradas parâmetros normativos do bem viver, achará difícil não considerar a justiça como membro desse conjunto de parâmetros normativos. Decerto os recursos precisam figurar como parâmetros, de alguma maneira. Não podem figurar somente como limitações, porque não podemos pensar que a melhor vida ideal é a de quem tem a seu dispor todos os recursos que se possa imaginar. Isto é, não podemos descrever o desafio de viver bem sem formular algumas hipóteses sobre os recursos de que a vida boa deve dispor. Devemos, portanto, procurar alguma opinião adequada sobre o modo como os recursos entram na ética como parâmetros da vida boa, e acho que não temos alternativa senão inserir a justiça nessa história, estipulando que a vida boa é adaptada às circunstâncias que a justiça exige (DWORKIN, 2005 [2000], p. 369).

Dworkin conclui que, no contexto do modelo do desafio, “devemos definir os parâmetros dos recursos da vida bem-vivida da melhor maneira que nos for possível, de modo que eles respeitem nossa ideia de justiça” (DWORKIN, 2005 [2000], p. 370). É certo que, ao menos do ponto de vista teórico, acontece convergência entre as duas propostas de vida boa – as dos modelos do impacto e

¹⁵² “Descreverei dois modelos bem diferentes de valor que utilizamos em outras esferas ou para formular juízos mais limitados; ambos, penso, têm uma função também na formação de convicções éticas. [...] O primeiro desses modelos – o modelo do impacto – afirma que o valor da vida boa consiste em seu produto, isto é, em suas consequências para o resto do mundo. O segundo – o modelo do desafio – afirma que o bem da vida boa está em seu valor inerente como realização” (DWORKIN, 2005 [2000], p. 350-351).

do desafio – quando uma pessoa reconhece que parte significativa daquilo que ela julga importante realizar em sua vida diz respeito a deixar, na medida de uma razoável possibilidade¹⁵³, sua contribuição efetiva em favor do que ela acredita ser uma coletividade melhor, ou um avanço expressivo em determinada área da cultura. Mas é importante compreender que esta situação de modo algum se constitui em regra geral: muitas pessoas, se não a maioria, parecem não reconhecer, entre os elementos que julgam necessários a seu bem viver, a realização de algum feito extraordinário, capaz de impactar de modo evidente seja a cultura, seja o modo de vida de sua comunidade. De todo modo, a proposta do modelo do desafio, em comparação com a do modelo do impacto, apresenta-se decididamente mais interessante na qualidade de modelo de vida bem vivida porquanto guarda compromisso forte com o que, na visão de cada pessoa – e não na de sua comunidade, da Humanidade, enfim, e em que pese sua inclusão nesses grupos, fundamentalmente dos outros –, significa viver bem. Como toda proposta que, em ambientes sujeitos a incertezas consideráveis, centra seu valor maior (quase) exclusivamente na consecução de um resultado objetivo, ou em um conjunto deles, a do modelo do impacto não assegura, de antemão, que quem por ele se oriente venha a conseguir êxito: e nem oferece garantia de que a pessoa encontrará alguma compensação genuína no momento em que compreender que não conseguirá produzir algo de impacto. O que está em questão, em termos de análise, é a qualidade da vida que se vive: algo muito essencial a cada pessoa, que não pode ser condicionado à consecução de incertos resultados valiosos aos olhos dos demais.

O modo como Dworkin utiliza o termo *recursos*, na seção em que se ocupa do problema da justiça como parâmetro de vida boa, revela considerável proximidade entre esse termo e a ideia de riqueza financeira ou de bens materiais¹⁵⁴. De fato, conquanto haja diferentes concepções de vida boa, de modo que –

¹⁵³ Razoável em termos de suas motivações e condições (intelectuais, políticas, financeiras, entre outras), mas também – e de modo especial – porque, simultaneamente à intenção de contribuir coletivamente, há outros valores que importam, talvez mais ainda que tal intenção, na experiência de uma vida bem vivida, e que também demandam atenção.

¹⁵⁴ Isto pode ser observado no trecho seguinte: “Não quero dizer, certamente, que o valor absoluto ou a qualidade dos recursos de que a pessoa dispõe não faça diferença para a vida que leva, contanto que tenha o quinhão justo de tudo que existe. Quem vive em uma comunidade ou época mais rica, com a parcela justa de sua riqueza, encara um desafio mais interessante e valioso, e pode levar uma vida mais animada, diversa, complexa e criativa só por esse motivo [...]” (DWORKIN, 2005 [2000], p. 370).

observado, no modo como neste trabalho se faz, o imperativo ético de que toda vida humana deve ser vivida em condições dignas – cada pessoa pode e deve viver em conformidade com o que lhe pareça melhor, no atual estágio cultural a quase totalidade delas, se não todas, não dispensa a utilização de recursos financeiros e ou de bens materiais para sua efetiva concretização. O problema de alguma variante de justiça distributiva dever ou não orientar, em termos efetivos, o acesso ao menos a algum destes recursos depende, em termos políticos, da medida em que o direito de cada pessoa viver a vida boa – e, como neste trabalho se estabelece, também digna – com que se identifica, naquilo que se refere a tais recursos, deve ser interpretado como de responsabilidade coletiva. Pode-se argumentar, reconhecendo – como neste trabalho se faz – a defesa da dignidade da pessoa humana na qualidade de imperativo ético, que nenhuma comunidade política sensível ao valor justiça pode evitar o compromisso de assegurar, por meios institucionais – no sentido de que a garantia em questão deve ser permanente, não circunstancial –, a observação consequente desse imperativo, materializada por meio de um conjunto mínimo de condicionantes a serem atendidas para que se possa reconhecer, em termos objetivos, uma condição de vida digna, por mais diferentes que, para além do compromisso com a dignidade da pessoa humana, as vidas boas possam ser quando comparadas entre si. E, de fato, nenhuma comunidade política mesmo pode evitá-lo quando o que está em questão é – como, naturalmente, deve ser – uma justiça substantiva, não meramente formal.

4.3.3 Justiça, bondade e perdão

As relações entre justiça e vida em comunidade e entre justiça e ideias de vida boa, analisadas, respectivamente, nas Seções 4.3.1 e 4.3.2, revelam a necessidade de o problema da justiça ser compreendido a partir de pelo menos duas ópticas, uma voltada ao bem da comunidade, outra ao bem do indivíduo; e que ambas precisam coexistir em razoável equilíbrio. Entretanto, para além desse, por assim dizer, duplo compromisso da justiça – com a comunidade e com os indivíduos –, parece necessário refletir também sobre a relação que a justiça pode ter com a bondade e com o perdão: porque faz muita diferença pensar em justiça quando esta

integra, em medida significativa, um, outro ou esses dois elementos e quando ela não o faz. E essa diferença expressiva pode ter consequências importantes no modo como uma comunidade trata de questões referentes à relação entre Economia e meio ambiente, amiúde caracterizadas tanto pela amplitude de impactos que se fazem sentir, direta ou indiretamente, por número considerável de membros de uma coletividade – que podem, por exemplo, ter seu bem-estar, inclusive no que se refere a bens e a serviços, restringido em alguma medida importante –, como por revelarem, no interior da vida comunitária, a existência de alguns conflitos de interesse, não raro – e isto não é uma crítica a esta qualidade – financeiro; conflitos que demandam solução idealmente justa.

Uma interessante ideia acerca da relação entre justiça e bondade é apresentada por Ricœur: a de que

a justiça como justa distância entre o si e o outro, encontrado como distante, é a figura inteiramente desenvolvida da bondade. Sob o signo da justiça, o bem torna-se bem comum. Nesse sentido, pode-se dizer que a justiça desenvolve a bondade que a envolve (RICŒUR, 2008 [1995], p. 67).

Se é admitido – como no presente trabalho se faz – que a justiça não pode prescindir de ser compreendida substantivamente, esta ideia oferece uma proposta que pode ser considerada radical: na alteridade que a caracteriza, a justiça resulta da bondade; não apenas de um ou outro ato bom, senão do pleno desenvolvimento desta virtude. A proposta é exigente; e vincular a justiça (substantiva) ao desenvolvimento da bondade pode parecer, em um primeiro momento, bem desanimador: porque tanto o conjunto das referências históricas ou tradicionais como a vida quotidiana coincidem ao darem mostras de que o ser humano – em que pesem algumas raras e felizes exceções (muitas delas, se não sua maioria, dependentes do crédito que possam merecer as hagiologias) –, conquanto seja capaz, em algumas circunstâncias, de agir de modo eticamente exemplar e de manifestar significativos atos de bondade, encontra-se (ainda) consideravelmente longe de manifestar uma bondade plenamente desenvolvida. Entretanto, a mesma proposta pode ser reconhecida não como ingênua – por estar distante da realidade mais comum – mas como muito valiosa; a decisão quanto a um ou outro modo de qualificá-la residindo na questão essencial de se a justiça deve ser considerada por sua possibilidade de manifestação positiva ou por seu valor normativo. Esta questão é essencial porquanto dela deriva, para além de importantes considerações teóricas,

o compromisso que a justiça precisa observar no contexto da vida prática quotidiana. Pode parecer estranha a ideia de condicionar a justiça substantiva de uma comunidade à bondade de seus membros; mas é também importante considerar se, ao aceitar menos que a razoável bondade que as pessoas possam dispensar umas às outras no convívio comunitário, não se estaria autorizando – com maior ou menor consciência disso – que as práticas sociais possam ser reconhecidas como justas perante um conceito de justiça, por assim dizer, esvaziado de muito de seu conteúdo original. Pensar a justiça como realização da bondade convida a pensar aquela virtude de um ponto de vista significativamente diverso daquele, relativamente comum, em que ela é vista mais como imperativo a ser observado do que como algo que, por ser reconhecidamente bom, inclusive a quem o pratica, desperta espontaneamente nas pessoas a vontade de viver em conformidade com seus preceitos. E como a bondade, ou o que é bom, não pode contradizer-se, admitir a perspectiva de Ricoeur, em um mundo que não se apresenta justo em muitas de suas ações, dá a entender que muito do que é bom pode não ser percebido como tal em um primeiro momento; pode não ser, portanto, obviamente bom, e necessitar ser reconhecido como tal, em um processo de reconhecimento em que as experiências de agir de acordo com o que preceitua a bondade, acompanhadas de uma saudável atitude de reflexão sobre elas (em termos de suas consequências, por exemplo), parece ser fundamental.

Também Heller, ao refletir sobre a justiça, considera-a diante da bondade. Em sua visão, “a bondade está além da justiça. Entretanto, uma vez que justiça sempre tem um componente moral, a bondade de uma pessoa envolve a virtude da justiça e o exercício dessa virtude” (HELLER, 1998 [1987], p. 429). Semelhantemente, neste particular, à visão de Ricoeur, a autora considera que a bondade envolve a justiça. Se, nos dois casos, for acertado supor – como parece sê-lo – que o envolvido está contido no envolvente do mesmo modo como, em teoria dos conjuntos, um conjunto está contido em outro, a justiça passa a ser compreendida como caso especial da bondade, de modo que ser justo, inarredavelmente, consiste em um dos modos pelos quais se pode ser bom. Tal interpretação afasta a legitimidade – e, em termos substanciais, inclusive a possibilidade – de o interesse por que seja feita justiça encontrar motivação no

sentimento de vingança. E, de fato: uma coisa é querer que se faça justiça porque se entende que de sua realização resulta relevante bem às pessoas direta e indiretamente envolvidas em determinada situação; outra bem diversa é pretender vingar-se, ainda que indiretamente, por meio dos efeitos indesejáveis que um veredito definitivo exercerá na vida de outrem. Defender a ideia de justiça como manifestação da bondade exige que se afaste, tanto de sua pretensão como de seu exercício, qualquer intenção vingativa. Talvez por essa razão Ricœur tenha-se perguntado: “não caberá ao perdão acompanhar a justiça em seu esforço de erradicar no plano simbólico o componente *sagrado* da vingança, ao qual aludimos no começo¹⁵⁵?” (RICŒUR, 2008 [1995], p. 197; grifo do autor).

A questão é importante. Mesmo quando se considera a vingança sob um ponto de vista religioso – como sugere o adjetivo *sagrado* que Ricœur lhe associa –, cabe reconhecer que, ao menos na cultura ocidental, de extração marcadamente cristã, o recurso a ela foi positivamente superado por Jesus Cristo.

Ouvistes o que foi dito: Olho por olho, e dente por dente. / Eu, porém, vos digo que não resistais ao mal. Mas, se qualquer te bater na face direita, oferece-lhe também a outra; / E ao que quiser pleitear contigo, e tirar-te o vestido, larga-lhe também a capa; / E se qualquer te obrigar a caminhar uma milha, vai com ele duas (MATEUS, 1988 [século I ?], p. 7)¹⁵⁶.

De modo que, se em tempos remotos o expediente da vingança pôde encontrar algum fundamento, por assim dizer, no sagrado, isto, ao menos na cultura ocidental cristã, diante de um novo mandamento, não mais se justifica. Mas se assim é, se não se pode (mais) esperar que o equilíbrio comprometido por um dano possa ser restaurado de modo vingativo – e quando se considera a prática de uma justiça que deriva da bondade isto não se mostra possível, em razão da incompatibilidade entre

¹⁵⁵ Ricœur houvera considerado, antes, que “às vezes se diz que vingar-se é fazer justiça com as próprias mãos. Não, a palavra justiça não deveria figurar em nenhuma definição da vingança, ressaltando-se um sentido arcaico e sagrado de uma justiça integralmente vingativa, vingadora, com a qual será preciso explicar-se em última instância” (RICŒUR, 2008 [1995], p. 184).

¹⁵⁶ Textos religiosos admitem, no território simbólico de seu reconhecimento na qualidade de sagrado, uma exegese particular que lhes é própria. Não é este o procedimento interpretativo que aqui se dá ao citado trecho do Sermão da Montanha, que é trazido ao texto para evidenciar a validade da afirmação que, nesta Seção, o antecede: a de que a ideia de vingança, no contexto específico do cristianismo, encontra superação formal, ou positiva. É importante dizer, também, que a escolha de o exemplo se fundamentar em um texto cristão deve-se ao conhecimento maior que, na cultura ocidental – aquela em que este trabalho é desenvolvido –, se tem dos textos cristãos em comparação com os de outras religiões. E dizer ainda que essa escolha não conflita, de modo algum, com o compromisso da Academia em todos os tempos, em sua busca pelo desenvolvimento de contribuições originais e relevantes, que é com o bem da Humanidade como um todo, e não apenas com o de uma ou outra cultura específica.

bondade e vingança –, é interessante, se não mesmo necessário, recorrer a algum procedimento não vingativo por meio do qual se possa estabelecer tal equilíbrio, de modo que a parte ofendida consiga sentir-se novamente bem. Ricoeur reflete sobre a possibilidade de isso ser feito por meio do perdão. Com efeito, diante de uma situação em que uma parte haja produzido dano relevante a outra, a experiência do perdão, quando possível de ser realizada em sua forma genuína, produz sempre o duplo benefício de libertar ambas as partes do sentimento ruim que tal situação invariavelmente promove nas mentes e nos corações moralmente sensíveis. Porque quando um desequilíbrio relevante acontece entre duas pessoas, se estas forem suficientemente dotadas de sensibilidade moral instaura-se entre ambas, para além do dano referente a bens materiais eventualmente causado, forte mal-estar decorrente não tanto deste dano em si, mas principalmente de, por causa de tal desequilíbrio, a relação entre si próprio e outra(s) pessoa(s) passar a conhecer um momento de instabilidade, de incômoda desarmonia¹⁵⁷. É que a vida humana, no que diz respeito às relações interpessoais, fundamenta-se muito no reconhecimento que cada pessoa tem das demais, e no que estas dela têm: cada pessoa depende de uma saudável convivência com outras pessoas¹⁵⁸; e o ato de perdoar e de aceitar ser perdoado, quando genuinamente exercido, tem o condão de restabelecer as condições para a mútua convivência assim qualificada.

A proposta de que o perdão venha a exercer papel importante no contexto da justiça parece bastante razoável quando esta é admitida como manifestação especial da bondade. Entretanto, cabe refletir sobre as condições necessárias para que, no contexto de uma ação boa e justa, o ato de perdoar possa acontecer, já que o exercício do perdão, conquanto possa ser comunicado por meio de algum

¹⁵⁷ Hannah Arendt, no capítulo 33 de *A Condição Humana* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008), intitulado “A irreversibilidade e o poder de perdoar”, considera que “a única solução possível para o problema da irreversibilidade – a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. [...] / Se não fôssemos perdoados, eximidos das consequências daquilo que fizemos, nossa capacidade de agir ficaria, por assim dizer, limitada a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos; seríamos para sempre as vítimas de suas consequências, à semelhança do aprendiz de feiticeiro que não dispunha da fórmula mágica para desfazer o feitiço” (ARENDT, 2008 [1958], p. 248-249).

¹⁵⁸ Entre os que testemunharam, em diferentes épocas, em favor dessa dependência, figuram um renomado filósofo estagirita, que afirmou que “o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos” (ARISTÓTELES, 1998 [século IV a.C.], p. 5), e (mesmo que com uma conotação mais específica, mas que pode ser empregada em contexto mais amplo) um conhecido maestro carioca, brasileiro até no nome, que disse (cantando) que “Fundamental é mesmo o amor / É impossível ser feliz sozinho...” (JOBIM, 1967).

expediente formal – por exemplo, quando alguém informa a outra pessoa, com palavras, que a perdoa –, é de natureza essencialmente substantiva. Ou seja: é preciso que aquele que perdoa tenha efetivamente, em alguma medida importante, superado o impasse gerado pela ofensa recebida, pois só assim estará em condições reais de perdoar; e que aquele que tenha causado dano ao primeiro esteja disposto a receber o perdão que lhe é oferecido. E a questão de as pessoas estarem dispostas a perdoar e a receber perdão depende, em alguma medida, da capacidade que tenham de compreender o valor do ato do perdão, que quer a libertação e o bem tanto de quem sofre a ofensa como de quem o tenha ofendido, e também a necessidade de observar-se esse preceito com vistas a manter um bom convívio entre todas as pessoas que constituem uma coletividade; convívio que, nos termos produzidos por Heller e a seguir transcritos, se mostra necessário, em alguma extensão importante, inclusive para viabilizar a vida boa escolhida por cada pessoa.

A vida boa é sempre partilhada. Escolher um modo de vida boa é a escolha de uma comunidade humana com a qual partilhamos nossas vidas. Embora a vida boa de cada pessoa seja única, ela é simultaneamente partilhada pelos membros de uma comunidade, um grupo, uma sociedade (HELLER, 1998 [1987], p. 434).

Em uma cultura efetivamente fundamentada nos valores maiores da vida humana – valores como, por exemplo, a vida, a liberdade, o amor, o respeito e a dignidade –, muito provavelmente não será difícil que as pessoas reconheçam a nobreza do ato de perdoar. Talvez, em um primeiro momento, uma cultura assim possa parecer utópica; mas é importante, também, considerar e – o que pode ser decisivo – valorizar, de modo consequente, o papel fundamental que uma educação realmente comprometida com valores tem a oferecer neste sentido, sobretudo na formação das gerações mais jovens.

4.3.4 Em direção a uma síntese das três considerações adicionais sobre o problema da justiça

Refletir sobre a relação entre justiça e vida em comunidade revelou-se importante: as pessoas encontram na dimensão comunitária, no sentimento de pertencer a um grupo (ou a mais de um deles) com o qual (ou com os quais)

mantêm identidades importantes, um componente valioso para sua autorrealização, e esperam que sua atuação em comunidade seja reconhecida como justa, ou, pelo menos, que não o seja como injusta; e este reconhecimento é possível porque existe na vida em comunidade um sistema valorativo com base no qual se pode avaliar o mérito das ações, inclusive quanto a serem ou não consideradas justas, e – no caso de fazer algum sentido falar-se de justiça parcial – quanto à maior ou menor substância de justiça que se pode identificar, coletivamente, em determinada ação. A relação entre justiça e ideias de vida boa é especialmente importante porquanto viver bem é algo que tem valor intrínseco fundamental no contexto da autorrealização das pessoas. Conquanto haja diferenças significativas entre concepções de vida boa, elas não dispensam o atendimento a um conjunto de necessidades básicas, normalmente associadas, em alguma medida importante, à garantia de condições de vida digna, que podem ser admitidas como comuns a todas as variantes de vida boa. Uma coletividade efetivamente comprometida com justiça social não pode mostrar-se indiferente ao atendimento dessas condições quando a ideia de justiça compreende, para além da observação adequada de procedimentos formais, relevante valor substantivo. A relação entre justiça, bondade e perdão é também valiosa: ao admitir-se a justiça como uma das manifestações da bondade, afasta-se definitivamente a possibilidade de, em nome da justiça, pretender-se praticar, em termos gerais, o mal a outrem, e em termos específicos, o expediente da vingança. E, uma vez que uma justiça derivada da bondade não comporta atitudes vingativas, a atitude do perdão, quando possível no contexto das decisões coletivas – e sua possibilidade, conforme visto na Seção 3.3.3, depende em medida considerável de adequados processos educativos –, pode ser especialmente importante diante da necessidade de manter um bom convívio entre todas as pessoas que constituem uma coletividade, evitando, inclusive, que desentendimentos em comunidade possam vir a comprometer, de modo significativo, a possibilidade de as pessoas viverem as vidas boas com que mais se identificam.

4.4 JUSTIÇA SOCIAL E AVALIAÇÕES ECONÔMICAS NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: IDENTIFICAÇÃO DE PRECEITOS

Nesta Seção busca-se desenvolver preceitos para um conceito de justiça social que possa ser aplicado, com alguma objetividade, em avaliações econômicas levadas a efeito no contexto da relação entre Economia e meio ambiente. E depois, na Seção 4.5, com a qual conclui-se este Capítulo, enuncia-se, com base em tais preceitos, um conceito de justiça social cuja observação, pelas razões apresentadas, acredita-se ser necessária no contexto das decisões e ações coletivas efetivamente comprometidas com esta variante de justiça – entre elas as que acontecem em processos de avaliação econômica, com ênfase na relação entre Economia e meio ambiente.

4.4.1 O preceito da dignidade da pessoa humana

Enunciado: A dignidade da pessoa humana – que compreende os valores da vida e da liberdade responsável¹⁵⁹, que inclui a liberdade de pensamento e de consciência, e, em todos os assuntos referentes à vida não privada, o direito de tratamento com igual consideração e igual e genuíno respeito – é valor substantivo inerente à condição humana, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório.

É importante observar que a regra de ouro pode ser insuficiente para um adequado atendimento a esse preceito: porque uma pessoa não se importar com que outra lhe dispense determinado tratamento não é condição suficiente para que ela possa deixar de observá-lo adequadamente com relação às demais. O valor da vida compreende, para além de seus aspectos biológicos, aqueles de natureza imaterial, que atribuem significado à existência na qualidade de pessoa: importa, assim, que as pessoas vivam bem suas vidas (assunto para o preceito número 2). O valor da liberdade responsável contempla, em primeiro plano, a liberdade de pensamento e de consciência (termo apresentado por Rawls na qualidade de

¹⁵⁹ A adjetivação da liberdade, que aqui se faz, lembra seu compromisso com os outros valores maiores da existência, entre eles a dignidade da pessoa humana.

liberdade básica), especialmente em assuntos de interesse coletivo: e, conforme se afirmou na Seção 4.2.1, isso somente é conseguido de modo pleno, em termos substantivos, quando as pessoas, todas elas, dispõem de inviolabilidade por suas opiniões, tal como essa característica é observada com relação à liberdade de palavra assegurada, no Brasil, aos membros do Poder Legislativo, nos limites de suas respectivas jurisdições. Admitir menos que isso, na esfera das deliberações de interesse coletivo, implica em que, por assim dizer, os bons cidadãos estejam na prática impedidos de manifestarem-se livremente em assuntos de interesse coletivo. E essa observação é especialmente importante porque, assim como no plano das virtudes em geral, como sugere um ditado popular, um monge não é feito pelo hábito – e, portanto, a virtude pode ser encontrada também no mundo secular –, no plano da virtude política a coroa não faz um rei – e, conseqüentemente, pode haver autênticos reis, ou, para utilizar uma expressão da literatura austríaca, genuínos “príncipes do espírito” (MUSIL, 1989 [1930] p. 110)¹⁶⁰, impedidos de exercerem sua condição de estadistas moralmente comprometidos com o bem comum na medida em que estejam vulneráveis às possíveis conseqüências nefastas derivadas de expressarem opiniões que divergem, por assim dizer, do poder instituído. Ademais, neste particular, parece adequado parafrasear a manifestação atribuída a Arquimedes de Siracusa¹⁶¹, e afirmar que, no domínio das deliberações de interesse coletivo, ao ser dada a um ser humano, cuja formação moral o autorize a tratar adequadamente¹⁶² dos interesses em benefício do bem comum, palavra verdadeiramente livre e um ponto de apoio, ser-lhe-á possível mover muito do “mundo” das impropriedades que, por uma ou outra motivação insustentável diante de uma análise mais efetivamente comprometida com o bem comum, estejam vigendo até então, ou almejem a condição de válidas; o ponto de apoio necessário,

¹⁶⁰ O autor, na referida página, utiliza a expressão no singular: “príncipe do espírito”.

¹⁶¹ A Arquimedes (287 a.C. – 212 a.C.), matemático, físico e inventor grego (Magna Grécia), é atribuída a frase: “Deem-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu moverei o mundo”.

¹⁶² Um tratamento adequado quanto à observância do bem comum precisa ser orientado por princípios. E, não obstante estes contribuam para definir, de modo razoavelmente objetivo, o que se possa compreender como bem comum, em algum momento a questão, de natureza marcadamente substantiva, precisa admitir que sua substância, conquanto exerça nítida diferença quando aplicada a situações práticas, contém parcela não negligenciável de conteúdo, por assim dizer, inefável. Todavia, é importante destacar que essa qualidade de tal parcela não pode servir de justificativa para que alguém, interessado em não aprofundar o diálogo sobre o que deve ou não ser considerado como (moralmente) relevante no tratamento de uma questão de interesse coletivo – possivelmente por perceber que tal procedimento revelará a vulnerabilidade dos argumentos que defende –, proponha que não se deva levar a efeito tal aprofundamento.

neste caso, é a garantia plena de sua inviolabilidade no uso da palavra.

Ainda no que se refere ao problema da liberdade responsável considerado no contexto de uma justiça social substantiva, há um elemento que tem importância especial em razão da incerteza que, com maior ou menor intensidade, caracteriza toda ação humana que deve ser levada a efeito em tempo futuro: porque a complexidade das relações humanas e dos fenômenos do ambiente natural é de tal natureza que, a rigor, não se tem garantia plena de que as coisas efetivamente acontecerão no modo como inicialmente planejado. Diz respeito a situações nas quais existem projetos que requerem a contribuição de faculdades criativas comprometidas com originalidade, como o são, por exemplo, aqueles que envolvem, nos domínios da ciência e da tecnologia, e mesmo no filosófico, o desenvolvimento de pesquisa genuinamente original: uma atividade de pesquisa assim qualificada – diferente, por exemplo, da execução de um conjunto de tarefas, previamente definidas, que não guarda compromisso com criação original; e também da aplicação de conhecimentos já existentes, com alguma eventual adaptação relativamente pouco expressiva (não original), a um estudo de caso particular; situações essas em que é possível conceber, de antemão, um conjunto de resultados previsíveis, cabendo à execução das atividades a função de revelar qual deles se manifesta no caso em questão – tem, em um sentido fundamental, no desconhecimento prévio de qualquer resultado, e mesmo de se existe ao menos um deles, a essência de sua realização; fosse de antemão conhecida a originalidade da contribuição da pesquisa, ao ponto de ser possível assegurar-lhe, no momento de sua realização, que com ela se chegaria a algum resultado (que, no caso, precisa ser original), e não se estaria, a rigor, trabalhando com pesquisa genuinamente original. Consequentemente, a liberdade necessária para investigar com originalidade não pode estar associada à responsabilidade por consecução de resultado algum: a isenção de obrigatoriedade de chegar-se a resultado decorre da necessidade de manter-se o compromisso com originalidade genuína. Tal liberdade já está comprometida com as responsabilidades de investigar o novo, o (ainda) desconhecido, e de observar criteriosamente, no exercício dessa responsabilidade, o imperativo ético científico de anunciar uma novidade se, e somente se, o desenvolvimento da pesquisa, em função dos resultados (que podem ou não ser)

obtidos, assim o autorizar: uma vez que ninguém pode conhecer, de antemão, aquilo que ainda não se conhece, não pode haver garantia prévia de que algo original, em processos dessa natureza, venha a ser conhecido. Já no contexto dos projetos que não requerem o desenvolvimento de pesquisa original, é possível estabelecer uma relação entre responsabilidade e liberdade de execução, na medida em que, no momento de sua concepção, estejam definidas condições de observação obrigatória: nesse caso – como em toda situação cujo grau de complexidade justifique acompanhamento cronológico periódico quanto ao cumprimento das etapas previstas, com possibilidade de efetuarem-se, em tempo, alterações suficientes para que se chegue a uma conclusão exitosa –, e só nesse caso, cabe atribuir responsabilidades no contexto de eventos planejados para acontecerem no futuro; e isto porque, na medida em que existe adequado acompanhamento das ações, com possibilidade de intervenção tempestiva no caso de imprevistos, o caráter de futuro do projeto assume, por assim dizer, uma condição de série de eventos presentes (as etapas), cada qual – em um projeto que não depende de pesquisa original – com condições de ser adequadamente resolvida, seja no modo como inicialmente planejada, seja por meio de intervenções decididas posteriormente diante de eventos imprevistos. Liberdade responsável, em um contexto de justiça social substantiva, precisa observar todas essas condicionantes: não observá-las pode significar ou uma tentativa, consciente ou não, de subtrair da liberdade sua irrenunciável natureza livre – e aí não mais se pode falar de liberdade – ou uma tentativa de a ela atribuir uma responsabilidade que, por natureza, não lhe cabe – e aí não mais se pode falar de justiça, em termos substantivos.

A ideia de “igual consideração e igual respeito”, defendida por Dworkin, quando aplicada ao contexto das relações que excedem a vida privada, parece enriquecer-se em termos substantivos quando ao respeito adiciona-se, para além da qualidade de igual, aquela de genuíno: porque não parece suficiente que, em tais relações, as pessoas sejam todas igualmente tratadas; há necessidade de definir-se que esse respeito seja dotado de suficiente substância, capaz de não interferir deliberadamente tanto no direito que as pessoas têm de manter seus sistemas valorativos próprios ou internos como no de que elas os exteriorizem, ao viverem as vidas boas dignas que escolherem – na medida, é claro, em que essas manutenção

e exteriorização não representem prejuízo à observação efetiva do valor essencial da dignidade da pessoa humana, conforme este é caracterizado no presente trabalho. No que se refere à igualdade de consideração, na medida em que – como se considera neste trabalho – uma sociedade justa coincide, em boa medida, com uma sociedade republicana¹⁶³, fundamentada em valores que são de toda ela, todos os seus cidadãos são iguais em dignidade; cabendo, por necessidade de observar-se essa qualidade essencial que os iguala a todos, – conforme, e pelo motivo, evidenciado na Seção 4.2.1 –, reconhecer a validade de tratamento diferenciado unicamente em função de gênero, de idade, de estado de saúde ou de portabilidade de necessidade especial, e de significativo isolamento geográfico e cultural; mas unicamente na estrita medida em que essas condições requeiram tal diferença em razão de estado que demande tratamento especial. E todas essas três observações – referentes à vida, à liberdade responsável e ao direito a igual consideração e a igual e genuíno respeito –, que se referem ao modo como as pessoas se relacionam entre si, e ou tomam decisões que impactam nas vidas de outras pessoas que integram uma mesma coletividade, precisam, em situações consideradas normais¹⁶⁴, por um problema de coerência com as ideias que defendem, contar com aceitação, de boa vontade, por parte dessas pessoas.

¹⁶³ A caracterização de uma sociedade como republicana é feita na Seção 4.2.1, em especial na nota de rodapé nº 120. A decisão de considerar-se, neste trabalho, que uma sociedade justa se aproxima, em boa medida, da concepção de uma sociedade republicana (no sentido da mencionada caracterização) repousa no reconhecimento de que a ideia de justiça social, para além de não oferecer empecilho a que as pessoas possam viver as vidas boas e dignas que escolherem, precisa guardar compromisso consequente com um conjunto de valores reconhecidos pelo conjunto de seus membros. Não se está, com isso, a dizer que sociedades fundamentadas em valores mais individualistas, como alguma variante mais extremada de liberalismo pode sugerir, não encontrem condições para exercício de justiça social: o que se afirma é que, quando se pretende que o conceito de justiça social assuma conteúdo significativo com respeito a assegurar condições de vida digna a todas as pessoas de uma coletividade, é necessário – diante do atual estágio de desenvolvimento das sociedades reais, consideradas em seu conjunto – que as sociedades assegurem por princípio – ou, para usar um termo mais republicano, por constituição – que todos os seus cidadãos e suas famílias tenham garantidas essas condições, não apenas em termos de previsão em regulamento, mas, e principalmente, por ser interesse caro ao conjunto dos cidadãos que constituem, por assim dizer, a *pólis* republicana, que sua coletividade a todos assegure, de fato, condições para viverem uma vida digna. E esse compromisso substantivo parece mais evidente no modelo republicano do que, por exemplo, em variantes não republicanas das tradições democrática e liberal.

¹⁶⁴ Diante de situações admitidas – com amparo de uma razão fundamentada, em termos substantivos, no valor da dignidade da pessoa humana, e aceita por considerável parte de uma coletividade – como extraordinárias, pode ser necessário estabelecer, em caráter excepcional e provisório – com delimitação de início e de final do período de sua vigência –, a compulsoriedade de tal observação.

4.4.2 O preceito do bem viver

Enunciado: A experiência de bem viver possui valor intrínseco, por cuja razão deve ser assegurado a toda pessoa o direito de viver a vida boa e digna com que mais se identifique.

A ideia de que as pessoas merecem viver bem as vidas boas com as quais se identificam é percebida, ao menos em algum aspecto importante, no modelo de desafio apresentado por Dworkin, no compromisso com liberdades substantivas reais, defendido por Sen, e no conceito ético-político incompleto de justiça de Heller. No que se refere às vidas boas, identifica-se, inicialmente, que existe uma pluralidade de possibilidades de viver de maneira boa e digna, de modo que cada pessoa deve poder escolher, entre as várias que conhece, aquela com que mais se identifica. É importante ter em conta que, para a realização material dessas vidas boas, existe necessidade de dispor-se de conjuntos de recursos materiais; de maneira que uma sociedade que se pretenda justa não pode evitar posicionar-se quanto ao acesso a tais recursos.

Falar de justiça no contexto de recursos é tratar de sua variante conhecida como justiça distributiva, a qual, para além de problema filosófico, constitui problema econômico clássico quando se considera a Economia, em termos substantivos, na qualidade de ciência social aplicada; problema que, por sua natureza, requer permanente gestão. E o problema fundamental da justiça distributiva é definir que parcelas dos bens e dos serviços econômicos devem estar disponíveis a que integrantes da sociedade economicamente organizada, e o fundamento para tal distribuição. Uma aplicação especialmente interessante do problema da justiça distributiva diz respeito à importante questão de se a sociedade deve ou não reservar alguma parte da produção dos bens e dos serviços a ser destinada ao consumo de pessoas que não hajam contribuído diretamente no processo de sua produção nem hajam remunerado diretamente, com recursos financeiros próprios, as pessoas que a elas os tenham disponibilizado; e, em caso afirmativo, com base em que conjunto de critérios deve-se proceder à correspondente distribuição. Ao admitir-se – como se faz neste trabalho – que uma coletividade tem o dever irrenunciável de assegurar condições de vida digna a todos os seus membros que

realmente¹⁶⁵ não encontrem, com seus próprios recursos, condições de viver com dignidade, resta claro que a primeira parte do problema não admite senão a resposta positiva: de modo que a questão da justiça distributiva se resume, em termos práticos, a definir o mencionado conjunto de critérios. Necessário faz-se, portanto, definir o conjunto de elementos que precisam ser atendidos para que – diante de uma análise comprometida de modo consequente com o conteúdo que uma vida dignamente vivida precisa ter – se possa assegurar, no plano institucional, que na comunidade em questão, todas as pessoas disponham de condições (ou recursos) suficientes para viverem de modo digno¹⁶⁶. E é fundamental, também, que a coletividade, por meio das autoridades legitimamente constituídas, estimule, de modo proativo, iniciativas no sentido de possibilitar que, idealmente, nenhum de seus membros precise depender permanentemente de recursos assistenciais, mas sim que cada um dos quais encontre, ao final de um tempo considerado razoável para sua qualificação, condições para estar inserido no conjunto das pessoas ou famílias que conseguem assegurar, com recursos próprios, o atendimento a todas as condições necessárias a uma vida digna, em termos objetivos derivados de uma adequada objetivação da concepção (substantiva) de dignidade da pessoa humana. E parece que o modo mais adequado para se assegurar esse atendimento, por assim dizer, assistencial, com vistas a garantir que as vidas boas, ao menos em seu componente diretamente relacionado às condições para uma vida digna, encontrem possibilidade de efetiva realização, não pode prescindir de adequada institucionalização; e que a solução financeira satisfatória para mantê-la deve, de preferência, ser levada a efeito por meio do expediente da tributação¹⁶⁷. Porque a partir do momento em que uma comunidade reconhece que é um valor importante, para ela mesma, assegurar que um conjunto de critérios, por serem reconhecidos

¹⁶⁵ É importante explicitar que a assistência coletiva é destinada unicamente a quem, quando se consideram condições razoáveis de obtenção, por conta própria (ou de sua própria família), de meios suficientes para atendimento a suas necessidades básicas, de fato, por algum motivo evidente, não esteja possibilitado de consegui-las; e, é claro, somente enquanto tal impossibilidade permanecer.

¹⁶⁶ O que não dispensa a comunidade de realizar acompanhamento institucional de todas as pessoas a quem preste assistência, uma vez que, como é comum que um mesmo conjunto de recursos possa prestar-se a diferentes usos, pode acontecer que as pessoas que recebem auxílio comunitário, por um ou outro motivo, acabem por não utilizá-los em conformidade com o objetivo que motiva, do ponto de vista coletivo, a concessão de tais recursos.

¹⁶⁷ Foi por esse motivo que, na Seção 4.2.3, fez-se menção ao mercado hipotético de seguros, proposto por Dworkin.

como indispensáveis a que se possa viver de modo digno, esteja contemplado na vida de cada um de seus membros, é razoável admitir que essa mesma comunidade defina que cada um dos indivíduos que a compõem deva aceitar, como parte de sua responsabilidade, “que pertencem a uma comunidade de igual consideração” (DWORKIN, 2005 [2000], p. 160), admitindo-se esse pertencimento não de maneira meramente formal, capaz de obrigar ou de constranger a, em certos momentos, agir social ou coletivamente em conformidade com uma ideia de pertencer-se a uma comunidade, mas sim em termos de *efetivo* sentimento de pertença comunitária, suficiente para que as pessoas se importem de fato com a sorte das outras pessoas que também integram a mesma comunidade, no que se refere a poderem viver, todas, com dignidade, ao ponto de aceitarem, livremente, a criação e a manutenção de instituições sociais ou comunitárias financiadas com tributos e destinadas a assegurar condições de vida digna a todos.

É importante considerar, ainda, que no contexto de uma comunidade genuína¹⁶⁸, o estabelecimento de uma adequada prática tributária pode assumir condição de exigência moral e também psicológica¹⁶⁹. Moral porque, uma vez que as pessoas que, ao menos momentaneamente, não dispõem de recursos financeiros e nem de meios dignos razoáveis que possibilitem, a elas e a seus dependentes familiares, viverem de modo digno, já se encontram em situação de forte necessidade, não é razoável (e, em termos substantivos, poder-se-ia dizer que nem seria justo) que a concessão de recursos financeiros e de bens de consumo não duráveis destinados ao atendimento de suas necessidades de viver dignamente, pelo tempo em que, realmente, não dispuserem de tais meios dignos e razoáveis, deva estar condicionada a obrigação de pagamento no futuro. Psicológica porque, com o estabelecimento de instituições sociais financeiramente mantidas por meio de tributos, evitam-se em medida importante dois desconfortos: o de as pessoas que necessitam dos recursos emergenciais verem-se envergonhadas de pedir a outras (pessoas como ela, não institucionais) que as auxiliem a viver de modo digno; e também o das pessoas que dispõem de recursos suficientes não apenas para suas

¹⁶⁸ Com a qualificação de *genuína* quer-se, aqui, dizer que, em tal comunidade, um sentimento de pertença sensível às condições reais que todas as pessoas que a integram devem ter para viverem dignamente é compartilhado, em alguma medida significativa, se não por todos, ao menos por uma expressiva maioria de seus membros.

¹⁶⁹ Uma análise de ambas as exigências permite reconhecer naquelas de motivação psicológica também um considerável componente de motivação moral.

necessidades relacionadas à condição de vida digna, mas, também, para viverem a vida boa e digna que tenham escolhido no que se refere ao componente dessa vida que a diferencia de boa parte das demais possibilidades de vida boa reconhecidas por outras pessoas na coletividade, as quais, ao saberem que contribuem para que uma instituição (cujo trabalho, naturalmente, precisa ser eficiente e eficaz) responsável por assegurar que todas as demais pessoas da comunidade estão, de fato, em condições de viver, se não uma vida boa mais completa, no modo como prefeririam, ao menos com dignidade, não se veem na desconfortável situação decorrente de, ao pretenderem contribuir para que ao menos mais algumas pessoas possam viver de modo digno, perceberem que, em boa parte dos casos – se não em sua maioria –, o auxílio que prestam, em que pese, naturalmente, seu mérito moral, e o benefício, ainda que temporário, experimentado por quem recebe a ajuda, não são suficientes para assegurar que o objetivo almejado – o de todas as pessoas na comunidade estarem vivendo de modo digno – esteja, de fato, sendo conseguido.

É claro que o recurso ao expediente da tributação precisa observar critérios justos: deve, primeiro, contar com eficientes mecanismos de controle, para assegurar que todos os que devem pagar tributo façam-no no momento e no valor definido; e também deve haver uma razoável proporcionalidade de valor a pagar, ao menos em termos absolutos: estes são dois problemas clássicos de engenharia tributária, cuja observação é indispensável quando se pretende conceber um sistema de tributação amparado por uma ideia consequente de justiça social. Ademais, para além dessas observações de natureza tributária, pode-se e, ao menos em certa medida, deve-se estabelecer um meio de comunicação social por meio do qual se disponibilizem, a todo e a qualquer cidadão que por elas possa estar interessado, informações sobre os gastos públicos – que, juntamente com a arrecadação, constituem os elementos principais com base nos quais se pode avaliar a adequação de uma política fiscal –; e que isto seja feito com acesso relativamente rápido e prático a tais informações, e com a transparência necessária para assegurar a credibilidade da política fiscal em vigência. E, no que se refere aos elementos que, para além daqueles responsáveis pela garantia do adequado atendimento a todas as condições coletivamente reconhecidas como necessárias a uma vida digna – e, com referência à correspondente ideia substantiva,

adequadamente objetivadas –, é razoável admitir que cabe a cada pessoa atuar de modo lícito – porquanto observa o valor essencial da dignidade da pessoa humana, além de não colidir com regulamentos válidos na vida social ou comunitária – em prol da realização daquilo que contribui, nas palavras de Sen, “para levarem vidas diferentes que elas possam ter razão para valorizar” (SEN, 1990, p. 112; tradução nossa).

4.4.3 O preceito da bondade

Enunciado: As relações entre os seres humanos devem ser presididas pela bondade, valor essencialmente substantivo, dentro de uma ideia de justiça que não se completa com menos do que ser bom.

A ideia de que a bondade, de algum modo, envolve a justiça, presente no pensamento de Heller e também no de Ricœur, independentemente dos contextos (mais) específicos em que cada um desses autores possa tê-la desenvolvido, bem como de suas respectivas motivações, encerra, em si, potencial especialmente valioso. Porque, conforme visto na Seção 4.3.3, se com referência a essa ideia for válido admitir – como parece sê-lo – que o envolvido está contido no envolvente da mesma maneira como, em teoria dos conjuntos, um conjunto está contido em outro, então a justiça passa a assumir condição de caso particular da bondade; condição da qual deriva uma consequência interessante: a de que ser justo implica, em alguma medida relevante, em ser bom. A formalidade com que se apresenta a questão é suficiente para assegurar que, ao admitir a justiça como caso particular da bondade, não se está querendo atribuir à justiça todo um conteúdo que, como admite Heller – conforme visto na Seção 4.3.3 –, está além dela; afinal é a justiça que se considera formalmente contida na bondade, e não o contrário. Já a justiça, na condição de conteúdo da bondade, não pode existir, em termos substantivos, sem que sua manifestação seja evidentemente um exercício desta última virtude.

Trabalhar com elementos substantivos – como o são a justiça e a bondade – invariavelmente conduz a que, em algum momento, seja necessário reconhecer a inefabilidade de seus conteúdos. Ao admitir-se, como aqui se faz, que todo ato justo deva ser bom, tem-se que o reconhecimento do caráter justo (e bom) de um ato,

quando se está interessado – como é o caso neste trabalho – em justiça e bondade substantivos, encontra fundamento último e suficiente em elementos de natureza subjetiva. Porque os efeitos dos atos justos e bons, conquanto possam ser, em alguma medida, racionalizados e objetivados, são percebidos no plano do conforto psicológico que as pessoas diante deles sentem – do mesmo modo como acontece, em termos de desconforto, com os efeitos dos atos injustos e maus. O benefício da justiça e da bondade é *sentido* pelas pessoas e pelas comunidades, que, dependendo da intensidade desse sentimento, por meio do importante recurso da memória, podem mantê-lo e transmiti-lo por muitas gerações. Assim, é importante reconhecer que tanto a bondade como a justiça somente encontram reconhecimento pleno no campo dos sentimentos das pessoas: o que não impede que a sociedade procure definir regras de comportamento que visem a promover as condições para que os sentimentos de justiça e de bondade se manifestem; e evitar, no limite do razoável, a manifestação de seus respectivos opostos, a injustiça e a maldade. Nesse contexto, é importante atentar também para a forte materialidade que caracteriza o bom e o justo e, ainda mais, o mau e o injusto, no sentido de que o reconhecimento dessas qualidades é tão real nas vidas das pessoas como o é, por exemplo, a existência de um bem econômico material de que elas possam ser proprietárias; e também a ausência delas é percebida de modo tão real como se percebe a ausência de um bem econômico material, por exemplo, quando ele é furtado; unicamente que a natureza da materialidade é diferente no caso do sentimento e no caso do bem econômico material.

A exigência de que todo ato justo seja também manifestação de bondade, em contextos em que o exercício da justiça demanda atenção *especial*¹⁷⁰, requer encaminhamento ao menos a três questões: a primeira diz respeito a como a bondade, em que pese sua natureza substantiva, pode ser objetivada, em alguma medida importante, para que se possa explicar por que razão, substantivamente fundamentada, determinado ato justo é também bom; a segunda, a a bondade do ato justo necessitar ou não ser proativa; e a terceira, ao modo como o exercício da bondade deve ser substantivamente considerado diante de visões e interesses

¹⁷⁰ Considera-se que o exercício da justiça demanda atenção especial quando, no contexto de uma situação particular, ao menos duas pessoas manifestam sua divergência quanto a qual deve ser o procedimento justo.

distintos comumente presentes em tais contextos. É necessário, pois, dedicar tratamento adequado especial a cada uma delas.

No que se refere, primeiro, ao modo como a bondade, virtude substantiva, pode encontrar objetividade suficiente quando manifestada por meio da justiça, vê-se que existem ao menos duas condicionantes que devem ser atendidas. A primeira diz respeito a que o ato justo deve observar, de modo correto, todos os preceitos éticos que, aplicados à situação específica, forem capazes de nela interferir significativamente. Porque é plausível admitir que, em uma situação em que atenção *especial* é requerida ao exercício da justiça, existe sempre uma compreensão razoável do encaminhamento que a situação exige: razoável porquanto baseada em uma adequada compreensão factual e de motivações e comprometida com a aplicação dos preceitos éticos relevantes ao caso. Quando da compreensão dos fatos e das motivações deriva alguma pretensão de interferir na vida de alguma pessoa contrariamente a sua própria vontade, tal compreensão deve basear-se unicamente em certezas inequívocas: para muito além da deselegância, as consequências de supor-se, sem prova genuína, que alguém deva ser responsabilizado por algo contrariamente a sua vontade é prática decididamente contrária à virtude. Já o da identificação dos preceitos éticos relevantes precisa atentar para o modo como cada princípio encontra materialidade para ser aplicado no caso específico: nesse particular, na eventualidade de alguma pessoa diretamente envolvida entender que um determinado preceito ético não é relevante no caso, e ou que outro, ainda não contemplado, seja-o, deve ser-lhe assegurado o direito de expressar, amplamente, seu ponto de vista, tendo em vista, sempre, o bem comum, aqui compreendido como o bem que, tanto quanto se pode dele razoavelmente conhecer, não oferece, nem mesmo indiretamente, prejuízo indevido a pessoa alguma. Naturalmente faz muita diferença dialogar acerca do justo quando se acredita, de antemão, que o resultado será justo e – em um contexto em que cada pessoa que dialoga esteja realmente comprometida com o bem comum – bom para todas as partes envolvidas, e quando se estabelece, logo de início, uma racionalidade em que cada pessoa deve, por assim dizer, encontrar meios, verdadeiros ou não, para esquivar-se dos efeitos negativos decorrentes de sua responsabilização. A uma concepção de justiça efetivamente comprometida com a

bondade, diante dessas duas possibilidades, não há alternativa senão endossar a primeira. Reconhece-se, portanto, que a bondade, ao assumir razoável objetividade no contexto da justiça, não pode deixar de manifestar-se observando-se pelo menos duas atitudes: o compromisso de, com a aplicação de princípios éticos adequados a fatos definitivamente comprovados, identificar-se o melhor procedimento, isto é, aquele que, mantendo compromisso com o bem comum, reconhece responsabilidades unicamente na medida em que estas estejam provadas, de modo inequívoco, e não ocasiona prejuízo injustificado a pessoa alguma; e a adoção de uma racionalidade que incentive a manifestação da verdade, com vistas a um bem comum, ao invés de estimular a defesa de pontos de vistas individuais, à maneira de quem pretende esquivar-se de assumir responsabilidades cujas consequências sejam indesejáveis.

Com respeito a a bondade do ato justo precisar ou não manifestar-se de modo proativo, o que se tem a identificar é se, em um contexto em que a justiça é admitida como manifestação particular da bondade, e em que seu exercício demanda atenção *especial*, é ou não possível um ato ser considerado justo quando dele, além de não resultar maldade, também não resulta bondade. Em outras palavras: saber se é ou não admissível, em tal contexto, a neutralidade da justiça em relação à bondade, no sentido de ser suficiente ao ato justo que não se manifeste contrariamente àquela virtude. A resposta a esta questão é satisfatoriamente respondida pelas considerações apresentadas no parágrafo imediatamente anterior, ao tratar do problema da objetivação da bondade no contexto da justiça. Porque a partir do momento em que, no que respeita ao mérito de uma questão real em análise, devam ser observados o respeito à dignidade da pessoa humana, que não pode ser coagida a aceitar uma responsabilidade que não haja sido definitivamente provada ser sua, e uma racionalidade que incentive, por meio do diálogo, a busca de uma solução justa e, na medida em que cada pessoa que dialoga esteja realmente comprometida com o bem comum, boa para todas as partes envolvidas, assegura-se a existência de substância de bondade no processo de exercer a justiça. Pode-se, portanto, considerar que um processo cujo exercício de justiça demande atenção *especial*, contanto que seja levado a efeito com observância efetiva de tal respeito e de tal racionalidade, ao menos por observar a ambos já

consegue agir proativamente em termos de manifestação da bondade.

E quanto à maneira como o exercício da bondade deve ser substantivamente considerado diante de visões e interesses distintos, comumente presentes em contextos em que o exercício da justiça requer atenção *especial*, é importante ter em conta que todo o processo de argumentação precisa observar, por um lado, a dignidade da pessoa humana, de modo que nenhuma decisão justa, quando se considera que a justiça é manifestação especial da bondade, pode resultar em dano¹⁷¹ a pessoa alguma. Entretanto, é fundamental considerar, também, que as decisões a serem tomadas devem observar, para além da dignidade da pessoa humana, compromisso consequente com o bem comum. Não vale, portanto, nesse contexto, o raciocínio individualista que se mostra indiferente ou contrário aos *legítimos* interesses da coletividade. E a questão da legitimidade, aqui, é decisiva. Porque definitivamente não é o caso de, ao considerar a justiça como manifestação especial da bondade, admitir que a vontade da maioria, simplesmente por ser majoritária, seja motivo justo e bom para interferir na vida boa que alguém, em conformidade com os valores da dignidade da pessoa humana e com as regras válidas na comunidade em que vive – aquelas que não colidem com a primeira –, buscou viver, quando essa interferência não é aceita por aquele alguém. Pode até ser que essa maioria, com base em um argumento correto e substantivamente fundamentado no valor da dignidade da pessoa humana, e comprometido com o bem comum, tenha razão no que reivindica: mas, se for esse o caso, faz muita diferença que o atendimento àquilo que a maior parte das pessoas defende aconteça em razão de tais fundamento e compromisso, no contexto de uma sociedade republicana¹⁷², no modo como esta é caracterizada na Seção 4.2.1, na qual todos os cidadãos são iguais em dignidade; ou, simplesmente, em razão de a maioria contar mais votos que os demais. Em termos substantivos, no primeiro caso

¹⁷¹ Esta exigência é especialmente importante porque dela deriva, à maneira de corolário, que quando se considera a justiça como manifestação da bondade, qualquer pretensão punitiva somente se justifica na medida em que se faça substantivamente necessária para estabelecer, por assim dizer, um equilíbrio de bondades momentaneamente perturbado: ou em outros termos, pode-se dizer que, em tal contexto, os pesos da balança da Justiça não podem ser de outro material que não de bondade.

¹⁷² Conforme expresso na Seção 4.2.1, e pelas razões lá apresentadas, admite-se que em uma sociedade republicana, à exceção das diferenças de gênero, de idade e de condições de saúde e de portabilidade de necessidade especial, e de significativo isolamento geográfico e cultural, no modo como em tal Seção é explicitado, é vedada a prática de concessão de benefícios unicamente a determinados grupos sociais e não a todos.

tem-se o primado do necessário respeito a todas as pessoas; no segundo, o do desrespeito à minoria, ou a parte dela (minoridade ainda menor!). Diante dessas duas possibilidades, somente a primeira pode aspirar a ser reconhecida, em termos substantivos (como, naturalmente, deve sê-lo), como boa e justa. Entretanto, é importante dizer, também no que se refere às diferenças de visões e de interesses, que todo processo de diálogo em torno das decisões em contextos em que o exercício da justiça requeira atenção *especial* deve ser conduzido de acordo com uma racionalidade efetivamente comprometida com a busca de uma solução justa e, na medida em que cada pessoa que dialoga esteja realmente comprometida com o bem comum, boa para todas as partes envolvidas.

Mas, e quanto ao perdão? A relação entre justiça e perdão, que, conforme visto na Seção 4.3.3, também mereceu manifestações tanto de Heller como de Ricoeur, pode contribuir no contexto de uma justiça social efetivamente comprometida com a bondade, e fazê-lo de um modo essencialmente importante: por meio da promoção de uma cultura de paz proativa, que não apenas se contenta com a ausência de conflitos, mas que reconhece que uma vida, individual e comunitária, em que não existem questões passadas a serem resolvidas é muito melhor do que uma em que se pretende, no futuro mais próximo possível, encontrar ocasião para manifestar ao outro o descontentamento oriundo de um evento desagradável que ainda está presente na mente e no coração de quem tenha-se sentido ofendido. O problema é importante: dele decorre toda uma sucessão de conceitos que se passa a ter dos outros e, em consequência deles, todo um modo de relacionamento, mais ou menos cortês, mais ou menos respeitoso. E a solução para ele parece passar por uma necessária reestruturação dos valores que presidem as relações sociais. É que as pessoas, ao viverem em sociedade, interessam-se em boa medida pelo conceito que os outros – e em especial o que alguns deles – têm delas: porque, em que pese existir um sentimento de consideração que as pessoas normalmente têm para com as demais em razão de serem, todas, seres humanos, para a grande maioria das pessoas parece importar, e muito, o modo como algumas poucas pessoas as consideram, ou o conceito que essas pessoas delas têm. Se, no meio comunitário mais próximo, no qual são reconhecidas e atuam de modo mais direto e consequente, a medida da estima e do reconhecimento depende de que a

pessoa exija satisfação de alguém que a haja ofendido, provável e infelizmente será isso que ela fará; diferente de se, ao contrário, tal comunidade valorizar, ao invés de a atitude de exigir retratação, aquela de buscar solução satisfatória por meio do perdão. Considerando que, lamentavelmente, não é incomum as pessoas esperarem da justiça algum tipo de vingança; que uma justiça social substantiva, quando efetivamente comprometida com a bondade, não pode – questão de coerência! – ser vingativa; e que os efeitos deletérios das agressões experimentadas – dotados que são de existência real, apenas que com materialidade diferente daquela dos fenômenos estudados pela Física, ao menos na especialidade clássica desta ciência –, quando graves, precisam de adequado tratamento para serem neutralizados, com o qual seja possível estabelecer um saudável reequilíbrio interno de forças e sentimentos morais em quem os haja sofrido, a adoção de uma atitude cultural comprometida, primeiro, com o genuíno perdão das ofensas, e depois, caso exista ainda algo a resolver, com a ideia de que o outro, apesar do dano promovido, continua a ser pessoa humana e, conseqüentemente, merecedor de tratamento digno no limite em que – posta à parte a agressão cujos efeitos se consideram – estiver em condição de recebê-lo dignamente, parece apresentar-se como necessária quando se compreende que o justo deva ser também bom: com efeito, não seria exagero dizer que de uma concepção de justiça social substantiva efetivamente comprometida com a bondade não se pode esperar menos.

4.4.4 O preceito da ética ambiental

Enunciado: As relações, individuais e coletivas, dos seres humanos com o meio ambiente natural devem observar uma genuína ética ambiental antropocêntrica.

Uma vez que a relação entre Economia e meio ambiente ocupa-se da avaliação (econômica) especificamente relacionada a recursos naturais, é essencial que uma ideia de justiça social substantiva concebida para ser posta em prática no contexto dessa relação guarde compromisso com alguma concepção de ética ambiental. Ao interagir com o meio ambiente natural, as pessoas, individual e

coletivamente, exercem impactos sobre ecossistemas, nos quais, além delas, vivem seres não humanos; de modo que uma reflexão séria sobre justiça, neste sentido, qualificada como socioambiental, precisa encaminhar adequadamente, primeiro, o problema – ético – que se resume em saber se os humanos podem ou não dispor da vida de outros seres; e, no caso de podê-lo, em definir, no que se refere a tal disposição, quais preceitos éticos devem ser observados. Neste trabalho, a reflexão sobre ética ambiental é desenvolvida no Capítulo 3; e é com base no resultado daquela reflexão que se estabelecem os preceitos aqui apresentados.

Inicialmente, e conforme expresso no Capítulo 3, mais especificamente na Seção 3.1.4, cabe considerar que a ética ambiental admitida como válida neste trabalho é, por duas razões, antropocêntrica. A primeira, de natureza procedimental, porque toda ética conhecida se fundamenta na capacidade humana de filosofar; é manifestação prática da reflexão teórica orientada por motivações e sentimentos humanos. A segunda, de natureza substantiva, porque reconhece como lícito os seres humanos, em condições específicas, disporem da vida de seres não humanos; e a adjetivação de genuína, a ela atribuída, reforça que, uma vez definidos limites para a disposição e mesmo para a interferência dos seres humanos relativa a seres não humanos, tais limites precisam ser observados na qualidade de compromisso. E uma vez que a ética ambiental pode assumir diferentes manifestações – contanto que, éticas que são, observem, todas, ao menos o compromisso com a dignidade da pessoa humana –, definir o modo como ela deve influir no contexto de uma justiça social implica, na medida em que deva orientar ações e relações entre seres humanos e ecossistemas, em definir os limites a serem nelas observados.

Neste trabalho, pelas razões apresentadas no Capítulo 3, de modo mais específico na Seção 3.1.4, admite-se que um comportamento ambientalmente ético deve observar compromisso com a conservação da biodiversidade, com a preservação do equilíbrio de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, com a saúde dos seres humanos e com produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis; e admite-se como social e ambientalmente justo o comportamento que observa esse compromisso. Estabelecer que a justiça está vinculada à observação de um conjunto de critérios faz que a manifestação do justo aconteça por meio de procedimento formal;

entretanto, é importante ter em conta que essa formalidade é apenas um meio para objetivar, de modo mais prático, um conteúdo substantivo: porque, é certo, faz muita diferença uma pessoa dar cumprimento a um conjunto de preceitos unicamente por serem regras, e fazê-lo porque se compreende serem eles meios adequados para a manifestação objetiva de valores com os quais ela se identifica. Entretanto, no contexto de uma justiça social ambiental e eticamente comprometida, pode acontecer que algumas pessoas não concordarem com a observação dos preceitos éticos em questão: e isso ao menos de três modos distintos. Pode ser que as pessoas considerem insuficiente, do ponto de vista ético, o que tais preceitos estabelecem, de modo que a motivação a seu ver principal não fica contemplada na proposta ética em questão; pode acontecer de as pessoas simplesmente não acreditarem que a observação dos preceitos seja necessária ao fim a que por meio dela se almeja; e pode ser que elas, mesmo compreendendo a importância substantiva dos preceitos para a promoção de um melhor estado de coisas, simplesmente pretendam não colaborar com o que eles estabelecem, porque, por exemplo, não veem benefício imediato para si próprias, nem para suas famílias, nem para seus amigos, e com mais ninguém além destes importam-se ao ponto de aceitarem modificar seu comportamento em razão do benefício que outras pessoas (uma coletividade, por exemplo) venham receber. Cada uma dessas situações demanda encaminhamento específico.

No primeiro caso, é necessário considerar que, mesmo sem a consideração do que a pessoa acredita ser o mais importante, na medida em que as regras estabelecem comportamento cuja observação se mostra relevante para – por assim dizer, e em sentido amplo – uma boa gestão ambiental, elas devem, do ponto de vista ético, ser observadas. A única exceção ou permissão ética para o seu não cumprimento é quando, observado o compromisso essencial com a dignidade da pessoa humana, o atendimento ao que elas preceituam colidir com aqueles valores que a pessoa reconhece como eticamente mais importantes, e isto no limite da proporção em que houver incompatibilidade entre ambos.

No segundo, do ponto de vista ético, é bom procedimento – se não mesmo necessário – as pessoas buscarem informar-se suficientemente sobre os alegados motivos substantivos para que sejam observados os preceitos éticos que lhes

parecem sem sentido. No caso de mesmo após uma busca de informação honestamente empreendida a pessoa continuar a não ver necessidade de tal observação para a consecução dos fins a que ela se propõe, a pessoa está eticamente dispensada de atender ao preceito, desde que este não esteja previsto em regulamento social de observação compulsória; já se ele o estiver, permanece a obrigatoriedade ética de observá-lo em tudo quanto não colidir com o valor essencial da dignidade da pessoa humana, na justa proporção em que seja assegurado à pessoa acesso efetivo¹⁷³ ao diálogo que deve haver nas instâncias deliberativas legitimamente instituídas, as quais, para além de estabelecerem as normas, devem estar permanentemente acessíveis para esclarecer às pessoas que, ao menos em um primeiro momento, não concordam com o que haja sido definido, as razões substantivas da obrigatoriedade; isto porquanto, de um ponto de vista ético substantivo, a responsabilidade das instâncias que definem regras de observação compulsória não se encerra no ato de promulgação destas, mas permanece com o necessário exercício de esclarecimento a todas as pessoas que, apresentando arrazoado plausível sobre por que não veem sentido no que dispõe (parcialmente) determinado regulamento de observação compulsória, propõem alterações a eles. Uma racionalidade ética a esse ponto inaugura, ao menos em algumas instâncias deliberativas, um aparentemente novo¹⁷⁴ e genuinamente responsável modo de cuidar do bem comum: é o primado da liberdade responsável, por parte dos

¹⁷³ Por acesso efetivo compreende-se que a pessoa tenha condições de manifestar suas ideias com garantia de que se elas, pelo conteúdo que apresentam, se mostrarem mais adequadas – com base na dignidade da pessoa humana – à consecução do bem, amparado por uma ética substantiva, a que se destina o regulamento, ser-lhe-á, no mínimo, autorizado agir em conformidade com a inovação pretendida. A ação no sentido de obter-se autorização é importante não porque a pessoa precise, em termos substantivos, de alguém que, por assim dizer, concorde com sua visão: mas sim por dois outros motivos, que são o respeito que se deve ter à comunidade, às decisões que ela tenha até então levado a efeito, e o bom procedimento de, em sendo possível, antes de simplesmente não observar uma decisão coletiva, ir até à instância respectiva propor as modificações que se acredita necessárias ou interessantes no caso em questão.

¹⁷⁴ A novidade aparente decorre de que, salvo em situações menos frequentes, como aquelas típicas de instâncias locais que admitem participação efetiva de todas as pessoas interessadas e que se orientam de fato pela busca da solução que melhor atende a todas as pessoas, percebe-se, em geral, considerável dificuldade para uma ideia ser recebida e, por meio do diálogo, tratada adequadamente quanto às diferenças que propõe, quando, por qualquer motivo, não existe proximidade entre as instâncias de decisão e as pessoas comuns. Quanto a essa questão, cabe destacar a fundamental importância que uma cultura de efetiva participação seja estimulada, para não acontecer de aqueles que pretendem contribuir mais diretamente com o aprimoramento das regras em vigência na comunidade, ou mesmo na sociedade em que vivem, sentirem-se constrangidos a não manifestarem sua opinião, seu ponto de vista.

cidadãos, e da competência substantivada em valores, por parte das instâncias cujas decisões se apresentam como compulsórias.

E no terceiro caso, o problema (ético) desloca seu foco das ações e procedimentos necessários à promoção do bem – que, no caso da ética ambiental, normalmente é o bem derivado de um meio ambiente adequado a uma boa qualidade de vida, na atualidade e, com base no conhecimento que hoje se tem, também no futuro – para a questão de uma pessoa estar ou não autorizada a agir contrariamente ao que preceitua uma ética, não por não concordar quanto a que seus preceitos sejam suficientes ou necessários para a consecução de um bem que se estende para além dos interesses mais imediatos de tal pessoa, mas porque ela não se interessa pela sorte das demais, daquelas que não estejam incluídas nos grupos com os quais ela (mais diretamente) se relaciona. Ora, que a ninguém é permitido agir de modo antiético resulta do próprio compromisso e da própria razão de ser da ética: que, em uma situação teórica limite – isto é, quando não se identifica praticamente identidade alguma entre pessoas e ou grupos a não ser a da condição humana comum –, precisará observar, permanente e compulsoriamente, e de modo irrenunciável, o compromisso com a dignidade da pessoa humana, e o dever de agir eticamente ao menos no limite da efetiva observação dessa dignidade. E é importante ter em conta também que a questão (ética) da possibilidade ou não de se ser indiferente quando se sabe que a adoção de determinado comportamento contribui, naquilo que cabe a cada agente, para a construção de um benefício a ser vivenciado no âmbito da comunidade, mesmo que, por circunstâncias, os beneficiados diretos não estejam no grupo de pessoas com as quais tal agente se relaciona de modo mais próximo, depende essencialmente de se está-se a falar de uma comunidade genuína¹⁷⁵ ou não: no primeiro caso, não há outra possibilidade senão a de ser comunitariamente solidário mesmo com quem não integra os grupos mais próximos; e, no segundo, não obstante a falta de identidade, obviamente não

¹⁷⁵ Em termos substantivos, uma comunidade é a consequência, ou a objetivação, de um conjunto de relações (também elas substantivas) entre pessoas que reconhecem motivação suficientemente importante para reconhecerem-se umas em relação às outras por meio de uma identidade comum. Nesse contexto, a formalização, que por vezes acompanha esse processo identitário, constitui uma forma (não essência) de comunicar, internamente ao grupo e também a outras pessoas e grupos a eles externos, que algumas características compartilhadas em comum por aqueles que integram a comunidade devem ser observadas: em que pese, nos casos em que o estabelecimento de uma comunidade exclui a possibilidade de estabelecimento de outras, ser necessário – na proporção em que se tem genuínos respeito e consideração pelas demais pessoas e grupos – informar claramente essa condição aos demais.

se pode deixar de tratar cada um dos seres humanos com a dignidade que, em razão dessa condição, lhe é própria.

Na medida em que uma justiça social substantiva se ocupa com a interação entre seres humanos e meio ambiente, parece necessário ampliar seu escopo e falar de justiça socioambiental substantiva.

Parte-se do pressuposto de que a justiça socioambiental contempla medidas equitativas de uso do meio ambiente de modo a assegurar a defesa e preservação humanas baseando todas as ações e omissões nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade em busca de alternativas que reduzam ou anulem a degradação do meio ambiente (KÄSSMAYER, 2009, p. 228).

E uma vez que os seres humanos, ao interagirem com os não humanos, em especial com os outros seres vivos, com vistas ao atendimento de suas necessidades econômicas, em considerável número de situações podem fazê-lo exercendo sobre eles maior ou menor impacto negativo, é necessário, em um contexto de justiça socioambiental substantiva, que, diante de tecnologias distintas, aquelas que exercem menor impacto socioambiental negativo recebam incentivo econômico substancialmente maior do que as que não o fazem. É importante notar que, com esse procedimento, não se exclui de antemão tecnologia alguma: observados, naturalmente, todos os critérios técnicos de segurança relacionados à saúde humana, a justiça socioambiental substantiva manifesta-se, no particular aqui considerado, ao incentivar tecnologias que se mostram mais comprometidas com a observação de uma ética ambiental. Em assuntos de justiça substantiva, o reconhecimento de determinada prática na qualidade de injusta é motivo bastante para impedir sua manifestação. E quando se considera que a ação humana sobre o meio ambiente – a qual compreende, por certo, as intervenções empreendidas com uso de tecnologias – manifestam considerável grau de complexidade, inclusive com possibilidade de haver explicações técnicas diferentes acerca de um mesmo objeto, é que se julgou acertado, no plano da justiça substantiva, não excluir de antemão qualquer uma delas, salvo quando se identifica, tecnicamente, comprometimento significativo da saúde humana.

4.4.5 O preceito da obrigação perante a justiça

Enunciado: A ninguém é permitido praticar injustiça alguma.

De modo semelhante ao que acontece com a ética, a justiça é valor de observação compulsória. Ninguém pode, com o argumento de que não pretende ser justo, deixar de considerá-la de modo efetivo. Certamente a liberdade, individual e coletiva, conhece limites, e um deles é definido pela noção substantiva de justiça. No que se refere especificamente a justiça social, a obrigação de procurar agir em conformidade com a justiça reveste-se de importância especial na medida em que a sociedade transcende a soma dos indivíduos que a compõem; ou seja, para além das relações que as pessoas mantêm umas com as outras, sobretudo com aquelas mais próximas, existe todo um substrato cultural em relação ao qual os atos humanos precisam encontrar sentido. Para além da história pessoal de cada indivíduo, de cada família, há histórias comunitárias, nacionais, e mesmo a história universal que são, por assim dizer, escritas permanentemente. E uma importante – indispensável, até – contribuição da justiça social reside, em particular, em definir referência substantiva com base na qual as relações entre as pessoas encontram melhores condições de contribuírem com o desenvolvimento dessas diferentes histórias, as quais, naturalmente, reúnem muito do sentido das vidas das pessoas e das instituições. Quando o objeto de análise guarda significativa relação com o meio ambiente natural – como acontece com aqueles com que normalmente se ocupa a relação entre Economia e meio ambiente –, é interessante qualificá-la duplamente, e falar de justiça socioambiental, em cujo contexto as ações precisam estar comprometidas tanto em termos das relações das pessoas entre si como destas com o meio ambiente natural. A avaliação econômica no contexto da relação entre Economia e meio ambiente deve observar esse duplo compromisso.

É importante compreender que o preceito de obrigação perante a justiça, para ser efetivado, pressupõe prévio reconhecimento de que a ação é injusta: no caso da presente proposta, esse reconhecimento prévio sustenta-se a partir do não atendimento *evidente* a ao menos um dos quatro preceitos de justiça anteriormente expressos. Assim, por exemplo, se o emprego de uma determinada tecnologia exerce impacto negativo sobre o meio ambiente natural, tal impacto, no contexto da presente proposta, não necessariamente é visto como injusto: se-lo-á se chegar a comprometer, de modo relevante, algum dos outros quatro preceitos de justiça.

4.5 CONCLUSÃO

A relação entre Economia e meio ambiente precisa manter compromisso também com que as decisões valorativas que promove estejam em conformidade com um conceito de justiça não apenas social mas – em razão do objeto de análise clássico com que se ocupa – socioambiental. Isto quer dizer que, uma vez que decisões econômicas exercem impacto no mundo real, é dever de quem as define levar em conta, em medida substancial, os efeitos das mesmas quanto a estarem ou não em conformidade com referências de justiça (socioambiental). Ademais, ao considerar que o meio ambiente é bem de uso comum, não surpreende que as decisões a ele referentes interessem a diversas pessoas e grupos, com motivações não apenas diferentes umas em relação às outras mas, em alguns casos, até mesmo, ao menos em um primeiro momento, conflitantes. E, desde que a Economia, para além da simples aplicação de modelos matemáticos e ou estatísticos, deva ocupar-se com a identificação de benefícios e de custos inclusive – se não principalmente – em termos substantivos, mesmo com o aumento de complexidade que isso implica, é necessário definir procedimentos objetivos com cuja aplicação seja possível, em alguma medida importante, se não identificar se estes estão sendo, por assim dizer, justos, ao menos – e isso é fundamental – se, mesmo que de modo não intencional, não estão eles sendo injustos.

No que se refere à avaliação econômica, em especial quando se considera a relação entre Economia e meio ambiente, cumpre observar que, a rigor, e conforme a linha de argumentação defendida na presente tese, o comportamento justo não é menos que aquele que observa uma ética ambiental efetivamente comprometida, em primeiro plano, com a dignidade da pessoa humana, nela compreendidos, no modo como considerado na Seção 4.4.1, os valores da vida e da liberdade responsável. Entretanto, uma observação consequente desse, por assim dizer, imperativo ético – o da dignidade da pessoa humana assim considerada – exige compromisso, primeiro, com as efetivas condições para que ele possa, de fato, existir. Tal observação é muito importante porque uma das propriedades do dinheiro é que ele pode ser utilizado para um número muito grande de utilizações lícitas, as quais, ao privilegiarem o atendimento a determinadas finalidades, normalmente

impedem que se dedique atenção, ao menos com a mesma quantidade e ou qualidade, a outras. Existe sempre, na fase inicial da permanente tarefa da avaliação econômica, a possibilidade de determinado recurso ser utilizado para outro fim: e isto, em um sentido importante mas não exagerado¹⁷⁶, revela a responsabilidade (política) que caracteriza, permanentemente, essa avaliação; e mostra, também no século XXI, a importância de considerar-se a Economia adjetivada como política, como se fazia em especial no período de seu reconhecimento e consolidação na qualidade de ciência social aplicada distinta da Filosofia (final do século XVIII e início do XIX). Entretanto, a primeira decisão ocorrer no contexto político não exime a avaliação econômica de sua responsabilidade perante a justiça social – ou, no caso específico daquela levada a efeito no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, socioambiental –: unicamente que, nesse caso, as instâncias (políticas) que, com maior ou menor percepção disso, se ocupam da tarefa de decidir que determinado uso é prioritário em relação a (todos os) outros precisam tomar a decisão fundamental no contexto dessa justiça, que – como defende-se no presente trabalho – precisa manter compromisso substantivo consequente com a dignidade da pessoa humana. Naturalmente, isto implica que todas as decisões econômicas observem, primeiro, a necessidade de garantir-se que a todas as pessoas estejam assegurados meios que lhes permitam viver dignamente. Com efeito: uma comunidade efetivamente comprometida com uma justiça social ou socioambiental que reconhece o preceito da dignidade – que, conforme visto na Seção 4.4.1, reconhece a dignidade da pessoa humana na qualidade de valor substantivo inerente à humana condição, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório – precisa, primeiro, assegurar condições suficientes para o atendimento desse compromisso essencial; conseqüentemente, quando se observa esse preceito

¹⁷⁶ É certo que ao se decidir que determinada quantidade de dinheiro será destinada ao atendimento de uma (ou mais) atividade(s), tal dotação orçamentária encontra destinação específica que, normalmente, impossibilita que ela seja utilizada para outras finalidades. Entretanto, é importante considerar que o primeiro nível de decisão (e a responsabilidade correspondente) é sempre político(a), e corresponde à instância em que se determina que tal recurso financeiro será destinado a determinada atividade ou projeto, ou ainda, em um nível mais geral, ao atendimento de determinada categoria de necessidades. O trabalho de avaliação econômica de projetos – uma vez que concentra sua atenção em diferentes possibilidades de atendimento a uma mesma necessidade (diferentes projetos) – normalmente não contempla, ele próprio, a decisão alocativa característica desse primeiro nível: a decisão de que tal quantidade de recursos financeiros será destinada ao atendimento de uma determinada necessidade normalmente precede a elaboração de projetos específicos e, conseqüentemente, a avaliação econômica deles.

no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, tem-se que, para que a utilização de recursos financeiros em projetos mantenha efetivo compromisso com justiça socioambiental substantiva, é necessário assegurar que, no caso de os projetos em análise não se destinarem à garantia de tais condições de dignidade, os recursos neles empregados não seriam necessários, no contexto do projeto em questão ou de algum outro, à garantia, ou ao menos em uma efetiva e consequente promoção, de existência de condições de vida digna. E parece que a única maneira de levar-se a efeito essa compreensão de justiça social ou socioambiental é, conforme considerado na Seção 4.4.2, por meio do prioritário e efetivo atendimento a um conjunto definido de elementos necessários para que – diante de uma análise comprometida de modo consequente com o conteúdo que uma vida dignamente vivida precisa ter – se possa garantir, no plano institucional, que na comunidade em questão todas as pessoas disponham de condições (ou recursos) suficientes para viverem de modo digno; e isto com o acompanhamento institucional e com o estímulo proativo a iniciativas no sentido de possibilitar que as pessoas ou famílias consigam assegurar, com recursos próprios, o atendimento a todas as condições necessárias a uma vida digna, em termos objetivos derivados de uma adequada objetivação da concepção (substantiva) de dignidade da pessoa humana.

Entretanto, considerando que, na maioria das situações, o trabalho de avaliação econômica em geral – e de avaliação econômica levada a efeito em contextos mais diretamente relacionados ao meio ambiente, em particular – não contempla, como deveria fazê-lo, a fase inicial de deliberação política – aquela mencionada no parágrafo imediatamente anterior –, é importante definir critérios de justiça socioambiental substantiva a serem observados também nessa situação mais comum. É certo que, conforme anteriormente visto, um compromisso social ou comunitário rigoroso com justiça assim qualificada, e especialmente quando comprometida com o valor essencial da dignidade da pessoa humana, não pode prescindir de considerar, inicialmente, em que medida a realização da atividade ou do projeto que se avalia economicamente compromete, ou não, a garantia de que todas as pessoas da comunidade estejam vivendo dignamente. Entretanto, nas situações em que de fato, ao menos no curto prazo, não há como interferir consequentemente no sentido de que, primeiro, seja efetivamente observado aquele

compromisso social ou comunitário, e só depois avaliado o mérito econômico de um projeto ou de uma atividade, cumpre atender, ao menos nos limites de real possibilidade de atuação, a critérios de justiça socioambiental substantiva. E, também para tanto, é importante – se não necessário – que se estabeleçam critérios objetivos.

O problema de objetivar elementos substantivos – como o é a justiça socioambiental assim qualificada – normalmente encontra a dificuldade teórica de definir um conjunto deles sem garantia de que todos os elementos relevantes nele estejam presentes. O que se pode e deve-se fazer – e faz-se neste trabalho – diante desse problema é estabelecer um conjunto de tais elementos, que permanece aberto a receber outros deles que, eventualmente, no futuro venham a ser reconhecidos. Na situação relativamente comum de a avaliação econômica, em especial em contextos que levam em conta, de modo (mais) explícito, a relação entre Economia e meio ambiente, acontecer não a partir de decisões políticas comunitárias ou sociais mais amplas, mas sim considerando apenas os elementos mais diretamente relacionados ao projeto ou ao caso específico em apreço, é necessário que tal avaliação observe, no limite de sua efetiva possibilidade de ação, um conjunto de critérios cujo atendimento represente, de fato, compromisso com justiça socioambiental substantiva; e, naturalmente a definição dos critérios depende do conteúdo que dá substância à ideia de justiça assim qualificada.

Feitas essas considerações, a concepção de justiça socioambiental que se propõe neste trabalho – fundamentada nas considerações apresentadas na Seção 4.4 – pode ser enunciada nos termos seguintes.

Concepção de justiça socioambiental defendida neste trabalho: Uma justiça socioambiental substantiva precisa guardar compromisso primeiro com a dignidade da pessoa humana (na qualidade de valor substantivo inerente à humana condição, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório que compreende os valores da vida e da liberdade responsável, que inclui a liberdade de pensamento e de consciência, e, em todos os assuntos referentes à vida não privada, o direito de tratamento com igual consideração e igual e genuíno respeito); depois, com que sejam asseguradas a toda pessoa condições suficientes para viver, ao menos no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, a vida boa e digna com que mais

se identifique; com que as relações entre os seres humanos sejam presididas pela bondade; e com que as relações, individuais e coletivas, dos seres humanos com o meio ambiente natural devem observar uma genuína ética ambiental antropocêntrica (objetivamente comprometida com a saúde dos seres humanos, a conservação da biodiversidade, a preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, e a produção e o consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis); considerando, ainda, que a ninguém é permitido ser injusto.

Conforme pode-se observar, a concepção de justiça socioambiental defendida no presente trabalho fundamenta-se nos cinco preceitos enunciados na Seção 4.4. Obviamente estes não são os únicos preceitos com base nos quais se pode propor uma objetivação de justiça social ou socioambiental: não obstante, diante do suposto que orienta o desenvolvimento do presente trabalho – o reconhecimento da dignidade da pessoa humana na qualidade de valor substantivo essencial, intrínseco à condição humana, irrenunciável e de reconhecimento social e individual compulsório –, e pelas razões apresentadas na referida Seção, julgou-se acertado que a concepção de justiça socioambiental substantiva admitida nesta tese fosse objetivada, em medida importante, pela observação dos referidos cinco preceitos. É certo que esses preceitos encontram melhores condições de serem efetivados quando servem de referência para as decisões a um tempo econômicas e políticas mais amplas, que se ocupam do problema de decidir, diante de um número muito grande de possibilidades alternativas de produção, aquelas que devem ser levadas a efeito e, conseqüentemente, as que, ao menos no momento em que se decide, ou no curto prazo, não o serão: a vida humana em sociedade é consideravelmente complexa, de modo que a quase totalidade dos projetos com os quais se ocupa a avaliação econômica – se não mesmo, como parece, todos eles – insere-se em um contexto relacional com outras atividades, elas também importantes ao menos para uma (ou mais) pessoa(s). Entretanto, nas situações em que a decisão de realizar um empreendimento já tenha sido tomada, de modo que o que cabe ainda decidir sejam as características que o projeto deva apresentar, o compromisso que uma avaliação econômica efetivamente comprometida com boa qualidade ambiental deve manter com uma justiça socioambiental substantiva

consiste em assegurar que, no limite de competência decisória do projeto, em nenhuma das decisões deixa-se de observar qualquer um dos preceitos de justiça socioambiental substantiva admitidos como válidos. Diante de uma justiça substantivamente comprometida com dignidade, com bem viver, com bondade, com responsabilidade ambiental, e que reconhece que a ninguém permite ser injusto não há nem razão para, e nem possibilidade de, contemporizar: uma vez reconhecida a necessidade de observarem-se todos esses preceitos para a efetivação de uma justiça socioambiental substantiva, uma atitude condescendente com sua não observação consciente – quer de todos eles, quer de alguns apenas – adicionaria ao projeto em avaliação um custo não financeiro que, na medida em que se considera – como se faz neste trabalho – justiça socioambiental substantiva um benefício não financeiro indispensável à vida em sociedade ou em comunidade, nenhum projeto efetivamente comprometido com justiça assim qualificada pode aceitar. A justiça, quando comprometida com a bondade, por sua natureza não admite concessões: do ponto de vista substantivo – o único, aliás, em que faz sentido considerar em primeiro plano essas duas virtudes, e do qual devem derivar todos e cada um dos procedimentos formais de justiça – não vale a pretensão de dispensar alguém de observar procedimento justo.

A ideia de incluir, no escopo da avaliação econômica, a consideração de justiça social ou socioambiental contribui no sentido de internalizar em tal avaliação esse indispensável atributo. E, assim fazendo, identifica-se significativamente com a terceira corrente – que foi objeto de consideração no Capítulo 2, em especial na Seção 2.1.2 – por meio da qual se considera a relação entre Economia, meio ambiente e sustentabilidade, que contempla, em condição de contribuição importante, a proposta da economia social ecológica, com sua ênfase na conveniência, se não mesmo na necessidade, de, no contexto econômico, levar em conta atributos relevantes no contexto das relações sociais. E de fazê-lo de modo consequente e decisivo, no sentido de estabelecer-se – como no presente trabalho se faz – que o reconhecimento da viabilidade econômica de determinado objeto – projeto, alternativa de investimento – passe a depender, na qualidade de condição necessária, *também* de adequado atendimento a preceitos de justiça social, ou socioambiental, substantiva.

5 ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E COMPROMISSO COM ACEITAÇÃO CULTURAL

O quarto compromisso da proposta de relação entre Economia e meio ambiente apresentada nesta tese é com aceitação cultural. Neste Capítulo, apresenta-se uma reflexão sobre a possibilidade de essa aceitação qualificada ser levada em conta nas avaliações econômicas efetuadas no contexto da relação entre Economia e meio ambiente. Inicialmente, expõem-se motivos por que observar adequadamente aceitação cultural em tal contexto, a que seguem considerações a respeito de processos de escolha coletiva, com destaque para o papel que sistemas de crença e relações de confiança exercem sobre eles, e uma análise de três construções teóricas que, neste trabalho, são assim identificadas: a da governança econômica dos bens comuns, de Elinor Ostrom; a de uma luta por reconhecimento, na versão de Axel Honneth; e a da coevolução dos sistemas socioambientais, de Richard Norgaard. Em seguida, discorre-se sobre a importância de, em um contexto de aceitação cultural, reconhecerem-se diferentes identidades, os territórios simbólicos por elas definidos e as fronteiras que os delimitam. Em um terceiro momento busca-se delinear uma contribuição teórica ao problema da consideração de aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, inspirada na teoria e na prática da diplomacia e na proposta teórica do republicanismo, com destaque, nela, para a ideia de liberdade como não dominação, desenvolvida por Philip Pettit: e o resultado dessa busca é a contribuição teórica denominada de modelo diplomático-republicano, com cuja apresentação, inclusive em termos de algumas de suas vantagens e limitações, conclui-se o presente Capítulo.

5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E ECONOMIA

As consequências das decisões econômicas em geral – e daquelas circunscritas à relação entre Economia e meio ambiente, em particular – fazem-se

sentir no mundo real na proporção em que se levam a efeito ações a elas relacionadas. O processo de identificar qualidades (benefício ou custo) e quantidades, conquanto aconteça no plano das ideias e dos sentimentos, encontra fundamento e motivação no mundo real, seja na leitura que as pessoas que qualificam e quantificam dele fazem, seja na motivação que elas têm para, a partir de uma realidade identificada, buscar mantê-la ou passar-se a outra que acreditam ser melhor, ou mais interessante, que a primeira. Com efeito, o que de fato motiva a ação mediada por uma ou por mais estruturas valorativas normalmente não é a simples consecução de um resultado imediato, mas sim um complexo conjunto de referências com base nas quais as ações e realizações importantes encontram sentido substantivo na vida das pessoas que, conquanto dotadas de personalidade, vivem no ambiente social, em que as relações são mediadas pela cultura; e processos valorativos – entre eles a avaliação econômica em geral, que compreende a relação entre Economia e meio ambiente, de que se ocupa este trabalho –, na proporção em que pretendam ir significativamente além da valoração imediata, precisam, em alguma maneira importante, encontrar fundamento objetivo em contextos *culturais*.

Cumpre, inicialmente, objetivar o que, no presente trabalho, se entende por cultura. Trata-se, é certo, de conceito complexo, difícil – se possível o for – de ser definido, quando pela palavra *definição* compreende-se uma ideia acabada, “definitiva”. Diante da necessidade de trazer à presente reflexão uma ideia relativamente objetiva de cultura, apresenta-se aqui uma segundo a qual

a cultura é a soma de conhecimento, crenças, valores e padrões comportamentais desenvolvidos por um grupo de seres humanos e transmitidos de uma geração à seguinte. Sua evolução é investigada em muitas disciplinas usando diferentes paradigmas (FÁTH; SARVARY, 2006, p. 193; tradução nossa)¹⁷⁷.

Percebe-se neste conceito três características: (a) uma interação entre elementos cognitivos, mais diretamente adequados ao exame de uma racionalidade objetiva, e elementos que, conquanto possam ser – e de fato sejam-no – estimulados por fatores externos à estrutura dos indivíduos, constituem muito de sua

¹⁷⁷ Esta ideia é o resultado de buscar na literatura uma ideia de cultura que pudesse atender três critérios: ser relativamente objetiva; ser apresentada em um contexto voltado à Economia, e ser relativamente recente. O texto de Fáth e Sarvary, intitulado *Cultural Evolution in a Population of Heterogeneous Agents*, integra o livro intitulado *The Complex Networks of Economic Interactions: Essays in Agent-Based Economics and Econophysics* (Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag, 2006).

própria personalidade, de sua identidade na condição de indivíduo; (b) a ideia de transmissão intergeracional, que comporta ao menos duas possibilidades distintas de realização: por meio da instrução e por meio da sutil rede de significados que, em boa medida, contribuem para a formação da personalidade; e (c) o reconhecimento expresso de que o fenômeno cultural é passível de evolução, que pode ser compreendida segundo diferentes estruturas de significado, ou paradigmas. No que se refere mais diretamente a esta terceira característica, os autores reconhecem um comportamento que, com base no texto reproduzido no parágrafo imediatamente seguinte, e fazendo-se um paralelo com o trabalho de Richard Norgaard (objeto de análise na Seção 5.3.3), bem poderia ser qualificado como coevolucionário¹⁷⁸.

A emergência da cultura parece envolver um problema do ovo e da galinha: a cultura torna-se o que os agentes constituintes fazem-na ser, e os agentes, baseados em sua capacidade de aprender, constantemente adaptam-se à cultura em que acontece de viverem. Neste sentido a cultura é o atrator dinâmico da complexa dinâmica social, determinada pelas restrições reais do agente e pelas interações sociais (FÁTH; SARVARY, 2006, p. 193; tradução nossa).

Reconhecer que a cultura, em um sentido importante, evolui e, conseqüentemente, apresenta-se dinâmica é especialmente importante na medida em que evidencia a necessidade de refletir-se um pouco, de modo equilibrado, sobre a adequação (ou não) ao tempo presente de ideias desenvolvidas em tempos passados, e sobre se, ou como, concepções culturais produzidas em uma cultura podem (ou não) ser adotadas em outra. E, na proporção em que as avaliações econômicas devam-se ocupar não apenas com a identificação e a comparação de benefícios e custos monetários, mas também – se não principalmente – com elementos motivadores da alocação de recursos para a consecução de determinados fins, percebe-se que uma perspectiva cultural evolutiva tem muito a contribuir para uma mais adequada compreensão da relação entre cultura e Economia, e entre estas e o meio ambiente natural.

Não obstante a evidente importância de atentar-se para a relação entre cultura e Economia quando desta ciência espera-se mais do que uma simples

¹⁷⁸ Também Raquel Fernández, ocupando-se da relação entre cultura e Economia, considera algo que, dentro desse mesmo paralelo, poderia ser chamado de perspectiva coevolucionária entre cultura e instituições. “Minha hipótese é que a causalidade reversa é também provável de ser válida: não somente a cultura afeta as instituições mas também as instituições afetam a evolução dinâmica da cultura. Neste sentido, o trabalho que tenta estabelecer se as instituições ou a cultura são os determinantes mais importantes do desenvolvimento econômico parece mal entendido” (FERNÁNDEZ, 2008, p. 338; tradução nossa).

atribuição de valores monetários a elementos que, assim, e em função de sua qualidade, passam a ser economicamente considerados como benefícios e custos, existe uma ideia segundo a qual “o estudo rigoroso de cultura¹⁷⁹ e economia está em sua infância” (FERNÁNDEZ, 2008, p. 338; tradução nossa). Tal ideia sugere uma expectativa de amadurecimento da compreensão da relação entre ambas, que se encontra, ainda, em fase inicial; e – a concluir com base no rico e complexo conteúdo que amiúde caracteriza a ideia de cultura, independentemente da pluralidade de modos como pode ser expressa – parece haver bons motivos para que se invista nesse estudo, com o objetivo de, por assim dizer, tornar mais ricos os processos de avaliação econômica, tanto no contexto geral como no que se ocupa especificamente da relação entre Economia e meio ambiente. Entretanto, cabe observar que essa ideia encontra precursores cujo trabalho remonta, pelo menos, à segunda metade do século XVIII.

O interesse contemporâneo na relação entre cultura e economia e como incluir cultura na economia não é algo completamente novo. Os primeiros economistas ainda não acreditavam que assuntos como moralidade, crenças e tradições encontravam-se fora dos limites normais da economia. Até o início do século vinte, o que agora chamamos cultura e economia eram naturalmente estudadas juntas. Estudiosos como Adam Smith, Karl Marx, Gustav Schmoller, Max Weber e Thorstein Veblen contribuíram todos mais ou menos explicitamente para o tema no passado (BEUGELSDIJK; MASELAND, 2011, p. 15-16; tradução nossa).

Ora, se no passado, no trabalho de clássicos com a estatura intelectual de Adam Smith e de Karl Marx, a relação entre cultura e Economia recebera atenção digna de nota, de que modo pode-se concordar com a ideia de que o estudo dessa relação está ainda em uma fase inicial? É certo que a Economia, mais do que outras ciências sociais, desenvolveu-se teoricamente com expressivo apoio de ferramentas matemáticas e estatísticas; o problema da determinação de valores monetários é-lhe, naturalmente, especialmente caro, e, em razão da natureza quantitativa da moeda, essas ferramentas mostraram-se-lhe muito úteis. E parece que o entusiasmo resultante da possibilidade não apenas de determinar ou estimar valores monetários de benefícios e de custos, mas também de elaborarem-se inferências estatísticas a partir de informações (quantitativas) disponíveis – com a possibilidade,

¹⁷⁹ A ideia de cultura admitida pela autora é revelada no seguinte questionamento: “diferenças em crenças e preferências que variam sistematicamente através de grupos de indivíduos separados por espaço (geográfico ou social) ou tempo – o que doravante chamarei *cultura* – desempenham um papel importante em explicar diferenças em resultados?” (FERNÁNDEZ, 2008, p. 333; tradução nossa; grifo da autora).

por exemplo, de determinar funções representativas da oferta e da demanda de produtos em função de seus preços – teria conduzido considerável parte da comunidade de pesquisadores e de economistas a fazerem uma escolha metodológica – escolha não necessariamente excludente de outras possibilidades, mas forte o suficiente para imprimir na atividade acadêmica e profissional da Economia o que poderia ser considerado como que uma espécie de “ortodoxia” – com base na qual definir-se-ia e estabelecer-se-ia um paradigma de pesquisa em Economia que podia desenvolver-se de modo eficiente sem, para tanto, ser necessário levar em conta, de modo objetivo, aspectos culturais: aparentemente, uma exacerbação do procedimento de quantificar, o qual caracteriza a chamada econometria¹⁸⁰, teria contribuído sobremodo para um afastamento entre cultura e Economia. O cenário resultante desse afastamento, e o perigo que nele se faz presente, são ilustrados na citação imediatamente a seguir.

Na economia ortodoxa, neoclássica a palavra 'cultura' raramente destaca-se, e ideias culturais estão em falta. Agentes racionais têm preferências fixas, exógenas cujas bases culturais seguem inexplicadas, enquanto o método individualista negligencia a estrutura social e as instituições. Teoria não específica historicamente parece universal, como se os mesmos modelos e teorias pertencessem a todos os lugares, e diferenças históricas e culturais não fossem notadas (JACKSON, 2009, p. 4; tradução nossa).

Compreende-se o entusiasmo com que, em uma época de significativa valorização da racionalidade positivista, a possibilidade de “resolver” problemas econômicos quase que exclusivamente por meio do desenvolvimento e da utilização de modelos matemáticos e ou estatísticos – os chamados modelos econométricos – foi recebida por considerável parte dos economistas, tanto na Academia como na prática profissional. Em certo sentido, essa possibilidade poderia significar uma espécie de redenção para ao menos uma das ciências sociais (aplicadas), que a credenciava, dentro de tal racionalidade, a receber a chancela de conhecimento científico¹⁸¹.

¹⁸⁰ “Amplamente falando, a econometria objetiva a dar conteúdo empírico a relações econômicas para testar teorias econômicas, previsões, tomada de decisão e para avaliação de decisão/política *ex post*. [...] Por enfatizar os aspectos quantitativos das relações econômicas, a econometria demanda uma unificação de medição e teoria na economia. Teoria sem medição pode ter somente relevância limitada para a análise de problemas econômicos reais; enquanto medição sem teoria, estando destituída de uma estrutura necessária para a interpretação das observações estatísticas, é improvável de resultar em uma explicação satisfatória do modo como as forças econômicas interagem umas com as outras. Nem 'teoria' nem 'medição' por si só é suficiente para promover nossa compreensão dos fenômenos econômicos” (GEWEKE *et al.*, 2008, p. 609; tradução nossa).

¹⁸¹ É importante considerar que o processo de formação em uma disciplina ou especialidade do conhecimento caracteriza-se, para além da transmissão de informações, também pela iniciação a

Entretanto, por sua natureza e complexidade, fatores culturais normalmente não ficam suficientemente bem representados em modelos quantitativos que, em benefício da praticidade de uso, não podem ser, por assim dizer, muito complexos: “em trazendo a cultura para dentro do foco dos debates econômicos, as explicações se tornarão menos claras do que têm parecido ser no mundo dos modelos econômicos” (GOLDSCHMIDT, 2006, p. 181; tradução nossa). Mas é pertinente perguntar: é bom procedimento, com vistas a preservar a clareza das explicações nesse “mundo dos modelos econômicos”, excluir desses modelos informações culturais essenciais a uma compreensão mais rica dos fenômenos econômicos, as quais, por vezes, são responsáveis pela diversidade valorativa em contextos culturalmente diferentes, quando existir meio de levá-los em conta de modo significativamente objetivo? A resposta a esta questão, evidentemente, é negativa. Uma coisa é modelos – entre eles os econométricos – não levarem em conta elementos culturais por não se haver ainda encontrado meio para fazê-lo, de modo aceitável, no caso de eles se mostrarem relevantes no contexto de avaliações econômicas; outra é defender que não se deva procurar complexificar os modelos com a inserção de informações culturais, mesmo quando há fortes indícios de que essas informações podem modificar substancialmente o procedimento e ou o resultado de tais avaliações. Ademais, aumento de complexidade não implica

uma ou a mais de uma racionalidade, de modo que, em medida considerável, os conteúdos de conhecimento nela apresentados fazem sentido quando se observa(m) essa(s) racionalidade(s), e pode não o fazer quando não se a(s) observa(m). Ademais, a atividade científica acontece dentro de comunidades nas quais o valor daquilo que se conhece é reconhecido. Naturalmente, existem pontos de comunicação entre teorias e paradigmas científicos adotados e os problemas que suscitaram o desenvolvimento desses dois tipos de construções científicas, e esses pontos podem indicar necessidade de levarem-se a efeito adaptações substanciais em teorias; entretanto, mudanças significativas em termos de racionalidade mostram-se normalmente mais difíceis, porquanto costumam exigir renúncia a algum valor que, outrora, se haja apresentado como portador de grandes esperanças para a comunidade científica, o que parece ter ocorrido com o anúncio do positivismo. Compreende-se que, em décadas passadas, não haja sido fácil para economistas e para pesquisadores de temas econômicos resgatar a importância da cultura no contexto econômico quando um número expressivo de modelos econométricos mostravam-se bem sem esse resgate, e com perspectivas de encontrarem problemas de difícil solução, ou mesmo insolúveis dentro do paradigma vigente, com a consideração dela. Naturalmente, compreender um comportamento não implica em endossá-lo nem em rejeitá-lo: o que normalmente segue a tal compreensão é uma disposição por concordar ou não com sua adoção ou permanência, no todo ou em parte, não raro com proposição de ajustes que visam a torná-lo mais próximo daquilo que o sujeito que o compreende, no momento em que o faz, considera ideal, ou significativamente melhor, para o contexto em questão. A decisão de considerar, com significativa objetividade, o problema da aceitação cultural nas avaliações econômicas efetuadas no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, levada a efeito neste trabalho, segue essa atitude propositiva.

necessariamente em diminuição de clareza: pode acontecer inclusive o contrário, quando ao complexificar um modelo se lhe adicionam informações capazes de esclarecer comportamentos que, anteriormente, não eram tão bem compreendidos, ou não estavam tão claros quanto passam a estar após tal adição. O que decididamente não se pode conceber é que, em razão da impossibilidade de levar-se em conta na formulação de modelos fatores mais complexos, se venha a admitir que esses fatores constituem – para empregar aqui uma expressão ao estilo da utilizada por Isabelle Stengers¹⁸² – “conhecimento que não conta”, que não é relevante para uma adequada compreensão do problema que se esteja a estudar; ou – aquilo que talvez seja ainda pior – considerar que a resposta dos modelos sejam, por assim dizer, universais, aplicáveis tal qual resultam do processamento deles em toda e qualquer situação, independentemente, por exemplo, de fatores culturais, os quais podem ser muito importantes – e, normalmente, alguns deles de fato o são – em escolhas econômicas. Na medida em que não se internaliza nos modelos econômicos o comportamento de elementos definidores da diversidade cultural quando estes podem ser considerados importantes em processos de escolha econômica, é importante que esses elementos sejam contemplados, na qualidade de informação relevante, de outro modo: por exemplo, na apresentação dos argumentos econômicos de natureza não quantitativa, indispensáveis de serem levados em conta sempre que – como no presente trabalho se faz – se adota uma concepção de Economia comprometida sim com objetividade, mas que não a restringe à classe dos elementos quantitativos.

Neste ainda início do século XXI, observa-se o interesse de alguns pesquisadores¹⁸³ por aquilo que poderia ser chamado de restauração da natureza cultural dos fenômenos econômicos. Com efeito: “uma cultura estabelecida tem sido fundamental para toda atividade econômica, e mudanças culturais muito importantes têm acompanhado cada estágio do desenvolvimento econômico” (JACKSON, 2009, p. 3; tradução nossa). Naturalmente é possível, ao menos no plano teórico, argumentar – adotando-se uma linha de trabalho marcadamente disciplinar – que estar a Economia inserida em contextos culturais não exige que esta ciência deva

¹⁸² Stengers (2004 [2003], p. 133) refere-se “à questão dos 'saberes que contam'”.

¹⁸³ Mencionam-se, nesta Seção, Fáth e Sarvary (2006), Goldschmidt (2006), Zweynert (2006), Fernández (2008), Jackson (2009) e Beujelsdijk e Maseland (2011).

estender seu campo de ação a questões culturais alheias àquelas diretamente vinculadas a temas que lhe são clássicos. Entretanto, tal argumento não consegue prosperar quando se considera que um encaminhamento adequado à questão deve, decerto, fundamentar-se nas consequências que a consideração da cultura, para além de seus reflexos imediatos normalmente considerados nas avaliações econômicas, pode trazer ao problema clássico da Economia de determinar benefícios, custos, compará-los e, assim, orientar, a seu modo, as ações humanas. Uma consideração objetiva de alguns fatores culturais na determinação de motivações (culturais) para as escolhas e ações econômicas, contanto que corretamente fundamentada¹⁸⁴, constitui importante contribuição que a Economia pode e deve dar a processos de escolhas.

Aceitar a constituição cultural da humanidade poderia produzir altos rendimentos para a teoria econômica. Aceitar que a sociedade moderna é o produto de um processo específico de evolução cultural e que cada humano é “destinado” a reconstruir estas origens culturais em sua ontogenia pode alterar a perspectiva: ao invés de refinar modelos econômicos e modelos de comportamento humano, uma abordagem cultural objetiva a uma melhor *compreensão* do comportamento humano e de fenômenos econômicos de um modo histórico-genético (GOLDSCHMIDT, 2006, p. 181; tradução nossa; grifo do autor).

Faz muita diferença realizar uma avaliação econômica orientando-se também por valores culturais específicos da realidade coletiva em que ela exercerá seus efeitos e não o fazer. Modelos podem ser refinados quando por meio do refinamento consegue-se deles uma versão significativamente mais adequada, ou mais prática¹⁸⁵, para tratamento dos problemas reais que justificam sua concepção. Naturalmente, na medida em que melhor compreendem-se os comportamentos que por meio de modelos pretende-se representar, deve-se promover modificações em tais modelos de modo a que possam incorporar novidades significativas referentes aos objetos para cuja compreensão eles são construídos. No caso dos modelos econômicos, importa considerar que as estruturas de referência em relação às quais (grupos de) pessoas encontram sentido e motivação para a ação (econômica)

¹⁸⁴ O correto fundamento, aqui, deve observar, por certo, tanto elementos formais (quantitativos e não quantitativos) quanto, principalmente, elementos substantivos. Pouco, se é que algo, valeria conceber um ou mais meios de levar em conta tais fatores culturais na avaliação econômica se sua consideração não fosse, a um tempo, objetiva – passível de ser compreendida por meio da racionalidade objetiva de uma linguagem, que precisa ser suficientemente clara para e empregada por todos os que dela se utilizam – e, em termos substantivos, relevantes para a compreensão e o encaminhamento das escolhas econômicas para cuja orientação tais meios são concebidos.

¹⁸⁵ Desde que, naturalmente, a maior praticidade não seja conseguida por meio da redução da qualidade (substantiva e operacional) das informações que do modelo derivam.

admitem fundamento histórico e genético: histórico porquanto a constituição de cada pessoa, e de cada grupo de pessoas, tanto recebe influência de eventos passados como encontra motivação nas expectativas referentes ao futuro; genético ao menos¹⁸⁶ porquanto é possível reconhecer um conjunto de valores essenciais à construção de uma estrutura da personalidade – que poderiam ser chamados de primários –, definidores, por assim dizer, de uma origem, ou gênese, valorativa, com base na qual a pessoa, por assim dizer, pode negociar a aceitação ou não de novas referências valorativas – que poderiam ser chamadas de secundárias, terciárias ou ainda de ordem mais avançada, cada ordem necessitando estar em harmonia com aquela que lhe seja imediatamente menor (e, por consequência, com todas as demais que, eventualmente, a esta antecederem).

Admitir a conveniência, se não mesmo a necessidade, de a Economia contemplar, de modo (mais) objetivo, elementos culturais em sua tarefa de identificar benefícios e custos e de compará-los a ver se existe ou não viabilidade econômica na situação em análise suscita a questão de identificar pelo menos um modo como essa ciência pode, ou mesmo deve, interagir com outras ciências sociais e humanas. De um ponto de vista metodológico, uma característica importante referente a tal questão é a da necessidade ou não de tal empresa ser levada a efeito por meio da interdisciplinaridade. Certamente a pesquisa interdisciplinar mostra-se interessante – necessária até, salvo diante de uma referência metodológica ainda mais ampla, representada pela abordagem transdisciplinar, que, conforme o sugere sua designação, transcende a ideia de disciplina – quando se tem em vista um problema consideravelmente complexo a ser estudado; entretanto, o reconhecimento da mesma necessidade no que se refere a como a Economia pode incorporar elementos culturais para além da consideração indireta que deles é feita quando se utilizam os métodos clássicos de avaliação econômica encerra um problema de identidade disciplinar que demanda atenção: para manter-se Economia, o processo de assimilação da novidade na consideração da cultura não pode deixar de ser válido no contexto disciplinar. E isto mostra-se possível:

¹⁸⁶ Não se considera, aqui, a possibilidade de determinação genética por meio dos genes herdados biologicamente: tal consideração requereria capacidade de discorrer com segurança sobre conhecimentos de Biologia, especialmente de genética, da qual o autor deste trabalho seguramente não dispõe.

para a economia mudar em direção à cultura teria que aceitar métodos ligados a disciplinas não econômicas tais como história, antropologia e sociologia. Isto não implicaria pesquisa interdisciplinar [...] mas significaria uma ampliação de horizontes dentro da disciplina da economia (JACKSON, 2009, p. 203; tradução nossa).

Ampliar horizontes. Não indefinidamente, mas enquanto existam evidências de que é necessário e possível fazê-lo por meio da interação com outras disciplinas mais diretamente ligadas ao problema da cultura; aprender com pesquisadores cujas ciências de formação tenham, por excelência ou por maior proximidade, contato privilegiado com fenômenos culturais cuja adequada consideração pode fazer diferença significativa na atividade de avaliação econômica. Isto sem esquecer que, para além da formulação teórica, a interação precisa acontecer também com os sujeitos presentes em cada situação real: porque uma coisa é a construção teórica, científica – que pode, naturalmente, beneficiar-se também do diálogo com não cientistas –, e outra é a sempre necessária reflexão a respeito da adequação dos modelos e das teorias aos casos reais em que, em princípio, se pretende utilizá-los. A Economia, acostumada que está a trabalhar com elementos quantitativos, precisa, é certo, adquirir a *cultura* de refletir sobre tal adequação. Afinal, “quando lidamos com a conexão entre economia e cultura, ela é sempre sobre a relação entre realidade econômica por um lado e as ideias, valores e concepções que as pessoas têm em suas mentes do outro” (ZWEYNERT, 2006, p. 183; tradução nossa): ideias, valores e concepções que, quando se reconhece, como no presente trabalho é feito, a dignidade da pessoa humana na qualidade de valor essencial – substantivo, portanto – inerente à condição humana, irrenunciável e de observação obrigatória, seguramente precisam ser respeitados na proporção em que esta atitude de respeito encontra conformidade com o imperativo de observar tal dignidade assim qualificada.

5.2 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE PROCESSOS DE ESCOLHA COLETIVA

Quando a avaliação econômica é aplicada a duas ou mais alternativas, por vezes a escolha em favor de uma delas implica em renúncia à(s) outra(s): com exceção de algumas situações em que se pode atender simultaneamente a todas as alternativas propostas, mais comum é que a decisão de levar a efeito uma

alternativa signifique, por consequência, a não realização das demais.

No domínio das escolhas coletivas – e por vezes as decisões econômicas inserem-se nesse domínio –, muitas vezes há necessidade de escolher, dentre diversas possibilidades, uma única, ou algumas poucas, no caso de haver muitas delas. E é razoável considerar que, naturalmente, cada alternativa apresentada traz consigo a expectativa de êxito, pelo menos por parte de quem a tenha proposto. No caso da utilização de métodos de avaliação econômica, é importante considerar que esses recursos teóricos, que encontram expressiva aplicação prática, quando utilizados corretamente conduzem a respostas coerentes do ponto de vista lógico, com todo o debate a respeito deles dependendo, como sempre acontece com a lógica clássica corretamente empregada, da qualidade das premissas admitidas.

No caso das escolhas coletivas – e por vezes as decisões no contexto da relação entre Economia e meio ambiente são dessa qualidade – é relativamente comum que a decisão coletivamente tomada não consiga satisfazer a todos os indivíduos interessados no caso em questão. No que diz respeito a esse tema, existe um posicionamento que parece contar com considerável número de simpatizantes, que pode ser expresso nos termos seguintes.

O ideal é buscar preservar, de um lado, a máxima liberdade para o exercício ativo da autonomia individual na procura, expressão e afirmação de valores pessoais; mas também garantir, de outro, o respeito às regras impessoais que reduzem ao mínimo o dano e o atrito injustificado nas relações interpessoais (FONSECA, 1997, p. 214-215).

Em síntese, pode-se dizer que tal posicionamento defende a ideia de que cada indivíduo pode e deve ser livre para escolher e agir no limite em que essa liberdade não comprometa uma espécie de nível razoável de harmonia que deve existir nas relações entre o mundo individual e o mundo social, o que remete a questão ao problema de a sociedade definir, com clareza, a matéria a ser disciplinada por meio das mencionadas regras impessoais.

Nesta Seção 5.2, o estudo dos processos de escolha coletiva é desenvolvido com base em três perspectivas. Inicialmente (Seção 5.2.1), empreende-se uma reflexão, a partir de uma ideia apresentada no primeiro quartel do século XIX por Benjamin Constant e retomada, na última década do século XX, por Alain Touraine, sobre o compromisso que as escolhas coletivas devem ter com uma ideia substantiva de bem comum. Em um segundo momento (Seção 5.2.2), reflete-se

sobre a importância que as crenças exercem em tais processos de escolha. E, por último (Seção 5.2.3), apresentam-se algumas considerações sobre processos de escolha coletiva por meio do voto.

5.2.1 Escolhas coletivas e compromisso com o bem comum: Alain Touraine e o problema da liberdade de antigos e de modernos

Alain Touraine, sociólogo francês e sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, ao discorrer sobre democracia, ocupa-se com o problema das racionalidades por meio das quais as escolhas coletivas são feitas, e o faz recorrendo às ideias de liberdade dos antigos e de liberdade dos modernos, expressas já no século XIX pelo escritor e político franco-suíço Benjamin Constant.

A distância entre Estado de direito e recurso democrático ou, até mesmo, entre a república dos cidadãos e a proteção dos direitos pessoais, é também aquela que separa a liberdade dos antigos da liberdade dos modernos, tais como foram definidas por Benjamin Constant em um texto tão célebre, quanto breve¹⁸⁷ (TOURAINÉ, 1996 [1994], p. 39).

Percebe-se que, na acepção empregada por Constant e retomada por Touraine, a comparação entre essas duas liberdades acontece em um contexto em que ambas se relacionam decididamente com a ação política, com o interesse que os cidadãos têm, ou não, por ela. Touraine reafirma uma oposição entre ambas.

Aristóteles pode ser considerado como o principal inspirador da maneira como a liberdade era concebida pelos antigos, embora condene o que designa por democracia na qual via o triunfo dos interesses egoístas das

¹⁸⁷ Em seu texto, Constant considera “que não podemos mais deleitarmo-nos com a liberdade dos antigos, que se compunha da participação ativa e constante no poder coletivo. Nossa liberdade a nós, deve compor-se do deleite calmo da independência privada. A parte que na antiguidade cada um tomava à soberania nacional não era, como em nossos dias [1819], uma suposição abstrata. A vontade de cada um tinha uma influência real: o exercício desta vontade era um prazer vivo e repetido. Em consequência, os antigos estavam dispostos a fazer muitos sacrifícios pela conservação de seus direitos políticos e de sua parte na administração do Estado. Cada um sentia com orgulho tudo o que valia seu sufrágio, encontrava nesta consciência de sua importância pessoal um amplo ressarcimento. / Este ressarcimento não existe mais hoje [1819] para nós. Perdido na multidão o indivíduo quase nunca percebe a influência que exerce. Jamais sua vontade se marca sobre o conjunto, nada constata a seus próprios olhos sua cooperação. O exercício dos direitos políticos não nos oferece portanto mais que uma parte dos deleites que os antigos nele encontravam, e ao mesmo tempo os progressos da civilização, a tendência comercial da época, a comunicação dos povos entre si, multiplicaram e variaram ao infinito os meios de felicidade particular / [...] / A liberdade individual, eu o repito, eis aí a verdadeira liberdade moderna. A liberdade política é dela a garantia; a liberdade política é por conseguinte indispensável. Mas pedir aos povos de nossos dias [1819] para sacrificar como os de outrora a totalidade de sua liberdade individual à liberdade política é o mais seguro meio de desligá-los de uma e quando se o alcançasse não se tardaria ao prazer deles a outra” (CONSTANT, 1819; tradução nossa).

maiorias¹⁸⁸; além disso, teme que essa democracia – que é tão oposta ao regime constitucional, quanto a monarquia o é da tirania – venha a destruir a sociedade politicamente organizada. O cidadão é diferente do homem privado. [...] Essa separação entre vida pública e vida privada, que acaba por beneficiar a primeira, tornar-se-á o sinal mais visível da concepção cívica da liberdade e das ideologias republicanas ou revolucionárias que, no mundo moderno, vão reivindicá-la. / Em que aspecto é que a liberdade dos modernos se opõe a essa concepção cívica ou republicana da democracia? Pelo fato de que, no mundo moderno, a política deixou de se definir como a expressão das necessidades de uma coletividade ou grupo politicamente organizado, para ser considerada como uma ação sobre a sociedade. A oposição entre Estado e sociedade – que, no entanto, exercem uma ação recíproca – tal como se constituiu com a formação das monarquias absolutas a partir do fim da Idade Média, cria uma ruptura definitiva em relação à sociedade politicamente organizada (TOURAINE, 1996 [1994], p. 40-41).

Em linhas gerais, Touraine sustenta que, na Antiguidade – e o modelo para referência é o pensamento aristotélico –, havia significativo compromisso dos cidadãos com o bem comum, com o atendimento das necessidades coletivas. Importava, ao menos na teoria política de Aristóteles – conforme o expressa a citação na nota de rodapé imediatamente anterior –, estar a ação pública comprometida com a felicidade geral, e não apenas com a de alguns indivíduos ou com a de alguns grupos.

O problema de escolher coletivamente encerra em si aquele que se refere ao modo como as pessoas, individualmente ou em grupo, agem no contexto da decisão coletiva. Quando consideradas em um aspecto amplo, escolhas caracterizam-se por sua natureza política, no sentido de que uma escolha genuína supõe liberdade de escolha, isto é, que quem escolhe pode decidir, observando um conjunto de critérios, aquilo que lhe parece melhor. E existem ao menos dois modos

¹⁸⁸ É importante compreender o contexto em que Aristóteles assim se pronuncia a respeito da democracia. Em *A Política*, o filósofo estagirita apresenta, entre outras, as seguintes considerações. “O governo é o exercício do poder supremo do Estado. Este poder só poderia estar nas mãos de um só, ou da minoria, ou da maioria das pessoas. Quando o monarca, a minoria ou a maioria não buscam, uns ou outros, senão a felicidade geral, o governo é necessariamente justo. Mas, se ele visa ao interesse particular do príncipe ou dos outros chefes, há um desvio. O interesse deve ser comum a todos ou, se não o for, não são mais cidadãos. / Chamamos *monarquia* o Estado em que o governo que visa a este interesse comum pertence a um só; *aristocracia*, aquele em que ele é confiado a mais de um, denominação tomada ou do fato de que as poucas pessoas a que o governo é confiado são escolhidas entre as mais honestas, ou de que elas só têm em vista o maior bem do Estado e de seus membros; *república*, aquele em que a multidão governa para a utilidade pública; este nome também é comum a todos os Estados. / [...] / Estas três formas podem degenerar: a monarquia em *tiranía*; a aristocracia em *oligarquia*; a república em *democracia*. A tirania não é, de fato, senão a monarquia voltada para a utilidade do monarca; a oligarquia, para a utilidade dos ricos; a democracia, para a utilidade dos pobres. Nenhuma das três se ocupa do interesse público” (ARISTÓTELES, 1998 [século IV a.C.], p. 105-106; ênfases ao menos no texto da tradução).

pelos quais uma coletividade pode decidir: um deles estabelece que a escolha coletiva deva ser o resultado das decisões de todas as partes – indivíduos e ou grupos – que compõem a coletividade; o outro, que ela deva orientar-se não pelas decisões dessas partes, mas por um conjunto – não vazio, é claro! – de objetivos comuns, reconhecidos como importantes no contexto coletivo em questão. A orientação segundo um ou outro desses modos define racionalidades cujos efeitos sobre a vida das pessoas que integram a coletividade podem ser substancialmente distintos. Porque uma coisa é alguém aproximar-se do problema da decisão coletiva animado pelo interesse em que tal decisão beneficie principalmente sua perspectiva particular, e outra, mui diversa, é fazê-lo quando se tem em vista, verdadeira e privilegiadamente, o bem comum.

Uma vez que o resgate das ideias de liberdade dos antigos e de liberdade dos modernos empreendido por Touraine acontece em um contexto em que o autor discorre sobre a democracia, é importante, se não mesmo necessário, esclarecer que a crítica que Aristóteles dela faz, em um contexto específico, não deve, por certo, ser compreendida como um veredito contrário ao estabelecimento de todo e qualquer regime democrático. Alhures o próprio Touraine faz referência à ideia de democracia em um contexto marcadamente positivo.

'Democracia' é uma palavra complexa e está cheia de significados históricos que são a um tempo complementares e contraditórios. Refere-se principalmente a um regime político que respeita direitos básicos, coloca restrições em todos os poderes e especialmente ao poder do estado, e prepara a 'emancipação' de categorias que estejam dominadas, ou em outras palavras privadas de subjetividade (TOURAINÉ, 2009 [2007], p. 127; tradução nossa).

Compreendida nestes termos, a proposta democrática revela-se claramente comprometida com as necessidades de assegurarem-se, efetivamente, direitos fundamentais e de respeitar-se, por assim dizer, o direito à subjetividade, a que cada pessoa, observados os imperativos éticos, possa manifestar-se com as características que a diferenciam de muitas outras. Uma concepção de democracia assim estruturada mostra-se não apenas compatível com, mas também promotora de, uma cultura de genuíno respeito mútuo eticamente amparado. Todavia Touraine, ainda ocupando-se com a comparação entre as liberdades dos antigos e dos modernos, percebe a manifestação do exercício democrático em um contexto significativamente menos rico. O autor considera que

no mundo dos Estados não é possível falar de democracia a não ser como de um controle exercido pelos atores sociais sobre o poder político. / O que permite indiretamente a formação do Estado no mundo moderno é o aparecimento da categoria do social. A sociedade deixa de ser uma ordem, hierarquia ou organismo; é feita de relações sociais, de atores sociais definidos, simultaneamente, por suas orientações culturais, seus valores e por suas relações de conflito, cooperação ou compromisso com outros atores sociais. Nesse caso, a democracia define-se, não como a criação política da sociedade, mas como a penetração do maior número de atores sociais, individuais e coletivos, no campo das decisões [...]. Imaginar que o povo seja um soberano que substitui o rei não adianta muito na via da democracia; é quando já não há soberano, quando ninguém se apropria do poder, quando este muda de mãos segundo os resultados de eleições regulares, que nos encontramos na democracia moderna. [...] Já não é possível colocar o político acima do social, como chegou a ser feito, sob uma forma extrema, por Hannah Arendt que opunha o mundo econômico e social, dominado pelas necessidades, ao mundo político que é o da liberdade¹⁸⁹. Mais concretamente, é a ideia de direitos sociais que, no mundo moderno, dá toda sua força à ideia dos direitos do homem (TOURAINÉ, 1996 [1994], p. 41).

Com efeito, muita diferença há entre, por um lado, conceber a sociedade como um conjunto de pessoas realmente interessadas em construir e ou em preservar condições para que, nela, todas as pessoas tenham asseguradas de fato – não apenas por meio de previsão em diploma legal – condições para – no contexto daquilo que, não obstante as idiossincrasias, se mostra importante, se não mesmo fundamental, à vida de cada pessoa em razão da condição humana que lhe é própria – viverem bem e dignamente suas vidas, e, por outro, fazê-lo em um contexto em que cada pessoa e ou, mais frequentemente, cada grupo de interesse age no plano coletivo com vistas principalmente a defender seus próprios interesses. E parece que, no plano da ação política, o prejuízo maior, em um contexto como este último, é nele estabelecer-se um comportamento segundo o qual pessoas e grupos passam a admitir como válido agir em defesa de seus interesses segundo uma racionalidade em que cada parte busca a defesa daquilo que lhe interessa, sem efetivo compromisso com o bem comum. Porque uma é a racionalidade quando o debate político acontece motivado primeiro pela defesa de interesses particulares e, só depois, de modo, por assim dizer, colateral, pelo benefício que eventualmente puder render à coletividade; e outra, mui diferente, aquela que se observa quando o mais importante é assegurar, de fato, que todas as pessoas de uma coletividade

¹⁸⁹ Hannah Arendt considera que “a liberdade, que só raramente – em épocas de crise ou de revolução – se torna o alvo direto da ação política, é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (ARENDT, 2000 [1968], p. 192).

tenham atendidas, de modo suficiente, as condições necessárias a que possam viver, pelo menos, dignamente. Genuíno espírito público: eis de que se precisa para conceber a sociedade, por assim dizer, à maneira da liberdade dos antigos, pautada por um efetivo compromisso com o bem comum.

Diante das considerações nesta Seção apresentadas, percebe-se que o problema das escolhas coletivas, para ser encaminhado em termos adequados – isto é, substantivos, não meramente formais ou procedimentais – não pode prescindir de estar orientado por efetivo compromisso com o bem comum. A própria natureza – coletiva – dessa escolha exige que a racionalidade que a orienta esteja estruturada com base no que se apresente como o melhor para a coletividade, e não apenas, ou principalmente, para uma ou umas poucas de suas partes. Existe, portanto, um preceito ético a reger os processos de escolha coletiva que, como sempre acontece no contexto da ética, é de observação compulsória. Nesse particular, a liberdade dos antigos, no modo como Constant e Touraine a consideram¹⁹⁰, e especialmente pelo compromisso que revela com o bem comum, mostra-se apta a contribuir com a definição da postura a ser observada em processos de escolha coletiva.

5.2.2 A importância das crenças em processos de escolha: acreditar, decidir, agir

Um atributo muito poderoso que auxilia na tomada de decisões, incluindo as decisões econômicas, é a faculdade que as pessoas têm de acreditar, de experimentarem a crença em alguém ou em algo. “A crença não é apenas subjetiva porque projetada no coração e na mente das pessoas. É objetiva, igualmente, porque é ela que molda os contornos de um certo desejo social, é o amálgama entre o objetivo e o subjetivo, razão de ser e de existir” (FLORIANI, 2000, p. 36). Não seria exagero, portanto, considerar que os sistemas de crença das pessoas constituem, enquanto vivos, parte indissociável dessas mesmas pessoas. Daí o necessário cuidado de, à exceção de situações plenamente justificáveis diante de motivo

¹⁹⁰ É importante esclarecer que a menção à liberdade dos antigos não implica, por certo, em que somente na Antiguidade havia compromisso efetivo com o bem comum. O que se destaca, ao fazer uso dessa expressão, é a ênfase político-cultural predominante no contexto proposto por Aristóteles em comparação com aquela que, com base nas referências de Constant e de Touraine, caracteriza os tempos modernos.

imperioso, não se buscar demover alguém de suas crenças: respeito genuíno ao outro, a um de seus atributos mais valiosos que, ao menos quando assumem importância relativa mais expressiva em comparação com outras crenças, parece contar até mesmo com uma espécie de mecanismo de proteção contra o desconforto que pode ser gerado pela dúvida.

Existem áreas de crenças que se mostram notadamente bem protegidas contra os efeitos destrutivos da análise crítica. O sujeito pensante de algum modo cerca o conjunto de crenças relevante – constrói uma “fortaleza de crenças” – e consegue mantê-las a uma distância segura de qualquer tentativa genuína de questionamento ou dúvida de si mesmo (FONSECA, 2003 [1991], p. 104).

E como amiúde acontece quando se investigam fundamentos mais distantes das primeiras impressões que se têm das coisas, a busca por fundamento lógico racional para as crenças normalmente não consegue avançar muito além da descoberta de algumas relações do tipo causa e efeito mais próximas. Essa característica das crenças fica muito bem ilustrada na citação imediatamente seguinte.

Por que acredito no que acredito? O fato de nos colocarmos esse tipo de pergunta envolve a crença de que deve haver uma resposta a ser encontrada. Mas mesmo que conseguíssemos respondê-la a um nível determinado, restaria outra sem resposta: Por que acredito no que acredito que me faz acreditar nisso? Dessa forma permanecemos numa obscuridade total. A verdade não é mais verdadeira. O mal já não é mais mau. “Tudo depende do que se quer dizer.” (ROBINSON, 1979, [1962] p. 7).

Em algum momento em processos de tomada de decisão – nos quais, naturalmente, estão compreendidos os processos de escolha coletiva – passa-se do campo operacional, ou do campo das ações compreendidas como necessárias na qualidade de meios, ao campo dos valores, das convicções de significado mais profundo, das crenças, em nome dos quais – tenham as pessoas que decidem maior ou menor consciência disso – as decisões são tomadas e levadas a efeito. E parece haver uma espécie de nível de suficiência que, uma vez alcançado, atende às necessidades existenciais e práticas de explicação para que os fundamentos das crenças possam ser estabelecidos com uma estabilidade suficiente para que, a partir delas, e dos valores que elas endossam, toda uma série de decisões e de (correspondentes) ações venham a acontecer em um ambiente psicológico e social, por assim dizer, de “aceitável estabilidade dinâmica”. Porquanto nele acontecem decisões e consequências que se fazem sentir no contexto das vidas das pessoas, tal ambiente precisa ser aceitável; uma vez que essas decisões e ações interferem

de modo significativo na realização dos objetivos individuais e coletivos das pessoas, e considerável parte dos quais é de natureza tal que para sua realização fazem-se necessários investimentos de diversas naturezas – por exemplo, de tempo, de dinheiro, de relações sociais –, que acontecem, normalmente, ao longo do tempo, é importante que tal ambiente seja suficientemente estável, visto que, se ele muda significativamente com muita frequência, provavelmente o mesmo aconteceria com muitos dos referenciais valorativos, o que dificultaria – se é que não inviabilizaria – a consecução de objetivos de médio e de longo prazos; e tal ambiente precisa, também, ser dinâmico na proporção em que, naturalmente, não se trata de tudo prever inicialmente, mas de, uma vez definido um conjunto de objetivos individuais e coletivos respaldados eticamente, administrar, de modo igualmente ético, o uso dos recursos disponíveis para sua execução, uso e recursos que, em qualidade e quantidade considerável, normalmente não podem ser previstos de modo definitivo no momento da definição dos objetivos mais estáveis. Em termos práticos, e também de uma teoria voltada à aplicação prática, a investigação não necessita estender-se para além daquilo que, observados os imperativos éticos, seja suficiente para estabelecer aquele ambiente psicológico e social.

Existe uma característica presente em toda crença genuína: sua autenticidade. Ninguém pode acreditar em alguém ou em algo quando não mais nessa pessoa ou nisso acredita¹⁹¹; e vice-versa: ninguém pode desacreditar de alguém ou de algo enquanto em tal pessoa ou nisso acredita. No mundo das relações econômicas, age-se em conformidade com expectativas que, na medida em que são ou não correspondidas pela realidade percebida dos fatos, tendem respectivamente a manterem-se ou a serem substituídas por outras, que se mostrem suficientemente em acordo com tal realidade. E na proporção em que as pessoas agem influenciadas por suas crenças, e que ao agirem interagem com o meio ambiente em que vivem, pode-se afirmar que as crenças exercem impacto também sobre o meio

¹⁹¹ O que não exclui, por certo, a possibilidade de reestruturarem-se as bases de uma crença, de modo que ela consiga manter-se, a um tempo, em condições de dar fundamento adequado a um conjunto de ações cujos resultados, observados os imperativos éticos, sejam considerados benéficos ao agente, e de estar em conformidade com a realidade dos fatos, conforme estes são conhecidos. Se alguém acreditava em algo – em Papai Noel, por exemplo – e descobriu que esse algo não existe no modo como inicialmente acreditava existir, isso não impede que esse algo possa assumir uma existência real, porquanto compatível com a realidade – para continuar no mesmo exemplo, que o conceito de Papai Noel possa ser reformulado, de modo que ele continue a existir nos atos de carinho das pessoas queridas que se presenteiam, umas às outras, no Natal.

ambiente natural não humano.

A modernidade coevoluiu com crenças modernas. As crenças individuais com as quais a modernidade coevoluiu são elas mesmas altamente complementares, nelas têm-se confiado para ordenar nossas estrutura social e interações ambientais, e conseqüentemente qualquer reconstrução em torno das mesmas crenças terão mui provavelmente resultados similares (NORGAARD, 1994, p. 28; tradução nossa).

A ideia de coevolução – central no desenvolvimento teórico empreendido por Richard Norgaard, contemplado na Seção 5.3.3 –, caracteriza muito bem a relação entre crenças e impactos ambientais. Por acreditar coletivamente em determinadas ideias, ou em uma ou outra variante delas – como, por exemplo, em alguma concepção mais difundida da ideia de progresso –, coletividades, e os indivíduos que as constituem, agem de determinadas maneiras em relação ao meio ambiente natural; e em razão das respostas que este meio ambiente apresenta à ação humana, comportamentos mais específicos passam a ser adotados; e é relativamente comum que sua assimilação aconteça com maior intensidade em alguns grupos do que em outros, uma vez que fatores culturais – dos quais as crenças são exemplo importante – costumam variar entre tais grupos, muito em razão de fatores como, por exemplo, faixa etária e nível de instrução. Ao consumirem – coletivamente – bens e serviços econômicos, as pessoas e os grupos de pessoas contribuem para que determinados tipos de impacto ambiental, mais que outros, façam-se sentir: e é razoável admitir que de quão conscientes e bem informados elas e eles estiverem a respeito desses impactos dependem, em medida considerável, os comportamentos que manifestam na qualidade de consumidores, e os correspondentes impactos ambientais.

5.2.3 Algumas considerações sobre processos de escolha coletiva por meio do voto¹⁹²

A cultura ocidental atual parece reconhecer em processos de votação um de

¹⁹² Decididamente não é objetivo, no presente trabalho, estudar a instituição do voto nem os problemas a ela relativos. As considerações sobre processos de escolha coletiva por meio do voto, apresentadas nesta Seção, têm unicamente a finalidade de mostrar que, ao menos por um conjunto de razões, há conveniência, se não mesmo necessidade, de desenvolverem-se processos de escolha coletiva com melhores condições de, efetivamente, representarem o modo como pessoas e grupos posicionam-se diante de aspectos culturais, com destaque para problemas de aceitação cultural, no contexto da avaliação econômica e de sua relação com o meio ambiente.

seus maiores valores. E, em um primeiro momento, parece ter razão para fazê-lo: como aquilatar o valor de possibilitar-se que as pessoas manifestem suas preferências, em um cenário em que, do ponto de vista da contagem dos votos, todos contam igualmente? Não só a liberdade, no caso a liberdade de escolha, mas também a igualdade, desde tal ponto de vista, parece estar assegurada. Entretanto, mesmo uma primeira reflexão sobre o tema mostra-se suficiente para revelar que, ao que parece, processos de escolha coletiva por meio de voto precisam de substancial aprimoramento.

Existe um problema teórico que caracteriza toda eleição¹⁹³: a existência de perdedores (MAXIMIANO, 2004, p. 329). Em certo sentido, a necessidade de votar testemunha a impossibilidade de chegar-se a uma solução de consenso. No limite, uma eleição pode deixar descontentes cinquenta por cento menos um dos participantes, em especial quando os efeitos da decisão estendem-se, necessariamente, a todos eles, simpatizantes e não simpatizantes da proposta vencedora. Há também o importante problema da influência de cada voto para o resultado final da eleição – e, naturalmente, para as consequências dele decorrentes. De um ponto de vista quantitativo, a importância de um voto, em termos de tal influência, em sistemas de votação em que todos os votos contam igualmente é, claro, inversamente proporcional à quantidade de votos válidos. Consequentemente, dependendo da expectativa em termos da quantidade de votos válidos, votar pode ser bem desinteressante, especialmente nos casos em que o exercício do voto é facultativo. Ademais, processos de escolha fundamentados estritamente no voto estabelecem uma espécie de “regra do jogo” segundo a qual a “virtude” passa a ser a obtenção dos votos. Como muitas vezes um número expressivo de votantes é indiferente a determinada decisão e vota, pode acontecer de fatores outros, como, por exemplo, o carisma¹⁹⁴ de determinado proponente, exercerem maior influência sobre a decisão do que o conteúdo das alternativas que se apresentam. Em um processo no qual prevalece a lógica de vencer pelo voto, o pragmatismo da consecução dos votos pode, ao menos em teoria, ser incompatível

¹⁹³ Uma exceção à regra é o caso de eleger-se com unanimidade. Todavia, essa possibilidade não é aqui considerada, dentro da ideia de que antes de se ir ao voto é saudável buscar consenso, o qual, uma vez admitido por todos os interessados, dispensa, a menos de eventual exigência formal, a realização de eleição.

¹⁹⁴ Weber (1999 [1914?], p. 323-362) apresenta considerações sobre o problema do carisma e da autoridade carismática.

com o diálogo em favor da manifestação das consequências das ideias¹⁹⁵. E existe ainda um problema crucial, de natureza prática e ética, que se apresenta em votações levadas a efeito por meio de representantes: o da necessidade de o voto do representante efetivamente representar a posição de seus representados¹⁹⁶. Surge assim a questão: que contribuição poderia ser oferecida aos processos de escolha coletiva com vistas a minimizar as insatisfações da minoria que tem sua opinião, sua percepção de determinada questão, neutralizada por não haver conseguido vencer no voto? A reflexão desenvolvida neste Capítulo, que se ocupa da relação entre Economia e meio ambiente e aceitação cultural, busca apresentar uma resposta a essa pergunta: para além das considerações que apresenta a partir de ideias desenvolvidas na literatura, o faz por meio da proposição de uma contribuição teórica ao problema da consideração de aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente¹⁹⁷, apresentada na Seção 5.5.3.

¹⁹⁵ Naturalmente, uma análise mais aprofundada da questão da escolha coletiva por meio do voto precisaria ocupar-se com outras questões, como, por exemplo, a de se a decisão a ser tomada é de natureza binária ou se, ao contrário, admite mais de duas escolhas; a de se o voto é secreto ou declarado; a de se o voto faz-se ou não acompanhar de exposição de fundamentação – obrigatória ou facultativa – e, especialmente nesses casos, se é ou não possível a quem já haja votado rever seu voto, se entender por bem fazê-lo.

¹⁹⁶ O problema de natureza prática diz respeito a ser possível e razoável estabelecer, entre representante e representados, um canal de comunicação eficaz, por meio do qual seja possível que os representados venham a tomar conhecimento das matérias em apreço na instância de decisão em que votações acontecem em tempo hábil para, querendo, poderem, por meio de seu representante, participar efetivamente do diálogo sobre elas. E o de natureza ética, obviamente, refere-se a que o representante, no caso de ele, pessoalmente, discordar da opinião de seus representados quanto a determinado assunto a ser decidido por meio do voto, dever renunciar a sua própria vontade no momento de votar ou, se assim achar preferível, renunciar à qualidade de representante, em favor de alguém que aceite representar o posicionamento dos representados. Essa última questão situa-se na essência da representatividade: certamente os atos de um representante levados a efeito nessa qualidade jamais podem divergir, em assunto relevante, da vontade, da opinião de seus representados sobre o que se esteja a tratar.

¹⁹⁷ Conforme expresso no início deste Capítulo, essa contribuição teórica é inspirada na teoria e na prática da diplomacia e na proposta teórica do republicanismo, com destaque, nela, para a ideia de liberdade como não dominação, desenvolvida por Philip Pettit.

5.3 A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E ACEITAÇÃO CULTURAL VISTA A PARTIR DE CONTRIBUIÇÕES DE OSTROM, HONNETH E NORGAARD¹⁹⁸

A última década do século XX testemunhou a objetivação de três contribuições teóricas estruturadas a partir de ideias com cuja consideração – e este é o argumento síntese desta Seção – é possível enriquecer, de modo objetivo, a relação entre Economia, meio ambiente e aceitação cultural: a da governança econômica dos bens comuns, de Elinor Ostrom; a de uma luta por reconhecimento, na versão de Axel Honneth; e a da coevolução dos sistemas socioambientais, de Richard Norgaard. Apresentam-se, inicialmente, uma síntese de cada uma dessas contribuições, seguidas de considerações sobre como, a partir da integração de elementos de cada uma delas, pode-se conceber um meio para levarem conta, com suficiente objetividade, aquela relação. Na presente tese não se objetiva, de modo algum, avaliar mérito de qualquer dessas contribuições teóricas: o que se faz aqui é reunir ideias que cada uma delas apresenta para, por meio de reflexão sobre o conteúdo dos citados textos que, por assim dizer, as sintetizam, concluir a respeito da conveniência ou não de se adotar ao menos algumas de suas perspectivas para a derivação de um conceito de aceitação cultural aplicável ao contexto da relação entre Economia e meio ambiente.

5.3.1 A contribuição de Elinor Ostrom à análise dos bens comuns

A utilização dos recursos naturais por vezes acontece na realidade de uma maneira que se aproxima significativamente da concepção teoricamente identificada como recursos explorados em comum (RECs)¹⁹⁹. Nessa temática de pesquisa,

¹⁹⁸ O conteúdo desta Seção fundamenta-se essencialmente nas ideias apresentadas em trabalho de Mendes Filho e Floriani (2010) ao “II Seminário Sociologia e Política da UFPR”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, ambos da UFPR, em Curitiba, de 15 a 17 de setembro de 2010. Agradece-se à organização do evento, por disponibilizar ambiente propício ao diálogo sobre o tema, e às pessoas que dele participaram, pelas valiosas contribuições que deram ao trabalho – com destaque para aquelas referentes à teoria da coevolução desenvolvida por Norgaard –, as quais foram importantes para o estudo da relação entre ideias desses três autores evoluir e passar daquela que constituía uma primeira e consideravelmente incompleta construção ao texto que nesta Seção é apresentado.

¹⁹⁹ No texto original, em língua inglesa, o termo é *common-pool resource* (CPR). “O termo ‘*common pool-resource*’ refere-se a um sistema de recurso natural ou feito pelo homem que é suficientemente grande para fazê-lo custoso (mas não impossível) excluir beneficiários potenciais

destaca-se o trabalho da cientista política norte-americana Elinor Ostrom²⁰⁰. Esta autora afirma que “quando apropriadores agem independentemente em relação a um REC, os benefícios líquidos totais que obtêm serão inferiores aos que poderiam ter sido alcançados se houvessem coordenado suas estratégias de algum modo” (OSTROM, 1990, p. 38; tradução nossa). Disto conclui-se a conveniência, senão a necessidade, de buscar-se compreender melhor de que modo os processos de gestão, que implicam escolhas coletivas, podem ser aperfeiçoados, com vistas à promoção de maiores benefícios tanto a cada um dos participantes como à coletividade que eles constituem.

O trabalho de Ostrom apresenta-se, por assim dizer, como um voto de confiança na capacidade de organização das pessoas em torno da exploração de recursos em comum²⁰¹. Antes dele, e já na segunda metade do século XX, o

de obterem benefícios de seu uso” (OSTROM, 1990, p. 30; tradução nossa; a ênfase é porque, nesta tradução, o termo permanece em língua inglesa, como no texto original). “Recursos explorados em comum e bens coletivos (ou públicos) compartilham um importante atributo e diferem quanto a um segundo. O relativamente alto custo de adquirir exclusão física é um atributo tanto de bens coletivos como de RECs. [...] / Bens coletivos e RECs diferem, entretanto, quanto a comunidade [*jointness*] de consumo. Unidades de consumo de bens coletivos são consumidas sem subtrair da quantidade disponível a outros, enquanto unidades de consumo de RECs são consumidas subtrativamente. O 'efeito de aglomeração' ou problema de 'sobreuso' de RECs não ocorre com referência ao uso de tais bens coletivos como previsão do tempo e defesa nacional” (OSTROM, 1992, p. 296; tradução nossa).

²⁰⁰ No ano de 2009, a Real Academia de Ciências da Suécia decidiu conceder a Elinor Ostrom, em conjunto com Oliver Eaton Williamson, o Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel, “por sua análise da governança econômica, especialmente dos bens comuns” (THE NOBEL Foundation, 2010; tradução nossa).

²⁰¹ Tal voto de confiança merece destaque especialmente quando se considera que, antes da contribuição de Ostrom, desenvolveu-se uma construção teórica que ficou conhecida como *dilema do prisioneiro*. Segundo Campbell (1985, p. 3; tradução nossa), “o problema foi primeiro formulado por volta de 1950 por um psicólogo social, Merrill M. Flood, e um economista, Melvin Dresher”, e ainda na década dos anos cinquenta do século XX ele foi expresso, conforme citação a seguir, de autoria de Luce e Raiffa. “Dois suspeitos são levados sob custódia e separados. O encarregado do distrito está certo de que eles são culpados de um crime específico, mas não tem evidência adequada para declará-los culpados em um julgamento. Ele mostra a cada prisioneiro que cada um tem duas alternativas: confessar o crime que a polícia está certa de que fizeram, ou não confessar. Se eles dois não confessarem, então o encarregado do distrito determina que os autuará em alguma acusação forjada muito menor tal como furto ou posse ilegal de uma arma, e receberão ambos punição menor; se eles dois confessam, serão processados, mas ele recomendará menos do que a sentença mais severa; mas se um confessar e o outro não, então o confessor receberá tratamento leniente por mudar a evidência do estado enquanto que o último terá 'o livro' jogado nele” (LUCE; RAIFFA, 1989 [1957], p. 95; tradução nossa). Conforme pode-se perceber, uma adequada consideração do problema à luz da ética requer que se leve em conta uma série de elementos, entre eles, seguramente, não apenas o modo como, com amparo ético, cada um dos prisioneiros deve agir diante da proposta que recebeu – considerando que, no caso, ambos conhecem a verdade dos fatos – mas também a própria proposta feita pelo encarregado do distrito. No que se refere aos primeiros, é necessário considerar, e de modo especial, se a pena a que estarão sujeitos é ou não justa, no sentido de ser ou não adequada para as finalidades que, alegadamente, a sociedade ou a cultura então vigente espera conseguir com sua aplicação – aliás, essas mesmas finalidades não podem escapar, elas também, de uma apreciação ética

problema da governança de recursos explorados em comum conheceu outras abordagens. Uma delas foi apresentada por Howard Scott Gordon, em cujas considerações está a seguinte.

Riqueza que é gratuita para todos é valorizada por ninguém porque quem for imprudente o bastante para esperar por seu tempo de uso próprio unicamente descobrirá que ela foi tomada por um outro. [...]. Recursos naturais de propriedade comum são bens comuns para o indivíduo e bens escassos para a sociedade. Sob exploração privada não regulada, não podem produzir renda alguma; isso pode ser realizado unicamente por métodos que os fazem propriedade privada ou propriedade pública (governamental), em qualquer caso sujeito a um poder dirigente unificado (GORDON, 1954, p. 135; tradução nossa).

Duas ideias podem receber destaque no argumento de Gordon. A primeira, que, no caso de os recursos serem gratuitos, ao menos algumas pessoas ficarão sem acesso a eles, porquanto outras, cujo “tempo de uso próprio” haja antecedido ao daquelas, terão deles apropriado-se; e a segunda, que os recursos necessitam ser geridos recorrendo-se ao regime de propriedade com direção unificada. Especialmente diante da ideia que existe um “tempo de uso próprio” a cada parte interessada pelo recurso, percebe-se, na primeira ideia, a convicção de que as partes, cada qual fazendo uso da exploração do recurso em seu “tempo de uso próprio”, procurarão nesse tempo dele extrair tanto quanto puderem; de modo que, a partir de determinado momento, não restará mais recurso a ser aproveitado e, assim, aquelas que, em função do “tempo de uso próprio” de cada um, só a partir de então vierem a fazer uso do recurso, não poderão dele servir-se – ou, ao menos, não de modo adequado. Isso decorre, por certo, da consequência de a extração do recurso estar limitada a tempo, e não, por exemplo, a determinada extensão geográfica ou topográfica a ser explorada, ou a uma quantidade máxima de recurso a ser extraída durante o “tempo de uso próprio” de cada parte; de modo que, com uma, outra ou ambas essas medidas, se poderia evitar, de modo significativo, o risco de as partes cujos “tempos de uso próprio” vêm antes dos de outras disso se prevalecerem, causando prejuízo às demais. Já no que se refere à segunda ideia,

(substantiva, é claro!). No do encarregado do distrito, se é ou não eticamente válido buscar persuadir alguém a participar de um processo em que aquele que, por suas razões, decidir não delatar uma outra pessoa corre sério risco de ter sua liberdade comprometida. Não se pode esquecer, nessas considerações, que se está a falar de algo que, no caso de os prisioneiros haverem cometido o crime, já aconteceu; e que, nesse caso, não pode ser por eles revertido, ainda que um deles, ou ambos, haja(m)-se arrependido verdadeiramente de tal ação. O *dilema do prisioneiro* é considerado também por Ostrom (1990, p. 3-5 e 217): as referências aos citados trabalhos de Campbell (1985) e de Luce e Raiffa (1989 [1957]), que aqui se fazem, foram feitas também nesta aqui mencionada obra de Ostrom.

pode ser que, em um contexto em que o recurso exista em abundância muito grande em relação à demanda, seja possível prescindir de administração específica para sua exploração; entretanto, nos outros casos, é importante que haja gestão e que, de fato, esta seja, em alguma medida importante, unificada, nos casos em que se esteja a falar de uma única unidade geográfica ou topográfica de recurso explorado coletivamente.

Outra contribuição teórica que contempla o problema da exploração comum de recursos foi apresentada por Garret Hardin. Este autor afirma que “a ruína é o destino em direção ao qual todos os homens vão com pressa, cada qual procurando seu melhor interesse próprio em uma sociedade que acredita na liberdade dos bens comuns. Liberdade em um sistema de bens comuns traz ruína a todos” (HARDIN, 1968, p. 1.244; tradução nossa). Hardin estrutura a questão em termos da ideia de incompatibilidade entre comportamento motivado pelo interesse próprio dos indivíduos e acesso livre a recursos explorados em comum: incompatibilidade que – na linha de argumentação que ele desenvolve –, se negligenciada, “traz ruína a todos”. É importante observar que, “apesar do título do seu famoso artigo, *The Tragedy of the Commons*, Garret Hardin (1968) não se referia à propriedade comunitária, mas à situação de acesso aberto” (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p. 301; grifo do autor). Ou seja: em sua proposta, nada há, em princípio, de incongruente com que os recursos sejam explorados em comum; o que não pode haver, segundo ela, é que o acesso a eles ocorra de modo indisciplinado. Aqui, mais uma vez, cabe observar que, dependendo da magnitude relativa entre demanda e oferta do recurso, pode ser que, ao menos durante um tempo razoavelmente previsível, não seja o caso de a não disponibilidade dele vir a ser objeto de cuidado especial; entretanto, a menos de nessa situação, o estabelecimento de normas para acesso aos recursos mostra-se, de fato, necessário, visto que não as observar conduz, mais cedo ou mais tarde, a uma situação de exaustão de tais recursos.

Uma terceira contribuição ao problema – diferente das demais porquanto não se situa expressamente no contexto dos recursos naturais – é apresentada por Mancur Olson. Este autor, ao discorrer sobre ação coletiva, apresenta a consideração seguinte, que é citada por Ostrom (1990, p. 6).

Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial

que faça os indivíduos agirem em seu interesse comum, *os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais* (OLSON, 1999 [1965], p. 14; grifo do autor).

A proposição de Olson, a rigor, é de difícil avaliação formal visto que prevê uma condição excepcional capaz de contemplar praticamente tudo: a referência a “algum outro dispositivo especial”. Esta previsão, por assim dizer, blinda a afirmação contra eventuais críticas, visto que, ainda a rigor, quando não se define o que esteja e o que não esteja compreendido nessa ressalva, a afirmação passa a valer como um raciocínio compatível com a fórmula seguinte: “isto não é assim a não ser que haja um dispositivo especial que faça com que isto seja assim”; ou, mais resumidamente, “isto não é assim a não ser que o seja”. Analisada com menor rigor formal, decorrente de nela negligenciar-se a contribuição desse “outro dispositivo especial”, a proposição condiciona a ação livre de coerção em favor do interesse comum a “que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno”. Com efeito, pode-se conceber que em grupos que contam com número de indivíduos pequeno o bastante para que cada um deles possa acompanhar e ou monitorar a ação dos demais, os indivíduos sintam-se ou motivados a agir em conformidade com a consecução do benefício comum porquanto percebem que os demais também colaboram nesse sentido – e que, assim, sua ação individual não será em vão –, ou constrangidos a fazê-lo porquanto seu comportamento é acompanhado pelos demais. Constrangimento, conquanto não alcance a intensidade da coerção, também se afasta da ação livre; de modo que, entre as duas possibilidades aqui consideradas, permanece como ação livremente motivada somente aquela que resulta de, ao agir em favor da consecução de um interesse comum, perceber-se que a ação não é vã, visto que os demais também agem no mesmo sentido.

Ostrom, por sua vez, apresenta um conjunto de princípios – apresentados na Seção 5.3.1.1 – válidos no contexto de instituições de recursos explorados em comum que, no modo como descreve a autora, são considerados de longa duração. Fundamentam-se, tais princípios, não apenas na plausibilidade das afirmações que apresentam, mas – o que é muito importante – também em estudos de caso levados a efeito em diferentes contextos.

5.3.1.1 Princípios de projeto elucidados por instituições de REC de longa duração

Ostrom identifica um conjunto de princípios de projeto²⁰² elucidados por instituições de REC de longa duração²⁰³, os quais são apresentados no Quadro 1. Por considerar importante investigar possíveis consequências derivadas desses princípios, leva-se a efeito, a seguir, uma análise que se pretende, a um tempo, breve e essencial de cada um deles.

Princípio nº 1: “limites claramente definidos”. A ideia de definir limites à exploração decorre do reconhecimento da finitude do recurso em conjunção com o interesse de diferentes pessoas e grupos por sua exploração. “Problemas de recursos de exploração comum compartilham com a provisão de bem público os problemas de benefício sem contribuição, mas também incluem os problemas de colheita excessiva e de aglomeração” (OSTROM, 2002, p. 6; tradução nossa); se não houver definição de o que pode ser explorado por quem, até que quantidade (se for esse o caso) e em que períodos (especialmente diante de fenômenos sazonais), instaura-se como que uma espécie de lei predatória competitiva, com ao menos duas importantes consequências indesejáveis, uma direta, outra indireta: diretamente, o estímulo à exploração não apenas indiferente à sorte dos demais mas também, dependendo da quantidade e da qualidade dos recursos percebidos como disponíveis, orientada por uma racionalidade segundo a qual aquele que não

²⁰² “Por ‘princípio de projeto’ quero dizer um elemento ou condição essencial que ajuda a responder pelo sucesso destas instituições em sustentar os RECs e ganhar a aquiescência de geração após geração de apropriadores às regras em uso. Esta lista de princípios de projeto é ainda um tanto especulativa. Não estou ainda querendo argumentar que estes princípios de projeto sejam condições necessárias para alcançar robustez institucional em assentamentos de REC. Trabalho adicional teórico e empírico é necessário antes que uma asserção forte de necessidade possa ser feita. Estou querendo especular, entretanto, que depois que trabalho acadêmico adicional estiver completo, será possível identificar um conjunto de princípios de projeto necessários e que tal conjunto conterá a essência do que tem sido identificado aqui” (OSTROM, 1990, p. 90; tradução nossa). “Não penso que seja possível elucidar princípios necessários e suficientes para instituições duradouras, visto que se necessita de uma fundamental boa vontade dos indivíduos envolvidos para fazer qualquer instituição funcionar. Nenhum conjunto de condições lógicas é suficiente para assegurar que todos os conjuntos de indivíduos estarão dispostos a e capazes de fazerem uma instituição caracterizada por tais condições funcionar” (Idem, p. 229; tradução nossa; grifo da autora).

²⁰³ “O conjunto mais novo de instituições [...] analisadas neste capítulo [o de número 3] já tem mais de 100 anos. A história do sistema mais velho [...] examinado excede a 1.000 anos. As instituições discutidas neste capítulo têm sobrevivido a secas, inundações, guerras, pestilências e mudanças econômicas e políticas muito importantes” (OSTROM, 1990, p. 58; tradução nossa).

1. Limites claramente definidos	Indivíduos ou famílias que têm direitos a retirar unidades de recurso do REC devem estar claramente definidas, como devem-no os limites do próprio REC.
2. Congruência entre regras de apropriação e de provisão e condições locais	Regras de apropriação restringindo tempo, lugar, tecnologia, e/ou quantidade de unidades de recurso estão relacionadas a condições locais e a regras de provisão requerendo trabalho, material e/ou dinheiro.
3. Arranjos de escolha coletiva	A maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar na modificação das regras operacionais.
4. Monitoramento	Monitores, que ativamente auditam as condições do REC e o comportamento do apropriador, são responsáveis perante os apropriadores ou são os apropriadores.
5. Sanções gradativas	A apropriadores ²⁰⁴ que violam regras operacionais é plausível serem determinadas sanções gradativas (dependendo da gravidade e do contexto da ofensa) por outros apropriadores, por funcionários públicos responsáveis por esses apropriadores, ou por ambos.
6. Mecanismos de resolução de conflitos	Os apropriadores e seus funcionários públicos [<i>officials</i>] têm acesso rápido a arenas locais de baixo custo para resolverem conflitos entre apropriadores ou entre apropriadores e funcionários públicos.
7. Reconhecimento mínimo de direitos de organizar-se	Os direitos dos apropriadores a divisarem suas próprias instituições ²⁰⁵ não são desafiados por autoridades governamentais externas.
<i>Para RECs que são partes de sistemas maiores:</i>	
8. Empresas aninhadas	Apropriação, provisão, monitoramento, sanção, resolução de conflitos e atividades de governança são organizados em múltiplas camadas de empresas aninhadas.

QUADRO 1 - PRINCÍPIOS DE PROJETO ELUCIDADOS POR INSTITUIÇÕES DE REC DE LONGA DURAÇÃO

FONTE: OSTROM (1990, p. 90; tradução nossa; grifo da autora)

for diligente em explorar mui provavelmente perderá a ocasião de apropriar-se do recurso uma vez que outros, provavelmente, o farão primeiro; indiretamente, uma aceleração da exploração do recurso, motivada pela ação orientada por tal racionalidade. E, conforme estabelece o princípio, os limites precisam ser definidos com clareza: cada pessoa e cada grupo de pessoas que explora o recurso em

²⁰⁴ Neste Quadro, Ostrom usa “o termo 'apropriador' para referir-se a todos os indivíduos que realmente retiram ou de algum modo utilizam as unidades de recurso de um REC, sem levar em conta a fonte de seu direito legal para assim fazerem” (OSTROM, 1990, p. 220; tradução nossa).

²⁰⁵ Alhures Ostrom apresenta uma ideia de instituições, e uma consequência dela decorrente. “Definidas em termos gerais, instituições são as prescrições que os humanos usam para organizar todas as formas de interações repetitivas e estruturadas incluindo aquelas no interior de famílias, vizinhanças, mercados, empresas, ligas esportivas, igrejas, associações privadas, e governos em todas as escalas. Indivíduos interagindo em situações estruturadas por regras defrontam-se com escolhas relativamente às ações e estratégias que selecionam, conduzindo a consequências a si mesmos e a outros” (OSTROM, 2005, p. 3; tradução nossa).

comum precisa conhecer e saber que os demais também conhecem os limites definidos para sua exploração; limites que devem ser definidos objetivamente, de modo a, no limite do razoável, não haver dúvidas quanto a sua observação.

Princípio nº 2: “congruência entre regras de apropriação e de provisão e condições locais”. Seguramente as regras de apropriação restritivas referentes a elementos cronológicos, locais, tecnológicos e ou quantitativos (em termos de unidades de recursos), para serem eficazes, precisam estar em conformidade com o que seja possível, a um esforço razoável, atender na realidade local em que se pretende adotá-las. Entretanto, é importante atentar para o elemento motivacional que preside a adoção de tais regras: porque, naturalmente, um é o estado de coisas quando tal elemento está comprometido, no plano das ações, com a busca de benefícios como tais reconhecidos e valorizados por todos os membros que constituem a coletividade – ou, ao menos, aos quais nenhum de tais membros opõe-se; e outro é esse estado quando o referido elemento não observa tal compromisso.

Princípio nº 3: “arranjos de escolha coletiva”. O princípio de que as pessoas e grupos afetados por determinada regra operacional devem poder participar das modificações de tal regra é uma consequência natural de todo sistema normativo sensível à liberdade eticamente amparada das pessoas. Todavia é importante considerar a necessidade de que sua participação seja efetiva, isto é, que, no exercício de tal liberdade qualificada, lhes seja assegurado o direito de agir em conformidade com suas convicções e interesses sempre que com tal atitude não se esteja a impedir que outras pessoas e ou grupos possam, também no exercício daquela liberdade, agir em conformidade com os seus próprios.

Princípio nº 4: “monitoramento”. Um acompanhamento periódico e regular das condições do REC permite identificar eventuais necessidades de intervenção extraordinária, em razão da manifestação, real ou potencial, de eventos que podem comprometer o bom andamento das atividades planejadas. Contudo o monitoramento deve ocupar-se, também e adequadamente, com as ações das pessoas que constituem a comunidade que explora o recurso em comum, no sentido de promover a observação igualitária dos direitos entre os diferentes grupos e pessoas.

Princípio nº 5: “sanções gradativas”. Uma concepção substantiva de justiça, fundamentada no reconhecimento de que os seres humanos, por diversas razões em particular, ou por sua assim chamada natureza em geral, estão sujeitos a errarem apresenta-se forte o suficiente para que se estabeleça, por princípio, que as sanções cabíveis como consequência de haver-se cometido uma falta relevante observem comportamento gradativo. O problema do estabelecimento de sanções precisa pautar-se por um necessário equilíbrio: por um lado, precisa manter compromisso com a necessidade de serem observados determinados comportamentos; por outro, não pode servir como elemento de desagregação da comunidade – como, por exemplo, infelizmente pode acontecer quando a sanção se mostra exagerada, expondo quem errou a alguma condição humilhante.

Em muitos sistemas auto-organizados, a primeira sanção imposta por um monitor local é tão baixa quanto não ter impacto *algum* sobre a razão benefício-custo esperada de quebrar regras locais (dadas as tentações substanciais frequentemente envolvidas). Preferivelmente, a sanção inicial precisa ser considerada mais como informação à pessoa que é “pega” bem como a outros na comunidade. Todos podem cometer um erro ou podem enfrentar problemas difíceis que os conduzem a quebrar uma regra. Umas poucas infrações de regras, entretanto, podem gerar uma cascata abaixo de cooperação em um grupo que confia somente em cooperação condicional e não tem capacidade para sanção [...]. Em um regime que usa punições gradativas, uma pessoa que propositadamente ou por erro quebra uma regra é notificada de que outras notam a infração (em consequência aumentando a confiança do indivíduo em que outros também seriam pegos). Ademais, o indivíduo aprende que outros basicamente continuam a estender sua confiança e querem somente um pequeno símbolo para comunicar um reconhecimento de que o percalço ocorreu. [...] Uma ameaça real à continuidade de regimes auto-organizados ocorre, entretanto, se alguns participantes quebram regras repetidamente. A capacidade de incrementar gradativamente sanções habilita tal regime a advertir os membros de que se não obedecerem, terão que pagar sanções ainda mais altas e podem eventualmente ser forçados a deixar a comunidade (OSTROM, 2005, p. 266-267; tradução nossa; grifo da autora).

E parece que esse problema fica bem encaminhado na proporção em que se consiga estabelecer, por assim dizer, uma relação de razoável equilíbrio entre o estabelecimento da sanção e os objetivos que com ele se almejam; e um elemento muito importante, nesse contexto, é o permanente e adequado acompanhamento das ações, de modo que a comunidade possa dispor de eficiente sistema de verificação periódica da conformidade ou não, em medida relevante, entre o que ela haja objetivamente definido e o que seus membros tenham praticado.

Princípio nº 6: “mecanismos de resolução de conflitos”. Quando se manifesta um conflito, é bom procedimento que ele seja resolvido com aprestamento, desde

que isso não implique, por certo, em comprometimento da qualidade da resolução²⁰⁶; e os mecanismos de resolução de conflitos devem estar disponíveis a um custo baixo – compreendido na qualidade de custo generalizado, que, conforme visto nas considerações referentes ao princípio nº 2, não se limita a valores financeiros, mas integra elementos como, por exemplo, tempo e imagem perante outras pessoas e grupos – para que seja possível a todas as pessoas e grupos que constituem a comunidade a eles ter acesso. O conceito de arena de ação, presente no enunciado do princípio, encerra importante conteúdo cultural.

Os atributos de uma comunidade que são importantes no que afeta arenas de ação incluem: os valores de comportamento geralmente aceitos na comunidade; o nível de compreensão comum que os participantes compartilham (ou não compartilham) sobre a estrutura dos tipos particulares de arenas de ação; a extensão da homogeneidade nas preferências daqueles que vivem em uma comunidade; os tamanho e composição da comunidade relevante; e a extensão de desigualdades de recursos básicos entre aqueles afetados (OSTROM, 2005, p. 26-27; tradução nossa).

Faz realmente muita diferença comparecer a uma instância de resolução de conflito quando se reconhece que a estrutura valorativa que fundamenta a decisão a ser proferida mostra-se, ao menos em medida razoável, em conformidade com os valores das pessoas que a ela recorrem, e quando não se identifica tal reconhecimento; assim como é muito importante, em contextos de resoluções de conflito, que as pessoas que decidem compreendam adequadamente as ações e intenções daqueles cujos atos, ou cujas omissões, ou as consequências deles decorrentes, entraram em conflito com direitos ou interesses de outrem, conflito que se procura resolver na arena. O destaque para o tamanho e para a composição da comunidade efetivamente participante ou interessada no desfecho do caso conflituoso, especialmente quando considerados em conjunto, é justificado especialmente diante da possibilidade de um grupo ser formalmente constituído como homogêneo quando existem diferenças culturais substanciais entre seus subgrupos, das quais aspectos distributivos são importante caso especial. O conjunto dessas considerações é essencial quando se admite que as decisões resolutivas dos conflitos devem, de fato, estabelecer a concórdia, ou ao menos

²⁰⁶ Quando inexiste urgência de decidir, a atividade de resolução de conflitos, além de observar o tempo necessário para ouvir as pessoas diretamente interessadas no objeto do conflito, e para que se efetuem as averiguações que se entenderem necessárias, deve acontecer em ambiente de suficiente serenidade: dependendo do estado de animosidade que, por vezes, pode caracterizar situações litigiosas, é bom procedimento deixar para fazê-lo quando os ânimos das partes estejam (mais) arrefecidos.

aquilo que poderia ser chamado de respeitosa indiferença²⁰⁷, em uma situação em que, acidentalmente, uma delas haja sido interrompida e necessite de ser restabelecida, ou substituída pela outra: essencial quando se pretende que conflitos devem ser superados, e não apenas mantidos em latência até uma próxima ocasião de manifestação.

Princípio nº 7: “reconhecimento mínimo de direitos de organizar-se”. A própria ideia de exploração em comum de recursos supõe ao menos uma mínima organização entre pessoas e ou grupos. Entretanto, no modo como enunciado, este princípio remete a alguma variante, mais ou menos atenuada mas significativa, da ideia de autodeterminação, no sentido de os *direitos* de os apropriadores divisarem suas instituições não poderem ser *desafiados* por autoridades governamentais externas. As palavras enfatizadas mostram-se essenciais à compreensão da ideia do princípio, conforme enunciado: fala-se de direitos, e não de qualquer disposição que pessoas ou grupos decidam querer ver reconhecidas por pessoas e grupos a eles externos, talvez mesmo pela sociedade como um todo; e fala-se de que as autoridades governamentais não devem desafiar esses direitos; ou seja, de um ponto de vista formal, o princípio consegue sustentação porquanto prescreve que direitos não devem ser desafiados. A ideia de desafio, aqui, chama especial atenção: porque uma coisa é questionar, outra é desafiar; esta última amiúde apresenta-se acompanhada de atitude desrespeitosa, no sentido de que não apenas não se julga o outro com condições de levar a efeito algo, mas de que se espera que ele exponha tal incapacidade, mostrando não ser capaz de fazê-lo²⁰⁸.

Ostrom apresenta ainda um princípio “para RECs que são partes de sistemas maiores”. É o princípio nº 8: “empresas aninhadas”, que estabelece que alguns elementos essenciais dos princípios nºs 2, 4, 5, 6 e 7 devem organizar-se “em múltiplas camadas de empresas aninhadas”. Uma necessidade dos sistemas

²⁰⁷ Pode-se ser indiferente de modo respeitoso no sentido de que uma decisão referente a outrem não desperta interesse em uma pessoa, e espera-se que a decisão seja encaminhada de modo satisfatório para todos os envolvidos. Isto é bem diferente do que poderia ser chamado de indiferença não respeitosa, que se caracteriza por ser indiferente à sorte de outrem quando se percebe estar(em) ele(s) ou ela(s) em situação que compromete sua dignidade na qualidade de pessoa(s) humana(s).

²⁰⁸ Formalmente pode-se dizer que ocorre o contrário: que em um desafio espera-se que o desafiado realize aquilo que se constitui em objeto em questão. Entretanto, parece razoável considerar que, de um ponto de vista substancial, quem desafia por vezes o faz motivado por não acreditar que o desafiado alcance êxito: daí a ideia de que, em um número considerável de situações, quem desafia espera que o desafiado mostre não estar à altura do desafio.

complexos é mesmo a de que exista suficiente harmonia entre seus diversos níveis de constituição: partes de um sistema podem apresentar relativa autonomia, definindo assim subsistemas, que guardam relação necessária com ao menos um outro subsistema do mesmo sistema, ou – no caso de serem o único subsistema em seu sistema – com a parte principal do sistema em que se localizam.

Naturalmente, regras podem precisar de revisão. Ostrom destaca algumas condicionantes diante da necessidade de evolução dos ordenamentos ao longo do tempo.

Para configurações de regras evoluírem, deve haver processos que (1) gerem variedade, (2) selecionem regras baseadas em informação relativamente precisa sobre desempenho comparativo em um ambiente particular, e (3) retenham regras que desempenham melhor em relação a critérios tais como eficiência, equidade, responsabilidade e sustentabilidade (OSTROM, 2008, p. 34; tradução nossa).

A ideia de evolução, assim, marca presença no pensamento da autora, e de um modo que pode ser chamado de clássico na proporção em que se fundamenta em expediente seletivo, com retenção de elementos que se tenham mostrado adequados em relação a atributos relevantes. O desempenho das regras é aferido tanto em termos operacionais como em termos (mais) substantivos, conforme atestam-no, respectivamente, os critérios eficiência e equidade.

5.3.1.2 Governança de recursos naturais e confiança

Na construção teórica desenvolvida por Ostrom ganha destaque o problema da confiança: “aprender a confiar nos outros é central para a cooperação” (OSTROM, 2009; tradução nossa). De fato, a própria natureza dos processos cooperativos livres requer que as pessoas confiem, em alguma medida suficiente, umas nas outras: coopera-se de boa vontade, ou com motivação, porque se acredita que assim fazendo age-se em favor de algum benefício, para si, para outrem ou para ambos. Além disso, em tais processos é relativamente comum que os benefícios compensadores de determinada iniciativa venham a apresentar-se não imediatamente após ela, mas em tempo futuro; aqueles que agem no tempo presente precisam, pois, confiar que o resultado esperado de sua ação, que por vezes depende do concurso de ações de várias pessoas, venha a acontecer, no futuro, do modo como esperado no momento da ação.

No que se refere mais especificamente ao problema da governança – nele compreendido, naturalmente, o da governança dos recursos naturais de uso comum –, observa-se que “normas de reciprocidade e confiança são necessárias para a sustentação de regimes de longo prazo que se autogovernam” (OSTROM, 2005, p. 287; tradução nossa). E a relação, ao menos no que se refere à confiança, é mesmo de necessidade: processos de governança mantêm compromisso com a permanência de condições favoráveis à relação entre pessoas e grupos de pessoas, com vistas à consecução e ou à manutenção de determinados fins e ou meios, compreendidos como interessantes ou importantes por aqueles que participam ativa e voluntariamente de tais processos; logo, dependem de que se possa confiar em que, salvo algum acontecimento extraordinário não previsto, de determinada ação resulte determinada consequência. Daí dizer-se, com propriedade, que para que sistemas de governança permaneçam vigentes por prazo considerável existe a necessidade de que as relações humanas que nele se estabelecem aconteçam ao amparo da confiança mútua. Já no que diz respeito à reciprocidade, o problema pode ser um pouco mais complexo: uma vez que na vida em sociedade e em comunidade existem como que hierarquias, não é em todo tipo de relação que uma pessoa ou um grupo espera que outra pessoa, ou um outro grupo, responda do mesmo modo (recíproco): salvo se por recíproco, nesse caso, deva-se compreender o tratamento respeitoso que, não obstante a diferença hierárquica, cabe a cada pessoa observar em relação a cada uma das outras²⁰⁹.

Entretanto, para além da necessidade coletiva de que os sistemas de governança sejam, por assim dizer, confiáveis, “é importante para os indivíduos manterem suas reputações como membros confiáveis da comunidade” (OSTROM, 1990, p. 88; tradução nossa); e essa importância é tão mais evidente quão mais próximas forem as relações que se estabelecem entre as pessoas. Mais especificamente no caso de comunidades com número relativamente pequeno de pessoas, as quais se conhecem pelo nome, conhecem as respectivas famílias, partilham muitos dos ambientes da vida comunitária quotidiana ou semanal – por exemplo, os mesmos locais de encontro para atividades de lazer, e ou uma mesma

²⁰⁹ No plano das comunidades, pensa-se aqui, por exemplo, em relações entre pais e filhos, e mesmo, em alguns casos, entre (grupos de) pessoas significativamente mais e menos idosas umas em comparação com as outras.

comunidade religiosa –, ser pessoalmente digno de confiança é condição essencial²¹⁰. Ademais, a proximidade física e a convivência mais prolongada contribuem para solidificar o conceito que as pessoas têm umas em relação às outras, muito em função dos recursos que a comunicação presencial disponibiliza: a conversa presencial, quando acontece em intervalos não muito longos, contribui significativamente para enriquecer relações de confiança, visto que, em medida considerável,

os indivíduos julgam a confiabilidade uns dos outros observando expressões faciais e ouvindo o modo como algo é dito. É difícil estabelecer confiança em um grupo de estranhos que fará decisões independente e privadamente sem ver e conversar uns com os outros (OSTROM, 1998, p. 14; tradução nossa).

Existe ainda uma outra razão pela qual a confiança apresenta-se como essencial em sistemas de governança de recursos de uso comum: é que, em medida considerável, “o uso sustentável de recursos relaciona-se à confiança que os usuários têm que as regras relacionadas a quem pode usar, quando, como e onde são realmente seguidas” (OSTROM, 2010, p. 71; tradução nossa). Não basta, por certo, que se definam regras, e que delas seja dada ciência a todas as pessoas e grupos que integram uma coletividade que explora em comum determinado(s) recurso(s): é imperioso que da observação coletiva dessas regras resulte o conjunto de benefícios para cuja consecução elas tenham sido definidas. Ações coletivas que dependem da adoção de determinado comportamento por todos os membros de uma coletividade não podem prescindir de que os indivíduos confiem em que com tal adoção pode-se, realmente, conseguir o benefício coletivo que se alega dela resultar; e essa confiança amiúde depende, também, da confiança em que cada pessoa tem de que as outras também adotam tal comportamento.

²¹⁰ É importante esclarecer que, quando a comunidade é numerosa o suficiente para que esse compartilhamento de vida social entre as pessoas que a constituem seja menos acentuada, a reputação de cada pessoa continua a ser elemento essencial no contexto das relações comunitárias: unicamente que, com menos conhecidos em comum, a chance de restarem (grupos de) pessoas que não venham a tomar ciência de determinada reputação tende, neste caso, a ser maior.

5.3.1.3 Governança de recursos explorados em comum: diálogo permanente entre teoria e realidades locais

O problema da governança dos recursos (naturais) explorados em comum apresenta características bem definidas. Nele interagem dois sistemas consideravelmente complexos – sistema social e sistema ecológico – e, como é comum acontecer na interação sistêmica, para além das características próprias de cada um deles existem aquelas que, por assim dizer, as transcendem. É preciso levar em conta que o componente humano ou social dos sistemas é dotado, em medida considerável, de capacidade de autogovernar-se, o que faz que cada sistema real possa apresentar uma ou outra característica relevante merecedora de atenção especial, porquanto não definida de modo suficiente e ou adequado apenas com base no que prescrevem as teorias que orientam as decisões e as ações em sistemas a um tempo sociais e ecológicos. E considerar, também, que elementos culturais podem diferir significativamente entre duas ou mais comunidades, tornando indispensável, ou no mínimo fortemente recomendável, levar-se a efeito alguma investigação em campo, com vistas a identificar elementos culturais que, por suas peculiaridades, requerem atenção especial. E que as próprias características dos recursos explorados em comum podem variar significativamente – no modo como, por exemplo, um recurso pesqueiro é significativamente distinto de um recurso extrativo florestal.

Para resolverem problemas de apropriação²¹¹ e de provisão²¹², por exemplo, os indivíduos devem aprender sobre a estrutura do sistema físico do qual conjuntamente dependem, sobre seus próprios padrões de apropriação e uso, sobre as normas de comportamento que são seguidas em uma comunidade, sobre os incentivos que eles encorajarão ou desencorajarão à medida que eles mudam regras, e sobre como todos estes fatores cumulativamente afetarão seus benefícios e custos líquidos ao longo do tempo. Os indivíduos podem acessar que tipos de custos de transação²¹³

²¹¹ “Com respeito a apropriação, o problema chave em um ambiente de REC é como alocar uma quantidade de unidades de recurso fixa, dependente do tempo de modo a evitar dissipação de renda e a reduzir incerteza e conflito sobre a designação de direitos” (OSTROM, 1990, p. 48; tradução nossa).

²¹² “Análises de problemas de provisão focam sobre a natureza dependente do tempo, produtiva do investimento no próprio recurso. Problemas de provisão podem ocorrer no lado da oferta, no lado da demanda, ou em ambos os lados” (OSTROM, 1990, p. 49; tradução nossa).

²¹³ Em Economia, custos de transação são custos que não estão diretamente relacionados ao processo de produção do bem ou do serviço, mas que, em economias relativamente sofisticadas, se fazem necessários. Consultoria jurídica, elaboração de pesquisas de preço e serviços de seguro são exemplos de atividades que podem agregar custos de transação à comercialização de bens e de serviços.

estarão envolvidos ao adotarem várias estratégias dentro de um conjunto de regras ou ao mudar essas regras. Se o analista deve compreender a estrutura da situação, o analista deve aprender sobre o mesmo conjunto de variáveis (OSTROM, 1990, p. 55-56; tradução nossa).

Na atitude de aprender permanentemente com as situações identificadas em campo, interagindo com pessoas e com grupos que atuam em cada comunidade em que recursos naturais são explorados em comum, residem muitas das possibilidades de enriquecimento da teoria e da prática da governança de tais recursos. Isto, naturalmente, não desmerece, de modo algum, iniciativas no sentido de delinearem-se princípios mais gerais: o reconhecimento que o trabalho de Ostrom recebeu dá testemunho do valor que tem, no contexto dessa especialidade de governança, a construção de uma teoria com alcance significativamente amplo amparada por adequada investigação empírica. Naturalmente, em dado momento da História as contribuições científicas apresentam, na melhor das situações, aquilo que o estágio de desenvolvimento cultural torna possível fazer: na proporção em que se compreende melhor o conjunto das relações que se estabelecem entre os mundos social e natural, melhor podem ser definidas as teorias científicas que, de algum modo, dela ocupam-se. Permanece, portanto, o compromisso científico com aquilo que a um tempo seja compreendido como possível, razoável e ético; o que, em um contexto mais próximo do problema da governança de recursos naturais explorados em comum, pode, em alguma medida importante, ser expresso na seguinte afirmação da própria Ostrom: “devemos uma obrigação à próxima geração para transmitir o melhor de nosso conhecimento sobre como indivíduos resolvem a multiplicidade de dilemas sociais – grandes e pequenos – que enfrentam” (OSTROM, 1998, p. 18; tradução nossa).

5.3.2 A concepção de Axel Honneth sobre o problema do reconhecimento

A vida humana encerra, para além da características biológicas que a faz semelhante à de outros seres vivos, uma existência imaterial na qual a identificação de sentido é essencial: homens e mulheres vivem, interagem com seus semelhantes em busca de realizarem aquilo que acreditam ser importante em suas vidas, seja em termos de bem-estar momentâneo, seja em uma perspectiva de mais longo prazo em que a história de suas vidas é construída. Existe como que um conjunto de

referências com base nas quais decisões são tomadas e ações levadas a efeito; e uma importante característica dessas referências é a necessidade de o ser humano ter reconhecido aquilo que lhe é importante, e isto não apenas pelo próprio indivíduo, mas também, e em um sentido muito especial, por outras pessoas. Estabelece-se, assim, uma necessidade humana de reconhecimento: as pessoas buscam sentir-se bem, realizadas, e essa realização depende, em medida decisiva, também de como são percebidas por outras; não apenas dessa percepção em si mas, principalmente, do significado que elas passam a ter na vida de outras.

5.3.2.1 O problema do reconhecimento: contribuições de Hegel e de Mead

O problema do reconhecimento, de sua importância no contexto da aceitação cultural, é aqui considerado a partir do trabalho do filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth. Este autor, ocupando-se da ideia de luta por reconhecimento, aproxima contribuições anteriormente desenvolvidas por outros autores nos campos filosófico e psicológico e, a partir delas, deriva uma proposta dotada de embasamento em cada um desses campos. No domínio da Filosofia, o autor identifica as origens do trabalho ético-filosófico com base na ideia de reconhecimento na obra do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel; Honneth considera que

em nenhum dos autores clássicos o princípio de reconhecimento como tal foi posto como pedra fundamental de uma ética. Apesar de toda a importância indireta que tinha o conceito em casos particulares, sempre permaneceu à sombra de outras determinações que se consideravam mais básicas. Naturalmente a grande exceção foi Hegel, que neste sentido se converteu em um precursor solitário (HONNETH, 1996, p. 5; tradução nossa).

Em razão da complexidade que caracteriza a experiência humana, é relativamente comum que temas os mais diversos concorram para explicar a motivação e o comportamento de homens e de mulheres, seja com referência a aspectos mais específicos de determinadas épocas, seja em termos mais gerais; na proporção em que Hegel, por assim dizer, eleva o problema do reconhecimento a uma posição de significativo destaque no contexto da filosofia ética, estabelece, no domínio da teoria, todo um conjunto de consequências e de possibilidades que não restam evidentes quando reconhecimento é visto como apenas um dos muitos elementos

que, em medida secundária, contribuem, ou mesmo podem contribuir, para explicar determinados aspectos do comportamento humano.

Hegel defende naquela época [nos anos em que passou em Jena como jovem docente de Filosofia] a convicção de que resulta de uma luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intra-social [sic] para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras de liberdade; trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social e, desse modo, conduz pouco a pouco a um estado de liberdade comunicativamente vivida, pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa (HONNETH, 2003 [1992], p. 29-30).

Percebe-se bem o alcance da ideia: na luta por reconhecimento assim apresentada pode-se observar, em um plano teleológico por assim dizer mais imediato, uma busca por verem reconhecidas diferentes identidades, que – o que é comum em contextos de luta – acontece em ambiente de tensão – no caso uma tensão moral – entre aqueles que lutam. Ademais, compreender as relações entre sujeitos em termos dessa concepção de luta por reconhecimento inaugura toda uma perspectiva de comportamento moral a ser filosoficamente analisada: afinal, a luta em questão, na proporção em que é reconhecida como parte da ação humana, precisa ser levada a efeito observando valores éticos.

Hegel parece estar convencido de que só podemos falar de estruturas éticas, de relações éticas da vida, onde são dadas ao menos as seguintes condições: deve existir um padrão de práticas intersubjetivas que possibilite aos sujeitos se realizarem na medida em que se relacionam mutuamente, de modo a expressar reconhecimento por meio de sua consideração moral (HONNETH, 2007 [2001], p. 112).

Esse aparente convencimento de Hegel faz muito sentido: a partir de quando se identifica uma luta por reconhecimento, e de que se considera que aqueles que dela participam fazem-no motivados pelas consequências que advêm de terem reconhecidos seus valores, suas identidades, perante outros, é necessário, por imperativo ético – especialmente em razão dos efeitos que as ações de cada sujeito podem exercer sobre a luta por reconhecimento empreendida pelos demais –, que se estabeleçam regras de relação mútua, que devem ser presididas por genuína consideração moral, a ser observada tanto com relação aos próprios valores de cada partícipe da luta como com relação aos interesses dos demais que nela tomam parte.

No plano da psicologia social, Honneth desenvolve suas considerações com base no trabalho do filósofo e sociólogo norte-americano George Herbert Mead. Conforme pode-se ler no parágrafo imediatamente seguinte, Honneth identifica proximidade significativa entre as contribuições teóricas de Hegel e Mead.

Em nenhuma outra teoria, a ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo foi desenvolvida de maneira tão consequente sob os pressupostos conceituais naturalistas como na psicologia social de George Herbert Mead; seus escritos contêm até hoje os meios mais apropriados para reconstruir as intuições da teoria da intersubjetividade do jovem Hegel num quadro teórico pós-metafísico [...]. A indeslindável psicologia social de Mead, na maior parte transmitida sob a forma de transcrições de lições, demonstra coincidências com a obra de juventude de Hegel até mesmo na parte essencial que nos interessa: ela também procura fazer da luta por reconhecimento o ponto referencial de uma construção teórica que deve explicar a evolução moral da sociedade (HONNETH, 2003 [1992], p. 125).

O encontro entre os conhecimentos filosóficos e científicos é sempre motivo para festejo. A Filosofia, no plano que lhe é próprio – o do pensamento, orientado, naturalmente, em medida considerável pelos sentimentos – intuitivo e objetivo, por meio da ideia, possibilidades de ação e de explicação; as ciências, cada qual dentro de sua especialidade – mas podendo, por certo, beneficiar-se do diálogo interdisciplinar –, também oferecem sua contribuição no plano que lhes é próprio – o da produção de conhecimento respaldado empiricamente e ou logicamente, em termos tanto de conhecimento pelo conhecimento, que caracteriza as chamadas ciências puras, como de conhecimento a ser utilizado na produção de resultados de interesse para a Humanidade, que caracteriza as denominadas ciências aplicadas e a tecnologia. E a escolha de Honneth é feliz não apenas no plano do conhecimento puro: quando se considera, como o faz aquele autor, que “Mead coincide com Hegel também na constatação de que a relação jurídica de reconhecimento é ainda incompleta se não puder expressar positivamente as diferenças individuais entre os cidadãos de uma coletividade” (HONNETH, 2003 [1992], p. 139), vê-se que tal aproximação entre Filosofia e ciência – aqui representada pela Psicologia, em sua especialidade denominada psicologia social – mostra-se fértil inclusive no contexto do Direito, o aproximando, assim, Filosofia e duas ciências aplicadas.

O problema da necessidade de reconhecimento ocupa posição central no pensamento de Honneth. O autor manifesta-se a respeito de como o reconhecimento constitui-se em elemento importante no processo de socialização

dos indivíduos nos termos seguintes:

no processo de sua socialização, indivíduos aprendem a interiorizar as normas de reconhecimento específicas da respectiva cultura; deste modo eles enriquecem passo a passo aquela representação elementar do próximo, que desde cedo lhes está disponível por hábito, com aqueles valores específicos que estão corporificados nos princípios de reconhecimentos vigentes dentro de sua sociedade. São estas normas interiorizadas que regulam o modo como sujeitos tratam legitimamente uns com os outros nas diferentes esferas das relações sociais: quais as expectativas que eu posso ter em relação ao outro, quais os deveres que preciso cumprir em relação a ele, qual comportamento posso esperar dele, tudo isto se deriva em última análise da orientação naturalizada por princípios, que fixam institucionalmente em quais sentidos (avaliativos) nós devemos nos reconhecer reciprocamente segundo a relação entre nós existente. Tomados em seu conjunto, esses princípios do reconhecimento formam a cultura moral de uma determinada época do desenvolvimento social (HONNETH, 2008, p. 74).

Diante desta manifestação de Honneth, cabe refletir sobre até que ponto a interiorização de normas de reconhecimento acontece em termos substantivos. Porque um indivíduo pode interiorizar um conjunto de comportamentos porquanto estes fazem sentido no contexto dos valores substantivos – não meramente instrumentais – de sua própria vida, e pode fazê-lo tão somente em razão de serem eles necessários, ou úteis, à consecução de resultados que, estes sim, lhe signifiquem algo de valioso em termos de essência, ou de substância. Quando não há conflito entre normas internalizadas substantivamente e normas internalizadas apenas no plano, por assim dizer, instrumental, ambas podem conviver sem que isso represente prejuízo significativo à qualidade de vida da pessoa. Entretanto, quando se estabelece relação conflituosa entre esses dois tipos de normas, é razoável considerar que, em alguma medida importante, a pessoa experimenta desconforto moral, quer, por exemplo, em razão de ela não concordar com normas que a impedem de manifestar aspectos importantes de sua personalidade – como acontece, por exemplo, sempre que não existe genuína garantia de que não se será punido por manifestar livremente o pensamento –, quer, também por exemplo, porquanto a observação de uma, ou mais de uma, das normas internalizadas unicamente no plano instrumental colide com um, ou mais de um, dos valores essenciais por ela reconhecidos. Algumas importantes consequências da incompatibilidade entre normas substantivamente internalizadas e normas internalizadas somente para efeitos instrumentais são claramente percebidas quando se considera que

a teoria moral se encontra hoje em dia [1998] em uma situação que se assemelha chamativamente à situação em que se acha enredado desde sempre o agente moral em seu obrar cotidiano: por um lado, situações de culpa ou de remorso por haver descuidado deveres que, de uma perspectiva universalizadora, se revelam como moralmente vinculantes; de outro lado, sentimentos de desesperança ou de enfado ao renunciar a fins da vida que, sendo significativos individualmente, parecem inconciliáveis com as exigências morais de uma razão imparcial (HONNETH, 1998, p. 18; tradução nossa).

Parece natural, se não mesmo justo²¹⁴, diante de um estado de coisas assim manifesto, que as pessoas busquem ver reconhecido o direito que acreditam ter de posicionarem-se, em assuntos que percebem não oferecerem prejuízo a outrem, em conformidade com seus próprios valores, e mesmo de agirem em conformidade com estes; entretanto, em tais situações, apresenta-se como indispensável levar-se a efeito uma análise no sentido de identificar se eventualmente, em nome de um alegado direito de igual manifestação de valores ou de interesses, não se incorre em comprometimento de um ou de mais de um dos valores maiores sobre os quais, ao amparo de uma ética genuína, estabelece-se, em termos substantivos, a constituição da sociedade em que se apresentam tais interesses e valorações diferentes entre si.

5.3.2.2 A ideia de luta por reconhecimento conforme a construção teórica de Honneth

Em termos objetivos, Honneth identifica, por assim dizer, três experiências, ou três dimensões de uma experiência mais complexa, com base nas quais – argumenta – o ser humano busca sentir-se realizado. A tese central do autor diante do problema do reconhecimento pode ser sintetizada nos termos seguintes.

O nexó existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau de autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na

²¹⁴ O problema da justiça, quando considerado – como deve sê-lo – não apenas em termos formais, mas, principalmente, em termos substantivos, precisa, para poder ser adequadamente considerado, de que se avalie o mérito das demandas apresentadas, a ver se estas não colidem, de algum modo, com valores essenciais que dão fundamento à concepção – naturalmente substantiva – de justiça vigente na sociedade em questão.

experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima (HONNETH, 2003 [1992], p. 272).

A ideia é complexa, como o é, seguramente, a experiência humana. Admite, inicialmente, que o modo como outras pessoas reconhecem um indivíduo interfere decisivamente no modo como ele próprio o faz. De fato, mesmo sem adentrar em questões técnicas de Psicologia, percebe-se que no plano relacional é preciso que existam referências comuns, com base nas quais seja possível construir comunicação em torno de determinados temas. E como, naturalmente, os processos de comunicação estabelecem-se em termos substantivos – os códigos são instrumentos necessários aos processos, mas o que assegura motivação, razão de ser, a estes são os sentidos que neles se comunicam –, tem-se que, para além da necessária compreensão dos códigos, se estabelecem redes de sentido entre aqueles que se comunicam: sentido que – e esse pormenor é aqui essencial – precisa ser comunicado, e espera a contribuição de outros para estabelecer-se de modo mais permanente no conjunto de referências do indivíduo ou para ser substituído por outro. É importante notar que, nesse processo de estabelecimento e de substituição de sentidos – que acontece por meio da comunicação –, se vai (trans)formando quanto a determinados aspectos e ou mantendo-se quanto a outros, de modo quase imperceptível, a estrutura valorativa²¹⁵ das pessoas: tais (trans)formação e manutenção, em certos casos, podem ser superficiais, quase imperceptíveis, e em outros podem ser significativamente profundas e marcantes. Mas uma compreensão mais adequada desse processo requer que se considere a necessidade de o ser humano – declaradamente gregário pelo menos desde Aristóteles – sentir-se, em termos substantivos, parte *importante* da vida de *outras*

²¹⁵ A afirmação de Honneth de que os indivíduos “aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades” pode ser compreendida, também, em termos mais restritos: pode-se pensar, por exemplo, em que os indivíduos venham a esmerar-se por realizarem muito bem determinada tarefa e, assim, ser adequadamente reconhecidos por aqueles a quem destina-se o resultado da ação nela levada a efeito unicamente na qualidade de executores de tal tarefa e, (quase) exclusivamente, em razão dos benefícios previamente acordados decorrentes de tal realização. Mas é importante considerar que – salvo quando a pessoa esteja a realizar uma tarefa de modo quase que exclusivamente mercenário, sem praticamente qualquer identificação pessoal com ela – junto com o reconhecimento da boa qualidade de suas “propriedades” e “capacidades” normalmente está também algum componente não negligenciável de bem-estar experimentado pela pessoa. Por essa razão, as considerações levadas a efeito nesta Seção são desenvolvidas admitindo que o reconhecimento de fato importante vai muito além de tal comportamento, por assim dizer, mercenário, e assume natureza decididamente substantiva, capaz de proporcionar o bem-estar autêntico característico da experiência de sentir-se, em alguma medida importante, realizado.

peessoas: daí a relevância das atitudes de outros – especialmente de um número relativamente pequeno de indivíduos que, por circunstâncias²¹⁶, constituem o que poderia ser chamado de referências pessoais privilegiadas – assentirem e de encorajarem, que o autor menciona. Diante de questões que o indivíduo reconhece como especialmente importantes, não é suficiente, portanto, que ele chegue a suas próprias conclusões, decida e aja em conformidade com aquilo que julga, sente ou acredita ser mais adequado: ele precisa do assentimento ou da objeção, do encorajamento ou do desencorajamento manifestado por aqueles que constituem tais referências assim qualificadas.

A explicação da constituição pessoal dos indivíduos *unicamente* em razão de uma autorreferência fundamentada em perspectiva alheia é que, em medida importante, fenômenos compreendidos no domínio das convicções pessoais não comunicadas a outrem não estariam, ao menos diretamente, contemplados nessa constituição pessoal. Mas é importante considerar, também, que mesmo essas convicções, para serem autênticas, precisam encontrar fundamento em alguns outros atributos pessoais – ideias, por exemplo – que, estes sim, já hajam sido reconhecidos, ou mesmo encorajados, pelos outros. Nesses casos, o assentimento e o encorajamento alheio continuam presentes: a manifestação indireta não desmerece sua importância.

O autor menciona três atitudes do indivíduo para consigo mesmo, inscrevendo cada uma delas, em termos de possibilidade, a uma determinada experiência. Primeiramente, reconhece como “inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança”. Honneth faz referência ao amor; dada a polissemia que o termo pode admitir, é fundamental conhecer com que sentido, em tal contexto, deve ele ser compreendido. Felizmente o autor explica:

por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filho (HONNETH, 2003 [1992], p. 159).

A relação é claramente unívoca: a experiência amorosa possibilita confiar em si mesmo, e não há menção expressa, no texto citado, quanto a ser ou não ela a

²¹⁶ A condição de membro da família, a de amigo, a de autoridade em determinado ramo de atuação ou em um sistema de crença com o qual o indivíduo identifica-se servem de exemplos dessas circunstâncias.

única que o faz. Conforme anteriormente visto – mais especificamente nas Seções 5.2.2 e 5.3.1.2 –, confiança é elemento que, além de necessariamente autêntico – no sentido de que não se pode, em termos substantivos, fingir a si mesmo que se confia em alguém ou em algo –, encontra muito de seu fundamento na experiência; confia-se porque, e enquanto, existem elementos que dão suficiente respaldo à confiança. Especialmente quando se admite – como o afirma Honneth – que uma pessoa como tal se reconhece *unicamente* por aprender uma autorreferência relacionada a propriedades e capacidades a partir de referencial alheio, não surpreende que uma autoconfiança substantiva, promotora de uma atitude proativa diante de situações em boa medida inéditas em sua própria vida – e não meramente diante de situações já conhecidas, em que se confia por se ter recebido assentimento ou encorajamento alheio prévio –, precise acontecer em ambiente em que os outros estejam realmente interessados no bem-estar dela; porque é razoável considerar que de uma qualidade são o assentimento e o encorajamento manifestados por quem não tem interesse especial no bem-estar de quem os recebe, e de outra, bem diversa – e melhor! – são os manifestados por quem o tem. Mas – para além dessas considerações decorrentes da alegada necessidade de reconhecimento alheio – é importante observar também que a ideia de amor que o autor expressa encerra, ela mesma, conteúdo substantivo muito especial: em suas variantes erótica, amistosa e característica da relação entre pais e filhos, percebem-se identificações autênticas, motivadas pela grande importância que a figura do outro *de fato* tem na vida de quem experimenta esses sentimentos que, para manterem-se ao longo do tempo, precisam de correspondência – substantiva, não meramente formal –, cada qual no contexto que lhe é bem próprio²¹⁷. Em qualquer dessas três formas, o amor apresenta duas importantes características: não admite possibilidade de indiferença por parte de quem ama em relação às pessoas amadas, e não assegura a quem ama que será amado por tais

²¹⁷ Honneth considera ainda a relação entre amor e autoconfiança em termos psicológicos; e, ao fazê-lo, desenvolve um raciocínio que culmina no plano da ética. Ele considera que “no equilíbrio tenso entre fusão e delimitação do ego, cuja resolução consta de toda forma bem sucedida de relação primária, os sujeitos podem-se saber reciprocamente amados em sua individualidade, a ponto de poderem estar a sós sem angústias. Um semelhante modo de autoconfiança constitui o pressuposto elementar de toda espécie de autorrealização, na medida em que faz o indivíduo alcançar aquela liberdade interior que lhe permite a articulação de suas próprias carências; por conseguinte, a experiência do amor, seja qual for a figura institucional que ela assumiu historicamente, representa o cerne mais íntimo de todas as formas de vida a serem qualificadas de ‘éticas’” (HONNETH, 2003 [1992], p. 276).

pessoas; o que faz pensar sobre a razoabilidade ou não de admitir que uma relação entre amor e autoconfiança, no modo como apresentado por Honneth, necessita, para estabelecer-se, da correspondência mútua. E parece que sim: que a autoconfiança deriva, em boa medida, de saber-se, a um tempo e por assim dizer, amante e amado. Seja na relação do amor erótico, seja na da genuína amizade, seja naquela que aproxima pais e filhos – quando, naturalmente, tais relações existem de fato –, estabelece-se uma estrutura de referência muitíssimo importante e especial, capaz de assegurar, em medida significativa, condições sentimentais adequadas ao atendimento de um conjunto de necessidades referentes, por assim dizer, ao estágio mais imediato da natureza humana gregária; no contexto dessas relações – quando de fato estabelecidas – cada pessoa consegue viver a experiência de, em termos sentimentais, não estar só no mundo, de existirem outras pessoas com quem ela realmente se importa e que com ela realmente se importam também. Todavia – e isto é muito importante – é necessário considerar que cada uma dessas três variantes de amor atende a uma necessidade humana específica e distinta, e a consideração a respeito da possibilidade de a autoconfiança inscrever-se na experiência do amor precisa, decisivamente, levar em conta o atendimento a cada uma dessas necessidades específicas, levado a efeito por meio da respectiva variante de amor²¹⁸. Mas, feitas essas observações, de que modo fica estabelecida – se é que o fica – a relação entre esse amor com três variantes e a autoconfiança? Ora, fica-o na proporção em que, dispondo de um referencial – não meramente formal, mas substantivo – de comunicação mútua de bons sentimentos, a pessoa passa a ter atendida uma necessidade decisiva no contexto de sua relação com outras pessoas: aquela de amar e de ser amada. Por conseguinte – e, ao que parece, *porque*, então, essa necessidade tão importante quanto elementar passa a ser atendida –, a pessoa passa a poder relacionar-se com as demais sem que em tais relações, para além dos elementos mais imediatos ou aparentes que as motivem – os quais, em boa medida, assumem considerável natureza impessoal, como acontece, por exemplo, nas relações profissionais e de negócios –, ela, por

²¹⁸ Honneth considera, acertadamente, que “toda relação amorosa, seja aquela entre pais e filho, a amizade ou o contato íntimo, está ligada [...] à condição de simpatia e atração, o que não está à disposição do indivíduo; como os sentimentos positivos para com outros seres humanos são sensações involuntárias, ela não se aplica indiferentemente a um número maior de parceiros de interação, além do círculo social das relações primárias” (HONNETH, 2003 [1992], p. 178).

motivo imperioso – o atendimento a uma necessidade humana, por assim dizer, básica ou essencial – passe a buscar reconhecimentos outros – alguma variante de amor – nessas relações fortemente impessoais. Uma vez livre dessa difícil situação de carência afetiva, ela passa a ter muito boas condições de interagir com as demais nos limites próprios de cada relação específica, e de estar satisfeita com os resultados alcançados dentro desses limites: a pessoa passa, assim, a confiar realmente em si mesma, em sua capacidade de conseguir êxito; torna-se, por consequência, autoconfiante.

Em um segundo momento, Honneth considera estar a possibilidade do autorrespeito inscrita na experiência do reconhecimento jurídico. Ao reconhecer-se que pessoas têm direitos e que estes, por sua natureza, devem, ao amparo de uma justiça não apenas formal mas, principalmente, substantiva, ser observados, estabelece-se uma estrutura de relações que objetiva, mesmo que com fundamento, por assim dizer, em uma última instância, a que as pessoas se respeitem mutuamente; e cabe refletir sobre se o autorrespeito depende ou não do respeito mútuo – que, naturalmente, se observa em relação de alteridade – assim estabelecido. Honneth encaminha a questão nos termos seguintes.

É o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros da interação, o que lhes confere a força de possibilitar a constituição do autorrespeito; pois com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável (HONNETH, 2003 [1992], p. 197).

Estruturar a questão nestes termos conduz à ideia de que o autorrespeito depende de as pessoas verem-se respeitadas não apenas por aquelas pessoas mais próximas – familiares e amigos – mas por todas as pessoas de uma coletividade, de uma sociedade; e de sê-lo não apenas no que se refere ao que a lei, aqui considerada em sentido amplo, define como dever a ser observado, mas – e parece que este é o ponto mais importante no argumento – pela condição de igualdade que o caráter universal de tal lei assegura. Naturalmente, estar a possibilidade do autorrespeito inscrita na experiência do reconhecimento jurídico não implica, por necessidade, que aquele dependa deste: permanece, no plano teórico, todo um conjunto de outras possibilidades de estabelecer-se o autorrespeito que não por meio do reconhecimento jurídico. Não obstante, talvez a ideia mais clara do que

Honneth pretende expressar ao referir-se a autorrespeito esteja expressa no trecho a seguir.

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “autorrespeito” (HONNETH, 2003 [1992], p. 197).

Aqui, mais uma vez, percebe-se o autorrespeito decorrendo da possibilidade de manifestação perante os demais, que assume, muito em razão da referência à vontade, contornos decisivamente políticos, com o autorrespeito, para ser efetivo, precisando contar com um regime no qual a liberdade para manifestação das diferenças seja consideravelmente ampla e harmônica, no sentido de possibilitar o convívio das mesmas sem que uma interfira significativamente no modo de manifestação da outra: mais uma vez – e com o devido respeito a opiniões contrárias – isso parece muito mais em conformidade com a ideia de mútuo respeito do que com a de autorrespeito. Mas existe ao menos uma maneira pela qual as ideias de autorrespeito e de mútuo respeito podem-se relacionar de modo a estar a possibilidade do autorrespeito de fato inscrita na experiência do reconhecimento jurídico: é quando respeito assume conotação de consideração. Porque o reconhecimento jurídico, em razão da natureza geral que o caracteriza, faz que as pessoas devam ser respeitadas ou consideradas por todas as demais; e é razoável admitir que saber que os outros consideram aquilo que a própria pessoa ou grupo considera, ainda que formalmente, no modo como a lei em sentido amplo define que se deva considerá-lo – e, naturalmente, admite-se aqui existir reconhecimento jurídico substantivo, no sentido de que o objeto de tal reconhecimento precisa ser contemplado, por assim dizer, não de qualquer jeito em algum diploma legal de observação compulsória, mas sim de modo adequado a que os valores que motivam tal reconhecimento possam ser observados de modo consequente, contanto que com suficiente amparo ético – normalmente produz naqueles que passam a contar com o benefício de tal reconhecimento jurídico ganhos significativos em termos de autoconceito, em razão de que seus valores passam a ser considerados não apenas por eles e pelos que lhe são mais próximos, mas pela coletividade como um todo. E na medida em que as ideias de autoconceito e de consideração sobre si mesmo conseguem aproximar-se uma da outra, e que se admite como válida a conotação

segundo a qual respeito significa consideração, consegue-se sustentação substantiva para o argumento em favor de estar a possibilidade do autorrespeito inscrita na experiência do reconhecimento jurídico²¹⁹.

Na parte conclusiva do argumento, Honneth propõe estar inscrita na experiência da solidariedade a possibilidade da autoestima. É interessante perceber que, enquanto que a ideia de autoestima é reflexiva, a de solidariedade expressa-se em relação de alteridade; e os motivos para ser solidário a outrem ou a alguma coisa – a uma causa, por exemplo – podem variar desde interesses imediatos e bem compreendidos por quem se mostra solidário até motivações admitidas como decididamente indiretas – no sentido de o benefício para quem age proativamente de modo solidário restringir-se unicamente ao bem-estar decorrente de haver agido em favor de outrem ou de algo. No que se refere à mencionada relação entre autoestima e solidariedade, percebe-se esta última significativamente motivada por interesses em benefício de determinada práxis, uma vez que o autor considera que

[...] sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica²²⁰ entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade (HONNETH, 2003 [1992], p. 210-211).

Observa-se que mesmo o interesse afetivo, a que o autor faz menção, é dirigido a determinada *particularidade* da pessoa; o que sugere uma ideia de ser solidário, por assim dizer, *enquanto* a pessoa for portadora de determinadas características, que podem servir a ações empreendidas em favor de uma causa ou de um objetivo

²¹⁹ Entretanto, cumpre observar que o caráter impessoal que caracteriza o reconhecimento jurídico – no sentido de ser a regulamentação jurídica aplicada a todos quantos reúnam as condições que definem o perfil genérico de pessoa a quem ela se aplica –, enquanto tal, por vezes não leva em consideração características especiais das pessoas, características que podem ser relevantes diante do problema de buscar realizar, no limite do possível e do razoável, justiça substantiva. “Os pressupostos jurídicos da autorrealização representam uma grandeza suscetível de desenvolvimento, visto que podem ser aperfeiçoados na direção de uma consideração maior da condição particular do indivíduo, sem perder seu conteúdo universalista; por esse motivo, a relação jurídica moderna só pode entrar na rede intersubjetiva de uma eticidade pós-tradicional, como um segundo elemento [de um total de três, o primeiro deles sendo o amor e o terceiro a solidariedade], quando pensada de maneira mais ampla, incorporando esses componentes materiais” (HONNETH, 2003 [1992], p. 277).

²²⁰ O autor explica que “‘simétrico’ significa que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade” (HONNETH, 2003 [1992], p. 211).

comum aos que manifestam tal solidariedade. Mas, e quanto à relação entre uma experiência de solidariedade assim caracterizada e a possibilidade da autoestima? Conforme anteriormente mencionado, autoestima é atributo reflexivo, porquanto encerra a ideia de que é a própria pessoa que estima a ela mesma; entretanto, essa estima a si própria depende, em grau de necessidade, da aceitação que os valores que constituem, por assim dizer, considerável parte de sua idiosincrasia encontrem admiração – ou que, pelo menos, não encontrem rejeição – no ambiente em que ela vive e interage coletivamente.

Uma característica típica do ato solidário é o concurso de pessoas em favor de uma ação, e ou em busca de um efeito, comum. E isto normalmente inicia-se, de modo mais objetivo, por meio do diálogo, no qual motivações afins – eventualmente idênticas – são percebidas. Talvez por isso Honneth tenha afirmado que

só as relações sociais que tínhamos em vista com o conceito de 'solidariedade' podem abrir o horizonte em que a concorrência individual por estima social assume uma forma isenta de dor, isto é, não turvada por experiências de desrespeito (HONNETH, 2003 [1992], p. 211).

Entretanto, é importante considerar que, no contexto da ação real, não é sempre que tal solidariedade é naturalmente identificada: porque pode acontecer, ao menos no plano da teoria, que alguém – uma pessoa, um grupo de pessoas – pretenda como que negociar condições para expressar solidariedade a determinado objeto – uma causa ou interesse específico, por exemplo. Não se pode garantir que o processo acontece sempre sem dor e sem desrespeito, por exemplo, quando indivíduos ou grupos que dele participam entendam ser necessário que alguns deles abdicuem de determinadas reivindicações suas para, só então, contarem com a solidariedade de outros indivíduos e ou grupos no que se refere a outras reivindicações, estas sim comuns a todos eles. E, ademais, parece razoável também considerar que manifestações indolores de solidariedade normalmente ficam circunscritas ao ambiente em que as manifestações de estima social mútua têm validade, visto que, para além dos limites de tal território simbólico, o próprio autor reconhece que, no contexto da modernidade, uma luta²²¹ por reconhecimento faz-se presente:

[...] nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os

²²¹ A ideia de luta, por si, mostra-se normalmente distante da ideia de diálogo entre partes que, com genuíno respeito uma pela outra, buscam encontrar solução respeitosa para com, e, tanto quanto possível e razoável, indolor para, todas as pessoas e todos os grupos interessados na questão em apreço.

meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, as capacidades associadas à sua forma de vida. Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas (HONNETH, 2003 [1992], p. 207).

É possível argumentar que essa luta encontra condições para desenvolver-se de modo ético, respeitando-se, não apenas em termos formais mas, principalmente, em termos substantivos²²², o direito de cada pessoa e de cada grupo manter seu ponto de vista, contanto que eticamente respaldado, a respeito do que seja o objeto pelo qual ela acontece; nesse contexto, a luta acontece não no sentido de os interesses dos grupos diversos combaterem uns contra os outros, mas no de cada um deles buscar a atenção pública – ou, pelo menos, de algumas pessoas e de alguns grupos – independentemente do que estejam ou não a fazer os demais grupos em favor de seus próprios interesses²²³.

Ao concluir esta Seção, cabe observar que o problema do reconhecimento coletivo de valores reconhecidos por pessoas e por grupos, em razão do efeito que – ligado que está ao problema da identidade pessoal e grupal – exerce na vida das pessoas, assume importância capital na vida de toda sociedade: de seu adequado encaminhamento depende a possibilidade de pessoas e de grupos referirem-se a si próprios como sujeitos cujos valores são respeitados pelas demais pessoas da coletividade em que vivem. “Os diversos padrões de reconhecimento representam condições intersubjetivas que temos de pensar necessariamente quando queremos descrever as estruturas universais de uma vida bem-sucedida” (HONNETH, 2003 [1992], p. 273). Pretensões de reconhecimento encontram legitimidade contanto que não colidam nem com a necessidade de atendimento a algum imperativo ético – entre eles, naturalmente, a necessidade de respeitar-se a característica de pessoas

²²² Respeito substantivo, aqui, implica em reconhecer que determinada posição a respeito do objeto em questão que uma pessoa ou um grupo manifesta decorre do compromisso que ela ou ele tem com valores que, conquanto pouco ou nada possam significar de relevante para quem lhes apresenta uma perspectiva alternativa, pode significar, em caso de abdicação, perda substancial para ela ou ele que tem tal compromisso.

²²³ Naturalmente, a partir de quando um grupo consegue identificar a existência de ao menos um outro grupo cujos interesses, em medida significativa, colidem com aqueles seus próprios, a menos que cada um deles atue em um território simbólico distinto do do outro, estabelece-se uma situação em que trabalhar em favor de seu próprio interesse implica, naquela medida, em trabalhar contra o interesse do outro. Nessa situação, a luta pode continuar a acontecer sem combate entre grupos, contanto que o grupo que tem conhecimento da existência de outro grupo e dos interesses desse grupo abstenha-se de fazer referências contrárias a tais interesses para além daquelas que resultam, *indiretamente*, da divulgação de seus próprios interesses.

e ou grupos solidarizarem-se ou não, em condição de participação ativa, a tais pretensões – nem, diretamente, ou indiretamente e de modo importante, com valores essenciais com base em que se constitui, substantivamente, a sociedade organizada na qual se manifestam; conseqüentemente, pode-se afirmar que, de um ponto de vista teórico que se fundamenta no atendimento, com suficiência, a um conjunto de condições estabelecidas, pretensões de reconhecimento que observem, de modo a um tempo adequado e suficiente, as duas condições de legitimidade aqui apresentadas devem ter-lhes assegurado o direito de serem socialmente reconhecidas.

5.3.3 A teoria da coevolução dos sistemas socioambientais desenvolvida por Richard Norgaard

No contexto das contribuições teóricas referentes a sistemas socioambientais, a teoria da coevolução dos sistemas socioambientais, desenvolvida pelo economista norte-americano Richard Norgaard, apresenta um modo particular de considerar a compreensão dos sistemas socioambientais. Nela, a ideia de coevolução é central de um desenvolvimento teórico que, na proporção em que o conhecimento sobre esses sistemas pode ser aplicado no aconselhamento de ações de pessoas e de grupos, encontra aplicação, também, no contexto da ação prática.

A ideia de coevolução é, em boa medida, simples: dois ou mais elementos coevoluem na proporção em que cada um deles evolui juntamente com o(s) outro(s), ou simultaneamente a ele(s). Entretanto, a ideia de coevolução de sistemas socioambientais, conquanto possa ser concebida, em uma primeira aproximação, com o valor cognitivo relativamente simples de que dois elementos – os sistemas social e ambiental – evoluem simultânea e ou conjuntamente, mostra-se, ao contrário, consideravelmente complexa, em razão da expressiva complexidade que caracteriza não apenas os sistemas social e ambiental, mas também o resultado que decorre de sua mútua influência. No parágrafo imediatamente a seguir apresenta-se como que uma espécie de enunciado dos elementos e das interações que, em linhas gerais, caracterizam a teoria da coevolução dos sistemas socioambientais desenvolvida por Norgaard.

No paradigma coevolucionário, o meio ambiente determina a adequação de como as pessoas se comportam quando guiadas por modos alternativos de conhecimento, formas de organização social e tipos de tecnologias. Também ao mesmo tempo, o modo como as pessoas conhecem, organizam e usam ferramentas determina a adequação de características de um ambiente que evolui. Em qualquer ponto no tempo, um determina o outro. Ao longo do tempo, nenhum é mais importante que o outro. E dependendo de mutações genéticas, substituições de valores, mudanças tecnológicas e inovações sociais que surgem aleatoriamente, o caminho evolucionário é estabelecido por um período até uma outra mudança ocorrer. Assim, a perspectiva coevolucionária explica por que opções são incomodamente limitadas no curto prazo; a cultura tem determinado o meio ambiente e o meio ambiente tem determinado a cultura. Em cada ponto no tempo há uma quase pane total de conhecimentos, valores, tecnologias, organização social e meio ambiente natural coevoluídos. Também durante o prazo mais longo, aproximamo-nos da situação igualmente incômoda de nada determinando coisa alguma, que tudo mudará de maneiras imprevisíveis. Onde estaremos no futuro não é determinado pela cultura de hoje nem pelo meio ambiente apenas mas por estes e inúmeros fatores futuros imprevisíveis (NORGAARD, 1994, p. 46; tradução nossa).

É relativamente bem conhecido o problema referencial que caracteriza a cognição humana, no sentido de que novas ideias – e, naturalmente, as consequências que, em medida importante, delas dependem – guardam referência com ideias anteriores, seja no sentido de aprimorá-las, seja no de rejeitá-las. As ideias de que, em medida relevante, o conhecimento, a organização social e a tecnologia tenham evoluído como resposta ao modo como o ser humano haja percebido o meio ambiente, e de que, ao agir – muito em resposta a essa percepção ambiental – ele tenha ocasionado no meio ambiente mudanças significativas, de modo a que ecossistemas inicialmente com antropia negligenciável passassem a um estágio de manifestação de suas características marcadamente distinto do que, provavelmente, se manifestava na referida situação inicial podem não ser, por si só, inovadoras ou surpreendentes. Entretanto, o que desperta interesse especial na proposta teórica desenvolvida por Norgaard é, por um lado, a identificação de ciclos coevolutivos; por outro, o reconhecimento da incerteza que caracteriza esses ciclos; e por um terceiro, a responsabilidade irrenunciável que a Humanidade, na justa proporção em que pode conhecer sobre tais ciclos, e apesar da incerteza que os acompanha, passa, coletivamente, a ter sobre suas ações.

Na evolução histórica dos modos como o ser humano, considerado em termos coletivos – a espécie humana, em certo sentido²²⁴ –, relaciona-se com a

²²⁴ A ressalva quanto ao sentido provém de que o *Homo sapiens*, em comparação com qualquer uma das outras espécies vivas e mesmo extintas conhecidas – e, naturalmente, segundo a óptica humana! –, apresenta desempenho evidentemente mais avançado em termos de faculdades

Natureza identifica-se a ocorrência de ciclos, uns maiores – que podem ser exemplificados, por exemplo e no contexto da cultura ocidental, em termos das históricas Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea²²⁵ –, outros menores – como, por exemplo, no século XX, os intervalos (a) anterior aos movimentos em favor de estilos de vida alternativos, mais em conformidade com um uso responsável do meio ambiente, a partir da década de 1961 a 1970, (b) a partir dessa década até o final da década de 1981 a 1990, e (c) a partir da década de 1991 a 2000, quando se passou a observar, mais intensa e evidentemente, uma preocupação ambiental em termos dos sistemas de produção industriais. Percebe-se que ciclos de coevolução entre comportamento social e meio ambiente natural permanecem enquanto determinados sistemas de valores e conjuntos de interesses conseguem manter-se à salvo de elementos que, à luz de forte evidência, indiquem a impossibilidade, ou ao menos uma expressiva inviabilidade, de o processo coevolutivo continuar a desenvolver-se segundo determinadas referências de racionalidade, e de seus correspondentes padrões comportamentais. Na medida em que eventos marcantes do ponto de vista socioambiental conduzem as sociedades –

cognitivas – e, é claro, em termos também das habilidades delas decorrentes –; de modo que, conquanto é certamente válido considerá-lo, no contexto biológico, uma espécie com numerosos atributos comuns a outras, para efeito de sua atuação no contexto da teoria da coevolução dos sistemas socioambientais não se pode negligenciar a diferença que representa a habilidade cognitiva humana em comparação com a das outras espécies, mesmo com a daquelas que, no reino animal, são identificadas como portadoras de expressiva capacidade de cognição. Visto que a Psicologia alcança reconhecimento na qualidade de ciência autônoma, entendeu-se necessário fazer a referida ressalva.

²²⁵ Tomando-se como exemplo de referência cronológica a Era Cristã, percebe-se hoje haver existido, nas Idades Antiga e Média – nesta última, sobretudo na chamada Alta Idade Média – comportamento, por assim dizer, de relativamente pouco cuidado para com a possibilidade de que recursos naturais pudessem escassear ao ponto de ser necessário esforço significativamente maior que o de buscar ocupar áreas ainda não povoadas ou – comportamento evidentemente injustificado à luz de valores culturais, com destaque para os de natureza ética, *atualmente disponíveis* – por meio da guerra de conquista; já na Idade Moderna, muito como consequência dos avanços culturais do Renascimento – alguns dos quais, como se sabe, já se faziam notar desde a Baixa Idade Média –, a busca por colonizar outras terras fez-se presente, por vezes – comportamento, este também, evidentemente injustificável à luz de valores culturais, com destaque para os de natureza ética, atualmente disponíveis – lançando-se mão do expediente de franca exploração de recursos naturais, sem maior cuidado com relação a muitas das consequências ambientais dela decorrentes; mesmo na Idade Contemporânea, foi particularmente no século XX que problemas ambientais ganharam projeção significativa. A ênfase que aqui se faz quanto a os valores mencionados serem aqueles atualmente disponíveis justifica-se diante do cuidado que sempre se deve ter ao comparar ações e comportamentos em períodos culturalmente distantes na História: por certo uma coisa é hoje, com o conhecimento que se tem atualmente, e com valores que hoje encontram vigência, dizer-se, por exemplo, que é necessário que a relação entre o ser humano e a Natureza observe determinados preceitos de ética ambiental; e outra é pretender que em outros tempos, quando ainda não havia compreensão suficiente da necessidade de serem eles observados, devessem eles o ser.

eventualmente a Humanidade como um todo – a reverem padrões de comportamento e, em consequência, a adotarem novas práticas, tem-se que ciclos de fenômenos sociais, ambientais e socioambientais são significativamente alterados, inaugurando-se novas possibilidades e mesmo novas necessidades de evolução em conjunto – de coevolução, portanto – entre sociedade e meio ambiente.

No que se refere à imprevisibilidade que, segundo Norgaard, caracteriza os ciclos coevolutivos, cabe considerar que, na medida em que sociedade e natureza coevoluem, muito em razão da complexidade que caracteriza esse fenômeno, fica consideravelmente difícil, se possível o for, elaborar previsões significativamente precisas acerca de em que momento determinados padrões comportamentais nessa relação precisarão, por força de um ou mais elementos, ser revistos. Certamente, em linhas gerais, não é difícil afirmar que, por exemplo, o consumo de um recurso natural específico não renovável, a partir de determinado momento, provavelmente precisará ser abandonado: mas, mesmo nesse caso, novidades podem acontecer, como, por exemplo, uma improvável descoberta tecnológica que torne possível a renovação do recurso. Ademais, inovações tecnológicas podem representar impacto significativo na demanda por recursos naturais, mas isso depende, por certo, de pelo menos dois fatores: no plano tecnológico, de que as inovações de fato aconteçam; no cultural, que as pessoas, em número expressivo, realmente absorvam hábitos em conformidade com o emprego de tais inovações. Pode-se, por certo, fazer conjecturas, que são válidas na proporção em que informam a sociedade como um todo, e os indivíduos em particular, a respeito da necessidade de reverem, se não hábitos, ao menos o modo como eles são levados a efeito, com vistas a manter, observando-se o melhor do conhecimento até então disponível, em níveis sustentáveis a disponibilidade de determinados elementos considerados importantes no contexto econômico-cultural da sociedade em questão. Entretanto, muito em função da limitação de enfoque que, normalmente, caracteriza essas conjecturas – conquanto importantes, francamente parciais, em razão da complexidade do fenômeno de coevolução de dois sistemas, eles mesmos, altamente complexos –, tem-se que a previsão de que determinado ciclo coevolutivo esteja realmente por encerrar-se – e não, por exemplo, próximo de receber alguma adaptação suficiente para prolongar-lhe a existência –, e que outro, com determinadas características,

esteja por substituí-lo fica, se possível, consideravelmente difícil de acontecer; pelo menos antes que este outro já esteja, em algum aspecto importante claramente perceptível, ocorrendo de fato.

É possível que a consequência mais importante do trabalho teórico de Norgaard a respeito da coevolução dos sistemas socioambientais consista mesmo nas possibilidades de intervenção na práxis socioambiental que, na qualidade de contribuição teórica, ele pode oferecer. O autor afirma que “crises ambientais são crises de organização social e caráter cultural” (NORGAARD, 1994, p. 3; tradução nossa). Percebe-se o alcance teórico-prático que a teoria da coevolução dos sistemas socioambientais consegue na proporção em que as duas seguintes condições manifestam-se conjuntamente: (a) tal afirmação mostra-se merecedora de crédito; e (b) acredita-se que na proporção em que alguém – um indivíduo, uma coletividade formada por pessoas que convivem próximas umas das outras, uma sociedade – passa não apenas a conhecer prováveis consequências de adotarem-se determinados comportamentos, mas a *acreditar* que, de fato, existe uma probabilidade considerável – vale dizer, quase certa – de que (b1) de determinado comportamento resulte determinado conjunto de consequências indesejáveis, e de que, (b2) em contrapartida, existe a possibilidade de adotar comportamento diferente do primeiro, de modo que, em assim fazendo, tais consequências, no que se refere à ação a partir de então, acenam com efetiva possibilidade de serem socioambientalmente melhores que aquelas referentes ao primeiro comportamento. E, por conseguinte, percebe-se também em que sentido, conquanto a teoria em questão tenha como fundamento básico a ideia de evolução – nada original neste início de século XXI –, pode-se reconhecer nela especial importância acadêmica: na proporção em que a teoria da coevolução dos sistemas socioambientais, conforme desenvolvida por Norgaard, reconhece que o processo de coevolução acontece, como o próprio termo revela-o, com a coparticipação, em mesmo nível de importância, entre os sistemas social e ambiental, e que “sistemas que coevoluem [...] têm partes e relações que mudam de modos imprevisíveis” (NORGAARD, 1994, p. 23; tradução nossa), ao mesmo tempo em que tal construção teórica liberta os seres humanos – em especial os elaboradores de políticas e de leis – de terem que acertar irremediavelmente em suas prescrições

para a ação individual e coletiva, estabelece que a eles cabe, na medida do conhecimento que tenham a sua disposição e das possibilidades efetivas de, de modo preventivo, agir no sentido de, sem prejuízo relevante nem aos valores essenciais sobre os quais se constitui a vida socialmente organizada, nem – observados, naturalmente, os primeiros – a valores significativos no contexto das vidas das pessoas, promoverem a adoção de comportamentos ambientalmente (mais) adequados, em favor de uma sociedade socioambientalmente (mais) sustentável²²⁶. Particularmente – e conforme pode-se perceber ao ler o texto citado no parágrafo imediatamente seguinte – esse aspecto de que são as pessoas que, vivendo em conjunto umas com as outras, e interagindo com o meio ambiente natural – com o ecossistema –, definem, indiretamente e com maior ou menor consciência disso, aquilo que provavelmente acontecerá no meio ambiente em um futuro mais ou menos distante, ocupa posição de destaque na construção teórica de Norgaard.

As pessoas sobrevivem em grande escala como membros de grupos. O sucesso do grupo depende da cultura: o sistema de valores, crenças, artefatos e formas de arte [*artforms*] que sustentam a organização social e racionalizam a ação²²⁷. Valores e crenças que são apropriados ao ecossistema sobrevivem e multiplicam-se; menos apropriados eventualmente desaparecem. E assim traços culturais são selecionados muito como traços genéticos. Ao mesmo tempo, valores culturais e crenças influenciam como as pessoas interagem com seu ecossistema e aplicam pressão seletiva sobre espécies. Não somente têm as pessoas e seu meio ambiente coevoluído, mas sistemas sociais e sistemas ambientais têm coevoluído (NORGAARD, 1994, p. 90; tradução nossa).

Percebe-se, assim, não apenas a existência de uma clara inter-relação entre os sistemas social e ambiental, mas a atuante inter-relação entre ambos. Diferente do que uma cultura excessivamente antropocêntrica poderia pretender defender, os seres humanos, não obstante os consideráveis avanços da ciência e da tecnologia, dependem de estruturar seu modo de existência em conformidade com

²²⁶ Norgaard considera que “nossas visões de como o futuro poderia ser estão intimamente ligadas a nossas compreensões de processo. Entretanto, a ligação estende-se para mais fundo do que simplesmente nossa habilidade para prever um futuro alternativo ao qual poderíamos aspirar. A maneira como compreendemos relações entre sistemas sociais e ambientais afeta como escolhemos comportar-nos individualmente e como organizamo-nos para comportarmos coletivamente e portanto as forças e pressões seletivas que colocamos sobre sistemas ambientais e culturais. A maneira como participamos no desdobramento do futuro depende das compreensões que mantemos” (NORGAARD, 1994, p. 188; tradução nossa).

²²⁷ Norgaard considera que “como indivíduos, nossos conhecimento da natureza e sentido de valor da natureza são experimentais. Naturalmente nossas experiências são mediadas pela cultura, mas como indivíduos podemos selecionar e escolher que partes de nossa cultura se encaixam em um todo racional” (NORGAARD, 2009, p. 44; tradução nossa).

características importantes do ambiente ecológico em que vivem. É certo que pessoas e grupos orientam-se muito em função de valores culturais, mas é igualmente certo que precisam atender a necessidades de sua natureza biológica e, em função da construção simbólica vigente em cada comunidade e ou sociedade, também de sua natureza cultural, que não podem prescindir da existência de um meio ambiente em condições para tanto adequadas. E esse atendimento – reconhece-o, mui adequadamente, o autor, conforme o revela no texto transcrito no parágrafo imediatamente a seguir – não pode acontecer alheio a uma salutar dinâmica de produção e de reconhecimento de sentido no contexto das vidas das pessoas; o que requer, naturalmente, que sejam estruturados e reconhecidos mecanismos de interação social capazes de assegurar que essa dinâmica saudável efetivamente aconteça; mesmo que, eventualmente, alguns dos mecanismos habituais de tomada de decisão, e de consequente ação, precisem, em um ou mais aspectos importantes, ser revistos.

A cosmologia coevolucionária acentua a natureza comunal do conhecimento, fazendo a vida social um processo de compartilhar ao invés de de contagem de votos e coação, ou de tecnocratas determinando respostas certas e controlando nossas vidas. Enfatiza a beleza de participar em e sustentar um desdobramento coevolucionário ao invés de a glória individual de poder e acumulação material. Dá valor tanto à natureza como às pessoas. Vale-se de avanços recentes na ciência ocidental bem como de valores ocidentais que têm resistido à prova do tempo. E de modo mais importante, dá legitimidade a e uma filosofia para interagir com a pluralidade de culturas humanas em desenvolvimento e suas distintas ainda que variáveis narrativas de vida. Esta construção pode contribuir para o processo de progresso em revisão, transformando a imagem para mais uma vez nutrir as diversas maravilhas e a dignidade universal de ser, tornar-se e compartilhar (NORGAARD, 1994, p. 189-190; tradução nossa).

Respeitar as diferenças, na proporção em que elas, porquanto não comprometem a observação efetiva dos valores essenciais necessários a uma vida social substantivamente justa, mostram-se substantivamente legítimas; celebrar o genuíno – porquanto não meramente formal mas, principalmente, substancial – respeito mútuo, e a possibilidade de conviver em comunidades dentro das quais se encontra sentido, realização para a própria vida, com destaque para a importância que as diferentes narrativas assumem no contexto da vida comunitária: eis uma exigência de comportamento que emerge, por assim dizer, quase à maneira de corolário, da proposta teórica da coevolução dos sistemas socioambientais.

5.3.4 Ostrom, Honneth, Norgaard e o problema da objetivação da aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente

Entre as três teorias, apenas a de Honneth não guarda relação direta com o problema dos recursos naturais, central na relação entre Economia e meio ambiente; todavia, acredita-se que considerá-la juntamente com as duas outras é indispensável porquanto permite objetivar, no contexto da avaliação econômica que se mostra sensível a problemas ambientais, um elemento direta ou indiretamente decisivo em processos de escolha individual e coletiva – a busca por reconhecimento. Observa-se também que, entre elas, a teoria de Honneth considera elementos que, conquanto resultem da interação entre indivíduo e comunidade ou sociedade, são referenciados àquele, na forma de autoconfiança, de autorrespeito e de autoestima; a teoria de Norgaard, por sua vez, conquanto faça remissão a comportamentos individuais, encontra expressão maior quando se considera uma sociedade como um todo, em termos de estágio civilizatório, não obstante possa ser aplicada, também, a contextos específicos como o de uma determinada comunidade, em que se observa determinada cultura, caracterizada por determinado padrão axiológico e por determinado estágio de evolução tecnológico; e a teoria de Ostrom, na proporção em que se ocupa fundamentalmente com o problema da exploração de recursos em comum, situa-se, por assim dizer, em posição intermediária entre as duas outras, ao focar, principalmente, relações no nível comunitário.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a contribuição teórica de Ostrom mostra-se relevante ao problema da consideração objetiva da aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente na medida em que estabelece, primeiro, que as relações típicas de processos de exploração de recursos naturais, por um aspecto, não podem prescindir de adequada organização, que se estabelece por meio de regras a serem observadas, que se fazem acompanhar de monitoramento e de sanções gradativas em caso de não cumprimento; por outro, da necessidade de que a comunidade participe efetivamente do processo de construção de tais regras, fazendo valer, naquilo que não contraria regras de observação compulsória mais amplas, aquilo que acredite ser o melhor em sua

situação específica; e por outro ainda – talvez aquele que seja o mais importante –, da necessidade de estabelecerem-se relações de confiança entre as pessoas e grupos que participam da exploração comum dos recursos; em três palavras: regras, autodeterminação²²⁸, confiança. Também em linhas gerais, pode-se dizer que a contribuição teórica de Honneth apresenta-se relevante àquele problema porquanto adverte para a importância essencial que o reconhecimento assume em contextos de relações entre indivíduos e grupos, referindo-se a três escalas de participação coletiva: as pessoas mais próximas, em que na experiência do amor inscreve-se a possibilidade de autoconfiança; as pessoas mais distantes (a sociedade como um todo), em que na experiência do reconhecimento jurídico inscreve-se a possibilidade de autorrespeito; e as pessoas, por assim dizer, em posição intermediária entre aquelas das duas situações anteriores, em que na experiência da solidariedade inscreve-se a possibilidade da autoestima; em uma palavra: reconhecimento. E, igualmente em linhas gerais, pode-se dizer que a contribuição teórica de Norgaard revela-se significativa àquele mesmo problema porquanto, ao elucidar não apenas a relação de mútua influência entre o sistemas social e ambiental mas, principalmente, a complexidade que a caracteriza, convida a interpretar práticas sociais – suas motivações, inclusive – a partir de influências que, por vezes, podem ir consideravelmente além das relações, reais ou aparentes, mais imediatas; em uma palavra: complexidade.

Regras, autodeterminação relativa, confiança, reconhecimento e complexidade são atributos que – felizmente! – conseguem, ao menos no plano teórico, coexistir. Resta identificar de que modo podem eles contribuir para uma consideração objetiva da aceitação cultural no contexto da avaliação econômica, com destaque para a relação entre Economia e meio ambiente. Regras têm muito em comum com objetividade e, na proporção que as decisões tomadas com base na autodeterminação relativa vigente necessitam ser objetivadas, não é raro que o resultado da observação desta assuma a forma daquelas e, em consequência, expresse-se também de modo significativamente objetivo. Confiança e reconhecimento, em especial no contexto das relações que geralmente se

²²⁸ Autodeterminação, aqui, precisa ser compreendida de modo limitado no mínimo ao ordenamento jurídico de observação compulsória; de modo a ser mais apropriado falar, no contexto em questão, de autodeterminação relativa.

estabelecem no cotidiano da vida comunitária, são elementos cuja existência, em termos significativos, pode ser percebida de modo relativamente claro a partir de quando se passa a conviver com – e, em assim fazendo, a observar – a vida em comunidade: são, por natureza, elementos subjetivos, porquanto se manifestam em cada pessoa²²⁹. E um encaminhamento adequado à relação entre complexidade e objetividade, especialmente no contexto socioambiental, requer que se identifiquem, inicialmente, os elementos que, por algum motivo justificável, se mostrem relevantes em tal relação; e, naturalmente, tal importância depende de a partir de que motivações, e a partir de que referências valorativas, reconhece-se necessidade de compreender determinando contexto socioambiental.

Aceitar ou não algo, em termos substantivos, é ato essencialmente subjetivo, porquanto manifestado por sujeitos, dotados, naturalmente, de suas próprias idiossincrasias. Consequentemente, o problema da consideração objetiva da aceitação cultural em geral – e o de sua aplicação especial no contexto da avaliação econômica, com destaque para a relação entre Economia e meio ambiente –, precisa respeitar o processo (subjetivo) de formação das convicções pessoais eticamente amparadas: e, para tanto, precisa dispor de algum expediente por meio do qual cada pessoa e cada grupo possa, se for esse o caso, manifestar discordância diante de determinada proposta que esteja sendo avaliada e ter à disposição a possibilidade efetiva de não tomar parte no efeito de determinada decisão quando existe possibilidade de, em ela ou ele abstendo-se de em tal efeito participar, as demais pessoas e os demais grupos mesmo assim tomarem parte nesse efeito, com preservação das características essenciais eticamente amparadas a ele diretamente relacionadas. As pessoas e os grupos que elas integram por vezes diferem, e de modo significativo, em termos dos valores que reconhecem e aceitam; sentem-se mais à vontade em ambientes em que os valores que mais prezam são também prezados, e podem encontrar desconforto significativo naqueles em que eles não são reconhecidos ou, o que é pior, são rejeitados, manifesta ou veladamente. Isto remete o problema da objetivação da aceitação cultural em geral, e aquela observada no contexto da relação entre Economia e meio ambiente em

²²⁹ Podem manifestar-se também em grupos, que podem ser mais ou menos homogêneos em termos de confiança e de reconhecimento, atributos estes que, em última instância, se manifestam nas pessoas que os constituem.

particular, ao problema do reconhecimento das diferenças. Por essa razão, apresentam-se, na Seção 5.4, considerações a respeito da aceitação cultural no contexto do reconhecimento das diferenças, desenvolvidas a partir da ideia de identidades culturais, definidoras de territórios simbólicos: o embasamento teórico derivado de uma reflexão sobre identidades, territórios simbólicos e fronteiras entre eles estabelecidas mostra-se relevante para o desenvolvimento – na Seção 5.5 – de uma contribuição à consideração, em termos significativamente objetivos, do problema da aceitação cultural no contexto da avaliação econômica, com destaque, em tal contribuição, para a relação entre Economia e meio ambiente.

5.4 ACEITAÇÃO CULTURAL E O RECONHECIMENTO DE DIFERENÇAS: IDENTIDADES, TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS E FRONTEIRAS

O problema da aceitação cultural relaciona-se diretamente com valores. Valores definem identidades, identidades definem territórios simbólicos, territórios simbólicos definem fronteiras, e fronteiras, uma vez reconhecidas, devem ser respeitadas.

5.4.1 Valores definem identidades

Aceitar livremente implica, em medida importante, identificar-se com aquilo que se aceita: por conseguinte, no contexto da aceitação cultural, resta evidente a contribuição que a formação e o reconhecimento de identidades – do modo como indivíduos e grupos percebem-se, denominam-se e afirmam-se a si mesmos e a outros indivíduos e grupos – tem a oferecer, no que se refere seja à definição de aspectos culturais nele a serem considerados relevantes, seja ao modo como diferentes indivíduos e diferentes grupos, que se identificam (mais) com determinados valores e não (ou menos) com outros, tende a encaminhar o problema de tal aceitação.

As identidades devem ser entendidas como processos de constituição e reconstituição de valores culturais presentes não apenas como fenômeno de consciência, mas também como uma manifestação da ação, da prática e ao mesmo tempo de sua incorporação nas instituições sociais (FLORIANI, 2010, p. 61).

Trata-se, portanto, de processos dinâmicos, de natureza permanente, que se fazem perceber, por assim dizer, em três dimensões: a interior de cada indivíduo, a exterior das relações entre indivíduos e grupos que interagem no tempo presente, e a histórica que contempla a formação e a evolução institucional da sociedade.

Outrossim identidade mantém relação direta com o processo de construção de significado que se baseia em uma ou mais peculiaridades culturais que, em determinado contexto, valem mais que outros.

Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo. [...] / [...] / No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado²³⁰ com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) [sic] prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (CASTELLS, 2002 [1996], p. 22).

O problema de um ou mais de um atributo cultural prevalecer sobre outros é mesmo a marca do reconhecimento identitário: com efeito, é com referência a algumas características particularmente caras aos indivíduos e aos grupos que faz sentido falar de identidade; e a natureza cultural delas fica evidente quando se percebe a importância essencial que os valores assumem na caracterização e na manifestação das mesmas. Já a questão da multiplicidade identitária em um mesmo indivíduo, ao mesmo tempo em que lhe permite realizar-se em diferentes aspectos da vida, pode também apresentar situações de contradição, que demandam solução adequada; porque ao menos os valores mais essenciais, que influenciam decisivamente as identidades mais fortes, precisam conviver de modo que a manutenção de um não impeça a do outro. Entretanto, para além de no mundo interno do indivíduo, as identidades manifestam-se na inter-relação com outros indivíduos e com grupos; especialmente no contexto das relações coletivas, elas influenciam de modo decisivo, no plano substantivo, o pertencimento ou não de um indivíduo a um ou a mais de um grupo. Zygmunt Bauman apresenta a seguinte relação entre identidade e (necessidade de) pertencimento.

Pensa-se em identidade sempre que não se está certo de aonde se pertence; isto é, não se está certo de como colocar-se a si próprio entre a evidente variedade de estilos e padrões comportamentais e como certificar-se de que as pessoas ao redor aceitariam esta colocação como

²³⁰ “Defino *significado* como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator (CASTELLS, 2002 [1996], p. 23; grifo do autor).

correta e própria, de modo que ambos os lados saberiam como adequar-se na presença um do outro. 'Identidade' é o nome dado à fuga procurada dessa incerteza (BAUMAN, 1996, p. 19; tradução nossa).

Percebe-se, assim, a importância que as identidades têm no contexto relacional. Elas definem a formação de grupos no interior dos quais as pessoas encontram possibilidade de compartilhar interesses e motivações comuns. E quando se observa que a manifestação identitária, por sua natureza, deve ser autêntica, percebe-se que esses grupos se estabelecem essencialmente em termos substantivos, de modo que o pertencimento a eles acontece nesses termos. Entretanto, não obstante a importância substantiva que têm, identidades, e os sentimentos de pertencimento que elas promovem, podem, eventualmente, ser revistos.

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005 [2004], p. 17).

Entretanto, cumpre observar que a negociação e a revogação identitárias precisam acontecer, por certo, sem que delas resultem comprometimento de valores essenciais com base em que faz sentido falar, substantivamente, de identidade: elas conhecem limites. “A determinação de se manter firme” revela que a identidade, no modo como a considera Bauman, não comporta atitude de indiferença: é antes conceito proativo, expressão de posicionamento de indivíduos e de grupos diante de questões estruturadas em termos claros o suficiente para, ao menos no modo como se apresentam, com elas poder-se – ou, talvez, dever-se – concordar ou não. Mas, e quanto a um eventual posicionamento de neutralidade: seria possível considerá-lo, também, manifestação identitária? De um ponto de vista teórico, pode-se dizer que é possível a situação de neutralidade quando esta resulta de um posicionamento em relação ao qual quem o manifeste mantenha “determinação de se manter firme”, que nada tem, portanto, de mera indiferença ou desinteresse pela questão.

A identidade – sejamos claros sobre isso – é um “conceito altamente contestado”. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. [...] Talvez possa ser conscientemente *descartada* (e comumente o é, por filósofos em busca de elegância lógica), mas não pode ser *eliminada* do pensamento, muito menos *afastada* da experiência humana. A identidade é uma luta²³¹

²³¹ Bauman expressa a ideia de “guerras pelo reconhecimento”, que se aproxima consideravelmente

simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluto a ser devorado... (BAUMAN, 2005 [2004], p. 83-84; grifos do autor).

Bauman acrescenta tons bélicos – batalha, luta – ao problema da identidade. Em um primeiro momento poder-se-ia pensar que o faz por recurso de expressão, talvez um tanto exagerado diante das ideias que pretende comunicar. Mas a partir de quando ele fala de “intenção de devorar” não se têm mais elementos com força bastante para argumentar no sentido de algum eventual exagero no estilo redacional. E é importante ter em conta que, conquanto seja possível, no plano das relações entre pessoas e grupos, respeitar a decisão e a ação alheias sem ter que aderir a elas, no plano da convicção pessoal parece realmente não haver espaço para negociação, à exceção de quando a identidade alheia, ao ser (melhor) conhecida, apresenta-se significativamente mais interessante que a que, até então, se tinha, e a pessoa ou grupo decide, espontaneamente, renunciar à que até então mantinha e adotar a outra, ou uma terceira, que sintetize aspectos das duas primeiras, quando isso for possível²³².

Valores definem identidades. Conforme visto, pessoas e grupos normalmente convivem com identidades múltiplas: logo, é importante que eventuais conflitos entre identidades de uma mesma pessoa ou de um mesmo grupo sejam adequadamente resolvidos com a brevidade razoável. Pessoas e grupos, na medida em que percebem novas possibilidades de significado como mais satisfatórias que outras, podem rever suas referências identitárias; mas essa revisão normalmente

da ideia de luta por reconhecimento, objeto de análise na Seção 5.3.2. “As guerras pelo reconhecimento, quer travadas individual ou coletivamente, em geral se desenrolam em duas frentes, embora tropas e armas se desloquem entre as linhas de fronteira, dependendo da posição conquistada ou atribuída segundo a hierarquia de poder. Numa das frentes, a identidade escolhida e preferida é contraposta, principalmente, às obstinadas sobras das identidades antigas, abandonadas e abominadas, escolhidas ou impostas no passado. Na outra frente, as pressões de outras identidades, maquinadas e impostas (estereótipos, estigmas, rótulos), promovidas por ‘forças inimigas’, são enfrentadas e, caso se vença a batalha, repelidas” (BAUMAN, 2005 [2004], p. 45). Entretanto, a ideia de reconhecimento parece assumir, no pensamento do autor, para além da conotação de objeto de disputa “bélica”, a de algo que se pretende manter mesmo depois de encerradas as “guerras”, ou de estas, por assim dizer, conhecerem “tréguas” duradouras, eventualmente de duração indeterminada; chega-se a essa conclusão diante da afirmativa que ele faz de que “reconhecimento” pode ser aquilo que mais faça falta a um ou outro grupo dos bem-sucedidos – a única coisa que parece estar faltando no inventário rapidamente preenchido dos fatores da felicidade” (Idem, p. 43-44).

²³² Alguém pode, por exemplo, mudar de comportamento com relação a impactos ambientais decorrentes de suas ações, e ou a hábitos de vida saudáveis: pode assumir identidade (mais) ecológica – como evitar desperdício de energia e dar preferência a hábitos de consumo que exercem menor impacto ambiental negativo – e ou (mais) saudável – como alimentar-se de modo mais equilibrado, e ou praticar, adequadamente, exercícios físicos.

não pode prescindir de suficiente apoio por parte de outras pessoas e ou de outros grupos com que elas e eles se relacionam. Ademais as identidades representam, invariavelmente, tomada de posição que não comporta atitude de indiferença perante aquilo com que a pessoa ou o grupo se identifica; são formadas a partir de valores essenciais, e por meio delas pessoas experimentam a importante sensação de pertencimento, de fazerem parte, por afinidade, de grupos, e de compartilharem com outras pessoas e ou grupos determinados valores culturais.

5.4.2 Identidades definem territórios simbólicos

No contexto das relações humanas estabelecem-se territórios simbólicos²³³, constituídos pelo conjunto de referências – pessoais e simbólicas – perante as quais determinados valores encontram vigência. Identidades, por certo, comportam e manifestam valores. “O ser cultural elabora sua identidade construindo um território, fazendo dele sua morada” (LEFF, 2006 [2004], p. 158), e da pluralidade de identidades, que se manifesta até mesmo em um único indivíduo, decorre a coexistência, em uma mesma sociedade ou comunidade, de territórios simbólicos múltiplos. Entretanto é importante observar que, conquanto identidades definam territórios, a recíproca não é necessariamente verdadeira: “territórios são formas socialmente construídas de relações sociais [...]” (SACK, 1986, p. 216; tradução nossa); algumas dessas formas são de reconhecimento formal²³⁴ obrigatório – leis em sentido amplo, que comportam, em alguns casos, também determinados costumes – enquanto todas as demais, em princípio²³⁵, são de observação facultativa.

É no interior de territórios simbólicos que ocorrem as diferentes manifestações que preenchem de sentido a existência humana. Conquanto se

²³³ No presente trabalho, prefere-se o termo *território simbólico* a, simplesmente, *território*, para enfatizar que a ideia em questão difere significativamente do conceito de território enquanto delimitação geográfica, consideravelmente ligado, este último, à ideia de porções da superfície da Terra.

²³⁴ O problema do reconhecimento formal *obrigatório* é especial no contexto dos territórios simbólicos porquanto se constitui em caso em que esses territórios podem não ser formados a partir de identidades genuínas; permanecem, contudo, na qualidade de territórios simbólicos, uma vez que são estabelecidos a partir de um sistema de valores que encontram reconhecimento – ainda que, por alguns indivíduos, não mais que estritamente formal.

²³⁵ O que não exclui a possibilidade de alguém deles participar não por livre disposição, mas por constrangimento.

constituam, pela natureza do objeto de que se ocupam – valores e expectativas humanas, entre elas, notadamente, a de reconhecimento –, em entidades abstratas – no sentido de que sua existência pode prescindir de manifestação no plano dos objetos materialmente físicos²³⁶ –, especialmente as pessoas e ou os grupos que o integram de fato, isto é, por motivo identitário, não meramente formal, normalmente percebem, com considerável clareza, quem de fato pertence ao território e quem, mesmo que formalmente dele tome parte, nele continua, por assim dizer, na condição de estrangeiro. E essa percepção é essencial no interior dos territórios simbólicos porquanto no contexto identitário estabelecem-se importantes relações de confiança, com consequente necessidade de identificar quem de fato – para além de aspectos formais – comunga suficientemente de valores e de expectativas que constituem muito da razão de ser dos territórios simbólicos, e quem não o faz. É importante reconhecer, no contexto dos territórios simbólicos, que sua existência, conquanto possa ser considerada abstrata na medida em que pode prescindir de representação física, é, por outro lado, e especialmente para aqueles que com eles se identificam – e para aqueles que a eles se opõem também –, tão concreta quanto qualquer outro elemento cuja existência pode ser admitida como evidente – uma pedra, por exemplo! Unicamente que a natureza da existência concreta – porquanto real, não apenas imaginária²³⁷ – dos territórios simbólicos é diferente da natureza dos objetos que possuem representação corpórea física.

É interessante perceber que a ideia de território simbólico – ou, em outras palavras, a possibilidade de definir-se o território levando-se em conta relações identitárias – encontra reconhecimento inclusive dentro da Geografia. O eminente geógrafo brasileiro, bacharel em Direito por formação, Milton Santos aproxima as ideias de território simbólico e de território no sentido físico-geográfico por meio da

²³⁶ Entretanto, dependendo em especial das motivações das pessoas e dos grupos que os formam, pode haver interesse em objetivar, externamente ao grupo, a existência de um território simbólico. A concepção de símbolos como bandeiras e hinos, e mesmo a inauguração de placas e de marcos, podem contribuir para representar, no plano da materialidade física, a existência de territórios simbólicos.

²³⁷ Com efeito, a realidade é, em certo sentido, ela também, imaginária: as coisas reais são o que são muito em razão daquilo que os seres humanos reconhecem que elas são. Ademais, é interessante perceber que, mesmo aquela que pode ser considerada, ao lado da Lógica, como uma das mais objetivas das ciências – a Matemática – vem dar seu testemunho, muito dentro de seu estilo formal, sóbrio e elegante, em favor de que se reconheça, por assim dizer, que o domínio da realidade está contido no da imaginação: ela o faz ao definir que todo número real é também número imaginário, e que a recíproca não procede.

expressão *território usado*.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007 [1999], p. 14; grifo do autor).

Uma compreensão de território que inclui manifestações identitárias mostra-se especialmente interessante no contexto das relações entre sociedade e Natureza, em que se inserem, normalmente, os problemas de que se ocupa a relação entre Economia e meio ambiente. Por certo não se trata de confundir as coisas: é perfeitamente possível pensar o território na qualidade de território físico, de porções delimitadas da superfície terrestre, nas quais pode haver, por exemplo, recursos naturais de interesse econômico; entretanto, isto naturalmente não exclui a possibilidade de considerar esse mesmo território também na qualidade de territórios simbólicos, em que relações identitárias estabelecem-se. Especialmente no contexto de uma economia decididamente comprometida com uma adequada objetivação de benefícios e de custos que não se limitam, necessariamente, à variante financeira destes – em que se desenvolve o presente trabalho –, a possibilidade de levar em conta, em alguma medida relevante, elementos identitários no processo da avaliação econômica mostra-se claramente motivadora: e parece que a consideração da existência de territórios simbólicos pode contribuir de modo significativo neste sentido, especialmente quando se considera que

o *território* é o *locus* dos desejos, demandas e reclamos da população para reconstruir seus mundos de vida e reconfigurar suas identidades através de suas formas culturais de valorização dos recursos ambientais de novas estratégias de reapropriações da natureza (LEFF, 2006 [2004] p. 157; grifo do autor).

Identities definem territórios simbólicos. Uma vez que as pessoas e os grupos assumem e manifestam diferentes identidades; que, por natureza, estas precisam manifestar-se no plano da relação com outras pessoas e grupos; que, também por natureza, relações identitárias são proativas, no sentido de defenderem, de fato, aquilo em que acreditam; e que, como consequência das diferenças identitárias entre as pessoas, as relações de que dependem a formação e, principalmente, a manifestação identitária, para que possam acontecer de modo satisfatório a quem as estabelece, requerem que se definam ambientes nos quais os

valores e os comportamentos que caracterizam – e mesmo particularizam – as identidades possam, porquanto válidos e aceitos, ser manifestos, conclui-se pela necessidade de estabelecerem-se territórios simbólicos, os quais costumam ser reconhecidos muito mais no plano da relação do que, por assim dizer, no da observação exterior não participativa.

5.4.3 Territórios simbólicos definem fronteiras

Territórios simbólicos estabelecem-se em função de diferenças identitárias: valores e comportamentos que encontram aceitação internamente a um deles podem ou não encontrá-la, e mesmo podem ser manifestamente vedados, em outro. Consequentemente, na medida em que diferentes territórios simbólicos coexistem em uma mesma comunidade ou sociedade, percebe-se a necessidade de reconhecer-se limitação a cada um deles: em outras palavras, de estabelecerem-se fronteiras. Semelhantemente ao que ocorre com os territórios geográficos que compreendem porções limitadas da superfície terrestre, também os territórios simbólicos conhecem limites: apenas que, por sua natureza, a demarcação destes é percebida muito mais no plano das relações do que no físico-geográfico. Entretanto – e, nesse particular, diferentemente do que acontece com os mencionados territórios geográficos –, a objetivação de fronteiras de territórios simbólicos não necessariamente acontece de modo permanente: é relativamente comum que as fronteiras deles venham a ser conhecidas na proporção em que os valores que defendem e os comportamentos que manifestam encontrem resistência significativa.

O processo de delinear linhas de fronteira é, em geral, uma tentativa de estabelecer identidade. É um dos modos em que indivíduos e povos buscam afirmar sua identidade, posicionando-se dentro de um território que sem fronteiras pareceria indeterminado e por esta razão facilmente ameaçado. Identidade parece precisar de separação; parece requerer a criação de diferença (NUZZO, 2007, p. 131; tradução nossa).

Fronteiras acentuam diferenças. No contexto das identidades culturais e dos territórios simbólicos que elas caracterizam, a identificação de uma fronteira indica estar-se diante de diferença significativa o suficiente para estabelecer-se, por assim dizer, uma alteridade coletiva: existe um “outros” significativamente distinto, em algum atributo importante, de um “nós”. Mas é importante observar que, especialmente diante da multiplicidade de identidades que caracteriza indivíduos e

grupos, o reconhecimento de uma diferença identitária entre pessoas e ou grupos – uma fronteira entre distintos territórios simbólicos – não impede que elas e ou eles possam participar, em comum, de numerosos outros territórios simbólicos, salvo se o grau de importância dos valores definidores das identidades cujos territórios simbólicos conhecem fronteira entre si seja significativo ao ponto de, por motivo substantivo forte, identificado ao menos por uma das partes, impossibilitar o estabelecimento de relações mesmo no contexto de territórios simbólicos comuns. “Uma fronteira é um espaço que separa mundos de diferença mas é ela mesma um mundo de diferença” (BOER, 2006, p. 108; tradução nossa), especialmente em razão de as pessoas e os grupos, de ambos os territórios, encontrarem-se na curiosa situação de estarem significativamente próximos de valores significativamente distantes dos seus.

“Fronteiras resultam de nossa necessidade de estabelecer limites ao espaço e ao tempo e de descobrir a nós mesmos nos 'outros” (DUȚU, 1993, p. 48; tradução nossa). A primeira dessas necessidades, e as fronteiras espaço-temporais que delas resultam, mostram-se especialmente importantes no contexto de recursos explorados em comum, em situações em que seja possível, sem prejuízo à coletividade como um todo, definir que determinado espaço esteja disponível durante determinado período de tempo para ser explorado exclusivamente por determinada(s) pessoa(s) e ou por determinado(s) grupo(s) e, uma vez encerrado tal período, para exploração exclusiva por outra(s) determinada(s) pessoa(s) e ou por outro(s) determinado(s) grupo(s), e depois, nas mesmas condições, por outra(s) e ou por outro(s), observando-se uma sequência sucessória. E na proporção em que identidades, por sua natureza proativa, requerem condições de manifestação – territórios simbólicos – que divergem entre si tanto quanto o fazem as distintas identidades, o próprio reconhecimento da alteridade – ou seja, de que a aceitação das próprias referências identitárias conhece limites – faz surgir, prontamente, a ideia de fronteiras, independentemente de estar-se, com referência ao território simbólico próprio em questão, mais ou menos delas distante.

Territórios simbólicos definem fronteiras. Fazem-no, em um primeiro momento, a partir de quando se tem consciência da não universalidade das identidades neles vigentes. Mas é em um segundo momento, quando se encontram

situações reais em que se percebe que, de fato, os valores definidores de tais identidades não encontram aceitação, que tais fronteiras ficam, por assim dizer, nítidas. E fronteiras, uma vez reconhecidas, devem, por imperativo ético, ser respeitadas. É importante observar, contudo, que o reconhecimento de fronteiras e o respeito a elas devido não significa, por certo, que não possa haver benefício significativo no diálogo entre as diferentes identidades: a região de fronteira, ao aproximar diferenças, apresenta-se também como importante oportunidade para o diálogo com o diferente, do qual pode resultar valioso enriquecimento cultural para todas as partes envolvidas.

5.4.4. Identidades, territórios simbólicos, fronteiras e o problema da aceitação cultural

Acredita-se que um bom ensinamento a respeito de como encaminhar adequadamente questões de aceitação cultural no contexto de escolhas coletivas, a partir de quando se reconhece que valores definem identidades, que estas definem territórios simbólicos, e que estes definem fronteiras, pode ser conseguido investigando, no plano teórico, alguns elementos que caracterizam o reconhecimento e as relações recíprocos entre territórios simbólicos que se reconhecem e respeitam-se mutuamente na qualidade de estados soberanos genuinamente comprometidos com a ideia de não dominação de um ou mais de um deles sobre outro(s). E é por acreditar em tal possibilidade que, na Seção 5.5, se apresentam, inicialmente, algumas considerações a respeito da diplomacia, ciência e prática das relações entre estados soberanos, a que seguem outras a respeito da teoria do republicanismo como não dominação no modo como considerada por Philip Pettit; para depois, em um terceiro momento, apresentar-se explicação sobre como essas considerações, e ou outras concebidas a partir delas, podem contribuir no sentido de levar-se em conta a necessidade de aceitação cultural, de modo relevante e objetivo, no contexto da avaliação econômica, em especial em sua relação com o meio ambiente.

5.5 UM MODELO TEÓRICO PARA CONSIDERAÇÃO DE ACEITAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Conforme visto na Seção 5.4, pessoas e grupos caracterizam-se por identidades culturais, que definem territórios simbólicos, que definem fronteiras, que, uma vez reconhecidas, devem ser respeitadas. Diante disso, e levando-se em conta, também, atributos referentes à questão identificados junto às contribuições teóricas de Ostrom, de Honneth e de Norgaard, que podem ser sintetizados nos termos regras, autodeterminação relativa, confiança (que guarda relação estreita com as estruturas de crença, objetos de reflexão na Seção 5.2.2), reconhecimento e complexidade, na presente Seção desenvolve-se um modelo teórico – assim qualificado porquanto resulta de reflexão teórica, e não, por exemplo, de realização de pesquisa empírica – para consideração de aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente. Conforme enunciado na Seção 5.4.4, o modelo fundamenta-se sobre as ideias de reconhecimento e respeito mútuos, amparadas pelo efetivo compromisso com a ideia de não dominação de indivíduo(s) e ou de grupo(s) sobre outro(s) indivíduo(s) e ou sobre outro(s) grupo(s), e sua construção leva em conta, de modo mais específico, aspectos da teoria e da prática da diplomacia – tratados na Seção 5.5.1 – e da ideia de republicanismo como não dominação, no modo como considerada por Pettit – assunto da Seção 5.5.2; uma vez vistos tais aspectos teóricos, a concepção do modelo é levada a efeito, em termos objetivos, na Seção 5.5.3.

5.5.1 Diplomacia: possibilidade para autodeterminação com respeito genuíno às diferenças

Existe um contexto de relações humanas no qual as partes que se relacionam entre si conseguem experimentar – ao menos no plano formal, que, em muitos aspectos importantes, se faz manifestar também em termos substantivos – um estágio de liberdade que lhes faculta agir, de modo significativo, em conformidade com sua própria convicção: o plano das relações internacionais entre estados soberanos, ou, em outras palavras, o das relações diplomáticas.

A diplomacia, na acepção mais aceita desta denominação, é a ciência das relações exteriores ou negócios estrangeiros dos Estados: em um sentido mais determinado, é a ciência ou arte das negociações. / Ela abrange o sistema inteiro dos interesses que nascem das relações estabelecidas entre as nações; tem por objeto sua segurança, sua tranquilidade, sua dignidade respectivas, e seu objetivo direto, imediato, é a manutenção da paz e da boa harmonia (GARDEN, 1833, p. 1-2; tradução nossa).

Arte ou ciência – ou, talvez melhor, arte e ciência! –, a diplomacia acontece em um ambiente em que se reconhece abertamente a existência de interesses das partes que – e aqui está um ponto muito, muito importante, essencial até – são tratados, ou negociados, tendo como objeto valores como a segurança, a tranquilidade e a dignidade daqueles que por meio dela se aproximam para negociar; e visando não apenas a paz – importante, por certo! – que se manifesta permanentemente na ausência da guerra, mas também aquela paz proativa, que se expressa quando entre as partes estabelece-se uma “boa harmonia”. E parece que isto é possível justamente em razão de nesse plano existir o atributo identificado como soberania, o qual, não obstante possa ser objeto de discussão conceitual²³⁸, é aqui empregado no sentido de que aqueles que de fato²³⁹ detêm esse atributo têm suas decisões respeitadas no limite em que, primeiro, elas conseguem sustentação efetiva diante de uma ética genuína, que mantem compromisso efetivo com a dignidade da pessoa humana; e depois, em que, ao manifestarem-nas, não impedem que outros possam, eles também, agir em conformidade com suas próprias decisões, contanto que, elas também, observem aquela mesma ética. Ou seja, no sentido de um efetivo compromisso com a ideia de autodeterminação: com que – observado um conjunto de condições gerais necessárias e suficientes para o estabelecimento das relações entre as partes “soberanas” e também, no contexto reconhecidamente normativo em que esta tese é desenvolvida, para que, no plano individual e coletivo, a dignidade da pessoa humana encontre condição efetiva de ser observada – cada indivíduo e

²³⁸ Kurtulus considera que “soberania é um conceito confuso a tal ponto que nem sequer concordamos se é essencialmente contestado ou essencialmente incontestado. Em parte, esta confusão é devida ao aparato de conceito ao qual o termo é relacionado. Em uso comum, soberania é proximamente associada com e deriva seu significado de outros, igualmente ambíguos conceitos tais como estado, autoridade, poder, direitos e corpo político” (KURTULUS, 2004, p. 347; tradução nossa). Também Philpott pondera que “soberania seguramente precisa de definição. Sua evolução tortuosa desde seu primeiro uso registrado no século treze torna quixotesca a tentativa de encontrar uma formulação única, específica, historicamente válida” (PHILPOTT, 2001, p. 16; tradução nossa).

²³⁹ Pensa-se aqui na ideia de soberania de fato; porque, em um contexto teórico, é possível imaginar uma situação em que, muito em razão da complexidade que caracteriza o mundo das relações humanas, a uma soberania de direito não corresponda, necessariamente, uma soberania de fato.

cada grupo encontre condições adequadas para que suas decisões sejam respeitadas, no sentido de não se ver ele obrigado, nem constrangido, a agir de modo como outros – uma maioria, por exemplo – pretendem agir e, eventualmente, gostariam que ele também agisse; em outras palavras, com a não dominação de indivíduo(s) e ou de grupo(s) sobre outro(s) indivíduo(s) e ou sobre outro(s) grupo(s). Mas, para além dessa importante característica das relações diplomáticas, existe outra, também muito importante, que é levada em conta na formulação do modelo aqui desenvolvido: trata-se do genuíno respeito que as partes, no contexto dessa relação, precisam adotar umas em relação às outras. É que no plano em que se desenvolvem essas relações, o conjunto de valores – culturais, em sentido amplo – das diferentes partes que se relacionam diplomaticamente reveste-se de sua representação simbólica pessoal máxima, a saber, da figura do chefe de Estado; o que requer, para que estejam salvaguardadas condições suficientes para manifestação permanentemente livre, em justa medida, das características que constituem a vontade de cada Estado, que aqueles que em nome de Suas Excelências, de Suas Majestades, de Suas Altezas ou de Sua Santidade²⁴⁰ manifestam-se possam fazê-lo em conformidade com uma liberdade assim estabelecida.

Os chefes de missões diplomáticas – embaixadas e legações –, vale recordar, não representam apenas os governos, mas os chefes de Estado do Estado acreditante²⁴¹. Por isso, as imunidades diplomáticas, tais como reconhecidas na Convenção de Viena²⁴², são fruto de um longo processo de refinamento das relações entre Estados soberanos, ao longo dos últimos séculos. Mais que *niceties* protocolares, são condições essenciais a que o representante do chefe de um Estado, acreditado perante o chefe de outro, possa desempenhar suas funções, a salvo de constrangimentos e ameaças de constrangimento. Mesmo nos casos de declaração de guerra, cada um dos países adversários mantém – quando medianamente civilizado – o respeito pela vida e pela incolumidade dos diplomatas do outro, até sua repatriação, ou asilo em outro Estado (FARHAT, 1996, p. 519-520).

²⁴⁰ Suas Altezas no caso de a chefia de estado caber a um príncipe, a uma princesa, ou a alguma variante de duque ou de duquesa. O Papa, a rigor, é um monarca, mas o pronome de tratamento que lhe cabe é distinto daquele que, em virtude dessa qualidade, é dirigido aos outros monarcas. Reconhece-se, aqui, a limitação (cultural) em que a presente tese é desenvolvida, no sentido de que pode haver, especialmente no mundo não ocidental, outros pronomes de tratamento para chefes de Estado, que aqui, apenas por desconhecimento, não são mencionados.

²⁴¹ O autor faz referência a “representantes diplomáticos de um país – denominado, no jargão das relações internacionais, ‘o Estado acreditante’ – perante outro país – ‘o Estado acreditado’” (FARHAT, 1996, p. 519).

²⁴² Em seu artigo 29, a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas estabelece que “a pessoa do agente diplomático é inviolável. Não poderá ser objeto de nenhuma forma de detenção ou prisão. O Estado acreditado trata-lo-á com o devido respeito e adotará todas as medidas adequadas para impedir qualquer ofensa à sua pessoa, liberdade ou dignidade” (CNURID, 1961).

É especialmente bonito ver manifestações de como o ser humano pode agir com respeito, com nobreza, diante dos seus semelhantes; mesmo quando esses semelhantes, porquanto compartilham da condição humana – como em boa parte dos casos ocorre no contexto cultural em que se desenvolvem as relações diplomáticas –, em alguma medida culturalmente importante, são deles bem diferentes. E isso, segundo atesta-o a boa prática da diplomacia, é possível. Conforme bem destacado por Farhat, tal consequência resulta de “um longo processo de refinamento”: ou seja, é produto de um processo que se desenvolveu – e ainda se desenvolve – durante um tempo considerável. E é importantíssimo observar, neste contexto, que o que motiva, justifica, enfim, possibilita tal estado de refinamento é o *reconhecimento de uma dignidade recíproca*: é porque os chefes de Estado estão investidos em uma condição de altíssima dignidade – representam, em sentido importante, a dignidade devida a toda a nação, ou a todas as nações²⁴³, de seu Estado – que se faz especialmente necessário assegurar, a ele e a quem em seu nome – vale dizer, no nome de seu Estado – pronuncia-se, condição de manifestação a um tempo ética e verdadeiramente livre. É difícil encontrar situação em que o respeito à integridade do outro esteja a tal ponto assegurada, em teoria e na prática protocolar: e é muito por essa razão que, na concepção do modelo para consideração de aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, se toma como referência a teoria e a prática da diplomacia.

É certo que a atividade diplomática, em sentido estrito, é prerrogativa de Estados soberanos²⁴⁴. Entretanto, isso não impede que os princípios nela observados possam ser aplicados, com algumas adaptações que se fizerem necessárias, também a relações que se estabelecem em outros contextos. E a boa

²⁴³ Existem Estados que integram mais de uma nação. Nosso Brasil, por exemplo, comporta algumas nações indígenas, com cultura significativamente distinta daquela que caracteriza, por exemplo, a vida na cidade e a vida no campo; não obstante, e felizmente, *todos os brasileiros são igualmente brasileiros*: não se identifica nação interna ao Estado brasileiro que esteja a pretender reconhecimento, especialmente internacional, na qualidade de nação constituinte do Brasil. Diante da possibilidade de em um Estado haver uma ou mais de uma nação com aspiração a tal reconhecimento, com ou sem pretensão de independência, é que faz sentido falar-se de nação ou de nações, no contexto mais geral de representatividade de chefes de Estado.

²⁴⁴ Uma das poucas exceções, se não mesmo a única na atualidade, corresponde à Ordem de Malta, cuja denominação oficial, vertida em língua portuguesa, é Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta. “A soberania da Ordem de Malta só foi reconhecida em 1966, mas não é reconhecida como um Estado, tendo *status* de uma organização internacional [...]” (ORDEM Soberana e Militar de Malta, 2011). “A Ordem de Malta mantém relações diplomáticas com 104 países” (ORDER of Malta, 2011; tradução nossa).

notícia, nesse sentido, é que na atualidade isso, em alguma medida importante, já está acontecendo.

Diplomacia tem-se tornado algo muito mais que a diplomacia de estados e governos. Embora seja ainda verdadeiro que as formalidades legais baseadas na Convenção de Viena sobre relações diplomáticas reconhecem somente a diplomacia de estados, no fundo é impossível ignorar a diplomacia do sistema econômico global, das atividades de CTNs (corporações transnacionais) à intervenção de OIGs (organizações intergovernamentais) econômicas globais, particularmente a Organização Mundial do Comércio (SIRACUSA, 2010, p. 1; tradução nossa).

No exemplo mencionado por Siracusa, percebem-se as relações diplomáticas ainda em termos de relações que extrapolam as fronteiras nacionais. O que se propõe, no presente trabalho, é que se inaugure – ou, no caso de isso já existir, mesmo que de modo pouco perceptível, que se estimule a prática de – um modo de relação entre pessoas e grupos pautado por genuíno respeito ao ponto de vista alheio, no sentido de que, uma vez garantidas as condições necessárias e suficientes para o estabelecimento de relações permanentes a um tempo pacíficas e mutuamente respeitadas, as pessoas e os grupos, em assuntos que transcendem a vida privada²⁴⁵, relacionem-se todos, para usar um termo empregado por Ronald Dworkin, “com igual consideração e igual respeito”; observando-se consideração e respeito, claro, não em termos meramente formais, mas substantivos, adequados à promoção de uma boa qualidade de vida também no que esta depende do contexto das relações entre pessoas. Acredita-se que na medida em que as pessoas e grupos sejam efetivamente respeitados em suas decisões legítimas²⁴⁶, e, conseqüentemente, estejam livres da pretensão de impor a outrem algo que este, em conformidade com suas próprias convicções, tenha motivos, também legítimos, para não aceitar – e, talvez mesmo, só nessa medida –, estabelece-se condição para que a comunidade, a sociedade, enfim, o ambiente de relações em que tais pessoas e grupos vivem possa, efetiva e substantivamente, ser qualificado de genuinamente compatível com a necessidade de aceitação cultural: contentar-se

²⁴⁵ Naturalmente, a vida privada é o espaço adequado e elegante para o estabelecimento das diferenças relacionais entre as pessoas. Não se pode pretender anular, por exemplo, o valor especial que relações familiares e verdadeiramente amistosas têm nas vidas humanas. É preciso deixar claro: no contexto da vida privada, não existe comprometimento ético algum em manifestar preferências àqueles que nos são (mais) próximos.

²⁴⁶ Legítimas porquanto, observada na qualidade de imperativo ético a dignidade da pessoa humana – nela compreendida a garantia de não interferência indevida, ou mesmo tirânica, na vida alheia –, não impedem que outros possam agir em conformidade com suas próprias convicções e escolhas, quando estas observam esse mesmo imperativo.

com menos que isto é comprometer, na medida dessa diferença, a adequada observação desse importante atributo. Respeito genuíno; reconhecimento de que na pessoa do outro, individualmente ou em grupo, está alguém plenamente merecedor de ser tratado de modo digno, e de, ao amparo da legitimidade, ter respeitada sua opinião, seu modo de perceber as coisas, os fatos, sua história de vida, seus valores; e de que essa pessoa deve ser tratada em conformidade com o que, não apenas em termos formais, mas, principalmente, em termos substantivos, estabelece a boa educação no que se refere às relações entre pessoas: eis a contribuição que a teoria e a prática da diplomacia pode oferecer ao problema da aceitação cultural, aqui considerado no contexto da relação entre Economia e meio ambiente.

5.5.2 Respeito genuíno ao outro: o republicanismo (cívico) segundo Philip Pettit

A questão de definir uma justa medida – ou algo suficientemente próximo dela – entre a liberdade dos indivíduos e a manutenção de valores coletivos é central no contexto das sociedades humanas em geral, e das coletividades em particular. Especialmente em contextos de aceitação cultural, em que pessoas e grupos são caracterizados por múltiplas identidades que, em alguma medida importante – mas não em sua totalidade –, concordam entre si, um adequado encaminhamento para ela precisa pautar-se, por um lado, pelo respeito genuíno às diferentes concepções valorativas que não colidam com valores que sejam, ou devam ser²⁴⁷, reconhecidos como condições necessárias ao estabelecimento da própria sociedade ou comunidade considerada. Em razão da complexidade que, normalmente, caracteriza o problema da aceitação de valores culturais – nela incluída, naturalmente, a motivação que quem estuda o problema encontra para fazê-lo –, é relativamente comum que se lhe proponham encaminhamentos a partir de diferentes estratégias, e que cada uma delas dê ênfase a um, ou a uns poucos, aspecto(s) que, por determinada razão – implícita ou explícita –, considera (mais)

²⁴⁷ A natureza normativa, aqui, é importante, especialmente porque, ao menos em determinadas circunstâncias, normalmente consideradas extraordinárias, pode acontecer de uma (ou mais) pessoa(s), uma coletividade, ou mesmo uma sociedade, por algum motivo, afastar(em)-se daquilo que, em circunstâncias consideradas normais, julgariam ser necessário, ou ao menos conveniente, à vida comunitária e ou social.

importante.

Diante do objetivo de desenvolver um modelo para levar em conta, de modo objetivo, o problema da aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, nesta Seção contempla-se uma proposta teórica que se assenta na ideia de liberdade como não dominação, característica do republicanismo (cívico) apresentado pelo filósofo e teórico político irlandês Philip Pettit²⁴⁸. Na visão deste autor,

[...] a tradição republicana não apenas oferece uma interpretação distintiva do que a liberdade envolve. Delineia liberdade como não dominação no papel de valor político supremo, e dá suporte à suposição de que a base lógica para um estado coercivo e potencialmente dominador é simplesmente que, propriamente constituído, tal regime serve para avançar esse valor (PETTIT, 1997, p. 80; tradução nossa).

Conceber liberdade como não dominação traz, como consequência imediata, que alguém é livre quando está livre dos efeitos da arbitrariedade alheia. Diante da importância que a liberdade assume no contexto da vida humana – sem entrar no mérito de precedência de um em relação a outro(s), ela, ao lado de outros valores essenciais como a vida e a dignidade, integra o conjunto dos valores humanos essenciais, porquanto (substantivamente, claro!) mais importantes –, é imperioso que esta seja pensada em termos de valor de fato assegurado, e não apenas como efeito ou consequência de não se haver verificado ação eficaz no sentido de contra ela se atentar. Consequentemente, ser de fato livre, quando se admite liberdade como não dominação, requer que exista garantia permanente de que, ainda que alguém tente agir arbitrariamente, com intenção de dominar uma ou mais de uma pessoa, e ou um ou mais de um grupo, e ou ainda uma sociedade toda, tal tentativa certamente não conseguirá êxito.

Não dominação envolve a ausência de dominação na presença de outras pessoas: é um ideal social que requer que, embora haja outras pessoas que

²⁴⁸ É importante considerar que, no presente trabalho, a referência que se faz ao republicanismo limita-se à ideia de liberdade como não dominação, apresentada por Pettit. Antes da contribuição teórica de Pettit, a necessidade de observar-se compromisso efetivo com a ideia de não dominação foi reconhecida, mesmo que de modo menos explícito, por Karl Polanyi, conforme o atesta a citação a seguir. “Quanto à liberdade pessoal, ela existirá na medida em que criarmos deliberadamente salvaguardas para a sua manutenção, e até para a sua ampliação. Numa sociedade estabelecida, o direito à não conformidade deve ser protegido institucionalmente. O indivíduo deve ser livre para seguir a sua consciência, sem recear os poderes incumbidos das tarefas administrativas em algumas áreas da vida social. A ciência e as artes deverão permanecer sempre sob a guarda da ‘república das letras’. A compulsão jamais será absoluta; ao ‘contestador’ deverá ser oferecido um refúgio no qual poderá se abrigar, o direito de escolher um ‘segundo melhor’ conforme lhe agrade. Assim o direito à não conformidade, como marco de uma sociedade livre, ficará garantido” (POLANYI, 2000 [1944], p. 296).

poderiam ter sido capazes de interferir com a pessoa em uma base arbitrária, estão bloqueadas de fazerem assim (PETTIT, 1997, p. 272; tradução nossa).

Pettit refere-se a não dominação na qualidade de ideal social. Ora, na proporção em que um ideal existe para orientar a ação real – e, normalmente, é isso que aqueles que com ele simpatizam dele esperam –, ele deve fazer-se acompanhar de procedimentos efetivamente exequíveis no mundo real; ou seja, é necessário desenvolver-se uma engenharia de boa qualidade com cuja utilização seja possível alcançar, no contexto da realidade, resultados que se aproximam em medida relevante das referências idealmente concebidas. Naturalmente – e independentemente de a formulação de Pettit haver ou não sido concebida à luz da consideração que aqui se vai fazer –, quando a questão situa-se no contexto das relações humanas, é preciso atentar para que tanto os fins a serem alcançados como os meios a serem empregados estejam em conformidade, a um tempo, com a observação plena dos valores essenciais à vida em sociedade, e com a vontade – ou, ao menos, que não esteja manifestamente contra a vontade – das pessoas e dos grupos sobre os quais incide, ou incidirá, sua consequência; observando-se, ainda, que, na eventualidade de existir conflito entre um ou mais de um daqueles valores essenciais e uma ou mais de uma das vontades das pessoas e dos grupos, o conflito deve ser necessariamente decidido em favor daqueles valores essenciais. No contexto de sua teoria, Pettit apresenta a consideração seguinte, perceptivelmente relacionada ao problema de sua aplicação na prática:

terá que haver arranjos para dar uma audiência própria – uma audiência própria, não necessariamente uma audiência popular – às reclamações feitas em diferentes áreas; terá que haver procedimentos de tomada de decisão adequados que possuam credibilidade geral; e na eventualidade de essa credibilidade falhar, terá que haver possibilidades de secessão ou modos de dar aos dissidentes o tipo especial de *status* acordado tradicionalmente a discordantes conscienciosos (PETTIT, 1997, p. 278; tradução nossa).

Vê-se, logo de início, que aquilo que, à luz da construção teórica da liberdade como não dominação aqui em análise, possa ser considerado como próprio para ouvir as reclamações pode ou não ser popular. Estabelecer audiência desse modo traz implícita a ideia de que a vontade ou a compreensão popular referente a determinado assunto pode, em algum caso específico, estar em desacordo com a

ideia de liberdade como não dominação²⁴⁹. Em seguida, é necessário que as pessoas e os grupos acreditem nos procedimentos de tomada de decisão; e uma vez que credibilidade, conquanto possa ser – e, normalmente, seja-o – fundamentada em experiência, é algo que, em dado momento, ou tem-se ou não se tem, a proposta teórica corretamente prevê tratamento adequado – porquanto coerente com a ideia de não dominação – a quem não concorda. E aos discordantes que, por razões de consciência – não, portanto, simplesmente por qualquer razão –, se veem nessa condição, deve estar reservado uma condição, ou *status*, de antemão previsível. E é claro que, por coerência teórica, esse tratamento especial não pode manifestar-se como dominação exercida sobre os dissidentes.

Concepções de vida em sociedade que se apresentam dentro da tradição republicana costumam dedicar atenção especial a valores que reconhecem como essenciais, definidores, ou constitutivos, dessa manifestação de vida. Não surpreende, portanto, que a proposta de republicanismo (cívico) defendida por Pettit reconheça algumas condições com essas qualidades, compatíveis, no caso, com a ideia de liberdade como não dominação.

Se o modo em que o governo opera não é para estar sujeito a manipulação em uma base arbitrária, então há um número de condições constitucionalistas que ele deve plausivelmente preencher, e estas têm também sido identificadas como importantes na tradição republicana. / [...] Uma primeira é a condição do império-da-lei, de acordo com a qual o governo deve operar pela lei, não caso a caso, e em particular por um tipo de lei que satisfaça restrições estabelecidas: por um tipo de lei que seja geral, não retrospectiva, bem-promulgada [*well-promulgated*], precisa, e assim por diante. / [...] Uma segunda é a restrição da dispersão-de-poder [*dispersion-of-power*], de acordo com a qual o poder do governo deve estar dividido entre muitas mãos; isto sustenta a divisão de funções legislativas, executivas e judiciárias mas também outras formas de poder dispersante, como em arranjos bicamerais e federais. / [...] Uma terceira é a condição contra-majoritária, de acordo com a qual deve ser feito mais ao invés de menos difícil para a vontade da maioria mudar ao menos certas áreas

²⁴⁹ Teoricamente, existe o exemplo trivial, que corresponde a quando uma maioria, popular, decide, por algum motivo – eventualmente por estar iludida acerca de possíveis consequências de seu posicionamento –, não mais querer viver em conformidade com um sistema que se pauta pela ideia de liberdade como não dominação – possivelmente em razão de alguma exigência (momentaneamente) impopular que, para sua manutenção, se apresente como necessária. Mas pode haver também casos em que a incompatibilidade entre a manutenção das condições significativamente capazes de assegurar liberdade como não dominação e algum interesse específico não estejam, ao menos em princípio, suficientemente claras para todas, ou mesmo para a maioria, das pessoas: este é o caso típico de quando – para mencionar um exemplo no contexto da Economia – alguma medida de política econômica, claramente impopular, é aquela que, de um ponto de vista técnico plenamente apoiado, primeiramente, pelos valores essenciais referentes à condição humana, e depois, subordinados àqueles, por outros valores especialmente importantes no contexto da sociedade em questão, se apresenta como a mais recomendável para ser adotada com vistas a afastar relevantes prejuízos previstos.

fundamentais da lei; esta condição pode ser implementada em qualquer de um número de modos, estendendo-se de suposições em favor da lei comum a restrições constitucionalmente garantidas (PETTIT, 1997, p. 276-277; tradução nossa).

É interessante, se não mesmo necessário, observar que as três condições “constitucionalistas” encontram-se justificadas diante do compromisso com a ideia de liberdade como não dominação. A menção ao império-da-lei é feita no sentido de evitar, ou mesmo impedir, que leis previamente estabelecidas em conformidade com a ideia de liberdade como não dominação venham a ser negligenciadas, com prejuízo a tal concepção de liberdade. Dispersar poder em múltiplas e diferentes instâncias contribui, também, no sentido de assegurar que se, eventualmente, uma ou outra delas agir contrariamente ao valor que, por meio de tais condições, se pretende preservar, existem outras instâncias com atuação suficiente para assegurar a manutenção de tal valor. E a terceira condição representa precaução contra a possibilidade de a “tirania da maioria”, conhecida pelo menos desde Aristóteles, vir a solapar as bases constituídas para o gozo efetivo da liberdade como não dominação: observe-se que, no modo como proposta a terceira condição, não se está terminantemente retirando da maioria a possibilidade de efetuar modificações substanciais, mas sim dificultando que a vontade majoritária possa modificar “ao menos certas áreas fundamentais da lei”; ou seja, não necessariamente todas as disposições legais devem estar protegidas por essa dificuldade maior para modificação, mas apenas as fundamentais, que, em um contexto estabelecido com vistas a assegurar a permanência da liberdade como não dominação, são, por certo, aquelas com cuja mudança pode-se antever prejuízo à liberdade assim concebida.

Contudo, a proposta teórica de Pettit reconhece, acertadamente, que, mesmo que leis formalmente estabelecidas possam ser consideravelmente importantes – e, em medida considerável, especialmente nas sociedades contemporâneas, elas, de fato, o são –, as simples produção e manutenção de diplomas legais podem não ser suficientes para assegurar o efeito que com elas se almeja alcançar.

As leis que avançam as metas da república, institucionalizam suas formas e estabelecem controles regulatórios precisam estar sustentadas por normas civis republicanas – precisam estar sustentadas pela virtude cívica comum, pela civilidade comum – se são para terem alguma chance de serem eficazes; a república legal precisa tornar-se uma realidade civil. / [...] / [...] Civilidade comum é provável de ser sustentada pela mão intangível do

sancionamento baseado em consideração, uma vez que o honorável esteja destinado na maioria das circunstâncias a ser o honrado, e o estado precisa ser cuidadoso em não impor formas de sancionamento que poderiam ficar no caminho [*to get in the way*] desse processo. / [...] / [...] Civilidade ou virtude cívica pode não ser tão difícil de alcançar como frequentemente o parece. Envolve não apenas a internalização de valores públicos e o disciplinamento de desejos pessoais; dada a natureza comunitária da liberdade como não dominação, também envolve identificação com grupos maiores, mesmo com a comunidade organizada politicamente como um todo, e acesso a novas e satisfatórias identidades. / [...] A realização da civilidade comum é equivalente à realização de um modelo de confiança pessoal comum – um modelo, sustentado por uma crença na civilidade, de confiança mútua certa – e significa o estabelecimento de uma sociedade civil próspera (PETTIT, 1997, p. 280-281; tradução nossa).

É especialmente neste ponto que a ideia de liberdade como não dominação revela, de modo mais claro, seu efetivo compromisso com genuína aceitação cultural. A questão é colocada de modo iniludível: ou a proposta da liberdade como não dominação é culturalmente aceita, no sentido de as normas legais estarem legitimamente internalizadas no comportamento dos cidadãos, ou não se têm reunidas as condições suficientes para seu efetivo estabelecimento. Pettit, muito ao estilo republicano, faz referência à virtude²⁵⁰, identificando-a como “virtude cívica comum”, ou como “civilidade comum”. E pode-se dizer que a proposta, no plano teórico, é bem estruturada: primeiro, porque revela compromisso com o reconhecimento de virtudes previamente admitidas como desejáveis no contexto social ou comunitário na proporção em que elas realmente se manifestam; depois, por promover um equilíbrio entre duas necessidades, a de renúncia a desejos pessoais quando estes colidem com o bem comum e a de manifestação das identidades que não se mostram incompatíveis com os valores maiores da vida social e comunitária; e, por último, por reconhecer a prosperidade social civil como resultado de as pessoas, que creem na proposta de civilidade comum, confiarem mútua e certamente umas nas outras – e, por consequência, na necessidade, ou na conveniência, e na eficácia das instituições destinadas a manter tal civilidade. Ou seja: a proposta, por um lado, apresenta-se objetiva na proporção em que as leis e

²⁵⁰ Gargarella considera que “a lista de virtudes defendida pelo republicanismo é muito extensa. Os pensadores ligados a essa corrente tenderam a exaltar, antes de mais nada, valores como a coragem (para defender a própria comunidade contra ataques externos) e a prudência (para participar do governo da comunidade). Essa lista de virtudes, entretanto, pode ser facilmente ampliada com outros valores também defendidos pelos republicanos: a igualdade, a simplicidade, a honestidade, a benevolência, a moderação, o patriotismo, a integridade, a sobriedade, a abnegação, a laboriosidade, o amor à justiça, a generosidade, a nobreza, a solidariedade e, em geral, o compromisso com o destino dos demais” (GARGARELLA, 2008 [1999], p. 187).

mesmo os costumes são elementos publicamente aceitos e visíveis, e subjetiva porquanto as pessoas confiam e aceitam, sem constrangimento – muito em função dos benefícios que elas mesmas percebem –, viver em conformidade com o que a ideia de civilidade comum, conforme apresentada por Pettit, estabelece. Entretanto – e, neste particular, semelhantemente ao que costuma acontecer com praticamente toda proposta cuja efetiva implementação depende da adoção de comportamentos humanos –, a proposta da civilidade comum comprometida com a ideia de liberdade como não dominação, apresentada por Pettit, precisa encaminhar adequadamente o importante problema da credibilidade inicial: porque, se por um lado é bastante razoável, se não mesmo lógico, que as pessoas e os grupos aceitarão adotar comportamentos na proporção em que perceberem que o valor dos benefícios psicológicos²⁵¹ deles decorrentes compensam, ou mesmo excedem, o dos custos psicológicos correspondentes, por outro não é certo que elas, antes de adotarem, mesmo que em caráter experimental, determinado comportamento, perceberão nele potencial – não apenas lógico, mas, principalmente, motivacional, que depende de fatores consideravelmente complexos como, por exemplo, o resultado de experiências anteriormente vividas – suficiente para que decidam dar-lhe um voto de credibilidade. E Pettit – conforme o revela o texto da citação imediatamente a seguir – parece consciente dessa necessidade de crédito inicial particularmente no que se refere à possibilidade de aplicação da ideia de liberdade como não dominação no contexto das trocas econômicas.

Deixe-se a liberdade como não dominação ser projetada como um valor político central (deixe-a ser projetada no papel em que a liberdade é geralmente projetada) e o mercado assume um perfil interessante, ou pelo menos ele assim faz sob algumas suposições idealizadas sobre como ele funciona. Não somente causará simpatia pelas razões pelas quais ela é frequentemente recomendada, como um meio de gerar opções desobstruídas: de fato, idealmente, opções que estão constantemente aumentando e constantemente diversificando. Causará simpatia, em particular, pelo modo como pode respeitar a reputação não dominada das pessoas umas em relação às outras, permitindo-lhes trocar coisas em uma base não coercitiva. De fato, pode também fortalecer essa reputação, reforçando-a como um resultado de facilitar seus exercício e reconhecimento (PETTIT, 2006, p. 147; tradução nossa).

²⁵¹ Benefícios e custos são aqui considerados como psicológicos porquanto visam a contemplar aspectos de bem-estar percebidos, ou sentidos, pelas pessoas. A ideia é compatível com a de benefícios e custos financeiros na proporção em que estes dois exercem efeitos psicológicos sobre as pessoas – que, por exemplo, se sentem bem ao saber que contam com reservas financeiras suficientes para a realização de algum projeto que julguem importante, ou mesmo para atendimento de alguma eventual necessidade imprevista.

Certamente a ideia de liberdade como não dominação – que, conforme anteriormente visto, prevê inclusive a possibilidade de o estado exercer algum poder coercitivo²⁵² com vistas a assegurar a manutenção dessa liberdade – consegue trânsito fácil em praticamente todo contexto relacional entre pessoas, à exceção, por certo, de quem, lamentavelmente, pretenda dominar arbitrariamente os outros; e o mercado – compreendido como o ambiente em que pessoas interessadas em comprar e com efetiva condição de fazê-lo e pessoas interessadas em vender e com efetiva condição de fazê-lo se encontram e efetuam operações de compra e venda – é um desses contextos. Todavia, é importante considerar que, em termos gerais, “o mercado” integra uma multiplicidade de modos como as ações simultâneas de comprar e vender acontecem.

Do ponto de vista do consumidor, têm-se desde casos mais simples, em que tanto o produto é previamente conhecido como o modo de pagamento é o clássico pagamento à vista com dinheiro, até aqueles mais complexos, que dependem de definir um produto que seja mais adequado a uma determinada necessidade – que, por vezes, pode não estar, ela também, muito clara – e em que existe uma multiplicidade de apelos de propaganda destinados a convencer o consumidor de que os produtos que anunciam são os melhores para determinadas situações e contam com a alegada vantagem de poder-se efetuar o pagamento com diferentes meios físicos e com diferentes prazos. Se é admitida como válida a premissa de que os produtos são produzidos porque se acredita que alguém irá comprá-los, parece válida, ao menos em um primeiro momento, a assertiva de que o consumidor pode exercer influência relevante sobre a produção; ou, para utilizar o termo, de que pode “dominá-la”, no sentido de determinar, por meio de suas escolhas, quanto, em termos de ordem de grandeza, produzir de determinado produto. Entretanto, uma análise adequada da questão deve levar em conta que esse “domínio”, se de fato existe, expressa-se, no contexto do consumidor final, quando este é considerado como um ente coletivo, cujo comportamento, em regime de livre mercado, resulta de um conjunto de ações individuais que amiúde recebem influência da propaganda.

²⁵² Na presente tese, admite-se que tal coerção deva ser exercida unicamente quando necessária ao fim legítimo que a motiva, e com a brevidade e a intensidade mínimas suficientes para assegurar a consecução de tal fim.

Do ponto de vista do produtor, é importante considerar que, ao menos em tese, um significativo número daqueles que pretendem vender podem estar motivados a fazê-lo quase que unicamente por motivo financeiro, em conformidade com uma lógica indiferente ao bem-estar alheio. Estas considerações são especialmente importantes diante da pretensão que algumas empresas podem manifestar de “dominar o mercado”, no sentido de pretenderem eliminar ou reduzir significativamente a participação das outras empresas que atuam no mesmo ramo, amiúde identificadas como “concorrentes”: porque na proporção em que, diante de uma racionalidade que orienta as ações, se considera “normal” desenvolver estratégias concorrenciais, ou mesmo estratégias, claramente prejudiciais ao desenvolvimento dos negócios de outras empresas, percebe-se estar o mercado em questão fortemente influenciado por algo que poderia ser chamado de “espírito de dominação”, bem diferente, em termos de propósito e de consequências, daquilo que se pode esperar em um ambiente em que existe compromisso efetivo com a proposta da liberdade como não dominação. A boa notícia é que comportamentos concorrenciais que visam claramente a “dominar o mercado”, quando existem, normalmente se limitam aos ramos de atuação específicos das empresas que decidem adotá-los e implementá-los; não chegam, portanto, a se estabelecer, de modo uniforme, em todo o ambiente de compra e venda de uma praça, ou de uma comunidade; de modo que existe, ao menos no plano da teoria, esperança para que a proposta de Pettit voltada mais especificamente ao mercado possa, em alguma medida importante, render bons frutos, mesmo que restritos apenas a alguns segmentos de atuação.

De todo modo, percebe-se que a ideia de liberdade como não dominação não apenas pode como, em termos normativos – pautados por um genuíno respeito, a um tempo, primeiro à pessoa humana em razão dessa sua qualidade, e depois às diferentes manifestações identitárias –, deve caracterizar, no que se refere a aceitação cultural, as relações entre as diferentes pessoas e os diferentes grupos direta ou indiretamente interessados nos efeitos de decisões levadas a efeito no contexto dos problemas com que normalmente se ocupa a Economia, as quais compreendem, por certo, considerações sobre a relação entre essa ciência e o meio ambiente. Na proporção em que se reconhece que existem diferentes modos de vida

humana, todos eles dignos, é imperioso que seja assegurado a cada pessoa e a cada grupo viver bem as vidas boas e dignas que – observadas, naquilo que não se refere à dignidade, as suas capacidades – escolhem viver; e que, portanto, estejam – como consequência de providências razoáveis de nesse sentido serem tomadas pela sociedade e ou pela coletividade – livres da possibilidade de interferência alheia arbitrária.

5.5.3 O modelo diplomático-republicano

Trata-se de um modelo de escolha coletiva – na realidade uma objetivação, no contexto da relação entre Economia, meio ambiente e aceitação cultural, da ideia de liberdade como não dominação, desenvolvida por Pettit em sua abordagem teórica do republicanismo, acompanhada de incentivo a que pessoas e grupos se relacionem observando genuíno respeito mútuo, comparável àquele que, no plano diplomático, devem ter os estados soberanos, cada um para com todos os outros – que tem como característica principal o respeito às diferentes visões das pessoas e dos grupos diante de um mesmo problema em toda situação em que não há necessidade – pelas razões que, nesta Seção, se apresentam – de o efeito de uma decisão (majoritária) ser estendido a todos os membros da coletividade e em que a matéria em questão não oferece risco evidente²⁵³ à dignidade da pessoa humana nem a outros valores reconhecidos como essenciais à vida em sociedade e ou em coletividade. Antes de enunciar-se o modelo, é importante informar, de modo inequívoco, sua natureza teleológica: ele serve para que as relações entre as pessoas e os grupos, todas e todos responsavelmente livres, possam desenvolver-se em clima de mútuo e genuíno respeito, aos moldes da autêntica diplomacia – por cuja razão é ele chamado de diplomático –, e para que tais relações, aos moldes da ideia de um republicanismo comprometido com genuíno respeito às virtudes, estejam decididamente livres dos efeitos prejudiciais derivados de alguém (uma maioria, por exemplo), ao estilo tirânico, pretender que quem, ao amparo de uma ética efetivamente comprometida com a dignidade da pessoa

²⁵³ Também aqui a evidência é decisiva, vez que, no domínio do argumento aplicado à defesa de interesses, diante de um mesmo objeto sobre o qual se dialoga uma pessoa pode identificar risco (por exemplo, risco de seu interesse não prosperar) quando outra não o faz.

humana, não aceita tomar parte nos efeitos de determinada decisão, deva, por qualquer motivo, ser obrigado a fazê-lo – por cuja razão ele é chamado também de republicano. Levando-se em conta esses aspectos teleológicos, à luz dos quais, necessariamente, o modelo deve ser considerado, e estabelecendo-se, como aqui se faz, ser expressamente vedada sua utilização e ou interpretação em favor de objetivo(s) contrário(s) a eles, enuncia-se o modelo diplomático-republicano, primeiro em termos gerais (Enunciado nº 1), depois com referência a sua aplicação com vistas a uma consideração objetiva da aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente (Enunciado nº 2), nos termos seguintes.

Enunciado nº 1: Em todo processo de escolha coletiva em que uma ou mais de uma pessoa, e ou em que um ou mais de um grupo, ao amparo de uma ética genuína, pretende(m) não tomar parte no efeito de determinada decisão, e existe possibilidade de ela(s) ou ele(s) não o fazer(em) sem que essa sua decisão impeça aqueles que pretendem fazê-lo de nele tomarem parte, sem prejuízo das características essenciais diretamente relacionadas a tal efeito – nelas não incluídos, na ausência de exigência legal nesse sentido, a participação das pessoas e ou dos grupos unicamente na qualidade de contribuintes para a consecução de recursos, nem o número de pessoas que decidem dele participar, nem, manifestamente, a intenção que, em tese, alguém pode pretender apresentar de que o efeito da decisão deva estender-se, necessariamente, a todos, independentemente de se concordam ou não com ele, mesmo quando é possível, respeitando o direito de não adesão por parte de quem não se encontra satisfeito com tal efeito, que as demais pessoas e os demais grupos, que com ele estejam satisfeitos, possam a ele aderir sem prejuízo de tais características essenciais –, deve-se, por imperativo ético, assegurar a cada (uma de tais) pessoa(s) e a cada (um de tais) grupo(s) o efetivo direito de dele não participar(em), bem como àqueles que pretendem nele tomar parte o efetivo direito de fazê-lo, contanto que estes reúnam, independentemente de contribuição daqueles, todas as condições para tanto necessárias.

Enunciado nº 2: No caso específico da aplicação do modelo diplomático-republicano à relação entre Economia, meio ambiente e aceitação cultural, esta aceitação é considerada objetivamente no contexto da avaliação econômica ao estabelecer-se que o critério de viabilidade econômica resulta da

viabilidade quanto aos dois critérios parciais seguintes. Critério parcial nº 1: benefícios monetários serem maiores que custos monetários, quando comparados por meio de algum método de avaliação econômica, e ou de alguma adaptação dele, válido(a) em engenharia econômica. E – com vistas a levar em conta benefícios e custos referentes a aceitação cultural que, não obstante não monetários, podem significar muito para a(s) pessoa(s) e ou para o(s) grupo(s) que com eles se identifica(m) – critério parcial nº 2: a adequada utilização do modelo em todos os processos de escolha coletiva referentes ao objeto cuja avaliação econômica esteja a ser levada a efeito, sempre que ao menos uma pessoa ou um grupo de um deles participante manifestar pretensão de utilizá-lo.

Conforme o revela o Enunciado nº 2, a consideração da aceitação cultural na avaliação econômica levada a efeito no contexto da relação entre Economia e meio ambiente por meio da utilização do modelo diplomático-republicano é objetiva no sentido de que condiciona a viabilidade econômica também a que, em um processo de escolha coletiva, uma ou mais de uma pessoa e ou um ou mais de um grupo, em caso de, ao amparo da ética, não pretender(em) participar dos efeitos de uma decisão que em tal processo haja sido tomada, encontra(m) meio objetivo de expressar essa sua intenção e, no caso de haver possibilidade de quem concorda com a decisão participar dos efeitos dela sem que a não participação daquela(s) pessoa(s) e ou daquele(s) grupo(s) que não quer(em) dela participar implique em prejuízo significativo às características essenciais diretamente relacionadas a tal efeito, ter(em) assegurado o direito de deles não participar(em). Argumenta-se que um procedimento assim é especialmente interessante quando se considera – como no presente trabalho se faz – que o reconhecimento de valores e de identidades culturais, legítimos porquanto dispõem de amparo à luz da ética, representa para quem neles vê sentido valor muito importante; de maneira que, havendo como levá-lo em conta, na qualidade de benefício não monetário²⁵⁴, de modo ao menos razoavelmente adequado no contexto da avaliação econômica, inclusive quando

²⁵⁴ Quando se considera, como o fez Robbins, cujo conceito de economia foi contemplado no Capítulo 2 (Seção 2.2.2.1), que “a Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos” (ROBBINS, 2007 [1932], p. 15, tradução nossa), percebe-se que não há necessidade, ao menos com referência a esse conceito, de limitar benefícios e custos econômicos àqueles de natureza monetária; antes percebe-se ser não apenas válido, mas interessante, que essa ciência possa utilizar-se dos meios adequados de que puder dispor para (melhor) estudar esse comportamento.

esta se mostra sensível a seus impactos sobre o meio ambiente, é razoável fazê-lo.

Tal consideração, por certo, comporta limitações: uma delas, claramente, é a própria dificuldade de tentar-se objetivar com palavras valores culturais, elementos que, por sua natureza, são consideravelmente subjetivos; outra é que a exposição de valores culturais por vezes é difícil de ser feita diante de quem se sabe, de antemão, que deles não comunga, ou, em outras palavras, que não pertence ao mesmo território simbólico no qual encontra vigência a identidade que reconhece tal valor cultural; outra ainda é o constrangimento que pode advir de ser a primeira pessoa ou o primeiro grupo a manifestar pretensão de utilizar, formalmente, o modelo diplomático-republicano em determinado processo de escolha coletiva, no sentido – em termos estritamente formais não procedente, mas em termos de relações humanas bastante compreensível – de não querer ser visto(a) como uma espécie de dissidente aos olhos da coletividade, ou de parte dela. Percebe-se, diante dessas três limitações aqui apresentadas, que uma aplicação (mais) adequada do modelo – como costuma acontecer com a apresentação de um novo comportamento – não pode prescindir não apenas – o que é óbvio – de fazê-lo conhecido das pessoas e dos grupos, de modo que compreendam suficientemente bem como utilizá-lo, mas também – e isso parece realmente muito importante – de promovê-lo, de estimular sua utilização, de buscar torná-lo uma ferramenta de uso comum, não extraordinário portanto, em processos de escolha coletiva. Entretanto, reconhece-se que essas iniciativas, conquanto muito importantes, podem atenuar consideravelmente a terceira das limitações aqui apresentadas, mas muito pouco podem fazer com respeito às duas primeiras.

Ainda conforme o revela o Enunciado nº 2, o modelo privilegia avaliações econômicas efetuadas por modelos determinísticos que consideram benefício e custo em termos de valores monetários, e não, por exemplo, a partir de modelos em que o benefício, em especial, é diretamente considerado em termos não monetários, como acontece, por exemplo, no caso de análises custo-efetividade. E o faz em razão do relativamente amplo uso daqueles modelos determinísticos no contexto da prática da avaliação econômica. Não obstante, a essência da concepção do modelo permanece válida também no caso de avaliações econômicas em que custos e, especialmente benefícios, sejam levados em conta de modo não monetário: basta,

para tanto, que o critério parcial nº 1 seja adaptado de modo a atender as condições de viabilidade econômica observadas nessas avaliações – por exemplo, nas referidas análises custo-efetividade –, mantendo-se inalterado o conteúdo do critério parcial nº 2.

A questão contemplada pelo modelo em termos gerais (Enunciado nº 1), de um ponto de vista lógico, pode parecer trivial. Ora, na medida em que existe possibilidade de alguém agir em conformidade com determinada decisão e que existe possibilidade de quem com ela não concorda não o fazer, sem que essa sua decisão – a menos de pela observação do direito de quem não concorda com determinada decisão, na ausência de exigência legal nesse sentido, não se ver obrigado a com ela contribuir unicamente na qualidade de contribuinte para a consecução de recursos – represente empecilho a que quem com ela se identifique possa agir em conformidade com o que ela estabelece, conclui-se sem dificuldade (lógica) que deve ser mesmo assim: ou seja, que quem concorda com a decisão pode e deve agir em conformidade com ela, e que quem com ela não concorda deve agir em conformidade com sua própria convicção e, portanto, não ser forçado – por exemplo, por decisão majoritária – a observar aquilo com que não concorda; e isso tanto mais quanto, em tal contexto, se quem dela discorda estiver obrigado a agir em conformidade com a decisão majoritária estará produzindo uma situação em que, aí sim, há quem esteja claramente prejudicado – aquele(s) que dela discorda(m), ao ver(em)-se obrigado(s) a agir de modo contrário a sua vontade e, dependendo do caso, contrário a sua convicção, sem que com isso possa-se produzir benefício adicional algum, já que quem se mostra a favor da decisão não precisa de que quem com ela não concorda passe a submeter-se, também e contra a própria vontade, a seus efeitos. Entretanto, existem situações em que, por incoerente que seja agir sem observar esse preceito, a decisão de alguém – de uma maioria, frequentemente – é compreendida como de observação compulsória e, conseqüentemente, estende-se, nessa qualidade, inclusive a quem com ela manifestamente não concorda e, ao discordar, não incorre em comprometimento de preceito ético algum nem impede que quem com ela se identifique possa agir em conformidade com o que ela estabelece. E é especialmente por essa razão que a proposição de um modelo de escolha coletiva nos moldes do que aqui se apresenta mostra-se válida, se não

mesmo necessária.

Que se possa decidir sem que a decisão necessariamente exerça efeito sobre toda a coletividade não é novidade²⁵⁵: o que torna relevante a proposta é um conjunto de características a seguir apresentadas. Primeiro, no plano psicológico das expectativas, o anúncio claro e inequívoco de que todo o processo de diálogo passa a ser conduzido sem a necessidade de a decisão (majoritária) ser adotada pela totalidade das pessoas que integram determinado território simbólico; porque faz muita diferença, e de modo bastante evidente, no tratamento de assuntos claramente relacionados a aceitação cultural, dialogar previamente à deliberação de um assunto quando se sabe que, uma vez atendidos preceitos definidos em instância superior àquela em que dele se trata, e existindo possibilidade de aqueles que estiverem de acordo com a decisão tomada efetivamente levarem-na a efeito, sem prejuízo de suas características essenciais – no modo como expressas no enunciado do modelo –, seguramente aqueles que não concordarem com a decisão (majoritária) não estarão sujeitos aos efeitos dela decorrentes, e quando não se tem essa garantia. Depois, no plano das relações interpessoais, o efetivo compromisso que a proposta tem com respeito genuíno às diferentes identidades culturais, tornado evidente na proporção em que não apenas não incentiva como de fato impede que algum interesse, majoritário ou não, possa exercer efeito dominador e ou tirânico sobre quem, com amparo ético, com ele não concorda; e também, nesse mesmo plano relacional, a efetiva possibilidade de as pessoas e os grupos, portadores de diferentes identidades culturais – e dos diferentes interesses por elas inspirados –, que se reúnem para deliberarem a respeito de assuntos de interesse coletivo, de fato fazerem-no em ambiente mutuamente respeitoso, uma vez que não estarão sujeitos à dominação e ou à tirania de alguém sobre seus legítimos – porquanto eticamente respaldados – valores e interesses.

E é assim, por meio da utilização do modelo diplomático-republicano – que, conforme expresso no início desta Seção, se apresenta como uma objetivação, no contexto da relação entre Economia, meio ambiente e aceitação cultural, da ideia de liberdade como não dominação, desenvolvida por Pettit em sua abordagem teórica

²⁵⁵ Pode acontecer, por exemplo, de a decisão já ser inicialmente proposta com caráter de adoção facultativa. E pode acontecer também de o assunto tratado referir-se a alguma situação em que seja válido, estritamente nos termos apresentados no Capítulo 4 (Seção 4.2.1), adotar tratamento diferenciado, de modo que, por tal razão, a decisão pode não se aplicar a todos.

do republicanismo, acompanhada de incentivo a que pessoas e grupos se relacionem observando genuíno respeito mútuo, comparável àquele que, no plano diplomático, devem ter os estados soberanos cada um para com todos os outros – que se encaminha, no presente trabalho, o problema de tornar objetiva, em medida relevante, a consideração de aceitação cultural no contexto da avaliação econômica, em especial no contexto da relação entre Economia e meio ambiente. E o modo de fazê-lo é estabelecendo que um projeto, uma alternativa de investimento, enfim, algo que esteja na condição de objeto de uma avaliação econômica em tal contexto, para ser considerado(a) economicamente viável, precisa contemplar, na medida do possível e do razoável, as reivindicações legítimas que diferentes identidades culturais tenham a apresentar. Por legítimas compreendem-se, aqui, todas aquelas manifestações que uma ou mais de uma pessoa, e ou que um ou mais de um grupo, apresentarem no sentido de tornarem evidente que não concordam com determinada decisão e que – e isto é indispensável! – sua decisão em não tomar parte naquilo que esteja sendo decidido não impede que quem pretenda fazê-lo possa, de fato, fazê-lo, sem prejuízo das características essenciais diretamente relacionadas ao efeito da decisão, no modo como estabelecidas, essas características, no enunciado do modelo diplomático-republicano. Naturalmente, em termos operacionais, é importante que tais manifestações legítimas sejam documentadas, para que constem como material que pode ser objetivamente avaliado e com base no qual seja possível concluir, objetivamente e em termos não meramente formais, mas principalmente substantivos – afinal, está-se a falar de aceitação cultural! –, sobre se, de fato, existe possibilidade de o projeto, a alternativa de investimento, ou, em termos mais gerais, o objeto da avaliação econômica realizada, ser levado a efeito, sem prejuízo significativo a quem com ele concorde, mesmo com a não participação de quem com ele não concorda.

Não obstante a proposta do modelo sendo clara – como o é – ao definir que nas características essenciais diretamente relacionadas aos efeitos das decisões não está incluída, na ausência de exigência legal nesse sentido, a participação das pessoas e ou dos grupos unicamente na qualidade de contribuintes para a consecução de recursos, é importante considerar que, em certos casos, pode ocorrer que, na proporção em que mais pessoas e ou mais grupos decidem não

participar do projeto, dependendo de como o financiamento dele estiver planejado – especialmente de se tal financiamento depende de contribuição financeira a ser realizada por cada uma das pessoas e ou por cada um dos grupos que por ele se interessam –, a não aceitação cultural pode chegar a comprometer a viabilidade financeira²⁵⁶. Nesses casos, provavelmente o objeto da avaliação econômica pode vir a não ser realizado, ao menos no curtíssimo prazo, não necessariamente por não ser economicamente viável, mas por não dispor de viabilidade financeira. E caso esteja-se em situação em que, por motivo de força maior – necessidade de reversão de comprometimento claro da dignidade da pessoa humana, ou clara disposição legal –, seja imperioso levar a efeito tal objeto, essa qualidade deve, claro, ser levada em conta e, existindo possibilidade de fazê-lo ao amparo de uma ética genuína, devem ser providenciadas condições suficientes para sua realização, dentro do menor prazo que se apresente a um tempo possível e razoável.

É importante observar que o problema da consideração da aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente, quando adequadamente levado em conta por meio da utilização do modelo diplomático-republicano com seus Enunciados nº 1 e nº 2, mantém-se em conformidade com os atributos que, por assim dizer, sintetizam as contribuições de Ostrom, de Honneth e de Norgaard, a saber: regras, autodeterminação relativa, confiança (que guarda relação estreita com as estruturas de crença), reconhecimento e complexidade. Sua utilização estabelece a necessidade de a coletividade observar, no mínimo, a regra básica que o caracteriza: tratar com cortesia as pessoas e os grupos, e respeitar-lhes, genuinamente, as identidades que, porquanto disponham de suficiente respaldo ético, merecem ser respeitadas. Desde que o modelo não seja de observação compulsória²⁵⁷, têm-se respeitada a autodeterminação relativa das comunidades,

²⁵⁶ É importante considerar que viabilidade econômica e viabilidade financeira são coisas distintas. A primeira existe quando, diante de utilização correta de um método de avaliação econômica válido em engenharia econômica, os benefícios de um projeto, de uma alternativa de investimento, ou de outro objeto apresentem valor maior que o dos custos dele ou dela. A segunda existe quando há, garantidos, recursos financeiros em quantidade suficiente para fazer frente a cada um dos desembolsos previstos para acontecerem ao longo do tempo em um projeto, em uma alternativa de investimento, ou em um outro objeto que esteja a ser analisado do ponto de vista de viabilidade financeira.

²⁵⁷ Conforme visto na Seção 5.5.2, segundo Pettit, “[...] a tradição republicana não apenas oferece uma interpretação distintiva do que a liberdade envolve. Delineia liberdade como não dominação no papel de valor político supremo, e dá suporte à suposição de que a base lógica para um estado coercivo e potencialmente dominador é simplesmente que, propriamente constituído, tal regime serve para avançar esse valor” (PETTIT, 1997, p. 80; tradução nossa). Caso a comunidade e ou a

que podem decidir por adotá-lo ou não. Na medida em que a ideia da liberdade como não dominação e a prática de um genuíno respeito mútuo são elementos essenciais no modelo, percebe-se estar ele concebido sobre bases compatíveis com, se não mesmo francamente favoráveis a, que as pessoas possam dialogar a respeito do bem comum e de seus interesses dentro de padrões razoáveis de confiança mútua. O modelo procura contribuir no sentido de que um reconhecimento adequado das diferentes identidades culturais possa ser levado em conta, estabelecendo que uma das condições para uma caracterização mais adequada de viabilidade econômica é que nela procure-se contemplar, de modo a um tempo objetivo, possível e razoável, o benefício não monetário que representa, para pessoas e grupos, ter reconhecidos seus legítimos valores e identidades culturais especialmente quando tal reconhecimento não impede que outros possam ter, eles também, reconhecidos os seus. E, também, no sentido de internalizar na avaliação econômica – de modo reconhecidamente limitado mas, em um sentido importante, objetivo – a possibilidade de efetiva manifestação de valores culturais – especialmente porquanto torna possível a quem não concorda com os efeitos de determinada decisão deles não participar quando sua não participação, a menos de, por assim dizer, por questões de meios, não impossibilita que quem pretende deles participar possa fazê-lo sem prejuízo das características essenciais de tais efeitos, no modo como elas são concebidas no modelo.

5.6 CONCLUSÃO

Reconhecer que pessoas e grupos têm identidades culturais diferentes, e que tais identidades interferem de modo significativo na maneira como cada um deles decide agir e age efetivamente, e fazê-lo especialmente quando se considera que “a Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos” (ROBBINS, 2007 [1932], p. 15, tradução nossa), evidencia a conveniência, se não mesmo a necessidade, de a avaliação econômica contemplar, no limite do possível e do

sociedade identifique(m)-se fortemente com a proposta da liberdade como não dominação, e, consequentemente, com os instrumentos que adequadamente a objetivam, pode(m), inclusive, decidir em favor de sua observação compulsória.

razoável, aceitação cultural em seus métodos; e isto de modo tanto mais certo quanto o objeto ao qual a avaliação econômica se aplica, por sua natureza, apresenta-se, ele próprio, caracterizado por expressiva complexidade. No caso típico dos problemas de que se ocupa a relação entre Economia e meio ambiente, têm-se, normalmente, contextos em que não apenas os ecossistemas junto aos quais os seres humanos interagem podem ser consideravelmente complexos como também a própria ação humana é influenciada por diferentes compreensões de tais problemas e por diferentes motivações diante delas. Especialmente quando as comunidades mais diretamente envolvidas com um problema socioambiental para o qual um estudo de viabilidade econômica deva ser realizado apresentam significativas diferenças culturais, é muito importante que o processo de identificação dos benefícios e dos custos que caracterizam e definem se nele existe ou não existe viabilidade econômica possa levar em conta, em alguma medida a um tempo objetiva e relevante, efeitos significativos decorrentes dessa qualidade de diferenças.

A ideia de considerar, no contexto da avaliação econômica, efeitos mais diretamente relacionados ao problema da aceitação cultural por meio da atribuição a eles de algum valor monetário mostrou-se claramente inadequada porque, conquanto, em certos casos, possa fazer algum sentido – não livre, por certo, de importantes questionamentos – falar de compensações financeiras a danos que ocorrem em contexto diferente daquele que caracteriza os bens materiais de natureza física que, a determinado preço, podem ser repostos – caso típico de quando se está a falar de um dano que, por sua característica, haja acontecido de modo consumado e irreversível –, em outros, especialmente quando se está a falar de algo ainda a acontecer – e é esse o caso típico que se considera aqui, no contexto da relação entre aceitação cultural, Economia e meio ambiente –, tal ideia pode ser consideravelmente danosa aos legítimos interesses que, em tese, ela pretende tutelar, especialmente na proporção em que, por assim dizer, desvia a atenção do problema: porque é bastante razoável admitir que, ao inaugurar-se uma negociação à maneira de valor financeiro compensatório, há probabilidade considerável de tal valor financeiro – e isso tanto mais quanto mais carente de recursos materiais passíveis de atendimento, ainda que parcial e ou temporário, com

recursos financeiros, uma pessoa, um grupo e ou uma comunidade possa(m) estar –, na medida em que possibilita atendimento, mesmo que parcial, a uma gama muito ampla de necessidades materiais, ser visto como interessante não na qualidade de mitigador ou compensador do valor cultural em questão, mas em razão de com ele ser possível atender a necessidades de outra natureza; o que evidencia – e tanto mais quanto tal probabilidade costuma ser, de fato considerável – a inadequação do recurso a tal expediente. Ademais, é preciso ter em conta que valores culturais legítimos – porquanto eticamente respaldados – são, por sua natureza, elementos que devem ser efetivamente respeitados, e não, por assim dizer, ser postos na condição de mercadorias que, a um preço julgado interessante por duas ou mais partes, podem ser comercializadas.

À vista de tais considerações, ao problema de levar-se em conta aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente apresenta-se, neste Capítulo, o modelo diplomático-republicano. Conforme expresso na Seção 5.5.3, a aplicação do modelo com seus dois Enunciados permite considerar o problema da avaliação econômica a partir de dois critérios parciais: o primeiro reproduz a essência da avaliação econômica clássica, e o segundo condiciona, por necessidade, que a avaliação econômica levada a efeito no contexto da relação entre Economia e meio ambiente observe a adequada utilização do modelo em todos os processos de escolha coletiva referentes ao objeto cuja avaliação econômica é levada a efeito, sempre que ao menos uma pessoa ou um grupo de um deles participante manifestar pretensão de utilizá-lo. Ainda conforme expresso na referida Seção, a consideração de aceitação cultural no contexto da relação entre Economia e meio ambiente levada a efeito por meio da utilização do modelo é objetiva no sentido de que condiciona a viabilidade econômica também a que, em um processo de escolha coletiva, uma ou mais de uma pessoa e ou um ou mais de um grupo, em caso de, ao amparo da ética, não pretender(em) participar dos efeitos de uma decisão que em tal processo haja sido tomada, encontre(m) meio objetivo de expressar(em) essa sua intenção e, no caso de haver possibilidade de quem concorda com a decisão participar dos efeitos dela sem que a não participação daquela(s) pessoa(s) e ou daquele(s) grupo(s) que não quer(em) dela participar implique em prejuízo significativo às características essenciais diretamente

relacionadas a tal efeito, ter(em) assegurado o direito de deles não participar(em). Ainda conforme expresso na Seção 5.5.3, o modelo – que, não obstante, apresenta limitações, como, por exemplo, dificuldade de tentar-se objetivar com palavras valores culturais, o fato de que a exposição de valores culturais por vezes é difícil de ser feita diante de quem se sabe, de antemão, que deles não comunga, e mesmo o constrangimento que pode advir de ser a primeira pessoa ou o primeiro grupo a manifestar pretensão de utilizar, formalmente, o modelo diplomático-republicano em determinado processo de escolha coletiva, no sentido de não querer ser visto(a) como uma espécie de dissidente aos olhos da coletividade, ou de parte dela – fundamenta-se em dois importantes valores: no plano psicológico das expectativas, o anúncio claro e inequívoco de que todo o processo de diálogo passa a ser conduzido sem a necessidade de a decisão (majoritária) ser adotada pela totalidade das pessoas que integram determinado território simbólico; e, no plano das relações interpessoais, o efetivo compromisso que a proposta tem com respeito genuíno às diferentes identidades culturais, tornado evidente na proporção em que não apenas não incentiva como de fato impede que algum interesse, majoritário ou não, possa exercer efeito dominador e ou tirânico sobre quem, com amparo ético, com ele não concorda; isto além, nesse mesmo plano relacional, da efetiva possibilidade de as pessoas e os grupos, portadores de diferentes identidades culturais – e dos diferentes interesses por elas inspirados –, que se reúnem para deliberarem a respeito de assuntos de interesse coletivo, poderem de fato fazê-lo em ambiente mutuamente respeitoso, uma vez que não estarão sujeitos à dominação e ou à tirania de alguém sobre seus legítimos – porquanto eticamente respaldados – valores e interesses.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Uma vez empreendidas as reflexões sobre a relação entre Economia, meio ambiente e comportamento ecologicamente sustentável, justiça social e aceitação cultural, apresentam-se, neste Capítulo, considerações sobre a tese de doutorado neste trabalho enunciada, seguidas de outras referentes a como a relação entre Economia e meio ambiente pode ser compreendida diante da concepção de desenvolvimento sustentável admitida neste trabalho. Em um terceiro momento, recuperam-se as indagações anteriormente feitas às teorias econômicas, com vistas a avaliar possibilidades de respondê-las após a reflexão empreendida nos Capítulos anteriores. Em seguida, apresentam-se uma consideração que, pelas razões então expostas, admite-se indispensável no contexto da presente contribuição acadêmica, e as últimas considerações, à maneira de conclusão.

6.1 SOBRE A TESE DE DOUTORADO

No Capítulo 2, mais especificamente na Seção 2.2.6, enunciou-se a tese de doutorado que motiva a realização do presente trabalho de pesquisa, nos termos seguintes.

Tese de doutorado: No contexto da relação entre Economia e meio ambiente, a avaliação econômica pode e deve pautar-se, objetiva e significativamente, pela valorização de comportamentos admitidos como ecologicamente sustentáveis e pelos valores de justiça social substantiva e de aceitação cultural, presididos pelo valor essencial da dignidade da pessoa humana.

Acredita-se que a ideia em si de a avaliação econômica empreendida no contexto da relação entre economia e meio ambiente *poder* e *dever* pautar-se pela valorização de comportamentos admitidos como ecologicamente sustentáveis e pelos valores de justiça social substantiva e de aceitação cultural é bem-vinda especialmente na proporção em que se admite serem ambos os elementos da referida relação – a Economia e o meio ambiente – complexos o bastante para que uma avaliação, por assim dizer, mais profunda da mesma *deva* de fato ocupar-se ao

menos com alguns dos atributos que nela se mostrem especialmente importantes: e percebe-se que cada um daqueles três atributos, por suas características tanto próprias como de relação com os outros dois, desempenha papel relevante na avaliação econômica assim contextualizada; quanto à *possibilidade* de levar-se a efeito, em termos práticos – isto é, no contexto das avaliações econômicas realizadas quotidianamente –, a valorização de tais comportamentos, é possível fazê-lo por meio da proposição que, nesta tese, se faz de *que a condição de viabilidade econômica passe a depender, também, do atendimento suficiente a esses três elementos na condição de critérios de viabilidade econômica*, e fazê-lo, com referência a cada um deles, no modo como expresso a seguir.

No que se refere à consideração de comportamento ecologicamente sustentável, isto pode ser feito, no contexto dos modelos determinísticos de avaliação econômica, por meio da atribuição de pesos aos elementos de benefício e de custo que compõem o fluxo de caixa²⁵⁸ dos problemas econômicos – projetos, alternativas de investimento – que estejam sujeitos a avaliação econômica. Essa atribuição de pesos pode ser empreendida majorando-se²⁵⁹ aqueles itens de benefícios e minorando-se aqueles itens de custos que, direta ou indiretamente, se apresentem em conformidade com um ou com mais de um dos quatro atributos – conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e ambientalmente sustentáveis – e, na mesma proporção, minorando-se os itens de benefício e majorando-se os itens de custo que se apresentam em desconformidade com eles. E é importante observar, ainda, (a) que, nessa proposta, os valores de benefícios e de custos que nem promovem nem comprometem a observação de um ou mais desses quatro atributos permanecem

²⁵⁸ Em avaliação econômica de projetos, assim como em matemática financeira, fluxo de caixa é qualquer representação dos benefícios (econômicos) e dos custos (econômicos) de um projeto, com a condição de que cada um desses elementos (benefícios e custos) esteja claramente relacionado a seu respectivo instante em um intervalo de tempo que – ainda no contexto de avaliação econômica de projetos – é tecnicamente chamado de horizonte de planejamento do projeto.

²⁵⁹ Pensa-se, aqui, em majoração, e depois em minoração, em termos de porcentagem do valor original do item de benefício ou de custo. Todavia, considera-se não ser necessário, para atendimento aos objetivos deste trabalho, adentrar-se no mérito de em que medida numérica esses valores devem ser majorados ou minorados; nem de como esse processo de majoração e de minoração pode ser implementado em métodos determinísticos específicos de avaliação econômica: o que se apresenta, aqui, é a ideia de majorar e ou de minorar, em termos percentuais, valores de benefícios e de custos, conforme apresentado.

inalterados; (b) que, com o intuito de valorizar igualmente cada um de tais atributos, considera-se que não existe diferença, à maneira de peso, entre a contribuição de cada um deles e a dos demais; e (c) que, no caso de um mesmo item de benefício ou de custo mostrar-se favorável a um ou mais de um daqueles atributos e contrário e ou indiferente a outro(s) deles, o que se lhe considera é o efeito conjunto, ou, por assim dizer, o efeito acumulado de majorações e de minorações no valor original de tal item no fluxo de caixa. Acredita-se que a proposta de levar-se em conta, no contexto da avaliação econômica, comportamento ecologicamente sustentável por meio da majoração ou da minoração dos itens de benefício e de custo é interessante por dois motivos: primeiro porquanto, a um tempo, incentiva a presença, no fluxo de caixa, dos itens de benefício e de custo que estejam em conformidade com os atributos contemplados em tal comportamento qualificado, e desincentiva a presença, nele, dos itens de benefício e de custo que não estejam de acordo com o que estabelecem tais atributos; depois, porque não exclui, de antemão, a possibilidade de utilização de qualquer item de benefício ou de custo no contexto de uma avaliação econômica: unicamente eles estarão sujeitos a aumento e ou a diminuição de valor, dependendo, respectivamente, no caso dos benefícios, de se estão (mais) em conformidade ou (mais) em desacordo com os atributos do comportamento ecologicamente sustentável no modo como este é objetivado no presente trabalho, e no dos custos de se estão (mais) em desacordo ou (mais) em conformidade com tais atributos.

Já no que se refere à consideração dos atributos justiça social e aceitação cultural, isto pode ser feito ao estabelecer-se que a observação de ambos, no modo como cada um desses atributos é caracterizado no presente trabalho – justiça social, pela observação de cada um dos cinco preceitos que a caracterizam, conforme expressos no Capítulo 4 (Seção 4.4), e aceitação cultural, por meio da observação do modelo diplomático-republicano, por assim dizer, em sua variante completa, isto é, considerando-se os Enunciados nº 1 e nº 2 –, passa a ser condição necessária à caracterização de viabilidade econômica: necessária porquanto, se existe comprometimento de ao menos um dos preceitos que caracterizam justiça social e ou se não se observa genuíno respeito à diferença cultural eticamente amparada, tem-se uma situação em que, independentemente de como se estabelece a

disposição de outros benefícios e de outros custos, o objeto sujeito à avaliação econômica encontra-se onerado com um custo não financeiro, de natureza não quantitativa, mas qualitativa – a saber, o não atendimento adequado de um ou mais de um atributo admitido como importante em termos de justiça social e ou de aceitação cultural, em um contexto em que ambos, direta ou indiretamente, manifestam-se efetivamente comprometidos com a dignidade da pessoa humana –, cujo valor mostra-se suficiente para, do ponto de vista de uma concepção de Economia objetiva e efetivamente comprometida com justiça social e com aceitação cultural, inviabilizá-lo economicamente.

E quanto a a valorização de tais atributos *poder* e *dever* ser presidida pela dignidade da pessoa humana, reconhecida como valor essencial, ela de fato *pode* sê-lo, visto que cada um dos três atributos – comportamento ecologicamente sustentável, justiça social ou socioambiental e aceitação cultural –, no modo como concebido no presente trabalho, encontra fundamento principal, explícito ou implícito, na dignidade da pessoa humana, admitida como valor substantivo não apenas essencial, mas também inerente à condição humana, e de reconhecimento social e individual compulsório. E quando se considera não ser exagero algum admitir que muito, se não mesmo a razão de ser maior, da necessidade de as relações humanas observarem preceitos éticos decorre do reconhecimento da dignidade que caracteriza cada um dos seres humanos, à maneira de qualidade inerente a essa sua condição, percebe-se que, havendo possibilidade de que tal valorização de comportamentos ser presidida pela dignidade da pessoa humana na qualidade de valor essencial, não existe outra alternativa eticamente amparada senão a de que ela *deve*, de fato, sê-lo.

Acredita-se que a proposta inova, em algum sentido importante, ao estabelecer que comportamento ecologicamente sustentável fundamentado na *ética antropocêntrica ambientalmente responsável*, em justiça social fundamentada na dignidade da pessoa humana e em aceitação cultural fundamentada no respeito genuíno às diferenças eticamente amparadas, passam a assumir condição de *critérios de viabilidade econômica*, de modo que a condição de economicamente viável – isto é, a de os benefícios serem maiores que os custos – passa a receber influência relevante de critérios de sustentabilidade ecológica, e a depender, de

maneira decisiva, de atendimento suficiente de condições de justiça social e, especialmente no contexto das escolhas coletivas, de aceitação cultural, todos eles considerados de modo significativamente objetivo. É importante observar que, atendidas essas condições, nos contextos, relativamente comuns, em que benefícios e custos são expressos monetariamente, *a viabilidade econômica continua a depender de que o valor dos benefícios monetários seja maior que o dos custos monetários, quando ambos são comparados em acordo com as regras de comparação definidas em um ou em mais de um método de avaliação econômica válido em engenharia econômica*: a contribuição que, em tese, aqui se apresenta, consiste em estabelecer que os critérios sustentabilidade ecológica, justiça social ou socioambiental e aceitação cultural sejam internalizadas, na maneira significativamente objetiva como neste trabalho se propõe, na avaliação econômica²⁶⁰, *de modo que a condição de viabilidade econômica passe a depender, também, do atendimento suficiente a esses três elementos na condição de critérios de viabilidade econômica*. E as consequências de a avaliação econômica passar a ser considerada dessa maneira por certo não se limitam unicamente ao desenvolvimento do conhecimento teórico referente à relação entre Economia e meio ambiente: ciência social aplicada que é a Economia, no modo como no presente trabalho ela é considerada, elas se podem fazer sentir também, e especialmente, em termos práticos, na proporção em que a essência da proposta neste trabalho desenvolvida vier a ser utilizada na avaliação econômica de projetos realizada em casos reais e, assim, contribuir para que as dimensões humanas, éticas e culturais sejam nela contempladas, de modo significativo, por meio da

²⁶⁰ Ressalta-se aqui a consideração desses atributos no contexto da avaliação econômica porquanto nesse contexto, no modo como proposto sejam eles nela considerados, tais atributos conseguem expressar seu valor na qualidade de benefícios e na de custos com base nos quais se decide se existe ou não viabilidade econômica. É certo que, para além do estudo de viabilidade econômica, existem outros, como os Estudos de Impacto Ambiental, e também, ao menos em certos casos, instâncias de manifestação democráticas como as Audiências Públicas, que revelam, cada um deles, em medida importante, o compromisso institucional que a sociedade em que eles encontram vigência e prática tem com sustentabilidade ambiental e com manifestação de diferentes pontos de vista, neles incluídos, por certo, aqueles referentes às identidades culturais e às concepções de justiça social. Mas acredita-se que – não obstante os três elementos a seguir mencionados representem, cada um deles, importante contribuição a um adequado encaminhamento de questões socioambientais – uma é a natureza técnica do trabalho que orienta os Estudos de Impacto Ambiental, outra a natureza política que caracteriza as Audiências Públicas, e outra ainda a natureza econômica, em termos de determinação objetiva de benefícios e de custos, que caracteriza a avaliação econômica, no contexto da qual se desenvolve a contribuição proposta na presente tese.

valorização dos atributos ética ambiental, justiça social ou socioambiental e aceitação cultural.

Em termos de referência para o desenvolvimento de novas pesquisas, antevê-se que, a partir da novidade conceitual proposta pela tese de doutorado desenvolvida neste trabalho, é possível a realização de todo um conjunto de investigações científicas decididamente comprometidas com a internalização dos atributos sustentabilidade ecológica, justiça social ou socioambiental e aceitação cultural, no sentido de (a) incorporar as diretrizes enunciadas no presente trabalho em métodos determinísticos de avaliação econômica, a partir da proposição de adaptações às variantes já existentes desses métodos; (b) desenvolver variantes do modelo aqui proposto, mais adequadas ao estudo de viabilidade econômica a partir de modelos em que custos e, principalmente, benefícios não são expressos em valores monetários; e (c) realizar pesquisas empíricas, que permitam identificar o modo como a proposta é recebida na prática da avaliação econômica e, também, outros elementos com cuja consideração seja possível aprimorar a caracterização dos atributos sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural no contexto de tal avaliação.

6.2 A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE DIANTE DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ADMITIDA NESTE TRABALHO

Conforme expresso no Capítulo 1 (Seção 1.1.3), no presente trabalho (a) por relação entre Economia e meio ambiente compreende-se a consideração econômica de impactos ambientais quando estes podem ser representados de modo suficientemente objetivo na qualidade de benefícios ou na de custos, e (b) a concepção de desenvolvimento sustentável mantém compromisso com viabilidade econômica, com sustentabilidade ecológica, com justiça social e com aceitação cultural. Sustentabilidade ecológica é objetivada – conforme visto no Capítulo 3 (Seções 3.2 e 3.3) – a partir dos seguintes atributos: conservação da diversidade biológica, preservação de ecossistemas cujo grau de antropia possa ser considerado apenas indireto, cuidado com a saúde humana e produção e consumo renováveis e

ambientalmente sustentáveis. Justiça socioambiental substantiva é tornada objetiva – conforme visto no Capítulo 4 (Seções 4.4 e 4.5) – a partir de cinco preceitos: o da dignidade da pessoa humana, o do bem viver, o da bondade, o da ética ambiental e o da obrigação perante a justiça. E aceitação cultural é objetivada – conforme visto no Capítulo 5 (Seção 5.5) – a partir de um modelo teórico que se fundamenta em compromisso com respeito genuíno e na ideia de não dominação (inspirados, respectivamente, pelas teoria e prática da diplomacia e pelo republicanismo (cívico) apresentado por Philip Pettit).

Conforme exposto na Seção 6.1, existe possibilidade de cada um desses atributos ser objetivamente considerado no contexto da avaliação econômica. Consequentemente, a proposta que neste trabalho se desenvolve permite que os referidos atributos, preceitos e compromissos que se originam da concepção de desenvolvimento sustentável que se admite como válida sejam efetivamente considerados no contexto da relação entre Economia e meio ambiente. Ou seja, diante da proposta neste trabalho desenvolvida, essa relação dispõe de meios significativamente objetivos para, por assim dizer, internalizar atributos substantivos de uma concepção de desenvolvimento sustentável sensível a sustentabilidade ecológica, a justiça social e a aceitação cultural.

6.3 SOBRE AS INDAGAÇÕES FEITAS ÀS TEORIAS ECONÔMICAS

No Capítulo 2 (Seção 2.2.3), apresentaram-se indagações à duas teorias econômicas importantes no contexto da relação entre Economia, meio ambiente e sustentabilidade: a economia ambiental e de recursos naturais e a economia ecológica. Nesta Seção, busca-se avaliar de que modo essas indagações podem ser respondidas, em alguma medida relevante, diante da reflexão empreendida no presente trabalho.

Com referência à economia ambiental e de recursos naturais – considerada na Seção 2.2.3.1 –, buscava-se identificar um modo como, sem que ela abandonasse a racionalidade que lhe é característica, ela pudesse manter compromisso significativo com *sustentabilidade forte* e com a consideração de atributos de interesse coletivo. Com efeito, a proposta neste trabalho desenvolvida,

no modo como considera a caracterização de comportamento ecologicamente sustentável, permite que, não obstante a avaliação econômica continue a ser empreendida a partir da consideração de benefícios e de custos expressos em unidades monetárias, se lhe internalize, no modo como apresentado na Seção 6.1, efeitos que são valorizados no paradigma da *sustentabilidade forte*. E, na medida em que se mostra sensível aos atributos que, nesta proposta, caracterizam comportamento ecologicamente sustentável, justiça social e aceitação cultural, revela-se sensível a atributos que interessam não apenas a uma ou a umas poucas pessoas físicas ou jurídicas, mas a considerável parte da coletividade em que os objetos de avaliação econômica exercem impacto.

No que diz respeito à economia ecológica – contemplada na Seção 2.2.3.2 –, a motivação era no sentido de ela passar a contemplar, de modo mais expressivo, aspectos de natureza social, e pautar sua análise em atributos mais diretamente relacionados às reais motivações que as pessoas têm dedicado atenção a tais problemas socioambientais. De fato, ao considerar, em especial, os atributos justiça social e aceitação cultural, a proposta que neste trabalho é desenvolvida reúne condições para que, por assim dizer, a perspectiva defendida pela economia ecológica, que já se mostra comprometida com *sustentabilidade forte*, possa contemplar também, e de modo significativo, justiça social e aceitação cultural em suas análises. E observa-se também que os atributos, os preceitos e compromissos que, no presente trabalho, se referem, respectivamente, a sustentabilidade ecológica, a justiça social e a aceitação cultural mostram-se significativamente mais próximos das motivações pelas quais as pessoas se interessam por questões socioambientais do que o está, por exemplo, a contabilização de fluxos energéticos que, em medida importante, tem caracterizado a economia ecológica.

6.4 UMA CONSIDERAÇÃO FINAL INDISPENSÁVEL

É *indispensável* levar-se em conta que a proposta que neste trabalho se desenvolve – proposta que se expressa por meio do enunciado de uma tese de doutorado e também do conjunto de considerações que, por assim dizer, lhe servem como subsídio – tem validade condicionada à *validade dos termos teóricos em que*

ela é desenvolvida, isto é, a que se reconheça como suficientemente válidos, no modo como aqui se faz, o conjunto de supostos e o conjunto de valores admitidos no processo de reflexão nesta pesquisa empreendida do qual a tese é, por assim dizer, o produto em síntese. Com efeito, o exame de admissibilidade da tese, do qual resultou a convicção de que ela reúne condições suficientes para ser sustentada, fundamentou-se estritamente nesses dois conjuntos de elementos, que são as bases teóricas de toda a reflexão neste trabalho realizada.

A observação que nesta Seção se faz é *indispensável* visto que esse conjunto de supostos e esse conjunto de valores podem diferir significativamente do conjunto de supostos e do conjunto de valores admitidos como válidos por quem avalia uma ou mais de uma situação real específica; e isto muito em razão de que, no contexto dos casos reais, não apenas as condicionantes do meio ambiente natural, mas, principalmente, aquelas de natureza psicossocial, definidoras do caráter, do perfil, das motivações, enfim, da idiossincrasia própria de cada pessoa, desempenham papel fundamental no modo como cada pessoa, quer individualmente, quer em grupo, decide agir. Processos de escolha e ou de decisão amiúde, se não sempre, se orientam por um conjunto de valores, e o problema de reconhecer ou não reconhecer valor em algo é, por natureza, essencialmente subjetivo, visto que quem valoriza (ou não valoriza) algo é sempre uma pessoa, independentemente de se ela se encontra na condição de indivíduo ou na de participante de um grupo; e que, ao valorizar (ou não valorizar) algo, aspectos da personalidade exercem efeito decisivo. Em assuntos fortemente relacionados a valores – como o é a relação entre Economia e meio ambiente, especialmente quando, como neste trabalho se faz, ela é orientada por um preceito ético –, uma contribuição acadêmica – científica e ou filosófica – não pode fazer mais do que revelar possíveis ou mesmo prováveis consequências decorrentes de determinadas ações, mas consegue fazê-lo desde que os fatos e os valores nelas envolvidos, e ou a elas referentes, sejam, cada um deles e também o seu conjunto, admitidos como suficientemente semelhantes, em termos substantivos, aos correspondentes fatos e valores que, no plano teórico, dão sustentação à proposição enunciada na qualidade de tese. Aliás, é precisamente dentro do limite definido pelos supostos e pelos valores que considera como válidos que se estabelece a validade e, por

consequente, o valor da contribuição de uma tese acadêmica. E uma vez que, em assuntos axiológicos subjetivos – como o são, no plano da essência, os elementos com base nos quais cada pessoa, seja na condição de indivíduo, seja na de participante de um grupo, faz suas escolhas e decide agir ou não agir, e também, no caso de decidir agir, como fazê-lo –, não existem escalas valorativas objetivas com base nas quais se possa dizer que tal ou qual elemento atende, ou não atende, com suficiência, a determinadas condições ou a critérios específicos, nada se pode afirmar, no limite da contribuição teórica – aquele que caracteriza, por natureza, uma tese de doutorado e, no caso de o trabalho de investigação no qual ela é desenvolvida fundamentar-se em reflexão teórica, como ocorre no presente trabalho, também todo o conjunto de considerações que nele são feitas –, sobre se, diante de determinado caso ou situação específico(a) em que referências valorativas substantivas assumem importância relevante, se não mesmo decisiva – e no contexto da avaliação econômica, no modo como considerada no presente trabalho, essas referências valorativas são elementos essenciais e, por essa razão, relevantes e mesmo decisivos –, uma ou mais de uma pessoa, e ou um ou mais de um grupo, deve(m) ou não deve(m) agir em conformidade com o que preceitua determinada proposição teórica. De modo que – e isto é muito importante! – no contexto de cada caso ou situação específico(a), a decisão de uma pessoa e ou de um grupo agir(em) ou não agir(em) em conformidade com o que se expressa no presente trabalho de investigação, seja em termos da tese nele defendida, seja no que se refere a cada uma das considerações que nele se fazem e ou ao conjunto delas, e as consequências resultantes de tal decisão, *são de responsabilidade inteira, única e exclusiva de cada pessoa e ou de cada grupo*, que é, ou são, o(s) único(s) sujeito(s) a quem cabe avaliar (a) seus próprios elementos valorativos, especialmente aqueles de natureza subjetiva, (b) as circunstâncias que caracterizam o contexto do caso ou da situação, inclusive em termos de prováveis consequências de decisões, e, (c) a seu juízo, se cabe ou não cabe observar, no todo ou em parte, a contribuição teórica neste trabalho desenvolvida, considerando, especialmente, *que a responsabilidade por observar, e também por não observar, no todo ou em parte, a contribuição teórica neste trabalho desenvolvida, inclusive em termos das consequências, prováveis e efetivas, delas decorrentes, é inteira, única e*

exclusivamente sua (de cada pessoa e ou de cada grupo), devendo cada pessoa e ou cada grupo estar ciente, ainda, que o presente trabalho – como, em tese, acontece com (praticamente) toda atividade humana – pode, não obstante o cuidado com que se procurou concebê-lo, conter inadequações e ou erros que precisem de revisão e ou de correção.

6.5 CONCLUSÃO

O problema de avaliar economicamente consegue a um tempo ser simples e complexo. Simples ao estabelecer que, ao menos no contextos dos métodos determinísticos válidos em engenharia econômica, a condição de viabilidade econômica depende só de uma comparação entre a magnitude dos benefícios e a dos custos que se mostre favorável à primeira. Complexo diante do problema de – para além de reconhecer valores de receitas e de custos financeiros – caracterizar adequadamente cada um dos benefícios e cada um dos custos relevantes de modo que a comparação entre benefícios e custos aconteça sem que importantes características nela deixem de ser levadas em conta. A simplicidade exige que benefícios e custos sejam expressos de modo objetivo, para que se possa compará-los e concluir a respeito da existência ou não de viabilidade econômica. A complexidade requer que, não obstante benefícios e custos devam ser expressos objetivamente, os valores de ambos sejam considerados não por meio da adoção de uma única medida, ou de um único critério, de valor, mas também de outros elementos que, por sua natureza, possam contribuir para, no contexto da avaliação econômica, melhor caracterizar e levar em conta também benefícios e custos que, não obstante, por sua natureza, não possam ser adequadamente expressos em termos monetários – termos esses em que normalmente se registram os valores de benefícios e de custos em uma avaliação econômica –, podem, e mesmo devem, pela importância do valor substantivo que encerram, ser considerados em uma avaliação cujo resultado depende, de maneira decisiva, da determinação de valores de benefícios e valores de custos.

Diante da necessidade de contemplar a simplicidade e a complexidade que, no modo como visto, caracterizam a avaliação econômica, decidiu-se, na

contribuição desenvolvida neste trabalho, por manter a condição de viabilidade econômica das alternativas compatível com a comparação entre os valores monetários de benefícios e de custos que, normalmente, são levados em conta em processos de avaliação econômica – por meio da utilização de algum método de avaliação econômica válido em engenharia econômica –, a partir da consideração do fluxo de caixa que, quando essa qualidade de avaliação é realizada de modo, por assim dizer, convencional, seria levado em conta. E decidiu-se também – no sentido de contemplar a complexidade, especialmente diante de uma concepção de desenvolvimento sustentável que observa viabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, justiça social e aceitação cultural – que o efeito de cada um dos três compromissos considerados na avaliação econômica não seria expresso pela adição direta de valores monetários a benefícios e ou a custos presentes no fluxo de caixa original do objeto – projeto, alternativa de investimento – que se esteja a avaliar economicamente, mas sim que o compromisso com comportamento ecologicamente correto precisa influenciar – aumentando, diminuindo ou mantendo inalterado, conforme informado na Seção 6.1 – o valor de cada benefício ou recebimento e de cada custo ou desembolso presente no fluxo de caixa original; e que os compromissos com justiça social – ou, conforme argumentado no Capítulo 4 (Seção 4.5) socioambiental – e com aceitação cultural, em razão dos valores que tutelam, devem ser admitidos, cada um deles, na condição de critério de viabilidade econômica, no sentido de a existência de viabilidade econômica passar a depender, na qualidade de condição necessária, do atendimento a esses dois compromissos, no modo como objetivados no presente trabalho. Uma vez ponderando-se benefícios e custos originalmente apresentados em função do impacto que eventualmente exerçam em termos de sustentabilidade ecológica, e adequadamente atendidos os compromissos com justiça social e com aceitação cultural, o critério de viabilidade econômica continua a ser expresso por meio da comparação de benefícios e de custos; de modo que a proposta apresenta-se compatível com o que normalmente se faz no contexto de avaliação econômica: unicamente lhe acrescenta, em medida significativamente objetiva – e observando, necessariamente e em sua totalidade, a observação final indispensável apresentada na Seção 6.4 –, a consideração de compromisso com sustentabilidade ecológica, com justiça social ou socioambiental e

com aceitação cultural, elementos a partir dos quais propõe-se sejam consideradas, em tal avaliação, dimensões humanas, éticas e culturais no contexto de uma proposta de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

A atuação do Estado, em medida importante, é imprescindível para que se possa passar, no que se refere a bens de uso comum – e o meio ambiente é assim qualificado – do mundo das ideias ao mundo da ação. No presente trabalho, pelas razões apresentadas no Capítulo 1 (Seção 1.3.1), à exceção de em alguns poucos trechos não se faz referência mais específica à atuação estatal; não obstante, deve-se, por certo, compreender que a efetiva implementação das ideias que aqui se desenvolvem dependem de, ou ao menos podem-se beneficiar significativamente com, uma adequada e eticamente amparada ação estatal efetivamente comprometida com os valores que tais ideias comportam.

No que diz respeito a instrumentos de política fiscal, observa-se que isto é possível tanto em termos de arrecadação como de gastos públicos. Com referência a arrecadação, pode-se, por exemplo, promover redução ou mesmo a isenção de alíquotas tributárias para produtos em cujo processo de produção se observam, de modo objetivamente identificável, procedimentos (mais) em conformidade com a manutenção de uma adequada qualidade do meio ambiente natural – beneficiando produtores e consumidores –, e ou que contribuem, efetivamente, para proporcionar condições de vida digna às pessoas. No que concerne aos gastos governamentais, estes podem, por exemplo, ser realizados prioritariamente em projetos que promovam, de modo efetivo, condições de vida digna às pessoas, e ou que contribuam para que a infraestrutura nacional e ou regional – nela compreendidos sistemas como os de transportes e de produção e distribuição de energia em sentido mais estrito – possa contar com matrizes energéticas renováveis e ambientalmente sustentáveis.

No que se refere a instrumentos de política monetária, ganham importância os incentivos que se fazem por meio da abertura de linhas de crédito relativamente mais vantajosas que o acesso a crédito em geral que esteja em vigência, condicionadas à adoção de práticas socioambientalmente mais interessantes. Entre elas situam-se aquelas destinadas a incentivar o desenvolvimento de ações que visem, primeiro, promover, mais especialmente em termos coletivos, a promoção da

dignidade da pessoa humana; por exemplo: programas destinados (a) à construção de moradias para as pessoas que vivem em condições incompatíveis com aquela dignidade; (b) à efetiva melhoria da qualidade do atendimento dos serviços de saúde, de modo que as pessoas não precisem submeter-se a longas esperas para neles serem atendidas, e que tenham asseguradas condições de tratamento adequado, completo e financeiramente viável – eventualmente gratuito – para as doenças ou enfermidades que nelas se manifestam; (c) ao efetivo e universal acesso das crianças e jovens à educação com qualidade, se não excelente, ao menos boa. No que se refere a processos educativos, é importante que esses estejam efetivamente comprometidos (a) com o desenvolvimento humano integral, nele incluída, por certo, uma formação cívica saudável, pautada pela dignidade da pessoa humana; (b) com um respeito genuíno a si mesmo e aos outros, comprometido com a manutenção de valores que, ao amparo de uma ética genuína, marcam as diferenças que as pessoas e os grupos mantêm entre si e pretendem continuar a manter; (c) com uma formação cultural e intelectual que habilite os educandos a um pleno, saudável e responsável exercício de autonomia, nela incluída o modo como cada um escolhe contribuir, por meio do exercício profissional, para o desenvolvimento da comunidade, da cidade, enfim, da coletividade em que vive; e (d) com uma equilibrada responsabilidade para com o meio ambiente natural.

Cumpra ainda manifestar, de maneira expressa – observando-se as considerações neste trabalho apresentadas e, integral e mais especialmente, aquelas que o são, neste Capítulo, na Seção 6.4 –, que toda e qualquer utilização que, real ou eventualmente, se venha a fazer das informações contidas neste trabalho somente pode ser levada a efeito, por imperativo ético, ao amparo de uma ética genuína, isto é, de uma que se manifeste decididamente comprometida com alguma concepção substantiva e autêntica de bem, de virtude, coerente e efetivamente comprometida com a observação da dignidade da pessoa humana na qualidade de valor substantivo essencial, inerente à condição humana e de reconhecimento social e individual compulsório. *É manifestamente vedado, no limite pleno em que cabe a quem produz conhecimento acadêmico fazê-lo, todo e qualquer uso que, real e ou eventualmente, de tais informações se pretenda e ou venha-se a fazer quando incompatível com uma concepção de ética autêntica assim*

qualificada. É importante esclarecer que, com esta restrição de uso, o que se está a dizer é que o trabalho que aqui se desenvolve, fundamentado em princípios éticos substantivos, destina-se, como acontece com toda ética assim qualificada, à promoção do bem, da virtude; e que, portanto, não se pode autorizar – e não se autoriza – seu uso para a consecução de fins não éticos. Quando se faz referência ao limite pleno em que cabe a quem produz conhecimento acadêmico, deixa-se claro que com a restrição que aqui se faz não se está, de modo algum, impedindo que as ideias aqui contidas possam ser discutidas, criticadas e ou refutadas: fosse assim e estar-se-ia, claramente, deixando de observar o estatuto da Academia, no particular em que esta manifesta compromisso com o saudável questionamento quanto à validade das teorias. Inclusive, nesse particular – e conforme informado na Seção 6.4 –, reconhece-se que o próprio desenvolvimento do presente trabalho – como, em tese, acontece com (praticamente) toda atividade humana – pode, não obstante o cuidado com que se procurou concebê-lo, *conter inadequações e ou erros que precisem de revisão e ou de correção*: de modo que *também este trabalho, como toda produção acadêmica, precisa ser considerado inclusive quanto à possibilidade de existência, nele, de tais inadequações e erros*.

E assim, observando-se o conjunto de considerações e, em sentido mais amplo, de informações neste trabalho desenvolvidas e ou consideradas – nelas incluídas, sempre em termos substantivos, as de natureza ética e, igualmente, sempre em termos substantivos, todas as que caracterizam, à maneira de preceitos, a concepção de justiça socioambiental substantiva desenvolvida no Capítulo 4 –, apresenta-se este trabalho à Academia, na qualidade de tese de doutorado desenvolvida em ambiente de pesquisa interdisciplinar, com a qual pretende-se contribuir, em termos mais específicos, com o desenvolvimento da Economia – em particular no contexto da relação entre essa ciência e o meio ambiente –, e, em termos mais gerais, com o progresso do conhecimento, valiosíssimo patrimônio imaterial da Humanidade.

REFERÊNCIAS

ALLINSON, Robert. The ethical producer. In: ZSOLNAI, Laszlo (Ed.). **Spirituality and ethics in management**. 2.ed. Chapter 4. Dordrecht, Heidelberg, London, New York: Springer, 2011. p. 53-73. (Issues in business ethics, 19).

ALSTON, Lee J. New institutional economics. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Eds.). **The new Palgrave dictionary of Economics**. 2.ed. v. 6. Basingstoke, New York: Palgrave MacMillan, 2008. p. 32-39.

AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Valor e meio ambiente**: elementos para uma abordagem evolucionista. x, 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5.ed. Tradução de Mauro W. Barbosa; original em língua inglesa: New York: The Viking Press, 1968. São Paulo: Perspectiva, 2000. 348 p. (Coleção Debates, dirigida por J. Guinsburg, 64).

_____. **A condição humana**. 10.ed. Tradução de Roberto Raposo do original em língua inglesa: Chicago: The University of Chicago Press, 1958; posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 352 p.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira, feita a partir da versão francesa de Marcel Prélot: Paris: Presses Universitaires de France; original em língua grega antiga, do século IV a.C. São Paulo: Martins Fontes, 1998. xxvii, 321 p. (Coleção Clássicos).

BAUMAN, Zygmunt. From pilgrim to tourist – or a short history of identity. In: HALL, Stuart; GAY, Paul du (Eds.). **Questions of identity**. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE, 1996. p. 18-36. Chapter 2.

_____. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros do original em língua inglesa: Cambridge: Polity Press, 2004. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. 110 p.

BERGH, Jeroen C. J. M. van den. Ecological economics: themes, approaches, and differences with environmental economics. **Regional Environmental Change**, Berlin, Heidelberg: Springer, v. 2, n. 1, p. 13-23, August 2001. /doi: 10.1007/s101130000020 /

BEUGELSDIJK, Sjoerd; MASELAND, Robbert. **Culture in Economics**: history, methodological reflexions, and contemporary applications. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2011. xx, 388 p.

BOER, Inge E. No-man's-land? Deserts and the politics of place. In: BAL, Mieke; EEKELEN, Bregje van; SPYER, Patricia (Eds.). **Uncertain territories**: boundaries in cultural analysis. Amsterdam, New York: Rodopi, 2006. p. 107-138. Chapter four.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de Sociologia**. Apresentação de Gabriel Cohn; edição de Sandra Almeida, com edição de texto de Sueli Campopiano; tradução de Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico; consultoria e revisão técnica de Regis de Castro Andrade; original em língua francesa: Paris: Presses Universitaires de France, 1982. São Paulo: Ática, 1993. xxxii, 653 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**: cópia do Decreto Legislativo nº 2, de 5 de junho de 1992. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000. 30 p.

BRAUNGART, Michael; McDONOUGH, William; BOLLINGER, Andrew. Cradle-to-cradle design: creating healthy emissions – a strategy for eco-effective product and system design. **Journal of Cleaner Production**, Amsterdam: Elsevier, v. 15, issues 13-14, p. 1.337-1.348, September 2007. doi:10.1016/j.jclepro.2006.08.003 .

BROWN, Lester Russel. E hoje falaremos de biodiversidade... isso mesmo, biodiversidade. In: WILSON, Edward Osborne (Ed.). **Biodiversidade**. Subeditor: Frances M. Peter; coordenador da edição brasileira: Carlos Gabaglia Penna; coordenador assistente da edição brasileira: José Fernando Pacheco; tradução de Marcos Santos e Ricardo Silveira do original em língua inglesa: Washington: National Academy of Sciences, 1988; Capítulo 50. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 570-74.

BURNS, George W. Gross National Happiness: a gift from Bhutan to the world. In: BISWAS-DIENER, Robert (Ed.). **Positive psychology as social change**. Chapter 5. Dordrecht, Heidelberg, London, New York: Springer, 2011. p. 73-87.

CAMPBELL, Richmond. Background for the uninitiated. In: CAMPBELL, Richmond; SOWDEN, Lanning (Eds.). **Paradoxes of rationality and cooperation**: prisoner's dilemma and Newcomb's problem. Vancouver: University of British Columbia Press, 1985. p. 3-41.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla; original em língua inglesa: Fritjof Capra, 2002. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2005. 296 p.

_____. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 23 ed. (ou reedição). Tradução de Álvaro Cabral, revisão técnica da tradução Newton Roberval Eichemberg; original em língua inglesa: New York: Simon and Schuster, 1982. São Paulo: Cultrix, 2007. 447 p.

CARTER, Neil. **The politics of the environment**: ideas, activism, policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 410 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Prefácio de Ruth Correa Leite Cardoso; tradução de Klauss Brandini Gerhardt do original em língua inglesa: Baltimore: Manuel Castells e The Johns Hopkins University Press, 1996. São Paulo: Paz e Terra, 2002. iii, 530 p. (A era da informação: Economia, sociedade e cultura, v. 2).

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2.ed. Capítulo 9. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 153-174.

CERQUEIRA, Rui; BRANT, Arthur; NASCIMENTO, Marcelo Trindade; PARDINI, Renata. Fragmentação: alguns conceitos. In: RAMBALDI, Denise Marçal; OLIVEIRA, Daniela América Suárez de (Orgs.). **Fragmentação de ecossistemas**: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas. Capítulo 1. Brasília: MMA/SBF, 2003. p. 23-40. (Biodiversidade, 6).

CHASE, Stuart. **The economy of abundance**. Originally published in Norwood: Norwood Press Linotype, 1934. Whitefish: Kessinger, 2005. viii, 327 p.

CHHETRI, A. B. Scientific characterization of global energies sources. In: ISLAM, M. Rafiqul (Ed.). **Nature science and sustainable technology research progress**. New York: Nova Science, 2008. p. 1-37.

CNURID – Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas. **Convenção de Viena sobre relações diplomáticas**. Viena, 18 de abril de 1961. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/m_multidiplo.htm . Acesso: 16 jun. 2011.

COASE, Ronald Harry. The nature of the firm. **Economica**, Malden, Chichester: Wiley, v. 4, issue 16, p. 386-405, November 1937.

COMMON, Michael S.; STAGL, Sigrid. **Ecological economics**: an introduction. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2005. 560 p.

CONSTANT, Benjamin. **De la liberté des anciens comparée à celle des modernes**. Discurs prononcé à l'Athénée royal de Paris, 1819. Disponível em: <http://www.panarchy.org/constant/liberte.1819.html> . Acesso em: 16 dez. 2011.

CORTEZ, Ana Tereza Caceres; ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. Introdução: consumo sustentável. In: CORTEZ, Ana Tereza Caceres; ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri (Orgs.). **Consumo sustentável**: conflitos entre necessidade e desperdício. São Paulo: Ed. UNESP, 2007. p. 9-15.

COSTA, Edilson da. **A impossibilidade de uma ética ambiental**: o antropocentrismo moral como obstáculo ao desenvolvimento de um vínculo ético entre ser humano e natureza. x, 181 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

COSTANZA, Robert *et al.* Roudtable: managing our environmental portfolio. **BioScience**, Washington: Americam Institute of Biologicasl Sciences, v. 50, n. 2, p. 149-155, February 2000.

COSTANZA, Robert; DALY, Herman Edward; BARTHOLOMEW, Joy A. Goals, agenda and policy recommendations for ecological economics. In: COSTANZA, Robert. (Ed.) **Ecological economics**: the science and management of sustainability. New York, Chichester: Columbia, 1991. p. 1-20.

DALY, Herman Edward. The steady-state economy: toward a political economy of biophysical equilibrium and moral growth. In: DALY, Herman Edward; TOWNSEND, Kenneth N. (Eds.). **Valuing the earth**: Economics, Ecology, ethics. Chapter 19; last revision in 1992. Cambridge, London: Massachusetts Institute of Technology Press, 1993. p. 325-381.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Tradução de Plínio Dentzien; original em língua inglesa: Abingdon, New York: Routledge, 1996. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. 306 p. (Coleção Etnologia).

DUDLEY, Nagel (Ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. Gland: IUCN, 2008. x, 86 p.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação na América Latina**. Tradução de Luiz João Gaio: original em língua espanhola: México: Edicol, 1977. São Paulo: Loyola; Piracicaba: Ed. Unimep, s.d. 285 p. (Coleção Reflexão latinoamericana, n. 3, v. 1).

DUȚU, Alexandru. Political and mental borders. In: LEERSSEN, Joseph Theodoor; MONTFRANS, Manet van (Eds.). **Borders and territories**. Amsterdam, Georgia: Rodopi, 1993. p. 47-56. (Yearbook of European studies / Annuaire d'études européennes, 6).

DWORKIN, Ronald. Foundations of liberal equality. In: DARWALL, Stephen L. (Ed.). **Equal freedom**: selected Tanner lectures on human values. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995. p. 190-306.

_____. **Sovereign virtue**: the theory and practice of equality. Cambridge: Harvard University Press, 2000. 517 p.

DWORKIN, Ronald. Igualdade de recursos. In: DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões; revisão técnica e da tradução: Cícero Araújo e Luiz Moreira; original em língua inglesa: Ronald Dworkin, publicado pela Harvard University Press, 2000; capítulo 2, publicado originalmente em *Philosophy and Public Affairs*, em 1981. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 79-156. (Coleção Justiça e Direito).

_____. A igualdade política. In: DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões; revisão técnica e da tradução: Cícero Araújo e Luiz Moreira; original em língua inglesa: Ronald Dworkin, publicado pela Harvard University Press, 2000; capítulo 4, publicado originalmente em *University of San Francisco Law Review*, em 1987. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 253-90. (Coleção Justiça e Direito).

_____. A comunidade liberal. In: DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões; revisão técnica e da tradução: Cícero Araújo e Luiz Moreira; original em língua inglesa: Ronald Dworkin, publicado pela Harvard University Press, 2000; capítulo 5, publicado originalmente em *University of California Law Review*, em 1991. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 291-330. (Coleção Justiça e Direito).

_____. **A virtude soberana**: a teoria e a prática da igualdade. Tradução de Jussara Simões; revisão técnica e da tradução: Cícero Araújo e Luiz Moreira; original em língua inglesa: Ronald Dworkin, publicado pela Harvard University Press, 2000. São Paulo: Martins Fontes, 2005. xxvi, 689 p. (Coleção Justiça e Direito).

_____. **Levando os direitos a sério**. 2.ed. Tradução de Nelson Boeira, revista por S. Vieira; original em língua inglesa: Ronald Dworkin, publicado pela Harvard University Press, 1977, 1978. São Paulo: Martins Fontes, 2007. xxii, 568 p. (Coleção Justiça e Direito).

_____. Igualdade como ideal: entrevista com Ronald Dworkin. Entrevista concedida a Octávio Luiz Motta Ferraz; material recebido para publicação em 16 de setembro de 2006. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 233-40, março, 2007.

EDELMAN, Bernard. La dignité de la personne humaine, un concept nouveau. Paru in *Recueil Dalloz*, 1997, p. 185. **La personne en danger**. Chapitre 29. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. p. 505-514. (Collection Doctrine juridique, dirigée par Catherine Labrusse-Riou et Didier Truchet).

EDELMAN, Carole Lium; MANDLE, Carol Lynn. **Health promotion through the life span**. 6th.ed. Saint Louis: Elsevier, Mosby, 2005. 701 p.

ELRICH, Paul R. A perda da diversidade: causas e consequências. In: WILSON, Edward Osborne. (Ed.). **Biodiversidade**. Subeditor: Frances M. Peter; coordenador da edição brasileira: Carlos Gabaglia Penna; coordenador assistente da edição brasileira: José Fernando Pacheco; tradução de Marcos Santos e Ricardo Silveira do original em língua inglesa: Washington: National Academy of Sciences, 1988; Capítulo 2. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 27-35.

FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, Companhia Melhoramentos, 1996. 998 p.

FÁTH, Gábor; SARVARY, Miklos. Cultural evolution in a population of heterogeneous agents. In: NAMATAME, Akira; KAIZOUJI, Taisei; ARUKA, Yuuji (Eds.). **The complex networks of economic interactions**: essays in agent-based Economics and econophysics. Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag, 2006. p. 193-205. (Lecture notes in Economics and mathematical systems, 567).

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico**: de Lao Tsé a Robert Lucas. São Paulo: Atlas, 2001. 477 p.

FERNÁNDEZ, Raquel. Culture and economics. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Eds.). **The new Palgrave dictionary of Economics**. 2.ed. v. 2. Basingstoke, New York: Palgrave MacMillan, 2008. p. 333-340.

FLORIANI, Dimas. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n.1, p. 21-39. jan./jun. 2000.

_____. Complexidade e epistemologia ambiental em processos socioculturais globais e locais. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis: Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, v. 7, n. 2, p. 45-64, jul./dez. 2010.

_____; KNECHTEL, Maria do Rosário. **Educação ambiental**: epistemologia e metodologias. Curitiba: Vicentina, 2003. ix, 143 p.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel do original em língua espanhola: Montevideo: Banda Oriental, Revista Trabajo y Capital, 1999. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. 221 p.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 269 p.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **O mercado das crenças**: filosofia econômica e mudança social. Tradução de Laura Teixeira Motta: original em língua inglesa: Cambridge, New York and Melbourne: The Press Syndicate of the University of Cambridge, 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 295 p.

FRANÇA, Georgeana Barbosa de; MENDES FILHO, José Thomaz. Algumas considerações teóricas sobre a utilização de energias renováveis ambientalmente sustentáveis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIOENERGIA, 5. Coordenação técnica: UFPR. Curitiba, 10-13 de agosto de 2010. **Anais...** Curitiba: Remade, 2010. 10 p.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 101 p.

GARDEN, Guillaume, comte de. **Traité complet de diplomatie**, ou théorie générale des relations extérieures des puissances de l'Europe. Tome 1^{er}. Paris: Treuttel et Würtz, 1833. 483 p.

GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls**: um breve manual de filosofia política. Tradução de Alonso Reis Freire; revisão da tradução de Elza Maria Gasparotto; revisão técnica de Eduardo Appio; original em língua espanhola: Barcelona: Paidós Ibérica, 1999. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. 261 p.

GEWEKE, John; HOROWITZ, Joel; PESARAN, Hashem. Econometrics. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Eds.). **The new Palgrave dictionary of Economics**. 2.ed. v. 2. Basingstoke, New York: Palgrave MacMillan, 2008. p. 609-642.

GLASSER, Harold. Ethical perspectives and environmental policy analysis. In: BERGH, Jeroen C. J. M. van den (Ed.). **Handbook of environmental and resource economics**. Chapter 66. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 1999. p. 981-1.000.

GODOY, Amalia Maria Goldberg. **Ecodesenvolvimento**: evolução histórica. set. 2007. Disponível em: <http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/ecodesenvolvimento-historia.html> . Acesso em: 4 mar. 2010.

GOLDSCHMIDT, Niels. A cultural approach to Economics. **Intereconomics**: Review of European Economic Policy, Berlin, Heidelberg: Springer, v. 41, n. 4, p. 176-182, July/August 2006. doi: 10.1007/s10272-006-0188-1 .

GORDON, Howard Scott. The economic theory of a common-property resource: the fishery. **The Journal of Political Economy**, Chicago: The University of Chicago Press, v. 62, n. 2, p. 124-142, April 1954.

HARDIN, Garret. The tragedy of the commons. **Science**, Washington: American Association for the Advancement of Science, v. 162, p. 1.243-1.248, 13 December 1968.

HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Tradução de Savannah Hartmann; original em língua inglesa: Roma: EULAMA, representando Agnes Heller, 1987. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 464 p.

HODGSON, Geoffrey Martin. Evolution, theories of economic. In: HODGSON, Geoffrey Martin; SAMUELS, Warren J.; TOOL, Marc L. (Eds.). **The Elgar companion to institutional and evolutionary economics A–K**. Aldershot, Brookfield: Edward Elgar, 1994. p. 218-224.

HONARI, Morteza. Health ecology: an introduction. In: HONARI, Morteza; BOLEYN, Thomas (Eds.). **Health ecology: health, culture, and human-environment interaction**. Chapter 1. London, New York: Routledge, 1999. p. 1-36.

HONNETH, Axel. Reconocimiento y obligaciones morales. Artigo escrito a pedido do Conselho Editorial para o nº 8 da revista; tradução de Federico Maxínez do texto em língua alemã. **Revista Internacional de Filosofía Política**, n. 8, p. 5-17, 1996.

_____. Entre Aristóteles y Kant: esbozo de una moral del reconocimiento. **LOGOS: Anales del Seminario de Metafísica**, Servicio de Publicaciones, Universidad Complutense, Madrid, n. 1, pgs. 17-37, 1998.

_____. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa do original em língua alemã: Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1992. São Paulo: 34, 2003. 291 p.

_____. **Sufrimento de indeterminação: uma reatualização da *Filosofia do Direito* de Hegel**. Tradução de Rúrion Soares Melo; original em língua alemã, de 2001. São Paulo: Singular, Esfera Pública, 2007. 145 p.

_____. Observações sobre a reificação. Tradução de Emil Sobottka e Giovani Saavedra; não foi encontrada no texto referência ao idioma original. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 68-79, jan.-abr. 2008.

HOTELLING, Harold. The economics of exhaustible resources. **Journal of Political Economy**, Chicago: The University of Chicago Press, v. 39, n. 2, p. 137-175, April 1931.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Glossário**. 67 p. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/glossario_PNAD.pdf . Acesso em: 14 mai. 2012.

ISAGUIRRE, Katya; MENDES FILHO, José Thomaz. A ética ambiental como pressuposto da gestão socioambientalmente responsável. In: SEMINÁRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE, 5, Curitiba, 10-12 nov. 2010. **Anais...** Curitiba: FAE, 2010. 16 p. (1 cd-rom).

JACKSON, William A. **Economics, culture and social theory**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2009. x, 296 p. (New Horizons in Institutional and Evolutionary Economics).

JOBIM, Antonio Carlos Brasileiro de Almeida. Wave. In: JOBIM, Antonio Carlos Brasileiro de Almeida. **Wave**. Faixa 8 com letra de Vinícius de Moraes. Santa Monica: A & M, 1967. 1 LP. Faixa 1 (02:51).

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez do original em língua alemã: Frankfurt am Main: Insel Verlag, 1979. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2006. 354 p.

_____. **Memoirs**. Editado e anotado por Christian Wiese; tradução de Krishna Winston do original em língua alemã: Frankfurt am Main, Leipzig: Insel Verlag, 1998. Lebanon: University Press of New England, 2008. xvii, 314 p. (The Tauber Institute for the Study of European Jewry series).

JØRGENSEN, Sven Erik. **Principles of pollution abatement**: pollution abatement for the 21st century. Oxford: Elsevier, 2000. x, 520 p.

_____. Ecological engineering: an overview. Amsterdam: Elsevier, 2008. In: JØRGENSEN, Sven Erik (Ed.). **Applications in ecological engineering**. Amsterdam: Elsevier, 2009. p. 5-8. (A derivative of Encyclopedia of Ecology).

KÄSSMAYER, Karin. **Cidades, riscos e conflitos socioambientais urbanos**: desafios à regulamentação jurídica na perspectiva da justiça socioambiental. 261 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KELLER, David Richard (Ed.). Introduction: what is environmental ethics? In: KELLER, David Richard (Ed.). **Environmental ethics**: the big questions. Malden, Oxford, Chichester: Wiley-Blackwell, 2010. p. 1-24. (Philosophy: the big questions).

KREBS, Charles J. **The ecological world view**. Wallingford: CABI; Collingwood: CSIRO, 2008. 574 p.

_____. **Ecology**. 6th ed. San Francisco: Benjamin Cummings, 2009. xvi, 655 p.

KUMARAPPA, Joseph Cornelius. **Gandhian economic thought**. Bombay: Vora & Co., 1951. 74 p.

KURTULUS, Ersun N. Theories of sovereignty: an interdisciplinary approach. **Global Society**, London: Routledge, v. 18, n. 4, p. 347-371, October 2004.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Tradução de Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 85 p. (Coleção Ideias sustentáveis).

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral do original em língua espanhola: México, Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LIMA, Sérgio Ferraz de. **Relação entre desenvolvimento e meio ambiente**: a incorporação da questão ambiental no processo de desenvolvimento. 179 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

LUCE, Robert Duncan; RAIFFA, Howard. **Games and decisions**: introduction and critical survey. Originally published at New York: Wiley, 1957. Mineola: Dover, 1989. xix, 509 p.

MacINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?** 2.ed. Tradução de Marcelo Pimenta Marques; original em língua inglesa: Alasdair MacIntyre, 1988. São Paulo: Loyola, 2001. 440 p.

MackINNON, Barbara. **Ethics**: theory and contemporary issues: concise edition. Boston: Wadsworth, 2011. 320 p.

MADE – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. **Projetos temáticos**. Disponível em: http://www.ppgmade.ufpr.br/?page_id=36. Acesso em: 29 ago. 2011.

MANIFESTO por la Vida: por una ética para la sustentabilidad. Tangencial; elaborado por Carlos Galano e outros, com sugestões de Lucia Helena de Oliveira Cunha e outros. **Ambiente & Sociedad**, Campinas, ano V, n. 10, p. 1-14, 1º semestre de 2002.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. Introdução de Ottolmy Strauch; tradução de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch, de *Principles of Economics: an introductory volume*, Londres, The Macmillan Press Ltd., 8.ed., 1920, reimpressão de 1979. v.1, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Iv, 272 p. (Os economistas).

_____. **Principles of Economics**: abridged edition. *Principles of economics* was originally published by Prometheus Books in 1890. New York: Cosimo, 2006. xxiv, 322 p. (Cosimo classics: Economics).

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Tradução de Armando de Melo Lisboa, com revisão de Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira; original em língua espanhola: Joan Martínez Alier, 1998. Blumenau: Ed. da FURB, 1998. 402 p. (Coleção Sociedade e ambiente, 2).

_____. **The environmentalism of the poor: a study of ecological conflicts and valuation**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2002. xi, 312 p.

_____. **Ecologia dei poveri: la lotta per la giustizia ambientale**. Precedido de “Un altro ambientalismo è possibile: anzi, c'è già”, di Marco Armiero. Tradução de Vincenzo Lauriola; original em língua espanhola: Barcelona: Icaria, 2004. Milano: Jaca Book, 2009. xvi, 425 p.

_____; ROCA JUSMET, Jordi. **Economía ecológica y política ambiental**. México: Pnuma, Fondo de Cultura Económica, 2000. 493 p. (Textos de Economía).

MATEUS. Texto original possivelmente do século I, com controvérsia quanto a idiomas originais. In: **BÍBLIA sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1988. Capítulo 5, versículos 38-42.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 434 p.

MAY, Robert M. Unanswered questions and why they matter. In: MAY, Robert; McLEAN, Angela (Eds.). **Theoretical Ecology: principles and applications**. Chapter 15. 3.ed. New York: Oxford, 2007. p. 205-215.

MAYUMI, Kozo. **The origins of ecological economics: the bioeconomics of Georgescu-Roegen**. London, New York: Routledge, 2001. xii, 161 p.

MENDES FILHO, José Thomaz; BORSATO, Regiane. Indicadores de sustentabilidade: algumas reflexões à luz do conceito de desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE, 4, Curitiba, 11-13 nov. 2009. **Anais...** Curitiba: FAE, 2009. 14 p. (1 cd-rom).

_____; FLORIANI, Dimas. Algumas considerações teóricas sobre governança de recursos naturais a partir de contribuições de Ostrom, Honneth e Norgaard. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA DA UFPR, 2.: tendências e desafios contemporâneos, Curitiba, 15-17 set. 2010. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010, v. 10: trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho 10 – Ruralidades e Meio ambiente, p. 3-22.

MILLER JR., George Tyler. **Ciência ambiental**. Tradução de All Tasks, com revisão técnica de Wellington Braz Carvalho Delitti, da 11ª edição americana: Cengage Learning, 2006. São Paulo: Cengage Learning, 2007. 588 p.

MITSCH, William J.; JØRGENSEN, Sven Erik. **Ecological engineering and ecosystem restoration**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2004. xi, 413 p.

MUSIL, Robert. **O homem sem qualidades**. Tradução de Lya Luft e Carlos Abbenseth; original em língua alemã: tomo I publicado em 1930, tomo II publicado em 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. 864 p. (Grandes romances)

NEUMAYER, Eric. **Weak versus strong sustainability**: exploring the limits of two opposing paradigms. 3rd ed. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2010. xiv, 273 p.

NORGAARD, Richard B. **Development betrayed**: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future. London and New York: Routledge, 1994. xiv, 280 p.

_____. Transcendancy challenged. In: KELLERT, Stephen R.; SPETH, James Gustave (Eds.). **The coming transformation**: values to sustain human and natural communities. New Haven: Yale School of Forestry & Environmental Studies, 2009. p. 39-63.

NORTH, Douglass Cecil. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, American Economic Association, v. 5., n. 1, p. 97-112, Winter 1991.

_____. **Understanding the process of economic change**. Princeton, Woodstock: Princeton University Press, 2010. xxi, 187 p. (Princeton economic history of the Western World).

NORTON, Bryan G. Environmental ethics and weak anthropocentrism. In: LIGHT, Andrew; ROLSTON III, Holmes (Eds.). **Environmental ethics**: an anthology. Chapter 13. Malden, Oxford, Victoria, Berlin: Blackwell, 2003. p. 163-174. (Blackwell Philosophy anthologies).

NOVO DICIONÁRIO de Economia. 4.ed. Organização de Paulo Sandroni. São Paulo: Círculo do Livro, 1994. 377 p.

NOZICK, Robert. **Anarquia, estado e utopia**. Tradução de Ruy Jungmann; original em língua inglesa: New York: Basic Books, 1974. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991. 395 p.

NUZZO, Angelica. Changing identities: dialectical separations and resisting barriers. In: GRIER, Philip T. (Ed.). **Identity and difference**: studies in Hegel's logic, philosophy of spirit, and politics. Chapter 6. Albany: State University of New York Press, 2007. p. 131-154.

ODUM, Eugene Pleasant; BARRETT, Garry W. **Fundamentos de Ecologia**. Tradução de Pégasus Sistemas e Soluções da 5ª edição norte-americana: Florence, KY: Brooks/Cole, 2005. São Paulo: Cengage Learning, 2008. xvi, 612 p.

ODUM, Howard Thomas. Man and the ecosystem. Proceedings of the Lockwood Conference on the Suburban Forest and Ecology, New Heaven, March, 26-28, 1962. **The Connecticut Agricultural Experimental Station Bulletin**, New Heaven: The Connecticut Agricultural Experimental Station, n. 652, edited by Paul E. Waggoner and J. D. Ovington, p. 57-75, October 1962.

OFFE, Claus. Legitimação política por decisão majoritária? In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag, com revisão técnica de Tadeu Hidelbrando Valladares; original em língua alemã, publicado no *Journal fuer Sozialforschung* 22, Caderno 2, p. 311-335, 1982. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 313-354. (Biblioteca Tempo universitário, dirigida por Eduardo Portella, n. 79; Série Estudos alemães, coordenada por Eduardo Portella, Emmanuel Carneiro Leão e Vamireh Chacon).

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução de Fabio Fernandez; original em língua inglesa: Cambridge: The President and Fellows of Harvard College, 1965, com prefácio de 1971. São Paulo: Ed. da USP, 1999. 208 p. (Clássicos, 16).

OMS – Organisation Mondiale de la Santé. **Constitution de l'Organisation Mondiale de la Santé**. Adoptée par la Conférence internationale de la Santé, tenue à New York du 19 juin au 22 juillet 1946, signée par les représentants de 61 États le 22 juillet 1946. 18 p. Disponível em: <http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/FR/constitution-fr.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2011.

ORDEM Soberana e Militar de Malta. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_Soberana_e_Militar_de_Malta . Acesso em: 19 dez. 2011.

ORDER of Malta. **Diplomatic relations**. Disponível em: <http://www.orderofmalta.int/diplomatic-relations/862/sovereign-order-of-malta-bilateral-relations/?lang=en> . Acesso em: 19 dez. 2011.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990. 280 p.

_____. The rudiments of a theory of the origins, survival, and performance of common-property institutions. In: BROMLEY, Daniel W. (General Ed.) *et al.* (Coeditors). **Making the commons work**: theory, practice, and policy. Chapter 13. San Francisco: Institute for Contemporary Studies, 1992. p. 293-318.

OSTROM, Elinor. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1, p. 1-22, March 1998.

_____. Type of good and collective action. In: WORKSHOP IN POLITICAL THEORY AND POLICY ANALYSIS, 48 p. Indiana University, Bloomington, 2002.

_____. **Understanding institutional diversity**. Princeton: Princeton University Press, 2005. 355 p.

_____. How do institutions for collective action evolve? **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**. Bloomington: Indiana University, April 2008. 55 p.

_____. **Prize Lecture by Elinor Ostrom**. Delivered by Elinor Ostrom on 8 December 2009 at Aula Magna, Stockholm University. Stockholm: Nobel Web AB, Nobel Media AB, 2009 (28:05). Disponível em: <http://nobelprize.org/mediaplayer/index.php?id=1223> . Acesso em: 31 mai. 2011.

_____. Revising theory in light of experimental findings. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 73, issue 1, p. 68-72, 2010. doi: 10.1016/j.jebo.2008.11.008

PEARCE, David William; TURNER, Robert Kerry. **Economics of natural resources and the environment**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, xiii, 1990. 378 p.

PERRINGS, Charles. Reserved rationality and the precautionary principle: technological change, time and uncertainty in environmental decision making. In: COSTANZA, Robert (Ed.). **Ecological economics: the science and management of sustainability**. New York, Chichester: Columbia, 1991. p. 153-166.

PETTIT, Philip. **Republicanism: a theory of freedom and government**. Oxford, New York: Oxford University Press, 1997. xii, 328 p. (Oxford Political Theory, edited by Will Kymlicka, David Miller and Alan Ryan).

_____. Freedom in the market. **Politics, Philosophy & Economics**, London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE, v. 5, n. 2, p. 131-149, 2006. doi: 10.1177/1470594X06064218 .

PEZZEY, John C. V.; TOMAN, Michael A. Progress and problems in economics of sustainability. In: TIETENBERG, Tom; FOLMER, Henk (Eds.). **The international yearbook of environmental and resource economics 2002/2003**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2002. p. 265-332. A consulta ao texto foi efetuada em arquivo com versão datada de 24 de agosto de 2001, com iii, 108 p., disponível em <http://people.anu.edu.au/jack.pezzey/PezzeyToman2002Ybk.pdf> . Acesso em: 11 mai. 2011.

PFAFFLIN, James R.; ZIEGLER, Edward N.; LINCH, Joseph N. **The dictionary of Environmental Science and Engineering**. 2nd ed. New York, Abingdon: Routledge, 2008. x, 267 p.

PHILPOTT, Daniel. **Revolutions in sovereignty**: how ideas shape modern international relations. Princeton; Woodstock: Princeton University Press, 2001. xii, 341 p.

PLATÃO. **A república**: texto integral. Tradução da equipe de tradutores da editora Martin Claret; original em língua grega antiga, do século IV a.C. São Paulo: Martin Claret, 2000. 320 p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Tradução de Fanny Wrobel; original em língua inglesa: New York: Rinehart, 1944. Rio de Janeiro, Campus, 2000. 349 p.

PONCHIROLLI, Osmar; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Ética empresarial. In: MENDES, Judas Tadeu Grassi (Org.). **Capital Humano**. Coordenação editorial de Christian Luiz da Silva; revisão de Estelita Sandra de Mathias. Capítulo 5. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, Gazeta do Povo, 2002. p. 57-69. (Coleção Gestão empresarial, 5).

PRESTON, Noel. **Understanding ethics**. 3rd ed. Sydney: The Federation Press, 2007. xii, 245 p.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Prefácio à edição brasileira, de John Rawls, de novembro de 1990; tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves; original em língua inglesa: The President and Fellows of Harvard College, 1971. São Paulo: Martins Fontes, 1997. xxvii, 708 p.

_____. **Justiça como equidade**: uma reformulação. Organizado por Erin Kelly; tradução de Claudia Berliner; revisão técnica e da tradução: Álvaro De Vita; original em língua inglesa: The President and Fellows of Harvard College, 2002. São Paulo: Martins Fontes, 2003. xix, 306 p. (Coleção Justiça e Direito).

RAYNAUT, Claude; LANA, Paulo da Cunha; ZANONI, Magda. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 2000.

RICŒUR, Paul. Justiça e verdade. In: RICŒUR, Paul. **O justo 2**: justiça e verdade e outros estudos. Tradução de Ivone C. Benedetti; original em língua francesa: Esprit, 2001; "texto apresentado na conferência ocorrida em outubro de 1995 no Institut catholique de Paris, no centenário da Faculdade de Filosofia e publicado em P. Capelle, *Le Statut contemporain de la philosophie première*, Paris, Beauchesne, 1996", conforme nota de rodapé, à p. 63. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 63-78.

ROBBINS, Lionel. **An essay on the nature and significance of economic science**. Originally published in London, by McMillan & Co., in 1932. Auburn: Mises Institute, 2007. xiii, 144 p.

ROBINSON, Joan. **Filosofia econômica**. Tradução de Sérgio Tolipan do original em língua inglesa: Londres: C. A. Watts & Co. Ltd., 1962. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 120 p.

ROWE, Briony MacPhee. Anthropocentrism versus biocentrism. In: SCHIFFMAN, Howard (Ed.). **Green issues and debates: an A-to-Z guide**. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington: SAGE, 2011. p. 29-35. (The SAGE reference series on green society: toward a sustainable future, edited by Paul Robbins).

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos de Índia e Brasil. Tradução de Anne Sophie de Pontbriand-Vieira e Christilla de Lassus; original em língua espanhola, publicado em *Pensamiento Iberoamericano*, Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, Fundación Carolina, n. 16, p. 235-256, 1989. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. p. 469-494.

_____. Ambiente e estilos de desenvolvimento. Estudo realizado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e publicado originalmente em *Annales*, n. 3, maio-junho de 1974, p. 553-570. Reproduzido na coletânea do autor intitulada *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986, p. 9-27. Tradução de Eneida Araújo revista por Paulo Freire Vieira e Anne-Sophie de Pontbriand Vieira. In: SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. Organização de Paulo Freire Vieira. Capítulo II. São Paulo: Cortez, 2007. p. 54-76.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge, New York, Melbourne: The Press Syndicate of the University of Cambridge, 1986. xi, 259 p. (Cambridge studies in historical geography, 7).

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Aula inaugural do curso de mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, proferida em março de 1999. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21. (Coleção Espaço, território e paisagem).

SAUNIER, Richard E.; MEGANCK, Richard E. **Dictionary & introduction to global environmental governance**. 2nd ed., fully revised and updated. London, Sterling: Earthscan, 2009. 457 p.

SCHUMACHER, Ernst Friedrich. Economia budista. Publicado primeiramente em *Asia: A Handbook*, organizado por Guy Wint e editado por Anthony Blond Ltd.; Londres, 1966. In: SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O negócio é ser pequeno**: um estudo de Economia que leva em conta as pessoas. 2.ed. Tradução de Octávio Alves Velho. Original em língua inglesa: Londres: Blond & Briggs, 1973. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 45-53.

SEN, Amartya Kumar. Justice: means versus freedoms. **Philosophy and Public Affairs**, Princeton and Woodstock: Wiley, v. 19, n. 2. p. 111-21, Spring, 1990.

_____. **Sobre ética e Economia**. Tradução de Laura Teixeira da Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes; original em língua inglesa: Amartya Sen, 1987. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143 p.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta, publicada mediante acordo com Alfred A. Knopf, uma divisão da Random House, Inc.; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes; original em língua inglesa: Amartya Sen, 1999. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 414 p.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes; publicado em acordo com a Oxford University Press; original em língua inglesa: Amartya Sen, 1992. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.

_____. **The idea of justice**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2009. 471 p.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. **Ética e Economia**: impactos na Política, no Direito e nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. xiv, 208 p.

SIMIONI, Carlos Alberto. **O uso de energia renovável sustentável na matriz energética brasileira**: obstáculos para o planejamento e ampliação de políticas sustentáveis. xiv, 300 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SINISCALCO, Domenico. Impacts of economic theories on environmental economics. In: BERGH, Jeroen C. J. M. van den (Ed.). **Handbook of environmental and resource economics**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2002. p. 1.209-1.229. Chapter 78. The book was originally published in 1999: paperback edition published in 2002.

SIRACUSA, Joseph M. **Diplomacy**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2010. 139 p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. 2 v. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky; original em língua inglesa: London: William Strahan and Thomas Caldwell, 1776. São Paulo: Martins Fontes, 2003. xxvi, 1366 p. (Coleção Paideia).

_____. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Originally published in London, by William Strahan and Thomas Caldwell, in 1776. University Park: The Pennsylvania State University, 2005. 786 p. (Penn State electronic classics series).

SMITH, Mick. Citizens, denizens and the *Res publica*: environmental ethics, structures of feeling and political expression. **Environmental Values**, Isle of Harris: The White Horse Press, v. 14, n. 2, p. 145-162, May 2005.

SPASH, Clive L. **Social ecological economics**. Canberra: CSIRO Sustainable Ecosystems, 2009. iii, 34 p. (Socio-economics and the environment in discussion; CSIRO Working Paper Series 2009-08).

_____. Social ecological economics: understanding the past to see the future. **American Journal of Economics and Sociology**, Malden: John Wiley & Sons, v. 70, n. 2, p. 340-375, April 2011.

STENGERS, Isabelle. Para além da Grande Separação, tornamo-nos civilizados? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado. Capítulo 5. Publicado originalmente em Portugal: Lisboa: Afrontamento, 2003. São Paulo: Cortez, 2004. p. 131-149.

THE NOBEL Foundation. **The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 1991**. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1991/. Acesso: 5 mar. 2011a.

_____. **The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 1993**. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1993/. Acesso: 21 abr. 2012.

_____. **The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 1998**. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1998/. Acesso em: 11 fev. 2011b.

_____. **The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel 2009**. Disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2009/. Acesso: 5 mar. 2010.

TIETENBERG, Thomas H. **Environmental and natural resource economics**. 2.ed. S.l.: HarperCollins, 1988. 559 p.

TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** 2.ed. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Original em língua francesa: Paris: Arthème-Fayard, 1994. Petrópolis: Vozes, 1996. 286 p.

_____. **Thinking differently**. Original em língua francesa: Paris: Arthème Fayard, 2007. Cambridge, Malden: Polity Press, 2009. 236 p.

TURNER, Robert Kerry. Environmental and ecological economic perspectives. In: BERGH, Jeroen C. J. M. van den (Ed.). **Handbook of environmental and resource economics**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2002. p. 1.001-1.033. Chapter 67. The book was originally published in 1999: paperback edition published in 2002.

_____; PEARCE, David William; BATEMAN, Ian. **Environmental economics**: an elementary introduction. Baltimore: Johns Hopkins, 1993. 328 p.

VEBLEN, Thorstein. Why Economics is not an evolutionary science. Originally published in *The Quarterly Journal of Economics* (Oxford: Oxford University Press) v. 12, issue 4, p. 373-397, July 1898. In: VEBLEN, Thorstein. **The place of science in modern civilization**. Originally published in 1919. New York: Cosimo, 2007. p. 56-81. (Cosimo classics: science).

VERFAILLE, Hendrik A.; BIDWELL, Robin. **Measuring eco-efficiency**: a guide to reporting company resource. Geneva: World Business Council for Sustainable Development, June 2000. ii, 37 p.

VIVIEN, Franck-Dominique. **Économie et Écologie**. Paris: La Découverte, 1994. 127 p. (Collection Repères, animée par Jean-Paul Piriou avec Bernard Colasse, Françoise Dreyfus, Hervé Hamon, Dominique Merllié et Christophe Prochasson, n. 158).

WALTER, Gerald R. Commentary: economics, ecology-based communities, and sustainability. **Ecological Economics**, Amsterdam: Elsevier, v. 42, issues 1-2, p. 81-87, August 2002.

WALZER, Michael. **Esferas da justiça**: uma defesa do pluralismo e da igualdade. Tradução de Jussara Simões; revisão técnica e da tradução de Cícero Romão Dias Araújo; original em língua inglesa: Basic Books, 1983. São Paulo: Martins Fontes, 2003. xxiv, 476 p. (Coleção Justiça e Direito).

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karem Elsabe Barbosa, com revisão técnica de Gabriel Cohn, do original em língua alemã, possivelmente de 1914. v.2. Brasília: Editora da UnB, 1999. 584 p.

WEBER, Max. A política como vocação. Tradução de Jean Melville; original em língua alemã: München und Leipzig: Duncker & Humblot, 1919. In: WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2004. 136 p. (Coleção A obra-prima de cada autor, n. 80).

WEENEN, J. C. van. Concept, context, and co-operation for sustainable technology. In: HON, Bernard (Ed.). **Design and manufacture for sustainable development**. Collection of papers from a conference held at the University of Liverpool, on June, 27-28, 2002. Bury St. Edmunds: Professional Engineering, 2002. p. 3-11.

WHITE, Mark D. Dignity. In: PEIL, Jan; STAVEREN, Irene van (Eds.). **Handbook of Economics and ethics**. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2009. p. 84-90. Chapter 12.

WHITTAKER, Robert Harding. Vegetation of the Siskiyou Mountains, Oregon and California. **Ecological Monographs**, Ithaca: The Ecological Society of America, v. 30, issue 3, p. 279-338, July 1960. doi: 10.2307/1943563 .

WILLIAMSON, Oliver Eaton. Transaction cost economics. **De Economist**, Dordrecht: Springer, v. 146, n. 1, p. 23-58, 1998.

ZAJDA, Joseph; MAJHANOVICH, Suzanne; RUST, Val. Education and social justice: issues of liberty and equality in the global culture. In: ZAJDA, Joseph; MAJHANOVICH, Suzanne; RUST, Val (Eds.). **Education and social justice**. Dordrecht: Springer, 2006. p. 1-12.

ZWEYNERT, Joachim. Economic culture and transition. **Intereconomics**: Review of European Economic Policy, Berlin, Heidelberg: Springer, v. 41, n. 4, p. 182-188, July/August 2006. doi: 10.1007/s10272-006-0188-1 .